

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DOUTORADO EM FILOSOFIA

FELIPE FORTES SILVEIRA

**DO OPERAÍSMO À AUTONOMIA NA FILOSOFIA DE ANTONIO NEGRI: POR UM  
PERSPECTIVISMO E UM ACELERACIONISMO DAS LUTAS**

Porto Alegre

2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

FELIPE FORTES SILVEIRA

DO OPERAÍSMO À AUTONOMIA NA FILOSOFIA DE ANTONIO NEGRI: POR UM  
PERSPECTIVISMO E UM ACELERACIONISMO DAS LUTAS

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Filosofia ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Norman Roland Madarasz

Porto Alegre

2024

## Ficha Catalográfica

F738d Fortes Silveira, Felipe

Do Operaísmo à Autonomia na Filosofia de Antonio Negri : Por um  
Perspectivismo e um Acelaracionismo das Lutas / Felipe Fortes  
Silveira. – 2024.

406.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia,  
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Norman Roland Madarasz.

1. Acelaracionismo. 2. Antonio Negri. 3. Autonomia. 4. Operaísmo. 5.  
Perspectivismo. I. Madarasz, Norman Roland. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

FELIPE FORTES SILVEIRA

DO OPERAÍSMO À AUTONOMIA NA FILOSOFIA DE ANTONIO NEGRI: POR UM  
PERSPECTIVISMO E UM ACELERACIONISMO DAS LUTAS

Tese de Doutorado apresentada como requisito  
parcial para obtenção do grau de Doutor em  
Filosofia ao Programa de Pós-Graduação em  
Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul.

Avaliada em \_\_ de março de 2024

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Norman Roland Madarasz (orientador) — PUCRS

---

Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral — PUCRS

---

Prof. Dr. Fábio Caprio Leite de Castro — PUCRS

---

Prof. Dr. Giuseppe Mario Cocco — UFRJ

---

Prof. Dra. Larissa Drigo Agostinho — UNESP

---

Porto Alegre

2024

Em memória do *Cattivo Maestro* (1933–2023)

## AGRADECIMENTOS

Para todos os meios e fins, a experiência solitária de escrever essa tese é um experimento coletivo e seria impensável ou irrealizável sem o encontro, às vezes fortuito e repentino, às vezes contínuo e diário, com uma série de pessoas que me apoiaram de múltiplas formas nessa trajetória, às quais quero agradecer aqui, carinhosa e fraternamente.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais, Nilva e Alceu, pelo apoio incondicional, afetivo, psicológico, material, nessa jornada que não teria completado seu ciclo sem sua ajuda. Sou grato pelo amor, pela educação, sacrifícios e pelo respeito pelas minhas escolhas, assim pelos erros que deixaram eu cometer, sem julgamento, mas com compreensão e paciência. Agradeço também a meu irmão Gabriel, presença constante em todos esses anos, mesmo com todas às transformações que passamos, ao qual nossos caminhos nunca deixaram de se encontrar com a força da amizade mais madura e com a esperança do futuro renovada pela experiência de conviver com seus filhos, meus amados sobrinho Bruno e afilhada Giovana. A minha avó Celícia, meu avô Loury, minha tia Beatriz, minha tia Silvia e tio Dilmar e meu primo Leonardo, agradeço pelo acolhimento, igualmente paciência, carinho e amor, quando ainda nos anos de graduação me acolheram em Eldorado do Sul.

No mais, agradeço aqui a uma série de amigos que povoarem em diferentes e singulares intensidades essa trajetória: Antonio Osório, Ayune Verissimo, Bruno Cava, Caroline Sant'anna, Cássia Fiedler, Cecília Severo, Charles Borges, Cristyelen Ambrozio, Daniel Peres, David Fraga, Débora Bierhals, Diego Fontoura, Fernando Silva e Silva, Guilherme Primo, Guilherme Zielinski, Gustavo Souza Koetz, Hilan Bensusan, Itamar Severo Pirola (meu afilhado querido), Isabelle Kruger, Jorge Piaia, Julia Gonçalves, Julia Venhofen, Luiza Padilha, Lucas Camilo, Lucas Fraga, Luciano Riquez, Marcos Messerschmitt, Marcelo Puricelli, Matheus Hein, Miguel D'Alberto, Moyses Pinto Neto, Natalia Silveira, Pedro Gregório, Raimundo José Barros Cruz, Renata Floriano, Rejane Ramos, Rodrigo Almada, Rodrigo Nunes, Sergio Sardi, Tathi Jaeger, Zé Antonio Magalhães.

Agradeço também ao meu orientador, Norman Roland Madarasz, pela confiança, respeito pela autonomia e trabalho conjunto passando pela Graduação, Mestrado e por fim

Doutorado, e aos membros da banca por aceitarem participar e contribuir para esse estudo, em especial, Giuseppe Cocco, sempre solícito para auxiliar em qualquer questão e interessado pela minha pesquisa. Agradeço também ao PPG de Filosofia da PUCRS pela formação e a CAPES pela bolsa-salário que me deu a oportunidade de trabalhar na pesquisa.

Dos amigos próximos, agradeço em especial ao meu companheiro de copesquisa e pai do meu afilhado, Émerson Pirola, que me apresentou Negri e o operaísmo italiano e que revisou, fez muitas sugestões e comentários essenciais para essa tese e com quem eu discuti intensamente e com alegria o seu conteúdo, quando parecia que não havia mais ninguém para discutir — e não havia mesmo.

Por fim, um agradecimento especial aos rostos e nomes que minha memória esqueceu, mas que dividiram comigo uma experiência tão fundante quanto à de fazer filosofia na metrópole porto-alegrense: todos os operários e operárias da fábrica VF Marmorite, em Praia Grande–SC, dos quais compartilhávamos a recusa do trabalho como ódio ativo de classe e a alegria viva na forma da sabotagem, todos os dias, durante um longo e distante ano.

*“Quando encontramos de um lado aqueles que dizem: amanhã tudo se arrebenta e o velho mundo desmoronará; e do outro lado, aqueles que dizem: nada acontecerá nos próximos 50 anos; e quando os primeiros são desmentidos pelos fatos e os fatos dão razão aos segundos — nós estamos com os primeiros, nós temos de estar com os que se enganaram.”*

*Mario Tronti (1931–2023)*

## RESUMO

A tese propõe uma análise do pensamento operaísta-autonomista de Antonio Negri, buscando demonstrar que o método operaísta de análise, desenvolvido por Negri e por outros pensadores nos anos 60 e 70 na Itália, é uma ferramenta metodológica marxiana adequada para estudar as transformações internas, tanto da composição da classe e da subjetividade, quanto das transformações estruturais do capital e, por consequência, consegue analisar as mutações, descontinuidades, quebras e rupturas nas formas de luta, nos sujeitos que encarnam essas lutas, e nos modos de conflito no capitalismo. Nosso objetivo é demonstrar que o operaísmo italiano constituiu um perspectivismo operário e proletário, introduzindo no pensamento marxista a problemática de um ponto de vista irreduzível e antagonista ao ponto de vista da ciência do capital, complementado pela defesa irrestrita de um aceleracionismo político das lutas, na busca de formas de organização imanentes ao próprio comportamento da classe que intensifiquem o conflito contra o sistema capitalista. Veremos que no contexto dos anos 60 e 70, esse perspectivismo e aceleracionismo tomou forma pela via das práticas de recusa ao trabalho, defendidas pelos operaístas contra a ortodoxia marxista do movimento operário oficial do período. Como demonstraremos na tese, esses dois elementos constituem a base de uma ciência marxiana, operária e proletária, denominada por Negri de ciência da crise e da subversão. Deste modo, defendemos que Negri menos rompe com a análise operaísta, na passagem dos anos 60 para os 70, do que dá continuidade ao método, buscando ler as transformações na classe que ocorriam no período, na forma da sua hipótese da passagem do operário-massa ao operário-social, como resultado de uma crise da medida da lei do valor, destruindo o Estado-Plano keynesiano do capitalismo planejado e constituindo a forma-Estado do Estado-Crise. A tese utiliza um método de exposição histórica dos conceitos, portanto, analisaremos as filosofias de Raniero Panzieri que, introduzindo a problemática de uma autonomia operária como recusa à integração ao desenvolvimento do capital, e Mario Tronti, que sistematiza em *Operários e Capital*, a tese perspectivista do giro copernicano, são pensadores fundamentais na interlocução crítica com Negri no período, assim como faremos um sobrevoo sobre as revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*, que desenvolveram a metodologia de copesquisa e inchiesta operária, e a organização revolucionária *Potere Operaio*, que leva ao limite a problemática da organização no primeira fase do operaísmo em direção ao o movimento da Autonomia dos anos 70, que será analisado por colocar uma série de novos problemas e novos sujeitos das lutas que forcem a atualização do método operaísta. Todos esses aspectos são inseparáveis da experiência operaísta-autonomista de Negri no período, que termina com a repressão estatal ao movimento social italiano e a prisão de Negri. Por fim, a tese, ao apresentar uma série de conceitos, como a recusa ao trabalho, a autovalorização proletária, a crise da lei do valor, entre outros, debate filosoficamente uma linha do marxismo que é ainda marginal na discussão do pensamento contemporâneo e que fornece uma série de mecanismos úteis para a análise das transformações da composição de classe.

**Palavras-chave:** Aceleracionismo; Antonio Negri; Autonomia; Operaísmo; Perspectivismo.

## ABSTRACT

This thesis proposes an analysis of the operaist (workerist)-autonomist thought of Antonio Negri, aiming to demonstrate that the operaist method of analysis, developed by Negri and other thinkers in the 1960s and 1970s in Italy, is an appropriate Marxian methodological tool for studying internal transformations, both in terms of class composition and subjectivity, and structural transformations of capital, consequently being able to analyze mutations, discontinuities, ruptures, and breaks in forms of struggle, the subjects embodying these struggles, and modes of conflict in capitalism. Our aim is to show that Italian operaism (workerism) constituted a worker and proletarian perspectivism, introducing into Marxist thought the problematics of a viewpoint irreducible and antagonistic to the viewpoint of the science of capital, complemented by the unrestricted advocacy of a political accelerationism of struggles, in the pursuit of forms of organization immanent to the class's own behavior that intensify conflict against the capitalist system. We will see that in the context of the 1960s and 1970s, this perspectivism and accelerationism took shape through practices of refusal of work, advocated by operaists against the Marxist orthodoxy of the official workers' movement of the period. As we will demonstrate in the thesis, these two elements constitute the basis of a marxian, worker, and proletarian science, termed by Negri as the science of crisis and subversion. Thus, we argue that Negri's don't departure from operaist analysis in the transition from the 1960s to the 1970s than advocates a continuation of the method, seeking to read the transformations in the class occurring in the period, in the form of his hypothesis of the transition from the mass worker to the social worker, as a result of a crisis in the measure of the law of value, destroying the keynesian Planner-State and constituting the State-form of the Crisis-State. The thesis employs a method of historical exposition of concepts; therefore, we will analyze the philosophies of Raniero Panzieri, who, by introducing the problematics of worker autonomy as a refusal to integrate into capital development, and Mario Tronti, who systematizes in "Workers and Capital" the perspectivist thesis of the Copernican turn, are fundamental thinkers in critical dialogue with Negri in the period, as well as take an overview of the journals *Quaderni Rossi* and *Classe Operaia*, which developed the methodology of co-research and workers' inquiry, and the revolutionary organization *Potere Operaio*, which pushes to the limit the problematics of organization in the first phase of operaism towards the Autonomy movement of the 1970s, which will be analyzed for posing a series of new problems and new subjects of struggles that force the updating of the operaist method. All these aspects are inseparable from Negri's operaist-autonomist experience in the period, which ends with the state repression of the Italian social movement and Negri's imprisonment. Finally, the thesis, by presenting a series of concepts such as refusal of work, proletarian self-valorization, crisis of the law of value, among others, philosophically debates a line of Marxism that is still marginal in contemporary thought discussions and provides a series of useful mechanisms for analyzing transformations in class composition.

**Keywords:** Accelerationism; Antonio Negri; Autonomy; Operaism (Workerism); Perspectivism.

## RIASSUNTO

Questa tesi propone un'analisi del pensiero operaista-autonomista di Antonio Negri, cercando di dimostrare che il metodo di analisi operaista, sviluppato da Negri e da altri pensatori negli anni '60 e '70 in Italia, è uno strumento metodologico marxiano adeguato per studiare le trasformazioni interne, sia della composizione di classe e della soggettività, sia delle trasformazioni strutturali del capitale e, di conseguenza, riesce ad analizzare le mutazioni, le discontinuità, le rotture e le fratture nelle forme di lotta, nei soggetti che incarnano tali lotte e nelle modalità di conflitto nel capitalismo. Il nostro obiettivo è dimostrare che l'operaismo italiano ha costituito un prospettivismo operaio e proletario, introducendo nel pensiero marxiano la problematica di un punto di vista irriducibile e antagonista rispetto al punto di vista della scienza del capitale, completato dalla difesa irrestretta di un'accelerazione politica delle lotte, nella ricerca di forme di organizzazione immanenti al comportamento stesso della classe che intensifichino il conflitto contro il sistema capitalista. Vedremo che nel contesto degli anni '60 e '70, questo prospettivismo e accelerazionismo hanno preso forma attraverso pratiche di rifiuto del lavoro, difese dagli operaisti contro l'ortodossia marxista del movimento operaio ufficiale del periodo. Come dimostreremo nella tesi, questi due elementi costituiscono la base di una scienza marxiana, operaia e proletaria, definita da Negri come scienza della crisi e della sovversione. Pertanto, sosteniamo che Negri non rompa tanto con l'analisi operaista, nel passaggio dagli anni '60 ai '70, quanto continui il metodo, cercando di leggere le trasformazioni nella classe che avvenivano nel periodo, nella forma della sua ipotesi del passaggio dall'operaio massa all'operaio sociale, come risultato di una crisi della misura della legge del valore, distruggendo lo Stato-Piano keynesiano del capitalismo pianificato e costituendo la forma-Stato dello Stato-Crisi. La tesi utilizza un metodo di esposizione storica dei concetti, pertanto, analizzeremo le filosofie di Raniero Panzieri, che, introducendo la problematica di un'autonomia operaia come rifiuto dell'integrazione allo sviluppo del capitale, e Mario Tronti, che sistematizza in "Operai e Capitale" la tesi prospettivistica della svolta copernicana, sono pensatori fondamentali nel dialogo critico con Negri nel periodo, così come faremo una panoramica sulle riviste Quaderni Rossi e Classe Operaia, che hanno sviluppato la metodologia della co-ricerca e dell'inchiesta operaia, e sull'organizzazione rivoluzionaria Potere Operaio che spinge al limite la problematica dell'organizzazione nella prima fase dell'operaismo verso il movimento dell'Autonomia degli anni '70, che sarà analizzato per porre una serie di nuovi problemi e nuovi soggetti delle lotte che costringono all'aggiornamento del metodo operaista. Tutti questi aspetti sono inseparabili dall'esperienza operaista-autonomista di Negri nel periodo, che termina con la repressione statale del movimento sociale italiano e l'arresto di Negri. Infine, la tesi, presentando una serie di concetti come il rifiuto del lavoro, l'autovalutazione proletaria, la crisi della legge del valore, tra gli altri, discute filosoficamente una linea del marxismo ancora marginale nella discussione del pensiero contemporaneo e fornisce una serie di meccanismi utili per l'analisi delle trasformazioni della composizione di classe.

**Parola chiave:** Accelerazionismo; Antonio Negri; Autonomia; Operaismo; Prospettivismo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. O OPERAÍSMO ITALIANO: A CONQUISTA DO MÉTODO</b> .....	28
1.1. O operaísmo italiano: por dentro, contra e por fora a ortodoxia do movimento oficial operário italiano.....	28
1.2. <i>Quaderni Rossi</i> : teóricos nos portões das fábricas.....	39
1.3. <i>Classe Operaia</i> : o operaísmo propriamente dito.....	54
<b>2. A FILOSOFIA OPERAÍSTA DOS ANOS 60: RANIERO PANZIERI, MARIO TRONTI E ANTONIO NEGRI</b> .....	69
2.1. A filosofia de Raniero Panzieri.....	70
2.1.1. O controle operário como contrapoder: o gérmen para um conceito imanente de autonomia.....	71
2.1.2. A crítica da técnica em Panzieri: a abertura de uma perspectiva de reapropriação do capital fixo e de uma recomposição antagonista da classe operária.....	82
2.1.3. Entre o plano e o verdadeiro limite do capital: crítica à forma-desenvolvimento....	93
2.2. A filosofia de Mario Tronti.....	104
2.1. A revolução copernicana de Tronti: o perspectivismo operário e a força motora das lutas.....	104
2.2.2. Perspectivismo e aceleracionismo das lutas: niilismo ativo e as potências da alienação.....	126
2.2.3. Tronti, <i>o primeiro pós-operaísta</i> : a tese da autonomia do político como transcendência em relação às lutas.....	144
2.3. As contribuições filosóficas de Antonio Negri na primeira fase do operaísmo.....	153
2.3.1. A <i>Aufhebung</i> do socialismo no capital: da necessidade de destruir a dialética capitalista.....	154
2.3.2. Entre Keynes, Schumpeter, o Estado-plano e a crise: da contradição ao antagonismo.....	166
<b>3. O OPERAÍSMO EM MOVIMENTO: DO ESTADO-PLANO AO ESTADO-CRISE NA</b>	

FILOSOFIA OPERAÍSTA DE NEGRI, HEGEMONIA E CRISE DO OPERÁRIO-MASSA.....	186
3.1. <i>Potere Operaio</i> : entre a hegemonia, a crise e a crítica, e o “fim” do <i>operário-massa</i> .....	187
3.1.3. A crítica do feminismo autonomista à <i>Potere Operaio</i> : o método operaísta em expansão.....	207
3.2. A filosofia operaísta de Negri no início dos anos 70: o partido da recusa do trabalho, a crise do Estado-Plano e a formação do Estado-Crise.....	215
3.2.1. A crise do Estado-Plano: o bloqueio da lei do valor e o dinheiro como campo de antagonismo.....	215
3.2.2. Estado-crise e a forma-empresa: violência, comando e valor pela lei.....	232
3.2.3. A hipótese negriana do partido da recusa do trabalho: a problemática da organização no limiar do operário-massa.....	249
3.3. Desdobramentos da metodologia operaísta 1: o dispositivo-Lenin.....	272
<b>4. O OPERÁRIO-SOCIAL: AUTOVALORIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO, SUBVERSÃO.....</b>	<b>282</b>
4.1. <i>Autonomia Operaia</i> : entre a aceleração das lutas e a repressão ao movimento de 77.....	283
4.2. A filosofia operaísta de Negri na emergência do operário-social: as possibilidades de composição política do proletariado difuso, o ataque à riqueza social e a autovalorização.....	295
4.2.1. O operário-social: a composição maquínica do proletariado difuso e a crítica ao Compromisso Histórico.....	296
4.2.2. A temática do salário-social: a luta proletária pelo gasto público.....	326
4.2.3. A crítica da constituição material do Estado-Crise: a recusa do trabalho como autovalorização proletária contra o comando coercitivo do Estado.....	335
4.2.4. Autovalorização como uma lógica diferencial e anti-dialética da separação, por um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas: a maturação e a crise do pensamento político negriano dos anos 70.....	350

4.3. Desdobramentos da metodologia operaísta 2: lendo Marx politicamente pelos <i>Grundrisse</i> ou, o marxismo como ciência operária da crise e da subversão.....	375
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>388</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>398</b>

## INTRODUÇÃO

Nos parece inegável que à esquerda do pensamento político contemporâneo, paradoxalmente, o pensamento marxista mais tradicional é aquele que menos ofereceu ferramentas teóricas e práticas adequadas para a análise das lutas de classe do nosso período. Enquanto o pensamento feminista, o pensamento negro, o pensamento indígena e o pensamento *queer*, por exemplo, absorvem aquilo que lhes convém na análise do marxismo, modificando quando necessário suas categorias, as criticando quando preciso e abandonando outras e criando novas e, assim, parecem captar muito melhor a materialidade das lutas do nosso tempo, o marxismo, preso entre a ortodoxia da análise, o peso de sua própria tradição e o congelamento voluntário e, portanto, autoinfligido de suas próprias categorias, parece ter acompanhado, apenas à meia luz, o último grande ciclo de lutas democráticas de nosso século, que explodiu na praça Tahir, dando início à Primavera Árabe, passando por experiências análogas do 15M na Espanha, pelo movimento de *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, até as revoltas de Junho de 2013 no Brasil, movimentos em que uma multiplicidade de atores políticos subiram aos palcos das lutas, e que — tirando sua capacidade de lutar — pouco tem a ver com os moldes subjetivos da figura de classe da análise marxista do operário-fabril. Poderíamos, assim, falar de uma crise do marxismo, no sentido de que, em relação às novas lutas e aos novos sujeitos e mesmo em relação às novas formas de exploração e libertação, ele está de certa forma defasado, enquanto não considerar em sua análise classista, a existência dessa multiplicidade de figuras subjetivas.

Na contramão deste cenário, no entanto, — e como veremos na tese, na defesa irremediável de que a crise, como produção de luta, é possibilidade de invenção do novo — a filosofia e o pensamento militante de Antonio Negri buscou sempre estar atualizada e em defesa do ponto de vista dos “novos” sujeitos sociais — mulheres, desempregados, homossexuais, negros, minorias, precarizados, estudantes, migrantes, pobres — e nas novas formas de luta que expressam seus desejos e necessidades, incompatíveis, às vezes, com as perspectivas mais ortodoxas tanto do marxismo quanto do pensamento de esquerda. Sua trilogia *Império*, escrita com Michael Hardt, antecipou e fomentou o grande último ciclo de lutas democráticas da última década. Em um contexto de uma amálgama disforme de novos sujeitos, seu conceito de Multidão serviu não como guia, mas como uma reflexão *just in time* para um novo conceito de classe, não mais homogênea, mas que só pode ser pensada a partir

de sua multiplicidade interna<sup>1</sup> — por mais que, nessa tentativa, não foram poucas às críticas de setores do pensamento de esquerda e do marxismo, acusando Negri de leituras enviesadas de Marx, anticlassistas, afirmativas ou “pós-modernas” demais.

Em nossa perspectiva, a posição firme, confiante e alegre de Negri, em relação às possibilidades das lutas e sua capacidade de não só enfrentar, mas dar solução e indicar uma via também revolucionária à teoria, está enraizada “no berço”, ou seja, em sua experiência teórica e militante na Itália nos anos 60 – 70. Naquele período, o movimento institucional e parlamentar de esquerda, mesmo que alternasse constantemente entre o poder no governo na forma de um partido forte, vivia uma crise interna, ou seja, semelhante ao pensamento de esquerda-marxista contemporâneo, ele era incapaz de fornecer um modelo teórico e organizativo adequado à luz das novas lutas e dos novos sujeitos que estavam surgindo no seio do desenvolvimento capitalista italiano. Contra esse movimento e contra essa incapacidade, que se tornou cumplicidade ao poder hegemônico do capital e, por isso, contra o próprio movimento oficial dos trabalhadores, Negri e seus companheiros avançavam, mais próximos à realidade dos trabalhadores e de suas lutas, na pesquisa marxista autônoma. Era, nos anos 60, a origem do movimento de pensamento heterogêneo, um misto de pesquisa marxista subversiva e prática militante, filosofia e sociologia, que ficou conhecido como *operaísmo*. Como movimento de pensamento, o operaísmo produziu uma série de ferramentas teóricas e metodológicas para a análise dessas transformações do capital e da subjetividade que respondiam, deste modo, a uma certa inércia do pensamento marxista praticado pelos partidos e sindicatos. Como prática-militante, os operaístas ajudaram na promoção de uma série de lutas autônomas que, por sua vez, produziram, com breves intervalos, uma profusão de ciclos de lutas que se estenderiam até o final dos anos 70, transformando radicalmente o contexto interno à política e a luta de classes italiana, com influências globais indiscutíveis. Essa história, no entanto, não é linear e possui uma série de rupturas e transformações internas. Na passagem dos anos 60 para os 70, por exemplo, o operaísmo, baseado, inicialmente, nas lutas fabris, começa a se interessar cada vez mais pelos “novos sujeitos” protagonistas das lutas do período: desempregados, estudantes, as mulheres protagonistas das lutas feministas, os terceirizados e mesmos aqueles que se recusavam em trabalhar, que formavam, sem exclusão mútua, o que ficou conhecido, nos anos 70 na Itália, como o movimento social, inventivo e confrontador da *Autonomia*. Entre esses dois movimentos, ou, mais precisamente, no que cruza um e outro, Negri não foi um simples observador externo e

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de Multidão como um conceito de classe, (cf. PIROLA, 2017).

um teórico exógeno, pelo contrário, ele foi considerado uma peça fundamental mesmo aos olhos mistificados e ideológicos do Estado e dos seus aparelhos repressivos que, em 79, condenam Negri e uma série de outros militantes da Autonomia à prisão, considerando Negri como o “líder secreto” da Autonomia, e portanto, de ser um “planejador” de “atos terroristas” contra o Estado e a ordem pública.

Dentro dessa conjuntura, ao retornar ao contexto problemático da Itália nos anos 60 – 70, propomos na tese uma investigação do pensamento negriano em seu período operaísta-autonomista. Em primeiro lugar, porque acreditamos que essa experiência fornece ferramentas metodológicas e teóricas que, não só Negri recorrerá em toda sua obra, como, em nossa perspectiva, são fundamentais para uma saída dos impasses vividos pela esquerda marxista contemporânea, aproximando a realidade da teoria às lutas. Nesse período, como veremos, a uma plena coextensão entre a teoria, a militância, e a relação entre as duas, além disso, essa experiência coloca muito dos problemas organizacionais que ainda vivemos. Em segundo lugar, o operaísmo-autonomismo, como movimento de pensamento, é ainda uma figura marginal e praticamente desconhecida na discussão do pensamento do marxismo, mesmo que seja uma das experiências mais ricas do último século, em termos, tanto de produção teórica quanto de prática militante, portanto, tem muito o que nos ensinar. Essa marginalidade em relação ao operaísmo-autonomia, é ainda mais característica em relação ao contexto da pesquisa brasileira, com pouquíssimo material traduzido para o português, mesmo se compararmos com o próprio pensamento negriano posterior, que, no contexto brasileiro, foi melhor recebido em relação às obras tardias como *Império*<sup>2</sup>. Desta forma, se o pensamento de Negri hoje é conhecido, principalmente pela recepção dessas obras mais recentes, em relação à sua produção teórica do período operaísta, o conhecimento, principalmente no Brasil, é bastante deficitário.

Uma das categorias fundamentais para o desenvolvimento do operaísmo que será longamente analisada na tese é a categoria de análise da composição de classe. Para os operaístas, o capital é uma relação antagônica, aberta, ou seja, é uma relação que se expressa como uma disputa de forças e afirmação de poder, entre a subjetividade que dá corpo à classe operária, em um determinado período histórico, contra as formas que dão corpo à classe capitalista determinada, também em cada período. A composição de classe, portanto, é o modo pelo qual a força de trabalho, como subjetividade antagonista ao capital, está

---

<sup>2</sup> O único livro desse período traduzido é *Marx Além de Marx*, que, por mais que seja um dos mais fundamentais e já representa a reflexão madura de Negri do período, ainda compreende apenas uma parte da produção negriana dos anos 60–70.

organizada em relação a ele, disputando seu poder, sua força, com ele e contra ele. Nesse sentido, o operaísmo produz uma inversão de ponto de vista e perspectiva, buscando fortalecer, contra a análise da composição orgânica do capital, isto é, de sua estrutura econômica e política, ou mesmo da soma de suas transformações tecno-científicas, não os elementos de dominação, mas o ponto de vista em que essa estrutura é possível de ser subvertida pela luta da classe operária e pela sua capacidade de organização política. Portanto, a composição de classe é uma categoria dinâmica, capaz de fornecer uma metodologia adequada para uma análise do confronto entre o capital e o trabalho, principalmente, quando essa relação vê a emergência de novas subjetividades, de novas formas de subjetivação pela luta que surgem desse confronto. É o caso, como veremos na tese, do confronto entre os operários e o PCI (Partido Comunista Italiano) nos anos 60, em relação à temática da recusa ao trabalho: por meio da luta salarial, das greves constantes e da sabotagem, os operários italianos afirmavam cada vez mais uma prática de recusa da disciplina fabril, uma recusa ao trabalho que se contrapunha à matriz ideológica e de desenvolvimento econômico defendida como programa pelo PCI e pela prática sindical. Como afirma Nanni Balestrini (cf. 2016, p. 6) em seu clássico livro *Queremos Tudo*, é o surgimento de uma nova figura social, estranha à ideologia do trabalho, da ética profissional, e incapaz de se reconhecer como portador de uma profissão e se identificar com ela. Sua relação com trabalho significa apenas encontrar uma fonte de renda que lhe permita viver, não recusando, assim, o dinheiro, mas recusando trabalhar demais. Nesse sentido, nada mais evidente que seu estranhamento em relação às expectativas de desenvolvimento, no apelo à participação — e ao sacrifício pela exploração — do trabalho. No entanto, à medida que percorre as diferentes etapas da organização do trabalho (a mobilidade, a fábrica e mesmo o desemprego), o estranhamento e a alienação se convertem em oposição política manifesta, em rejeição do trabalho assalariado e, em última instância, em prática de revolta destrutiva, isto é, recusa ao trabalho, no momento em que “sua história individual se torna a história coletiva da classe operária” (BALESTRINI, 2016, p. 6). Como veremos na tese, Negri e os operaístas, contra o movimento operário oficial, buscarão se aproximar dessa subjetividade e de suas lutas, se aliando a elas e buscando promover seu rompimento imediato com a relação de exploração capitalista, percebendo assim que, menos do que o equilíbrio e o desenvolvimento do sistema, elas carregavam todo o antagonismo necessário para colocar o capitalismo em crise, e assim o fizeram.

Sendo assim, o operaísmo italiano nos traz uma lição importante: quando há separação entre o desejo da classe que expressa, pelo seu comportamento, não só suas necessidades

mais imediatas, mas também seu antagonismo, e o movimento oficial de esquerda que representa a teoria oficial vigente, é necessário seguir o primeiro em detrimento do segundo, visando transformar a teoria em um mecanismo de apoio do primeiro, em um vetor pelo qual as lutas também possam se expressar e não apenas obedecer. Nesse sentido, o operaísmo é atravessado por uma série de crises, rupturas e cisões internas que testam a força e a capacidade do seu método e de seus militantes de *pensar em movimento*: quando no final dos anos 60, a recusa do trabalho operária se socializa e se torna um comportamento padrão também de todo proletariado, é o momento em que o operaísmo deve abandonar, como única figura hegemônica, o operário-fábrica e, portanto, ver nas lutas do proletariado difuso emergente, na recomposição social capitalista dos anos 70 e na constituição do movimento da Autonomia, um novo sujeito, ou mesmo novos sujeitos das lutas, reformulando, portanto, contra qualquer ortodoxia, cristalização ou calcificação da teoria, a prática teórico-militante. Portanto, a prática do pensamento de Negri no período é exemplar: ele viveu, entendeu e extraiu como poucos os sentidos da teorização operaísta dos anos 60, ao mesmo tempo em que, nos anos 70, foi talvez o principal teórico do movimento da Autonomia. Aqui, é o momento de lançarmos à mão uma hipótese que devemos testar e desenvolver na tese: em nossa perspectiva, na passagem dos anos 60 para os 70, por meio da filosofia de Negri, há menos uma descontinuidade ou ruptura entre o operaísmo e a Autonomia, do que uma *continuidade diferencial* do método de análise negriana por meio de sua transformação interna: ou seja, o método operaísta permite que Negri leia, por meio da análise da composição de classe, a transformação dos sujeitos e das lutas, dando forma, no caso, a passagem do operário-massa para sua tese do operário-social. Nesse sentido, aprendemos que a verdade do método operaísta da análise da composição de classe é sua própria transformação, adaptada às lutas e a subjetividade emergente do confronto contra o capital, e nesse sentido, o operaísmo não poderia ter seu destino ligado ao fim da hegemonia do operário-fábrica. Portanto, o método só pode existir diferencialmente, por meio da própria análise das rupturas ou saltos na subjetividade e transformações no capital e, nesse sentido, faz pouco sentido falar em pós-operaísmo ou neo-operaísmo, mas, apenas, operaísmo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Sabemos que muito da pesquisa pós-autonomista dos anos 70, vinculada aos pensadores italianos, incluindo aí o próprio Negri, é comumente chamada de *pós-operaísmo*. No entanto, preferimos passar o termo a um escrutínio crítico aqui: não há razões objetivas para se usar “pós-operaísmo” para se referir a essa nebulosa de pensadores que participaram do operaísmo e da autonomia e, nas décadas posteriores, buscaram atualizar o método operaísta dada às transformações do capitalismo, do trabalho e da subjetividade, em uma renovada composição, tanto do classe quanto do capital, ou mesmo, aqueles que hoje, como nós, buscam atualizar o método operaísta e pesquisam sobre o tema. Nesse sentido, o correto é *apenas operaísmo*, considerando que o operaísmo, sem posteriores mistificações, nunca foi fechado em uma figura subjetiva (como a figura do operário-massa dos anos 70 na Itália). Preferimos, então, chamar de pós-operaísmo aqueles pesquisadores que,

Deste modo, é necessário não apenas apresentar isoladamente o pensamento de Negri no período, mas estudar as revistas, os grupos e o contexto histórico pelo qual Negri passou e seu pensamento foi ganhando consistência, além de analisar, filosoficamente, o pensamento de Raniero Panzieri e de Mario Tronti, os dois principais teóricos operaístas dos anos 60, aos quais Negri não apenas parte de sua reflexão teórica, dialogando com sua obra, mas também os confronta diretamente, no momento em que o operaísmo deve atualizar seu método de análise da composição de classe contra os próprios mentores do método. Por fim, esse percurso pelo contexto histórico e pelos principais interlocutores de Negri, se justifica também pela prática operaísta da *conricerca* (copesquisa) que, originária na *inchiesta operaia*, isto é, na pesquisa marxista de chão de fábrica, criou uma verdadeira rede transversal de pesquisa e militância ativa, envolvendo a colaboração entre os pesquisadores e os operários na investigação, não apenas das condições de trabalho, mas também das relações de poder na produção e nos anos 70, no campo da reprodução social, buscando não apenas entender, mas intensificar a dinâmica das lutas de classe. Uma das características da copesquisa é uma espécie de produção quase anônima de conceitos que, circulando entre os ambientes de luta e de discussão teórica, se tornam menos explicadores do que operadores da luta de classe: é o próprio caso da recusa do trabalho, ao mesmo tempo, um conceito, um comportamento, uma demanda e uma palavra de ordem revolucionária no período. Desta forma, escolhemos o método de exposição conceitual histórica na tese, por ser a melhor forma de apresentar essas transformações, tanto no método operaísta, quanto no pensamento negriano do período, apresentação histórica aqui que, senão fosse feita, tornaria ininteligível alguns dos conceitos filosóficos que apresentamos e debatemos na tese.

Portanto, após propormos e explicarmos o contexto problemático e a justificação das escolhas conceituais, históricas e dos filósofos que trabalharemos na tese, é o momento de apresentarmos, de maneira concisa, a hipótese principal que trabalharemos e defenderemos no decorrer do estudo: de que o operaísmo italiano, principalmente pelo modo construído por

---

definitivamente *abandonaram o método operaísta de copesquisa: estes são, definitivamente, os pós-operaístas*. O primeiro deles, é, sem dúvida, o próprio Mario Tronti, como veremos na tese. Ainda um comentário sobre o termo “neo-operaísmo” que apareceu em um livro (cf. REIS, 2020, comp) organizado recentemente (que compartilha da crítica do pós-operaísmo, mas tenta captar essa distinção entre o operaísmo clássico e o que seriam os novos operaísmos.) Em nossa perspectiva, nos distanciando, por exemplo, da interpretação de Andrea Fumagalli (FUMAGALLI, 2020), não é necessário usar o termo neo-operaísmo, pois ele tende a fraturar um campo de pesquisa de esquerda que já é bastante marginalizado, além disso, podemos afirmar que o operaísmo — ao insuflar a copesquisa ao contrapelo da ideologia de esquerda — desde sempre já foi “neo-operaísmo”, enquanto o neo-operaísmo e os que se autodenominam “neo-operaístas” devem permanecer *operaístas* se não quiserem compartilhar apenas de um aparato ideológico, encenando uma radicalidade e militância abstrata desvinculado das lutas reais. Sobre a própria perspectiva recente de Negri sobre o tema, em boa parte próxima a nossa perspectiva: (cf. NEGRI, 2022).

Negri, é construção, no marxismo, de um perspectivismo da classe trabalhadora e um aceleracionismo das lutas como os postulados de uma ciência operária da crise e da subversão. Por perspectivismo, nos referimos à capacidade teórica de desmontar, dentro da crítica da economia política, as construções objetivistas, deterministas e teleológicas que, intencionalmente ou não, acabam por reproduzir ou justificar o ponto de vista do capital sobre a crise, sobre a tendência do desenvolvimento social e sobre a determinação da composição técnica e política da classe e, portanto, do capital sobre o comando de sua própria composição orgânica. A genealogia desse perspectivismo pode ser referida tanto à tese de Raniero Panzieri que afirma que o único verdadeiro limite ao desenvolvimento do capitalismo é a ação da classe operária, quanto ao giro copernicano de Mario Tronti, na sua obra-prima, *Operários e Capital*, na qual Tronti argumenta que são as lutas de classe que determinam o desenvolvimento do capital. Ambas as teses, em vez de considerar os trabalhadores como sujeitos passivos, ou seja, sujeitos da exploração pelas forças econômicas e políticas, invertem a perspectiva, os colocando no centro da determinação histórica por meio das suas lutas. Portanto, da mesma forma que o capital produz suas categorias na forma da ciência econômica, a classe operária, em defesa de seu próprio ponto de vista irreduzível, deve produzir as suas e, portanto, sua própria ciência política contra a justificação do ponto de vista do capital, que é seu inimigo. Por fim, como veremos na tese, Negri parte desse pano de fundo e, dialogando com Panzieri e Tronti, extrai desse perspectivismo suas consequências últimas e busca levá-lo ao seu limiar de desenvolvimento. Por meio do perspectivismo, Negri e o operaísmo adicionam, no marxismo, a linha da análise da subjetividade como um elemento irreversível de qualquer teoria materialista. Esse perspectivismo é complementado por um aceleracionismo das lutas<sup>4</sup>. Por aceleracionismo, nos referimos, aqui, contra o

---

<sup>4</sup> O termo “aceleracionismo” motivou muita polêmica e disputa no campo da filosofia contemporânea. No entanto, aqui, o tomamos emprestado em um sentido completamente diferente do que o usado por aqueles que se consideram “aceleracionistas de esquerda”, ou mesmo aquilo que comumente é referido à “aceleracionistas”. No entanto, compartilhamos com os “aceleracionistas,” “em geral”, a perspectiva genealógica que considera que o primeiro “aceleracionista” foi Marx e de que o melhor marxismo é aceleracionista e não pode não o ser. No entanto, tanto à interpretação sobre o sentido desse “aceleracionismo” quanto a filosofia política defendida pelos ditos “aceleracionistas de esquerda” são algo que, pela via do operaísmo, criticamos em profundidade. Em resumo, nossa definição de aceleracionismo, via operaísmo e que acreditamos estar de pleno acordo com o pensamento marxiano, é de que o que deve ser acelerado são as lutas contra o capital, ou seja, se deve acelerar o antagonismo, ao contrário das concepções aceleracionistas que defendem a aceleração do próprio desenvolvimento capitalista com vias de produzir contradições que levarão o sistema à crise e a sua superação, numa espécie de retorno da tese determinista, ou mesmo uma aceleração da tecnologia e da ciência (uma espécie de ciber-socialismo), as duas concepções que, em nosso ponto de vista, apenas reproduzem o ponto de vista do capital sobre o desenvolvimento e a crise, algo que o perspectivismo operaísta desmonta. Para um aprofundamento dessa questão, indicamos nosso texto, em que por uma leitura operaísta e também deleuze-guattariana, criticamos tanto a filosofia aceleracionista de Nick Land quanto o “aceleracionismo de esquerda” dos pensadores Nick Srnicek e Alex Williams (cf. FORTES, PIROLA, 2021, p. 22–60).

desenvolvimento do capitalismo, a tese que propõe uma intensificação das lutas, do antagonismo e da capacidade de colocar o capitalismo em crise, por meio de uma análise que procura encontrar, no fio da subjetividade e na composição de classe, as linhas de força possíveis de intensificação do conflito. Como veremos na tese, a recusa do trabalho pode ser lida por esse prisma aceleracionista: contra os críticos da alienação, por exemplo, os teóricos operaístas interpretavam que, como uma contradição interna ao próprio desenvolvimento do capitalismo, sendo um resultado do processo de abstração do trabalho, ela condicionava uma tendência possível de ser explorada revolucionariamente: o trabalhador alienado, desenraizado do trabalho, sem vínculos orgânicos com ele, está muito mais próximo da recusa do trabalho do que o operário-profissional e qualificado das grandes fábricas da aurora leninista, portanto, muito mais próximo da recusa da totalidade da relação capitalista, isto é, da recusa do trabalho como política subversiva, adequada a um projeto revolucionário comunista imediato, sem saltos ou desvios socialistas. Nesse movimento, a crítica da economia política, ou seja, a ciência perspectivista operária se torna teoria da organização política. Como veremos durante a tese, a problemática da organização política é essencial para o operaísmo e a teorização sobre a forma adequada revolucionária, o partido, é uma constante preocupação de Negri no período e será devidamente analisada na tese. Quando estamos falando de projeto revolucionário aqui, estamos falando de uma teoria adequada de transição ao comunismo: o perspectivismo operário e o aceleracionismo político mobilizam uma crítica ferrenha ao socialismo, ao mesmo tempo que afirmam um comunismo imediato, imanente, na esteira da definição marxiana e engelsiana da *Ideologia Alemã*, não como um estado de coisas a ser instaurado ou como um ideal pelo qual a realidade deverá se direcionar, mas como o movimento real que supera e destrói o “estado de coisas”. Por fim, veremos como a teoria da organização negriana do período está preocupado com três critérios: imanência da organização à classe, materialismo da análise de composição de classe, e, por fim, identificação do antagonismo como a categoria central da organização, na esteira de um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas que, em nossa perspectiva, se apresenta como uma crítica efetiva à transcendência de esquerda, ou seja, qualquer teoria que se sobrepõe e se contraponha às lutas de classe, na defesa de um ponto de vista macro, universal, que sempre é o ponto de vista do capital ou é obliterado e capturado por ele.

Nos resta apontar alguns aspectos formais, metodológicos e objetivos, para concluir a introdução. A metodologia de pesquisa é fortemente influenciada pelo método operaísta de

---

análise e sua copesquisa, ao qual derivamos, em grande medida, nosso próprio perspectivismo e aceleracionismo das lutas. Buscamos, assim, sermos herdeiros da contribuição operaísta, além de fazermos também uma discussão sobre o método desenvolvido pelo operaísmo italiano. Como essa tese também é “sobre um autor”, ela deve, em certa medida, funcionar também como uma apresentação e introdução do período *operaísta-autonomista* da obra de Negri, ao mesmo tempo que também introduz Panzieri e Tronti. Vale mencionar, ainda, dado a nossa posição de pesquisadores brasileiros, a grande dificuldade de ter acesso aos textos em italiano do período, alguns deles publicados recentemente, inclusive, sobre o pensamento operaísta e o movimento da Autonomia, e mesmo alguns livros de Negri no período, seja em forma online ou impressa, que foram impossíveis de encontrar, lacunas o qual buscamos da melhor maneira possível sanar<sup>5</sup>.

Por fim, nos resta apresentar os capítulos e seu conteúdo geral: no capítulo 1, *O Operaísmo Italiano: a conquista do método*, visamos introduzir o operaísmo italiano, seu contexto histórico, político e conceitual, explorando as principais contribuições teóricas das revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*, nos auxiliando assim, a compreender o método da análise da composição de classe, elemento fundamental para analisar as contribuições da primeira onda do pensamento operaísta dos anos 60. Desenvolvemos, assim, as noções operaístas conceituais-metodológicas de *conricerca* e *inchiesta operaia*, assim como apresentamos a crítica operaísta ao togliatismo no PCI, que, configurará na separação entre o operaísmo e o movimento oficial operário do período.

No capítulo 2, *A Filosofia Operaísta dos Anos 60: Raniero Panzieri, Mario Tronti e Antonio Negri*, mergulhamos na filosofia constituinte da primeira fase do operaísmo nos anos 60. Investigamos a tese panzieriana do controle operário, apresentada por Panzieri nos termos de um contrapoder ao poder capitalista, uma tese que por mais que rudimentar, é fundamental pelo contexto genético de uma perspectiva de autonomia operária para a filosofia porvir operaísta. Da mesma forma, analisamos a crítica da técnica de Panzieri que desponta como uma das primeiras críticas bem fundamentadas ao desenvolvimento capitalista italiano às custas da exploração do trabalho e, nesse sentido, é uma crítica direta ao PCI, ao mesmo tempo, abrindo a perspectiva inovadora de um outro desenvolvimento, autônomo de classe, e pela possibilidade, assim, de uma reapropriação antagonista do capital fixo que, futuramente, será importante para a formulação negriana do operário-social. Por fim, analisamos as categorias de Panzieri do “plano do capital” e do Estado como “figura coletiva da classe

---

<sup>5</sup> Agradecemos o auxílio de Giuseppe Cocco e Bruno Cava, por conseguir materiais de pesquisa essenciais, sem as quais essa tese ficaria ainda mais incompleta.

capitalista”, essenciais para as definições de Negri do Estado-Plano e das suas constantes reformulações da forma-Estado, assim como sua tese da recusa operária como o verdadeiro limite do capital, genealogicamente importante para nossa tese do perspectivismo operaísta. Também desenvolvemos no capítulo uma análise da obra-prima da primeira fase do operaísmo, *Operários e Capital*, de Tronti. Investigamos como a tese do giro copernicano é essencial para um perspectivismo marxiano que será desdobrado profundamente por Negri, assim como analisamos a tese aceleracionista de Tronti da alienação ao trabalho, fundamental para a formulação da tese do operário-massa que, como veremos, é a figura subjetiva de classe que encarna a recusa do trabalho como comportamento e demanda nos anos 60. Por fim, fazemos um sobrevôo crítico pela tese da Autonomia do Político de Tronti que, no contexto do operaísmo, significa a defesa do entrismo no PCI e o abandono da autonomia operária. A analisamos criticamente como um caso de uma transcendência de esquerda e do abandono da perspectiva das lutas em prol de um ponto de vista estatal que acaba fortalecendo uma separação entre a classe e o movimento operário oficial, privilegiando, assim, o ponto de vista do capital. Desta forma, afirmamos criticamente que Tronti é o primeiro “pós-operaísta”, ou seja, o primeiro a abandonar o método que ele ajudou a desenvolver. Por fim, o capítulo busca desenvolver as principais contribuições de Negri nos anos 60 e a maneira como ele se apropria das teses de Panzieri e Tronti e as desenvolve a seu modo, nesse sentido, analisamos a crítica de Negri à constituição italiana de 48, uma constituição do trabalho que, pela ótica negriana, representa uma *Aufhebung* do socialismo pelo capital, apontando que o capitalismo interpreta a classe operária como seu antagonista, mas necessário ao desenvolvimento interno do seu sistema. Veremos também como Negri busca resolver uma aparente aporia na tese do giro copernicano de Tronti, defendendo a necessidade de uma ruptura com a dialética de reestruturação do capitalismo, na formulação aceleracionista de Negri da passagem de uma lógica da contradição a uma lógica do antagonismo operário. Finalizando o capítulo, investigamos a seminal análise de Negri do Estado-Plano, a partir de sua análise de Keynes, Schumpeter e Marx, dando forma ao seu perspectivismo que interpreta a reestruturação capitalista a partir dos anos 30, menos como uma resposta à crise de 29 do que como uma reação às lutas da revolução de Outubro de 17, portanto, como a busca pela massificação do trabalho, decompondo politicamente a vanguarda operária bolchevique, que dá origem a uma contradição ainda maior ao sistema capitalista, na forma de um trabalho massificado, mas unitário e que ataca o modelo do equilíbrio capitalista pela luta salarial, sendo, nesse sentido, a base da reflexão negriana sobre a figura do operário-massa.

No capítulo 3, *O Operaísmo em Movimento: do Estado-Plano ao Estado-Crise na filosofia operaísta de Negri, hegemonia e crise do operário-massa*, damos seguimento à exposição histórica dos conceitos operaístas e do pensamento negriano. Fazemos um sobrevôo sobre a organização política *Potere Operaio*, da qual Negri foi um dos líderes e que avançou em muito sentidos o debate operaísta sobre a teoria da organização, na passagem dos anos 60 para os 70, e ajudou a formalizar de maneira definitiva o conceito do operário-massa, assim como analisamos as razões metodológicas pela escolha coletiva em dissolver o grupo, em meados de 73. Nesse sentido, dedicamos um tópico à crítica feminista autonomista, de ex-membras de *Potere Operaio* ao grupo, Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Alisa Del Re e Leopoldina Fortunati, investigando de que modo sua crítica é fundamental para a atualização e expansão do método operaísta de análise que já começa, de seu interior, à se modificar, para poder incluir no campo de análise os novos sujeitos sociais emergentes e protagonistas das lutas do período. Por fim, retomamos a reflexão integral do pensamento de Negri do período. Em primeiro lugar, analisamos a tese negriana de que as lutas do operário-massa, por meio da pressão salarial e da recusa ao trabalho, destruíram a capacidade de planejamento capitalista do desenvolvimento nos termos do Estado-Plano keynesiano e extrairemos as consequências dessa tese, principalmente, de que ela significa um bloqueio com o funcionamento da lei do valor, e nessa passagem, veremos como o dinheiro se torna um campo de antagonismo direto entre a classe operária e o capital, dinheiro que, assim, perde sua função outrora essencial de mediação. Em segundo lugar, avançamos na tese negriana sobre a reestruturação capitalista dos anos 70, por meio da transformação da forma-Estado para aquilo que ele chama de Estado-Crise, forma-Estado que busca introjetar a lei do valor transcendentemente, ou seja, coercitivamente, na produção social cada vez mais autônoma e, que, portanto, superou as condições orgânicas e objetivas da troca entre trabalho e capital, o que configura o Estado-Crise como um estado empresarial cada vez mais parasitário das forças produtivas sociais e tendo que recorrer à violência política para conter as lutas de classe e a crise da lei do valor. Nesse sentido, investigamos também a posição aceleracionista das lutas de Negri sobre a crise capitalista. Por fim, analisamos a hipótese negriana do partido revolucionário de vanguarda de massa, um partido da recusa do trabalho, investigando como Negri mobiliza um pensamento da organização que tenta corresponder aos critérios de um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas, discutindo aí, os tópicos da luta armada e da crítica negriana ao terrorismo, ao mesmo tempo que a crise dessa tentativa de organização como imaginada por Negri, já prepara a reflexão negriana da perda da hegemonia do operário-massa, apontando o terreno futuro para sua formulação do

operário-social. Fechando o capítulo, desdobramos ainda uma característica do método operaísta que chamamos na tese de dispositivo-Lenin, isto é, sua inversão de perspectiva em relação à tradição leninista, valorizando no pensamento de Lenin sua capacidade de leitura adequada da composição de classe na Rússia do início do século XX, em detrimento das soluções organizacionais de Lenin que derivam, na ótica operaísta, da leitura situada da composição de classe. Portanto, a solução organizacional leninista não pode ser replicada em um contexto em que a composição de classe se transformou radicalmente, caracterizando o leninismo operaísta como uma continuidade diferencial às teses do próprio Lenin, mas de acordo com seu próprio método de leitura e, desta forma, como uma crítica ao leninismo ortodoxo, que perde a principal contribuição epistemológica de Lenin para uma ciência operária: sua análise da composição de classe.

Por fim, no último capítulo, *O Operário-Social: Autovalorização, Apropriação, Subversão*, avaliamos a filosofia setentista de Negri em sua relação militante e teórica com o movimento social da Autonomia. Fazemos um sobrevôo histórico sobre o movimento, passando pela crítica negriana da política reformista do Compromisso Histórico, assim como preparando o terreno para a reflexão negriana sobre a figura do operário-social, contextualizando, também, o contexto da repressão massiva que o movimento sofreu e que levou Negri injustamente à prisão. Avaliamos como Negri, ao atualizar o método de análise operaísta da composição de classe, apresenta sua tese do operário-social, considerando, aí, a proletarização massiva do trabalho que marcou a reestruturação capitalista dos anos 70. Investigamos como Negri defende a tese de que são as lutas operárias que determinaram a recomposição capitalista, e que a socialização e a proletarização não devem ser interpretadas como uma derrota, mas como a intensificação do conflito entre a classe proletarizada e o capital, da mesma forma que a crise do lei do valor deve ser afirmada e acelerada. Com a socialização das lutas e a extensão do comportamento da recusa do trabalho para toda sociedade, a filosofia da sabotagem negriana, nesse sentido, ganha também os contornos não apenas da greve, mas também da apropriação direta da riqueza, portanto, introduzimos o conceito de recomposição maquínica para explicar a extensão e o polo afirmativo da recusa do trabalho. Fundamental para a compreensão do novo sujeito proletário é a discussão negriana sobre o salário social, interpretada por Negri como um desenvolvimento da “antiga” luta salarial do operário-massa. A socialização do salário se expressa pela luta proletária pelo aumento contínuo do *Welfare*, ou seja, uma luta direta pelo gasto público, confirmando, na perspectiva de Negri, o confronto fundamental entre o proletariado difuso e o Estado, que, pelo controle do gasto público, extrai o mais-valor social do proletariado que, por sua vez,

afirma pela luta do salário social, sua luta pela apropriação direta da riqueza. Retomamos, também, uma discussão sobre a constituição material do Estado-Crise, crítica introduzida por Negri partir da tese da autovalorização proletária que intensifica o confronto entre o comando coercitivo do Estado e, por fim, avaliamos a maturidade do pensamento político negriano dos anos 70, quando ele retoma a tese da autovalorização a partir da lógica da ruptura anti-dialética, dando a forma mais sistemática ao seu perspectivismo e aceleracionismo das lutas. Concluindo a tese, desdobramos mais uma característica do método operaísta, desta vez, a leitura negriana-operaísta política de Marx, discutindo como os *Grundrisse* representam o modelo mais acabado para Negri, do pensamento marxiano da crise e da subversão operária, resolvendo assim, as contas de Negri com o marxismo determinista, objetivista e teleológico, fundando as bases de uma ciência trabalhadora da crise e subversão

## 1. O OPERAÍSMO ITALIANO: A CONQUISTA DO MÉTODO

Nesse capítulo, propomos uma introdução histórica e conceitual ao operaísmo italiano, apresentando, de modo geral, suas principais contribuições teóricas, na forma de uma análise das revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*, que determinam o que Negri chamará de operaísmo “cru” dos anos 60 e que desenvolvem as bases do método de análise que mobiliza a filosofia de Negri dos anos 60–70. No tópico 1.1. *O operaísmo italiano: por dentro, contra e por fora a ortodoxia do movimento oficial operário italiano*, apresentaremos em linhas gerais o que é o operaísmo italiano, seu contexto histórico, político e teórico, que se, primariamente, propunha uma crítica interna visando reformar o movimento operário oficial, com o desenvolvimento dos anos 60, acaba por se tornar uma cisão entre a pesquisa autônoma operaísta e o movimento social, “de baixo” operário, com o movimento “de cima” oficial operário, orientando assim, as bases do perspectivismo operaísta. Nos tópicos 1.2. *Quaderni Rossi: teóricos nos portões das fábricas* e 1.3. *Classe Operaia: o operaísmo propriamente dito*, analisaremos as principais contribuições internas das revistas mencionadas que constituem a primeira fase do pensamento operaísta, genealogicamente fundamental para o pensamento negriano do período.

### 1.1. O operaísmo italiano: por *dentro*, *contra* e por *fora* a ortodoxia do movimento oficial operário italiano.

O operaísmo italiano, como movimento de pensamento marginal dentro do marxismo oficial, é o herdeiro maldito e o filho bastardo da *união estável* de duas configurações históricas determinadas: a primeira, é a crise generalizada no pensamento de esquerda marxista europeu que se deflagra nos anos 50, com contornos italianos bastante precisos; o segundo progenitor é o chamado “milagre econômico” da rápida industrialização, que toma forma visível na Itália entre os anos 50 e 60. Como afirma o pesquisador e economicista francês, Yann Moulier-Boutang, a originalidade do operaísmo reside, não somente, como a “primeira alternativa em nível teórico à ortodoxia marxista predominante nos partidos comunistas”, mas também faz páreo “às teorias críticas produzidas pela Escola de Frankfurt, ao humanismo existencialista sartreano e, por fim, ao anti-humanismo estruturalista de Althusser” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 9-10). Filho da crise e do “milagre”, o

operaísmo só poderia se constituir, negando seus pais titânicos, como uma heresia às tradições e uma ruptura ao familiar — em suma, como um ataque direto e libertador, à hereditariedade da ortodoxia marxista que começava a se engendrar nos partidos oficiais do movimento operário em solo europeu.

Começamos pela crise do pensamento marxista de esquerda dos anos 50, como afirma Steve Wright (cf., [2002] 2017, p. 5), em seu livro *Storming Heaven*, lançado originariamente em 2002 e que permanece, em língua inglesa, como o estudo mais completo e referencial sobre a história, a teoria e a prática do operaísmo e seus desdobramentos, ela é uma crise composta por uma trinca de elementos que se co-determinam: o esmagamento da revolução húngara pelos soviéticos, o colapso do mito de Stalin que começa a fazer água em toda Europa e, por último, um mal-estar doméstico a acometer os militantes da esquerda italiana com relação às políticas do PCI (Partido Comunista Italiano) no pós-guerra. Ora, o que está em jogo aqui, como bem observado por César Altamira (cf., [2006] 2008, p. 119 – 120.), são as primeiras manifestações de crítica interna *ao socialismo*, mais especificamente, à guinada “de convergência de modos de vida nos dois lados da Cortina de Ferro” do último, que sacrifica assim, o próprio marxismo como movimento do pensamento revolucionário: “a esquerda europeia iria adotar uma política de renúncia implícita à tática de confrontação, à luta de classe contra classe, de bloco de poder contra bloco de poder, [...] enquanto privilegia *as condições objetivas de desenvolvimento das forças produtivas*” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 120, *grifo do autor*), substituindo a teoria revolucionária pela singular “admiração da virtude da economia mista” e aderindo assim, à tese da “transformação socialista” gradual, os partidos comunistas e socialistas acabavam por se deslocar da realidade cotidiana do chão de fábrica. Na Itália, o PCI, um partido efetivamente de massas no período, segue a linha hegemônica e condenatória da URSS contra as lutas na Hungria e também na Polônia, que passam a ser criticadas ou atacadas como movimentos de massa de manobra e como ferramentas de uma reação conservadora ao socialismo, buscando, assim, tampar as primeiras fissuras em relação ao Stalinismo a aparecerem na Europa em defesa, portanto, de uma noção de desenvolvimento *objetivista*. É contra essa realidade que começará a surgir as primeiras insurgências de dentro da esquerda contra o socialismo real: como afirma Balibar (cf, 2017, p. 97), “após a morte de Stalin [...] quando a perversão política do regime do socialismo estatal foi revelada pelo relatório de Khrushchev, mas também pela revolta húngara e sua violenta repressão, e uma nova onda de lutas operárias e anticolonialistas começou,” se torna uma questão, para os militantes e intelectuais comunistas, de se pensar uma “revolução dentro da revolução”, isto é, a busca de uma experiência crítica da experiência do socialismo real. É a

situação escancarada pelo contexto italiano: o PCI, na Itália, liderado nos anos 50 por Palmiro Togliatti, usará a ocasião das revoltas húngaras para insuflar, de dentro do partido comunista, a expulsão de qualquer tendência insurrecionista, isto é, qualquer linha contrária à linha mestra do partido e qualquer elemento que esteja mais próximo ao contexto cotidiano, “desde baixo” das lutas de classe operárias, ou seja, mais próximo das experiências mais vinculadas ao chão de fábrica e mesmo mais ativas nos sindicatos. Como aponta Wright, “em troca de seu silêncio sobre a política atual, para permanecer nos órgãos de liderança do PCI, o pequeno número de militantes e funcionários que se opuseram ao novo regime foram simplesmente expulsos do partido” (WRIGHT, [2002] 2017, p. 10). Ora, o que no contexto italiano é chamado de “togliattismo” representa não um caso isolado na Itália, mas uma tendência generalizada europeia que se espalha virulentamente pelo movimento operário oficial, e apesar das diferenças pontuais ou não com a liderança de Moscou, no pós-guerra, a experiência de esquerda oficial é *essencialmente reformista*<sup>6</sup>. A historiadora especialista do marxismo italiano, Cristina Corradi, aponta que “ao reafirmar sua lealdade à URSS, Togliatti confirmou uma linha marcada pelo *realismo tático*, que elegeu o terreno *parlamentar* como esfera privilegiada de luta, visando consolidar o marco constitucional e promover reformas estruturais” (CORRADI, 2011, n. p, *grifo nosso*). A consolidação dessa linha hegemônica do “realismo” tem em seu desenrolar, ainda nos anos 50, consequências decisivas para a busca de uma linha alternativa de pensamento, prática militante e política marxistas, portanto, é um elemento essencial para o desenvolvimento de *ponto de vista radical baseado nas lutas de classe* que formularão, gradualmente, o *perspectivismo operaísta*: com o abandono da política (no sentido revolucionário), por parte do partido e, em grande medida, da atividade sindical do próprio do chão da fábrica, restava buscar outras alternativas para o pensamento revolucionário. Em 55, no entanto, uma derrota sindical na FIAT escancara que os rumos da política do partido não estão em sintonia com os operários. O que se passou, então, entre a experiência de *derrota sindical* de esquerda em 1955 na FIAT, a maior fábrica italiana no período, com larga tradição sindical, “no qual a liderança nacional do sindicato foi forçada a admitir que estava fora de sintonia com grande parte da força de trabalho” (WRIGHT, [2002] 2017, p. 30), e a afirmação, em 56, da política da “via italiana para o socialismo”, “democrática” e “pacífica”, assumida por Togliatti no comando do maior partido de esquerda italiano? Devemos explicar essa relação voltando às origens do “milagre econômico” da

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, experiências análogas ao operaísmo se espalham também pelo resto da Europa, por mais que não sem a mesma intensidade (assim como sem a mesma repressão por parte do Estado). Podemos, assim, falar de um operaísmo alemão, teorizado por nomes como Karl Heinz Roth e Angelika Ebbinghaus (1974), por exemplo, que chegaram a colaborar com os operaístas italianos.

industrialização italiana, e da transformação que ela produziu na *composição de classe* da classe operária italiana no período.

Para explicar o milagre econômico italiano do final dos anos 50 e início dos 60, devemos voltar ao contexto histórico italiano do pós-guerra: se, por um lado, a situação do país era de crise econômica profunda devido aos espólios da guerra, é verdade que isto não implicava em um obstáculo real ao retorno e expansão da acumulação e desenvolvimento capitalista: o grande obstáculo na realidade, era *outro*. Como afirma Steve Wright, “grande parte do capital fixo do país antes da guerra permaneceu intacto, ou até mesmo foi ampliado devido às demandas do tempo de guerra. Portanto, se existia algum grande obstáculo à acumulação, esse obstáculo era a própria *classe operária*” (WRIGHT, [2002], 2017, p. 6, *grifo nosso*). Ora, a vitória da resistência contra o fascismo, mobilizada, em larga medida, no interior das fábricas pelos operários, fortaleceu a autonomia operária no interior das fábricas. Ao se fortalecem como classe via luta contra o fascismo — o que levou ao crescimento massivo do PCI, com a adesão operária ao movimento oficial no período do pós-guerra — esses operários, a maioria nortistas, esperavam com a derrota do fascismo, senão o advento do socialismo e a revolução no país (um objetivo pelo menos latente e *tendencial* no desejo operário), ao menos, esperavam melhores salários e melhores condições de trabalho: “tal assertividade, no entanto, era *mais* do que os funcionários do capital italiano estavam dispostos a conceder; para eles, o caminho para a reconstrução pós-guerra só poderia passar pela restauração da *docilidade do trabalho*” (WRIGHT, [2002] 2017, p. 6, *grifo nosso*). Dito de outra forma, a docilidade do trabalho é também um sinônimo de uma política que não vê espaço *nenhum* para o antagonismo de classe. Ora, a política que o PCI seguirá a partir dos anos 50, sob a liderança de Togliatti, é a da “[...] política formal, em que a acomodação com outros grupos sociais era um pré-requisito para a participação” (WRIGHT, [2002] 2017, p. 7). Participação, ou seja, aliança entre as classes, na forma contratual da docilidade do trabalho por parte do operário que, por sua vez, receberia da burguesia “pós-fascista” o desenvolvimento nacional. O descompasso, no entanto, era evidente: aliados, o PCI, que ancorava sua política em um projeto desenvolvimentista pós-reconstrução da guerra e a burguesia italiana, que queria se reconstruir após sua aventura fascista, iam na contramão total ao desejo da classe operária por autonomia que, por sua vez, ia se demonstrar nos próximos anos como a base inalienável de qualquer projeto político futuro. Em vez de uma perspectiva de socialismo baseado na autonomia e controle operário das fábricas, o partido ofereceu, para depois *impor*, o desenvolvimento nacional e a participação com a burguesia no desenvolvimento em conjunto da Itália, o que só poderia ser conquistado pelo sacrifício e

exploração do trabalho operário, na forma de um massivo *aumento* de produtividade e no *retorno* violento da disciplina do trabalho (que tinha sido dinamitado na resistência contra o fascismo) que se caracterizaria por um “intenso desenvolvimento capitalista baseado em baixos salários, alta exploração da força de trabalho e integração no mercado europeu” (CORRADI, 2011, n. p.). É muito importante frisarmos a questão da imposição da docilidade e disciplina à força do trabalho subversiva emergente e organizada do período, ela é, em nossa perspectiva, um dos principais problemas ao qual o operariado surgirá em oposição e, como ainda veremos, como força destrutiva de ruptura à ortodoxia que começa a se calcificar no pensamento de esquerda italiano. Os operaístas, vão atacar essa separação total do movimento operário oficial da realidade cotidiana do trabalho e das lutas nas fábricas, ou seja, sua separação política, transcendente, da realidade da composição da subjetividade, ou seja, da composição da classe operária. Como afirma Negri (cf, 1979, p. 36–37) em suas memórias sobre os anos 50, o nível de idiotice e ignorância que preenchia o espaço do partido era tremendo: era necessário, assim, além de uma crítica do capital, baseada nas transformações massivas que o capitalismo vinha sofrendo, uma crítica *do* próprio marxismo institucionalizado que, em vez de combater as transformações do capital, estava se oferecendo para ser seu piloto.

Temos assim que as bases do “milagre econômico” italiano do início dos anos 60, se firma anos antes, nesse projeto ou *plano* capitalista, em uma aliança do PCI com os setores burgueses italianos, de um apelo pelo aumento massivo da produtividade, “sacrificando” assim (pelo menos temporariamente para alguns setores da esquerda ortodoxa), o projeto da autonomia operária conquistada nas fábricas:

[...] a ênfase é colocada no aumento substancial da produtividade como o caminho para a salvação da Itália. Em termos práticos, no entanto, qualquer aumento nesse sentido — que naquele momento oferecia aos funcionários a simples alternativa de trabalhar mais ou ser demitido — só podendo ser conquistado às custas do nível de organização do chão de fábrica da classe trabalhadora alcançado durante a Resistência. [...] a liderança do PCI não via grande problema em conceder — em nome de uma reconstrução econômica 'unitária' — a restauração da prerrogativa gerencial dentro das fábricas [...] As fábricas devem ser 'normalizadas', argumentava o boletim da federação do partido de Milão em julho de 1945 (WRIGHT, [2012] 2017, p. 8)

A classe operária perde seu partido (para nunca mais recuperá-lo, pelo menos, nos moldes oficiais), como explicita o relato de um trabalhador da Fiat, recuperado por Steve Wright, comparando os discursos de Togliatti nos anos 60, líder do partido comunista, com o discurso dos anos 70 de De Gasperi, líder do partido democrata-cristão:

Lembro-me de que, logo após a guerra, Togliatti veio falar na *Piazza Crispi* — e depois veio De Gasperi — e ambos argumentaram exatamente a mesma coisa; a necessidade de salvar a economia... Temos de trabalhar duro porque a Itália está de joelhos, fomos bombardeados pelos americanos... Mas não se preocupem porque, se produzirmos, se trabalharmos duro, em um ou dois anos estaremos bem... Assim, os militantes do PCI, dentro da fábrica, se propuseram a tarefa política de produzir para salvar a economia nacional, e os operários ficaram sem partido (WRIGHT, [2012] 2017, p. 8).

Sendo assim, podemos afirmar que o preço da reconstrução italiana, que desembocará no “milagre econômico” dos anos 60, tem pouco haver com uma atividade divina, mas foi às custas da exploração massiva dos trabalhadores. Esse processo, no entanto, não é linear, ou mesmo, não corresponde a uma dialética fechada e orgânica: ele é ensaboado de ponta a ponta por antagonismos, por micro-resistências subjetivas, que começam a deslizar e a escapar do controle do capital, do PCI e do Estado Italiano. Como analisa Fabio Guidali, na Itália: “à medida que [...] caminhava para o pleno emprego, vieram à tona as reações dos trabalhadores não qualificados, tanto às duras condições de trabalho nas fábricas fordistas, onde realizavam operações [...] alienantes que levavam à produção em massa, quanto aos salários inadequados” (GUIDALI, 2021, p. 2). Quando se fala, então, no “milagre italiano” dos anos 60, não se deixa de assumir, involuntariamente ou não, a *perspectiva mistificada do capital*, ou seja, seu ponto de vista, pois se esconde tanto o processo de exploração, quanto o de antagonismo que é o motor do desenvolvimento, que desembocará nessa configuração moderna do capitalismo italiano, algo que, em todos seus sentidos desmistificados, vai ser explorado de perto pelos operaístas. Como afirma Negri, a paralisia do movimento oficial operário era um misto, meio inconsciente, meio inconsequente, meio voluntarista, de *ignorância teórica* com boas doses de *má vontade política*, o que ia produzindo a situação de que “os partidos comunista e socialista, além de sua força organizacional, estavam completamente deslocados em relação ao desenvolvimento capitalista [...]” (NEGRI, 1979, p. 37). Os partidos, mesmo se clamando a *via* socialista, nada mais faziam do que tentar aperfeiçoar o modelo de Estado capitalista keynesiano pós 29, para o pós-guerra e, com veremos, a partir de 68, essa reconstrução, nesses termos é impossível e pelo ponto de vista da classe operária italiana, indesejável. Qual é, então, o conteúdo desse deslocamento em relação ao desenvolvimento capitalista? O que mudou?

Para entender o deslocamento no desenvolvimento capitalista, isto é, a transformação na composição orgânica do capital, era necessário, metodologicamente, seguir a linha que nos levava de volta ao antagonismo de classe, ao trabalho, sua realidade e suas lutas, *também* em transformação. O antagonismo apontava para a emergência, na Itália, do que os operaístas vão

denominar (apenas a partir de 68 é verdade — e certamente, em um atraso teórico —) de *operário-massa* e, com ele, a emergência pulsante de um novo ciclo de lutas que, de fato, já marca uma espécie de limiar de transformação desse mesmo operário massificado do fordismo. Daqui, o método operaísta nos ensinará uma lição: sempre que um ciclo de lutas se inicia ou termina, a composição de classe e o sujeito da luta não são mais os mesmos, pois há, em virtude da classe ou do capital e, em qual medida, é algo que apenas a copesquisa deve redefinir como saldo na transformação das lutas e dos sujeitos. A genealogia do *operário-massa* costuma ser apresentada pelos operaístas em uma forma melhor elaborada em textos posteriores aos anos 60–70, ou seja, depois do canto do cisne, quando o *operário-massa* já havia transformado parte de sua composição política interna. Nos textos dos anos 60, sua conceitualização é em certa medida confusa, precária e muitas vezes sempre adiada. Tendo isto em mente, algo que só vai ficar totalmente compreensível a partir da leitura dos próximos capítulo, não podemos deixar de reconhecer que a própria genealogia do operaísmo está efetivamente ligada a questão da massiva migração interna, do campo a cidade, e do Sul para o Norte, necessária para realizar o projeto da industrialização italiana no pós-guerra, que torna visível na Itália, esse novo substrato subjetivo da classe operária. Entre os 50 e os 60, se transformou a geografia interna do país: como aponta Steve Wright (cf, 2012 [2017] p. 9) a Itália, no pós-guerra, era um país dividido entre um Norte industrializado e um Sul semi-feudal. Com a mega industrialização, no entanto, as empresas foram forçadas a recrutar uma nova geração de trabalhadores, uma legião de homens e mulheres, a maioria jovens, com *pouca* ou *nenhuma* experiência nas rotinas das fábricas, nem com o sindicalismo e com o partido. Essa industrialização “exacerbou as diferenças entre o que há muito tempo parecia ser duas nações distintas dentro da Itália — o Norte avançado e o *Mezzogiorno* semi-feudal — ” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 9) <sup>7</sup>. Para a historiografia italiana, é a derrota sindical de 55 na FIAT, que escancarou, para o PCI e os sindicatos, essa transformação na composição da classe operária italiana, em uma clara deriva interna entre operários mais velhos e especializados (figura que os operaístas vão chamar de *operário-profissional*), que haviam participado da experiência da resistência contra o fascismo nas fábricas e eram sindicalizados e filiados ao PCI, com essa nova leva de jovens operários, na maioria camponeses e migrantes, sem qualificação técnica e sem o peso da tradição do movimento oficial operário nas costas, o que fazia que fossem vistos pelo movimento operário “como

---

<sup>7</sup> É a base da tese de Asor Rosa, que, depois de abandonar o operaísmo nos anos 70, afirmara a tese das “duas sociedades” italianas, tese com forte apelo dentro do PCI dos anos 70, que será criticada Negri e pelo seu círculo próximo.

oportunistas passivos e alienados” (ROGGERO, 2020, n.p). Sobre essa nova figura social, Nanni Balestrini afirma que “ele é o trabalhador do sul, o dos mil ofícios porque não tem nenhum, sem nenhuma qualificação profissional, mesmo possuindo um diploma, privado de ocupações estáveis e frequentemente desempregado ou obrigado a prestação de serviços diferentes e descontínuos” (BALESTRINI, 2016, p. 5). A convivência dessas duas realidades distintas, acabava por agravar a separação de classe *na* fábrica. A derrota sindical, no entanto, apenas acelerou a tendência, se inconsciente ou não, do PCI, que era a de abandonar a luta de classes em razão da “via italiana para o socialismo” (assumida oficialmente em 56): “em uma espécie de frankfurtianismo inconsciente, o Partido Comunista Italiano (PCI) sustentava que a classe operária estava agora irreversivelmente integrada à máquina capitalista” (ROGGERO, 2020, n.p), o que acabava por criar um “circulo vicioso” entre o alto escalão do PCI, que desistido da organização efetiva das lutas na fábrica, perguntava para à velha geração de militantes vinculados aos sindicatos (mais ou menos orgânicos à política do PCI) se algo indicava a possibilidade de luta revolucionária entre os operários que, divididos, acabam confirmando a hipótese fraca *de cima*, ou seja, a hipótese da integração total *passiva* da classe ao maquinário capitalista. Sobre a trajetória do PCI, basta, por enquanto, afirmar que ela levará, nos 70, ao fatídico compromisso histórico com os democrata-cristãos (o reduto da burguesia “pós-fascista” italiana), sobre a tutela do “eurocomunismo” de Enrico Berlinguer.

Uma série de militantes e intelectuais marxistas, no entanto, vê a guinada e o diagnóstico do PCI com muita desconfiança, e é inicialmente no entorno de Raniero Panzieri, oriundo do PSI (Partido Socialista Italiano), um partido menor que o PCI, mas servindo muito das vezes de um apêndice deste, que esses militantes italianos começam a se aglutinar, reconsiderando, como afirma Balibar (cf, 2017, p.98), a estratégia da *classe contra a classe*. É em torno de Panzieri que o operaísmo, como movimento do pensamento e prática militante, começa, definitivamente, a tomar forma. Panzieri, foi durante anos membro do comitê central do PSI, além do tradutor do livro II de *O Capital*, de Marx, para o italiano. Em 57 funda a revista *Mondo Operaio*, já nos desdobramentos da crise de 56. Sua saída do comitê, apesar de nunca ter se efetuado em uma saída oficial do partido socialista, representa, sem dúvida, uma ruptura em sua trajetória e seu pensamento, motivada pela decepção e gradativo isolamento da linha majoritária que o PSI irá tomar, depois da quebra da unidade com o PCI italiano em 56. Como veremos no próximo capítulo, Panzieri defenderá a tese da autonomia operária que, no entanto, como afirma Corradi (cf, 2011, n.p), foi interpretada pelo órgão central do PSI como uma hipótese reformista de centro-esquerda. A proposta panzieriana de uma autonomia operária, apesar de bastante rústica, como veremos no

próximo capítulo, buscava aprofundar no contexto italiano a reafirmação do princípio de ação de classe contra o reformismo baseado em alianças com a burguesia italiana<sup>8</sup>. Dito de outro modo, a autonomia que defendia o PSI, partia *de cima*, enquanto Panzieri, em uma antecipação do operaísmo e mesmo do movimento da Autonomia, vai buscar uma perspectiva “de baixo da política unitária de classe” (CORRADI, 2011, n.p). :

A busca de Panzieri [...] o afastou ainda mais [...] dos temas predominantes da esquerda [...] sobre a aliança de classes e o caminho constitucional para o socialismo. [...] O trabalho de Panzieri no período representa uma das primeiras rupturas claras, ainda que não ditas, com as perspectivas de Togliatti, dentro do próprio movimento oficial operário (WRIGHT, [2012] 2017, p. 17).

De certa forma, se há uma *ambiguidade* em Panzieri, como questionará Negri (1974), ela corresponde mais a tentativa de levar adiante o *por dentro e contra* (lema de Tronti, que, no entanto, encontra já em Panzieri, seu antecedente), de forma antagonista, dentro do PSI, o que era claramente um limite à sua perspectiva. Se, como afirma Negri, o operaísmo, de início, nasce de dentro, por mais que nas margens, do movimento oficial, buscando descrystalizar a sua paralisia, (NEGRI, 1979, p. 35), seu destino em nada corresponde a ficar preso nessa dialética *com* o movimento oficial, o que apenas limitaria seu grau de ação, como fica explícito no caso de Panzieri que, cada vez mais isolado na política oficial, abandona os cargos executivos e, “amargurado, deixou Roma para trabalhar na editora Einaudi, em Turim” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 18). A ocasião, no entanto, não podia ser mais oportuna e prolífica para a pesquisa efetiva: afastado de uma vez por todas de todo jogo de burocracias inúteis do partido, e tendo sua carreira política “oficial” liquidada, na cidade que representava o desenvolvimento industrial da Itália no período, Panzieri vai encontrar um grupo de dissidentes do PCI e PSI, de diferentes regiões da Itália, que como ele, viam a crise desses partidos como uma oportunidade de mergulhar, efetivamente, no estudo das condições da classe operária italiana da época, entre eles, Negri, que vai ler Marx pela primeira vez em torno dos grupos de pesquisa de Panzieri. Grupos de pesquisa, de leitura, e de intervenção nas fábricas, que vão dar início a experiência fundamental de *Quaderni Rossi*, o laboratório do operaísmo, não sem confronto, como veremos, com o movimento oficial operário.

---

<sup>8</sup> Negri lembra que a aposta na autonomia, na época, era praticamente um suicídio político, dado a ideologia da integração ao desenvolvimento nacional ser cada vez mais hegemônica “posso garantir que defender a autonomia da classe operária, dado a questão da integração, que no final da década de 1950 havia se estabelecido com base de forte pressão ideológica do poder, teve o mesmo efeito que defender o comportamento das Brigadas Vermelhas, hoje! De fato, a questão da integração havia penetrado tão profundamente na discussão dos militantes dentro do movimento operário que esse discurso e essas propostas eram extremamente difíceis. Não é coincidência o fato de Panzieri ter sido expulso precisamente nessa época do grupo de liderança socialista” (NEGRI, 1979, p. 144).

O cenário em torno de Panzieri é de bastante heterogeneidade, no entanto, uma motivação comum mobilizaria o grupo e lançaria os dados iniciais da pesquisa: a crítica à indiferença do movimento oficial operário, partidos e sindicatos, às transformações que o desenvolvimento econômico, no pós-guerra, efetuou na classe operária italiana. Ora, em nosso ponto de vista, essa indiferença às transformações da classe, constitui um dos problemas recorrentes do pensamento de esquerda e conflagra a crise do marxismo que apontamos na introdução. O combate a ortodoxia, para os operaístas, só pode ser feito invertendo a tendência, pela pesquisa a contrapelo da paralisação do pensamento pela tradição. O desenvolvimento da *conricerca* — que definiremos no próximo tópico —, proposto inicialmente por Romano Alquati, um sociólogo marxista dissidente, demonstrou que, se politicamente as fábricas e os trabalhadores estavam abandonados pelo PCI e pelos sindicatos, ao mesmo tempo, essas fábricas estavam muito distantes da imagem dócil que, só um ponto de vista externo poderia defender. Existia, mesmo que fragmentadamente, subversão, resistência à exploração, desprezo pelas condições miseráveis de trabalho fabris, portanto, um antagonismo vivo, pelo menos em potencial, que poderia ser trabalhada para um viés revolucionário. A proximidade com os novos trabalhadores demonstrava um terreno *complexo*, mas *rico* em novos comportamentos que podiam ser mobilizados como força de ataque: onde o movimento oficial via *apenas* alienação, oportunismo, integração passiva ao maquinário capitalista — que, vale lembrar, era imposto pela própria direção do partido e do sindicato, — Alquati e seu grupo de pesquisadores, vinculados ao sindicato, mas fazendo um trabalho autônomo pelas suas costas, viam efetivamente uma espécie de crítica interna e autônoma nos comportamentos operários, mesmo que inconsciente, *à representação do movimento*, em uma afirmação maior de autonomia e repúdio contra a exploração do trabalho pelo capital, co-administrada, no contexto da época, pelo partido e pelo sindicato do movimento operário oficial: “os militantes *operaístas*, ao conversarem com essas jovens ‘novas forças’, revelaram uma verdadeira ambivalência em seu comportamento: era verdade que eles haviam votado nos sindicatos reacionários, mas isso era porque não se sentiam representados por ninguém” (ROGGERO, 2020, n.p). A derrota sindical, em 55, passava também por um absentismo espontâneo, logo, os operaístas perceberam que uma transformação *radical* estava em curso, e era mobilizada por esses trabalhadores abandonados pelo partido e o sindicato. O que estava se passando? Diferentemente dos operários profissionais e qualificados, com tradição no sindicato e no partido, esses jovens, ao não ter nenhuma relação com eles, também tinham pouco apreço pelo trabalho exploratório da

fábrica, e mesmo por qualquer apologia à alta produtividade. Era exatamente o oposto: como afirma o historiador João Alberto da Costa Pinto:

O fluxo de imigrantes de procedência rural nos centros urbanos e nas fábricas do norte da Itália significava a introdução de um trabalhador com uma diferente subjetividade, com diferentes costumes e tradições em relação ao operariado que até então era majoritário. Esse novo operário via a fábrica como espaço-tempo que lhe negava a vida. Havia um repúdio aos ritmos e atividades requisitadas pela linha de produção taylorista (DA COSTA PINTO, 2018, p. 4).

O que se descobre, então, com o convívio com esses novos trabalhadores, é a *subversão* em formas bastante distintas daquelas tradicionais ao movimento operário, que, mesmo que apenas potenciais, eram forças de lutas a serem trabalhadas e não ignoradas ou combatidas, o que constituía a tática do movimento operário oficial: mesmo a passividade, como aponta Gigi Roggero, se transforma em algo mais potente e afirmativo: “em pouco tempo, a condição de *outsider* no trabalho se transformou em recusa e insubordinação” (ROGGERO, 2020, n.p). O que os operaístas vão descobrindo, assim, é o deslocamento do centro de força do antagonismo:

Esses italianos do sul que haviam imigrado para as metrópoles industriais do norte da Itália pouco se assemelhavam à sua representação na literatura e no cinema de esquerda, de vítimas carregadas de caixas de papelão, precisando de nossas lágrimas e simpatia. Pelo contrário, *eles eram uma força em potencial, trazendo consigo novos comportamentos e culturas de conflito estranhos às tradições das instituições do movimento operário, que agora co-gerenciavam a exploração na fábrica.* [...] É por isso que dizemos que o operaísmo é uma experiência comunista que rompe com o Partido Comunista e que é estranha à cultura da esquerda (ROGGERO, 2020, n.p, *grifo nosso*)

Desta forma, o operaísmo italiano estava pouco preocupado em reforçar qualquer imagem ortodoxa do que significa ser de esquerda, ou mesmo da imagem idealizada do operário, pelo contrário, se apostava menos na imagem, no modelo, do que na potência capaz de fazer classe pela luta, da linha de subjetivação pelo antagonismo. A aposta era na mobilização de forças imanentes, que se expressam por meio de novas subjetividades e novos comportamentos que vão compondo esse conceito de classe, que só pode ser dinâmico e que vai assumindo diferentes configurações subjetivas, conforme os desenvolvimentos da luta contra o capital vão assumindo novas configurações e características. É por isso que podemos afirmar que o operaísmo é também um pensamento sem imagem fixa de subjetividade, o que é fixo, é sua tentativa de ser ciência operária, ou seja, ao ativar e se engajar com as forças de transformação capazes de implodir o capitalismo, em cada novo ciclo de lutas, a teoria só pode ser diferencial, pois deve acompanhar o fio de transformação da subjetividade e do antagonismo que ela comporta. Para tanto, era preciso que os operaístas não amassem os trabalhadores, não amassem nenhuma figura do trabalhador: “o operaísmo italiano não

glorificava os trabalhadores e os proletários: *ele apostava na possibilidade de que havia uma força neles que eles poderiam mobilizar contra si mesmos, não para ampliar, mas para destruir sua própria condição*” (ROGGERO, n.p, *grifo nosso*). Contra qualquer *trabalhismo*<sup>9</sup>, o operaísmo, como veremos, se funda na ideia da recusa ativa do trabalho como expressão material, imanente, de um desejo antagonista, como comportamento da classe operária *em luta*: “era, portanto, um operaísmo contra o trabalho, recusando uma subjetividade naturalizada imposta pela relação de capital. Era um operaísmo baseado na parcialidade irreduzível do ponto de vista, em uma autonomia *partisan* autônoma que precisava ser construída” (ROGGERO, 2020, n.p). Por essa mesma razão, o operaísmo, no futuro, também não poderá estrar preso na forma de nenhum fabriquismo, e é essa mais uma das razões que nos parecem muito pertinentes, para nos engajamos com sua análise: como aponta Negri, não é por ideologia, mas por respeito ao método, que, já a partir dos anos 70, o operaísmo abandonará qualquer fabriquismo como local privilegiado das lutas de classe (cf, NEGRI, 1979, p. 55). Método que, só estamos começando a investigar nessa tese. Dado essas condições, era apenas questão de tempo, até os operaístas começaram a se organizar efetivamente, não apenas na forma das intervenções teóricas, mas também em seu trabalho como militantes nas fábricas.

## 1.2. *Quaderni Rossi*: teóricos nos portões das fábricas.

Como vimos brevemente no último tópico, o afastamento de Raniero Panzieri das burocracias do PSI possibilitaram que ele conhecesse uma série de jovens militantes e pesquisadores, incluindo aí o próprio Negri que, insatisfeitos como o próprio Panzieri com os rumos do movimento operário oficial, decidiram colocar a mão na massa. Como recorda Negri, “o problema surge diretamente da urgência que camaradas, especialmente os camaradas jovens, têm de colocar as mãos na realidade operária, além do ritual de participação do movimento operário” (NEGRI, 1979, p. 45). Daí surgiu a revista *Quaderni Rossi* em 61, fundada por Panzieri, inspirada, como afirma Negri (cf, 1979, p. 45) “por uma série de pequenos grupos que, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista político, tentaram experiências minoritárias dentro do movimento operário”, como a experiência “encabeçada pelo grupo Montaldi, que havia recuperado da França o discurso de

<sup>9</sup> É por isso que a tradução em inglês de *workerism* perde totalmente a nuance. Da mesma forma, o italiano *operaio*, pode ser traduzido, em português, tanto como “operário” quanto como “trabalhador”. Optamos aqui, até para respeitar o contexto e o método da análise da composição de classe, traduzir *operaio* como operário. Nesse sentido, *operaio sociale*, por exemplo, será traduzido como *operário-social*, e não como trabalhador socializado, por mais que, a última tradução de certa forma esteja mais próxima de nossa realidade contemporânea e soe mais atualizado ao nosso atual contexto da composição de classe.

*Socialisme ou Barbarie*”. No entanto, como elucida Negri, o motivo fundamental do surgimento da revista é ainda *político e subjetivo*: “o retorno a fazer política pela pesquisa, pelo conhecimento e pela intervenção. O motivo fundamental é o que Alquati passou a chamar de *co-pesquisa* naqueles anos” (NEGRI, 1979, p. 45, *grifo nosso*). É assim que *Quaderni Rossi* é considerada como um verdadeiro laboratório para o operáismo propriamente dito (cf, WRIGHT, [2012] 2017, p. 29) que vai se solidificar em *Classe Operaia*. A contribuição teórica e militante da *Quaderni Rossi*, no entanto, não pode ser subestimada, servindo de suporte teórico e organizativo inicial para uma série de lutas que vão começar a se desdobrar nos finais dos anos 50, antecipando hipóteses teóricas que, quase 10 anos depois, em 68, começariam a tomar forma definitiva. *Quaderni Rossi* surge assim visando “preencher o vazio deixado pelas organizações do movimento operário e a iniciar a construção de um alternativa revolucionária, baseado na carga subversiva das novas lutas espontâneas” (MANCINI, [1971] 1976, p. XVI), e, como afirma Alquati, ela funcionou, mesmo que não realizando toda sua promessa, como um “canal privilegiado de comunicação e socialização indireta das forças subjetivas em ascensão do movimento” (ALQUATI, 1975, p. 25). Vale externalizar aqui, o relato de Negri sobre como a experiência de *Quaderni Rossi* é *subjetivamente* transformadora, colocando os teóricos nos portões das fábricas — em um claro curto-circuito na *posição* do intelectual, mesmo para aquilo que havia se tornado o marxista, o socialista, o comunista — e fazendo-os conhecer a realidade cotidiana das lutas e da classe:

Começamos a ir ver como são feitas essas benditas fábricas, começamos a ir ver como são feitos esses benditos operários, começamos a ir ver como é feito o gerenciamento na fábrica, começamos a circular uma palavra de ordem que é, precisamente, a pesquisa realizada *junto* com os operários, realizada e voltada para fins tanto cognitivos como práticos, para fins de luta, de iniciativa política *a partir de baixo* (NEGRI, 1979, p. 46).

A realidade é que, a partir de 59, com breves intervalos, as lutas não param de ocorrer na Itália, produzindo um magnífico e intenso ciclo de lutas, que dura, pelo menos, até o final dos anos 70. Em 59, os trabalhadores do setor metal-mecânico entram em greve, fazendo amplo uso de proibições de horas extras. Começa, na prática, a se desdobrar um sentido de *autonomia operária* muito distante daquele defendido pelo PSI. Em algumas das maiores empresas, um movimento de unidade de classe entre os operários, independentemente de sua filiação sindical, começa a ser lentamente observado. A partir de setembro de 1960, os metalúrgicos realizaram uma série de paralisações nacionais, instabilizando o capital italiano. No mesmo período, as lutas dos operários da indústria têxtil ganham força, com greves

relâmpago que interromperam a produção. Segue-se também uma onda de protestos e confrontos nas ruas que ocorreu no verão de 1960, no qual os jovens operários — aqueles mesmos desprezados pelo PCI e pelo sindicato como alienados — desempenharam um papel importante nesses confrontos. Os *Quaderni Rossi* surge, inicialmente, também como uma tentativa de renovar o movimento sindicalista italiano, e servir como “correia de transmissão” entre à fábrica e o sindicato, em relação a essas novas lutas que vão disparando novos comportamentos antagonistas na classe operária em transformação na Itália. Desta forma, como afirma Mancini, a explosão das lutas autônomas, na perspectiva inicial de *Quaderni Rossi*, “não implica um rompimento com o movimento operário, pelo contrário, visa contribuir para a refundação de suas instituições” (MANCINI, [1971] 1976, p. XVI). Como afirma Negri (cf, 1979, p. 46 – 47), inicialmente, Panzieri propõe que a pesquisa seja feita junto aos sindicatos que, por outro lado, “não tem nada a defender, e isso pode explicar a importante penetração que os camaradas dos *Quaderni Rossi* em Turim conseguem desenvolver imediatamente, porque as portas estão abertas” (NEGRI, 1979, p. 47). Derrotada politicamente e pobre teoricamente, o sindicato está aberto à pesquisa, já que “não tem nada a defender”, diferentemente dos Partidos, que, ainda mantêm seu poder, e veem o movimento das *Quaderni Rossi* com desconfiança e arrogância (cf, NEGRI, 1979, p. 49). Sendo assim, é mais adequado, em retrospectiva, imaginar *Quaderni Rossi* se colocando em uma posição análoga à fórmula popularizada por Tronti, *por dentro e contra* o movimento oficial operário (cf, MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 359). Experiências como as de *Quaderni Rossi* marcam o limite entre, de um lado, um movimento oficial operário, “congelado em debates institucionais dos quais o proletariado e os operários estavam completamente ausentes, tanto como protagonistas quanto como apostas a serem disputadas” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 13) e, por outro, uma investigação que busca ampliar os antagonismos emergentes, entendendo o comportamento da classe operária em transformação e sua autonomia, buscando desdobrar uma perspectiva, como veremos, diferente de comunismo. Como afirma Negri, para boa parte dos membros que viriam formar as *Quaderni Rossi*, entre eles, jovens comunistas e socialistas, o diagnóstico, já no final dos anos 50, antes mesmo da explosão das lutas de *Piazza Statuto*, era bastante direto e decisivo: “não há mais nada a fazer: o partido está completamente burocratizado, as hipóteses de renovação que alguns nos propõem [...] vivem sempre a ambiguidade da definição do movimento operário. Não, não há mais nada a fazer nesse terreno” (NEGRI, 1979, p. 50). Como nos mostrou a história, *Quaderni Rossi* se fratura exatamente na impossibilidade de propor qualquer síntese ou renovação teórica *por dentro* do movimento oficial operário, como era o desejo de Panzieri, mas sem deixar de estar

por dentro e *ao lado dos operários*. A ruptura era iminente, e estava de certa forma dada, mesmo antes de acontecer, em razão de que os representantes oficiais do movimento operário já terem feito a sua escolha pela via do capital.

Ora, a via mais próxima à realidade das lutas, nesse sentido, mais imanentista, é claramente manifesta na retomada, por parte dos militantes e intelectuais da *Quaderni Rossi*, do método da *inchiesta operaia* (inquérito operário, investigação operária), inicialmente, constituído de uma forma rudimentar, na forma de questionários com perguntas básicas para os operários nos portões das fábricas, a *inchiesta operaia* é fundamental para a retomada de um contato direto, sem mistificações, com a classe operária: “nessa proposta, os operaístas passaram a se articular diretamente com o chão de fábrica e os movimentos sociais, mediante entrevistas, enquetes, encontros, articulação de textos e debates, sem mediações institucionais entre uns e outros” (CAVA, 2012, n.p), sendo assim, é elemento fundamental para a concepção de *composição de classe*, desenvolvida principalmente a partir dos inquéritos de Romano Alquati nas fábricas da Fiat e da Olivetti. Como explica Negri (cf, 1979, p. 59 – 60) sobre a *conceitualização* da composição de classe: a cada período histórico, temos uma determinada composição orgânica do capital, isto é, a relação entre as partes constante (matéria-prima, maquinário) e variável (força-trabalho) do capital, e a quantidade e qualidade dessa relação. Esta relação é sistematicamente *modificada* pelas formas de valorização do capital, ou seja, pela transformação da parte constante e da parte variável. Por outro lado, o capital variável, isto é, a força de trabalho, está vinculada a uma série de relações historicamente determinadas segundo a natureza cíclica do próprio capital. O capital variável é qualificado pelo processo de trabalho, ou seja, pela sua capacidade de desenvolver força de trabalho e de se engajar na indústria, no desenvolvimento capitalista, em uma relação de composição que se determina também historicamente. Por fim, o capital constante e o capital variável, tendo de se reproduzir, determinam sequências sociais, que fixam, por exemplo, níveis adequados de trabalho necessário para a reprodução desse capital variável. Mesmo esses níveis sociais de reprodução são definidos historicamente: ou seja, são uma certa quantidade e qualidade de necessidades que se determinam em torno de um certo tipo de capital variável por certo período. A composição de classe, nesse sentido, é, por um lado, formada pela *composição técnica* e, por outro, pela sua *composição política*. Como afirma Murphy, enquanto a composição técnica corresponde ao “conjunto de relações sociais, disciplinares e habilidades que o processo de trabalho impõe aos trabalhadores em uma conjuntura histórica específica”, a composição política corresponde a “forma de organização dos trabalhadores que corresponde a luta com a composição técnica” (MURPHY, 2012, p.

69). Em suma, como afirma Cristina Corradi, o estudo da composição de classe, que nasce dos inquéritos de Alquati nas fábricas da Fiat e da Olivetti, analisa a “conexão entre as conotações objetivas e subjetivas da força de trabalho” (CORRADI, 2011, n.p). O ponto-chave é que é uma definição *historicamente mutável, dinâmica*, que não está ligada simplesmente aos fatores objetivos de sua relação orgânica e simplesmente para sua reprodução, senão a relação seria estática, não se modificaria com o tempo, etc. A razão para tanto, é que a composição de classe operária não é simplesmente o resultado de uma fase ou de uma forma de desenvolvimento capitalista, da tendência constante do capital nessas relações, mas é também uma realidade continuamente modificada não apenas pelas necessidades, mas *também* pelas tradições de luta, das modalidades de existência, de cultura, etc., ou seja, *pelo antagonismo*: de todos aqueles fatos políticos, sociais e desejantes, que vêm determinar a estrutura da relação reprodutiva da classe operária, entrando em choque com a composição orgânica do próprio capital, dado que, em primeira e última instância, a relação entre a classe operária e o capital é de antagonismo. A composição de classe, assim, muda com o tempo e com as lutas, e pode mudar *substancialmente*: de modo que podemos falar da época, de uma determinada figura do trabalhador, de um determinado tipo de classe operária. Como aponta Negri (cf, 2022, p. 149), até mesmo o nome “classe operária” pode falhar em captar o antagonismo fundamental da classe em determinada configuração da relação capitalista. O essencial, nesse sentido, é que:

O conceito de composição de classe é a única base material a partir do qual se pode falar de um *sujeito*. Em outras palavras [...] é somente a composição de classe que nos dá a complexidade material e política da figura do sujeito. Uma análise *materialista* do sujeito só pode passar pela análise da composição de classe (NEGRI, 1979, p. 60, *grifo nosso*).

Foi com essa metodologia em mente que *Quaderni Rossi* foi pesquisando como o capital italiano estava se recompondo em sua intensificação do fordismo-taylorismo, em uma progressão interna, que levará a conceitualização do operário como massa social, até a definição do *operário-massa*. Internamente ainda, em *Quaderni Rossi*, a *inchiesta operaia* se inscreve em um debate sobre os possíveis usos da “sociologia burguesa” como ferramenta possível para uma análise e uso operário:

Se o primeiro grande tema do qual *Quaderni Rossi* se apropriou do marxismo dissidente da década de 1950 foi o da autonomia, o segundo dizia respeito à possível utilidade da sociologia ‘burguesa’ como meio de compreender a realidade da classe trabalhadora moderna. [...] A ‘sociologia paralela’ da *Quaderni Rossi* seria formada precisamente na intersecção entre a redescoberta do Capital pelo grupo e seu exame de certos desenvolvimentos recentes na ciência social radical (WRIGHT, [2012] 2017, p. 19).

Panzieri, com ressalvas, era um dos principais defensores do uso da sociologia tradicional, enquanto Alquati, “um dos poucos dentro da *Quaderni Rossi* com algum treinamento profissional na área” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 22), a via ainda com desconfiança e “na melhor das hipóteses, um paliativo, ‘uma primeira aproximação’ daquela ‘autopesquisa’ que a organização autônoma da classe trabalhadora exigia” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 22). Como elucida Altamira, posteriormente, “Alquati irá responsabilizar Panzieri por uma confiança excessiva na ciência social tradicional ao invés de no desenvolvimento da reconstrução marxiana na perspectiva da crítica da economia política” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 133). Nesse sentido, temos em curso um debate efetivo sobre os sentidos de uma ciência efetivamente operária, ou seja, que corresponde a um ponto de vista imediato da classe. O operaísmo vai então se definir a partir dessa transformação, que começa a acontecer por dentro da *Quaderni Rossi*, de um estudo teórico de sociologia crítica marxista, defendido por Panzieri, para, a partir de um desenvolvimento da *inchiesta operaia*, do método verdadeiramente operáista da *copesquisa*, que nos dará a composição de classe. Como afirma Bruno Cava, “a copesquisa começou quando alguns intelectuais e militantes decidiram produzir conhecimento formando redes transversais com a classe operária, imergindo na organização *real* dos trabalhadores dentro da fábrica *real* de sua época” (CAVA, 2012, n.p, *grifo do autor*). O essencial da copesquisa, em distinção com a sociologia do trabalho, é que entender o comportamento operário não serve, como *na última*, para uma otimização da produção, mas, como aponta Giggi Roggero, a copesquisa é, definitivamente, um método efetivamente antagonista, de *contra*-produção de subjetividade, organização e conhecimento: “a copesquisa é [...] um processo político autônomo que ocorre juntamente com a produção de contra-conhecimento, contra-subjetividade e contra-organização, no qual o contra-uso dos meios de produção capitalistas [...] também leva à sua transformação” (ROGGERO, 2020, n.p). Diferentemente da sociologia do trabalho que no fim das contas, quer dar conta do melhor ajuste da lei do valor, na melhor forma de organização capitalista do trabalho, a copesquisa elabora uma “nova maneira de considerar a relação entre sujeito e objeto”, pois, “tinha como objetivo não apenas o mero conhecimento das condições de trabalho nas fábricas italianas, mas sim o empoderamento dos operários” (GUIDALLI, 2021, p. 5). Nesse caso, pesquisador e o observador *compartilham* do mesmo objetivo, que é *político*, modificando a própria relação entre as partes que tendem a produzir e contraproduzir subjetividade *em* sua relação, em uma inversão de perspectiva que coloca a ação, no entanto, no e por parte *do operário e do trabalhador*; isso é, na forma de um *perspectivismo* desde baixo, no qual “os

operários das fábricas deveriam ser os protagonistas, enquanto os pesquisadores deveriam desempenhar apenas um papel maiêutico, fazendo emergir os sentimentos, impressões e esperanças dos operários, mas também suas lutas e decisões, ou seja, sua subjetividade” (GUIDALI, 2021, p. 5). É por isso que, como afirma Guidali, se o operaísmo *ainda* mantém uma função do intelectual, ela é uma função transformada: “certamente, não como guardiões de uma ética superior ou de um bem filosófico, mas como aliados da classe operária na sua própria redescoberta da subjetividade e do seu próprio ponto de vista” (GUIDALI, 2021, p. 3). O método operaísta tende, assim, a tornar o intelectual um *participante* na composição revolucionária das lutas, produzindo e instigando antagonismos, pesquisando e alavancando os comportamentos da subjetividade que podem servir de pólvora para as lutas:

De modo mais arejado do que aplicar dogmaticamente categorias de alguma teoria pré-estabelecida, a *conricerca* expõe e produz ressonância sobre os comportamentos operários, decorrentes da real inscrição da força-trabalho nos mecanismos de exploração. Com isso, começa a perceber micro-resistências de classe, pequenas sabotagens e recusas, disrupções e insatisfações localizadas, pouco visíveis, mas, ainda assim, correntes, e intercambiadas discretamente entre grupos de trabalhadores. Essas micro-resistências podem ser articuladas, potenciadas, podem ganhar *momentum* como força política. Elas exprimem uma inadequação subjetiva que, com auto-organização que a copesquisa estimula, pode adensar e espessar em consistência e duração, a fim de enfrentar diretamente as técnicas de gestão do trabalho e os gestores capitalistas. Por isso, se diz que a *con ricerca* é antes uma pesquisa da subjetividade, do que da lógica objetiva de como se produz valor numa unidade produtiva de organização capitalista (CAVA, 2012, n.p).

Nesse sentido, o operaísmo está munido de um método ligado à insurreição e à produção de antagonismo, uma ciência para mobilizar a subversão da classe operária, para tanto, os operaístas devem descer das torres de marfim da teoria, quebrar a relação de transcendência entre o intelectual e as massas, e mergulhar no lugar onde as lutas estão acontecendo: no período das *Quaderni Rossi*, a fábrica era privilegiada; no entanto, rapidamente, a luta na Itália explode também nas ruas, no que os operaístas chamarão, gradualmente, de sociedade-fábrica na intensificação do fordismo, para fábrica social com o declínio do último, o que exigirá uma atualização da copesquisa e da análise da composição de classe, seguindo o rastro da linha de força de subjetivação pelo antagonismo que se expressa pelos comportamentos subversivos. Roggero alerta, assim, que nada mais distante da copesquisa do que a afirmação de uma “especialização, uma retórica ou uma confirmação das coisas que já fazemos” (ROGGERO, 2020, n.p). Isto é, o desenvolvimento das lutas podem *falsificar* nossas teses, e a verdade da tese exige sua comprovação prática-militante. Se a copesquisa operaísta que começa a tomar forma na *Quaderni Rossi* começa a captar o abandono dos partidos e do sindicato das fábricas e das lutas como um movimento de reação e impotência, ao mesmo tempo, também capta o movimento inverso: do esvaziamento dos trabalhadores do

movimento institucional oficial como elementos ativos de subversão e crítica desde baixo, como expressão, mesmo que difusa, de uma autonomia operária emergente, nesse sentido, temos tomando forma um perspectivismo radical.

*Quaderni Rossi* também se destaca por propor um *retorno* à Marx, em um período em que seu pensamento estava ossificado no movimento institucional: como afirma Negri, voltar a ler Marx, faz parte do método explorado em *Quaderni Rossi*:

[...] ler *O Capital* torna-se o problema fundamental, torna-se o cerne do novo método que se implementa [...]. A tese fundamental que emerge é que estamos agora na fase caracterizada por Marx da grande indústria e que, a partir dessa definição geral, *se trata de reconstruir as categorias de intervenção, as categorias de luta, em termos precisamente adequados* (NEGRI, 1979, p. 51, grifo nosso).

Ora, esse retorno à Marx não significa um retorno simplesmente teoricista, de propor a “verdadeira leitura” da obra de Marx. Como afirma Guidali: “suas novas interpretações dos escritos de Marx certamente não eram um passatempo cerebral, mas sim uma forma de mergulhar na realidade e moldar novas políticas que certamente teriam impacto nas vidas dos operários” (GUIDALI, 2021, p. 3). *Quaderni Rossi*, e, mais propriamente, o operaísmo como movimento de pensamento, propõem um retorno à Marx, mas é um Marx usado como *escudo e bastão* contra a própria inércia do marxismo, pois como afirma Negri, não se busca essas categorias marxianas sem tentar *traduzi-las* em uma *prática política*: “veremos precisamente se essas categorias marxianas podem ser revividas em uma prática política, se [...] correspondem ao estado determinado do desenvolvimento capitalista [...], se nos permitem ler a exploração em termos adequados” (NEGRI, 1979, p. 51). Nesse sentido, o operaísmo é menos uma leitura herética de Marx do que uma *ruptura maquiavélica* com e contra o marxismo:

O operaísmo é um retorno maquiavélico aos princípios: é um retorno a Marx contra o marxismo, contra sua tradição de determinismo, historicismo e objetivismo. O operaísmo não é uma heresia dentro da família marxista, é uma ruptura com essa família. Os *operaisti* se definiam como *marxianos e não marxistas*, um pouco como o velho Marx, que declarou: “Je ne suis pas marxiste” (ROGGERO, 2020, n.p, grifo nosso)

O *marxianismo* operaísta, que começa a ser desenvolvido na *Quaderni Rossi*, é a primeira crítica efetiva em solo italiano à ortodoxia que o movimento operário oficial fez com a obra de Marx: nesse sentido, o PCI, com ajuda dos teóricos do partido, segue a linha soviética de um Marx visto como um sistematizador das leis do capital, um edifício fundante a confirmar as leis do desenvolvimento objetivo da sociedade da mercadoria:

O marxismo pensou que poderia pegar as bandeiras que a burguesia havia deixado cair na lama, as da linearidade do desenvolvimento, da História em particular. Sem

perceber que, ao fazer isso, se condenou a percorrer forçadamente as etapas que levam ao *telos* da civilização capitalista. Um *telos* que nunca será plenamente alcançado e, justamente por isso, é continuamente reproduzido. Mais do que o estalinismo, essa é a tragédia. Ou melhor, o estalinismo foi isso, assim como a social-democracia. Aquela seta precisava ser quebrada, aquela história interrompida, uma outra história iniciada. O ano de 1917 precisava agir contra o de 1789, não em continuidade com ele (ROGGERO, 2021, p. 36).

Da crítica operaísta ao objetivismo, determinismo e historicismo marxista, o próprio Marx é tirado de sua redoma de vidro e levado para o interior do desenvolvimento do conflito no capitalismo contemporâneo. Em *Marx, ontem e hoje*, publicado pela primeira vez em 62 nas páginas de *Quaderni Rossi*, Mario Tronti sintetiza o que se tornará a premissa base da leitura marxiana operaísta: “confrontar Marx não com o *seu* tempo, mas com o *nosso* tempo”, sendo assim, “O *Capital* deve ser apreciado com base no *capitalismo de hoje*” (TRONTI, [1966] 1976, p. 29, *grifo do autor*). Para Mario Tronti, em uma síntese do Marx operaísta, “Marx não é a ideologia do movimento operário: é a sua teoria revolucionária” e “Marx tem sido e continua a ser o ponto de vista operário sobre a sociedade burguesa” (TRONTI, [1966] 1976, p. 33). Contra a ideologia da classe operária existente (um marxismo vulgar que se incrusta no movimento oficial operário) que só pode ser, por consequência, *reformista* (isto é, um marxismo integrado ao mecanismo de desenvolvimento do capital) é necessário desideologizar o marxismo, ou seja, levar à crítica da ideologia ao campo da luta real, fomentando as lutas de seu tempo: “a crítica interna ao movimento operário deve exprimir-se sempre como luta externa contra o inimigo de classe. Portanto, a crítica interna do marxismo deve exprimir-se como luta contra o pensamento burguês” (TRONTI, [1966] 1976, p. 36). É a procura, assim, de propor um *Marx além do marxismo*, o que, será radicalizado no operaísmo de Negri, como comentado por Roggero, na forma de uma “crítica dos limites e dos becos sem saída do próprio Marx, esticando e forçando seus conceitos para fazer explodir suas ambivalências, procurando armas com as quais atacar a sociedade-fábrica do capitalismo contemporâneo” (ROGGERO, 2020, n.p). Para tanto, é preciso investigar e descobrir o que passou despercebido pela tradição, muitas vezes por meio de traduções no calor da hora das greves e manifestações, de textos esquecidos, mas *adequados* para antecipar e fomentar as lutas. Nesse sentido, um dos grandes méritos teóricos das *Quaderni Rossi* é redescobrir textos de Marx largamente negligenciados pela tradição marxista — como, por exemplo, a quarta seção do Primeiro Livro do Capital, o Fragmento sobre as Máquinas dos *Grundrisse*, publicado pela primeira vez em italiano na *Quaderni Rossi*, e o inédito Capítulo VI do Capital, (cf, CORRADI, n.p). Ora, os operaístas descobrem nesses textos febris de Marx *insights* e verdadeiras antecipações de tendências que estavam se atualizando na fábrica

fordista e taylorista italiana. Ainda mais importante, é a descoberta científica operária de que “o Capital e a obra de Marx em geral *são obras que representam o ponto de vista operário*” (NEGRI, 1979, p.51, grifo nosso). Descoberta de um ponto de vista, fundamentado em um perspectivismo das lutas. Para Negri, isso implica em um desafio gigantesco que, ao mesmo tempo, anima a pesquisa nascente operaísta:

O Capital não é aquele bloco que inclui uma teoria objetiva do desenvolvimento capitalista, mas é a ciência do antagonismo de classes que vive em todos os estágios do desenvolvimento capitalista. Ir apreender a célula fundamental da formação histórica capitalista específica significa ir apreender o antagonismo fundamental que está na base da sociedade burguesa, na sociedade do capital. Mas isso não basta: o problema é que as mesmas categorias de capital experimentam imediatamente a relação de exploração, na medida em que essa relação de exploração é subjetivamente representada pelo ponto de vista de classe, do ponto de vista dos sujeitos; portanto, são categorias que, na medida em que explicam o desenvolvimento capitalista, explicam a síntese forçada de uma luta sempre aberta. [...] especialmente na fábrica moderna, a relação de comando que se articula com a relação de trabalho, começa a descobrir a luta como elemento permanente e fundamental do processo de produção, do processo de trabalho, em particular, este é o grande entusiasmo que se apodera dos camaradas (cf, NEGRI, 1979, p. 51).

Em suma, é necessário rachar cada categoria do capital para descobrir o ponto de vista de classe antagonista sobre a exploração que as categorias capitalistas mistificam. Dos principais ensaios e análises publicados no auge das *Quaderni Rossi*, se destacam aqueles que diretamente atacam a *planificação social do capital*, em uma crítica ao socialismo como ele se apresentava na época, em sua forma de “ilusão de centro-esquerda, ou com a grande ilusão planificadora de algumas camadas da burguesia” (NEGRI, 1979, p. 66). Como sintetiza Negri (cf, 1979, p. 66), o plano é inseparável de uma compreensão do *neo-capitalismo* na Itália no período:

O neocapitalismo se apresenta como propaganda e apologia do plano. Na prática, o neocapitalismo se apresenta na Itália dizendo: senhores, [...] nós reconstruímos a Itália, nós a colocamos nos níveis mais altos do desenvolvimento capitalista [...] Neste ponto [...] temos que fazer com que esse progresso recaia sobre a sociedade, o que significa transformar toda sociedade em uma fábrica. Em outras palavras, aumentar ainda mais os níveis de produtividade descarregando na sociedade como um todo uma série de funções produtivas direta ou indiretamente, em todo caso diretamente ligadas a este ciclo. Do ponto de vista tecnocrático, o plano é apresentado [...] como uma funcionalização de toda uma série de elementos [...] que são coordenados em produção direta. Portanto, o progresso, as reformas como função direta do planejamento capitalista, torna-se a bandeira fundamental do reformismo capitalista: em suma, agora que fizemos carros que custam menos que os americanos, devemos construir rodovias para circulá-los. E temos que fazer turismo porque senão as ruas vão ficar vazias [...] e assim por diante... (NEGRI, 1979, p. 66).

Ora, os militantes da *Quaderni Rossi*, através da crítica do conceito de *plano*, conseguem apontar para uma transição basilar no coração do desenvolvimento capitalista: é a passagem

de uma definição ou de estágio do capitalismo entendido como “competitivo” ou “monopolista”, para o entendimento de um capitalismo organizado como uma grande máquina abstrata social, um *capital social coletivo*, que torna intrínseca ao capitalismo à relação sociedade-fábrica, capaz de planejamento de seu próprio desenvolvimento. Como afirma Moulier-Boutang (cf, 1989, p. 15 – 16), enquanto o “marxismo ortodoxo permaneceu no estágio do ‘capitalismo competitivo’ no qual a composição da soma dos interesses dos capitalistas individuais se mostra sempre contraditória”, o que levava a esquerda a defender, nesse caso, que o socialismo seria o único modelo capaz de defender “o interesse geral tanto da sociedade quanto da acumulação harmoniosa e bem integrada”, os operaístas vão diagnosticar uma transformação que os leva a romper com toda uma tradição do movimento oficial operário, “que sempre viu no capitalismo a anarquia, a incoerência e o gasto supérfluo e no socialismo a organização racional da produção, os *Quaderni Rossi* foram levados a destacar [...] os traços de um capitalismo moderno em que os dados do problema se encontram invertidos” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 360). Progressivamente, na leitura operaísta, o socialismo será *cada vez mais* entendido como a última tentativa de fazer funcionar *a medida da lei do valor*, isto é, de resolver o “irracionalismo” da produção capitalista, na forma mistificada do progresso e do desenvolvimento. Sendo assim, o plano é “uma expressão da natureza autoritária da coordenação capitalista da força de trabalho e sua extensão à produção social geral como a chave para decifrar *a transição do capitalismo competitivo para o neocapitalismo de planejamento*” (CORRADI, n.p, *grifo da autora*), deriva de uma leitura feita a partir da reflexão de Marx nos *Grundrisse* sobre o conceito de capital social, o atualizando, no entanto, para o contexto contemporâneo italiano dos anos 60. Como afirma Moulier-Boutang:

Essa visão do capitalismo que procede da categoria marxiana de *Gesellschaftskapital* (capital social) reduz as contradições intercapitalistas a um papel subordinado [...]. O poder do capital é exercido acima de tudo como um poder da sociedade como um todo, como o poder do planejamento de equilíbrios em larga escala e da ciência. Portanto, *é inútil exigir o socialismo planejado em face do capitalismo anárquico, quando este responde à luta dos trabalhadores por uma transformação na socialização de seus próprios mecanismos e assume a forma da economia planejada keynesiana* (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 15 – 16, *grifo nosso*).

Através da categoria de capital social, *Quaderni Rossi* passa a identificar no socialismo um modelo de desenvolvimento organizado na forma do Estado-Plano Keynesiano, com sua organização fordista e taylorista da fábrica e da força de trabalho<sup>10</sup>. O capital tem um plano

<sup>10</sup> Veremos a fundo essa questão, a partir da contribuição de Negri nesse debate a partir da sua conceitualização do estado plano, no próximo capítulo.

que é social, racional, ele tem uma axiomática científica, que passa a *incorporar* a ciência para melhorar organizar seu próprio desenvolvimento, isto é, a exploração. Como aponta Moulier-Boutang, chama atenção que os principais textos a tratarem dessa questão no operaísmo saíram entre 62 e 68, transformando o operaísmo “no primeiro marxismo pós-socialista, aproximadamente *vinte anos antes* do questionamento radical do ‘socialismo real’ feito pela própria União Soviética” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 16, *grifo nosso*).

Munido da *inchiesta operaia* e da *copequisa* nas fábricas, estando próximo, assim, às lutas que começam a explodir no taylorismo e fordismo à italiana, a análise da *Quaderni Rossi* passa, então, a desenvolver um componente distinto de outras investigações com o mesmo objeto: “a análise do taylorismo feita pelo operaísmo difere fundamentalmente da corrente radical de Marglin, nos Estados Unidos, e de André Gorz, na França” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 17). Se ambos Marglin e Gorz aceitam que a principal marca do taylorismo é a “convicção de que a sociedade na totalidade deve funcionar como uma fábrica” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 17), e que produz, como efeito, “a expulsão do controle dos operários do processo de produção por meio da divisão científica do trabalho”, a singularidade da leitura operaísta, que começa a tomar forma na *Quaderni Rossi*, muito por sua proximidade às novas lutas e aos novos comportamentos da classe que começam a emergir no final dos 60 na Itália, é a de uma análise que não foca *apenas na decomposição política da classe pelo capital*: ao descobrir que a sociedade passa a funcionar como uma fábrica, o operaísmo começa a identificar *uma intensificação*, também do antagonismo-sujeito na forma do trabalho abstrato que começa a se encarnar no *operário-massa*, o operário desqualificado da linha de montagem da produção taylorista, que, quanto menos especificidade (característica do operário-profissional, qualificado) *maior indiferença* ao trabalho:

[...] ao contrário das visões unilateralmente catastróficas da divisão taylorista, que tornam inútil a força de trabalho do indivíduo (como mais-valia absoluta), a operação decisiva para a mais-valia relativa [...] consiste em fazer uso desse trabalho abstrato e intercambiável, de sua fluidez e de suas reservas ilimitadas na sociedade. Enquanto uma análise microeconômica radical vê o trabalhador da linha de montagem apenas como um membro da força de trabalho que é menos qualificado do que o trabalhador profissional, uma vez que ele é destituído de todo o controle sobre o processo de trabalho, o operaísmo (somos tentados a dizer simplesmente marxismo), acima de tudo, vê a qualidade dessa massa, a força de trabalho abstrata tomada coletivamente, o vetor de um processo de valorização que é muito superior em sua mobilidade e sua indiferença ao processo de trabalho específico (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 17 – 18).

Ou seja, a partir dos *Quaderni Rossi*, aquilo que é visto apenas como decomposição política das vanguardas operárias, e pela recomposição do capital na análise da sociologia do trabalho,

começa a ser pensado, pelo operaísmo, como um potencial gigantesco para a *recomposição da classe*, um potencial autônomo das lutas, que deve ser organizado. A problemática da organização atravessa, na realidade, todo o operaísmo, e é a responsável, em grande medida, pela maioria dos rompimentos e rachas organizacionais que se multiplicarão no passar dos anos posteriores. *Quaderni Rossi*, nesse sentido, é também pioneira. São os eventos de *Piazza Statuto*, em 62, que marcam o rompimento interno decisivo na *Quaderni Rossi*, dando origem ao grupo que formará *Classe Operaia*. Como sintetiza Cesar Altamira (cf, [2006] 2008, p. 145 – 146), em 1962, milhares de operários do setor metal-mecânico e estudantes assaltaram e incendiaram, em Turim, os escritórios da UIL (União Italiana do Trabalho), a mais conservadora das uniões sindicais da Itália, em represália ao boicote da UIL à greve iniciada por trabalhadores da FIAT, que negociavam um convênio não tutelado pela UIL. Como consequência, mais de mil jovens operários foram presos e levados, nos próximos anos, a julgamento. O PCI, como será habitual nos próximos anos, acusa o movimento autônomo de ser composto por “fascistas”, “anarquistas” e “provocadores”. Se por um lado, “as lutas da *Piazza Statuto* colocaram em evidência o fato de que os operários, especialmente os jovens do Sul que não estavam sindicalizados, não eram facilmente controláveis” (GUIDALI, 2021, p.8), a maneira de interpretar a revolta dos operários para os principais intelectuais de *Quaderni Rossi*, gera um debate caloroso interno: “é a origem de interpretações divergentes sobre o grau de maturidade da classe operária e, portanto, dos próximos passos que *Quaderni Rossi* deveria tomar” (GUIDALI, p. 8). Desse debate interno se formam dois grupos em *Quaderni Rossi*, o grupo liderado por Panzieri, que, por mais que tenha cuidado em não acusar o movimento autonomista de ser “fascista”, considera os elementos de sabotagem e de violência nas ruas como uma derrota política, e busca manter o grupo afastado dos acontecimentos de *Piazza Statuto*, a fim de manter ainda uma relação já estremecida com o movimento oficial do sindicato e, portanto, seguindo uma linha teoricista, fundada na perspectiva de Panzieri de que o movimento das lutas não estava suficiente maduro para que os membros da *Quaderni Rossi* participassem ativamente do engajamento político nessas novas lutas e confrontos, sem passar por cima, assim, do movimento oficial operário e segundo grupo, liderado principalmente por Negri (que, inclusive, tentou convencer Panzieri do contrário) e Tronti, que afirmava que os eventos de *Piazza Statuto* constituíram um *salto político* fundamental, no qual a organização operária dispensou a linha de mediação dos sindicatos, em uma explosão espontânea de autonomia operária, afirmando uma *ruptura* com o movimento operário que deveria ser levada adiante. Para Panzieri, era necessário mais copesquisa, pois o movimento não estava maduro ainda o suficiente, e a teoria não deveria

ainda tentar intervir nas lutas dos operários, posição contrária ao grupo romano de Tronti (cf, GUIDALI, 2021, p. 9). Para Moulier-Boutang (cf, [1974] 1976, p. 359 – 360), a linha de Panzieri é *pessimista*, pois acreditava que não se criou uma alternativa política à altura, dado ao ataque, das lutas, ao “seu” próprio sindicato. A outra linha é *otimista*, considerando uma abertura à *outra política*, contra o socialismo, e mais próxima de uma realidade comunista *imediate e imanente*. Como afirma Negri (cf, 1979, p. 63), havia em Panzieri e seu grupo, uma prudência *exagerada* em relação à *tendência* que as lutas vinham desenvolvendo que, em algum momento, se tornou em uma decisão lamentável, por parte de Panzieri, de tentar “bloquear a iniciativa política depois de *Piazza Statuto*”. Para Negri e seus aliados mais próximos, “era impossível bloquear [...] a iniciativa para qual foram criados os grupos que começavam a fazer intervenção nas fábricas”, enquanto Panzieri começa, em oposição, a “acentuar muito mais na discussão os elementos de dificuldade [...] material”, que “é o que nós recusávamos”. Por fim, Negri avalia que “o elemento fundamental foi uma avaliação política diferente da transição”, o que levou à formação de duas posições definidas que vão se polarizando em torno da questão da organização: “de um lado, a questão da autogestão operária das lutas, de outro, a questão do resgate de uma relação com a organização do movimento operário” (NEGRI, 1979, p. 70). Em resumo, como afirma Negri, por um lado, o tema do trabalho abstrato e do *operário-massa* em geral continuava aludindo a uma série de fenômenos que, no entanto, programaticamente, não se considerava possível organizar *fora* da continuidade do movimento operário oficial, porque se pensava que a organização era um problema de consciência e da representação que o movimento tinha de si mesmo e que, portanto, era necessário reconduzir uma luta interna contra a imagem ideológica que o movimento operário dava ao movimento real (cf, NEGRI, 1979, p. 148). Por outro lado, acreditava-se que o comportamento da classe operária era tal que construía, *dentro* de uma nova composição de classe e *dentro* de um novo comportamento capitalista consequente, uma alternativa radical de organização, uma capacidade de representação que não tinha mais nada a ver com o “político” da tradição ortodoxa e parlamentar, portanto, uma capacidade de movimento que poderia, por si só, determinar uma possibilidade de organização autônoma e por fora do movimento operário oficial que tinha se tornado *também* um inimigo (cf, NEGRI, 1979, p. 148). Como sintetiza Mancini sobre a cisão em *Quaderni Rossi*:

O componente do grupo próximo a Panzieri, que após a cisão continua a experiência dos QRs, julga a derrota do sindicato como um enfraquecimento da classe operária e corrige as hipóteses anteriormente otimistas sobre a tendência da luta de classes; o refluxo do movimento se deve à falta de consciência dos novos conteúdos conteúdo da luta de classes, o que impediu que a autonomia operária de expressar novas formas de organização. Por outro lado, a tendência que pertence a Tronti avalia a

derrota da gestão reformista do prazo contratual como uma vitória da classe sobre as organizações do movimento operário; o refluxo do movimento é apenas *aparente*, porque fenômenos como o absenteísmo e a passividade política indicam a recusa da classe operária em seguir a estratégia de suas organizações e sua disposição para a radicalização da luta (MANCINI, [1971] 1976, p. XXVII, *grifo nosso*)

Ora, aonde o grupo de Panzieri não via uma forma de organização ligada às essas novas lutas, talvez por ainda terem uma perspectiva de organização tornada obsoleta pelas próprias lutas, o grupo de Tronti e Negri alertava: há *novas formas de organização* surgindo e é com elas que temos que nos confrontar e nos organizar em consonância. Cristina Corradi, atenta para o ponto de que a separação na *Quaderni Rossi*, também diz respeito ao núcleo do pensamento de Panzieri, em disputa teórica em aberta com Mario Tronti, que já começa a desenvolver o seu giro copernicano (essencial para o operaísmo de *Classe Operaia*):

*Panzieri, [...] não compartilha da idealização da recusa de trabalho e do bloqueio da produção, não superestima a ruptura com as organizações históricas do movimento operário e atribui ao grupo "Quaderni rossi" um trabalho predominantemente teórico. [...] Segundo Tronti, por outro lado, a recusa do trabalho é uma expressão imediata da autonomia dos trabalhadores, a estratégia política pré-existe no comportamento espontâneo dos operários e a tarefa do partido é 'detectá-lo, expressá-lo e organizá-lo' (CORRADI, 2011, n.p, grifo da autora).*

A morte prematura de Panzieri, em 64, mesmo ano de fundação da revista de Tronti, *Classe Operaria*, aonde irão se aglomerar os principais partidários da linha *otimista*, incluindo aí Negri, que formarão o núcleo duro da maturidade do operaísmo, marca também o fim do que restou da linha de pesquisa de *Quaderni Rossi*. Em suma, o legado da *Quaderni Rossi* é também *seu limite*: ter dado o pontapé inicial do que, nos próximos anos, se estabeleceria solidamente como o operaísmo, funcionando assim como uma primeira crítica efetiva ao dogmatismo e esclerosismo da forma de marxismo defendido pelo Partido e o sindicato, sem, no entanto, na figura de Panzieri, ter rompido efetivamente com um movimento operário que já havia, ele mesmo, abandonado os seus. Como pontua Alquati (cf, 1975, p.23 – 24), sem romantizar a experiência do período, se “sua qualidade mais notável parece ser a expressão da busca por uma relação circular com uma experiência política que se pretendia vanguardista”, ao mesmo tempo, “foi justamente a precária capacidade de funcionar nesse sentido que constituiu a principal limitação na realização daquilo que, de qualquer forma, foi mais do que uma intenção”. Sendo assim, para Alquati, *Quaderni Rossi* nunca ultrapassou um “alcance médio” entre sua intenção e o que, de fato, produziu, sendo “o resultado de uma série de contingências que não otimizaram a publicidade de uma experiência política e uma elaboração teórica subjacente (refiro-me à época), da qual eu sempre estive plenamente

consciente de sua precariedade” (ALQUATI, 1975, p. 24). Mesmo assim, é inegável que no meio do *deserto institucional* — uma paisagem familiar, é verdade — *Quaderni Rossi* abre o pensamento da esquerda ao antagonismo emergente no capitalismo desenvolvido, redescobrimdo, na *inchiesta operária* e na *copesquisa*, o materialismo revigorado a partir de uma retomada e revitalização de um *Marx além de Marx* além do marxismo, “puxando-o pelos cabelos”, como afirma Alquati (cf, 1975, p. 26), e já vislumbra, pelo problema da organização, a temática da crítica à transcendência, tanto do sindicato, mas, principalmente, do partido, às lutas, por mais que esses elementos críticos só sejam desdobrados efetivamente nos anos posteriores ao crepúsculo da revista. Por fim, *Quaderni Rossi* é a base fundante do perspectivismo radical que se constituirá nos próximos anos do operaísmo.

### 1.3. *Classe Operaia*: o operaísmo propriamente dito.

Com a fundação de *Classe Operaia*, por Mario Tronti e seus associados, entre eles, Asor Rosa, Romano Alquati, Massimo Cacciari e Negri que, particularmente, tinha papel importante na conexão do grupo com os operários de Pádua e Porto Marghera (cf, GUIDALI, 2021, p. 10), temos a fundamentação das teses que levarão a constituir o “operaísmo propriamente dito” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 145). Por operaísmo propriamente dito, Negri explica que, em relação a *Quaderni Rossi*: “um fato substancialmente novo é que começamos a falar de instituições no nível político, e que começamos a fazer política com a classe operária [...] também do ponto de vista teórico, porque a intervenção política era [...] eficaz e contínua” (NEGRI, 1979, p. 80). *Classe Operaia* amplia e fortalece a relação entre teoria, prática militante e organização política, é um jornal planejado para uma circulação em massa nas fábricas: “começa com a prática de *flyers*. É distribuído nas portas da Fiat, pela primeira vez. Todas as técnicas que se tornaram comumente usadas em 1968 são inventadas aí” (NEGRI, 1979, p. 80). Em relação aos textos que percorrem as mãos operárias, é nesse período que são escritos e publicados na revista os principais ensaios de Tronti, que vão constituir o *magnum opus* do operaísmo clássico, *Operai e Capitale* (1966) — curiosamente, editado pela primeira vez no ano final de *Classe Operaia*, já em momento de hesitação de Tronti em relação ao movimento. Como analisam Steve Wright (cf, [2012] 2017 p. 58) e Cristina Corradi (cf, 2011, n.p), as principais teses operaístas são elaboradas na revista: a identificação da classe operária com o trabalho subsumido formal e realmente no processo de produção, o que já abre para um entendimento da sociedade-fábrica e da transformação do sentido de produtivo e improdutivo, na esteira do desenvolvimento do mais-valor relativo;

uma ênfase nas lutas pelo salário como terreno privilegiado do conflito político, antecipando aí a crise no *Welfare* e a constituição do que, anos depois, iria ser chamado de neoliberalismo, e a principal tese, do giro copernicano de Tronti, que insiste que a classe operária é a força motriz do desenvolvimento capitalista, dos quais se extrai uma série de outras heresias marxistas: a precedência dos movimentos de classe, das lutas da classe, sobre os movimentos de formação do capital, constituindo um perspectivismo operário, a retomada da teoria da revolução diante da crítica da economia política, além da “celebração da subjetividade e da parcialidade da classe, a atitude cínica e sem escrúpulos na relação com a tradição histórica, o estilo ao mesmo tempo, desencantado e visionário, realista e profético” (CORRADI, 2011, n.p) que, como veremos, dá o tom aceleracionista próprio ao operaísmo. Todos teses e temas basilares, como veremos, para o próprio desenvolvimento teórico de Negri, muitos deles, dos quais ele mesmo contribuiu, ou atualizou, dado o desenvolvimento da relação de antagonismo entre o capital e o trabalho nos anos posteriores a década de 60. No entanto, é nítido em *Classe Operaia* o desejo de romper com qualquer teoricismo, e servir como instrumento de organização e intervenção *direta* nas lutas. Como afirma Guidali, *Classe Operaia* “tinha a intenção de enfrentar as situações nas fábricas e envolver-se com a organização do descontentamento dos operários, afirmando que não desejava ser uma publicação dedicada a análises desapegadas” (GUIDALI, 2021, p. 10).

A conjuntura que permeia a revista é a do desdobramento da crise institucional do movimento oficial operário, que ganha novos contornos com a coalizão do PSI com o partido democrata-cristão no governo, coalizão de “centro-esquerda” que entra em crise sobre como configurar os planos do desenvolvimento adequado para a situação italiana, no que *Classe Operaia* analisará com fôlego a partir de um aprofundamento da noção de *plano social do capital*, que já vinha sido trabalhada na *Quaderni Rossi* (cf, WRIGHT, [2012] 2017 p. 59 – 60). Vimos como *Piazza Statuto* tinha sido um divisor de águas: para os novos operaístas, “indicava que setores da classe operária, principalmente na indústria metalúrgica, não estavam mais dispostos a aceitar restrições salariais nem a disciplina de trabalho mais rígida imposta pela inovação tecnológica” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 60). Para Tronti (cf, [1966] 1976, p. 104), por exemplo, é a confirmação da superação da divisão leninista entre o econômico e o político: a luta econômica se torna *imediatamente* política quando “os operários continuam a lutar para além dos limites do equilíbrio do desenvolvimento, obtendo objetivamente mais do que os capitalistas” podem conceder. Sendo assim, “subir o preço da força-trabalho” é um “ato de força operária”, e “o desequilíbrio salário-productividade é um fato *político*: deve ser assumido como um fato político e, como tal, politicamente utilizado”

(TRONTI, [1966] 1976, p. 104, *grifo do autor*). Isto constitui a base do tema *salarialista* (e aceleracionista, pois insuflava o confronto) que trabalhará *Classe Operaia* e que marca outro distanciamento com Panzieri e a *Quaderni Rossi*. Para o editorial da revista, não aceitar a restrição salarial é, efetivamente, uma forma de *sabotagem*, como expressão imediata do *contrapoder* operário contra a organização do plano do capital. Como afirma Negri expondo ainda as razões para o racha teórico na *Quaderni Rossi*, a sua linha, diferentemente da linha panzieriana, “julga irreversível [...] o novo comportamento antagônico da classe operária, que não se limita mais a se opor à rigidez dos salários para baixo, mas que expressa socialmente uma pressão constante sobre os salários que agora é irresolúvel do ponto de vista do capital” (NEGRI, 1979, p. 147). Para Negri, como veremos no próximo capítulo, o keynesianismo e o *Welfare State* têm em seu cerne a condição de tentar controlar a crise como condição de seu próprio desenvolvimento, muitas vezes, na forma do aumento dos salários. Na linha salarialista, já temos em aplicação uma afirmação do perspectivismo e do aceleracionismo operaístas: se são as lutas que determinam a organização do capital, como afirma Altamira: “sem a luta da classe trabalhadora o capitalismo teria permanecido como um sistema vulgar assentado na geração de mais-valor absoluto, oferecendo uma perspectiva de futuro tão triste e desoladora quanto a da escravidão” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 151), então a luta deve ser intensificada, visando não o desenvolvimento do capital, mas a ruptura de sua relação, nesse sentido, o salário era visto como um dispositivo capaz de colocar o sistema capitalista em crise, e acelerar as às soluções revolucionárias. Em relação aos acontecimentos pós *Piazza Statuto*, o novo governo de centro-esquerda, para *Classe Operaia*, só pode encontrar a estabilidade no desenvolvimento do capital italiano, levando em conta que a classe operária, massificada, como força de classe, *não* aceitará as condições de redução salarial, portanto, o capital deve, então, *pagar* o preço para sua estabilidade: “na prática, argumentou a revista, isso só poderia ser alcançado por meio de uma política de renda que institucionalizasse a relação entre aumentos salariais e produtividade” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 60). O jornal vai argumentar, então, que é necessário *forçar* essa relação, a ponto de produzir cada vez mais instabilidade no sistema — mais salário, não menos, e que o capital se vire para pagar. É, nesse sentido, um dos primeiros apontamentos *aceleracionistas* práticos da filosofia operaísta. Quando, setores conservadores da esquerda, ainda hoje, clamam pela via do fiscalismo em relação ao uso do dinheiro, limitando sua circulação para setores que constituem o *welfare* social, servindo assim como os últimos guardiões morais da “justa medida” do capital, esse ponto propriamente operaísta, não pode ser subestimado em seu caráter de força. A linha operaísta é seguida à risca aqui: afirmar as lutas, explodir os

antagonismos nas condições materiais existentes, sem apelar para foras transcendentas, na imanência mesma no qual o conflito *já* acontece.

*Classe Operaia*, assim, avança para uma concepção de política anti-hegemonista (no sentido de que ataca a concepção de hegemonia que deseja manter bem equilibrada as forças sociais, ou o que dá no mesmo: uma política que não afirma um ponto de vista exclusivamente de classe) baseada, assim, na força de ataque e na organização como intensificação do conflito, até ele se tornar, organizadamente, antagonismo, isto é, contrapoder, *em favor* da balança operária. Contra qualquer teoria da hegemonia de esquerda ou direita, se dissociando aí da tradição gramsciana italiana, no entanto, como afirma Balibar, o alvo da crítica operaísta não é exatamente o pensamento de Gramsci, mas o populismo de Togliatti que, no entanto, possui uma forma gramsciana, institucionalizado por Togliatti:

Gramsci [...] é claramente compreendido pelos operaístas como a principal fonte no marxismo de um desvio historicista e “populista”, portanto uma forma de idealismo, em que a função revolucionária da classe operária é transferida para o “povo” ou o “bloco histórico” das classes populares, e a revolução contra o capital é compreendida como uma repetição, continuação ou radicalização da “revolução burguesa” (BALIBAR, 2017, p. 99).

O operaísmo assume em seu lugar uma espécie de *microfísica* de relações de poder, de pontos de força baseada na luta de classes. Não há teoria da hegemonia a ser sustentada, pois hegemonia significa apenas dominação, mistificação do antagonismo entre capital e trabalho: e, mesmo se a hegemonia for de esquerda, isto é, tutelada por um partido de esquerda ou com seu auxílio, como no PCI em coalização com o partido democrata-cristão, ela ainda implica na tentativa de dominação e mistificação, por parte do capital, da exploração dos trabalhadores (cf, NEGRI, 1979, p. 89 – 90). O togliattismo assim, é definido por Negri como “a ideologia do compromisso, da síntese a qualquer custo, do compromisso a qualquer custo” em que o sujeito não é a classe operária, mas sim a abstração das “forças populares”, do “povo”, ou seja, de um sujeito que não é mais a classe operária: “o termo classe havia desaparecido completamente de circulação, exceto em ocasiões litúrgicas” (NEGRI, 1979, p. 38). Teoricamente, o togliattismo se inseria em uma posição de democracia-socialista: “considerada em termos orgânicos como um processo de continuidade no desenvolvimento capitalista; na prática, nem os antagonismos do processo de desenvolvimento capitalista são considerados de forma específica, nem a dinâmica das forças que entram em contradição nos pontos mais decisivos do desenvolvimento” (NEGRI, 1979, p. 38). Se perde assim, na forma abstrata do conceito de “povo”, o conceito específico de classe operária — algo que só uma análise de composição de classe e de suas lutas poderiam nos dar novamente.

Outra inovação no discurso de *Classe Operaia* é a inversão, em relação ao marxismo tradicional, da relação e função *entre a tática e a estratégia*. Como afirma Negri, “o discurso de *Classe Operaia* parte da afirmação fundamental de que a estratégia é constituída pelo movimento real e que a tática é representada pelo partido” (NEGRI, 1979, p. 84). Como afirma Franco Berardi “Bifo”, em um comentário sobre a experiência “chocante” que foi ler, pela primeira vez, *Operários e Capital*, de Tronti, “a política [...] não é um projeto estratégico, mas acontece por meio de decisões táticas. A visão estratégica é toda objetivada nos movimentos espontâneos cotidianos da força de trabalho que rejeita sua própria identificação com a sujeição do trabalho” (BIFO, 2019, n.p). Bifo (cf, 2019, n.p), assim, afirma que não se pode subestimar essa inversão, pois, a partir dela, “o partido não é o sujeito dirigente do processo revolucionário: é antes o instrumento tático, uma ferramenta nas mãos dos trabalhadores organizados”, o que permite uma *transformação* importantíssima do próprio conceito de organização: “organização não é mais a minoria esclarecida de líderes, mas a auto-organização de pessoas que se encontram todos os dias na mesma fábrica e que compartilham os mesmos interesses, os mesmos sentimentos, a mesma cultura”. Para Bifo, “o próprio conceito de autonomia operária (*autonomia operaia*) é consequência dessa inversão” (BIFO, 2019, n.p). Para Negri, essa inversão é a base de um “leninismo renovado para a era contemporânea” que caracterizará *Classe Operaia*: “quando falamos de tática, simplesmente falamos da função subjetiva em relação ao movimento real, o movimento das massas e da classe no sentido pleno da palavra” (NEGRI, 1979, p. 85). *Classe Operaia*, assim, conserva uma *função minoritária* ao partido que, na experiência subsequente do operaísmo, tende a se tornar efetivamente em uma ruptura, veremos, como essa teorização do partido é refeita várias vezes por Negri, na busca de traduzir da melhor forma possível, essa inversão em relação aos movimentos sociais. No entanto, vale ressaltar, aqui, como já se teorizava o partido *imanentemente*, como peça *adjacente à classe*, e não o inverso:

[...] a composição de classe que nos é apresentada no período capitalista tardio [...] revela uma capacidade majoritária e global da classe para atuar no terreno da produção e da reprodução em termos de reapropriação, como um projeto imediato sobre si mesmo. Resta uma série de funções que são funções de coligamento e conexão: a isto se reduz a tática, uma função que *de vez em quando* se desempenha no processo real (NEGRI, 1979, p. 85, *grifo nosso*).

Ora, o partido teorizado não correspondia ao PCI, pelo menos, não à prática transcendente do PCI. Como afirma Negri, “é cômico que se possa falar do PCI como uma tática” e, no período “o PCI era falado não como tática, mas como parte absolutamente essencial na definição da classe adversária” (NEGRI, 1979, p. 85). Como afirma Giggi Roggero, só podemos recuperar

a ideia de *partido operaísta* se pensarmos que ele só é pensável *dentro* de uma relação dual entre processo e contingência que configuram o partido como organização: “a contingência do conflito deve ser agitada contra o processo capitalista, o processo de organização deve ser desenvolvido para a contingência da ruptura” (ROGGERO, 2021, p. 36). Ora, podemos concluir daí que o partido teorizado, *ou* não conseguiu encontrar um corresponde material adequado a essa nova definição, *ou, pelo contrário*, se atualizou, em alguns momentos, na experiência da própria intervenção prática nas fábricas e nos ciclos de luta intensos no período, mas nunca, de fato, de forma burocratizada, institucionalizada, oficialmente<sup>11</sup>. Alquati sugere algo nesse sentido, quando fala em seus textos de um *partido invisível* ou de uma *organização invisível*, uma espécie de máquina ou dispositivo a operar *autônoma e automaticamente* por dentro da organização mesma da composição de classe. Essa questão, no entanto, é muito complexa, e exige uma investigação que vai além de nosso escopo aqui, a retomaremos, com mais consistência, a partir da obra de Negri, nos próximos capítulos, visto que, em algum momento, a organização *Potere Operaio*, como veremos, foi pensada como protótipo de um novo partido para organizar a revolução em andamento. No entanto, ressaltamos que a ruptura em *Classe Operaia* passa também fundamentalmente por essa questão, que, para Negri, é uma reafirmação e maturação das posições que levaram, ao cabo, a experiência de *Quaderni Rossi*:

[...] as linhas que [...] já estavam presentes dentro da quebra de Quaderni Rossi [...] agora elas estão mais uma vez chegando à maturidade, ao ponto de ruptura. Por parte de uma série de camaradas, começa-se a pensar [...] que o PCI representa, em todo caso, uma realidade, um momento de organização de massas do proletariado, sobre o qual não se pode tirar conclusões e alternativas teóricas.[...] Estes camaradas estão começando a pensar que a autogestão da luta dos operários é possível, mas que a passagem para a organização das lutas dos operários requer níveis específicos, técnicos, táticos de organização para que essa passagem ocorra. [...] por outro lado, há outros camaradas: eles estão perfeitamente conscientes desta dificuldade, aliás, são os primeiros a registrá-la nos termos concretos da intervenção; no entanto, eles também percebem outra coisa, ou seja, que o poder multiplicador das lutas constitui a capacidade de atingir, a partir de si mesmo, uma dimensão estratégica e, em todo caso, atingir níveis de expansão materiais [...] de modo a permitir processos organizacionais [...]. A ruptura acontece no enrijecimento das duas hipóteses (NEGRI, 1979, p. 86).

Para Negri (cf, 1979, p. 86 – 87), no entanto, a primeira linha, que podemos definir de *entrista*, trai totalmente a potência da pesquisa operaísta, quando em 66, no congresso dos comunistas de Bolonha, “no auge da repressão sindical”, toma a posição de que o potencial subversivo das lutas é, no máximo, um “momento qualificador” do PCI, “da linha política do partido”: “um partido que é, então como agora, o partido do compromisso histórico, o partido

---

<sup>11</sup> É o que sugere, o texto de Negri, o “partido operário de mirafiori” que analisaremos no capítulo 3.

da mediação entre os interesses sociais da burguesia e os interesses da camada corporativa da classe operária” (NEGRI, 1979, p. 87). No entanto, a perspectiva de Negri não é a única, e, como veremos, mesmo o uso dos partidos existentes como possíveis órgãos de luta será mantido em aberto, ou discutindo ambigualmente, em toda trajetória de *Classe Operaia*. No entanto, o desapontamento de Negri está intrinsecamente ligado ao perigo de se perder uma das maiores conquistas operaístas: a afirmação de um ponto de vista e de uma *perspectiva* exclusiva e *imane*nte da classe operária. O operaísmo é uma das primeiras concepções marxistas (ou, simplesmente, marxiana) baseada na subjetividade e nos interesses *particulares* da classe operária. É a afirmação do ponto de vista e da parcialidade da classe operária. Subjetividade como *ponto de força* no qual se expressa diretamente a autonomia da classe, na tentativa de construir uma ciência operária da crise e da subversão. Nesse sentido, qualquer discussão sobre organização e sobre o partido, deve ter como premissa inalienável essas mesmas bases. Como aponta Corradi (cf, 2011, n.p), no contexto italiano, isso vai à contramão, tanto da ideologia da reconstrução de Togliatti, até a linha de Berlinguer dos sacrifícios, ambas atribuindo à classe operária uma função hegemônica de responsabilidade nacional que produz, na realidade, *subalternidade, docilidade e incorporação* ao projeto capitalista. As duas concepções que levam ao fatídico Compromisso Histórico dos anos 70, concepções que querem moldar *de fora e de cima*, transcendentemente, a subjetividade e os desejos operários, e assim, moldar uma pseudo-autonomia da classe.

Esse embate político, baseado na expressão direta das necessidades da subjetividade operária, contra uma concepção puramente generalista de “vontade geral” transcendente da esquerda PCI, perspectiva tomada pelo partido e pelo sindicato em defesa do bom desenvolvimento do capital, se expressa diretamente, por exemplo, na problemática do âmbito salarial. Quando Guido Carli, presidente do Banco da Itália na época de *Classe Operaia*, se mostrou “disposto a aceitar um aumento salarial na medida em que isso obrigasse as empresas mais atrasadas a modernizar suas estruturas produtivas e financeiras” (WRIGHT, [2002] 2017, p. 60), temos posto um campo de forças com dois tensores que expressam o aceleracionismo operaísta: de um lado, o capital, que pressionado pelo bloqueio do seu desenvolvimento, pela força da classe operária na forma da *não aceitação* do recuo nos salários, busca, pela via da modernização produtiva, manter a taxa de exploração e de lucro pela via do mais-valor relativo; do lado da classe operária, a estratégia de forçar o aumento dos salários implica não só uma melhor distribuição da renda, mas a afirmação de sua própria força, ao mesmo tempo que *força* o capital ao desbalanço e ao desequilíbrio entre as margens da taxa de lucro e do retorno dos salários que, se intensificado, *acelerado*, pode levar a um

limiar de crise. O que é contingencial para o capital e pode ser usado por ele estrategicamente (o aumento do salário como medida de equilíbrio), se torna necessário para ele na forma de um limiar perigoso de crise, o ameaçando assim, pela própria força operária:

O aumento do preço da força de trabalho foi um ato de força da classe operária que, em um determinado momento, coincidiu com uma necessidade do próprio capital e, em seguida, excedeu e dominou essa necessidade, virando-a de cabeça para baixo. O desequilíbrio entre salários e produtividade é um fato político, deve ser entendido como um fato político e deve ser usado politicamente (TRONTI, [1966] 1976, p. 104).

Sendo assim, a luta pelo salário se torna essencial, *não apenas* como sistema de redistribuição, mas como ponto político de *força de desequilíbrio* na configuração taylorista e fordista do sistema capitalista. Torcer o sistema, o forçando ao ponto da produção da crise — que é atingir o ponto de vista da perspectiva operária —, nem que seja na forma do desbalanço fiscal da fábrica: “para Tronti, os aumentos salariais deviam ser levados além dos ganhos de produtividade, provocando assim seu desequilíbrio e assumindo tal ação como um fato político — que deveria ser entendido enquanto tal e utilizado nesse sentido” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 147). O operáismo nesse sentido, rompe um dogma do pensamento de esquerda, que se hoje parece uma distinção supérflua, até pelo menos 68, constituía a carapaça do marxismo enferrujado, defendido pela linha oficial do PCI e do PSI. Como apontam ambos Wright ([2002] 2017, p. 60) e Altamira ([2006] 2008, p. 148), o operáismo *desmancha* a distinção leninista entre lutas políticas e lutas econômicas — dado que no contexto do taylorismo e fordismo, isto é, a subsunção real do capital, todas as relações sociais estão direta ou indiretamente implicadas na produção. Nesse sentido, a luta econômica não é mais mediada por uma luta política, mas é *imediatamente* política. Para Tronti (cf, [1966] 1976, p. 118), a *premissa* que separa economia e política, deve ser destruída:

[...] se examinarmos o capitalismo avançado, tal distinção já desapareceu. Ao nível do capital social, quando já estão em marcha os mais amplos processos de integração entre Estado e sociedade, entre camada política burguesa e classe social dos capitalistas, entre mecânica das instituições de poder e mecanismo da produção para o lucro — a este nível, qualquer luta operária conscientemente limitada ao terreno econômico acaba por coincidir com a política mais reformista (TRONTI, [1966] 1976, p. 118).

Para Tronti, é político, *do ponto de vista operário*, a luta que “tende conscientemente a pôr em crise o mecanismo econômico do desenvolvimento capitalista” (TRONTI, [1966] 1976, p. 119). É nesse sentido que o capital *oferece* — ou, mais precisamente, *é forçado* — a oportunidade de uma quebra política, mesmo no lugar em que o sistema é *mais desenvolvido* e *mais forte*, rompendo aí com outra tese de Lenin, aquela “de que o capitalismo se

desmoronaria onde o elo da cadeia fosse mais débil” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 148). Nas palavras de Tronti: “[...] cada elo daquela cadeia oferecerá uma oportunidade de [...] luta direta, de um ato de força, e que o elo em que a cadeia se partirá não será aquele onde o capital é mais fraco, mas aquele onde a classe operária é mais forte” (TRONTI, [1966] 1076, p. 107). Isto é, a classe é mais forte onde ela luta, ou seja, onde ela intensifica o antagonismo e acelera a produção de um ciclo de lutas.

Com esta abordagem bastante agressiva e, portanto, aceleracionista das lutas, *Classe Operaia* começa a discutir a necessidade de formar um partido revolucionário. A questão, no entanto, não é desenvolvida linearmente e, apesar das severas críticas ao PCI e PSI e a concepção de Negri de que definitivamente os partidos existentes não poderiam servir de modelo ao partido operário, o uso ou não do PCI e do PSI como ferramentas para as lutas, e mesmo do sindicato, permanece *aberto* em boa parte da trajetória da revista. Como aponta Steve Wright (cf. [2012] 2017, p. 64), pelo menos até meados de 64, a necessidade de uma “organização política” era discutida apenas vagamente nas páginas de *Classe Operaia* e “de acordo com o editorial da edição de junho de 1964, tanto os partidos tradicionais como as novas formas — até mesmo, em contradição com suas outras declarações sobre o assunto, os próprios sindicatos — eram possíveis órgãos de luta”. No entanto, em um passo importante na atualização de um conceito de organização, a *espontaneidade* é vista *não* como oposta à organização, mas como indício de uma organização autônoma. Nesse sentido, as contribuições de Alquati seguem essenciais e, para além do escopo de *Classe Operaia*, a definição de Alquati de uma espontaneidade organizada que ele extrai da *copesquisa* marca uma ruptura, já nos 60, com a tradição dogmática do movimento operário, seja ela a tradição leninista, ou mesmo a tradição anarquista, que tendem a se mover pendularmente, “entre o culto à espontaneidade e o fetiche da organização, ou [...] operando dentro de uma dialética que seguia estágios de desenvolvimento: primeiro há espontaneidade, depois há organização” (ROGGERO, 2020, n.p). É nesse sentido que, como já afirmamos, o operaísmo começa a desenvolver um conceito de partido muito diferente da forma partido tradicional — por masi que, como veremos, suas definições ainda conterão problemas organizacionais — na tentativa de produzir uma espécie de *partido da imanência*, imanente e adequado à composição de classe, que aparece na obra de Alquati como uma organização invisível, ou mesmo o partido invisível que se organizava autônoma e automaticamente, isto é, sem uma direção externa pelo sindicato e pelo partido, e muitas vezes, contra eles, nas fábricas, seja na Fiat ou em Mirafiori:

Alquati rompeu definitivamente com essa dialética [...]: na Fiat não havia uma organização externa que produzisse conflitos, mas também não era simplesmente a espontaneidade que os criava. Havia sido criada uma espécie de “organização invisível” por meio da qual os trabalhadores se comunicavam, preparavam as lutas, programavam seus ataques e bloqueavam a fábrica. Foi essa organização invisível que se apresentou como a vanguarda do processo de recomposição, enquanto os militantes do partido foram deixados para trás, seguindo hesitantes e, de fato, muitas vezes agindo como um obstáculo (ROGGERO, 2020, n.p).

Para Roggero, o operaísmo afirma a espontaneidade como crítica e movimento imanente da organização, afirmando a autonomia operária como organização imanente da espontaneidade, conceito de espontaneidade muito distante de um fetiche do espontaneísmo como ideologia: “espontaneidade [...] alimenta a organização, e a organização deve ocorrer dentro da espontaneidade. [...] a autonomia operária é uma organização que reflete sobre sua própria espontaneidade, e espontaneidade que reflete sobre sua própria organização” (ROGGERO, 2020, *grifo do autor*). O melhor operaísmo então, é menos uma defesa da espontaneidade e uma recusa da organização (como muito se acusam os operaístas) do que o estabelecimento de um novo *plano de consistência* de relação entre os dois conceitos, plano que, na experiência de *Classe Operaia*, ainda se desdobra da própria imanência, materialidade e antagonismo do espaço da fábrica. Roggero (cf, 2020), no entanto, alerta que a questão do partido é um dos problemas que ficaram *irresolvidos* no operaísmo, seja no clássico, seja no operaísmo que se desdobrou pós-anos 70. Em *Classe Operaia*, havia uma forte convicção de que as lutas deveriam alcançar um estado “efetivamente político”, isto é, deveriam ultrapassar a organização puramente sindical, para não arriscar se tornar cooptada pelo desenvolvimento capitalista — o que indica, que a organização via partido era ainda vista como o horizonte último ou derradeiro do político — e, como veremos, a partir desse ponto, podemos traçar uma continuidade (ou, de fato, uma contradição) entre o Tronti *operaísta* e o Tronti da *autonomia do político*. Como afirma Giuseppe Cocco (cf, [2015] 2016, p.346), no operaísmo clássico, permanecem elementos funcionalistas que indicam um dos limiares a serem ultrapassados pela pesquisa de Negri nos anos 70, que, indo além de Tronti, rompe com a “Autonomia do Político” em razão da autonomia *das lutas*. A partir daí, como afirma Moulier-Boutang (cf, [1974]1976, p. 363), se encontra, em *Classe Operaia*, um problema *duplo* em relação ao partido: teórico, na concepção de um partido que corresponde às transformações da relação entre espontaneidade e organização, ao qual *Classe Operaia* manterá ainda uma concepção neo-leninista, no início da conceitualização de *vanguarda de massa* (que, de fato, será melhor desenvolvida por Negri no início dos anos 70 em *Potere Operaio*, como veremos no capítulo 3) e, também, um problema histórico do partido: isto é, da relação do movimento com o PCI., ou seja, abandonar o PCI, investir em uma nova

organização do partido, ou permanecer lutando por dentro do PCI. As duas faces do problema estão conectadas, e a hesitação sobre o problema histórico aponta que, na realidade, a concepção teórica do que chamamos de *partido da imanência*, ainda era insipiente e permaneceria, de fato, irresolvida no operáismo.

Ressaltamos, no entanto, que mesmo com as ambiguidades, *Classe Operaia* abre uma nova perspectiva, que faz sentido no contexto da composição de classe e das lutas no período. Para os membros da revista: “o partido revolucionário só pode surgir de uma crise da velha organização, crise deliberadamente construída, nela enxertada e alimentada pelo seu próprio peso” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 363). O operáismo assim, é a primeira crítica efetiva uma espécie de febre da forma que resulta em uma transcendência da esquerda às subjetividades, as lutas, ao antagonismo e, portanto, à composição de classe: a da imagem do partido como forma de organização dada *de antemão*, que deve organizar as lutas transcendentemente: “nesta perspectiva, considera-se excluída a ideia de que um grupo possa assumir imediatamente a função da vanguarda, possa dar internamente a imagem prévia do partido revolucionário, conforme o modelo de organização adotado” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 363). Em relação à perspectiva das lutas, fica em aberto a questão se não era melhor, de uma vez por todas, se livrar de qualquer tentativa de relação com o “partido”, correndo o risco de, ao tentar levar às lutas para dentro desse tipo de organização, ficar preso em uma perspectiva puramente reformista.

A dissolução de *Classe Operaia*, no entanto, está umbilicalmente ligada ao último debate. Se, por um lado, dentro do grupo, permanecia uma ambiguidade em relação ao entrismo no PCI, defendido por Tronti, que “agora estava buscando uma maneira de influenciar o PCI de dentro, de acordo com o lema 'dentro e contra': dentro do PCI, mas contra esse mesmo PCI” (GUIDALI, 2021, p. 12), pelo lado do PCI, no entanto, não havia espaço para *manobragem nenhuma* no plano seguido pelo partido, cada vez mais distante da realidade das fábricas, afirmando assim, uma distância ao nível da ruptura iminente, entre a autonomia operária crescente, e a política do movimento operário oficial (cf, MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 363). Como afirma Steve Wright (cf, [2012] 2017, p. 65), há, no início, uma hesitação entre Tronti e seus associados romanos, sobre o que fazer sobre a distância entre a classe operária e o movimento oficial. Essa hesitação, logo se torna em uma afirmação de que não há razões efetivas para se comemorar diante da separação em curso das duas realidades, levando Tronti a hesitar em relação à sua própria tese do giro copernicano: “o argumento de que a classe operária determinava o desenvolvimento capitalista, por mais radical que parecesse, foi longe demais”, dado que “Tronti não conseguia

conceber a unificação da classe operária como uma força contra o capital — o que os operaístas agora começaram a chamar de recomposição política — fora da forma-partido” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 65). Em suma, Tronti não acredita que fosse possível a experiência da passagem a uma nova forma de organização revolucionária — um novo partido revolucionário — é preciso lidar, primeiro, com a crise do partido comunista. Como afirma Alberto Toscano: “Tronti — convencido de que o movimento operário só poderia ser articulado através de um partido de massa — retornou ao PCI e tentou formular a ideia de uma 'autonomia do político' como uma forma de alcançar a hegemonia da classe operária sobre o planejamento econômico e a racionalização” (TOSCANO, 2009, p. 86). Mesmo assim, talvez contra a pretensão do próprio Tronti que vai afirmar a morte do operaísmo anos depois, começa a se difundir a leitura de *Operários e Capital* que mobiliza uma nova legião de manifestantes e lutas: “a partir de 68, este livro deixa de se confundir com o destino político de seu autor, para se transformar no patrimônio comum da parte mais significativa do movimento revolucionário da Itália” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 365). Contra a linha entrista de Tronti, segue a linha dissidente da *Classe Operaia*, defendida por Negri, Sergio Bologna, Franco Piperno e outros, que irá fundar a organização *Potere Operaio* no final dos anos 60, continuando a defender a pesquisa e a intervenção nas fábricas, buscando até mesmo assumir a posição do novo partido, e tentando organizar as lutas, linha essa, mais preocupada em atualizar o conceito de “vanguarda de massa” (cf, Moulier-Boutang, [1974] 1976, p. 364 – 366)<sup>12</sup>. Em mais uma ruptura interna ao operaísmo, a linha de Tronti vai buscar a salvação na imanência ao partido que, no entanto, pelo próprio reformismo irrecuperável do mesmo, logo deixará o próprio pensamento de Tronti marcado com o signo da transcendência em relação às lutas, em troca do conforto dos gabinetes. A via de Negri, aposta na imanência da fábrica e, assim, permanece imanente às lutas e a todo tipo de agitação que mobiliza o pensamento, vide os anos 70 que, sem nenhum conforto, terminam com Negri e muitos de seus associados e companheiros na prisão.

De certa maneira, o racha em *Classe Operaia* nos aponta para os limites teóricos do próprio grupo. Em especial, dois elementos chamam à superfície: o primeiro é a questão da própria organização, que, em algumas derivas, ainda fica presa em alguma forma de leninismo que, as vertentes posteriores do operaísmo criticarão via o próprio Lenin, por meio daquilo que, chamaremos no tópico 3.3 de Dispositivo-Lenin, ou seja, de que a virtude do leninismo é ler corretamente a composição de classe, do qual a teoria da organização é

---

<sup>12</sup> Negri ainda contribuirá com Tronti na revista *contropiano*, mas essa contribuição dura apenas dois volumes da revista, quando as posições de Tronti já estão bastante claras.

derivada. Nesse sentido, certos operaístas corriam na inconveniência de não “desenvolver estratégias políticas adequadas ao comportamento autônomo da classe que eles tiverem o privilégio de identificar” (WRIGHT, [2012] 2017, p.75); o segundo é uma concepção ainda muito abstrata da classe operária como massa social — devemos lembrar que o conceito de *operário-massa* é muito melhor conceitualizado futuramente, em retrospectiva, nos anos posteriores dos anos 70, quando o próprio operário-massa já estava em crise. Essa rigidez também auxilia na perspectiva pouco condizente com a materialidade das lutas que faz com que Tronti e seus associados apostem no PCI como única forma de recomposição política da classe, o que, com a explosão de 68 e das lutas nos anos 70, se mostrou um grande tiro no pé. Nesses dois sentidos, a potência da pesquisa de Alquati, por exemplo, parecia estar bloqueada em *Classe Operaia*:

Alquati começou a se afastar tanto das noções leninistas convencionais de organização de vanguarda quanto da própria caracterização simplista de *Classe Operaia* da classe operária como uma massa única e homogênea [...] Uma apreciação da classe operária italiana, portanto, não poderia se esgotar em sua descrição como uma 'massa social compacta':[...]. E mais do que qualquer outro editor da *Classe Operaia*, Alquati era sensível à existência de uma experiência da classe operária fora do local de trabalho (WRIGHT, [2012] 2017, p. 73).

Com a proximidade dos anos 70, a concepção do operário como uma “massa social”, restrita ao ambiente da fábrica, começa a se mostrar simplista e reducionista, ainda mais quando, desenvolvendo novas formas de sabotagem, os operários começam a trazer, para dentro da fábrica mas também para *além dela*, novos comportamentos antagonistas e a recusa ao trabalho, expressando diretamente seu desejo e sua autonomia (o que Negri chamará mais tarde de *autovalorização*) — como uma extensão da vida fora da fábrica, e não o inverso. Para isso, é preciso um ataque operário à disciplina fabril e surge, assim, a necessidade cada vez mais intensa do operaísmo pesquisar a vida e as lutas fora das fábricas, se quiser, com isso, organizar as lutas contra o capital cada vez mais socializado, atingindo aí o campo fundamental da reprodução social, que, será a base da crítica, nos anos 70, do feminismo autonomista ao operaísmo sessentista. Como veremos a partir do capítulo 3. A própria copesquisa, então, se via bloqueada: “a insistência de *Classe Operaia* na centralidade do trabalho produtivo no processo de produção direta, ao mesmo tempo, restringiria severamente a compreensão de Alquati das relações de classe fora do mundo da produção imediata” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 74). Fazendo uma autocrítica, em 79, Negri salienta outro elemento que passou despercebido por *Classe Operaia*, ao afirmar que “uma das limitações mais fortes é a de não compreender a função geral e fundamental determinada pela acumulação de lutas no Terceiro Mundo sobre os mecanismos críticos do capitalismo central”

(NEGRI, 1979, p. 82), tendo como consequência “a ausência de uma dimensão que não seja simplesmente a de compreender as lutas do *operário-massa*” (NEGRI, 1979, p. 82). Ainda sobre a questão do “Terceiro mundo”, que nos faz remeter ao limite *eurocêntrico* da problemática desenvolvida por *Classe Operaia*, na mesma entrevista de 79, Negri lamenta que “o terceiro mundismo é a *besta negra* de *Classe Operaia*.” e, “na realidade, circula uma série de pré-conceitos sobre a luta no Terceiro Mundo que se assemelha às dos ‘novos filósofos’ de hoje: toda luta proletária no Terceiro Mundo só pode acabar como a do Vietnã e do Camboja” (NEGRI, 1979, p. 83). Para Negri, é confortável para os operaístas de *Classe Operaia* negligenciar as lutas “terceiro-mundistas” na forma de um “oportunismo latente”, “que não quer enfrentar uma série de contradições reais que o desenvolvimento capitalista determina dentro da própria luta dos operários” (NEGRI, 1979, p. 83). Felizmente, para o operaísmo, essas questões começam a ser tratadas, de maneira efetiva, a partir de meados dos anos 70. No entanto, Negri (cf, 1979, p. 83) alerta que a verdade do método operaísta é menos que “a classe operária mais forte deve ser a das grandes fábricas” do que “a classe operária pode ser, e é, aquela que domina seus mecanismos de reprodução com tanta força que consegue condicionar ou expressar contrapoder em relação ao processo de produção”, ou seja, é uma ferramenta que ultrapassa, pelo menos metodologicamente, os limites eurocêntricos e fabriquistas da pesquisa operaísta sessentista<sup>13</sup>. A questão da migração, tão importante para a conceitualização mais efetiva do operário-massa, também é tomada, segundo Steve Wright, por um ponto de vista exclusivamente funcionalista, no sentido de que “funciona como uma das bases objetivas da 'liquidação' da classe camponesa como um grupo separado dos trabalhadores produtivos” (WRIGHT, [2012] 2017, p. 75), mas nada será afirmado sobre uma série de problemas que afetam a vida social desses trabalhadores, como os problemas de moradia, de transporte, etc., assim como da possibilidade de ver, na migração, a fuga do trabalho vivo e um comportamento ligado, assim, à recusa do trabalho. Era necessário, então, uma desterritorialização que, muito pela influência de Tronti, o operaísmo de *Classe Operaia* não estava pronto a assumir, e que, com a explosão de 68 na Europa, iria dar mais força à linha de pesquisa defendida por Negri:

O fim da Classe Operaia na primavera de 1967, no entanto, representou mais uma fissura na esquerda marxista não ortodoxa, e ocorreu quando uma nova fase estava prestes a começar, na qual jovens manifestantes e intelectuais militantes já ativos em levantes operários encontrariam novas formas de colaborar dentro de pequenos grupos e movimentos. Enquanto vários operaístas (incluindo Tronti e Asor Rosa) entrariam na órbita do Partido Comunista Italiano (PCI), as principais ideias do

<sup>13</sup> De fato, são limites mais precisamente transatlânticos, pois *Classe Operaia* descobre e faz parte de uma rede de pesquisa que não se reduz a Itália, fazendo conexões com grupos não só em toda Europa, mas também nos Estados Unidos.

operaísmo fluiriam para o marxismo autonomista, dando forma a uma nova constelação ideológica (GUIDALI, 2021, p. 12).

Com a explosão de 68 e das lutas nos anos 70, incluindo aí a crítica do feminismo autonomista ao heterocentrismo do operário fabril que acaba por ignorar o campo das lutas das mulheres na reprodução social (cf, FEDERICI, [1975] 2019), o operaísmo deverá se desterritorializar e captar, cada vez mais, o desenvolvimento dos antagonismos e dos comportamentos subversivos que explodem *por fora* do terreno da fábrica, descobrindo aí a própria crise interna no fordismo e do keynesianismo como *crise da lei do valor*, e portanto, o eclipse do operário-massa, dando lugar a emergência do que Negri chamará de operário social, como observaremos a partir do terceiro capítulo.

Em suma, para além do contexto teórico, o legado de *Classe Operaia* também é político, como sintetiza César Altamira:

*Classe Operaia* foi não somente um extraordinário laboratório de ideias, mas também constitui um espaço que impulsionou novas experiências políticas em cidades de alta concentração operária, ideias que se difundiram em outros ambientes. No ano de 1964, os panfletos de *Classe Operaia* eram distribuídos e debatidos em quinze centros fabris na zona de Milão, lugares de produção onde o operaísmo havia alcançado expressiva penetração política. Eram essas mesmas ideias que dispararam as lutas na fábrica Innocenti, cujos operários invadiram a cidade. O operaísmo, graças à iniciativa política e às ideias inovadoras, também conquistaria aliado em diversos círculos intelectuais — tais como arquitetos, urbanistas, planejadores de território — que iriam introduzir os temas do operaísmo nas suas disciplinas. Nos últimos tempos de *Classe Operaia*, em 1966, sua geração jovem era integrada por um corpo de militantes que desempenharam papel decisivo em 1968 e durante os anos 1970 (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 158 – 159).

Apresentamos nesse capítulo, de forma introdutória, o operaísmo italiano e, de forma geral, suas principais contribuições, dando forma a um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas. No próximo capítulo, deveremos nos aprofundar na filosofia operaísta, analisando em maior detalhe, as contribuições teóricas de Raniero Panzieri e Mario Tronti, assim como os primeiros textos operaístas de Negri que correspondem à sua produção nos anos 60.

## 2. A FILOSOFIA OPERAÍSTA DOS ANOS 60: RANIERO PANZIERI, MARIO TRONTI E ANTONIO NEGRI.

Neste capítulo, damos continuidade a investigação sobre o pensamento operaísta buscando desenvolver em que sentido ele é um perspectivismo e um aceleracionismo radicais. Enquanto no capítulo anterior investigamos o contexto histórico e fizemos um sobrevoo teórico sobre os principais temas trabalhados pelo operaísmo nas revistas *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*, nesse capítulo, nos debruçamos mais profundamente sobre a filosofia base do operaísmo dos anos 60, que constitui a *primeira fase* propriamente operaísta de pensamento, buscando assim, contextualizar da melhor maneira possível a filosofia negriana do período. Portanto, analisaremos o pensamento de Raniero Panzieri, fundador da *Quaderni Rossi* e Mario Tronti e seu *magnum opus* do operaísmo, *Operários e Capital*, para, por fim, examinar as contribuições de Negri nesse período que vai até o final dos anos 60. Além de introduzir o operaísmo, ainda marginal, na discussão da história oficial do marxismo, preparamos o terreno para as discussões sobre os capítulos posteriores que versarão sobre as contribuições de Negri, que, em nossa perspectiva, *atualizará* o método operaísta dos anos 60 para o ciclo de lutas dos anos 70 no movimento da Autonomia. Portanto, veremos o quanto nos anos 60 o pensamento de Negri dialoga com Panzieri e Tronti e, em qual medida, ele já é sua superação.

No tópico 2.1. *A filosofia de Raniero Panzieri*, nos debruçamos e apresentamos a obra do fundador da *Quaderni Rossi* e uma espécie de mentor do operaísmo, dando ênfase para os pontos em que sua obra serve de base crítica para as primeiras intervenções operaístas de Negri. Nos subtópicos 2.1.1. *O controle operário: um gérmen para um conceito imanente de autonomia*, 2.1.2. *A crítica da técnica em Panzieri: a abertura de uma perspectiva de reapropriação do capital fixo e de uma recomposição antagonista da classe operária*, e 2.1.3. *Entre o plano e o verdadeiro limite do capital: crítica à forma-desenvolvimento*, apresentamos uma série de problemas e conceitos pioneiros para o marxismo operaísta, entre eles, a discussão ainda bastante rudimentar de uma autonomia como contrapoder e como verdadeiro limite do capital, a problemática conjunta do plano do capital, e mesmo a crítica operária da técnica e da maquinaria em uma via afirmativa; todos os problemas que serão retrabalhados e expandidos por Negri e pela tradição do operaísmo posterior. No tópico 2.2. *A filosofia de Mario Tronti*, o enfoque, similar ao de Panzieri e, também em comparação com ele, é em Mario Tronti, e nas teses e nos textos que constituem a obra mais significativa da

primeira onda do operaísmo, seu *magnum opus*, *Operários e Capital*, que estão em todo momento nos anos 60 em contato direto com a problemática desenvolvida por Negri; enquanto no subtópico 2.2.1. *A revolução copernicana de Tronti: o perspectivismo operário e a força motora das lutas*, destrinchamos as principais teses operaístas de Tronti, em particular, a tese do giro copernicano como um perspectivismo e um aceleracionismo radicais, no subtópico 2.3.3. *Tronti, o primeiro “pós-operaísta”*: a tese da autonomia do político como transcendência em relação às lutas, analisamos brevemente a guinada “pós-operaísta” de Tronti, sustentando uma crítica operaísta de sua tese, já preparando, assim, o terreno para a defesa de Negri de uma autonomia social proletária nos anos 70. Por fim, no tópico 2.3. *As contribuições filosóficas de Antonio Negri na primeira fase do operaísmo*, analisaremos os textos de Negri dos anos 60, diretamente relacionados à problemática desenvolvida por Panzieri, Tronti e a primeira fase do operaísmo. No subtópico, 2.3.1. *A aufhebung do socialismo no capital: da necessidade de destruir a dialética capitalista*, apresentamos a crítica negriana à dialética de reestruturação do capital, e sua crítica do socialismo nos moldes de sua subsumção à manutenção da lei do valor. No tópico 2.3.2, *Entre Keynes, Schumpeter, o Estado-plano e a crise: da contradição ao antagonismo*, desenvolvemos a crítica operaísta de Negri ao Estado-plano keynesiano, assim como sua introdução, pelo ponto de vista do antagonismo, de uma necessidade de ruptura com a dialética do capital e a necessidade de pensar uma lógica imanente ao antagonismo, que não seja uma lógica da contradição, mas da ruptura.

## 2.1. A filosofia de Raniero Panzieri

Já vimos o contexto histórico da importância de Panzieri para a genealogia do operaísmo italiano, sendo o fundador da revista *Quaderni Rossi* e um dos principais instigadores da re-articulação da *inchiesta operaia* e da *copesquisa*, sendo uma influência direta não apenas para Negri, mas para toda uma nova tradição da esquerda extraparlamentar italiana e europeia. Nesse tópico, analisaremos com mais profundidade suas contribuições teóricas em três pontos: sua hipótese e defesa do controle operário como expressão de *contrapoder* e *autonomia*; sua releitura da filosofia das máquinas marxiana, abrindo a possibilidade, contra as leituras catastrofistas de esquerda ou as leituras socialistas, de uma *reapropriação antagonista* do capital fixo; e por fim, sua leitura crítica da transformação do papel do *Estado* na fase fordista do capital, tornado principal articulador do *plano* de valorização e acumulação capitalista, desembocando aí, em uma crítica destruidora da

*ideologia do desenvolvimento*. Pontos fundamentais para uma afirmação de um ponto de vista operário irreduzível ao capitalista. Todos esses pontos, como veremos, estabelecem uma problemática central para o operaísmo e para o pensamento de Negri, servindo de base crítica a ser reformulada nos anos posteriores à sua morte, considerando as transformações crescentes na composição orgânica do capital e na composição de classe operária e do proletariado italiano. Além disso, a originalidade do pensamento panzieriano é o de ser uma crítica firme, por mais que limitada, como veremos, à ortodoxia do pensamento de esquerda, encarnada, no contexto italiano do período, no togliattismo do PCI e no reformismo do PSI. A partir desse panorama, demonstramos como o pensamento de Panzieri, se bem manejado, é uma crítica ainda afiada aos avatares da esquerda desenvolvimentista, industrialista e produtivista.

### 2.1.1. O controle operário como contrapoder: o gérmen para um conceito *imane*nte de autonomia

Neste tópico, investigaremos como a hipótese e defesa do *controle operário* por Panzieri, como expressão de um *contrapoder desde baixo*, é, no contexto italiano, a inovação de uma pesquisa sobre a *autonomia de classe* que, por mais que limitada, marca uma ruptura com o togliattismo e terá influência importante posterior, tanto para o operaísmo italiano, como para o pensamento de Negri — que, em um contexto totalmente distinto do panzieriano, desenvolverá de maneira muito mais completa um conceito de autonomia ligado às lutas de autovalorização dos anos 70<sup>14</sup>. Como afirma Negri (cf, NEGRI, 1975, p. 142), em um texto tributário ao legado de Panzieri, “as teses sobre o controle operário são a primeira explosão de discurso original de Panzieri” em um contexto que, como vimos anteriormente, é o de *crise* do pensamento institucional de esquerda, alavancado pela perda de credibilidade, cada vez maior, do stalinismo e sua repressão violenta às lutas de resistência dos trabalhadores na Hungria e também na Polônia contra o totalitarismo soviético, o que, na perspectiva de Negri, faz com que o pensamento de Panzieri e sua *defesa* de um controle

---

<sup>14</sup> Não queremos forçar nenhuma barra genealógica aqui. O movimento dos 70 italiano tem uma genealogia muito complexa que, tentaremos contextualizar no próximo capítulo, além disso, a autonomia dos 70, com toda sua pluralidade, não pode ser reduzida a uma concepção ainda bastante limítrofe, como a defendida por Panzieri. Só salientamos que a discussão sobre a autonomia operária, ainda nos anos 50, com todos seus vícios e limites, é um dos elementos teóricos importantes para a forja do debate posterior no operaísmo sobre a autonomia da classe e, por isso, indiretamente importante para o desdobrar dos múltiplos sentidos de *autonomia* que vão explodir nos anos 70, ampliando o próprio conceito de classe social para além do modelo do operário fabril. Se, como afirma Marx, é o humano que explica o macaco, então é a riqueza do conceito de autonomia desenvolvido por Negri e vivenciado no ápice do movimento de 77 como experiência de classe que deve explicar o germe ainda bastante indiferenciado e amorfo do conceito de autonomia como controle operário da fábrica, de Panzieri.

operário vá constituir “a primeira reflexão altamente crítica e abrangente sobre o ponto de inflexão que ocorreu no socialismo italiano como consequência da desestalinização e da crise húngara” (NEGRI, 1975, p. 142). Vimos que isso se referia ao debate sobre a chamada *via italiana para o socialismo* do PCI de Togliatti (sem muita resistência interna do PSI italiano que falava apenas abstratamente em autonomia, o que sua aliança com a centro-esquerda expõe na época) que, em detrimento de uma perspectiva classista de controle operário como expressão da autonomia operária — embasada na materialidade da resistência contra o fascismo mobilizada pelos operários nas fábricas italianas na Resistência —, preferiu apostar na via da conciliação de classe que exige, em vez da autonomia, a docilidade, como caminho necessário para a intensificação da exploração da classe operária italiana em nome do desenvolvimento capitalista da Itália “atrasada”. Como afirma Sandro Mancini, um dos maiores especialistas no pensamento de Panzieri, antes da formação da *Quaderni Rossi*, a conjuntura política leva Panzieri a um amadurecimento teórico que tem como consequência um afastamento do movimento oficial operário (cf, MANCINI, [1971] 1976, p. VIII), o que faz com que Panzieri seja *forçado* a pensar uma saída, à esquerda, à falsa alternativa entre “reformismo e dogmatismo” (MANCINI, p. VIII)<sup>15</sup>. Aparências à parte, o debate sobre a autonomia operária *precede*, de fato, o operaísmo propriamente dito. Há uma discussão, talvez trivial, de que se devemos ou não considerar Panzieri um operaísta. Nos parece que, ao menos, em potencial, o que já é o suficiente, porque as bases do operaísmo estão ali e, qualquer introdução do tema que não passe por Panzieri, arrisca de cometer determinadas injustiças. Como afirmam tanto Fabio Guidali (cf, 2021), quanto Mancini ([1971] 1976, p.X), Panzieri foi pioneiro no marxismo italiano em reconhecer o elemento da cultura como fundamental no desenvolvimento de uma *perspectiva* de autonomia operária, e, como veremos, como campo das necessidades e dos desejos operários, esse terreno será fundamental na exploração operaísta dos anos 70, em sua participação no Movimento da Autonomia. Ora, a cultura na época, e ainda hoje em certos avatares de esquerda, é considerado um campo de domínio burguês, um campo sem disputa e sem antagonismo

---

<sup>15</sup> Como aponta Mancini, nessa perspectiva, Panzieri está em débito com Rodrigo Morandi, líder socialista italiano do período: “de fato, ele toma de Morandi tanto a ideia do caminho do conselho como uma alternativa ao reformismo e ao maximalismo, como também o tema da política unitária, entendida não como a simples aliança entre o PSI e o PCI, mas como a refundação da política socialista por meio do desenvolvimento do movimento autônomo da classe trabalhadora e da construção da democracia direta a partir da base. Além disso, o renascimento dos temas da democracia direta serve a Panzieri para dar uma nova profundidade à demanda por democracia no movimento dos trabalhadores e para criticar a concepção leninista da subordinação do proletariado ao partido, ao qual ele contrapõe a concepção morandiana da “função partidária”, ou seja, da ‘função do partido’. ‘função’, ou seja, do partido como um instrumento da classe operária (MANCINI, [1971] 1976, p. x). No entanto, por meio de Panzieri, o debate sobre uma política baseada na autonomia operária, assim como sua perspectiva de “democracia” desde baixo, vão ser muito aprofundadas na teoria e na prática.

possível. Em um nível teórico, a análise da cultura, significava, para Panzieri, *liberdade de pesquisa*: “em sua função de chefe da seção cultural do PSI, ele se manifestou com determinação pelo reconhecimento efetivo da liberdade de pesquisa teórica e pela criação de espaços livres para análise e confronto *dentro* das estruturas organizacionais do movimento operário” (MANCINI, [1971] 1976, p. X, *grifo nosso*). Com essa posição, Panzieri se insere *subversivamente* no debate italiano da época sobre a “função social” da teoria que, na Itália do período, tinha como posição politicamente mais relevante a linha “gramsciana oficial” do marxismo historicista de Togliatti, na qual, sem mais, os intelectuais deveriam ser subordinados ao Partido, que seria o “único garantidor entre teoria e a prática” (MANCINI, [1971] 1976, p. XI)<sup>16</sup>, enquanto a maioria dos intelectuais se afastava do movimento oficial operário em busca de sua própria autonomia, ao mesmo tempo que o partido via com desconfiança qualquer apelo intelectual sobre uma “autonomia da cultura”, a posição de Panzieri destoava, tanto do partido, quanto da crítica, apostando na seguinte linha:

Somente uma minoria de intelectuais [...] desenvolveu a demanda de liberdade cultural sob a perspectiva de buscar uma relação mais próxima entre a teoria e a prática, transformando tanto à organização da cultura e a organização política do movimento operário. A batalha de Panzieri pela autonomia da pesquisa teórica é totalmente interna a essa última tendência (MANCINI, [1971] 1976, p. xi).

Mais adiante, *Quaderni Rossi* também surgirá na urgência de tornar pautável essa perspectiva de Panzieri que, como afirma Mancini, “quer exaltar a natureza política da função intelectual e buscar uma nova dimensão, na perspectiva da unificação tendencial da militância política e do compromisso teórico” em uma espécie de “dialética política-cultura” que “deve ser colocada como uma relação direta entre os intelectuais e a classe, *fora* da mediação burocrática dos partidos” (MANCINI, [1971] 1976, p. XI, *grifo nosso*). É essa conjuntura complexa que o levará a defender a tese do controle operário como autonomia de classe: “Panzieri insistiu na necessária autonomia da classe operária em relação aos partidos de cúpula, [...] na luta contra a cultura burocrática [...] ele acreditava que um partido de esquerda deveria *apoiar, em vez de dirigir*, seus militantes” (GUIDALI, 2021, p. 3-4, *grifo nosso*), no entanto, o PSI, seu partido, começava um caminho irreversível na via da conciliação:

[...] a proposta de controle operário foi a última tentativa de Panzieri, entre 1957 e 1958, de restaurar o PSI à política de classe [...] Em 1958, o contexto político havia mudado um pouco. A tendência reformista foi definitivamente afirmada no PSI, apesar do fato de a esquerda ter mantido a maioria até o Congresso de Nápoles em 1959, enquanto a estrutura do partido estava sendo transformada em um aparato clientelista, graças também à forte contribuição das classes médias. Ao mesmo tempo, surgiram os primeiros sinais do ressurgimento ofensivo das lutas dos

---

<sup>16</sup> Outras duas vertentes críticas dessa concepção, seriam o dellavolpismo e o marxismo neo-iluminista (cf Mancini p. xi)

operários, nas quais Panzieri viu o início do novo ciclo de lutas que se desenvolveria no início da década de 1960 como consequência das mudanças estruturais provocadas pelo advento do neocapitalismo (MANCINI, [1971] 1976, p.xii).

Fundamental e inovador nessa contenda é o texto de Panzieri, assinado junto com o socialista Lucio Libertini, *Sete Teses Sobre o Controle Operário*, lançado em 58, na revista ligada ao PSI, do qual ambos eram membros, *Mondo Operaio* (pré-*Quaderni Rossi*), “no qual ele afirmava a necessidade de obter a democracia de baixo para cima [...]. Isso significava rejeitar o sistema parlamentar e o papel mediador dos partidos políticos no caminho para o socialismo” (GUIDALI, 2021, p. 4). Já nos anos 50, mesmo não empregando esses termos, Panzieri identificava o problema da transcendência do partido em relação à classe, como o maior obstáculo para o desenvolvimento de uma renovação da política do movimento operário: “o aspecto mais preocupante da crise no movimento trabalhista italiano era a crescente separação entre os partidos e os trabalhadores e a estrutura econômica” (MANCINI, [1971] 1976, p. IX). Ora, essa crítica da transcendência, afirma em seu lugar o desdobramento de um imanentismo radical: “não cabia aos intelectuais — nem mesmo aos próprios dirigentes do partido — desempenhar um papel de liderança: qualquer decisão e motivação deveria vir da classe operária” (GUIDALI, 2021, p. 4). Sendo assim, o caráter polido do texto *Sete Teses Sobre o Controle Operário* não deve esconder a aspereza da crítica à linha hegemônica que o PSI estava tomando, além de conceitualmente, por mais que não declaradamente, ser um texto de *ruptura* direta com o dogmatismo reformista do togliattismo que fornecia as bases comuns do pensamento ortodoxo da esquerda italiana do período.

Em uma crítica velada ao togliattismo (que pode ser traduzido como o receio em romper definitivamente com o movimento oficial operário), os autores começam o ensaio criticando o *determinismo etapista* da construção do socialismo, defendida pelo marxismo objetivista, ou seja, em outras palavras: se criticava *a via italiana para o socialismo*: essa posição do marxismo vai defender que uma sociedade socialista só pode advir, necessariamente, *depois* da formação e desenvolvimento completo da sociedade burguesa, “como se a construção do socialismo devesse ser precedida, sempre e em todos os casos, por uma ‘fase’ de construção da democracia burguesa” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p.104). Essa construção de uma “democracia burguesa” que deve anteceder a “socialista”, tem, na teoria, a sobredeterminação das lutas operárias e proletárias pela forja da aliança com a burguesia pelo desenvolvimento burguês. Ou seja, antes de enfatizarem sua própria autonomia, seu próprio conteúdo material, de desejos e necessidades *como classe* é necessária

a aliança pelo desenvolvimento econômico burguês, como o passo necessário ao socialismo. Nesta concepção teórica, “caberia ao proletariado, onde a burguesia não tivesse ainda realizado a sua revolução, a tarefa de conduzir sua luta visando [...] construir ou favorecer a construção dos modos de produção e das formas políticas de uma sociedade burguesa completa” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 104–105). Ora, vimos como o contexto italiano na época era de uma sociedade semi-industrializada (o norte industrializado e o sul semi-feudal), em um processo massivo de industrialização, defendido pelo PCI às custas da exploração dos trabalhadores. Em suma, na Itália, *a teoria e a prática oficiais se associavam em defesa da perspectiva do capital*. Dito de outra forma, o que o marxismo objetivista e economicista defende, a aceleração do “aburguesamento” da sociedade na forma do desenvolvimento das forças produtivas sociais — uma espécie de “aceleracionismo” do capital para fins socialistas —, era o projeto *em curso* na Itália, defendido e organizado pelo PCI e apoiado pelo PSI, atualizado, no entanto, com aquilo que há de mais alto na tecnologia moderna das técnicas de gestão do trabalho e de organização social nos anos 50 – 60: o taylorismo e o fordismo, na base de um desenvolvimentismo industrialista massivo *neocapitalista*<sup>17</sup>.

Para Panzieri e Libertini, o togliattismo se apropria de um modelo pré-fabricado do marxismo objetivista, para dar conta de uma realidade  *muito* mais complexa, revelando uma insuficiência teórica grave, com consequências espúrias para um projeto emancipador de organização política da classe operária. Deixando em suspenso a tese da sobredeterminação estrutural da política à economia, cara ao marxismo clássico, Panzieri e Libertini apontam que: “se de fato é verdade que a realidade das instituições políticas corresponde, em cada época, à realidade econômica, [...]”, os autores (cf, [1958] 1973, p. 105) atacam diretamente uma de suas consequências diretas, isto é, a do *determinismo objetivista*: “é um erro acreditar que a realidade econômica (forças produtivas e modo de produção) se desenvolve segundo uma linha sempre gradual, regular, perfeitamente previsível já que dividida em fases sucessivas, uma distinta da outra”. Tomando novamente a conjuntura da época como foco de análise, a crítica a via italiana etapista ao socialismo de Togliatti, se mantêm refém de um determinismo que não poderia garantir nada *além* do sacrifício operário que ela efusivamente pedia *em troca* de um desenvolvimento nacional que, os autores vão começar a demonstrar, em nada se distingue de um *desenvolvimento técnico* e mais avançado *do capital*. Ora, ao criticar o caráter etapista da noção de desenvolvimento defendida pelo marxismo objetivista e

---

<sup>17</sup> Como veremos no próximo tópico, a crítica de Panzieri à tecnologia e ao desenvolvimento derivam desse contexto, e não de uma tecnofobia barata.

economicista, modelo base do togliatismo, os autores estão afirmando que a própria noção do *desenvolvimento* e do *plano socialista* são categorias insuficientes, porque tendem a subscrever a autonomia operária ao desenvolvimento capitalista e o segundo, é, indireta ou diretamente, o resultado objetivo do primeiro, ou seja, é sempre uma categoria mediada, nunca imediata. Em relação ao problema da *transição*, Panzieri e Libertini afirmam que, em vez das lutas de classe forjarem as instituições burguesas, para, apenas depois desenvolver o socialismo como expressão de sua autonomia, a classe trabalhadora (e o movimento que lhe concerne, no caso aqui, ainda o movimento operário oficial) deve catapultar as lutas em direção a uma criação *imane*nte, aqui e agora, de sua autonomia, dando forma ao que os autores denominam no ensaio de uma “democracia socialista”: o problema operário, então, não pode ser o de “criar as instituições típicas da burguesia, mas o de construir as instituições da *sua* democracia, da democracia socialista” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, 105, *grifo dos autores*). Rejeita-se, assim, qualquer concepção de social-democracia em razão da defesa de uma democracia socialista *direta*, contra a tentativa reformista social-democrata por parte do capital, de forçar os operários a “apoiar a burguesia ou mesmo a de substituí-la nessa construção da democracia burguesa; negando as tarefas e a autonomia revolucionária do proletariado e acabando por atribuir a ele um papel de força subalterna” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 106). A posição afirmada no ensaio, no entanto, não é de ruptura institucional, mas a aposta, ainda que moderada, da renovação do movimento oficial operário e das instituições da classe existentes, *por dentro*. A radicalidade da posição, está assim no sentido de *autonomia* que Panzieri começa a desenvolver, ainda que de maneira limitada. Como afirma Negri, “para além da escassez teórico-política das teses”, o ensaio permitia abrir um novo horizonte de debate e de retomada “sobre a representação que a classe tinha de si. Foi um recomeço, uma insistência [...] de forma contundente, de retornar à classe operária como elemento central do desenvolvimento capitalista e como momento central de qualquer estratégia revolucionária” (NEGRI, 1979, p. 42). Esse horizonte é uma abertura no contexto italiano, o suficientemente potente para, *posteriormente*, ser desenvolvida em toda sua radicalidade, tanto por Negri quanto pelos herdeiros das diversas encarnações do operáismo, por mais que em uma ruptura com Panzieri, ao mesmo tempo que se mantendo justa ao seu legado teórico.

Em relação ao parlamentarismo, por exemplo, a *differenza* panzieriana aparece menos na defesa utilitária das instituições parlamentares pela classe operária do que no sentido de *transformação* que deve ser guiado “pela pressão exercida desde baixo do movimento

operário” (cf, LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 110). Portanto, “as instituições do poder operário não devem ser formadas *depois* do salto revolucionário, mas *no próprio processo de toda a luta do movimento operário pelo poder*” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 110, *grifo dos autores*). Troca-se, então, a promessa dos louros da revolução — o socialismo ou o comunismo — *depois* da transição, pela afirmação imanente, aqui e agora, da construção socialista/comunista da luta. Como afirma Cristina Corradi, Panzieri representa uma “outra linha” (que, de certa forma, *já nasce minoritária*) de dentro do movimento operário italiano, “que concebe o partido como um instrumento a serviço da formação política do movimento de classe [...] valorizando as experiências de democracia de base que prefiguram a construção de instituições socialistas” (CORRADI, 2011, n. p). Sobre o “ideal socialista”, Panzieri e Libertini afirmam que ele não pode servir como conciliação *com* e *ao* capitalismo — o que vai fazer com que Tronti e Negri, por exemplo, abandonem qualquer defesa do socialismo, afirmando que, para a classe, ele se tornou apenas a perspectiva mistificada da possibilidade da conciliação e da “boa administração” do capital. Nesse sentido, pós-Panzieri e para os operaístas, em geral, o socialismo entra cada vez mais em descrédito, em favor da defesa do comunismo como afirmação revolucionária da classe operária, levando a crítica da transição a um nível mais extremo, em razão de que o comunismo deixa de ser uma transição posterior ao socialismo para ser a ruptura *imediate* com a administração socialista (ou capitalista) do próprio capital. Nas palavras de Panzieri e Libertini (ainda empregando o termo socialismo), é “preciso fazer viver dia após dia, conquistar hora por hora na luta; que nasce e se desenvolve na mistura na qual cada luta serve para fazer amadurecer e avançar as instituições nascidas desde baixo, cuja natureza seja imediatamente já a afirmação do socialismo” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 114). Essa afirmação imanente, desde baixo, contrasta com qualquer paternalismo desde cima. Nesse sentido, a função do parlamento é apenas a de “registrar, refletir, o resultado de uma luta que se desenrola na esfera econômica (que é essencialmente feita pela classe operária)” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p.116). Ou seja, *primeiro* vêm as lutas, apenas depois se deve medir, ou não, o grau de participação da classe no Estado, via parlamentarismo. Aqui, claramente, aparece outro limite: ao focar na exclusividade das lutas na “esfera econômica”, Panzieri e Libertini deixam escapar que a “política” ainda é de domínio exclusivo ou último do partido e, como já vimos, um debate caloroso no operaísmo vai surgir em torno desse tema, que é a superação da distinção leninista entre as lutas econômicas e políticas, e a afirmação do econômico também como político, algo que Panzieri não concordará, de fato.

O lema de Tronti, *por dentro e contra*, já se manifesta claramente em Panzieri: o ponto principal é que as lutas, desde baixo, já afirmam seu próprio conteúdo e objetivo, elas não podem ser sobredeterminadas por um objetivo estranho ao delas, e nenhum governo ou instituição do movimento operário pode sacrificar isto, arriscando a se tornar um aparelho externo, e transcendente, funcional *apenas* aos interesses do capital. O ensaio ainda tensiona o movimento oficial com uma crítica ou mesmo uma suspeita à função de pedagogia do vanguardismo, com sua “preparação subjetiva” da classe operária, ao que os autores questionam sobre a “quem caberia o papel de ‘educador?’”. No entanto, Panzieri e Libertini ainda almejam uma reformar, por mais que radical, do movimento oficial operário, isto é, o sindicato e, principalmente, a direção do partido. Como afirma Negri, Panzieri busca ainda “combinar criticamente o radicalismo — pressuposto ou aludido — de sua concepção de autonomia operária com o tema do reformismo e da integração dos operários que estava surgindo naquele momento” (NEGRI, 1975, p. 144). Limites à parte, o pensamento de Panzieri serve como ferramenta crítica da ortodoxia de esquerda do período, que deseja o poder, sem, no entanto, *produzir o contrapoder*, ou seja, governa, mas sem constituir um poder alternativo, algo que só poderia ser feito em ressonância com aquilo que as lutas de classe, em sua composição, revelam: ou seja, o critério que deve guiar um pensamento de esquerda e a própria definição de esquerda é o antagonismo, por dentro ou por fora da instituição, moldando novas instituições ou produzindo o êxodo e o nomadismo das instituições falidas. No entanto, fica cada vez mais difícil para Panzieri defender que a pressão deve ser guiada, desde baixo, pelo próprio movimento operário em ressonância com a classe, ou seja, em uma espécie de dialética, e não *imediatamente* pela própria classe na expressão de sua autonomia, nesse sentido, Panzieri ainda defende a utilização do partido e do sindicato de maneira ambivalente, que, por sua vez, vão se colocando, em definitivo, cada vez mais como *aparelho externo e transcendente às lutas*. Nesse sentido, o conceito de autonomia que Panzieri extrai daí é ainda ambíguo, questão que só poderia ser resolvida em forma de uma *ruptura* com o movimento oficial — na esteira dos movimentos da classe —, e pela expressão direta da autonomia das lutas, que Panzieri nunca vai afirmar, apesar de seu pensamento oscilar pendularmente nessa direção.

A problemática da autonomia, então, se expressa no ensaio de 58 com a tese do *controle operário da fábrica*, que, na perspectiva panzieriana, é menos uma palavra de ordem do que um movimento embasado na materialidade das condições específicas enfrentadas pelo movimento operário no período, em relação ao desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo, sendo uma resposta panzieriana à crise do movimento oficial e sua cegueira às

transformações em curso. Como aponta Corradi, “a linha de controle operário na fábrica [...] redefine o poder operário em relação às condições de produção, e não ao grau de penetração do partido no Estado” (CORRADI, 2011, n. p). Aqui, apesar dos limites, Panzieri já está para além do partido e do sindicato. Para Panzieri, a perspectiva socialista *desde baixo* deve buscar reverter o assujeitamento na fábrica, substituindo uma “democracia corporativa” por uma *democracia operária* na gestão fabril. Controle operário, nesse sentido, significa o controle do processo produtivo nas fábricas, a gestão da fábrica passada aos operários: “a questão do controle avança na composição na qual os operários, no interior da estrutura produtiva, tomam consciência de sua necessidade e da realidade produtiva *lutando por isso*” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 116, *grifo do autor*). Claramente, a concepção de Panzieri e Libertini não vai muito longe, pois confunde, também, o potencial de ruptura das lutas com a relação capitalista, por um simples controle socialista da produção — mantendo intacta, aí, a lei do valor — ou seja, como no socialismo que eles criticam, a autonomia é no máximo uma dirigência mais eficiente da produção capitalista. Sendo assim, a autonomia panzieriana ainda fica presa a uma perspectiva de um controle abstrato sobre o produtivismo fabril e, em nenhum momento, por exemplo, autonomia como luta contra o capital significa *recusa ao trabalho* e ataque direto à lei do valor. Podemos afirmar, assim, que, nesse momento, Panzieri está ainda no pré-operarismo, ao mesmo tempo, que já toca numa temática cara ao mesmo: a do *contrapoder*. Sua concepção de autonomia como controle operário, tem como métrica e limite, assim, as relações de poder como disputa que acontecem *exclusivamente* no interior da estrutura da fábrica: “a força real do movimento de classe se mede pela quantidade de poder e pela capacidade de exercer uma força dirigente *no interior da estrutura produtiva*” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p.111, *grifo dos autores*). No entanto, pelo fator genealógico que nos interessa aqui, devemos lembrar que estamos ainda alguns anos antes do debate no calor do fordismo, lançado pelo próprio Panzieri com Mario Tronti, sobre a sociedade-fábrica que, paulatinamente, vai modificar as coordenadas sobre os sentidos da autonomia. Por isso, queremos ressaltar, em primeiro lugar, a posição mais imanente às lutas, que Panzieri já delineia aqui, com a sua concepção de autonomia que se constitui *desde baixo* (o que Negri e o operarismo extrairão as consequências que escaparam de Panzieri) e que não deve esperar os louros da revolução para se afirmar e colher seus frutos: “a defesa da autonomia revolucionária do proletariado se concretiza na criação desde baixo, antes de depois da conquista do poder, de instituições da democracia socialista” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 113) por mais que, para Panzieri, esse movimento

necessite de uma resolução dialética no partido que, mesmo assim, é afirmado mais como instrumento imanente e menos como gestor transcendente das lutas, o que já antecipa e muito o debate sobre a organização que será central nos 60 – 70 na Itália, abrindo a possibilidade de pensar um novo conceito de partido, na: “restituição do partido a sua função de *instrumento* da formação política do movimento de classe [...] ou seja, não uma orientação paternalista do alto, mas de solicitação e apoio das organizações nas quais se articula a unidade de classe” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 113). Por fim, a crítica da transcendência da organização pela via do controle operário, faz alusão também a um tema que só será desenvolvido a partir das contribuições de Alquati: a questão fundamental da *composição de classe* que, *ausente aqui*, alude, em seu lugar, a uma forma de investigação mais empirista, porém já no encaixe do operaísmo, com a aproximação da realidade do chão de fábrica, de onde *deve* emergir as formas do controle: “deve ser enfatizado que as formas do controle não devem ser determinadas por um comitê de ‘especialistas’, mas surge sobretudo da experiência concreta dos trabalhadores” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p.117). Em segundo lugar, destacamos, como aponta Negri, que a tese do controle operário não significa aqui um simples “conselho burocrático de administração” ou forma burocratizada análoga, tradicional ao movimento dos trabalhadores — mas é uma maneira, por mais que rudimentar, de apontar a questão específica do *poder*, e aí reside toda sua radicalidade:

*Pela primeira vez, o controle operário começa a reaparecer como uma questão de poder. Panzieri propõe, com base em uma análise de classe relativa ao desenvolvimento capitalista, a instância de uma organização específica da classe trabalhadora dentro da produção, de modo a determinar novas oportunidades de luta, abrir novos espaços de poder de tempos em tempos e, assim, determinar uma continuidade, embora gradual, de lutas que se concentram nas contradições que são determinadas no nível da gestão do processo de trabalho (NEGRI, 1975, p. 142 – 143, grifo nosso).*

De fato, Panzieri aqui instaura uma renovação radical para o marxismo e para a esquerda extraparlamentar italiana: em um ato inovador, ele começa a pensar a relação entre capital e trabalho, e entre as classes, como uma *relação de poder*, uma relação de forças *em disputa* antagonista e, nesse mesmo nível, abre a possibilidade de afirmar o *perspectivismo* que será particular ao operaísmo. Mancini comenta que “Panzieri e Libertini entendem o controle operário como o desenvolvimento gradual do *contrapoder* nas estruturas produtivas e a construção, *a partir de baixo*, das instituições de democracia direta na produção” (MANCINI, [1971] 1976, p. XII, *grifo nosso*). A crítica à transcendência das instituições de esquerda, na forma da *separação* do partido *da* classe, se expressa nos termos do *contrapoder* do controle operário, que “aborda a separação progressiva entre os partidos e a classe operária e a divisão entre tática e estratégia, afirmando a centralidade da luta da fábrica e colocando a necessidade

de construir estruturas de poder alternativas” (MANCINI, [1971] 1976, p.XII-XIII). Para Negri, é fundamental como essa concepção se desdobra em uma espécie de *dualismo de poder* que possibilita “de tempos em tempos, situações e oportunidades de luta cada vez mais avançadas dentro do movimento geral, privilegiando o terreno direto do processo produtivo, em polêmica com o gradualismo institucional cujo valor integrativo é plenamente reconhecido” (NEGRI, 1975, p. 142 – 143)<sup>18</sup>. Em uma tese de lucidez tremenda, Panzieri e Libertini afirmam a diferença *qualitativa* entre o poder da classe operária e o poder do capital, na radicalidade de que o poder da classe operária só pode vir, desde baixo, na forma da autonomia que *se expressa, primeiramente, nas lutas*. Não é que “o proletariado conquista dia após dia uma porção de poder burguês (ou da coparticipação no poder burguês), mas que [...] ele *contrapõe* ao poder burguês a exigência, a afirmação e a forma de um novo poder que venha diretamente, e sem delegação, desde baixo” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p.115, *grifo dos autores*). Nesse sentido, um novo poder é a geração e *contra-produção* de um poder que só afirma sua força, desestabilizando o poder adversário do capital. É daí que Panzieri extrairá, no auge de seu pensamento, sua tese essencial de que, se há um desenvolvimento da composição de classe, ela se expressa não como *um progresso*, mas como um mecanismo de *ruptura* com a relação do capital: a imprevisibilidade, a aleatoriedade, o elemento de contingência que pode desestabilizar o plano do capital, só pode se constituir aqui, como a ação de um sujeito antagônico, como medida da ação de suspensão ou ruptura *com* o desenvolvimento do capital. Mesmo assim, Negri (cf, 1975, p. 143, *grifo do autor*) destaca, que “o tema do controle operário é, sem dúvida, colocado por Panzieri *dentro* do movimento operário”. Se constitui, assim, uma ambiguidade fundamental no pensamento de Panzieri, como bem articulado pelo comentário crítico de Negri:

O paradoxo e a ambiguidade das teses sobre o controle operário [...] eram justamente os de um discurso que, por um lado, introduzia pela primeira vez no debate teórico e político do marxismo italiano a alusão a uma realidade autônoma, que em si mesma não se confundia com a existência organizada nem com a consciência expressa pelo movimento operário tradicional e que, portanto, tinha sua própria autonomia de movimento, de comportamento, de representação, de consciência; mas que, por outro lado, definia a relação entre essa realidade e o movimento operário oficial dentro de uma dialética que, de qualquer forma, era resolvida no movimento operário oficial, em termos de pressão, em termos de uma dialética que poderia (no limite) encontrar sua própria conclusão positiva” (NEGRI, 1975, p. 143).

---

<sup>18</sup> É inegável a influência dessa tese, mesmo na obra tardia de Negri, como na sua conceitualização do poder constituinte e do poder constituído.

A ambiguidade em Panzieri é, assim, política: “a autonomia operária [...] não encontra sua própria representação política. Ela permanece [...] como um elemento aludido em uma relação dialética, colocada dentro daquela sucção contínua que o movimento organizado operário consegue exercer” (NEGRI, 1975, p. 143). Por mais que Panzieri (cf, LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p.114) afirme a “recusa de toda concepção partidária rígida que reduziria a tese do controle a uma paródia mesquinha” ou, ainda, a recusa da autonomia como “um simples enfeite na propaganda de um partido”, seu pensamento, como já vimos, não consegue se deslocar do horizonte da renovação do movimento oficial operário, mesmo quando esse abandona Panzieri que, como afirma Negri, comete um “suicídio político” ao se aproximar dos heréticos e dissidentes que vão formar *Quaderni Rossi* e dar origem ao que seria conhecido como o operaísmo. Para Sergio Mancini (cf, [1971] 1976, p. XIII — XIV), há uma contradição evidente na tese do controle operário, quando Panzieri e Libertini acabam por integrar a perspectiva do controle, ao caminho democrático para o socialismo. Mancini aponta inteligentemente que os autores não conseguem perceber que “é impossível derrotar o reformismo por meio de uma correção interna da teoria e da estratégia do movimento operário”. Ora, Panzieri, nesse período, ainda trabalha com uma concepção de *capital monopolista* ou de *concorrência*, algo que implica, no ensaio, em uma defesa opaca do controle operário como uma forma de desenvolvimento socialista contrária ao do capital, em “confronto duro com os monopólios; confronto que se apresentará antes de tudo como conflito entre o setor público (aliado com as pequenas e médias empresas) e o setor da grande empresa privada” (LIBERTINI, PANZIERI, [1958] 1973, p. 115). Mancini alerta assim que “a principal contradição” deixa de estar “na oposição do trabalho contra o capital, mas sim na oposição dos interesses privados dos monopólios aos interesses gerais da sociedade” e, por isso mesmo, “o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é sucedido pela contradição nação-monopólio, em que necessariamente a autonomia operária *não* pode ser o elemento fundamental”. Como afirma categoricamente, Mancini:

*Em sua essência, o caminho democrático para o socialismo é, portanto, a negação da centralidade da autonomia revolucionária do proletariado, que nas mesmas teses Panzieri reconhece, contraditoriamente, como o elemento discriminante entre a linha social-democrata e a linha revolucionária (MANCINI, [1971] 1976, p. XIV, grifo do autor).*

Panzieri só supera essa noção de capital de concorrência quando começa a elaborar uma crítica ao desenvolvimento e ao progresso técnico, como veremos, a partir de sua investigação crítica ao conceito de planejamento: “quando ele não mais estruturar a instância revolucionária sobre o núcleo teórico do reformismo, mas derrubar a tematização ortodoxa

*do desenvolvimento econômico, desocultando a relação capitalista nas forças produtivas e na estrutura econômica*” (MANCINI, [1971] 1976, p. XIV, *grifo do autor*). É a experiência de *Quaderni Rossi* que vai possibilitar que Panzieri elabore a categoria fundamental para o operáismo, e para Negri, do *plano do capital* e do capital social ou coletivo, do qual o desenvolvimento socialista baseado na exploração do trabalho é uma das faces da moeda do capital. Era necessário afirmar uma *ruptura* e um *êxodo*, não por voluntarismo ou iconoclastia, mas pela via da expressão de uma autonomia mais potente, que vinha desde baixo, algo que Panzieri alude em sua afirmação de um contrapoder da classe, mas que não consegue captar em sua dimensão de ruptura que, em pouco tempo, na Itália, começará a se afirmar como *recusa ao trabalho, contra e fora* aos limites do movimento oficial operário. Nesse sentido, entre a expressão emergente da classe e a tese do controle operário panzieriana, se provocará um curto-circuito, que exigirá, se, a análise quiser continuar materialista, uma grande revisão. Se, como afirma Guidali, “Panzieri buscava abertamente uma terceira via entre o modelo de partido centralizado e a espontaneidade dos trabalhadores, a classe operária deveria encontrar as ferramentas e os meios certos para travar as batalhas específicas que enfrentava em sua situação particular” (GUIDALI, 2021, p. 6), no entanto, com o desenrolar das lutas na Itália, a *terceira via* vislumbrada por Panzieri vai se tornar apenas uma escolha entre duas rotas: ou a via do movimento oficial e da autonomia do político, acoplado ao Estado (na administração do capital), ou a via da autonomia social e das lutas.

Será necessário esperar pelo menos mais uma década até que o conceito de autonomia, no contexto italiano, comece a abarcar a multiplicidade e a força do antagonismo exigida pelas lutas, nas dimensões daqueles que são explorados e enfrentam o capital no contexto da sociedade-fábrica e da fábrica social, o que também implica a necessidade do desenvolvimento no operáismo da análise dinâmica da composição de classe, em uma rejeição do socialismo do movimento oficial operário, em contrapartida, pelo movimento de afirmação *imediata* do comunismo.

2.1.2. A crítica da técnica em Panzieri: a abertura de uma perspectiva de reapropriação do capital fixo e de uma recomposição *antagonista* da classe operária

Lançado em 1961, no primeiro número de *Quaderni Rossi*, o ensaio de Panzieri, *Sobre o Uso Capitalista Das Máquinas No Neocapitalismo*, é um divisor de águas, tanto para a progressão conceitual e o desenvolvimento das teses de Panzieri, marcando um período de

maturidade em seu arcabouço teórico — em uma das leituras mais originais da história do marxismo italiano —, quanto constituindo uma das bases da intervenção operaísta nascente, no novo ciclo de lutas que se desencadeia no final dos anos 50 e início dos anos 60, na Itália. Em seu texto mais conhecido, Panzieri avançará para além dos limites que seu pensamento dos anos 50 encontrava, principalmente a partir de sua crítica fundamental ao desenvolvimento capitalista, mobilizada desde baixo pelas novas lutas do período, a partir de uma crítica classista da tecnologia e da estrutura econômica, que atinge, definitivamente, as bases do socialismo italiano praticado pelo PCI. A análise do desenvolvimento tecnológico é também um retorno à Marx, em uma releitura sobre a relação técnica-poder contida na quarta seção do primeiro livro de *O Capital*, assim como uma retomada de textos menos conhecidos, que se tornarão fundamentais para o operaísmo, como o capítulo seis inédito do volume 1 de *O Capital*, sobre a subsunção real e formal, assim como o fragmento das máquinas que aparece nos *Grundrisse* e que foi traduzido e publicado separadamente em *Quaderni Rossi*. Não precisamos nem nos esforçar muito para afirmar a continuidade da importância dessa temática para todo o operaísmo e para o pensamento de Negri.

No entanto, se surpreenderão aqueles que entendem por crítica ao desenvolvimento tecnológico um ludismo *reacionário*, que vê na máquina a perversão de uma humanidade alienada. Na crítica de Panzieri, não há espaço nenhum para um ludismo tecnofóbico, ou mesmo para um marxismo humanista fraco e, como consequência, para análises catastrofistas como as popularizadas pela Escola de Frankfurt, ou em suas contrapartes contemporâneas, na forma de um otimismo ingênuo em relação ao potencial libertador do maquinário, como aparece recentemente no revival do socialismo de Estado de teóricos como Nick Srnicek e Alex Williams (2015). Se o alvo ainda é o marxismo objetivista, encarnado aqui pelo togliattismo, o ensaio serve também como uma análise crítica materialista, imanente e antagonista da tecnologia e do desenvolvimento e uma crítica de seu uso socialista e capitalista, abrindo a perspectiva de um uso operário da tecnologia.

Panzieri propõe, no ensaio, um retorno a Marx, enfatizando que sua análise do “sistema da grande indústria com direção capitalista apresenta-se como uma válida metodologia para refutar as várias ideologias ‘objetivistas’ que reflorescem no terreno do progresso tecnológico (especialmente no que concerne à fase da automação)” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 132), não apenas para atacar as chamadas “ideologias do neocapitalismo” de direita, mas também um ataque à sua força “no interior do movimento operário e da sua problemática teórica” (PANZIERI, [1961] 2016, p.132). Como elucidada Mancini (cf, MANCINI, [1971] 1976, p. XVI-XVII), “o método que informa sua crítica ao

desenvolvimento tecnológico e [...] sua análise do capital, consiste em determinar o significado político dos processos objetivos do neocapitalismo”. Sendo assim, na contramão do togliattismo e a via socialista italiana, Panzieri não está preocupado com “a necessidade abstrata de desenvolvimento das forças produtivas”, mas com o “trabalho vivo e suas necessidades”. É, então, o desenvolvimento de um método de leitura antagonista, pois “o conhecimento objetivo da estrutura do capital passa pelo estudo dos níveis de luta em que a negação do capital pelos trabalhadores é articulada”. A análise começa pela formação da cooperação social como “forma fundamental do desenvolvimento capitalista” — isto é, como força produtiva social do trabalho, tornado força imanente ao processo produtivo do capital. A passagem da manufatura, com sua “base técnica limitada” à grande indústria, força a “introdução das máquinas em larga escala” (cf, PANZIERI, [1961] 2016, p. 130), dando sequência ao processo que Marx denomina de uma *mutilação* do trabalhador, que o torna um *trabalhador parcial*, processo que se consuma na grande indústria com a divisão social do trabalho que, como afirma Marx, “separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital” (MARX, [1867] 2017, p.435). No esquema marxiano delineado por Panzieri, a introdução da maquinaria “não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo”, sendo assim, ao ser “transformado num autômato, o próprio meio de trabalho confronta-se, durante o processo de trabalho, com o trabalhador, como capital, como trabalho morto, a dominar e sugar a força de trabalho viva” (MARX, [1867] 2017, p.495). Em “*Plusvalore e pianificazione. Appunti di lettura del Capitale*” (1964), Panzieri (cf, [1964] 1976, p. 64) desdobra a relação entre a maquinaria, a produção de mais-valor e a desvalorização e transformação do trabalho: a introdução das máquinas gera lucros extra para os capitalistas por meio da desvalorização da força de trabalho, ao mesmo tempo que transformam o trabalho empregado pelo proprietário em um “trabalho aprimorado”. Como resultado, temos prolongamento da jornada de trabalho e não menos-trabalho, e ainda, “quando as máquinas invadem um setor produtivo inteiro”, o valor social do produto das máquinas supera seu valor individual. Assim, é a força de trabalho empregada para operar as máquinas, e não a força de trabalho substituída pelo capitalista, que gera o mais-valor. Em *Lotte Operaie Nello Sviluppo Capitalistico*, ensaio derivado da transcrição de uma palestra de Panzieri realizada em Siena em março de 1962, Panzieri elucida seu argumento de que “as máquinas são sempre feitas dentro do capitalismo, elas não são invenções técnicas neutras, objetivas. Dentro da máquina, como dizia Marx, há a vontade do capital, a máquina é moldada pelo capital” (PANZIERI, [1962] 1976, p. 36), por isso, “há um uso capitalista das

máquinas que também molda as próprias máquinas” (PANZIERI, [1962] 1976, p. 36). Como sintetiza, Mancini, para Panzieri:

[...] o desenvolvimento tecnológico é totalmente interno às relações de produção capitalistas, que não apenas determinam o uso social da ciência e da tecnologia, mas vivem dentro delas, moldando-as, adaptando a figura material das máquinas ao objetivo capitalista da extorsão máxima de mais-valor. [...] implica, portanto, a derrubada da concepção objetivista do progresso técnico em uma nova interpretação de classe, que capta no desenvolvimento capitalista das forças produtivas o modo de realização do despotismo do capital (MANCINI, [1971] 1976, p. XVII).

Em um contexto de industrialização massiva, com a fordização-taylorização da sociedade italiana sendo defendida tanto por “comunistas”, socialistas e burgueses nos partidos e nos sindicatos, Panzieri, em um retorno lúcido a Marx, vai afirmar que “o desenvolvimento da tecnologia acontece inteiramente *no interior* desse processo capitalista” (PANZIERI, [1961] 2016, p.130, *grifo nosso*) e, desta forma, “o próprio progresso tecnológico apresenta-se, portanto, como modo de existência do capital, como seu desenvolvimento” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 131). Devemos frisar que, se o argumento de Panzieri nos parece hoje uma afirmação de simples alcance, no contexto italiano da época ele era uma novidade e um ataque frontal ao togliattismo e ao marxismo objetivista: em primeiro lugar, pois “o uso capitalista das máquinas não é, por assim dizer, a simples distorção ou desvio de um desenvolvimento ‘objetivo’ em si mesmo racional, mas que ele determina o desenvolvimento tecnológico” (PANZIERI, [1961] 2016, p.131) e, em segundo lugar, que a tecnologia e a ciência, “as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo [...] estão incorporadas no sistema da maquinaria” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 131), constituindo o poder *do* capital, é por isso que “o desenvolvimento tecnológico manifesta-se como desenvolvimento do capitalismo” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 131). Para Panzieri, é via maquinaria, que se possibilita a passagem da subsunção formal do capital para real, nesse sentido, a fordização-taylorização italiana, defendida pelo movimento operário, era, na realidade, a intensificação do processo *de subsunção capitalista*: a aceleração planejada do desenvolvimento do capital que, como vimos, integrava os trabalhadores do sul ao norte industrializado em expansão, gerando uma série de transformações na composição de classe e uma série de novos desafios políticos. Para Mancini (cf, [1971] 1976, p. XVIII), enquanto “o marxismo objetivista [...] coloca a alternativa entre capitalismo e socialismo no nível das escolhas de gestão da produção social, em si mesmas neutras”, o que acaba por produzir um apagamento e uma mistificação da “marca de classe do processo de trabalho e tornando sua a causa do progresso técnico”, desvalorizando, assim, “a luta dentro das estruturas” e, por consequência, deslocando “o plano da luta para a esfera da distribuição e do consumo”,

Panzieri, em contrapartida, afirmará que “o uso capitalista das máquinas determina sua configuração técnica, portanto, seu uso socialista terá de dar origem ao desenvolvimento de uma tecnologia diferente e de uma nova atividade em que a unilateralidade e a alienação do trabalho assalariado sejam superadas”. Portanto, a demolição teórica do togliattismo e da tese socialista da transição é emoldurada pela reflexão panzieriana: quando a dominação capitalista, seu processo de subsunção real domina a ciência e a incorpora como racionalidade imanente ao seu processo produtivo, a tese ortodoxa de que o progresso técnico está em contradição com o sistema capitalista e exige uma transição para o socialismo, é então *uma falácia*: “a base material da revolução é dada pela oposição irreprimível do trabalho vivo ao sistema de produção e existência, e não consiste na necessidade de desenvolvimento das forças produtivas”, ora, como marca *constituente* do operaísmo, qualquer defesa de um desenvolvimento das forças produtivas só se dá enquanto essa se manifesta como “trabalho vivo”, ou seja, em um desenvolvimento *antagonista* ao processo do capital. Nesse sentido, é elementar o comentário de Mancini, ao afirmar que “a gradualidade da transição, o desenvolvimento espontâneo de elementos objetivos do socialismo na ordem econômica existente são uma pura mistificação e constituem antes a legitimação da prática reformista do movimento operário” (MANCINI, [1971] 1976, p. XIX).

Como afirma Negri (1975, p. 145), Panzieri opera uma “formidável desmistificação de todas as ideologias objetivistas e tecnocráticas da racionalidade tecnológica que circulavam na época”, em uma crítica que atravessa e acerta muitas gerações do pensamento socialista que, na perspectiva panzieriana, busca apenas “corrigir algumas ‘distorções’ que o uso capitalista introduziria” (PANZIERI, [1961] 2016, p.134), no desenvolvimento técnico e na introdução da maquinaria, sem questionar, portanto, “a própria organização ‘funcional’ da produção” que é vista, “nesse quadro, apenas em sua forma tecnologicamente ‘sublimada’, até mesmo como um salto para além da hierarquização própria das fases precedentes de mecanização” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 134). Em suma:

Não se suspeita nem mesmo que o capitalismo possa servir-se das novas “bases técnicas”, oferecidas pela passagem dos estágios precedentes àquele de mecanização impelida (e à automação), para perpetuar e consolidar a estrutura autoritária da organização da fábrica; na verdade, representa-se todo o processo de industrialização como sendo dominado pela fatalidade “tecnológica” que conduz à liberação “do homem em relação às limitações que lhe são impostas pelo ambiente e pelas possibilidades físicas. A “racionalização administrativa, o crescimento enorme de funções de “organização rumo ao exterior”, são apreendidos igualmente sob uma forma “técnica”, “pura”: a relação entre esses desenvolvimentos e os processos e contradições do capitalismo contemporâneo (sua procura por meios cada vez mais complexos para realizar e impor a sua planificação), ou seja, a concreta realidade histórica na qual o movimento operário encontra-se vivendo e combatendo, o “uso capitalista” hodierno das máquinas e da organização são completamente ignorados

em proveito de uma representação tecnológico-idílica. (PANZIERI, [1961] 2016, p. 134).

Não podemos, aqui, nos enganar com relação ao que a crítica destrutiva *também* afirma: o enfoque está no antagonismo, colocando assim, pela primeira vez no contexto italiano, a perspectiva de uma *reapropriação antagonista* do capital fixo, uma apropriação do maquinário contra a exploração e não do uso capitalista/socialista do maquinário pela sua intensificação, contra o comando capitalista e socialista que se expressa, fundamentalmente, na fábrica, na relação do maquinário *contra* o trabalhador<sup>19</sup>. Como será retomado em continuidade por Tronti, “[...] a grande indústria e a sua ciência não são o prêmio para quem vence a luta de classe. São o próprio terreno desta luta” (TRONTI, [1966] 1976, p. 10). É tendo em vista essa perspectiva que Negri (1979, p. 57) aponta que a copesquisa nas fábricas pelos operáistas revela que “toda a organização técnica do trabalho está intimamente ligada à exploração” e que “um processo de trabalho é imediatamente um processo de valorização, e que não há lei do valor distinta da lei do mais-valor, ou seja, que não há neutralidade neste processo e que não há ciência que não seja subsumida pelo capital”. A posição de Panzieri (a sua e de toda *Quaderni Rossi*) no entanto, não tem nada a ver com a crítica da técnica operada pela Escola de Frankfurt, pois: “o frankfurtismo é uma concepção em que o totalitarismo da produção capitalista não vê a presença de um antagonismo operário, nega absolutamente o fato de que esse processo de exploração é o processo de uma relação: é o que nos interessou até o fundo determinar” (NEGRI, 1979, p. 57). O frankfurtismo e sua crítica da técnica é a versão negativa e chorosa, pessimista e catastrofista, da ideologia da integração defendida pelo movimento operário oficial, o que o operáismo começa a demolir ao visitar a realidade fabril munidos da copesquisa. Se a relação de forças antecede o conteúdo dos termos e os termos vão se definir pela luta, como se reapropriar, então, *desde baixo*, do maquinário, em um uso antagonista ao capital, em uso antagonista da maquinaria, que se (contra)desenvolve assim, por dentro e contra e por fora ao modo de produção capitalista? Como afirma Negri, o operáismo não admite que a relação do capital seja entendida, de nenhuma forma, como um *totalitarismo*: “não há redução do marxismo a uma imagem totalitária da sociedade, há, ao contrário, uma *reconquista* do marxismo como concepção do dualismo fundamental da relação de classe” (NEGRI, 1979, p. 58, *grifo nosso*). Isto é, da relação do capital como luta entre duas forças contrárias. A perspectiva de Panzieri *não é ludista*, pelo contrário, a crítica da suposta neutralidade da tecnologia e das máquinas no que Panzieri denomina de neocapitalismo não implica em um ludismo ou em qualquer negação da realidade técnica, não

---

<sup>19</sup> Essa perspectiva de uma apropriação da tecnologia que recomponha politicamente a classe, é o que chamamos no último capítulo de uma apropriação maquinica da classe, que será característica do operário-social de Negri.

implica em nenhuma tecnofobia, o que seria antimarxiano e por isso, antioperaísta, por definição, mas busca, não só corrigir a linha oficial do movimento operário que não questionava, na fordização-taylorização italiana, a exploração do trabalho pelo capital via desenvolvimento tecnológico, prometendo o socialismo na forma da transcendência, no final de um processo de desenvolvimento que era, no final das contas, defendido como *neutro*. Como aponta Cristina Corradi (cf, 2012, n.p), Panzieri recupera o “potencial crítico do marxismo ao articular uma *análise estrutural* [...] voltada para a valorização de uma iniciativa de classe autônoma, rebaixada pelo providencialismo historicista, pelo progressivismo reformista e pelas ideologias catastrofistas”. A perspectiva antagonista, materialista e imanente de Panzieri em relação à tecnologia capitalista, apropriada pelo capital na exploração do trabalho vivo, fica exposta no seu comentário sarcástico sobre as ideologias positivas (“aceleracionistas” *da tecnologia*) e negativas (catastrofistas, românticas, etc.):

[..] há todos os mitos tecnológicos, positivos e negativos, que encontramos nas formas mais refinadas entre os intelectuais. Os mais positivos são fáceis de desvendar; são aqueles que dizem que o socialismo virá na onda da automação, de modo que esse futuro monstruoso que seria um mundo automatizado no capitalismo, o que é apenas uma ideia limitadora, obviamente, seja revertido em uma forma positiva como a liberação do homem, com todas as consequências (e aqui também reaparecem bem-estar, etc.). Mas as mais interessantes são as ideologias tecnológicas negativas, ou seja, todas aquelas ideologias que tendem a afirmar que o processo da indústria reduz o homem a uma alienação completa no momento produtivo; no entanto, esse é produto da indústria, não é o resultado do capitalismo, do desenvolvimento capitalista, é a própria indústria que é feita dessa forma. Como, então, pode o homem ser liberado? Nada, dentro da indústria não há liberação, não há nada a fazer; mas podemos libertá-lo lá fora, podemos lhe dar tempo livre, mais e mais: podemos lhe dar jardins de infância, etc. E não apenas o carro: de fato, esses ideólogos repudiam essas coisas vulgares ainda ligadas ao mundo da produção. Precisamos lhe dar os campos, o retorno à natureza... De manhã, ele vai para a fábrica; mas à tarde, à noite, esse homem deve retomar o contato com a natureza, com as forças naturais e assim por diante (PANZIERI, [1961] 2016, p. 44 – 45).

Está em jogo, para Panzieri, investigar as possibilidades de uma reapropriação comunista da técnica (Panzieri vai falar ainda em termos de socialismo, preferimos, no entanto, falar aqui em comunismo, dado a crítica operaísta ao socialismo de Estado, que se intensificará nos desenvolvimentos posteriores de *Quaderni Rossi*), o que implica em *investir* o maquinário de um contrapoder desde baixo, isto é, contra o desenvolvimento capitalista, e mesmo contra o socialismo, se esse aqui fala os mesmos termos do capital mistificadamente. Sem isso, a automação nada mais é do que uma programação automática *do capital*. Para Panzieri (cf, [1962] 1976, p. 36), as modernas técnicas de otimização do trabalho, do fordismo e do taylorismo, expressam uma disputa entre *a decomposição da classe pela perspectiva do capital*, assim como a possibilidade, pela defesa do ponto de vista de classe, de uma *recomposição política* da classe operária, através do controle técnico do maquinário,

apropriado assim, para fins revolucionários. O taylorismo e o fordismo, que vinham sido empregados na industrialização italiana e intensificados a partir da década de 50, são “técnicas de integração do trabalhador” com o objetivo de “garantir que o trabalhador não se torne um trabalhador coletivo, mas permaneça como um fragmento dentro da empresa, um fragmento da própria empresa”, no entanto, há um embate, e um antagonismo que atravessa de ponta a ponta a gestão do trabalho, forçando aí o desenvolvimento, por parte do capital, em técnicas mais sofisticadas de gestão (o desenvolvimento do mais-valor relativo, de fato, emerge, como já mostrou Marx, da insubordinação dos trabalhadores em não aceitarem um aumento da carga horária de trabalho, ou seja, sem antagonismo, o capital permaneceria sempre no horizonte do mais-valor absoluto), nesse sentido, “formas mais avançadas de integração do trabalhador são empregadas [...] em todas as ideologias de participação técnica”, no qual, “o trabalhador é amplamente reconhecido com poderes de tomada de decisão” que são “delegadas ao trabalhador porque isso torna a fábrica funcional”. Para Panzieri, a questão do controle operário, retomada agora com mais conteúdo, se torna agora uma aposta firmada na tentativa de boicotar essa integração na forma da gestão da fábrica pela docilização do trabalhador (defendida pelo movimento operário oficial). Como já elucidamos, escapa ainda de Panzieri a perspectiva de uma *recusa do trabalho*, o que é claramente um limite em seu pensamento. Mesmo assim, não podemos descartar o caráter antagonista da hipótese da autonomia panzieriana, que já supera aqui o ensaio sobre o controle operário. Para Negri, essa temática é essencial: “pela primeira vez, no debate do marxismo italiano, somos chamados a observar a transformação da figura do produtor” (NEGRI, 1975, p 145). Panzieri, assim, está aludindo a concepção da massificação do trabalho, na tentativa, do capital de decompor o *operário-profissional*, qualificado, organizado politicamente em uma vanguarda, etc, e seu amplo controle e sabedoria técnica do funcionamento da gestão da fábrica, em uma nítida alusão à problemática operaísta da recomposição da classe, que faz com que “o uso de máquinas dentro de um processo reformista“, produzindo “um aumento contínuo na composição orgânica do capital, uma compressão do trabalho concreto e uma exaltação do trabalho abstrato, leva Panzieri [...] ao limiar do conceito de composição de classe política, que emergirá no debate do período” (NEGRI, 1975, p. 145). A problemática da recomposição de classe aparecerá no ensaio sobre as máquinas na forma de uma “recomposição unitária” que “não pode ser apreendida se escapa ou se refuta o nexo entre o elemento ‘tecnológico’ e aquela organizativo-político (de poder) no processo produtivo capitalista” (cf, PANZIERI, [1961] 2016, p. 135). Dentro desse contexto, a composição de classe, ou seja, o nível da classe como *contrapoder* — não pode

aparecer como desenvolvimento do capital, mas como *ruptura*: “O nível de classe exprime-se não como *progresso*, mas como *ruptura*, não como ‘revelação’ da racionalidade oculta inerente ao moderno processo produtivo, mas como construção de uma racionalidade radicalmente nova e contraposta à racionalidade praticada pelo capitalismo” (PANZIERI, [1961] 2016, p.135, *grifo nosso*). Para Mancini, Panzieri conquista assim, a autonomia teórica em relação ao movimento oficial operário, algo que, como vimos, foi sempre uma pauta presente em sua perspectiva filosófica, em uma quebra com os resquícios de um certo objetivismo que permanecia na *Sete Teses Sobre o Controle Operário*: “ele marca a superação da concepção objetivista do progresso técnico, que na década de 1950 havia determinado sua subalternidade teórica à estratégia do movimento operário oficial” (MANCINI, [1971] 1976, p. XVI-XVII) e, ainda, “a proposta de controle é despojada é destituída do gradualismo ambíguo das *Sete Teses* e se torna um instrumento da luta operária contra o desenvolvimento capitalista” (MANCINI, [1971] 1976, p. XIX). Nesse sentido, podemos afirmar que o pré-operáismo de Panzieri das *Sete Teses*, alcança definitivamente o terreno operaísta no *Ensaio sobre as Máquinas*.

Se são válidos os termos de uma construção ou não de uma “racionalidade outra” para o desenvolvimento, são elementos que certamente entrarão em disputa com a teorização posterior do operáismo. No entanto, é inegável que, para Panzieri, não é uma questão de escolher uma melhor racionalidade para desenvolver o capitalismo — o socialismo aqui, para Panzieri, não é a melhor racionalidade para o desenvolvimento capitalista —, não é uma questão de um “desenvolvimento socialista” do capitalismo, ou de um “desenvolvimento bom, racional” do mesmo. Se trata, para Panzieri, em relação à racionalidade tecnológica, em um projeto mais profundo: “a ação revolucionária deve ‘compreendê-la’, mas não para reconhecê-la e exaltá-la, e sim para submetê-la a um novo uso, ao *uso socialista das máquinas*” (PANZIERI, [1961] 2016, p.137, *grifo nosso*). Essa “nova racionalidade” aludida aqui possui um caráter intrinsecamente antagonista, desde baixo, visando uma ruptura com o desenvolvimento da racionalidade do capital, que só pode ser mobilizada a partir da necessidade de reconstruir o que Marx chamou da figura do “trabalhador coletivo”, como processo de recomposição de classe e de luta (cf, PANZIERI, [1961] 2016, p. 38): “o agente dessa ruptura não é o confronto entre exigências ‘racionais’ implícitas nas novas técnicas e sua utilização capitalista, mas a contraposição de uma coletividade operária que clama pela subordinação dos processos produtivos às forças sociais” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 138), coletividade que é “capital variável”, lutando contra sua condição de capital variável, e contra o capital fixo (cf, PANZIERI, [1961] 2016, p. 35), em um processo constitutivo que visa “à

formação de uma força unitária de ruptura que tende a apoderar-se, [...] da atual realidade tecnológico-organizativa-proprietária da fábrica capitalista” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 135). Essa recomposição, para Panzieri, tem um objetivo político claro: “a rejeição global do capital”, que “implica que a classe operária se reconheça como capital variável e rejeite a si mesma como capital variável, reconhecendo-se globalmente como uma força social que se opõe ao capital como um todo” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 38). Como veremos, esse elemento será fundamental para o desenvolvimento posterior de Negri, de uma lógica ruptura da classe. Além disso, o ensaio de Panzieri tem o mérito de antecipar, como problema teórico, toda uma nova série de comportamentos subversivos de classe que explodirão na forma do *domínio* sobre a fábrica e *sabotagem* dela, no interior do novo ciclo de lutas italiano no final dos anos 60 e 70 que, no rastro da análise panzieriana, deixarão o ludismo de lado para afirmar um contrapoder imanente, material e antagonista mais radical, seja na forma das greves selvagens (*wildcats*), seja na forma de uma reapropriação coletiva da técnica, exibindo um controle da fábrica que se expande na metrópole, ou seja, na *fábrica social*: isto é, na forma das apropriações coletivas, nas ocupações, nas autorreduções, em um ataque direto e reapropriativo à riqueza social, processo deflagrado pelo movimento da Autonomia dos anos 70.

Por fim, devemos novamente ressaltar que alguns limites do pensamento de Panzieri serão superados pelo desenvolvimento operaísta posterior, na intensificação do ciclo de lutas que Panzieri, infelizmente, não pode observar, somado à transformação, tanto da composição da classe, quanto da composição orgânica do capital: ao trabalhar ainda em um horizonte demasiado fordista-taylorista, sua tese do controle operário e de uma recomposição da classe fica presa em um horizonte puramente fabril, ou seja, nada se afirma sobre uma recomposição de classe também na sociedade-fábrica, preservando ainda uma noção de política que depende do movimento oficial operário, por mais que a sua crítica aqui já seja demolidora de qualquer fundacionismo do mesmo, e definitivamente supere o tom ainda demasiado reformista de *Sete Teses*. Aquilo que foi superado, e ainda seu limite, fica exposto no que constitui seu próprio *fragmento aceleracionista*, no qual se afirma a necessidade de uma aceleração das lutas que, no entanto, não constitui por si *sua própria política e autonomia*, sendo vista ainda como um “momento” que deve se resolver dialeticamente, em falta de algo melhor, nas instituições do movimento oficial operário:

A linha do controle operário é exposta como fator de *aceleração dos tempos da luta* de classe geral: instrumento político para realizar tempos “aproximados” por rupturas revolucionárias. Longe de poder representar-se como “substituto” da conquista do poder político, o controle operário constituiria uma fase de máxima

pressão sobre o poder capitalista (enquanto ameaça explicitamente levada às raízes do sistema). O controle operário deve ser visto, portanto, como preparação de situações de “dualismo de poder” com relação à conquista política total (PANZIERI, [1961] 2016, p. 143).

### 2.1.3. Entre o plano e o verdadeiro limite do capital: crítica à *forma-desenvolvimento*

Publicado em 64, *Plusvalore e pianificazione: appunti di lettura del Capitale*, pode ser considerado o zênite da produção intelectual de Raniero Panzieri. Nesse ensaio de alta densidade, em que se propõe uma crítica imanente e reavaliação de leituras estabelecidas de Lenin e Marx, Panzieri condensa e dá forma definitiva a muitos dos tópicos que constituíram sua trajetória intelectual e militante. O contexto no qual o ensaio emerge também se dá em um *limiar* atravessado pela esquerda extraparlamentar italiana, na ruptura interna de *Quaderni Rossi*, que irá dar vazão ao surgimento de *Classe Operaia*. Também não podemos deixar de mencionar o contexto testamentário deste texto, por ser o último texto escrito e publicado em vida de Panzieri, erigindo assim um monumento teórico definitivo, aberto à nossa avaliação. Como aponta Sandro Mancini (cf, [1971] 1976, p. 51), a principal progressão conceitual que o ensaio formaliza em relação ao texto anterior, “*Sobre o uso das máquinas no neocapitalismo*”, que analisamos, em grande medida, no subtópico anterior, é a ampliação da crítica à esfera do *desenvolvimento planejado* do processo de produção, para a crítica à esfera do planejamento *de toda a organização social*. Para Negri (cf, 1975, p.144), o ensaio leva adiante a ideia de que a expansão do planejamento capitalista e a subsunção real capitalista da sociedade *aprofundam* o caráter antagônico da relação de capital, dado que o processo de valorização, ao abranger todos os espaços sociais, faz com que o antagonismo da fábrica seja trazido de volta à sociedade. Por fim, esse texto marca a crítica definitiva do desenvolvimento socialista, na esteira da conceitualização do *plano do capital*. Em nossa perspectiva, Panzieri articula, em definitivo, uma crítica do que chamaremos na tese de *forma-desenvolvimento* capitalista. A *forma-desenvolvimento*, abarca, desta maneira, não apenas o desenvolvimento capitalista, mas também, o desenvolvimento socialista *do capital*. Além disso, é inegável a influência teórica de Panzieri para o operaísmo posterior, estabelecendo aí as bases para a teorização da sociedade-fábrica em Tronti, como para o conceito de Estado Plano de Negri e sua leitura crítica do keynesianismo.

O ensaio começa por uma análise do pensamento de Lenin, elogiado por Panzieri por demonstrar que o capitalismo é um modo de produção *diacrônico*, comportando múltiplas temporalidades de desenvolvimento distinto em simultaneidade. Para Panzieri (cf, [1964] 1976, p. 52), Lenin demonstra que o capitalismo existe tanto em uma “forma desenvolvida”

como em uma forma mais “atrasada”, na *coexistência* de diversos *ritmos de desenvolvimento*, o que é uma crítica indireta à perspectiva de que a via do desenvolvimento implicaria, necessariamente, no advento do socialismo (ou mesmo do comunismo), desarmando também o leninismo de gabinete, defendido pelo movimento oficial operário no período. Em uma análise da quarta seção do primeiro livro de *O Capital*, Panzieri recupera o argumento marxiano de que a cooperação social é um fenômeno que nasce *de dentro* do capitalismo, ou seja, só nasce depois da subsunção capitalista: “não é a cooperação capitalista que se apresenta como uma forma histórica particular de cooperação, mas é a cooperação em si que se apresenta como a forma histórica particular do processo de produção capitalista” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 58). Se, para Panzieri (cf, [1964] 1976, p. 58), a cooperação social operária é a “forma fundamental do modo de produção capitalista”, estando na “base de todas as suas formas específicas, até as mais evoluídas”, sendo assim, “a primeira e básica expressão da lei do (mais)-valor”, segue-se daí que a cooperação do trabalho exige, por parte do capital, um *planejamento da produção*, isto é, um *planejamento do desenvolvimento* que, sendo assim, só pode ser despótico em sua *forma*, ao buscar eliminar todas as aspas que possam intervir no processo: “a direção capitalista é, quanto ao conteúdo, de natureza dupla, [...] por um lado é um processo de trabalho social para a fabricação de um produto e, por outro lado, um processo de valorização do capital; mas, com relação à *forma*, é despótica” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 59, *grifo nosso*). Se a *forma* do desenvolvimento é despótica, é porque essa visa controlar, *desde cima*, o conteúdo antagonista que aparece, por exemplo, na subversão do trabalho vivo à subsunção capitalista (cf, PANZIERI, [1964] 1976, p. 60). Nesse sentido, é necessária uma crítica à *forma-desenvolvimento*, que se expressará na exploração do conceito panzieriano de *despotismo do capital*. Para tanto, na ótica de Panzieri, esbarramos em um limite: “ausente da análise de Lenin sobre a fábrica está o conceito marxiano da apropriação capitalista da ciência e da técnica, que é a base para o desenvolvimento do plano despótico do capital” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 55), para Panzieri, isso faz com que Lenin não possa sair de uma análise da composição orgânica do capital da forma “competitiva” ou “monopolista” (cf, PANZIERI, [1964] 1976, p. 55), isto é, da perspectiva do capital de concorrência. Ora, para Panzieri, a fórmula que sintetiza a composição orgânica do capital, como “capital competitivo”, aparece, tanto em Lenin, como em Marx, expressa no modelo: “anarquia na divisão social do trabalho, despotismo (plano) na divisão do trabalho na fábrica” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 61). O que, no entanto, com a transformação do capitalismo em andamento, é um modelo tornado inadequado, mas que acabava por *justificar* a perspectiva desenvolvimentista socialista presente, por exemplo, no

togliattismo, dado que, tendo como perspectiva um capital de concorrência como modelo a ser criticado ou superado, a racionalidade por parte da gestão socialista da lei do valor na fábrica, se contraporía aos capitalistas individuais e na sua “irracionalidade”, na forma da competição social entre eles, o que implicaria para o pensamento socialista, na perspectiva da tomada dos meios de produção e da racionalização da mesma, resolvendo assim, o problema da “anarquia” social capitalista. Nesse sentido, o movimento oficial operário objetifica o desenvolvimento, e perde assim *o conteúdo antagonista* em defesa da *forma-desenvolvimento* que, no entanto, pode assumir uma forma de gestão socialista do capital, sem com isso, deixar de valorizar o próprio capital. É como se os socialistas ingenuamente oferecessem como solução aos operários, um plano de desenvolvimento do capital que pode ser benéfico a eles, no entanto, o capital já subsumiu as diferentes modalidades de plano à sua própria forma-desenvolvimento. É nesse sentido que Panzieri afirma que “não há, evidentemente, nenhuma incompatibilidade entre planejamento e capital” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 58). A própria fábrica, desde seu gérmen, é nada mais do que o plano do capital aplicado como o controle *contínuo* e *despótico* do trabalho vivo que se expressa, primeiramente, como cooperação social, “ao assumir o controle do processo de trabalho em sua forma cooperativa (realizando assim sua ‘missão histórica’), o capital se apropria, ao mesmo tempo, do caráter específico fundamental desse processo, que é, precisamente, o planejamento” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 58). O capital, para Panzieri é, e sempre foi, uma *máquina social despótica*, e isso já se expressa na organização da grande indústria e da fábrica, uma organização que sempre necessitou de um *planejamento*:

O primeiro aspecto que o planejamento capitalista se manifesta é "na função de direção, supervisão coordenação" [...] o comando sobre o trabalho e a função de gerenciamento estão entrelaçados um com o outro e, por assim dizer, são unificados em um mecanismo objetivo, em oposição aos trabalhadores [...]. A conexão de suas funções e sua unidade como um corpo produtivo geral estão fora dos trabalhadores assalariados, no capital que os reúne e os mantém unidos. Portanto, para os trabalhadores assalariados, a conexão entre seus empregos é oposta, idealmente como um plano, praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete suas ações a seu próprio fim (PANZIERI,[1964] 1976, p. 59).

Para Panzieri (cf, [1964] 1976, p. 61), este *já era* o funcionamento do capitalismo de concorrência, caindo por terra também uma perspectiva da direita, a do capitalismo “da ideologia ou apologética liberal” que, ao mesmo tempo que “celebra a divisão do trabalho” e a “anexação do trabalhador ao capital”, denuncia “qualquer controle consciente e a regulamentação social do processo de produção chamando-o de intrusão nos direitos

invioláveis de propriedade, na liberdade e no ‘gênio’ autodeterminante do capitalista individual” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 61). Essa recusa liberal do plano se torna puramente ideológica e mistificada no capitalismo desenvolvido, dado que o capital planeja sua própria conservação e reprodução. Panzieri, com certo humor, afirma que os liberais, ao polemizarem “contra qualquer organização geral de trabalho social, não sejam capazes de dizer nada pior, exceto: tal organização transformaria toda a sociedade em uma fábrica” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 61). Ora, mal sabe o dogmatismo liberal (dogma ainda repetido aqui e ali pelos liberais do “livre mercado” e da “mínima intervenção do Estado”) que é exatamente o que o capitalismo vai precisar fazer para sobreviver: tornar toda a sociedade uma fábrica. Como afirma Negri, esse “risco”, já antevisto por Marx, foi completamente aceito pelos capitalistas, quer a ideologia o acuse de insanidade ou não (NEGRI, [1968] 2005, p. 35). Ainda sem explicitar de maneira efetiva *a causa* da necessidade dessa transformação na composição orgânica do capital (algo que será afirmado primeiramente por Tronti com sua *revolução copernicana*), Panzieri vai afirmando que a concorrência individual entre capitalistas não é mais a realidade do capital desenvolvido: contra uma leitura dogmática que o movimento objetivista faz de Marx, Panzieri retoma, a partir de elementos presentes nos *Grundrisse*, assim como no livro 3 de *O Capital*, elementos conceituais que permitem superar o modelo “despotismo na fábrica, anarquia na sociedade” — superando, assim — a composição orgânica do capital de concorrência, transformação que já estava, na perspectiva de Panzieri, em pleno funcionamento na Itália do período. Em uma releitura marxiana, Panzieri vai demonstrando que a concorrência entre capitalistas vai se tornando *um limite* para o próprio capital, que vai precisar modificar esse elemento interno de sua composição orgânica. A prevalência do capital privado dá lugar *a sua subsunção pelo capital social*: temos, assim, uma guinada social do capital que será fundamental em toda análise do operaísmo. Para Panzieri, o plano do capital já presente na fábrica precisa assim *se socializar*, isto é, precisa se tornar um *plano geral, produtivo, e social*, e sacrifica, se necessário e sem muita lamentação, os interesses privados do capitalista individual, que não é mais o sujeito volitivo do processo (*na perspectiva do capital*), substituído aí pela figura do *capitalista coletivo*, algo que já tinha sido aludido por Engels. Essa transformação na composição orgânica do capital é o sinônimo de que a sociedade *tende* a se tornar uma fábrica social: temos, então, o advento do que o primeiro movimento do operaísmo denominará *sociedade-fábrica*, no limiar do funcionamento do taylorismo-fordismo. Panzieri, no entanto, em uma antecipação do que Negri chamará de fábrica social, já faz aqui uma alusão ao pós-fordismo, com o

desaparecimento da fábrica efetiva no próprio processo de *tornar-se fábrica difusa* do social pela subsunção real do capital:

a fábrica, torna-se generalizada: a fábrica tende a se impregnar, a permear toda a sociedade, até mesmo a área externa [...] De fato, aqui também é exatamente o oposto, ou seja, trata-se de compreender o fato de que a fábrica desaparece em um momento específico. O mesmo tipo de processo que domina a fábrica, característico do momento de produção, tende a se impor a toda a sociedade e, portanto, aquelas características da fábrica — o tipo particular de subordinação da força de trabalho viva ao capital, etc. — tendem a se espalhar por todos os níveis da sociedade, encontrando-se lá em formas específicas, em formas particulares. Mas o momento da fábrica tende a se tornar o elemento específico de toda a situação social em um estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo (PANZIERI, [1961] 2016, p. 40).

Como afirma Mancini (cf, [1971] 1976, p. XXI), com o advento do neocapitalismo, o processo de socialização dá um salto *qualitativo*: agora, o poder capitalista se adapta ao caráter cada vez mais social da produção e tenta trazer os impulsos subversivos da força de trabalho *para dentro* do sistema, em função da sua *forma-desenvolvimento*. Mancini argumenta que, ao colocar “na perspectiva da determinação de todo o processo” tendo como base a fábrica, o capitalismo passa a “identificar a especificidade da atual fase de socialização na extensão das relações da fábrica para toda a sociedade”. Sendo assim, “no neocapitalismo, o momento da produção não só não perde importância — como afirma uma parte da sociologia contemporânea —, mas ganha maior influência sobre a sociedade, que deve ser entendida como a articulação da produção”. Ou seja, a fábrica *só* pode *desaparecer*, depois que a organização da produção for ainda *mais efetiva*, extremamente socializada e molecularmente intrínseca ao comportamento produtivo dos sujeitos produtivos sociais na forma de um *despotismo molecular*. Por isso, “a centralidade da produção não é, portanto, equivalente à centralidade da fábrica no sentido estrito, que, ao contrário, tende a se anular como realidade empírica, na medida em que a esfera da produção é ampliada e projetada para fora” (MANCINI, [1971] 1976, p.XXII). Ou seja, quanto mais a fábrica *desaparece*, mais a produção se socializa e vira mais central, por mais que sem *um* centro definido, ou seja, uma produção desterritorializada, um controle despótico, mas que, da mesma forma, produz antagonismos cada vez mais *visíveis* fora da *câmara obscura* da produção. O avanço no desenvolvimento da composição orgânica do capital — do capital monopolista, de concorrência, para o capital de planejamento, capital coletivo, etc., (cf, PANZIERI, [1961] 2016, p.42) — é, nesse aspecto, uma transformação na própria composição da classe capitalista, na qual o principal ator que encarna a figura do *capitalista coletivo* é o *Estado*: o capital se torna um “poder objetivo que unifica todas as forças dentro de si” e, nesse estágio

do desenvolvimento capitalista, “é evidente que o representante mais importante do capital para seu desenvolvimento, contra os interesses setoriais desta ou daquela parte do capital, torna-se uma figura de capitalista coletivo, ou seja, o Estado”, sendo assim, contra a retórica socialista de Estado, o “Estado não é mais um guardião, um terreno neutro [...] para os capitalistas recorrerem na resolução de seus conflitos, mas o Estado se torna e representa, em primeira pessoa, os interesses do capital, ele administra os negócios do capital em primeira pessoa” (cf, PANZIERI, [1961] 2016, p. 42). Não é que o capitalismo funcionasse antes *sem o Estado*, o capitalismo sempre foi capitalismo *de* Estado, o que se modifica, é uma transformação na *forma-Estado* em sua relação com a composição orgânica do capital e a *forma-desenvolvimento* do mesmo<sup>20</sup>. Para Negri, Panzieri vislumbra transformações essenciais na “ontologia” do Estado capitalista moderno:

O Estado capitalista contemporâneo é compelido pela intensidade quantitativa e qualitativa das lutas dos operários e do proletariado a exaltar a racionalidade funcional do comando e da crise como um momento de choque de classes — um choque direto que precede e possivelmente prefigura o controle sobre a sociedade civil. Todo o mecanismo de controle capitalista por meio do Estado é reestruturado nesse sentido: desde a derrubada até mesmo da ficção de uma mediação das relações de classe na figura da sociedade civil e sua organização democrática, até a reassunção de funções diretamente mediadoras dentro do Estado, desde a articulação das estruturas do Estado em termos de funcionalidade direta para controlar os desequilíbrios induzidos pelos efeitos estruturais da luta da classe, até a demolição de todos os fetiches legitimadores (soberania nacional, etc.) (NEGRI, 1975, p. 151 – 152).<sup>21</sup>

Para Mancini (cf, [1971] 1976, p. XXV), o Estado “abandona a função de mediador de contrastes fora da esfera econômica e se torna o principal agente de planejamento do desenvolvimento”, contra a concepção socialista do Estado, se afirma que ele não só não é

---

<sup>20</sup> Para uma perspectiva operaísta sobre o tema, é útil o desenvolvimento de Tronti: “sob a ameaça operária, [o capital] é obrigado a tornar-se força política, a submeter a si, para sua defesa, toda sociedade. Torna-se classe dos capitalistas ou, o que é o mesmo, faz-se aparelho de repressão estatal. Efetivamente, se o conceito de classe é uma realidade política, então não existe classe capitalista sem Estado do capital. E a chamada ‘revolução burguesa’ — a conquista do poder político por parte da burguesia — não é mais do que a longa passagem histórica através do qual o capital se constitui em classe dos capitalistas em face dos operários” (cf, TRONTI, p. 270). Em mais uma de suas inversões espetaculares, Tronti vai afirmar que, a classe operária, ao contrário, já se constitui como classe e já coloca em risco a burguesia, muito antes de se organizar formalmente ao nível da organização política, isto é, ao nível do partido, mas quando o faz, o faz, exatamente, para destruir o sistema do capital — que só sobrevive formalmente por meio de instituições que devem conservar seu poder —. Para Tronti, a realidade da classe operária é tão mais potente que ela não necessita, internamente, de instituições para existir, para afirmar sua realidade intrínseca que é, imanentemente, a destruição do capital. Tanto isto é verdade que “Marx descobriu a existência da classe operária quando não existia ainda nenhuma forma que a exprimisse politicamente” (cf, TRONTI, [1966] 1976, p. 270). No entanto, para Tronti, o momento da organização política (que, para ele, representa a organização de um partido operário como desarticulação do desenvolvimento do capital) se torna necessário como salto organizativo no desenvolvimento do antagonismo. O que gostaríamos de frisar aqui é, como Tronti mesmo afirma, que “há classe mesmo sem partido” (p. 270) e não há capital desenvolvido sem Estado.

<sup>21</sup> Nota-se como alguns termos conceituais desse trecho serão reelaborados na concepção de Império de Negri, o que é mais uma demonstração da importância de Panzieri.

neutro, como “nem pode ser potencialmente administrado contra monopólios, mas é um instrumento para fortalecer e racionalizar a autoridade do capital” (MANCINI, [1971] 1976, p. XXV). O que Panzieri está defendendo é perspectiva de que a subsunção capitalista, como tendência de imanentização integrativa dos processos sociais, torna o Estado o principal *agente*, o principal *operador* da forma de desenvolvimento do plano do capital:

[...] todo esse processo de desenvolvimento capitalista tende a integrar cada vez mais os termos que, nos estágios iniciais do desenvolvimento do capitalismo, parecem separados, parecem esferas independentes — a fábrica, a sociedade civil, o Estado — tende a integrar cada vez mais essas esferas em uma única esfera, sem que a tendência que as características específicas de cada uma desapareçam (PANZIERI, [1961] 2016, p. 43).

No entanto, essa forma despótica *não é totalitária*, mesmo que se apresente como racionalidade extrema na forma de um sistema hierárquico de controle, porque ela não é englobante sem enfrentar franjas de resistência: “a planificação capitalista pressupõe a planificação do trabalho vivo e, quanto mais ela se esforça por se apresentar como um sistema fechado, perfeitamente racional, de regras, mais ela é abstrata e parcial, pronta para ser utilizada apenas numa organização de tipo hierárquico” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 136). Se o modelo “anarquia social, plano na fábrica” deixa de ser válido, pois agora o plano se entende também *para toda* sociedade, para Negri, então, “a anarquia da sociedade capitalista é dissolvida pelo domínio despótico do capital, como esta é colocada na fábrica; a unificação da fábrica e da sociedade se torna a tendência (antagônica) do desenvolvimento capitalista” (NEGRI, 1975, p. 144). Para Mancini, de certa forma, tanto Marx quanto Lenin, “hipostasiam o binômio ‘planejamento na fábrica — anarquia na sociedade’ e assumem aporeticamente o modelo competitivo como o modelo geral do desenvolvimento capitalista, deixando de perceber que o princípio do planejamento é imanente ao desenvolvimento capitalista como tal” (MANCINI, [1971] 1976, p. XXIV). A superação desse modelo, para Panzieri, também significa a descoberta e a exploração de um *insight* plenamente *operaísta*: Panzieri afirmará que a *anarquia* não deixa de existir, mas se constitui na fábrica como a força *operária*, na insubordinação do trabalho vivo *por dentro e contra* o capital desenvolvido: “no sistema de fábrica, o aspecto anárquico da produção capitalista *está apenas na insubordinação da classe operária, em sua rejeição da racionalidade despótica*” (PANZIERI, [1961] 2016, p. 66, *grifo nosso*). Panzieri, assim, está atento ao novo ciclo de lutas operário nascente na Itália, e o modelo deverá também ser atualizado, dado que a anarquia se estende socialmente na forma do antagonismo em toda sociedade-fábrica, como veremos, em mais detalhes, em Tronti e em Negri. No entanto, Panzieri já dá um passo significativo para todo operaísmo, ao extrair daí

uma conclusão que, ainda hoje, muitos marxistas consideram herética: nesse confronto entre o plano do capital, e o trabalho vivo, o *limite imanente* do capital não é dado por ele mesmo, ou seja, contra o ponto de vista que afirma que o capitalismo joga sempre seus limites mais adiante, tornando-o um sistema autônomo e com poderes ilimitados, ecoando aí, algumas passagens de Marx, Panzieri nos permite ver que, se o capital maneja seus limites *mais à frente*, é apenas para conseguir capturar o antagonismo *por dentro* da linha da sua *forma-desenvolvimento*. Como afirma Mancini, “o capitalismo coletivo” que maneja o plano do capital, “não é mais determinado como uma vontade cega, uma mera combinação de capitais individuais, mas se torna *um sujeito consciente que planeja seu desenvolvimento* e também é capaz de se autolimitar, para evitar que desequilíbrios internos se transformem em contradições antagônicas” (cf, MANCINI, [1971] 1976, p. XXIV.), nessa transformação da composição orgânica do capital, o “objetivo final” do capitalismo, é a “*reprodução das condições de sua própria sobrevivência e não a maximização do lucro*” (cf, MANCINI, [1971] 1976, p. XXIV, *grifo nosso*). Seria mais correto dizer, no entanto, que a maximização do lucro é o objetivo final do capital enquanto *sua substância*, na medida que sua substância só pode ser garantida com sua sobrevivência planejada a longo prazo. Nesse aspecto, o salto qualitativo do capital social tem uma relação intrínseca com uma espécie de *dispositivo-crise*, como aponta Negri:

O salto qualitativo, no nível do *Gesamkapital* planejado, consiste em um excedente de violência e "exploração", correspondente à integração das forças da produção social do capital. Quando a análise é proposta de forma correta, marxiana, a crise em si é um elemento não heterogêneo do planejamento capitalista, é uma arma — entre outras — de controle capitalista, um instrumento de desvalorização dos fatores de produção para atacar o trabalho necessário, para reavivar a extração do trabalho excedente, para destruir a subjetividade da classe trabalhadora em luta. A crise é, portanto, um elemento do planejamento capitalista da produção de mais-valor, é o racional (porque é funcional) de todos os elementos da política econômica social (NEGRI, 1975, p. 151).

Se a crise não é o limite, mas um dos dispositivos do plano de desenvolvimento, Panzieri afirmará, assim, que o limite último e derradeiro do capital está, de fato, *nas lutas da classe operária*, definido pelo seu antagonismo que tem o poder de *boicotar* e *sabotar* a racionalidade capitalista, ou seja, o seu desenvolvimento: “as contradições imanentes não estão no movimento do capital, não são ‘internas’ ao capital: *o único limite ao desenvolvimento do capital não é o próprio capital, mas a resistência da classe operária*” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 66, *grifo nosso*). Panzieri, assim, chega muito próximo de afirmar a revolução copernicana que será realizada por Tronti e, ao mesmo tempo, afirma um perspectivismo operário maduro. Ainda sobre a relação entre o capital e o antagonismo, como

alerta Mancini, “o plano do capital não se opõe drasticamente à luta dos trabalhadores; pelo contrário, ele procura mantê-la dentro da estrutura constitucional, evitando que a conflitualidade se transforme em antagonismo” (MANCINI, [1971] 1976, p. XXV). Por fim, em uma lição inestimável, e contra toda a catequese e palmatória do marxismo ortodoxo, Panzieri nos ensina a ler Marx de uma maneira antagonista e atualizada à sua época e às suas lutas: para Panzieri (cf, [1964] 1976, p. 73 – 74), a obra de Marx não é um sistema fechado, mas opera na forma de *saltos* entre “diferentes níveis de desenvolvimento do capitalismo” no qual conseguimos captar “diferentes níveis do processo de acumulação capitalista”, portanto, a análise teórica deve distinguir, sem “identificar, a partir de um determinado momento, simples ajustes e correções com relação a uma determinada fase considerada como um ‘modelo’ em essência não modificável” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 74). Ou seja, a obra de Marx, não se reduz a uma fase do capitalismo que deve ser o modelo das outras, pois o capitalismo é um sistema dinâmico e algo como “o modelo” é sempre sua forma *atual*: a análise, assim, deve diferenciar, “sem cair no erro ‘sistemático’ de fixar a representação de um determinado momento, com suas leis particulares e transitórias, como ‘o modelo fundamental’ para o qual o desenvolvimento posterior do sistema poderia fazer, no máximo, correções mais ou menos marginais” (PANZIERI, [1964] 1976, p. 84)<sup>22</sup>.

Devemos, por fim, apontar uma série de limites internos ao pensamento de Panzieri, pavimentando assim o desenvolvimento dos próximos tópicos. Um dos limites mais graves e que, de fato, se encontra no limiar do panzierianismo em todas suas fases, é que seu pensamento ainda não encontra todo o sentido disruptivo de autonomia da classe, que será almejada pelo operáismo posterior. Para Negri, “em Panzieri não há a ideia de uma autonomia de classe que consegue se representar como não-capital,” e, sendo assim, que seja capaz de “desenvolver nas lutas e no comportamento material uma racionalidade oposta à racionalidade capitalista e dar a essa racionalidade oposta e a essas lutas antagônicas uma continuidade que tem sua conclusão no processo organizacional” (NEGRI, 1975, p. 146). Ora, para Negri, isso é grave, ao tornar as lutas e a classe, mesmo em seus momentos mais gloriosos de luta e de explosão de novos comportamentos de ruptura, como simples partes adjacentes do capital, e se termina caindo em um círculo vicioso no qual o capital sempre consegue interiorizar e fagocitar a classe instaurando um novo limite. Para Panzieri, assim, “a

---

<sup>22</sup> Um último *insight* importantíssimo para todo o desenvolvimento do operáismo posterior, nesse ensaio de Panzieri, é aquele que afirma que o capital financeiro, longe de ser um “desvio” do “bom” capital produtivo, é, na realidade, a forma mais desenvolvida da tentativa de “autonomização” do capital, na forma da “socialização máxima do capital como capital financeiro” (p.117), em uma leitura que subsume a importância do capital livro 1 ao livro 3 do capital.

classe operária, embora em seu momento mais alto de expressão máxima de luta, continua sendo um componente do capital”, ou seja, continua se expressando apenas como “capital variável”(NEGRI, 1975, p. 146). A consequência é exatamente aquela combatida por Panzieri: de que o socialismo e o comunismo são apenas *efeitos* de uma revolução transcendente, que não se sabe como realizar aqui e agora. Sendo assim, a problemática da autonomia dos trabalhadores e das lutas, exige não apenas uma desmistificação do legado organizacional que o movimento oficial operário produziu, mas exige uma ruptura e quebra completa com ela, algo que Panzieri viveu intensamente, como uma ambiguidade viva que ele nunca soube solucionar:

Acredito [...] que esse tipo de problema, colocado em uma primeira fase como uma ambiguidade que vivia no próprio Panzieri, colocado mais tarde em termos de postura — [...] é agora proposto ao nível teórico, político e organizacional, com consequências decisivas. É claro que uma concepção da autonomia dos trabalhadores como uma capacidade imediata de autorrepresentação política, uma capacidade imediata de construir organização e manter espaços de poder, implica uma revisão completa e radical da teoria da organização, tal como o movimento dos trabalhadores a transmitiu a nós; implica também a identificação e a prática de níveis extremamente distintos — nível econômico e nível político, nível de luta de massas e nível de luta de vanguarda e de ataque — dentro de uma perspectiva unitária que rompe com Panzieri, mesmo que ambigualmente aludida por ele (NEGRI, 1975, p. 149).

Para Negri, Panzieri nunca conseguiu, de fato, passar da teoria à intervenção política, do nível da análise ao nível da organização, e é uma linha minoritária na *Quaderni Rossi* (e posteriormente, *Classe Operaia*), que buscará fazer esse “salto” (cf, NEGRI, 1975, p.147). Para Mancini, esse limite panzieriano está condensado na ruptura teórica com Tronti, derivada de uma “interpretação diferente do nexos capital-classe” (MANCINI, [1971] 1976, p. XXIX). Mais precisamente, como corroboram, por exemplo, Corradi (2011), Guidali (2021) e Da Costa Pinto (2018), autores que assumem de certa forma uma perspectiva panzieriana, o salto político é um erro (que na ótica de Panzieri, Tronti comete), pois assumiria que o estágio de desenvolvimento do capital vivenciado pelos operaístas era o estágio “final”, conectando-o diretamente à revolução e, ao mesmo tempo, rejeitando programaticamente qualquer acordo com as organizações de longa data da classe operária — com as quais Panzieri ainda tinha vínculos” (GUIDALI, 2021, p. 9). Sendo assim, não é que os teóricos “não devem parar do lado de fora dos portões da fábrica, mas também não devem presumir que podem impor sua teoria na prática política, que permaneceu como uma questão para os operários atrás dessas mesmas barreiras. O erro de Tronti era considerado como o fato de estar repetindo uma filosofia da história em termos hegelianos” (GUIDALI, 2021, p. 9). Se a “precaução” panzieriana é um sinal de tentar não trair uma autonomia operária pela sobredeterminação da

intervenção teórica — em um respeito por uma relação de imanência entre teoria e prática —, no entanto, é inegável que ao apostar ainda que essa precaução só possa se dar pela via da mediação do partido e do sindicato, dado a configuração atual das instituições, tão bem ligadas ao plano do capital, se assume uma posição transcendente, no qual a verdadeira expressão do poder dos operários se dá *ainda* pela via da *mediação* institucional do movimento operário. Por fim, mais uma vez, se expressa a ambiguidade de Panzieri. O antídoto nos parece ser a ferramenta desenvolvida tão bem por Alquati, a copesquisa: assumir que a intervenção não se constrói sem um mergulho na realidade das lutas (algo que Panzieri não era contra), e na contraprodução de subjetividade (que dinamita também a função do teórico, na imanência do encontro entre o “teórico” e o “operário”), ao mesmo tempo que não toma nunca por pronto e acabado o trabalho teórico e ainda menos, a luta política. Por fim, nos parece uma grande contribuição da copesquisa operaísta romper uma dicotomia entre teoria e prática (intervenção e organização) que Panzieri ainda mostrava alguma estima.

Em nossa perspectiva, diferente do comentário de autores como Corradi, Guidali e Da Costa Pinto, que avaliam as lutas pelo seu resultado e não pelo seu processo, isto é, pela sua derrota nos termos da revolução final contra o capital, o salto *era* necessário. Em Panzieri, esse recuo se expressa teoricamente na sobredeterminação pelo capital, da iniciativa da classe: “o capital e a classe operária são duas realidades autônomas, irreduzíveis uma à outra”, mas, no fim das contas, “mesmo que não seja possível reduzir a classe operária ao capital e vice-versa, *o modo de seu antagonismo é determinado pelo nível do capital*” (MANCINI, [1971] 1976, p.XXIX, *grifo nosso*). Ou seja, tanto para Negri, quanto para Mancini, Panzieri não opera o salto *qualitativo* que será feito por Tronti, modificando as coordenadas em favor da classe e das lutas, e não realiza assim, toda a potência do perspectivismo operaísta, por mais que tensione nessa direção. Em Panzieri, ainda temos que “a qualidade política da luta proletária em um determinado momento histórico depende do nível de desenvolvimento do capital e não da radicalidade da insubordinação dos trabalhadores” (MANCINI, [1971] 1976, p. XXIX). Panzieri, então, ao sustentar a autonomia, ambas de capital e classe, acaba por favorecer o primeiro, que permanece como o motor do desenvolvimento e sujeito final do processo. Para Cristina Corradi (cf, 2011, *grifo da autora*), a perspectiva de Panzieri é correta. Ao *não* operar o salto copernicano que, segunda ela, “tende a mistificar derrotas em sucessos”, Panzieri se mantém fiel ao marxismo, para o qual “*o desenvolvimento tecnológico é impulsionado pela lei da mais-valor e não pela luta dos trabalhadores*”. Como temos defendido em toda tese, dispomos de boa vontade dessa fidelidade ao “verdadeiro” marxismo em favor de um perspectivismo das lutas. Para isso, é necessário estabelecer uma

*contra-intuição* que escapou de Panzieri e de alguns de seus defensores: como demonstra Mancini (cf, [1971] 1976, p. XXIX), enquanto a estrutura objetiva do capital for vista como uma resposta à insubordinação da força de trabalho, como um instrumento de poder em uma relação de força que visa materializar o comando capitalista na realidade objetiva da produção e, por último, em um esforço para criar as condições “técnicas” da subjugação do capital variável ao capital constante, *o capital não pode* ser assim considerado *o sujeito absoluto* do processo, pois seu movimento *é sempre secundário*, é sempre dependente do movimento do antagonismo que *é primeiro*. Será necessário, para romper com esse postulado, fazer como Tronti, que:

[...] nega que capital e classe sejam duas realidades autônomas e teoriza a dependência do desenvolvimento capitalista em relação ao desenvolvimento da classe operária, a precedência lógica e histórica da relação de classe sobre a relação capitalista, concebendo o trabalho vivo como o verdadeiro sujeito do processo histórico, como o motor móvel do capital (MANCINI, [1971] 1976, p. xxix-xxx).

Mesmo com esses limites, o legado de Panzieri permanece vivo no operaísmo e, para nós hoje, é ainda uma formidável crítica ao desenvolvimentismo, ao industrialismo e a suposta neutralidade, tanto do Estado como da tecnologia, sem com isso, cair nunca em um catastrofismo da análise paralisante da ação. Portanto, dificilmente sem Panzieri se chegaria nos mesmos resultados que o operaísmo forjou. Por fim, vale ressaltar, como afirma Negri, que “ninguém jamais teria ido, nos anos 1960, agitar-se ‘nos portões’, se essa solicitação contínua não tivesse vindo de Panzieri” (NEGRI, 1975, p. 152). Panzieri que cumpriu, assim, para a esquerda italiana, uma “função socrática” de “uma renovação radical, tanto teórica, quanto prática, do marxismo” (NEGRI, 1975, p. 155), na contramão de uma “separação abismal que existe hoje entre o partido e o ensino acadêmico do marxismo e as novas gerações que, na militância, aprendem um marxismo fundamentado na experiência das lutas. Isso é, em parte, atribuível ao legado de Panzieri” (NEGRI, 1975, p. 155).

## 2.2. A filosofia de Mario Tronti

Efetivamente, *não existiria* operaísmo sem Mario Tronti, e devemos muito de nossa pesquisa, hoje, às suas descobertas dos anos 60, ao qual avaliaremos em profundidade nesses próximos tópicos. A filosofia de Tronti é importante não apenas por aquilo que herdamos dele, mas também pelo elo definitivo que ele tem com o pensamento de Negri, elo rompido nos anos 70 — ruptura que veremos, não *com o operaísmo* de Tronti, mas, principalmente, pelo seu *abandono* do operaísmo, isto é, pelo seu *pós-operaísmo* ou *ex-operaísmo*. Se Panzieri, como vimos, lança temas e problemas que serão trabalhados por Negri em toda sua

obra, sendo uma espécie de mentor para toda uma nova geração de militantes e teóricos da nova esquerda italiana, Tronti é, efetivamente, aquele que dá a *consistência* necessária ao operáismo italiano como movimento de pensamento *teórico* e de *intervenção política* nos anos 60. Com Tronti, o que Panzieri via como *risco* é assumido por Tronti como *objetivo*. Sua relação com Negri é, assim, inicialmente, a de um companheiro de pesquisa e luta, para, por fim, se tornar em um adversário, na forma do combate (do qual Tronti se esquiva) que se desdobra, nos anos 70, contra sua tese da *Autonomia do Político*, enquanto Negri, por uma série de conceitos, dá a consistência e continuidade necessária ao operáismo nos anos 70. Em nossa perspectiva, a importância de Negri, nos anos 70, é equivalente à de Tronti nos anos 60, só que com uma *diferença fundamental*: sem nunca buscar o isolamento voluntário das lutas do último, o que, invariavelmente, leva Negri ao maior dos involuntarismos, com toda sua carga *política* e *ontológica*: a da prisão e do exílio nos anos 80, nesse sentido, se Tronti buscou o exílio voluntariamente, Negri, pela força de seu pensamento, foi forçado ao exílio da prisão e ao êxodo da fuga.

Já vimos de maneira preliminar a importância das contribuições de Tronti, tanto em *Quaderni Rossi* quanto, principalmente, na formação e desenvolvimento de *Classe Operaia*, onde muitos de seus principais textos serão publicados. No tópico 2.2.1, aprofundaremos suas principais teses elaboradas nesses textos, tendo como guia a chamada “revolução copernicana” e sua afirmação de um ponto de vista operário como um perspectivismo das lutas. No tópico 2.2.2, analisaremos o desdobramento do perspectivismo de Tronti em um aceleracionismo político das lutas. Analisaremos, assim, sua produção, que é organizada, na forma de livro, em *Operários e Capital* (1966). Por fim, no tópico 2.3.3, analisaremos brevemente a tese de Tronti da *Autonomia do Político* e seu contexto histórico, buscando demonstrar criticamente porque ela é uma ruptura com o operáismo.

2.2.1. A revolução copernicana de Tronti: o perspectivismo operário e a força motora das lutas.

Como afirmam, em sua introdução à antologia dos escritos de Tronti, *Il demone della politica* (2017), Matteo Cavalleri, Michele Filippini e Jamila M.H. Mascot (cf, 2017, p. 13), a genealogia do ponto de vista operário em Tronti, ou seja, a tese da revolução copernicana, deve ser remetida, primeiramente, no “jovem Tronti”, diretamente ao seu anti-gramscianismo. Ora, não podemos deixar de contextualizar que, por Gramsci, devemos entender aqui, principalmente a linha gramsciana de Togliatti, hegemônica teoricamente no PCI, ao qual

Tronti sempre foi um filiado e que, como vimos, abandonava o ponto de vista da luta de classe, de tática e estratégia de luta de classe *contra* classe, por uma perspectiva populista em prol do desenvolvimento da nação, através da aliança entre as “forças e massas populares” que só poderia significar a continuidade da exploração na forma do “sacrifício” operário. Desta forma, desde o “jovem” Tronti, Gramsci e o gramscianismo permanecem em um plano *aquem* do necessário para a formulação de uma *ciência operária e marxiana*:

Tronti reconhece em Gramsci o mérito de reivindicar a autonomia e a autossuficiência filosófica do marxismo, mas, ao mesmo tempo, observa como o resultado da pesquisa gramsciana permanece no plano de uma crítica ao pensamento burguês [...]. Embora o pensamento burguês deva ser considerado como objeto de crítica, para Tronti isso não pode esgotar o campo de investigação, que deve abranger toda a realidade da sociedade capitalista. Para ser original e autônomo em relação a todas as filosofias anteriores, o marxismo deve se apresentar como ciência: a equação gramsciana de filosofia = história deve ser substituída pela equação ciência = história (CAVALLERI, FILIPPINI, MASCAT, 2017, p. 13).

Se, como afirmam os autores, essa linha de marxismo que identifica seu próprio destino como ciência, é derivada da obra do marxista italiano Galvano Della Volpe, seu uso por Tronti já é totalmente original, sendo caracterizado “por uma revalorização do elemento subjetivo e, portanto, ativo, identificável dentro dos processos históricos, que Tronti identifica com a classe operária” (CAVALLERI, FILIPPINI, MASCAT, 2017, p. 13). No entanto, esse movimento só tomará forma definitiva *a partir* do encontro com Panzieri e *Quaderni Rossi*. É apenas em *Quaderni Rossi* que essa alusão à “instância subjetiva, anteriormente apenas evocada, assume as características da classe operária, considerada a força propulsora do sistema capitalista” (CAVALLERI, FILIPPINI, MASCAT, 2017, p. 14). Ora, já nos primeiros textos de Tronti publicados em *Quaderni Rossi*, *Marx, Ontem e Hoje*, e *A Fábrica e a Sociedade*, ambos em 62, no ano de afirmação da revista, Tronti já explora as teses centrais para o desenvolvimento do operaísmo e uma associação fiel ao contexto de temas trabalhados criticamente na revista, como a crítica ao desenvolvimento capitalista, assim como a relação cada vez mais intrínseca entre a sociedade, a fábrica e o plano de desenvolvimento capital e sua relação com o Estado — temas, como vimos, trabalhados com fôlego por Panzieri.

Em *Marx, Ontem e Hoje*, na forma filosófica da forte afirmação que lhe é característica (Tronti, pensa e escreve com *martelo*, como afirma Gigi Roggero (cf, 2021), o que, ainda veremos, o aproxima de Nietzsche em camadas *não apenas* estilísticas), Tronti retoma o desenvolvimento conceitual de Panzieri, mas opera, em relação ao último, um *salto* decisivo que será aprofundado, na forma da tese teórica, mas, também, da *intervenção política*, ao ponto, como vimos, da ruptura interna que leva ao surgimento de *Classe Operaia*. Em primeiro lugar, no ensaio mencionado, Tronti dá uma definição de classe que não é mais

um aparelho descritivo para análises sociológicas, mas sim um *dispositivo político*: “sua existência *como classe*, isto é, a sua presença *como realidade antagonista* face ao sistema capitalista global, a sua organização em classe revolucionária, não a ligam ao mecanismo daquele desenvolvimento, mas tornam-na, sim, independente dele e contraposta a ele” (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 32, *grifo nosso*). Se o conceito de classe é de natureza primeira e última, um conceito *político*, é porque a “classe não existe naturalmente”, isto é, a “classe não é uma questão de estratificação, mas de *contraposição*. É a luta que produz a classe como uma coletividade *partisan*: classe significa antagonismo de classe” (ROGGERO, 2020, n.p, *grifo nosso*), nesse sentido, a classe se produz pela luta, e só faz parte da classe operária, aqueles que lutam. É essa concepção de classe como antagonismo que explicita que a luta não simplesmente liga a classe ao mecanismo de desenvolvimento capitalista, ao plano do capital, se preferimos, mas *o contrapõe* tendencialmente, em definitivo, possibilitando, assim, sua ruptura com a relação capitalista e a conquista de sua independência, ou seja, autonomia, *como ruptura*, como cisão. A diferença aqui, para com Panzieri, é que o último acabava por não separar suficientemente classe e capital, mesmo que buscando manter uma autonomia relativa das duas partes, sobreterminando, por fim, à classe ao capital. Como afirma Moulier-Boutang, a descoberta de Tronti que começa a se encadear aqui condiciona à “classe operária a articulação indispensável ao próprio desenvolvimento da relação de produção a tal ponto que o capital se torna *uma função* da classe operária, que se apresenta, [...] com a sua necessidade mais interna e mais contraditória” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 380, *grifo nosso*). Certamente, o que Tronti está afirmando aqui não é um determinismo, objetivismo ou voluntarismo, mas uma tendência material a ser explorada e organizada a partir da *composição de classe* de cada período de luta contra o capital: para Tronti, o desenvolvimento capitalista hodierno intensifica ao máximo a *contradição* maior do sistema: a exploração necessária para a subsunção do sistema intensifica a luta espontânea e autônoma da classe operária, que deve ser, assim, politicamente *organizada*:

[...] quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, tanto mais autônoma *se pode* a classe operária tornar *em relação* ao capitalismo; quanto mais se aperfeiçoa o sistema, tanto mais a classe operária *se deve* tornar a máxima contradição dentro do sistema, ao ponto de tornar impossível a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, que torna possível, e, portanto, necessária a ruptura revolucionária que liquida e supera o sistema capitalista (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 33, *grifo nosso*).

O argumento se estende em uma análise muito mais extensa e minuciosa, em *A Fábrica e a Sociedade* (1962) e *O Plano do Capital* (1963) — últimas contribuições de Tronti em *Quaderni Rossi*, em um visível diálogo e debate crítico com Panzieri. Na base dos textos, um

trato com rigor e originalidade do pensamento marxiano. No primeiro ensaio mencionado, como bem colocado por Cristina Corradi (cf, 2011), Tronti *reestrutura* a sequência marxiana de processo de produção, circulação e processo geral, substituindo-a pela sequência fábrica, sociedade e Estado. Ele também reformula a contradição expressa entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção — cara ao socialismo —, enfatizando, no entanto, o elemento do antagonismo *intransponível* entre a força de trabalho como *valor de uso* e sua transformação em *valor de troca*. Se é verdade, como afirma Corradi, que Tronti critica as “ideologias neocapitalistas que apresentam o fenômeno da integração entre fábrica, sociedade civil e Estado em termos da afirmação de um Estado interclasse e do desaparecimento do próprio capitalismo, que se transforma na riqueza da sociedade a ser administrada para o bem-estar coletivo” (CORRADI, 2011, n.p), o objeto da crítica trontiana também se refere ao próprio movimento operário oficial e os dogmas que imobilizam suas instituições, como nos mostra Moulier-Boutang: “Tronti liberta em *A fábrica e a Sociedade* e em *O plano do capital* um programa de mudança de perspectiva, explicitado em *Lenin na Inglaterra*. A prioridade das lutas sobre a análise dos níveis do capital, [...] resulta numa revisão, ou ‘releitura’ da análise marxiana, permitindo [...] fazer a sua interpretação conceitual e histórica” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 380). Tronti começa em *A Fábrica e a Sociedade*, identificando e extraíndo do modelo lógico marxiano *dois pontos de vista* antagônicos no âmago do processo de desenvolvimento capitalista: o ponto de vista do “trabalho” e o ponto de vista da “valorização”. No entanto, como veremos, apenas um desses pontos de vistas pode ser particularizado (e singularizado) ao ponto de se tornar um verdadeiro *perspectivismo imanente*, enquanto, o ponto de vista do capital, necessita sempre de suplemento de generalidade. Se, como afirma Marx, a medida da força do capital está em tornar as forças produtivas sociais do trabalho sua força imanente (cf, MARX, [1867] 2017, p.408), Tronti aponta que, em Marx, é possível concluir e afirmar, também, a tendência contrária como possibilidade revolucionária, o que seria explicitado por Marx, no tortuoso e longo processo de desenvolvimento histórico — para ambos os pontos de vista — de transformação do domínio do mais-valor absoluto para a produção do mais-valor relativo (cf, TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 49). Ora, o mais-valor relativo é a expressão direta do desenvolvimento capitalista, isto é, do aumento da taxa de mais-valor, na mesma medida em que diminui o valor da força de trabalho (cf, TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 50 – 51). A produção do mais-valor relativo está ligada à todas as mudanças internas do processo de produção capitalista e à articulação complexa e crescente entre trabalho e lucro, entre as transformações nas condições de trabalho e a exploração dos operários, e entre os aspectos

técnicos e sociais combinados, por um lado, e o poder do capitalismo, por outro. À medida que o capitalismo se desenvolve, ou seja, à medida que *o mais-valor relativo se infiltra e se espalha*, o ciclo de produção-distribuição-troca-consumo se fecha cada vez mais, tornando-se uma relação orgânica entre a produção capitalista e a sociedade burguesa, entre a fábrica e a sociedade, entre sociedade e Estado (cf, TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 52).

Nesse sentido, Tronti (cf, [1966] 1974, p.147) coloca que “não é por acaso que Marx introduz o capítulo sobre a jornada de trabalho quando trata de passar do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo”, isto é, a passagem da subsunção formal do trabalho, para a subsunção real — isto é, “do capital que se apodera do processo de trabalho tal com o encontra, ao capital que põe de pernas para o ar este mesmo processo de trabalho, até o moldar à sua imagem e semelhança” (TRONTI, [1966] 1974, p. 147). A transformação que, no *esquema formal* desenvolvido por Marx em *O Capital* pode ser interpretada como um mecanismo puramente lógico, deixa escapar, na maioria das leituras, que ela é fruto de um confronto histórico classista e, por isso, *político*:

A luta pela jornada de trabalho normal coloca-se historicamente no centro dessa passagem. Face ao impulso natural do capital no sentido do prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, é certo que os operários juntaram as suas cabeças e obtiveram à viva força, *como classe*, uma lei do Estado, uma barreira social que os impediu de aceitarem a escravidão ‘por intermédio de um contrato voluntário com o capital’ (TRONTI, [1966] 1974, p. 147, *grifo nosso*).

Isto é, a passagem só ocorre *por meio* das lutas, que, temos visto, formam o plano de *consistência* da classe operária, que molda, por sua força interna, o desenvolvimento capitalista, modificando a sua *forma* e constringendo o capital *por dentro*, imanentemente, o torcendo em direção à *solução* capitalista, encontrada na forma da produção do *mais-valor relativo*, lei do mais-valor, que é, portanto, comando como *medida de domínio* de uma relação de forças determinada historicamente e, assim, efetivamente, tornado por Tronti uma categoria *política*:

A luta de classe operária constringeu o capitalista a modificar a *forma* do seu domínio. O que significa que a pressão da força-trabalho é capaz de constringer o capital a modificar sua própria composição interna e que intervém *dentro* do capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista; que ela empurra para a frente, por dentro, a produção capitalista, até a fazer trespassar completamente todas as relações externas da vida social (TRONTI, [1962] p.47, *grifo do autor*).

Dito de outra forma, como afirma Moulrier-Boutang, sem a luta da classe operária, “o capitalismo permaneceria um sistema para extrair mais-valia absoluta ou renda, um sistema que oferece uma perspectiva tão sombria quanto a escravidão”, sem as lutas, “não haveria mecanismo, invenção ou incorporação progressiva da ciência nas condições de trabalho, e a

acumulação de capital se assemelharia ainda mais à acumulação de castelos e joias, em vez da acumulação de máquinas e equipamentos” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 22). De fato, está tudo aí, em *núcleo intenso*, todo desenvolvimento *operaisti* de Tronti. Extraímos algumas conclusões: se a classe operária possui a potência de transformar a *forma* do domínio do capital, como, por exemplo, no caso de que “foram as lutas e não a legislação burguesa ou capitalistas esclarecidos que determinaram a redução do dia de trabalho” (ROGGERO, 2020, n.p), então *são as lutas* que tem a potência de modificar a composição orgânica do capital porque são a força fundamental *interna e contraditória* de sua constituição. Se o capital produziu o operário como sua força-de-trabalho, e a acumulação primitiva é a produção do trabalhador livre, desenraizado, descodificado, força abstrata de trabalho *para o capital*, ao mesmo tempo, essa força constituinte se expressa como contradição ao sistema, como força contrária, como antagonismo ao mesmo domínio — isto é, contra a exploração — que a subsume e a vampiriza. Tronti afirma aí uma espécie de *seta do tempo*: “por dentro e contra”, sim, mas também por dentro e *para frente*. A subsunção real do capital, a produção do mais-valor relativo, a expansão do capital para todos os domínios da vida como relação de produção socializada — em suma, a sociedade-fábrica — como afirma Rodrigo Nunes, não apenas “inverte a relação dialética entre capital e trabalho, colocando o segundo como o elemento ativo ao qual o primeiro se vê obrigado a reagir” (NUNES, 2007, p. 180), mas afirma, também, que o desenvolvimento capitalista está necessariamente acoplado à força das lutas classistas operárias que são, assim, motores do desenvolvimento capitalista: desta forma, a própria subsunção real do capital é, ao mesmo tempo, mecanismo adaptativo capitalista — que, pelo seu desejo, teria permanecido na esfera da produção do mais-valor absoluto — mas também é o desenvolvimento efetivamente capitalista *puxado à frente* pela força do antagonismo operário. Nesse sentido, o capital é uma máquina social estranhamente gregária, pois ela não tem força suficiente para desenvolver o processo de sua valorização por conta própria, ou seja, *por sua própria força*. Esse movimento é imanente ao capital, sendo assim, *contra e para frente*, implica também que Tronti vê no capitalismo fordista da sociedade-fábrica um *momento decisivo e maduro* para a revolução, no sentido de que a socialização extrema é a socialização da luta em níveis mais desenvolvidos do que nas configurações anteriores do capitalismo. No entanto, não seria essa *seta do tempo*, no final das contas, *uma nova filosofia hegeliana da história*, pensada a partir do prisma *da classe operária*? Essa problemática não é nova, ela já é colocada de fato, primeiramente, por Panzieri, com suas ressalvas ao giro copernicano de Tronti, que ele acusa de hegelianismo — o que, como vimos, faz com que o pensamento de Panzieri não deixe de se enlamear em suas

próprias aporias, mas essa crítica é retomada contemporaneamente também pelo filósofo da organização, Rodrigo Nunes, não exclusivamente direcionada à Tronti, é verdade, mas pela perspectiva dos desenvolvimentos posteriores do “(pós-)operaísmo” (grafia usada por Nunes). Para o filósofo brasileiro, a tradição operaísta, na totalidade, oscila entre uma *teleologia da história* (mesmo que invertida em virtude não do capital, mas das lutas), com momentos excepcionais em que é afirmada “um instrumento metodológico que subordina a investigação teórica à prática política, mas fundamenta a primeira nesta última, subordinando assim as constantes metahistóricas à prática experimental da contingência” (NUNES, 2007, p. 181). No entanto, para Rodrigo Nunes, por mais que os conceitos complementares ao giro copernicano, de ciclo de luta e de composição de classe, sejam capazes de mensurar a “mecânica da oscilação [...] no revezamento entre a produção de teoria e a atividade política, ou seja, na imanência do pensamento ao movimento” (NUNES, 2007, p.181 – 182), fica claro para o autor que todo o aparato conceitual operaísta acaba por introjetar uma *transcendência* no final do processo, que é ciclicamente retomada na forma do “mais à frente” e “ampliado”, o que gera os fenômenos descritivos comuns ao operaísmo, de defesa de uma nova “epocalidade” das lutas de classe, (a cada fim de um “ciclo de lutas” e de uma nova recomposição do capital e da classe, como no início de *Lenin na Inglaterra* e mesmo em *Império*, de Negri e Hardt) o que, para Rodrigo Nunes, relembra *não inocentemente*, o prefácio da *Fenomenologia Do Espírito*, em que “um movimento de conclusão histórica e sistemática” é afirmando, no qual “um sistema encontra sua justificação total em si mesmo por meio do alcance de seu desenvolvimento histórico — (auto-)exposição e legitimação” (NUNES, 2007, p. 181). Eis aí, o sentido político *forte* de sua crítica: “ele não apenas fornece legitimação tanto para si mesmo quanto para qualquer atividade política já em andamento, mas também afirma uma ruptura com o passado que abre um novo tempo que só pode ser compreendido em seus próprios termos” (NUNES, 2007, p. 182). Para Rodrigo Nunes, essa circularidade intrusiva deriva, exatamente, de uma suposta ambiguidade, genealógica passada, hereditariamente, como síndrome aos herdeiros, do argumento original de Tronti:

A revolução copernicana é [...] uma inversão, simplesmente deslocando o polo ativo da relação dialética, em vez de sair dela completamente; e há um telos no movimento das respostas do capital, pois ele sempre reage aumentando a socialização do trabalho, aumentando assim o poder do proletariado para atacar a relação social capitalista por dentro (NUNES, 2007, p. 182).

A crítica de Rodrigo Nunes é muito perspicaz, no entanto, dado o peso da crítica, estamos justificados em afirmar que *ela está equivocada*: o operaísmo, pelo menos, enquanto se mantém consistente ao seu ponto de vista — e, nesse ponto, concordamos com Rodrigo, dado

que muito do que ele chama de “(pós-)operaísmo” perde algumas nuances que ainda estamos refazendo e constituindo aqui —, não cai pendularmente em uma filosofia da história do tipo hegeliana ou uma teleologia, mas afirma, ao contrário, um materialismo revolucionário, antagonista, e plenamente imanente. Sobre o ponto destacado como *defasagem* em Tronti, basta dizer que a revolução copernicana pode ser lida metodologicamente como uma inversão, sim, mas a ruptura ou saída do telos dialético que exige Nunes só pode ser afirmada *politicamente*, isto é, ela *depende* do movimento real das lutas que a primeira onda do operaísmo instigava à organização. O “erro” de Tronti é o de ter apostado que a organização do capitalismo fordista e da composição de classe do *operário-massa* era a configuração definitiva das lutas — a sua tese posterior da *Autonomia do Político* é uma consequência direta e infeliz da conclusão derrotista que Tronti extrai de seu próprio diagnóstico. Porém, não acreditamos que Tronti estava errado em tentar forçar a organização da luta ao ponto da ruptura, em uma situação que era considerada favorável — e aqui, a diferença entre o voluntarismo (praticado, por exemplo, pelas Brigadas Vermelhas, como veremos) e a materialidade se dá pela copesquisa e pela composição de classe, técnica e política. Com essa base em mente, somos assumidamente *aceleracionistas* e o operaísmo é, de fato, depois do momento *composicionista* da análise da composição de classe e da composição política, *um aceleracionismo das lutas*. Talvez Tronti estivesse errado parcialmente na sua análise de conjuntura — é sempre uma questão de tática e estratégia, de luta política de forças contrárias —, mas pelos motivos certos. Quando, no final de nossa análise de Tronti, apontarmos os limites gerais do pensamento de seu pensamento, retomaremos essa questão da circularidade entre a classe operária como motor do desenvolvimento do capital e o próprio mecanismo de desenvolvimento do capital expandido, e concordamos com Nunes, que seu pensamento fica preso em um impasse dialético, que será devidamente criticado por Negri no regime interno do próprio operaísmo. No entanto, no campo experimental da aposta política, o erro de todo revolucionário é sempre o mesmo: enquanto o capital permanecer vivo e funcional, todo pensamento revolucionário é uma promessa não cumprida, e uma hipótese viva, e manter a chama da hipótese viva é nosso objetivo. Parafraseando Tronti, na manhã seguinte à derrota revolucionária, é melhor estar com aqueles que foram derrotados, para poder recomeçar. E quanto hoje da esquerda hegemônica não permanece errada *pelas razões erradas*? Sobre o ciclo expandido da recomposição do capital e da classe, nos parece não haver dúvidas de que o chamado pós-fordismo, o neoliberalismo, o capitaloceno, o Império, etc., — os mil nomes da subsunção real — são as maneiras de tentar captar essa nova “epocalidade” — se ela soa demasiado metafísica no discurso, nos parece claro que o objetivo é tentar relançar os dados

da luta no tabuleiro ajustado do capital, simples assim — antes a afirmação de uma nova época para as lutas do que a defesa envergonhada da continuidade dos mesmos termos do domínio capital, sem, no entanto, a centelha do elemento subjetivo e antagonista. Em seu comentário crítico sobre o giro copernicano, o ciclo de lutas e a composição de classe, Nunes parece — perdão pelo trocadilho — perder de vista o ponto de vista defendido pelo operaísmo. Sobre a afirmação de Nunes de que o operaísmo introjeta um *télos* na resposta porque ela corresponde sempre a uma “mais socialização”, não é absolutamente verdade, porque o capital também responde à composição política de classe com violência política, e, veremos isso a partir de Negri, principalmente a partir da sua hipótese do Estado-Crise. Por fim, para Tronti, a *ciência operária* não significa outra coisa: “a história é sempre história do capital. A classe operária [...] joga sempre um papel subalterno [...] refletindo nos seus movimentos o movimento do ciclo do capital. Exatamente o oposto da verdade, segundo o nosso ponto de vista” (TRONTI, [1970] 1976, p. 306). A classe possui, sim, seu sujeito, mas esse sujeito *não é o sujeito da história*, mas, simplesmente, *um sujeito da luta* — a luta é contra-histórica, é tendencial (e, por isso mesmo, contra-tendencial), e todas as tentativas de equalizar o proletariado com o sujeito da história em uma teleologia salvacionista, perde de vista o próprio *ponto de vista operário e o perspectivismo das lutas que ele defende*, ou seja, se mistifica a relação antagonista, e se perde, assim, a ciência da classe. Podemos afirmar que, na perspectiva do capital, se admite que o proletariado, a classe trabalhadora e operária, é o sujeito da história, apenas enquanto este está ligado ao seu mecanismo de desenvolvimento — “ele é o sujeito da história, mas sua história, sou eu” — mas, no ponto de vista operário, o sujeito da história é mesmo *o capital*, e o proletariado, a classe operária e trabalhadora, em suas múltiplas encarnações, não assumem a história toda para si, pois sua visão *é sempre parcial*: somos apenas o sujeito das lutas, aquele que pode romper essa *história suja*. No entanto, nos parece completamente justificável, tomando o ponto de vista e a perspectiva das lutas, em tomar uma decisão teórica e política que favoreça sempre essa perspectiva, e a medida da transcendência, em nossa perspectiva, só é possível de ser avaliada tendo como premissa essa perspectiva que defendemos. Contra uma tese de imanência e transcendência absoluta, afirmamos aqui *um perspectivismo* que defenderemos como absoluto, de uma imanência relativa à prioridade das lutas, e nossa crítica, tomando como base o gesto operaísta, afirma a crítica da transcendência às lutas como a transcendência primeira e última a ser combatida. No fim das contas, não nos interessa nenhuma teologia ou metafísica, e a ontologia que nos interessa não é a do ser nem a da organização, mas a *das lutas* — se ela se confunde com a do ser — como parece ser o diagnóstico de Negri a partir dos 80, é algo que

só faz sentido para nós parcialmente, só tem um sentido adjacente e de reforço — e o que nos interessa é a ampliação das lutas e sua aceleração contra o domínio persistente do capital.

Dando continuidade à análise do ensaio de Tronti, ecoando a descoberta de Panzieri do plano do capital e da função social do capitalista coletivo como Estado, Tronti afirma que, já no início da industrialização, “a legislação sobre as fábricas” foi a “primeira reação consciente e planificada da sociedade” capitalista (cf, TRONTI [[1962]] [1966] 1976, p. 48), sendo assim, “com a intervenção violenta do Estado, o capitalismo coletivo tenta primeiro convencer, chegando depois ao ponto de constranger o capitalista individual a conformar-se com as necessidades gerais da produção social capitalista” (TRONTI [[1962]], [1966] 1976, p.48). Dito de outra forma, a composição orgânica do capital se transforma e se adapta conforme reage à pressão interna das lutas. Antes de se tornar um elemento burocrático e “dado”, a legislação trabalhista foi um mecanismo de *barreira social*, desenvolvido para dar solução a uma pressão específica da classe operária que, em uma nova composição de classe e em uma nova configuração de subjetividade, assume aquele elemento “como função espontânea do operário”, mas que “surge no estágio mais atrasado com a necessidade legal de uma barreira social que impeça o esbanjamento da força-trabalho, fundamentando, ao mesmo tempo, a sua exploração especificamente capitalista” (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 47). No entanto, aquilo que é espontâneo, “dado”, “direito adquirido”, pode se tornar uma barreira para as lutas de classe, na transformação da composição de classe e na composição orgânica do capital, nesse sentido, direitos do trabalho são ambivalentes: por uma via, representam aquilo que o capital estabilizou do conteúdo manifesto e antagonista da luta, daí os limites do sindicato, representando o auge do reformismo capitalista (cf, TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 84). Portanto, para a própria classe, aquilo que ela herdou da tradição das lutas, pode re-ativar seu antagonismo contra aquilo que, anteriormente, em outra configuração, serviu como uma “barreira social” à sua própria exploração: a recusa dos entregadores de aplicativo *contra a CLT* pode ser interpretada nesse aspecto, por exemplo. O que nos remete ainda a outro elemento do argumento de Tronti: a classe tem uma história, mas o que ela herda é *menos a tradição* das suas conquistas, do que *a necessidade da persistência* da sua luta, afinal, nada do que é constituído como solução por parte do capital, não tenta, por sua vez, alargar a integração e exploração do *trabalho vivo* no mecanismo alvejado da exploração:

Se a legislação sobre as fábricas se tornou inevitável, como meio de defesa físico e intelectual da classe operária, por outro lado, ela generaliza e acelera a transformação de processos de trabalho dispersos, realizados em escala mínima, em processos de trabalho combinados numa escala social, e com esta, a concentração do capital e o domínio exclusivo do regime da fábrica. Ela destrói todas as formas

antiquadas e transitórias [...] do domínio do capital, substituindo-as pelo seu domínio direto (TRONTI, [1962] 1976, p. 48).

Ou seja, tomando uma terminologia deleuze-guattariana de empréstimo, mas a modificando em conteúdo, aquilo que o capital “desterritorializa” com uma mão, a classe operária busca “reterritorializar” com a outra, da mesma forma, o que a classe operária desterritorializa, o capital busca reterritorializar (isso configura a relação de forças e antagonismo capital x trabalho). No entanto, apresentemos o termo na ordem inversa: a “desterritorialização” primeira, na forma da luta, pertence à classe (a *forma-desenvolvimento* é a “captura” do capital do antagonismo, em termos que lhe são objetivos). Nas palavras de Tronti em *Lenin na Inglaterra*: “se é certo que a classe operária impõe objetivamente escolhas precisas ao capital, também é verdade que o capital realiza essas escolhas numa função anti-operária” (TRONTI, [[1964]] [1966] 1976, p. 96). Sendo assim, só restam as lutas, *nada mais*: “a relação entre as duas classes é tal que, quem tiver a iniciativa, vence. [...] a força das duas partes é inversamente proporcional: se uma cresce e se desenvolve, a outra fica parada e, portanto, recua” (TRONTI, [1966] 1976, p. 8).

Retomando o *insight* da sociedade-fábrica de Panzieri, Tronti (cf, [[1962]] [1966] 1976, p. 49) aponta que, à medida que a relação da produção capitalista se apropria cada vez mais da relação social em dimensões expandidas (subsunção real), ela, mesmo que de forma mistificada, tende a se dissipar em seu formato de fábrica, como *locus* determinado da produção, tornando-se um elemento simplesmente periférico em relação à sociedade. Isto é, a fábrica, como vimos em Panzieri, tende a “desaparecer” quanto mais a produção capitalista se infiltra e se expande, abrangendo todas as relações sociais, nesse sentido, quando a fábrica subsume toda sociedade: “toda a produção social se torna produção industrial, — os traços específicos da fábrica perdem-se [...] dentro dos traços genéricos da sociedade. Quando toda a sociedade é reduzida à fábrica, a fábrica — como tal — parece desaparecer” (TRONTI, [[1962]] [1966], p. 53). Entretanto, devemos frisar que, não é porque a produção deixou de ser o centro do modo de produção capitalista, mas porque, agora, *a sociedade se manifesta como uma totalidade em relação à produção*, e a produção como uma particularidade em relação à sociedade. Em um artigo que compara as filosofias de Althusser e Tronti<sup>23</sup>, Étienne Balibar explica as razões estruturais da filosofia da fábrica no operáismo que se constitui por sua “dupla-centralidade” de importância:

---

<sup>23</sup> Sobre as relações de Althusser e Tronti, indicamos, além do texto de Balibar (2017), o artigo de Moulier-Boutang ([1974], 1976), que prefacia a edição francesa de *Operários e Capital*.

Há a ideia de que, no capitalismo contemporâneo (o capitalismo da era ‘fordista’), toda a sociedade se torna uma extensão das relações capital-trabalho estabelecidas dentro da fábrica, particularmente, o uso da hierarquia profissional e a negociação dos salários como forma de regular os conflitos sociais, em geral. E isso se combina com a ideia de que a fábrica é uma arena política, onde o ‘trabalho social abstrato’ se realiza na forma de uma classe operária rebelde, e os capitalistas devem funcionar como representantes dos interesses de toda a sua classe e são obrigados a submeter seus interesses particulares a uma estratégia geral de exploração, a do *Gesamtkapital*. Isso explicaria por que, para Tronti e outros operaístas, a fábrica não é apenas — como Marx diria — um lugar material para o desenvolvimento das forças produtivas e sua exploração, mas também o local definitivo onde os atores e estratégias políticas estão se confrontando e, de fato, é o local onde o Estado, enquanto ‘monopólio do poder’, se constitui, onde o Leviatã é criado (BALIBAR, 2017, p. 107).

Ainda para Balibar (cf, 2017, p. 107) a fábrica como “lugar central” objetivamente determinado na sociedade, se define pelo seu centro de antagonismo: “onde as tendências de transformação são decididas, subjetivamente reforçadas, quando um ponto de vista parcial impõe sua hegemonia em uma guerra civil decisiva” (BALIBAR, 2017, p. 104). Uma das consequências diretas, como já demonstrado por outra via por Panzieri, é que, no desenvolvimento desse processo que torna a sociedade-fábrica, ela tem personificado na figura do Estado a figura do capitalista coletivo. Dado a composição orgânica do capital, e a composição da classe, Tronti deduz que a luta na fábrica se torna efetivamente o *locus* do antagonismo político: é uma luta, por parte do capital, pela decomposição da classe como sujeito coletivo, e sua recomposição como sujeito isolado (cf, TRONTI, [[1962]] [1966], p. 55). O fundamental aqui, como aponta Negri, é que a transformação na composição orgânica no capital “é imposta no exato momento em que a composição da classe operária em luta *se altera*” (NEGRI, 2016, p. 148, *grifo nosso*). Ou seja, *é a luta* que modifica tanto a composição orgânica do capital, como a própria composição de classe operária, que é *primeira e ativa*, contra a segunda, que é *uma reação* à primeira: ao lutar, ao modificar a composição orgânica do capital, a composição de classe não pode permanecer a mesma, ela se modifica, pois a luta é a medida de um limiar ultrapassado, de uma barreira social erguida pelo capital que foi vencida. Nesse sentido, a composição política de classe é também, na forma da recusa, uma crítica da sua própria condição como composição técnica. A tese de Negri, do operário social, que começaremos a vislumbrar mais à frente, deve ser lida exclusivamente nesses termos, inclusive, *contra* Tronti, ou seja, a passagem do operário-massa ao operário-social, deve ser pensada nos termos de uma recomposição política. Negri salienta ainda que, nos anos 60, “Tronti enfatiza que ocorreu um ‘salto político’ real e que se pode falar de ‘causa’ ou ‘efeito’ político mesmo quando não há um movimento organizado, mas apenas resistência, quando existem elementos destituíntes e

ainda não explicitamente políticos e constituintes” (NEGRI, [2016] 2022, p. 148), ou seja, estávamos passando por um processo de recomposição de classe — por meio da luta —, que, poderia se tornar revolução e romper, *destruir* a composição orgânica do capital que sustenta a relação entre trabalho e capital. Se a revolução “absoluta” não aconteceu, ao menos, uma revolução “relativa” e interna se efetivou, modificando tanto a composição de classe, como a composição do capital, uma “revolução” no limiar do fordismo que, para Tronti, se dava nesses termos: “a luta do capitalista para destruir e reconstruir à sua imagem a figura antagonista do operário coletivo. O capital ataca o trabalho no seu próprio terreno; só no seio do trabalho pode conseguir desintegrar o operário coletivo para integrar em seguida o operário isolado” (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 55). Ainda sobre a figura do *capitalista coletivo*, Tronti argumenta que ela é o cérebro operacional do capital socializado no fordismo:

[...] no mais alto nível do desenvolvimento capitalista, a relação social se torna um momento da relação de produção, toda a sociedade se torna uma *articulação* da produção, isto é, toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende o seu domínio exclusivo a toda sociedade. É nesta base que a máquina do Estado político tende cada vez mais a identificar-se com a figura do *capitalista coletivo*, se torna cada vez mais propriedade do modo capitalista de produção e, portanto, *função do capitalista* (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 52, *grifo do autor*).

Os traços efetivamente *hyper-fordistas* da imagem eludida nesse processo — certamente um limite “epocal”, que será bastante retrabalhado por Negri, na passagem posterior da sociedade-fábrica para a fábrica social, fábrica do sujeito e ainda mais contemporaneamente, metrópole biopolítica —, não deixam de apontar para uma socialização para além de um mero “fabriquismo”: como aponta Cristina Corradi, quando “o Estado não mais se limita a intermediar conflitos inter-capitalistas, mas tende a se colocar como o representante direto do capitalista coletivo”, para a classe, isso significa já em processo uma “terciarização” que “generaliza a condição de classe operária a novos estratos sociais: técnicos e intelectuais” (CORRADI, 2011, n. p). Para Tronti, é a não conclusão desse processo, sua abertura, por fim, que “está ainda por acontecer” que permite o *salto* para a intervenção política: a tendência precisa ser *antecipada e não seguida* (cf, TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 54, *grifo nosso*). Antecipar para *desviar e melhor atacar* como pressupostos de uma ciência operária. Esse processo, pode ser captado de duas formas: “quer com a parcialidade do capitalista coletivo, quer com a do operário socialmente combinado: só que o primeiro a apresenta com toda a funcionalidade despótica das suas aparências conservadoras e o segundo a revela com toda a força libertadora do seu desenvolvimento revolucionário” (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 54). Portanto, perspectivismo operário contra o ponto de vista generalista do capital. Portanto, a *parcialidade* do capitalista coletivo não pode nos enganar: “quando o particular se

generaliza, se universaliza, aparece representado como geral, como universal”, isto é, quando a “[...] relação social de produção capitalista” e sua “generalização da produção exprime-se como hipostatização da sociedade” (TRONTI, [1962] [1966] p. 49), o particular do capital corresponde a um *universalismo*, ou seja, uma mistificação do antagonismo irreduzível que sustenta a relação entre os dois termos do confronto, nesse sentido, o ponto de vista do capital só reproduz a lógica do próprio capital e de sua valorização, por mais que busque falar por um “interesse geral”, ou seja, com a subsunção real e a máxima socialização da relação capitalista, o interesse geral corresponde, unicamente, ao interesse do capital. Contra esse ponto de vista, aos operários, resta apenas o seu interesse parcial (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 81). Como afirma Gigi Roggero, sempre que falamos em interesse geral, o que está em jogo é o “interesse do capital, é o ponto de vista da parte burguesa. Transformar o ponto de vista da parte burguesa em interesse geral, isso é ideologia. É a mistificação no sentido marxiano: não como sinônimo de mentira, mas ocultação dos interesses da parte” (ROGGERO, 2021, p. 34) é por isso que o capital possui um ponto de vista que nunca se transpõe em um verdadeiro perspectivismo. Essa perspectiva é válida sobre toda a mistificação ideológica que envolve afirmar um ponto de vista “por toda a humanidade”, um ponto de vista “por todo o povo”, que fala em nome de “todas as massas”, que sempre nega o antagonismo pela via da *conciliação*. Como afirma Mengali, “a ruptura epistemológica e gnoseológica da ciência da parte é um ato necessário para quebrar o encanto do Uno do capital” (MENGALI, 2019, p. 188). Nesse sentido, quando a “fábrica é tomada como um modelo extensível a todos os nós da sociedade, tornando a valorização um ciclo que inclui a troca, a distribuição e a produção”, o objetivo da ciência operária é destruir essa mistificação que o capitalismo visa ocultar: “a ciência operária deve se ocupar em revelar a verdade, no sentido de prestar contas da violência sofrida pelo próprio corpo dos operários devido ao mais-trabalho que sustenta a generalização da forma-fábrica” (MENGALI, 2019, p. 188–189). A “parcialidade” do ponto de vista do capital coletivo se apresenta como uma universalidade mistificada, enquanto a ciência operária constitui um ponto de vista parcial, mas parcial à sua própria imanência, e dizendo apenas a seu respeito, por isso, constituindo um perspectivismo radical, baseado apenas em suas lutas. Como afirma Guidali, quando os operaístas publicavam em seus jornais e revistas os relatos e entrevistas sobre as vidas e os cotidianos nas fábricas, não faziam isso com *nenhuma intenção* de neutralidade sociológica, mas para insuflar e captar um ponto de vista próprio dos operários, portanto, “os pesquisadores eram muito propensos a tanto autojustificar seu ativismo, quanto questionar seu papel na sociedade” (GUIDALI, 2021, p.3). Isso também não significava falar por eles:

“a ideia do compromisso político dos intelectuais, conforme entendida no período pós-guerra, ou seja, como responsabilidade pública em nome de valores universais (e, em sua versão de esquerda, em favor da classe operária), tinha sido ostensivamente superada” (GUIDALI, 2021, p. 8), ou, mesmo como afirma Mengali, sobre o teórico operáista: “o papel do intelectual não exige que ele se envolva no âmbito da sociedade civil para disseminar os princípios do materialismo histórico e hegemonizar a cultura filosófica italiana: ele é aquele que identifica as contradições principais do capital e as ataca” (MENGALI, 2019, p. 192). Sendo assim, o antagonismo coloca a necessidade de um ponto de vista parcial, reduzido (por mais que, como veremos, amplo quantitativamente e com a socialização, também qualitativamente, ao incluir a multiplicidade interna da composição do proletariado, mas, ainda, parcial). Se, como afirma Cerutti (2021, p. 16), em Tronti, “o laboratório do experimento” de perspectivismo operáista “era a fábrica”, era, também porque “seus habitantes, os operários,” falavam por um ponto de vista parcial: “eles invertem a perspectiva: a justiça se torna um valor universalista que é bom para todos, mas não para eles. Eles falam em poder operário, não em justiça proletária” (CERUTTI, 2021, p. 16). Em *O Plano Do Capital*, Tronti afirma que manter a parcialidade é uma questão de *irreducibilidade* ao ponto de vista operário — sim, devemos ser parciais, particulares, — para dar consistência à singularidade do ponto de vista de classe, o transformando em um perspectivismo radical, que mantém irreduzível o ponto de vista das lutas de classe (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 85 – 86 e p. 88). Em *Marx, Força-Trabalho, Classe Operária*, Tronti quebra qualquer compromisso da classe com a ideia *abstrata, vazia*, do povo: se a classe “vem” do povo ou não, isso não importa, como classe, como luta, ela não é o povo (cf, TRONTI, [1966] 1976, p. 275), a classe é parcial, ela fala apenas de uma perspectiva parcial (cf, TRONTI, [1966] 1976, p. 276). Há uma classe, e mesmo um “povo” do capital que não se confunde com a classe operária, ou seja, na composição política que se constitui nas lutas contra o capital não há “povo”, só há classe, só há formação de classe operária, nas lutas: nesse sentido, se o “povo” — essa abstração — é reacionária às lutas de classe, pouco importa. Parafraseando Cerutti (cf, 2021, p. 20), se Weber criou o ponto de vista e a parcialidade em sociologia, o operáismo — pela copesquisa — o carregou de um sentido político<sup>24</sup>. Para Tronti, inclusive, manter-se na *imanência* do ponto de vista operário é essencial para uma recomposição

---

<sup>24</sup> Tronti faz ainda um comentário muito interessante e pouco explorado, que é a relação entre os paradigmas científicos, na subsunção da ciência do capital, com o ponto de vista operário, afirmando que, mesmo uma “revolução científica” na era da subsunção real capitalista, “só é possível, hoje, pelo ponto de vista operário” (cf, TRONTI, [1966] 1976, p.10).

política da classe, e isso fica explícito na sobreposição de pontos de vista que ele apresenta na passagem abaixo:

[...] para a classe operária, é essencial percorrer [...] o [...] desenvolvimento capitalista, olhando o Estado do ponto de vista da sociedade, a sociedade do ponto de vista da fábrica, e a fábrica do ponto de vista operário, com o fim de recompor continuamente a figura material do operário coletivo contra o capital que tenta desmontá-lo (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 55).

Nesse sentido, afirma Tronti, é “força contra força” (TRONTI, [[1962]] [1966], p. 56). Se, como afirma Moulier-Boutang, “não existe classe operária sem capital, nem capital sem classe operária. É uma única e mesma situação com *dois* pontos de vista possíveis. Uma única situação material em cada momento do seu desenvolvimento, mas incluindo o antagonismo nos dois pontos de vista” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 387). No entanto, também não há, aí, qualquer simetria, entre um perspectivismo operário e um ponto de vista que mistifica seu sujeito: a irredutibilidade do ponto de vista operário é assimétrica, a iniciativa, a força, está ao lado da classe operária: “o antagonismo não supõe a igualdade dos protagonistas” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 388). A assimetria é o que configura o caráter não maniqueísta do argumento de Tronti: se, como afirma Toscano, “o capital está preocupado com o *uso dialético do antagonismo*, cujo horizonte último, embora utópico, é o desaparecimento da classe operária e a autovalorização desimpedida do capital” (TOSCANO, 2009, p. 116, *grifo nosso*), ao mesmo tempo, “a classe operária e sua vanguarda política visam a um *uso antagonista do antagonismo*, que recusa precisamente a capitalização do antagonismo” (TOSCANO, 2009, p. 116, *grifo nosso*). Em suma, apenas um dos pontos de vista, em seu perspectivismo absoluto, pode *eliminar*, transformando, digerindo ou destruindo, a necessidade do outro. Em um comentário geral sobre o operaísmo, Moulier-Boutang alerta que o suposto reducionismo metodológico — tal qual uma navalha de Ockham afiadíssima — operaísta, não é menos reducionista que as pesquisas “sistêmicas” e generalistas sobre o capitalismo, e não é por sua redução que o operaísmo deve ser avaliado, mas por aquilo que ele revela *em seu corte*:

Como qualquer princípio explicitamente monista, a teoria operaísta adota uma ação drástica tão afiada quanto a navalha de Ockham. No entanto, é fútil apontar para seu caráter reducionista independentemente de seus resultados e do que ela nos permite compreender. Se o sistema de hipóteses dedutivas desenvolvido pela teoria operaísta facilita a explicação de fenômenos e situações, ele deve ser preferido em relação à hipótese ortodoxa que torna os movimentos de classe dependentes (com maior ou menor autonomia relativa) da acumulação de capital, entendida por sua vez como uma lei objetiva. Além disso, essa hipótese não nos diz muito sobre as discontinuidades e as mudanças trazidas pelo “regime de acumulação” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 28).

Ainda sobre a navalha de Ockham operaísta, Andrea Cerutti argumenta que, na defesa de estruturas sistêmicas e na afirmação de que apenas o ponto de vista “macro” pode evitar a simplificação dos eventos, os teóricos do macro esquecem que foi exatamente o que *o capital fez*, tornando tudo em mercadoria, sendo assim, temos, contrariamente, o direito de afirmar tudo que *não é capital*. Se “os capitalistas [...] efetivamente reduziram tudo a mercadorias e lucro. Era necessário [...] um gesto igual e contrário, concentrando-se nas grandes fábricas do século XX [...] reduzindo-o a um confronto entre dois lados. Operários de um lado, capital do outro” (CERUTTI, 2021, p. 13). No entanto, temos visto a partir da defesa de um perspectivismo que pode eliminar o ponto de vista inimigo, pode devorá-lo antropofagicamente, que esse gesto é sim contrário, *mas nunca igual ou equivalente ao gesto capitalista*. A redução operaísta aplicada pelo ponto de vista operário é uma ferramenta metodológica afiada para desincrustar a pérola antagonista mistificada, no cerne da ostra do “sistema” capitalista — ora, é mais fácil — e muitas vezes foi essa a saída dos teóricos economistas burgueses, mistificar o elemento antagonista da classe e a força política das lutas ao apresentar o capital como um sistema econômico autorreferente, com suas leis objetivas de desenvolvimento, permeado por contradições derivadas que podem levar o sistema a crises terminais que devem ser contidas, e não é diferente da situação hipotética e fantasiosa de um capitalista inocente, que apresentaria os gráficos do balanço da empresa, os fundos monetários e as taxas de lucro no vermelho, ocultando aí para sua comissão de crise, o elemento da greve, o próprio Marx, é verdade, aquele que melhor “sistematizou” o funcionamento do capital, correu o risco de ser lido *apenas dessa forma mistificada*, e não raro, seu pensamento foi usado “objetivamente” para melhor gerir e tentar entender as crises do sistema, *para contê-las* e não, em defesa do ponto de vista de classe, para provocá-las. Dito isto, a classe capitalista pode mistificar o capital como uma “coisa”, um nome para o desenvolvimento da história, mas o fato é que o capital é uma relação, e sua estratégia para ocultar sua parcialidade é a pretensão de uma universalidade como ponto de vista que exige, politicamente, um ponto de vista contrário e um perspectivismo radical<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Moulier-Boutang afirma que o operaísmo, nessa inversão de perspectiva, dá continuidade, por mais que com muitas diferenças, ao projeto “interrompido” de Lukács, em *História e Consciência de Classe*, e, se liga também à crítica de E.P. Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, às tentativas de domesticação do proletariado: “A inversão de perspectiva praticada pelo operaísmo e pela forma autônoma do marxismo contém uma reafirmação do caráter diretamente político do que a ortodoxia marxista havia rejeitado desde *O Capital*, nos aspectos econômicos e nas leis 'objetivas' da acumulação, como, por exemplo, a famosa queda tendencial da taxa de lucro ou pauperização. E é verdade que o aparente retorno ao paradigma dominante contém uma reavaliação do papel da subjetividade do trabalhador em sentido amplo e não apenas no movimento institucional da classe trabalhadora. A reconstrução das transformações que ocorreram na composição de classe inicia a história descrita em *História e Consciência de Classe* de Lukács, uma história que foi rapidamente encerrada. O mecanismo conceitual proposto é menos ideológico e mais técnico do que a teleologia extremamente hegeliana e

Na continuidade de *A Fábrica e a Sociedade*, Tronti avança em seu raciocínio: se, ao mesmo tempo, são as lutas operárias que determinam o capital, é porque a classe operária está immanentemente *dentro* do capital, e não basta, assim, como no ludismo, apenas um ódio fácil ao capital fixo, mas é preciso um ódio a sua própria condição como capital variável, se reconhecendo como parte integrante do capital, para se destruir como figura do capital variável:

[...] a classe operária deve descobrir-se materialmente como parte do capital se quiser contrapor em seguida todo o capital a si própria. Deve reconhecer-se como um aspecto particular do capital se quiser se apresentar em seguida como seu antagonista geral. O operário coletivo não se contrapõe apenas à máquina, como capital constante, mas à própria força-trabalho, como capital variável (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 56).

Daí, Tronti deduz a hipótese, muito retomada por todo desenvolvimento posterior operaísta, de que a socialização do capital amplifica a possibilidade de antagonismo para todo o sistema, e a hipótese complementar de que, quanto mais o capital necessita integrar toda classe operária, mais ele aumenta a chance de ruptura no seu próprio sistema: “a tentativa de integração da classe operária dentro do sistema é o que pode provocar a resposta decisiva da ruptura ao sistema, levando a luta de classe ao seu nível máximo” (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 56). No entanto, a organização política é o que dará a medida, a favor *da* classe operária *ou* do capital, entre à estabilização do sistema (pela decomposição de classe do operário coletivo), ou a revolução operária (pela recusa à integração) (cf, TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 57). Se, como afirma Corradi, em Tronti “*a dupla natureza do trabalho descoberta por Marx não significa trabalho contido na mercadoria, mas sim a classe operária dentro e contra o capital*” (CORRADI, 2011, n.p. *grifo da autora*), concluímos daí que a classe produtora do desenvolvimento do capital como poder econômico pode se recusar a essa produção, se separando de si mesma como função do capital, como categoria política: daí a implicação de que a teoria do valor é uma “tese política” (CORRADI, 2011, n.p). Fica exposto assim que as teses de Tronti necessitam de *um complemento* que só pode vir das lutas e da organização das mesmas, o que configura em um pensamento que é cíclico, mas que se abre, a cada rodada, a cada ciclo de luta e a possibilidade da ruptura e a abertura do sistema

---

historicista da passagem de classe-em-si para classe-para-si. Sua dimensão 'subjéitiva' contrasta bem com o ponto de vista de E.P. Thompson em *A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*. Thompson, ao reunir fatos subjéitivos, mostra acima de tudo a 'domesticação' progressiva do 'proletariado', assim como as análises daqueles que, seguindo Foucault, escrevem sobre a 'disciplinarização da classe assalariada', ou seja, sobre a 'decomposição da classe'. Por outro lado, as análises do operaísmo dos anos sessenta extraem de uma acumulação de fatos quase puramente objetivos a imagem de uma classe trabalhadora que é explorada, mas 'não submissa', e que, em qualquer caso, representa uma ameaça” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 23 – 24).

como *revolução*. O que nos interessa, mais especificamente, é que seu conceito de revolução é totalmente imanente: ele só pode se dar imanentemente ao desenvolvimento capitalista, *nem antes, nem depois*, e por dentro (daí a necessidade da antecipação das tendências). Imanência também significa hoje, nas condições atuais, que o futuro e o passado são sobredeterminados pela ação e pela luta, *no presente*. A seta do tempo de Tronti só se apresenta na *indeterminabilidade* do próprio presente. Contra o comunismo como messianismo marxista da crise terminal que “há de chegar e nos salvar”, contra a objetividade fria da crise inevitável do sistema, e mesmo contra o socialismo como administração e transição gradual ao comunismo, que nada mais é do que a imagem do comunismo como transcendência à luta pela administração da lei do valor, Tronti afirma que:

A revolução operária não deve se realizar depois, quando o capitalismo tiver já desmoronado na catástrofe de uma crise geral, nem pode vir antes, quando o capitalismo nem sequer começou o seu ciclo específico de desenvolvimento. Pode e deve se realizar contemporaneamente a esse desenvolvimento; deve se apresentar como componente interno do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como sua contradição interna (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 58).

*Como contradição*. Mas, basta uma contradição para fazer explodir um antagonismo que dissolva as engrenagens do sistema e que liberte a classe operária? Ou, ao contrário, a contradição é a forma mediada, pelo desenvolvimento do capital, do antagonismo? Essa questão é ambígua em Tronti, e, é a partir desse ponto, que a reflexão negriana operaísta começara, como veremos, mais adiante

Retomando um elemento conceitual já presente em Panzieri, mas o desenvolvendo na enésima potência, Tronti descobre o *segredo* do capitalismo, não no sentido de sua explicação, mas no sentido de sua dissolução (cf, TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 258), portanto, aquilo que as *leis objetivas do desenvolvimento capitalista* buscam *mistificar* à qualquer preço, é a própria força de destruição da classe operária: “a classe operária *dentro* do capitalismo é a única contradição *insolúvel* do capitalismo” (TRONTI, [[1962]] [1966] 1976, p. 59, *grifo do autor*). Para desdobrar todo o conteúdo político da tese, é necessário cortar não apenas a coleira que prende o pensamento marxiano ao stalinismo, ao marxismo objetivista, historicista, enfim, ortodoxo e dogmático, mas é necessário, definitivamente, em um ato de intervenção e confronto político (e aqui, talvez esteja um limite de Panzieri) cortar a cabeça do dragão *diamat*, que Tronti considerava uma “fábula para crianças”: se a verdadeira contradição (limite) é interna, e só se expressa na forma do antagonismo — contradição e antagonismo aqui, aparecem ainda como equivalentes, o que criticaremos mais adiante — há

de se derrubar a tese objetivista e externalista da concepção de crise do materialismo dialético, pois:

só o desenvolvimento revolucionário da classe operária pode tornar eficiente e evidente [...] a contradição de fundo entre o nível de forças produtivas e as relações sociais de produção: sem aquele desenvolvimento, a contradição não é mais do que um dado efetivamente potencial, uma pura e simples possibilidade, como a possibilidade da crise na fórmula M-D-M. O nível das forças produtivas não é medido pelo grau de progresso tecnológico, mas pelo grau de consciência revolucionária da classe operária. [...] a contradição entre o nível das forças produtivas e as relações sociais de produção não é mais do que a expressão *exterior* de uma outra contradição que vive totalmente no *interior* da relação social de produção: [...] entre o capitalismo individual que tenta *decompor* aquela socialização e o operário coletivo que a *recompõe* [...] entre a tentativa patronal de integração *econômica* e a resposta *política* do antagonismo operário (TRONTI, [[1962]] [1966], p. 58, *grifo do autor*).

O giro copernicano que começa a ganhar consistência aqui é uma crítica direta e demolidora do materialismo dialético, seu economicismo, objetivismo e etapismo socialista, nada mais, nada menos, na afirmação de Moulier-Boutang, da “acumulação do capital disfarçada” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 19) e, como coloca Altamira (cf, 2008 [2006], p. 148), se, para o marxismo, Tronti é Copérnico, o *diamat* é Ptolomeu. A fundamentação do materialismo dialético na tese que afirma que “as relações sociais de produção — quer dizer, as relações de classe — são dependentes das relações de produção; as quais [...] desempenham papel determinante no desenvolvimento das forças produtivas” são um *encadeamento de mistificações do antagonismo* fundamental da classe operária que resultam no objetivismo e do determinismo e no economicismo: “essa abordagem trazia também implícito que no jogo das tensões entre as relações econômicas e as relações sociais eram (e são) os aspectos econômicos os determinantes em última instância”, ou seja, as relações de classe e o antagonismo, nessa perspectiva, *são sempre subordinadas*. Não é por menos que Tronti afirma que, aquilo que o capitalismo determina na economia, a classe deve contrapor via política. Segue-se do materialismo dialético um determinismo tolo, na forma de que “a produção socialista deverá seguir o da produção capitalista” (cf, ALTAMIRA, 2008 [2006], p. 148), *seguir, não romper* e, nesse sentido, “era inevitável que os progressos na análise do ‘socialismo’ do capital andassem de mão dada com a descoberta do carácter cada vez mais ideológico e nocivo do ‘socialismo’ do movimento operário” (MOULIER-BOUTANG, [1973] 1976, p. 389). A defesa da gradual transição ao comunismo, na perspectiva socialista, na forma do “seguindo, para poder romper no futuro”, cai por água baixo teoricamente, porque, primeiramente, os socialistas temem as crises que, se, de fato, como veremos a partir de Negri, é um dispositivo que pode servir de reestruturação capitalista, é, na mesma medida,

sempre um limiar possível para a revolução operária — pois, como veremos, se deve medir o antagonismo por uma *lógica da separação* e não por uma *lógica dialética da contradição*. Além disso, como temos visto, o desenvolvimento do mais-valor relativo é algo que precisa de tempo para encontrar seu remetente: ele sustenta a transformação da composição orgânica do capital e a integração da classe, unicamente, como fator e função da *forma-desenvolvimento*, em um processo que exige várias transições internas, lentas, exigindo produzir nas lutas *um fator de desaceleração*. Para o capital e para os socialistas, é sempre uma questão de equilíbrio, por mais que, nesse sentido, o capital seja muito mais consciente de que esse equilíbrio é cada vez mais uma *mistificação* e de que ele terá que se ver com a crise e o desequilíbrio dentro do seu mecanismo de desenvolvimento se quiser sobreviver. De fato, o verdadeiro problema da transição para os revolucionários é que o capitalismo possui uma epistemologia e ciência interna para lidar bem com suas transições, ele prepara todo o arcabouço de sua institucionalidade constituída, para fazer a transição *sem* desfazer seu domínio. Ainda contra o *diamat*, o operaísmo nos deixa uma lição preciosa: desfazer toda mistificação é também *saber ler, por trás de toda a fórmula ou lei econômica, o índice subjetivo da luta de classe*. Nesse sentido, como uma das bases epistêmicas do perspectivismo operaísta, não há lei econômica objetiva que não seja traduzida em termos subjetivos, de luta. Como aponta Moulrier-Boutang, o verdadeiro limite ou contradição do capital “não é uma lei econômica objetiva. A famosa lei da baixa tendencial da taxa de lucro é apenas um efeito da verdadeira catástrofe que atinge o capital: a classe operária como articulação viva de si própria” (MOULIER-BOUTANG, [1973] 1976, p. 387). Além disso, o fator objetivo, para o capital, só existe como mistificação de um *efeito causal* do subjetivo, ou seja, o que a classe operária traduz em termos de luta, o capital mistifica em termos objetivos, econômicos, de equilíbrio, etc., é essa *sua lei*. Isso fica exposto quando Tronti analisa o conteúdo político e subversivo da *estratégia da recusa*: na forma dos boicotes, greves, sabotagens, pressão por aumento dos salários, a recusa atinge “aquilo que o capital não pode dar naquele momento” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 278). Sendo assim, “a exigência como recusa impõe [...] uma cadeia de crises na produção capitalista” (TRONTI [[1965]] [1966] 1976, p. 278). *Produzir a crise*, produzir politicamente a crise econômica, isto é *crítica da economia política* no perspectivismo operaísta. O conceito de crise operaísta de Tronti, um novo conceito de crise para o marxismo, é mobilizado pela *força subjetiva* da recusa operária (que é uma afirmação de sua potência de autonomia como *não-capital*):

Já não se trata já de crise econômica, de crise catastrófica [...] por impossibilidade objetiva de funcionamento do sistema, mas de crise política imposta pelos

movimentos subjetivos dos operários organizados, através de uma cadeia de conjunturas críticas provocadas, com a estratégia única do não operário à resolução das contradições do capitalismo, com a tática da organização no seio das estruturas produtivas do capital (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 281).

Se é verdade que o capital não morre das suas contradições suplementares, e na mesma medida, é verdade que o único limite do capital é, de fato, como articula Tronti, o próprio capital, mas *como classe operária, como luta imanente e interna ao seu registro*, é por essa razão, que nos parece que o pensamento de Tronti acaba articulando sua própria aporia: se é verdade que a única contradição irresolúvel do capital é a luta de classe e, ao mesmo tempo, a luta de classe é o motor do desenvolvimento do capital, é necessário separar o antagonismo da forma da contradição, para que se quebre a relação dialética entre as lutas e o desenvolvimento do capital — para evitar gerar, como apontará Negri, um círculo vicioso em que as lutas apenas alimentam o capital, tornado assim, o antagonismo inútil —. O que não aparece em Tronti e será salientado por Negri, é uma crítica a própria capacidade dialética do capital de *mediar*; bloquear, capturar o antagonismo, o tornando uma contradição funcional ao sistema. É por meio dessa crítica que Negri descobrirá que a lógica das lutas e da classe exigem não uma dialética da contradição, mas uma *lógica da separação, ruptura ou cisão*. Para podermos afirmar, enfim, que sim, são as lutas o único motor do capitalismo, na medida em que esse desenvolvimento é sabotado e a classe afirma sua ruptura e destruição do capital como um comunismo imediato, portanto, imanente.

### 2.2.2. Perspectivismo e aceleracionismo das lutas: niilismo ativo e as potências da alienação

Em *O Plano do Capital* (1963), Tronti desenvolve com mais fôlego a problemática da socialização do capital em sua relação com a formação da problemática dupla da classe (classe capitalista e classe operária), buscando demonstrar que, se de fato, a socialização da produção “não produz o socialismo”, na mesma medida, ela traz “um crescente poder operário dentro do sistema capitalista” (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 62), ampliando e tornando mais maduras as condições do antagonismo *entre* as duas classes, algo que o plano do capital buscará integrar unicamente como seu fator de desenvolvimento no mecanismo de acumulação. Tronti favorece uma leitura do livro II de *O Capital*, tendo em vista que é neste livro que “o movimento do capital individual aparece como parte do movimento do capital social em geral” (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 61), ou seja, *para além* da reprodução

das mercadorias, o ciclo de reprodução do capital compreende, também, a “reprodução (ou seja, a conservação), não só da classe capitalista, mas também da classe operária, além, é claro, da reprodução do caráter capitalista de todo o processo de produção” (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 61). É nítido que, para uma leitura *marxiana* e *operaísta*, o fundamental do momento de acumulação não é aquele que corresponde ao capital individual, mas sim o movimento do *capital social* que o sobredetermina (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 61), sendo assim, “o processo de socialização do capital” é a base do “processo de desenvolvimento do capitalismo” (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 62), ou seja, o modo de produção capitalista, sua máquina social, só efetivamente desenvolve sua potência quando se alarga socialmente — aí mais uma vez, a importância da distinção marxiana da subsunção formal e da subsunção real, e, o começo, por mais que de modo formal, da investigação do operaísmo do campo da reprodução social, mas já apresentada por Tronti, como um campo de conflito possível entre a reprodução das duas classes. Enquanto para o socialista ingênuo, a socialização do capital implica, em um ponto de vista estatista, nas melhores oportunidades de controle da produção — algo que, como vimos, era um limite em Panzieri —, e é nesse sentido que o socialismo quer tornar *ainda mais funcional* a lei do valor, contrariamente, o operaísmo é a “ciência totalmente política da destruição do trabalho que torna obrigatório o trabalho excedente” (MOULIER-BOUTANG, [1973] 1976, p. 388). Tronti alerta que a socialização e o controle da produção são parte integrantes e funcionais do plano do capital, desarmando aí um segundo dogma, que é o do papel do Estado nessa operação. A passagem do Estado, máquina burguesa por excelência, à máquina despótica efetivamente capitalista, se dá, como já vimos, na transformação da composição orgânica do capital, em um processo cíclico que compreende “revoluções de valor” que sacrificam o capitalista individual (caso ele não se adapte) em prol do “capitalista coletivo” (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 63). Ora, se o capitalismo é um processo contínuo, é visível, para Tronti, que a continuidade do capital não está no capitalista individual: a continuidade, ao contrário, está na manutenção do capital social global (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 63), portanto, se necessário, o capitalista individual é sacrificado em razão do capitalista coletivo que, no capitalismo moderno, está personificado, principalmente, no Estado como seu principal agente e figura. Na composição orgânica do capital analisada por Tronti (o fordismo, com a figura do Estado-Plano, como veremos), essa continuidade e passagem ocorrem por “saltos bruscos”, que pouco tem de “pacíficos”: “cheio de contradições para a classe dos capitalistas e de oportunidades miraculosas para o movimento operário” (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 67). Na dúvida, entre uma derrota ou uma derrota com luta, é preferível a segunda, pois a luta

sempre deixa a classe mais forte (cf, TRONTI, [1964] [1966] 1976, p. 107). Ao deslocar o plano buscando englobante do antagonismo, o capital corre riscos: por mais que as crises do sistema capitalista não declaram, de antemão à luta, sua morte, na mesma medida, não existe fase de desenvolvimento do capital que seja, em si mesma, segura para o capital:

[..] a história das determinações sucessivas do capital [...] pode oferecer em mais pontos, a níveis diversos, a possibilidade de romper o processo cíclico de produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Não dizemos que estas possibilidades estejam diretamente ligadas aos momentos de crise catastrófica do sistema; elas podem estar ligadas a uma fase crescente de *desenvolvimento* TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 67).

Em nossa interpretação, vai se armando assim uma complementação no argumento trontiano: de um *perspectivismo das lutas*, baseado no ponto de vista da classe, para um *aceleracionismo das lutas* em direção à ruptura da relação capitalista. Intervenção e organização política, em Tronti (no Tronti anterior à Autonomia do Político, é bom frisar), devem ser pensados por esse prisma. Isso fica claro quando tratamos do problema da crise: a crise é uma das melhores medidas quantitativas *da qualidade* do antagonismo emergente que, pode ser *acelerada, intensificada*, em condições que não são pré-determinadas pelo próprio mecanismo de desenvolvimento do capital, mas, como são, por dentro e contra à própria linha de continuidade da forma-desenvolvimento, são sempre *rupturais* — ou seja, não são previsíveis, codificáveis ou possíveis de serem antecipadas pelos cálculos de estabilidade da axiomática científica do sistema capitalista, isto é, pela inteligência do capitalista coletivo. Há, efetivamente, uma ciência da crise no operaísmo, mas essa ciência não visa descobrir as leis econômicas do desenvolvimento do capitalismo, o que é, ainda, operar no ponto de vista do capital: a ciência da crise, para o operaísmo, para o ponto de vista operário, implica em descobrir as leis políticas capazes de *destruir o sistema* (cf, TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 245), como Negri afirmará, anos depois, é a ciência operária da crise e da subversão. Essa tendência, que não é pré-determinada, pode ser *antecipada*, para, ser, por fim, *organizada* e, em grande medida, para Tronti, isso configura a ciência operária que é inseparável, aí, da prática de organização política. A ciência operária é *a prática do perspectivismo epistêmico e do aceleracionismo político*. Ela diz respeito à composição de classe, técnica e política da classe trabalhadora, é uma ciência antagonista, *ciência da crise e da subversão*. Nesse sentido, o caráter ruptural confirma para Tronti que, o comunismo, como prática do presente, é a própria destruição do *presente estado de coisas* — ecoando aqui, a definição mais imanentista de Marx e Engels de comunismo imanente presente em *A ideologia alemã* (MARX & ENGELS, [1845 – 1846] 2017). Como ruptura da continuidade e do equilíbrio —

e, nesse sentido, como pensamento, o comunismo *não possui imagem de futuro* — pois a antecipação do futuro não pode ser dada antes da destruição do presente — e a classe se apresenta apenas como poder e “força revolucionário *anti-social*” (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 85, *grifo nosso*). Aqui aparece o tema do comunismo como recusa, e Tronti está atente ao ciclo de lutas iniciado no final dos anos 50, em que a prática do operário massificado afirma a recusa do trabalho como comportamento imanente e imediatamente comunista, isto é, como recusa da classe de sua posição como capital variável — recusando o trabalho — o que implica que o comunismo tem pouca relação com uma *conservação* de uma relação de forças, mas sim com a potencialização da sua própria força, e pela destruição do adversário: “por *dentro* da sociedade e *contra* ela, [...] que apreende teoricamente a totalidade como luta para a destruir nas práticas das coisas” (TRONTI, [1966] 1976, p. 11). Se a classe operária é “inimiga até de si própria, como capital” (TRONTI, [1966], 1976, p. 10), o comunismo se configura como pensamento *sem imagem*, como *anti-imagem do presente*: se o capital busca espelhar seu desenvolvimento nos movimentos da classe operária, na captura integrada, espelhada, de sua imagem, a classe operária, por sua vez, busca “*descobrir as necessidades do desenvolvimento do capital e transformá-las em possibilidades subversivas*” (TRONTI, [1966] 1976, p.23, *grifo do autor*), ou seja, a classe operária se olha no espelho visa destruir esse espelhamento, como imagem de mundo:

[...] a quem perguntar como será e o que depois virá, é necessário responder que ainda não sabemos. Não se deve partir desse problema. Deve-se sim, alcançá-lo. Não o alcançamos ainda. Eis um dos motivos por que, em todo este discurso, parece não existir futuro. De fato, de tudo o que existe hoje, nada é para nós, futuro. Adiantar o modelo de uma sociedade do futuro antes mesmo de fazer a análise da atual é um vício ideológico burguês [...]. Nenhum operário que luta contra o patrão pergunta: e depois? A luta contra o patrão é tudo. A organização desta luta é tudo. E tudo isto já é um mundo (TRONTI, [1966] 1976, p. 16).

O operáismo, como filosofia, é uma filosofia materialista e imanentista da ruptura, mas a produção da ação *como ruptura*, é sempre determinada pelo nível das lutas que cada composição de classe consegue produzir: dito de outra forma, são as lutas que vão definir, as lutas como singularidade, ruptura, produção de cisão no *continuum* e no *equilibrium* gerido pelo capital e suas instituições. Materialismo e imanentismo estão, aqui, associados a um *perspectivismo epistêmico* e *aceleracionismo político* brutal: “o ponto de vista operário não prefigura o futuro, nem narra o passado: contribui unicamente para destruir o presente. A ciência operária reduz-se a um meio de organização para esta destruição: e é assim que deve ser” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 291 – 292). Com esse apelo à destruição, seria a filosofia de Tronti nihilista? Essa questão, aparentemente desconectada do marxismo italiano,

na realidade o atravessa subterraneamente. No ensaio *Zaratustra em Mirafiori*, Andrea Cerutti desenvolve essa problemática em Tronti, pelo prisma nietzschiano, afirmando que “o operáismo trontiano descende tanto de Marx quanto de Nietzsche” (CERUTTI, 2021, p. 12), e *Operários e Capital* pode ser lido como uma “variante vermelha do pensamento da crise”, ao lado de nomes como Nietzsche, assim como Carl Schmitt e Heidegger (a “linha azul”) (cf, CERUTTI, 2021, p. 14)<sup>26</sup>. Para Cerutti (cf, 2021, p. 12), Tronti abraça o diagnóstico nietzschiano da crise da modernidade, ao mesmo tempo que busca o resolver pela afirmação da luta operária, enxertando o “pensamento negativo” herdado pela “crise da modernidade” no corpo da classe operária:

Tronti não considera o niilismo como uma corrente literária da burguesia moribunda; ao contrário, como outros pensadores da crise, ele vê nele um destino com o qual é necessário lidar.[...] então — aqui está a aposta operáista de Tronti — poderia-se abrir uma nova perspectiva, assumindo o niilismo pelo seu lado ativo até inverter a situação: não mais vítimas humilhadas e oprimidas pela injustiça dos patrões e de seu Estado, mas sim uma classe que busca poder, livre, precisamente, dos preconceitos morais, e que luta em igualdade (CERUTTI, 2021, p. 15).

O que gostaríamos de ressaltar aqui é que esse “pensamento negativo” é menos uma incorporação contemporânea de um niilismo negativo e passivo — algo que, poderíamos afirmar de um Agamben, por exemplo, que não passa pelo crivo nietzschiano da transmutação dos valores, — do que um niilismo ativo, que só pode corresponder, assim, a uma *dupla afirmação*, um “poder afirmativo”, “ativo e organizado” capaz de ser “transformado em seu contrário” (cf, TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 283). Ora, vimos, a partir da tese da revolução copernicana, como as lutas de classe são colocadas em anterioridade e como força contrária ao poder do capital, nessa inversão de perspectiva, deste modo, podemos afirmar que a força ativa da classe, que se expressa na destruição da relação capitalista, é o oposto do poder meramente reativo, refratário, e passivo, do capitalismo. Niilismo ativo da classe, contra a reação capitalista. Nesse sentido, podemos ir além, e com mais consistência e fôlego, do que a interpretação de Andrea Cerutti. Na esteira das *leituras francesas* de Nietzsche, incluindo aí, Bataille e Deleuze, mas realçando aí o papel operário e classista de encarnação do niilismo ativo — e menos aí o elemento artístico e estético que reforçam os franceses — mas na mesma medida, afirmando a beleza e o prazer estético de uma boa luta. Tronti afirma que o ódio de classe é *afirmativo* em sua própria *destrutividade*, ao mesmo tempo que é um poder imanente e constituinte em sua destituição. Tronti, assim, descobre um poder operário nietzscheano de transmutação dos valores do mundo que só a raça pagã operária pode

---

<sup>26</sup> Segundo Negri, a partir da autonomia do político e abandonando a perspectiva da luta de classes, Tronti se aproxima cada vez mais da “linha azul” de Heidegger (cf, NEGRI, [2019] 2022, p.158 – 159).

produzir. Nesse aspecto, Cerutti tem razão quando afirma que Tronti visa reconstruir, com base nas lutas, a imagem do operário, apresentado pela cultura burguesa apenas em sua exploração. Tronti é “inovativo ao ponto de remover do centro do palco o proletariado humilhado e oprimido para substituí-lo pelo protagonismo de um poder afirmativo, encarnado na nova classe operária, pronta para se lançar sobre as cabeças dos senhores com a força de uma *Sturm und drang* operaísta” (CERUTTI, 2021, p. 12). De fato, é daí que se extrai o *anti-humanismo* ferrenho de Tronti. Para ele, o humanismo é uma simples mistificação burguesa com seu envergonhado “culto do homem” (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 87) — como nas práticas de caridade dos capitalistas — e sua defesa de uma “pessoalidade” usada estrategicamente para prolongar o ciclo da exploração, ao ponto que “chega um momento em que quem procura defender a ‘personalidade’ do operário é diretamente o capitalista” (TRONTI, [1963] p. 87), ou ainda, no momento constrangedor em que os patrões e os socialistas defendem a dignidade e o valor do trabalho: “o trabalho não tem qualquer uso para a dignidade do operário. [...] só o patrão continua a fazer elogios ao trabalho” (TRONTI, [1966], p. 293). Nesse sentido, como aponta Toscano, *Operários e Capital* é o registro de “uma onda de lutas abertamente ‘egoísta’, marcada pela recusa de qualquer idolatria socialista do trabalho como essência do humano, assim como pelo completo desprezo pelo ímpeto político por trás dos planos econômicos” (TOSCANO, 2019, p. 115). Ora, o egoísmo, aqui, é menos um *vício* moral do que uma *virtude* epistêmica ligada ao perspectivismo do ponto de vista operário, útil à tática e a estratégia do aceleracionismo das lutas. Nesse sentido, o egoísmo é complementar a cooperação e o companheirismo de classe.

Fundamental, no entanto, para esse nietzscheanismo singular de Tronti, está em *quem* opera a transvaloração, ou seja, no sujeito que maneja o martelo e que rompe a tábua sagrada do desenvolvimento. Se, como avalia Gigi Roggero, Tronti pensa com esse mesmo martelo, quem pode fazer política com o martelo (e efetivamente, não se faz política com o martelo sem quebrar algumas coisas) é unicamente a classe (mesmo que para o desprezo do velho aristocrata Nietzsche): “a classe operária industrial, naquela contingência histórica, na perspectiva trontiana, constituía a potência em ação capaz de encarnar, de dar corpo, ao espírito destrutivo da filosofia nietzschiana” (CERUTTI, 2021, p.17), afinal, *quem*, além de uma potência coletiva, pode dar resposta à “crise generalizada da modernidade”, quebrando à seta do desenvolvimento capitalista da história? Como aponta Corradi (cf, 2011, n.p), em Tronti “o pensamento móvel e assistemático dos trabalhadores, destruidor de todos os valores, enxerta o niilismo nietzschiano [...]” em “um dispositivo teórico que nos permite atribuir à ‘raça pagã rude’ uma subjetividade originalmente coletiva e uma vontade majestosamente

expansiva de poder”. Sendo assim, “o anti-humanismo, o irracionalismo e o anti-historicismo devem, portanto, tornar-se armas práticas de luta, instrumentos do movimento [...] que abole o atual estado de coisas” (CORRADI, 2011, n. p). Para Tronti, a centralidade da classe operária deriva “de estar posicionada no cerne do processo produtivo capitalista e, ao mesmo tempo, ser estranha, distante e hostil a ele; portanto, inimiga de si mesma como parte desse processo, negação da negação” (CERUTTI, 2021, p. 17). Se essa “negação da negação” soa bastante hegeliana, é algo talvez inevitável, mas, como comenta Negri em um texto recente, em Tronti “as lutas são o motor do desenvolvimento, e o *contrapoder* da classe operária é a alma *destituente* de todo poder capitalista e a potência *constituente* proletária de toda produção revolucionária” (NEGRI, 2022, p. 2, *grifo nosso*), sendo assim, afirmarmos que, mesmo em Tronti, estamos falando, no fim das contas, de um poder afirmativo, *constituente* em sua destruição *destituente*: contra a teoria da relação dialética entre capital e trabalho, a classe operária, segundo Tronti, deve se organizar como um *elemento irracional*, como a única anarquia que o capitalismo falha em organizar socialmente, por mais que Tronti, de fato, ainda fique preso em uma forma de mediação entre a contradição dialética que dirige o desenvolvimento capitalista e o antagonismo superior que o destrói, como veremos a partir de Negri. No entanto, se a recusa é negação, é na medida mesmo em que afirma o novo como cisão, como *processo ruptural*.

Voltando à problemática da recusa operária, ela define, ao mesmo tempo, o campo de ressonância com o pensamento de Panzieri e, ao mesmo tempo, sua ruptura, dado que o pensamento de Panzieri oscilava pendularmente entre uma nova racionalidade e uma recusa como não-integração ao desenvolvimento capitalista. Se, na esteira de Panzieri, “a recusa é uma forma de luta que cresce paralelamente à classe operária. A classe operária é [...] recusa política do capital e produção deste como potência econômica” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 278), no entanto, o enfoque de Tronti está no fator objetivo da *não-integração*, que, para ele, é imanentemente uma demonstração da autonomia do trabalho vivo como não-capital, como negação de sua função como parte do mecanismo de desenvolvimento do capital (cf, TRONTI, [[1965]] [1966], 2017, p. 278). Para Tronti, a problemática da organização — como vimos, a aceleração da luta de classes para a destruição da relação do capital — está umbilicalmente ligada ao fator de *recusa* de integração no sistema. No contexto trontiano, se opõe ao plano de racionalização extrema, o comunismo *sem imagem*, pois é a imagem da ruptura imediata — não a corrente quebrada, mas o quebrar da corrente — que deve combater e ser medido em seu nível de organização apenas pelo fator de irracionalidade e ódio organizado ao capital:

[...] a classe operária tem, pelo contrário, de se organizar conscientemente como elemento *irracional* no interior da racionalidade específica da produção capitalista. A racionalização crescente do capitalismo moderno tem de encontrar um limite intransponível na irracionalidade crescente dos operários organizados, isto é, na recusa operária de integração *política* no desenvolvimento *econômico* do sistema. Assim, a classe operária torna-se a única *anarquia* que o capitalismo não consegue *organizar* socialmente. A organização científica e a gestão política *desta* anarquia operária no seio da produção capitalista é o objetivo do movimento operário. No modelo da sociedade organizada pelo capital, o partido operário não pode deixar de ser *organização da anarquia*, já não dentro, mas fora, do capital, isto é, fora do seu desenvolvimento (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 86).

Se o operáismo de Tronti não defende um anarco-sindicalismo, nem, como observamos a partir da crítica à Panzieri, uma espécie de gestão operária distinta da produção — pelo menos, não em um sentido ordinário — ao mesmo tempo, a “ditadura do proletariado” de Tronti, mesmo que passe inevitavelmente pela ruptura organizada politicamente com a relação do capital, no conteúdo manifesto e político da recusa como integração, ele é tratado ambigualmente na forma da “insubordinação da integração que é, concretamente, o uso revolucionário do desenvolvimento capitalista” (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 88). O que pode significar um “uso revolucionário do desenvolvimento capitalista”? Não se recai aqui, no próprio socialismo que ferrenhamente se combate? É evidente que, aqui, Tronti esbarra em uma óbvia dificuldade, ao não assumir a estratégia da recusa, da ruptura, com uma ruptura *da dialética do desenvolvimento do capital*, por mais que defenda, em outros momentos, *a destruição dessa mesma relação*, como vimos. Esse ponto de oscilação, devemos analisar mais adiante, a partir da crítica de Negri ao pensamento de Tronti, radicalizando assim, o sentido da ciência operária como crise e subversão.

Mesmo assim, o diagrama do pensamento de Tronti não está completo enquanto ele não inclui aí uma análise de seu principal fator de desenvolvimento: o antagonismo do trabalho social geral, ou seja, a classe operária socializada. Para Tronti (cf, [[1963]] [1966] 1976, p. 64), nas condições modernas no capitalismo, é deflagrado o confronto direto entre o *capital coletivo contra o trabalho social geral*. Se “o plano do capital nasce primeiramente da necessidade de fazer funcionar a classe operária, como tal, dentro do capital social” é porque, contra “a figura do capitalista coletivo, funcionário do capital social em geral [...]”, se levanta “a força-de-trabalho social como classe [...] dos operários organizados,” que assim, “adquire existência materialmente objetiva”. Para Tronti, o processo de abstração do trabalho, que o plano do capital geriu para melhor mobilizar o trabalho, processo que torna o operário indiferente ao trabalho (cf, TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 83), é na realidade uma *arma operária*, na medida em que, desta forma, os operários *são explorados*, mas *nunca são*

*passivamente submetidos* ao trabalho. Ora, a acumulação primitiva tratou de destruir os vínculos hereditários da classe operária nascente, com os seus códigos sociais pré-modernos. Se Tronti alerta, como vimos, que a classe não tem perspectiva de futuro, apenas uma perspectiva de presente como abolição do estado das coisas, é também verdade que ela não tem um passado fora de sua constituição *como classe*. É por essa razão também que, para Tronti, a classe *não admite nenhuma forma de servidão*, nenhuma corveia: integração, confronto, queda de braços com o inimigo, explorados, sim, mas nunca submetidos, nunca padecidos de uma servidão, o povo pode servir, mas a classe não, pois a classe se define pela luta. A abstração, então, é uma força social monstruosa a ser disputada antagonicamente, ou melhor dizendo, ela é sempre um processo ambivalente, e por isso mesmo, é ponto de força de disputa:

A força-de-trabalho não só pode como deve ser lançada o mais rapidamente possível de uma esfera da produção para outra, de um local de produção para o outro. Não há desenvolvimento capitalista sem um alto grau de mobilidade social da força-de-trabalho operária. Não existe planificação do desenvolvimento sem programação da mobilidade, o que requer, igualmente, que o operário seja indiferente à própria natureza (Inhalt) do seu trabalho, que o trabalho seja reduzido o mais possível em todos os ramos da produção a trabalho simples, que todos os preconceitos profissionais sejam repudiados pelos operários. [...] A indiferença do operário à natureza do seu trabalho, o trabalho do operário cada vez mais reduzido a trabalho simples, os *preconceitos profissionais* repudiados pelos profissionais, não são em si formas de subordinação operária, mas sim formas de exploração capitalista. É esta a diferença entre *Exploitation* e *Unterwerfung*. Toda a gente sabe, porque é óbvio, que no modo de produção capitalista os operários são, com certeza, *sempre explorados*, mas nunca *submetidos* (TRONTI, [[1963]] [1966], 1976, p.83)

A passagem da *Unterwerfung* para a *Exploitation* é sinônimo da constituição antagonista da classe operária, processo umbilicalmente ligada ao *desenvolvimento da abstração*: como afirma Negri, o problema da abstração está vinculado a história do capitalismo e “toda a história do capital pode ser concebida como a história de aproximações sucessivas de um modelo geral de abstração — como um longo caminho para derrotar todos os possíveis modelos alternativos de desenvolvimento e, dessa forma, totalizar a abstração” (NEGRI, [1964] p. 103), por outro lado, essa mesma abstração produz resultados desagradáveis ao capital, pois, mesmo que *indiretamente* — sinal de que muitas coisas saem do controle da forma-desenvolvimento capitalista — permite que o trabalhador não seja um escravo ou servo e que possa se constituir, antagonicamente, como *uma classe*. Para Tronti, o processo de abstração é necessário para a socialização da classe *como luta*: ou seja, a passagem vislumbrada por Tronti, é a de que o trabalho, como função social, só pode se tornar pura potência de *não-trabalho* como política *ao* se tornar abstração, indiferença, “atividade em geral”, pois é apenas *assim* — movimento determinado historicamente — que o trabalho se

torna desvinculado de qualquer *essencialização*, de qualquer vínculo ontológico ou extraeconômico: para o comunista, a abstração, é de fato uma potência de plasticidade, de desumanização e desenraizamento que é abertura da possibilidade de produção de novos mundos (cf, TRONTI, [1965] [1966] 1976, p. 237 – 238). O problema da abstração, para o operaísmo, está ligado assim, efetivamente, ao problema *da subjetividade*. Daí a importância *política e metodológica* do *Grundrisse* para Tronti e para todo o operaísmo, texto de Marx que mais desenvolve o antagonismo entre a trabalho vivo e o trabalho morto do capital, colocando o último como uma simples reação à potência do primeiro. Como afirma Moulier-Boutang, o Marx dos *Grundrisse*, “se sente muito mais à vontade nos oceanos do século XX do que nas águas restritas da Europa do século XIX” dado sua antecipação, nos manuscritos, do “desenvolvimento socializado do capitalismo, explorando esse aspecto e revelando suas tendências [...] ao longo do período de desenvolvimento de técnicas como a categoria de ‘trabalho abstrato’” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 2). É por isso que “Tronti concebe uma importância precisa à ordem no qual os conceitos se apresentam nos *Grundrisse*, onde se afirma claramente que o capital industrial supõe o antagonismo de classe como seu motor essencial. É a relação de classe que *produz* a relação capitalista” (MOULIER-BOUTANG, [1974], 1976, p. 381). Para o operaísmo, o *trabalho vivo* é um nome adequado à *subjetividade*, como *não-capital*, e é nos *Grundrisse* que Marx faz apontamentos nessa direção, apresentando uma série de oposições entre o trabalho não objetivado e o trabalho objetivado, trabalho vivo contraposto ao trabalho morto, trabalho como não-capital e “não-valor”, todos eles *como subjetividade* (cf, TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 236-237)<sup>27</sup>. Sendo assim, aquilo que produz “a miséria absoluta como objeto” é, ao mesmo tempo, a “possibilidade geral de riqueza como sujeito” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 237). Ao mesmo tempo que a socialização do trabalho é a subsunção real da vida ao capital, a socialização do trabalho, com toda sua carga desenraizadora, permite que o trabalhador perca totalmente o seu *vínculo orgânico* com o trabalho, na forma da subjetividade subversiva, sendo assim, o trabalho se torna uma atividade cada vez mais abstrata, descodificada, maquínica, e é essa transformação que permite a recusa do trabalho como afirmação comunista, como afirmação de uma subjetividade comunista. É esta a ciência da greve, para Tronti: o trabalho vivo que nega a se objetivar (cf, TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 244). Portanto, para os operaiistas, o ciclo de lutas emergente na Itália nos 50 – 60, conceitualizados na figura do *operário-massa* — um trabalhador bastante desterritorializado e

---

<sup>27</sup> No último tópico da tese, analisaremos os sentidos da leitura negriana dos *Grundrisse*.

indiferente em relação ao movimento operário oficial, ao trabalho, à fábrica e aos planos da “nação” — como vimos, é uma indicação das potências subversivas da abstração, é, assim, a produção de um sujeito antagonista, de um sujeito subversivo à relação capitalista. Como vimos, contra toda ideologia da integração, o que se afirmava era uma recusa profunda. Tronti, assim, parte das lutas e tenta dar uma consistência teórica àquilo que, para o movimento oficial operário, era apenas uma alienação negativa e passiva: “contra essa ideologia de produtivismo, planejamento econômico e sacrifício dos trabalhadores, Tronti tentou traduzir as demandas antagonistas de apropriação que marcaram dez anos de lutas dos trabalhadores em um quadro teórico adequado” (TOSCANO, 2009, p. 115). Em seu próprio fragmento aceleracionista, Tronti, fazendo alusão direta ao operário-massa, reivindica a afirmação das *potências da alienação*<sup>28</sup>, forma de abstração deveras criticada *moralmente* pela esquerda, mas que Tronti elogia pelo seu conteúdo *positivo*, uma indiferença que, organizada, se torna recusa e pavimentação a ruptura da relação capital-trabalho:

Pelo mesmo caminho em que avança a exploração capitalista pode avançar a insubordinação dos operários, captando de cada vez os modos específicos em que se oferecem *conjuntamente* os dois processos. É claro [...] que se trata hoje de reconhecer e valorizar todo o conteúdo *positivo* escondido e mistificado nos vários processos ditos de *alienação*. [...] Estraneidade *total* do trabalho em relação ao trabalhador, é o trabalho útil, concreto, que se apresenta objetivamente exterior, estranho e indiferente ao operário; é o fim do ofício, da *profissão*, essa última aparência de independência *individual* do trabalhador, sobrevivência extrema de uma *pessoa* burguesa no corpo do operário. [...] O operário individual tem de se tornar *indiferente* ao trabalho para que a classe operária possa chegar a *odiá-lo*. Dentro da classe, só o operário alienado é verdadeiramente revolucionário (TRONTI, [[1963]] [1966] 1976, p. 83–84).

Ora, como aponta Corradi, destacar o caráter *positivo da alienação* é mais uma das inversões subterrâneas que fazem parte da revolução copernicana: a teoria marxiana da exploração se torna uma força ativa ao desvincular o trabalho produtivo dos conceitos de valor e mais-valor. O conceito de alienação é uma dessas *novas variáveis* manejadas por Tronti: ele passa a expressar o potencial de alienação, o potencial de desenraizamento em relação ao trabalho morto em algo que não deve ser contido ou negado, mas *acelerado*, intensificado e organizado politicamente, uma indiferença que se torna expressão direta de antagonismo, mas nunca uma passividade, nunca uma simples subordinação da classe operária. Agora, a força de trabalho é vista como trabalho vivo, trabalho ativo, potência, subjetividade, enquanto o capital é apenas um movimento reflexo e reativo a essa força (cf, CORRADI, 2011, n.p). A *positividade da alienação* pode ser um fator de *aceleração das lutas*: contra toda leitura de esquerda salvacionista e do marxismo humanista, no contexto do capital fordista italiano da

<sup>28</sup> Tronti assim antecede por 30 anos o *insight* do manifesto xenofeminista (2018).

grande indústria, o operáismo afirmava mais uma heresia e uma ruptura. Como afirma Cerutti, na ótica de Tronti, a alienação “não era uma deficiência a ser tratada para restaurar uma autenticidade imaginária, [...] pelo contrário, tornava-se o próprio fundamento de sua liberdade e autonomia, e encontraria sua ‘recomposição’ através da organização política” (CERUTTI, 2021, p. 18). Para Tronti, o máximo grau de alienação operária correspondia ao mais alto nível de possibilidade de organização de luta *contra o trabalho e contra o capital*: o operário-massa, não tendo mais nenhum vínculo orgânico, moral ou espiritual com o trabalho — uma culpa que os padres de direita e esquerda volta e meia ainda querem nos introjetar —, podia, portanto, construir um *contrapoder efetivo* contra sua condição de capital variável e força-trabalho. Como afirma Altamira, para Tronti “a reestruturação capitalista mundial somente podia ser compreendida como resposta ao movimento de classe operária que se tornou *uma massa social em posse das mesmas atitudes coletivas, as mesmas práticas básicas e o mesmo crescimento político unificado*” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 147, *grifo nosso*). Como vimos, o operário-massa, certamente *um alienado*, mas pelos bons motivos, se torna uma “massa social de força de trabalho industrial”, algo que Tronti descobre, muito pelos inquéritos de Alquati, é quem contém a potência do novo ciclo de lutas, a partir dos “mesmos comportamentos coletivos [...]. Não-colaboração programática, passividade organizada, [...] recusa política, continuidade de lutas permanentes — eis as formas historicamente específicas através das quais se generaliza hoje a luta de classe operária” (TRONTI, [[1964]] [1966] 1976, p. 95).

*Lenin na Inglaterra*, publicado no primeiro volume de *Classe Operaia*, em 64, é praticamente o manifesto operáista, e, nesse sentido, é o primeiro manifesto aceleracionista. Como afirma Corradi, o giro copernicano “dá um caráter inconfundível ao operáismo italiano” (CORRADI, 2011, n.p). O título se explica da maneira seguinte: se a estratégia leninista levou Marx até Petrogrado, devemos levar Lenin (ou seja, a organização e a aceleração das lutas) até a “Inglaterra” (isto é, no período de Lenin, o ponto mais alto do desenvolvimento do capitalismo). O título, então, pode ser traduzido como *Lenin na Itália*, ou ainda, *Operaístas na Itália*, até porque esse leninismo renovado afirma, diferentemente de Lenin, que o elo possível de ruptura do capital é mais fraco aonde a classe operária *é mais forte* [[1964]] [1966], p.107), constituindo essa nova episteme operária perspectivista que leva à organização de um aceleracionismo político das lutas: “Lenin na Inglaterra é a pesquisa de uma nova prática marxista do partido operário: o tema da luta e da organização no mais alto nível do desenvolvimento político da classe operária” (TRONTI, [[1964]] [1966] 1976, p. 100). Uma coisa são os “dogmas da tradição” que, “depois de Marx”, se hegemonizaram na

forma de “teorias do capital” utilizadas inclusive pelo movimento operário oficial para a gestão do partido, do sindicato, do Estado, etc., outra, coisa, bem diferente, é o pensamento e a teoria, propriamente operária, que, depois da “iniciativa leninista de ruptura prática”, resulta em uma “longa letargia” que viu apenas o capital “ser capaz de refletir sobre o significado científico da revolução de Outubro” (cf, TRONTI, [1966] 1876, p.7-8). Por isso, *Lenin na Inglaterra*: é neste curto, mas importantíssimo ensaio, que Tronti sintetiza a fórmula de sua revolução copernicana e dá o gesto inaugural do operaísmo como movimento de pensamento já afirmado, separando-o de alguns constrangimentos que, como vimos, haviam percorrido *Quaderni Rossi*:

Também nós próprios começamos por ver primeiro o desenvolvimento capitalista e só depois as lutas operárias. É um erro. [...] o princípio é a luta de classe operária. Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas tem de fazer corresponder o mecanismo político da sua própria produção (TRONTI, [[1964]], [1966], 1976, p. 93).

Como observam tanto Cristina Corradi (2011) quanto Alberto Toscano (cf, 2009, p. 117–118), a analogia científica com Copérnico não é, assim, exatamente correta: a revolução de Tronti é mais aproximada de uma revolução *não-euclidiana ou pós-einsteiniana*, afinal, para ser *perspectivista*, é necessário ser menos copernicano do que *pós-einsteiniano*: “Tronti [...] se liga ao construtivismo emergente do debate do século XX: a investigação marxista é comparada à geometria não-euclidiana e à mecânica quântica, a Revolução de outubro é comparada à teoria da relatividade einsteiniana” (CORRADI, 2011, n.p), sendo assim, a ciência operária reivindicada por Tronti “não é a ciência clássica galileana, mas é a ciência do século XX da crise das fundações e do princípio da incerteza. Não é uma metodologia geral para fazer previsões exatas e produzir conhecimento objetivo e universal, mas uma ciência parcial, subjetiva e unilateral” (CORRADI, 2011, n.p). Ora, como já apontamos, isso reforça o caráter *ruptural* que identificamos no operaísmo: *se a ciência operária é, e só pode ser, parcial, o operaísmo é um perspectivismo operário, fundamentado nas lutas*. Se levamos em conta a transformação na composição de classe, a passagem do operário para o proletariado que acontecerá nos anos 70 e além, nos força a transformar e adaptar a unidade da luta operária em uma multiplicidade de lutas cada vez mais plurais, sem, aí, trair o método operaísta. Nesse sentido, quando Tronti abandonou o operaísmo, nós, seguindo o método, apontaremos a transformação da figura do sujeito e, com isso, a multiplicação das lutas.

A defesa de uma antecedência lógica e conceitual dos movimentos da classe operária, ou seja, *de suas lutas* — que vão se transformar conforme se modifica a composição de classe

—, ao capital, é conceitualmente melhor desenvolvida no longo e intrincado ensaio de 65 de Tronti, *Marx, força-trabalho, classe operária*. Neste denso texto, é desenvolvida a proposição de que o capital é um mecanismo *reativo*, uma máquina que só se movimenta *depois* dos movimentos da classe operária. Para Tronti, essa antecedência se dá, “conceitualmente e historicamente”, em todas as etapas analisadas por Marx em *O Capital*. Vejamos:

[..] o trabalhador livre e pobre, portanto o proletariado como ‘partido da destruição’; em seguida a mercadoria força-de-trabalho e, portanto, o operário isolado como produtor potencial; finalmente, a força social do trabalho produtivo em ato e, portanto, a classe operária no processo de produção — são, [...] conceitualmente e historicamente (*begrifflich und geschichtlich*), o verdadeiro elemento dinâmico do capital, a causa primeira do desenvolvimento capitalista (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 234).

Para Tronti, a constituição da classe dos capitalistas, histórica e conceitualmente, é um mero movimento *reflexo*, uma *resposta*, da constituição e do perigo da constituição da classe operária: “atrás e antes da classe dos capitalistas, está o capital”, mas, por sua vez, “o capital, por si só, não se constitui em classe social. Precisa de ver diante dele, primeiro, já formada, a classe operária” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 255). Se, como aponta Corradi (2011, n.p, *grifo nosso*), “a inversão da relação entre capital e classe operária é concebida como uma correção leninista de Marx: ela coloca a política antes da ciência, a teoria da revolução antes da crítica da economia política, *os trabalhadores como uma classe antes da categoria econômica do capital*”, então o capital só se torna político *depois* que a classe operária, já politicamente consolidada, já estava *pronta*, já constituída *como classe*. Sendo assim, para Tronti, a relação de classe *precede seus termos*: isto é, as classes sociais são um resultado de sua relação, e a divisão da sociedade em classes é um resultado da própria luta de classes — como já afirmamos, a análise marxiana das classes não é classificação, mas é dispositivo político — sendo, assim, a relação de classes precede e produz a relação de produção capitalista, e, como explica Moulier-Boutang (cf, [1974] 1976, p. 382), o argumento de Tronti *não cai* em um problema lógico de circularidade infinita: “antagonismo de classe não significa luta de duas forças iguais, ambas já constituídas. Isso só levaria a afastar o problema da gênese das duas classes”. Ora, uma coisa é a acumulação do capital, isto é, “a acumulação política das condições de irrupção da relação de classe” que não pode ser confundida “com o próprio processo de produção do capital”. Dito de outra forma, o antagonismo já existe *de forma desigual*, ele “está contido na separação entre as condições de trabalho e a força de trabalho” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 382). Tronti afirma então que:

Se a relação é anterior à relação do capital, a relação de classe apresenta inicialmente, por um lado, a força-de-trabalho viva, por outro, as condições mortas

da produção; por um lado, o proletariado já parcialmente desabrochado como classe, por outro, o capital ainda inteiramente em si, ainda só potencial; [...] de um lado, a massa social dos vendedores de força-de-trabalho, cingidos numa única situação coletiva que os torna todos antagonistas de um só inimigo; de outro, o capitalista individual, único verdadeiro indivíduo soberano, o príncipe-empresário, que com a potência daquilo que está morto — dinheiro, terra, instrumentos de trabalho — conquista o comando sobre o trabalho vivo (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 261–262).

Como elucida Moulier-Boutang (cf, 2018, p. 21) o operaísmo revela, em primeiro lugar, *a prioridade das relações de classe em relação às relações de produção*, como temos visto e, em segundo lugar, *a assimetria de socialização e poder entre as duas classes*, que se constituem na relação de troca dinheiro/trabalho. O primeiro ponto decorre da constituição das relações capitalistas, a partir da separação dos instrumentos de trabalho, obtida pelo poder coercitivo da “acumulação primitiva” de trabalho. A união entre o trabalhador que vende sua força de trabalho e as condições de trabalho (ferramentas, salário) em uma unidade contraditória, é cheia de *oportunidades* para o antagonismo, que constitui as relações de classe. No entanto, as classes não existem antes da unidade dessa relação, elas nascem *dessa* união. Tronti, no entanto, alerta já para uma distinção fundamental: “o operário, no singular, não existe, ele já nasce como classe”, diferentemente do capitalista individual (cf, TRONTI, , [[1965]] [1966] 1976, p.261). Ou seja, é apenas a socialização do capital (e vale ressaltar a importância aí, do plano do capital e da figura do capitalista coletivo, como vimos), que vai produzir a classe capitalista, *espelhada na força da classe operária já devidamente formada*. A relativa autonomia da classe operária se expressa, também, em Tronti, em relação às formas institucionais: “enquanto a classe operária existe independentemente dos níveis institucionais, *a classe capitalista, segundo Tronti, precisa da mediação de um nível político formal que subjetivamente traz à vida um mecanismo objetivo morto*” (CORRADI, 2011, n.p, *grifo da autora*). O ponto de vista operário, e o perspectivismo das lutas que ele nos abre, permite ver que a vida está sempre do lado da classe proletária, nunca do lado do capital que, efetivamente, não produz nada, não produz nem a palha, e muito menos o pavio, a centelha que possa incendiar e pôr abaixo o seu celeiro. Ainda sobre a anterioridade da classe, Moulier-Boutang argumenta que, historicamente:

A classe capitalista não surgiu completamente formada da cabeça de Marx ou de Taylor: ela se forma, após um intervalo, com base no modelo da classe trabalhadora. As associações de empregadores crescem dentro das coordenadas que lhes permitem se opor a uma reação unificada das ligas de trabalhadores, ou do comportamento em massa dos trabalhadores (regulamentação da competição intercapitalista, proibição de demissões, por exemplo). E essa assimetria, a falsa homologia das relações de classe, pode abrir caminho para os eventos 'milagrosos' que se tornam revoluções (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 22 – 23).

Esse espelhamento, fruto de uma *reatividade* capitalista que dá primazia à ação das lutas e da classe operária, é algo que, infelizmente, o pensamento de esquerda parece ter esquecido: nesse sentido, a crise do marxismo parece duplamente assombrada pelo reflexo de seu espelho: seja em não conseguir se colocar para além de paradigma keynesiano ou desenvolvimentista de gestão, buscando espelhar a imagem que o capitalismo teve que construir para dar conta das lutas de sua época; ou ainda, mesmo que com as melhores das intenções, mas sem a ciência necessária, mirando em um sujeito de luta que não corresponde à composição atual da classe. É uma esquerda, então, que pensa a partir de uma seta do tempo invertida: ela mira no passado, para encontrar nos anos de ouro do capitalismo e das lutas de sua época, sua fórmula mágica. É certo que o primeiro erro é bastante pior que o segundo: o segundo procura ainda as lutas, mas não as enxerga em sua cegueira por estar preso ao passado, enquanto o primeiro possui a cegueira do poder, e já abriu mão da perspectiva do antagonismo e, por isso mesmo, cai duas vezes em transcendência.

Mesmo que, em *O Capital*, Marx tenha começado a partir do capital para compreender logicamente a classe, para depois chegar na política, *o inverso é o mais importante*, não para explicar, mas para *destruir* o capital (cf, TRONTI, , [[1965]] [1966] 1976, p. 257). Lógica e historicamente. Tronti demonstra que isso também é verdade: “[...] a classe dos capitalistas já nasce de fato subordinada à classe operária. Daí a *necessidade* da exploração [...] historicamente, a exploração nasce da necessidade, para o capital, de se esgueirar à subordinação efetiva à classe dos operários produtores” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 267). Para nossa perspectiva de um *aceleracionismo das lutas*, esse desenvolvimento de Tronti é fundamental. As lutas são primeiras que o capital: é preciso repetir isso e desdobrar toda sua potência. Segundo Tronti, essa linha de pensamento é originária de Marx, “foi Marx que utilizou os termos de *Angriffskraft* (força de ataque) da classe operária e de *Widerstandskraft* (força de resistência) do capital. É preciso pôr de novo esses termos em circulação na luta de hoje” (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 234). Não se deve correr o risco de nenhuma ambiguidade aqui: o capital apenas corre atrás das lutas — e essa não é uma figura retórica, está no próprio Marx, “em suas descrições do roubo do conhecimento dos trabalhadores e dos ajustes estruturais resultantes no processo de produção. Como Marx uma vez brincou, o capital (com todas as suas próteses tecnológicas) persegue greves” (TOSCANO, 2009, p. 119). Quando ele não corre atrás das lutas, ele corre *das* lutas e, na verdade, é o mesmo movimento. Para Tronti, é necessário, então, inverter a figura do empresário schumpeteriano, e de qualquer figura que coloca a iniciativa, a produtividade, a criatividade, do lado da burguesia e do capitalismo:

O elogio que Marx faz da potente e incessante atividade da burguesia deve ser, corretamente, referido à ameaça proletária que a persegue; a carga de dinamismo sempre inquieto que parece empurrar o capital em todos os momentos de sua história é, na realidade, o impulso agressivo dos movimentos de classe que o pressionam de dentro. Apraz-nos ver a figura schumpeteriana do empresário, com a sua iniciativa inovadora, invertida na iniciativa da luta permanente das grandes massas operárias (TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 234).

Por fim, deixamos por último (talvez por afinidade) o problema do partido em Tronti, e colocamos o problema, porque, efetivamente, ele se apresenta sempre em *Operários e Capital* como um *problema* e não como solução pronta. Em relação ao operário-massa e sua situação, ele é colocado da seguinte forma: “[...] os operários se encontram já socialmente além das velhas organizações e *ainda alguém* de uma organização nova: com efeito, sem organização política, seja ela reformista ou revolucionária” (TRONTI, [[1964]] [1966] 1976, p. 95, *grifo nosso*). O problema, no entanto, não significa abandonar a pesquisa e a intervenção política por outros meios: dado a ineficiência ou mesmo a captura do movimento operário pelo movimento do capital, na “ausência de níveis institucionais correspondentes”, a pesquisa deve seguir *autonomamente* e, assim, deve recompor a “análise de classe operária independentemente do movimento operário” (TRONTI, [[1964]] [1966] 1976, p. 95). No entanto, com o final dos anos 60 e início dos 70, a posição de Tronti vai se tornando cada vez mais partidocentrada e fica evidente que, na perspectiva de Tronti, a necessidade de uma organização externa é cada vez mais exigida, por mais que em detrimento do diferente conceito de partido (invertendo tática e estratégia) que Tronti mobiliza em *Operários e Capital*. Para Tronti, no entanto, a autonomia política não se expressava e nem podia se expressar em níveis organizacionais e políticos suficientes sem um partido, portanto, todos os problemas, toda a “linha de conduta” leva à organização desse partido, leva à necessidade de “restituir um partido operário” (cf, [1966] 1976, p.9). *Conceitualmente*, o partido operário só existe, para Tronti, quando impede a sociedade capitalista de funcionar, senão, não é partido operário (cf, TRONTI, [[1965]] [1966] 1976, p. 264.). *Histórica e politicamente*, no entanto, o partido operário permaneceu como uma promessa e um dos pontos não resolvidos do operaísmo, e *nada mais constrangedor* para um ponto de vista operário que defende um perspectivismo das lutas, do que Tronti ter entendido que o PCI, que perseguiu militantes e boicotava as lutas, podia cumprir essa função. No entanto, a discussão sobre o partido no operaísmo nos interessa aqui por seu caráter inventivo, isto é, pela possibilidade de se ligar às lutas de seu tempo, à produção de novas formas de organização, de novas instituições pelas quais as lutas possam expressar seu conteúdo subversivo: “trata-se [...] da transformação das

velhas questões teóricas das organizações políticas, em função das exigências das lutas [...] de hoje. A teoria revolucionária, a sua reconstrução fora dos caminhos já batidos, batidos pelo próprio capitalismo” (MOULIER-BOUTANG, [1974] 1976, p. 365). Menos pelo capitalismo, é verdade, que segue funcional com a estrutura do partido e do sindicato, mas sim “batido” pelas próprias lutas que veem neles veículos inadequados ou apenas parcialmente adequados. Ora, se as lutas são o motor do capitalismo, então *são as próprias lutas que derrotam as formas de organização* que precisam ser reinventadas constantemente, a cada ciclo de lutas e a cada nova composição de classe. Se o debate sobre a natureza e função do partido permanece em certa medida importante para todo operaísmo no período, e mesmo no desdobrar dos anos 70, incluindo Negri, já apontamos anteriormente como essa equalização entre o novo partido operário com o PCI é fruto de mais uma das rupturas que permeiam a história do operaísmo. Ruptura, no entanto, que, para Tronti, com sua tese da Autonomia do Político, tese usada, bem ou mal, como justificção do Compromisso Histórico nos anos 70 e da repressão às lutas, se torna uma ruptura de Tronti *com o operaísmo*, e o seu abandono do mesmo.

Por fim, devemos lembrar o limite dialético no operaísmo de Tronti: que enquanto não pode ser cindido pela revolução, torna a classe operária continuamente o motor móvel do desenvolvimento capitalista. Nas palavras de Giuseppe Cocco, essa dimensão dialética em Tronti, produzia o inconveniente “de encontrar uma síntese no desenvolvimento: reformista ou socialista que fosse” (COCCO, [2015] 2016, p.346), nesse sentido, como propõe Cocco, era preciso ir além do operaísmo *de Tronti*, que dá as margens de “sua conversão aos temas da autonomia do político” como “elementos internos a ambiguidade funcionalista da abordagem operaísta”. Por fim, se o pensamento de Tronti se configura como diagnóstico bastante preciso no confronto entre capital e trabalho na sociedade-fábrica, no capitalismo fordista, etc. — no entanto, um limite se apresenta *a partir daí* — por mais que, como afirma Negri (cf, [2016] 2022, p. 144), Tronti identifica com precisão em seu pós-escrito de *Operários e Capital*, que as lutas de 68 marcam o fim do fordismo e 68, nessa perspectiva, é um dos marcos da passagem da sociedade-fábrica fordista para a fábrica social pós-fordista (o qual os múltiplos sentidos continuam sendo disputados). A intuição de Tronti, segundo a qual: “no período Fordista os operários e o capital haviam entrado em conflito dentro do próprio capital, agora havia uma nova situação: a classe operária e o capital se confrontavam dentro da própria classe operária” (NEGRI, [2016], 2022, p. 144). Para Tronti, a *certeza* da intuição se prolonga em um *erro político* de diagnóstico posterior: Tronti interpreta essa transição como um signo da derrota operária, e uma inversão até, no eixo da potência da sua revolução

copernicana e do seu perspectivismo das lutas e, por fim, como início de uma decomposição de classe do operário-massa que não encontra uma recomposição de classe política capaz de antagonismo, portanto, uma derrota em favor da composição orgânica do capital, sem a constituição de uma alternativa política à altura, etc. Sobre os erros desse diagnóstico, desenvolveremos a partir do próximo capítulo, baseado em Negri. Por enquanto, basta afirmar que se não temos de fato a revolução, não no sentido que Tronti almejava, temos, no entanto, uma recomposição do capital e da classe operária, recomposição produzida pelas lutas do operário-massa trontiano que abrirá o terreno para um novo e mais socializado ciclo de lutas na Itália nos anos 70, que, se Tronti não desprezou, *em virtude* do entrismo no PCI e na disputa política por dentro do Estado, ele só pode acompanhar “de cima”. No entanto, como veremos, a análise de Negri desse aspecto faz jus ao operaísmo e o dá continuidade no ponto em que Tronti *o abandonou*. O que é uma demonstração de que podemos usar suas ferramentas conceituais independentemente das avaliações posteriores do pensador, dando continuidade ao método e ao gesto operaísta, mesmo sem o operário-massa e sem Tronti, o que, para nós, significa apenas a recomposição da classe em maior multiplicidade e a multiplicação das formas de luta.

### 2.2.3. Tronti, *o primeiro pós-operaísta*: a tese da autonomia do político como transcendência em relação às lutas

Tronti abre sua premissa ao ensaio “*L’autonomia del politico*”, uma conferência em um seminário realizado em 72, na Universidade de Turim, sobre a tutela de Norberto Bobbio, posteriormente transformada em livro, defendendo a “autonomia do teórico” — algo caro ao operaísmo em sua diáspora contra o movimento operário oficial, como vimos — para a seguir, complementar com o projeto de alcançar um meio de efetuar uma nova “teoria política” (cf, TRONTI, [1972] 1977, p. 5), o que os operaístas também buscavam fazer. Pois bem, avaliando seu conteúdo pela sua própria premissa, tendo em vista uma perspectiva operaísta que herdamos de Tronti, chegaremos à conclusão que isto *não tem mais nada a ver com o operaísmo*. A autonomia do teórico agora se dá nas margens estreita e asfíxiantes do PCI, a “nova” teoria política se resolve nas caixas pretas dos gabinetes fechados dos burocratas do Estado. É difícil não imaginarmos a decepção dos ex-companheiros de Tronti lendo ou ouvindo a apresentação de sua nova hipótese de trabalho. No entanto, para Negri, a decepção é ainda anterior:

Quando ele nos presenteou com *Operários e Capital*, Mario nos deixou — e não digo ‘a mim’, mas ‘a nós’, porque, nesse ínterim, muitos operaístas haviam se tornado presentes não apenas nas universidades, mas especialmente nas grandes fábricas do norte da Itália. Ele nos disse naquele ano que a década de 1960 havia terminado antes do previsto e, com ela, o período de autonomia da classe operária. Portanto, tínhamos que encontrar um nível mais elevado para as lutas que havíamos conduzido e ainda estávamos conduzindo; tínhamos que levar a luta para o Partido Comunista Italiano (PCI) (NEGRI, [2019] 2022, p. 156).

.A situação se agrava, dado que, com “a aceleração das lutas dos operários que nos levariam a 1968–69” (NEGRI, [2019] 2022, p. 156)”, ou seja: “os anos mais ‘agitados’ do período (1968–1970) veem Tronti quase ausente da cena pública. Durante o ano de 1968, quando ‘*Operai e capitale*’ se torna uma leitura obrigatória para a geração que será protagonista da tumultuada década seguinte [...] ele observa com curiosidade os protestos, mas mantém uma distância substancial” (CAVALLERI, FILIPPINI, MASCAT, 2017, p. 23). Já tínhamos antecipado que, para Tronti, o período pós-68 é uma época de transição histórica que ele interpreta em termos totalmente contrários aos de Negri, na forma da *decomposição* da classe operária, no entanto, sua hipótese agora traz novos contornos e uma nova prescrição: a defesa de que “o terreno do político” se torna privilegiado na luta de classes (cf, TRONTI, [1972] 1977, p. 6). Ora, em primeiro lugar, o conceito de político, aqui, é *bastante diferente* da conceitualização de política presente em *Operários e Capital*: nada sobre a estratégia da recusa, sobre a ruptura, sobre a afirmação imanente do ponto de vista operário. Aqui, “autonomia do político” significa que a política é igual ao governo, ao ato de governar: há algo mais estranho ao operaísmo? Há um conteúdo mais “pós-operaísta” (ex-operaísta) que essa afirmação? Mas seguimos: Tronti sustenta que, em relação ao conceito de autonomia, ele representa que “não há autonomia, autossuficiência, autoprodução da crise, fora do sistema de mediação política das contradições sociais” (TRONTI, [1972] 1977, p. 7). Ora, aqui, *a mediação é feita pelo Estado*. É por isso que “a teoria econômica apenas reflete o bloqueio do desenvolvimento, não o controla, não o comanda” (TRONTI, [1972] 1977, p. 8). Autonomia do poder político do Estado sobre o comando da crise? Mas o que significa isto? Tronti explica, com certo cuidado: “não se trata da autonomia de uma parte do poder [...], mas sim da autonomia de todo o poder em relação ao que não é poder, ou seja, ao restante da sociedade. Portanto, trata-se da autonomia do poder em relação [...], ao que era ou era considerado, em geral, o fundamento do poder” (TRONTI, [1972] 1977, p. 9). Essa tese, um tanto obscura, se simplifica na medida em que Tronti adiciona seu outro componente, a categoria do político: “ela contém, por um lado, o nível objetivo das instituições de poder; o poder político, isto é, a atividade subjetiva de fazer política. Ou seja, o político reúne essas

duas coisas, o Estado e a classe política” (TRONTI, [1972] 1977, p. 10). Juntando, então, a autonomia e a política, Tronti desenvolve que há um “atraso” entre o político e o social — ou seja, um atraso na máquina política, isto é, na “máquina estatal” em relação ao desenvolvimento do “resto” do social (cf, [1972] 1977, TRONTI, p. 10). Por social, aqui, devemos entender, tudo que *não é Estado*, incluindo aí, o capital como categoria “exclusivamente econômica”. Daí, sua conclusão e sua prescrição (que o torna, por sua vez, um proscrito das lutas): “há uma insuficiência de capitalismo, e mais precisamente, de grande capitalismo, no Estado moderno” (TRONTI, [1972] 1977, p. 11). O que fazemos com esse quadro paradoxal? Não retomaremos aqui, ponto a ponto, o quanto esses conceitos rompem com outras definições das quais partimos nos outros tópicos. Bastaria dizer, sobre o último ponto e nos opondo a Tronti, que há, efetivamente, *capitalismo demais no Estado*, algo que o operaísmo dos anos 60 analisava a partir da conceitualização do plano do capital, do capitalista coletivo, etc. Basta seguirmos com o desenvolvimento de Tronti, que todas as rupturas e traumas se tornarão logo fraturas expostas.

Em nosso auxílio, Tronti faz um balanço do seu entendimento da crise nos anos 60 que “separa” o desenvolvimento econômico, o capital, o trabalho, a sociedade, do desenvolvimento político do Estado, do governo. Vejamos:

[...] encontramos uma explicação [...] que forma o que é chamado de marxismo dos anos 60, ou o ‘marxismo revolucionário’ dos anos 60. Essa explicação afirma que houve uma falha subjetiva no nível de organização da classe operária, ou seja, uma falha no movimento operário. É justamente essa falha subjetiva que teria impedido a conexão entre o econômico e o político. Ou seja, para essa função de articulação do sistema que é própria da classe trabalhadora, a falta de saída política das lutas operárias teria privado o próprio capital de uma grande iniciativa política. Essa é a explicação, que, apresentada dessa forma, tem sua justificativa. No entanto, *ela foi apresentada de maneira mais rudimentar quando se falou em traição das organizações, traição dos líderes, e assim por diante*. Mas eu diria que, mesmo na forma mais refinada, essa explicação, que vê a falta de saída política da luta operária como motivo do recuo político capitalista, mesmo nessa forma, a explicação não é suficiente (TRONTI, [1972] 1977, p. 14).

Como sintetizam Cavalleri, Filippini e Mascot, “o discurso parte do balanço dos anos 60, durante os quais o poder expresso pela classe operária na fábrica não se transformou em poder político no Estado” (CAVALLERI, FILIPPINI, MASCAT, 2017, p. 26). No entanto, uma pausa para expressar *mais um incômodo: é preciso nomear as coisas pelo seu nome: o “marxismo revolucionário” mencionado é o operaísmo*. Essa reticência em nomeá-lo, diz muito sobre o embaraço do próprio Tronti, a dificuldade, talvez ainda um certo recuo, em expressar sua hipótese com a força e ousadia que eram característica de seu discurso anterior. Diferente da análise de seus companheiros que seguirão pelas sendas escavadas pelo

operaísmo, agora para Tronti, o boicote às lutas operárias nos anos 60, do qual ele participou, por parte do movimento oficial operário, não é o caso de uma traição, mas de um mero “atraso” político maior, relativo às instituições que conduzem o Estado capitalista: “entre os [...] campos de luta que abrangem [...] uma sociedade capitalista, há também a luta entre o capital e seu Estado. O atraso pode existir, seja porque esse Estado está muito atrás das necessidades capitalistas, seja [...] pelo oposto, porque [...] corre muito à frente” (TRONTI, [1972] 1977, p. 18). Dessa análise um tanto nebulosa, surge o diagnóstico: o anti-desenvolvimentismo ferrenho, o ódio de classe, por fim, a própria consistência, desde baixo, das lutas, é abandonada por uma perspectiva de modernização do Estado, por um “ponto de vista estatal”. Ou ainda, para nos ater a um termo caro à nossa pesquisa, a aceleração das lutas e do antagonismo é substituída por uma modernização da máquina capitalista do Estado:

É necessário, [...] chegar a liderar o processo de ajuste da máquina estatal à máquina produtiva do capital [...] trata-se, [...] até mesmo de conscientemente assumir esse processo de modernização da máquina estatal, de chegar até mesmo a gerenciar não, como se diz na gíria, as reformas em geral, mas especificamente aquele tipo de reforma específica que é a reforma capitalista do estado (TRONTI, [1972] 1977, p. 19).

Se os comunistas produziram militantes à altura do desenvolvimento do capital, não produziram ainda políticos e governantes à altura do próprio Estado Capitalista, se os burgueses, e os capitalistas não conseguiram modernizar o aparelho do Estado ao nível do desenvolvimento do capital — algo em debate — resta à classe operária, na forma da organização do partido, o fazer: “a autonomia do político se torna até mesmo uma utopia quando considerada como projeto político diretamente capitalista; ela se torna a última das ideologias burguesas; talvez possa se tornar realizável somente como uma reivindicação da classe operária” (TRONTI, [1972] 1977, p. 20). Analisando o contexto histórico envolvendo a problemática das “duas autonomias” italianas, isto é, a autonomia da classe, ou autonomia social que se desdobra, nos anos 70, no movimento da Autonomia e a Autonomia do Político, Cristina Corradi afirma que elas dividem o espectro do operaísmo italiano pós-68 em “operaísmo de esquerda”, capitaneado por Negri, e “operaísmo de direita”, na esteira de Tronti, Asor Rosa e Cacciari<sup>29</sup>. Enquanto os operaístas de esquerda “revisitam a teoria

<sup>29</sup> Corradi sintetiza, aqui, cada projeto dos membros do “operaísmo de direita”: “Tronti planeja a construção de uma teoria operária da política adaptada a uma fase de crise no desenvolvimento e ao protagonismo do Estado. Cacciari revisita a cultura da crise para liquidar projetos de neossíntese dialética e para derivar da destruição de toda ordem lógico-ontológica a primazia de uma decisão política cada vez mais distanciada das relações sociais de produção. Asor Rosa redescobriu as virtudes da política representativa, reavaliou as tradicionais divisões do trabalho e do conhecimento e reabilitou a figura do especialista intelectual” (CORRADI, 2011, n.p.). Negri, por sua vez, analisa: “durante aqueles anos, fiquei furioso quando Cacciari e Asor Rosa, seguindo a linha de Mario,

leninista para dar uma cabeça política ao ciclo de lutas do operário-massa e em 69 fundam a *Potere operaio*, um partido revolucionário que busca a recomposição política dos conflitos em torno da palavra de ordem do salário social” (CORRADI, 2011, n.p), algo que desenvolveremos no próximo capítulo a partir da obra de Negri,

Os operaístas de direita, representados por Tronti, Cacciari e Asor Rosa, [...] recuaram para o PCI e teorizaram a mudança do conflito para o nível estatal, a fim de consolidar as novas relações de poder ao nível institucional: como o capital usa a manobra da crise para impedir que o desenvolvimento econômico, desencadeado pelas lutas dos operários, seja acompanhado por um resultado político adequado, a classe operária, através de um partido relativamente autônomo, deve se tornar a promotora de um processo de modernização (CORRADI, 2011, n.p).

Daí, a necessidade de entrar no PCI, reformá-lo, produzir políticos, governantes, na “utopia”, como menciona o próprio Tronti, de “fazer do próprio Estado a forma moderna de uma classe operária organizada como classe dominante” (TRONTI, [1972] 1977, p. 20). Ora, o que Corradi aponta ser um operaísmo *de direita* é, na realidade, uma *ruptura* com as bases do operaísmo: nada mais de copesquisa desde baixo, próxima às lutas, nada de análise de composição de classe, nada de ponto de vista operário, abrindo um perspectivismo das lutas e um aceleracionismo das mesmas. Do contrário, uma análise da composição do partido operário oficial, aquele que boicotava as lutas, por dentro do Estado capitalista e, um ponto de vista estatal sobre a classe, de cima. Faz sentido, então, chamar isso de *pós-operaísmo*, no sentido de que é um abandono do operaísmo e não, uma continuidade do método. Enquanto nos anos 60, para Tronti, “a classe operária é o [...] sujeito que puxa os cordões do capital [...], nos anos 70 o grande sujeito torna-se a vontade de poder do partido e a organização política” (CORRADI, 2011, n.p). Vale ressaltar: organização política aqui, no sentido mais banal possível. Como veremos, o problema não é partido, dado que os anos posteriores serão de debate operaísta sobre um possível partido revolucionário, mas no sentido de que o estadocentrismo da tese da *Autonomia do Político* é, por fim, um *abandono* da política da composição de classe e das lutas por uma perspectiva transcendente de composição interna no Partido, submetido a um ponto de vista do Estado que olha sempre *de cima*. Como afirma Negri, o “enigma” de Tronti não é um cubo mágico, mas um cadeado com uma chave mestra, um enigma assim, de fácil resolução: “é um deslocamento de ponto de vista — de dentro e

---

atacam Foucault, porque — segundo eles — ele dissolvia o Estado, que era o objeto e o sujeito de sua concepção de política. Foi então que, provavelmente pela primeira vez, percebi completamente que o terreno político escolhido pelos meus antigos camaradas era dado exclusivamente como um aparato estatal e estava separado, radicalmente separado do nível da luta de classes. Que limitação incrível isso era — e também do ponto de vista oferecido por Foucault, cujo conceito de poder ressoava tão fortemente com o dualismo do conceito de capital de Marx!” (NEGRI, [2019] 2022, p. 157).

contra o capital para dentro do Partido, com a ideia de impor sua hegemonia sobre o desenvolvimento capitalista” (NEGRI, 2019 [2022], p. 158), portanto, esse deslocamento de ponto de vista constitui para nós o *pós*-operaísmo de Tronti. Tronti é o primeiro *pós*-operaísta, e isso significa, nas palavras de Negri, “uma profunda descontinuidade entre o Tronti de ‘*Operários e Capital*’ e o Tronti da ‘autonomia do político’. Simplificando, é uma mudança da fonte de poder e iniciativa da luta de classes de *baixo para cima*” (NEGRI, 2019 [2022] p. 158, *grifo nosso*). Ora, fica visível essa perda do horizonte do antagonismo, da imanência e, porque não, do materialismo, se levarmos em conta também o que o projeto produziu como resultado: nada de lutas, nada de composição com a classe, mas uma bela carreira na política para seus membros. Se Tronti, Asor Rosa e Cacciari, tinham como objetivo atualizar a fórmula do *por dentro e contra* no interior do Estado, falharam miseravelmente: como analisa Moulier-Boutang, não é difícil concluir como a posição entrista ao PCI estava em total *dissonância* com os movimentos sociais de luta do período, por mais que se “a grande ruptura entre os partidos comunistas e as organizações estudantis, que datava de 1968, se esgotava”, a situação era completamente diferente na Itália:

Com o ‘outono quente’ de 1969, surgiram os sérios primórdios de organizações que estavam fora dos sindicatos nas fábricas e fora do parlamento na vida política. Dez anos depois, o tema da ‘autonomia do político’ parecia muito deslocado em relação à conjuntura da radicalização extrema da luta de classes, exceto como uma justificativa final da retirada realizada pelos grupos que se declaravam representantes do exército de vanguarda da classe trabalhadora em relação ao movimento (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 27).

Afinal, maio de 68 na Itália *durou uma década*. Nesse sentido, o “desastre político” da Autonomia do Político é o de ser a justificação “nobre e sincera” do fatídico “compromisso histórico” de Enrico Berlinguer: como apontado por Moulier-Boutang, a estratégia de Tronti, Cacciari e Asor Rosa, era a de que: “aliar-se aos Democratas Cristãos permitiria ao PCI assumir o controle do Estado e alcançar o mais alto grau de aproveitamento pelos trabalhadores do capital em grande escala” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 27). A estratégia (no velho sentido, desfazendo todo o esforço que o próprio Tronti tinha levado no sentido de inverter tática e estratégia), era a de criar “uma situação em que o movimento dos trabalhadores estaria dentro e contra o Estado e não cumpriria o programa petrificado do Estado operário preso no socialismo real” (MOULIER- BOUTANG, 1989, p. 27). No entanto, ao separar-se da classe e das lutas, e entender o movimento das lutas e as possibilidades de sua autonomia ocorrendo apenas *dentro* do Estado, no jogo das artimanhas do partido e nas decisões políticas do tipo schmittiano, os *pós*-operaístas logo esquecerem o *contra* e nada mais conseguiram do que cargos institucionais, e a bela “autonomia” de uma

gorda comissão: “a vertente do operáismo do PCI, [...] ocupava funções prestigiosas, mas essencialmente culturais, do aparato do partido” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 27), para tanto, era necessário sacrifícios, e os *pós-operaiistas* “justificavam esse caminho por meio de uma autonomia política que frequentemente assumia a forma oposta às teses de ‘*Operai e Capitale*’” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 29). O diagnóstico de Corradi sobre o porvir da Autonomia do Político é ainda mais certo: logo ele se torna um lamento e a busca de saltos metafísicos e teológicos para superar uma “impossibilidade” da política:

o operáismo de direita, que chegou ao ponto de liquidar toda a cultura marxista como um obstáculo ao uso desencantado das técnicas do político, revelou-se desprovido de originalidade e perspectivas: a autonomia do político, teorizada em anos em que a redenção da economia neoliberal está amadurecendo, está destinada a se derrubar, dentro de uma década, em louvor ao impolítico ou ao reconhecimento do desaparecimento da política (CORRADI, 2011, n.p).

Se, historicamente, a Autonomia do Político foi um fracasso, conceitualmente, também era *pobre*: Negri aponta que a tentativa de Tronti, de equalizar a racionalidade do Estado Moderno com a atividade da classe operária, é um diagnóstico duplamente errôneo: em primeiro lugar, mesmo em relação ao “operáismo cru do início dos anos 60”, o que poderíamos chamar de “racionalidade” operária, como vimos, desde Panzieri, “havia representado precisamente *o oposto* de uma função progressiva do desenvolvimento capitalista; se ela impulsionou o desenvolvimento capitalista, o fez como um agente antagonista e de forma alguma como um agente instrumental, muito menos como uma função racional” (NEGRI, [2019] 2022, p. 159, *grifo nosso*). O segundo erro, para Negri, condiz com o desenvolvimento posterior de sua própria tese do *operário-social*: se 68 marca, definitivamente, uma ruptura com a própria dialética entre Estado e luta de classes, isto é, com qualquer *forma de mediação* que possa ser encontrada entre o antagonismo da classe e o PCI e o Estado, Tronti, com o entrismo, visa reestabelecer na forma da Autonomia do Político essa dialética que as lutas *ameaçavam destruir*: “olhando para o desenvolvimento da dialética entre luta de classes e Estado, pode-se dizer que ela se esvaziou durante as décadas seguintes [...] no sentido de que a classe, quando age como uma força antagônica e propulsora do capital, nunca mais será representada pelo partido” (NEGRI, [2019] 2022, p. 159).

Tendo em vista esse paradigma em mente, podemos fazer ainda uma última análise: sobre as tentativas de reavaliar um possível legado positivo da Autonomia do Político de Tronti. Vamos nos limitar aqui à tentativa de Matteo Mandarini, em seu ensaio *A Betrayal Retrieved: Mario Tronti's Critical Of The Political* (2020). No ensaio, Mandarini enumera uma série de lutas contemporâneas que, segundo ele, vem produzindo novos sentidos que elucidam o que é lutar “por dentro e contra” o Estado, pensado, assim, como “campo de luta e

como adversário”. Sua reavaliação da Autonomia do Político e, de fato, toda sua reconstrução da obra de Tronti, visa, partindo desse pressuposto, reavaliar “o quadro através do qual a própria produção teórica de Tronti tem sido entendida: como o desenvolvimento natural de uma decisão política de lutar dentro do Partido Comunista Italiano (PCI) [...] como ‘auréola acompanhante’ que flutua acima de um núcleo terreno de prática” (MANDARINI, 2020, p. 2-3). O texto discute, em exegese, o conteúdo de *Lenin na Inglaterra*, tentando encontrar a gênese da Autonomia do Político no “texto fundador” do operaísmo. Mandarini argumenta que já no mencionado texto há uma “percepção que mais tarde causaria desconforto para muitos de seus camaradas” (MANDARINI, 2000, p.7) de que “o surgimento do que posteriormente viria a ser chamado de terreno ‘político’ já está inscrito nesse documento fundador do ‘operaísmo político’, e está presente como o momento que ‘organiza a organização’ entre classe, sindicato, capital e Estado” (MANDARINI, 2000, p. 9, *grifo nosso*). Como mostramos, o problema da organização é central em Tronti, e isso é inegável; ao mesmo tempo, apontamos como o problema do partido e sua relação com a classe, não apenas em Tronti, mas em todo o operaísmo, sempre foi *um problema aberto*. Foram as lutas, por fim, que tornaram a instituição do PCI e do sindicato cada vez mais obsoletas e, *da mesma forma, foram essas instituições que se afastaram das lutas*. De fato, Tronti também está preocupado com esse problema quando lança a hipótese da Autonomia do Político. A continuidade problemática está dada, e é ela que separa o operaísmo de Negri, por exemplo, de Tronti. Mas não conseguimos ver nenhuma continuidade política, como vê Mandarini, na política do “operaísmo político” para a Autonomia do Político. Vejamos, todo o esforço de Mandarini em demonstrar como passamos, logicamente, de *Lenin na Inglaterra* à *Autonomia do Político*, sem rupturas (o que teria sido despercebido por todos operaístas, incluído aí o próprio Tronti que afirma que o “seu operaísmo” estava morto), infelizmente, não possui o mesmo rigor e esforço na hora de analisar o conceito interno de político que extraímos do Tronti de *Operários e Capital*. Obviamente, encontramos o problema do político em *Lenin Na Inglaterra*, mas o conceito de político que encontramos lá não pode ser sobredeterminado, como faz Mandarini, pelo conteúdo do conceito de político que Tronti apresenta em sua nova fase. É uma questão estrutural, de leitura filosófica da transformação conceitual e mesmo da progressão ou ruptura conceitual, tanto da posição dos planos do conceito que define suas relações, como do conteúdo do conceito. Sendo assim, para ficar apenas em um exemplo, Mandarini não faz nenhum comentário ou menção sobre a transformação do conceito de poder, ausente em *Lenin na Inglaterra*, mas que se insere “de cima para baixo” na Autonomia do Político; sendo assim, Mandarini não disputa o conceito de organização e de política,

apenas visa demonstrar que ele é uma preocupação permanente em Tronti, e deixa seus sentidos parcialmente suspensos, os costurando, no entanto, à definição posterior de Tronti de Autonomia do Político como uma decisão pelo partido na disputa pela modernização do Estado. Mandarini, buscando apontar uma conexão lógica entre os dois períodos, chega a elogiar a autocrítica trontiana em relação à tese do giro copernicano, apontando que, na nova fase trontiana, há diversos motores em desenvolvimento no capital. Sem entrar no mérito do conteúdo da tese, não haveria aí, na autocrítica, algum nível de ruptura? Para quem está queimado, não há diferenças entre mergulhar na frigideira ou no fogo. Por fim, a defesa de Mandarini, de que a tese de Tronti não foi bem aceita nem pelos membros do PCI e de que sua conexão com o “Compromisso Histórico” de Berlinguer é um mero acidente de percurso e não sua justificação, não questiona, como demonstrará Negri, que é exatamente o Compromisso Histórico que poderia dar forma e justificar uma Autonomia do Político, mistificada, no entanto, como veremos nos próximos dois capítulos.

Por estas razões, nos parece que a análise de Negri é correta, e a chave da “autonomia do político” é mesmo a leitura *equivocada* de Tronti a partir dos resultados do ciclo de lutas italiano, que explode em 68–69 e se expande até o final dos anos 70. Quando Tronti se ausenta das lutas, elas estavam ocorrendo com toda sua força, e o operáismo, longe de acabar, seguia seu tortuoso percurso de produção teórica e intervenção política que acabará em uma longa repressão estatal. Tronti, no entanto, lê 68 como o fim da hegemonia do operário-massa (e, nesse sentido, ele está parcialmente correto), mas a lê como o fim da luta de classes no campo da produção e reprodução sociais, daí sua possibilidade de se tornar luta no Estado. Por fim, é a problemática da “decomposição” que liga o Tronti da Autonomia do Político, com seus escritos posteriores sobre a teologia do *Katechon*, quando a Autonomia do Político já tinha se tornado em definitiva “crise do político” (o PCI acaba em 91). Nesse aspecto, Gigi Roggero é perspicaz quando aponta que a deriva do operáismo de Tronti é *katechônica*: “o paradigma “katechônico” (o katechon é, na teologia paulina, a força que retém o mal) acaba assumindo a temporalidade do desenvolvimento capitalista e derivando dele tanto a composição de classe quanto suas possibilidades revolucionárias” (ROGGERO, 2020, n.p), o que, para Roggero, cria o seguinte cenário: “manter a força da antiga composição política para combater a composição técnica” (ROGGERO, 2020, n.p). Para Tronti, então, com o desaparecimento hegemônico do operário-massa, o Estado Moderno é o que resta, mesmo que na figura de um sujeito larval a ser alimentando pela “política” do capital, para ser tornado, no seu crescimento, classe operária *como* Estado. Por sorte, o método operaísta é o método de descontinuidade das formas das lutas, ao mesmo tempo que preserva os ganhos de

suas rupturas, e não devemos nos apegar às figuras que desaparecem (como o operário-massa), nem as que permanecem (o Estado, o capital), mas apenas àquelas que se transformam a partir das suas lutas:

Tudo isso continuará: sempre que os trabalhadores vencem uma batalha parcial, eles percebem em estágios posteriores que a venceram em favor do capital. Às vezes, a classe sofre derrotas terríveis, que forçam o movimento a se curvar, mas então ele se reergue, emergindo ainda mais forte do que antes. Dentro dessas derrotas, no entanto, a transformação do modo de produção e a modificação das formas de mais-valor amadurecem e se manifestam. A composição da classe operária também muda como resultado, como já vimos. Até mesmo o nome “classe operária” pode falhar: não porque a estrutura antagônica da classe operária tenha se dissolvido, mas porque as formas nas quais ela produz e luta foram transformadas. Proletariado, classe operária, multidão: eles não representam figuras opostas, representam faces variáveis, porém homogêneas, de um composto de resistências e de luta em movimento (NEGRI, [2016] 2022, p. 149).

Ainda uma última lição: “no que diz respeito ao método e aos axiomas de pesquisa, permanecemos no terreno sólido proposto por Tronti em *Operários e Capital*. [...] Mas, ao mesmo tempo, forçamos o capital a sofrer um novo efeito de resistência e luta, de ódio e esperança” (NEGRI, [2016] 2022, p. 150). É essa a nossa medida e distância em relação à filosofia posterior Tronti. Em uma carta sobre os 50 anos de *Operários e Capital*, endereçada à plateia que lotava o colóquio em homenagem ao seu livro, Tronti, já margeando seus 90 anos, faz um sobrevoos que nos parece conclusivo sobre sua guinada à tese da Autonomia do Político: “a revolução não é o ato pelo qual se assume o poder, mas sim o processo pelo qual se administra o poder. Primeiro vêm os reformistas e só depois os revolucionários. Os deixo com esse lampejo de relâmpago sem trovão” (TRONTI, 2019 [2022], p. 155).

### 2.3. As contribuições filosóficas de Antonio Negri na primeira fase do operaísmo

Nesse tópico, analisaremos a produção de Negri na primeira fase operaísta dos anos 60. Esse tópico é essencial para o restante da tese — que será focada exclusivamente na produção de Negri nos anos 70 até sua prisão —. Analisaremos as primeiras contribuições de Negri para o operaísmo, em diálogo estrito com o pensamento de Panzieri e Tronti, ao mesmo tempo, já *atualizando* o método operaísta e buscando corrigir algumas de suas aporias, conforme uma série de transformações que, a partir de 68, colocarão a metodologia operaísta à prova de seu próprio método: isto é, da análise efervescente das transformações na composição de classe, e, a partir disso, da composição do capital e de sua forma-estado. No tópico 2.3.1 e 2.3.2, analisaremos como Negri fundamenta e dá consistência definitiva a crítica ao plano do capital de Panzieri e Tronti, a partir de uma análise materialista e histórica

da forma do estado keynesiano do pós-guerra, ao mesmo tempo, efetuando uma crítica da dialética como a lógica interna de *aufhebung* do capital, pela qual o socialismo foi subsumido ao planejamento capitalista. Na crítica à dialética, Negri identifica a necessidade de repensar emergência do antagonismo com uma lógica interna própria, algo que ele desenvolverá a fundo nos anos 70. Por fim, o objetivo do tópico a seguir é fundamentar o operaísmo de Negri, e preparar a transição para a conceitualização do operário-social dos anos 70 em ligação com o movimento da Autonomia que explode em 77, em continuidade com o método operaísta.

### 2.3.1. A *Aufhebung* do socialismo no capital: da necessidade de destruir a dialética capitalista

Apesar de não ser seu primeiro texto operaísta *publicado* (o ensaio sai apenas em 77 na coletânea de textos de Negri, inédita em português, *La Forma Stato*), podemos afirmar que *Labour on the constitution*, por ser escrito em 1964, é o *primeiro* texto teórico efetivamente *operaísta* de Negri. Como afirma Murphy, “esse ensaio, [...] constitui a ponte entre seu trabalho inicial na filosofia do direito e os escritos sobre subjetividade, organização e resistência da classe operária que o preocupariam, com poucas exceções, até sua prisão em 79” (MURPHY, 2012, p. 66). Uma ponte que, após ser atravessada, é impossível voltar: muitos temas retrabalhados nos anos posteriores, e mesmo temas maduros de sua obra (como a questão do poder constituinte), aparecem pela primeira vez, em tom embrionário, nesse ensaio, que forma uma espécie de trinca correlacionada de problemas, com os textos mais conhecidos, *La teoria capitalistica dello stato nel '29*, *John M. Keynes* e *Marx sul ciclo e la crisi*, ambos publicados em 68, e que serão o material base que analisaremos, também, no próximo tópico. Em nossa perspectiva, essa trinca de textos nos fornece não apenas as primeiras contribuições teóricas de Negri ao operaísmo (que já militava principalmente com os operários de Pádua, e já havia publicado alguns panfletos relacionados ao seu trabalho como militante em *Classe Operaia*), desenvolvendo em complexidade e problemas, teses já trabalhadas por Panzieri e Tronti, como a problemática do capital social e do plano do capital, por exemplo, como, ao mesmo tempo, já preparando nesses textos, o terreno para sua obra dos anos 70 e para isso, já apontando determinados limites no “operaísmo cru” (como afirma Negri) dos anos 60, principalmente, a necessidade de *repensar* a composição de classe e a figura do operário-massa e de romper *em definitivo* com a *dialética do capital*. Sendo assim, esses textos marcam uma espécie de *limiar* do que podemos chamar de uma primeira fase ou

onda do operaísmo, que tem em Tronti seu principal referente, para uma segunda fase, que trataremos no restante da tese, e que tem em Negri seu principal teórico. Nesse tópico, analisaremos a reconstrução de Negri da problemática do Estado-plano, e o problema da dialética do capital, que será um ponto fundamental para toda obra posterior de Negri, e que caracteriza sua leitura operaísta singular, importante assim, para sua própria contribuição a uma ciência operária da crise da subversão.

Vimos como, em Panzieri e Tronti, a socialização do capital operava a transformação da chamada “sociedade civil” em uma sociedade-fábrica. Em *Labour on the Constitution*, o método operaísta é utilizado por Negri como uma ferramenta adequada para uma análise de uma das instituições que, subsumidas ao capital, serão também transformadas no processo: o direito e a constituição do Estado. Se lembramos que o texto é escrito em 64, estamos no período de *transição* da esquerda operaísta, da experiência de *Quaderni Rossi* para *Classe Operaia* e, como lembra Negri, em uma entrevista posterior, a crítica das instituições é um elemento que será introduzido paulatinamente apenas *a partir* de *Classe Operaia*, uma inovação mesmo em todo campo do marxismo, ampliando em muito o escopo da análise (cf, NEGRI, 1979, p.), sendo assim, Negri é pioneiro nesse quesito, ao levar o método desenvolvido pelo operaísmo para uma análise das instituições sociais, em uma análise operaísta não apenas da fábrica. Por fim, esse ensaio, por ser uma análise não apenas do Estado, mas da instituição jurídica italiana e europeia, acaba por servir de ponte, ligando os temas da pesquisa anterior e “acadêmica” de Negri, sobre o Estado moderno burguês e o formalismo jurídico, com seu interesse militante e teórico, marxiano-operaísta.

Partindo, assim, de um horizonte comum com a pesquisa de Panzieri e Tronti, o ensaio visa tratar de “[...] problemas relacionados à redefinição do Estado contemporâneo como um ‘Estado social’, um ‘Estado planejado’ e um ‘Estado do trabalho’ (NEGRI, [1964] 1994, p. 53). O principal objetivo do ensaio é analisar como esse “Estado Social” capitalista pós-guerra pode ser dito socialista, em um sentido muito específico: o de uma *Aufhebung* do socialismo<sup>30</sup>, não apenas de sua ideologia, mas como estabelecimento de alguns axiomas e postulados de funcionamento pelo capital, produzindo uma situação *apenas* aparentemente paradoxal: a de que a integração do corolário socialista pelo capital, com suas “mudanças institucionais, produzidas por mudanças políticas subjacentes, não alteram a natureza de classe do Estado burguês, *mas aperfeiçoam-na*, tornando-o *adequado às novas necessidades*

---

<sup>30</sup> Negri se refere ao termo essencial da lógica hegeliana não por acaso, pois, como veremos, Negri pensa o capitalismo como funcionando dialeticamente. Nesse sentido, seu interesse aqui, é entender com o projeto socialista, primordialmente antagônico ao capital, foi sublimado pelo funcionamento do capitalismo socializado, de forma mais específica, no Estado-Plano keynesiano.

*do desenvolvimento do capital*” (NEGRI, [1964] 1994, p. 53, *grifo nosso*). Sendo assim, veremos como Negri, de fato, vai muito além da crítica panzieriana ao socialismo togliatiano, e mesmo do recuo que Tronti opera em sua análise operaísta por uma política do partido que representava esse modelo de socialismo na Itália. A crítica aqui é *estrutural*: ela visa demonstrar como o socialismo se tornou, *efetivamente*, um modo de gestão social viável ao capitalismo no pós-guerra, e é inseparável dele, por isso mesmo, separado, *em definitivo*, das necessidades da classe operária: dito de outra forma, o socialismo e suas instituições, não tem mais nenhum vínculo com um projeto comunista, algo bastante ambíguo em Panzieri e já menos em Tronti. O objeto empírico de estudo é a “nova” constituição italiana de 48: que, em seu primeiro artigo, afirma que a “república democrática italiana” é *fundamentada no trabalho*. Negri, assim, está interessado em entender como a questão do trabalho, já em 48, carregava o sentido da tradição do movimento operário socialista, mas fazendo-o funcionar, como elemento central, *por dentro* da constituição burguesa italiana. Como o trabalho, símbolo (e mesmo fetiche) da perspectiva que o socialismo tem do operário, se torna a fundamentação da nova constituição reformista burguesa? Se, como afirma Negri, “[...] ninguém poderia negar que uma influência fortemente subversiva havia conseguido penetrar na cidadela mais fortificada do já ameaçado poder econômico e político burguês” (NEGRI, [1964] 1994, p. 54), ao mesmo tempo, é inegável que, 20 anos depois, essa afirmação já era uma espécie de *consenso*: “nos últimos quinze anos, a Constituição se enraizou tão firmemente na consciência dos italianos, juristas e políticos, que hoje consideramos como bases sólidas o que ontem eram mais suspeitas” (NEGRI, [1964] 1994, p. 55). Negri destacará então o conteúdo totalmente *político* da constituição (cf, NEGRI [1964] 1994, p. 55) *a partir* do desdobramento de uma lógica expressa nesses termos: aquilo que se constituiu, outrora, como uma ameaça à burguesia, isto é, a perspectiva subversiva do trabalho, é introduzido na maquinaria da constituição (capitalista) como sua ordem regular, ou seja, temos uma *integração*, que buscará resolver a contradição, eliminando o antagonismo *por dentro* do sistema, por meio de uma forma processual *dialética* de mediação capitalista (cf, NEGRI, [1964] 1994, p. 55). No entanto, Negri aqui não toma a via mais fácil: não é uma questão de opor ou comparar ideologias, isto é, de como a constituição italiana falsifica ou não a ideologia socialista, mas de buscar explicar as causas dessa transformação interna na própria constituição da forma-Estado, na própria racionalidade do sistema jurídico: “desde os constitucionalistas mais eruditos até os mais ingênuos, a lição é a mesma: o trabalho deve ser o princípio constitutivo da forma estatal” (NEGRI, [1964] 1994, p. 55). Mais precisamente, esse trabalho é o *trabalho produtivo*, ou seja, o trabalho que produz diretamente mais-valor,

“corretamente ou erroneamente, considerado próprio da ideologia socialista” (NEGRI, [1964] 1994, p. 56) e, agora, “reconhecido [...] como componente fundamental da estrutura da sociedade e, portanto, como base da produção social” (NEGRI, [1964] 1994, p. 55). Ora, não há ingenuidade aqui em Negri: se, indiretamente, é uma crítica à ideologia que fundamenta a esquerda parlamentar italiana, diretamente, é uma expansão da reflexão de Panzieri e Tronti, sobre os sentidos do plano do capital social, redimensionadas agora como uma espécie de *aufhebung* do socialismo, que foi metabolizado pelo capital:

Dada a presença e relevância geralmente reconhecidas de um conceito de trabalho tipicamente ideológico e especificamente socialista, dada a centralidade e influência desse conceito em todo o arranjo constitucional, pode-se chamar a Constituição italiana de uma Constituição socialista? [...] Estamos diante da celebração constitucional do trabalho produtivo e dos interesses proletários subsequentes, e depois a reconfiguração constitucional de uma ordem claramente burguesa na afirmação da liberdade e igualdade formais e na hegemonia dos interesses produtivos do capital: alguns princípios fundamentais socialistas e então uma Constituição social. [...] Por outro lado, [...] esses princípios, comuns à tradição socialista, tenham sido transfigurados pela nova realidade em que estão situados e lá, longe de representarem uma força subversiva, sirvam para fundamentar e garantir algumas das necessidades primárias do desenvolvimento econômico e social da burguesia (NEGRI, [1964] 1994, p. 56 – 57).

A chave para explicar porque uma reforma capitalista teria um conteúdo socialista é definitivamente, para Negri, uma resposta *operaísta*: o que há de *progressivo no capital* é produzido *pela classe operária*: “ao lado do reformismo capitalista, sempre há a luta da classe operária. É a luta operária que materialmente impõe o reformismo ao capital; é a luta operária que praticamente descarta os medos, as inquietações e as tendências regressivas da classe capitalista” (NEGRI, [1964] 1994, p. 80–81). Negri quer dizer duas coisas aqui: a primeira é que o capital deve seguir o lastro das lutas, isto é, deve *adequar* o seu modelo de desenvolvimento à recusa operária, que se intensifica na socialização massiva do capital, retomando aqui os desenvolvimentos de Panzieri e Tronti. Ou seja, a forma reformista é sempre capitalista, sempre adequada à forma-desenvolvimento do capital, na tentativa iminente de integrar, isto é, sintetizar à sua forma, o elemento do antagonismo das lutas que deve ser mistificado, anulado, bloqueado, restringido, tornado, no máximo, uma contradição que sempre se resolve *no sistema*, mas que não provoca sua destruição: “se as forças que contestam o projeto capitalista, que estão sempre presentes e continuamente renovadas, estão dentro do próprio capital, então o projeto capitalista deve se moldar a elas e se construir com base em seu mapeamento. As diferentes intensidades do projeto [...] são definidas dessa forma” (NEGRI, [1964] 1994, p. 103). A segunda coisa que Negri afirma é que a *aufhebung* do socialismo pelo capital, expressa na constituição burguesa socialista, assume a forma de

uma “democracia do trabalho”, o que o capital interpreta, em seu ponto de vista, como uma espécie de *iluminação* — isto é, como uma nova maneira de gerir e administrar a própria lei do valor, sua própria forma-desenvolvimento e modelo de acumulação e exploração. Por *aufhebung*, devemos entender a própria dialética capitalista, que vai subsumindo a sociedade, e tentando integrar e englobar todos os processos produtivos e sociais, incluído aí, os antagonismos, como vetores de seu próprio desenvolvimento, nesse sentido, é a própria lógica da subsunção formal e real do trabalho ao capital.

Fica visível, assim, como a instituição jurídica, de fato, sempre uma instituição burguesa, não pode ficar para trás nesse processo de subsunção da ciência na reorganização do capital no pós-guerra, refletindo de maneira eficaz o desenvolvimento capitalista, “na [...] medida em que a reunificação da sociedade e do Estado dentro da constituição da sociedade-fábrica impõe [...] tornar os modelos formais de ordenação adequados à realidade das relações produtivas [...] diretamente em vigor ao nível estatal” (NEGRI, [1964] 1994, p. 63), traduzindo, ou seja, *mistificando* os termos antagonistas da classe via discurso jurídico. Temos em nossas mãos uma situação paradoxal: a disciplina aparentemente mais não-marxista que existe, isto é, a teoria burguesa do direito, tem como seu fundamento moderno, a mistificação do antagonismo explosivo e inegável entre o capital e trabalho, que se tornam “condição geral da ciência jurídica” (NEGRI, [1964] 1994, p. 67), afirmando aí a “convergência entre a teoria marxista e as teorias constitucionalistas” (NEGRI, [1964] 1994, p. 68), ou seja: a instituição jurídica, para bem manobrar o antagonismo que surge do trabalho, deve se reajustar com base em princípios socialistas de administração — aprender com Stalin a partir do temor por Lenin. Nesse sentido, Negri amplia, à sua maneira, as análises da técnica de Panzieri (afinal, o direito também é um dispositivo técnico), assim como as análises de Tronti da ciência do capital, isto é, da ciência como poder: “em uma sociedade reconstruída pela função [...] da acumulação de capital coletivo, a ciência jurídica [...] acompanha adequadamente o ritmo constitutivo do poder, identificando seus desenvolvimentos [...] na dupla disciplina de interpretar a sociedade e criar um sistema” (NEGRI, [1964] 1994, p. 68). Nesse sentido, se, com razão, podemos afirmar que o direito é “um instrumento tecnocrático de racionalização e homogeneização capitalista” (NEGRI [1964], 1994, p. 71), ao mesmo tempo, é exatamente por ele ser um dispositivo político que ele é tomado de ponta a ponta por um antagonismo *que o ameaça*. É assim, de fato, com todo campo científico, na subsunção real do capital: “por estar inserida na sociedade, a ciência se torna interna ao próprio capital. O capital unifica a ciência de sua própria acumulação e a ciência da sociedade — e a ciência está disposta a operar no capital sem renunciar ao seu

próprio caráter científico” (NEGRI, [1964] 1994, p. 67). É por isso que o direito, como demonstra Negri, *é produtivo* — mistificando e espelhando, aí, o trabalho — pois visa intervir na ordem existente: não basta apenas a instituição jurídica “adotar” a realidade das relações sociais (cf, NEGRI, [1964] 1994, p. 71), é preciso que o direito e sua institucionalidade se torne produtivo *de normas e leis*. Nos permita dar apenas um exemplo, pois Negri viverá na pele a consequência dessa transformação da esfera jurídica em um mecanismo de planejamento do capital: a criação nos anos 70 dos *pentiti* (uma espécie de delação premiada) pelo Estado italiano nos “anos de chumbo”, responsável por auxiliar no encarceramento e aumentar a pena de uma série de militantes de esquerda considerados “terroristas” pelo Estado, do qual Negri é o caso mais famoso<sup>31</sup>.

Negri demonstra como no capitalismo desenvolvido, “quando o trabalho passa a ser visto como uma força produtiva em um nível social e sua organização investe a totalidade da sociedade-fábrica” (NEGRI, [1964] 1994, p. 64), o fundamento da constituição *só pode ser o trabalho*: ora, com a subsunção real, o trabalho abstrato se torna o único critério de valorização social: “o trabalho, como fonte de criação de riqueza, é assumido como o critério exclusivo de valorização social na medida em que a sociedade-fábrica elimina qualquer outro critério concorrente, qualquer outra fonte de produção de riqueza” (NEGRI [1964] 1994, p. 79). Sendo assim, as instituições capitalistas devem começar a modificar sua estrutura interna e seu próprio conteúdo abstrato, se adequando ao motor do desenvolvimento capitalista: “o trabalho, como fonte de produção social completa, torna-se uma fonte do Estado; a constituição é uma constituição do trabalho, ou seja, da relação de trabalho assalariado” (NEGRI, [1964] 1994, p. 81). É por isso que a constituição *reflete*, à sua maneira, a *noção socialista* de trabalho produtivo, e o Estado capitalista e suas instituições *realizam* a máxima socialista: “quem não trabalha, não come” acentuando, em vez disso, o caráter abstrato do trabalho e fundamentando as concepções de democracia e igualdade nesse trabalho abstrato” (NEGRI, [1964] 1994, p. 65). Podemos afirmar, assim, que se há uma passagem da subsunção formal para a subsunção real no capital, essa subsunção também ocorre nas próprias instituições capitalistas, incluindo a instituição jurídica. São essas instituições que vão tentar remodelar internamente o caráter “exclusivamente capitalista” do trabalho. É isso que permite que Negri defina ainda *uma outra passagem*, do Estado de direito burguês ao Estado social capitalista, nesse sentido, modificando o sentido moderno de “sociedade-civil”. Isto é, do

---

<sup>31</sup> Em troca das informações usadas para incriminar Negri e seus companheiros, *os pentiti* — incluindo aí alguns brigadistas — recebiam sentenças mais curtas ou até liberdade: esse processo foi bastante usado para manter Negri encarcerado injustamente, isto é, quando as acusações feitas pela promotoria do Estado caíam, outras ainda mais absurdas tomavam o seu lugar.

antigo Estado liberal, para o Estado social do capitalismo coletivo, que realiza o plano do capital. Obviamente, esse movimento exige uma série de mistificações: uma das mais visíveis é que a classe operária e o proletariado, seu caráter de classe e antagonismo, é mistificado pelo conceito abstrato de “povo”. Um “povo” que é “convocado” a participar da produção do produto social — para depois receber suas migalhas pela participação e para sua reprodução, um “povo” que deve ser organizado docilmente no processo geral de produção capitalista na sociedade, “chamado a gerir sua própria exploração social, a garantir a continuidade e reprodução do movimento geral de acumulação” (NEGRI, [1964] 1994, p. 79). A crítica aqui é direta aos rumos do movimento operário oficial e da ideologia do togliattismo. Para os operaístas, o conceito de povo é um insulto, uma ofensa que era constantemente escarrada na cara da classe trabalhadora, porque se o povo sofre, a classe luta e resiste<sup>32</sup>. Negri aqui, já está pontuando uma definição de comunismo como ponto de vista imediato operário que é virulentamente *anti-socialista*, pois a fagocitose do socialismo no capital, como gestão do capital social, é a maneira, reativa, no entanto, de como o capital conseguiu melhor conter o antagonismo da classe, sendo, enfim, o melhor modelo para o reformismo socializado:

Não pretendemos negar a profunda transformação interna, a reestruturação e o progresso representados pelo capital ao assumir o trabalho como sua própria categoria constitutiva em um nível social e, portanto (como vimos), como uma categoria científica [...] O que gostaríamos de destacar é que essa reforma ainda é sempre interna ao capital, que integra os elementos do reformismo socialista no momento em que sinaliza a afirmação histórica da sociedade-fábrica. Mesmo que tudo isso seja muito importante para o processo burguês de emancipação do trabalho, portanto, nada tem a ver com a libertação da classe operária (NEGRI, [1964] 1994, p. 65 – 66).

Partindo do contexto da sociedade-fábrica e do problema do capitalista coletivo, mas expandindo a análise de Panzieri e Tronti, Negri aponta o esforço de uma gestão democrática do trabalho, em tornar a classe não autônoma, mas *autossuficiente em sua exploração*, isto é, negando o seu caráter de classe, em função de um populismo barato, símbolo do togliattismo: “os modelos de socialismo humanitário são assumidos como emblemas [...]. O patriotismo [...] na produção social é o slogan final do esforço capitalista de solidariedade [...] e todos os produtores são igualmente empregados no sacrifício comum da produção” (NEGRI, [1964] 1994, p. 60 – 61). Como afirma Murphy (cf, 2012, p. 66), o que Negri identifica na constituição italiana é a própria sanha capitalista de tornar o trabalho concreto em trabalho abstrato, o que significa, por fim, que para o projeto de acumulação social capitalista ser realizado ao nível cada vez mais socializado, levando o antagonismo de classe em conta, os

---

<sup>32</sup> A crítica de Negri ao conceito de “povo” pela perspectiva da Multidão pode ter sua genealogia traçada desde aqui.

“princípios socialistas da democracia do trabalho” (NEGRI, [1964] 1994, p. 61 – 62) se tornam *completamente adequados*. A “função da constituição é definir um quadro conceitual e jurídico [...] por meio do qual se redefine o antagonismo fundamental ou a incompatibilidade do trabalho com o capital como uma mera contradição lógica abstrata ou como um mecanismo hierárquico” (MURPHY, 2012, p. 67 – 68). As razões históricas para tanto ainda não estão completamente esclarecidas — no ensaio, não temos ainda uma análise profunda da composição de classe, que tende a se aprofundar no ensaio sobre Keynes, — no entanto, Negri extrai aqui a forma fundamental de crítica ao reformismo: a definição do capitalismo reformista, que é sempre um *reformismo das lutas* que, por sua vez, impõem um processo contínuo de reestruturação capitalista, projetado para conter a própria *negação do sistema* que se expressa nas lutas (cf, NEGRI, [1964] 1994, p. 58 – 59). É nesse sentido que toda “revolução burguesa” tem um rosto proletário e operário e que “toda mediação política das forças burguesas foi [...] imposta, pelo nível atual de recusa e luta dos trabalhadores — direcionada para soluções necessárias para avançar na concentração e racionalização do poder coletivo dos capitalistas” (NEGRI, [1964] 1994, p. 60).

Negri assim está armado para, em primeiro lugar, efetuar sua crítica ao movimento operário como *fazendo parte* do movimento da *dialética de desenvolvimento do capital* e, em segundo lugar, afirmar *a necessidade constante de buscar novas formas de organização das lutas*, expressando assim, sua *autonomia como ruptura*, e não na forma de sua integração ao sistema. Se Tronti já tinha apontado que existe uma ambiguidade fundamental, na forma do antagonismo, entre o trabalho e capital, Negri demonstra que *o mesmo* se pode afirmar *da classe* e de seu movimento organizado de cima: parece paradoxal, mas faz parte da organização imanente da classe *suplantar* as próprias formas de organização do movimento operário, e esse movimento está, por sua vez, implicado na *lógica da contradição que move* o processo de desenvolvimento do capital:

Como um movimento organizado, a classe operária está completamente inserida na organização do capital, que é a organização da sociedade. Seus lemas, seu aparato ideológico e burocrático são todos elementos situados dentro da dialética do desenvolvimento burguês. Portanto, a relação entre a classe operária e seu movimento organizado é dupla e ambígua, assim como a relação entre a classe operária e o capital. Ela varia entre momentos de coincidência absoluta e momentos em que a forma atual de organização, seus lemas e sua ideologia são todos liquidados juntamente com os níveis singulares do desenvolvimento reformista do capital — mesmo que tenham sido impostos pela classe operária. Porque a classe constantemente coloca em curso sua luta revolucionária, ela vai além das etapas singulares do desenvolvimento capitalista e, ao ir além delas, também vai além das formas historicamente determinadas de sua própria organização, congruentes com essas etapas — a fim de criar novas formas mais avançadas, mais abrangentes e determinar novos objetivos para a luta da classe operária. A *Aufhebung* capitalista

queima os lemas e as organizações históricas do proletariado, congelando-os em níveis singulares de seu próprio desenvolvimento; a *Aufhebung* da classe operária posteriormente queima os níveis sucessivos do desenvolvimento do capital, rerepresentando sua ruptura e sua superação (NEGRI, [1964] 1994, p. 60).

Estamos chegando em um dos cerne do pensamento de Negri e de sua relação com o operáismo, e de sua crítica demolidora da dialética, como movimento essencial do capital, e, como consequência, a afirmação de que socialismo como reformismo social do capital, está separado assim, da potência de ruptura da classe operária: Negri afirma que a *Aufhebung* capitalista *do* socialismo assume para si mais duas máximas socialistas: a primeira, ela assume como utopia, a segunda, como modelo organizativo de seu desenvolvimento. A primeira é aquilo que Engels, no *Anti-Duhring*, denominou de “definhamento do Estado”, a tese pela qual, no socialismo realizado, o Estado se torna obsoleto, definha e morre, *sem precisar ser abolido*. No capitalismo avançado isso volta a aparecer ainda mais mistificadamente, isto é, “despojado de sua condição primária, ou seja, a recusa dos operários à subordinação generalizada — que é transfigurada a ponto de se tornar uma utopia capitalista de gestão da acumulação confiada a um puro consenso social” (NEGRI, [1964] 1994, p. 94), o capital assim, transforma para si esse elemento *em uma ideologia propriamente capitalista* — volta e meia tagarelada pelos anarcocapitalistas do livre mercado —, dado que o capital *precisa* do Estado e da força de suas instituições para sobreviver e imputar o comando na subversão da classe operária. A segunda e mais importante máxima socialista que o capitalismo toma para si é aquela da “revolução permanente” que permeia também todas as suas instituições: “no capital, em seu próprio direito e, acima de tudo, em seus modos de produção, a própria mística da 'revolução permanente' parece estar *aufgehoben*” (NEGRI [1964] 1994, p. 101). Como afirma Murphy, “para Negri, a autoexploração dos trabalhadores como força de trabalho constitucionalizada [...] representa [...] a absorção final do socialismo reformista dos sindicatos e dos partidos de esquerda em um capitalismo socializado, porém, ainda explorador” (MURPHY, 2012, p. 67). O que estamos observando aqui nesse processo de uma *Aufhebung* capitalista é que o desenvolvimento capitalista é *em si* um processo dialético. Existe, assim, uma *dialética do capital*. *A dialética é o processo pelo qual o capital engloba a classe operária, em suas múltiplas transformações, como seu fator de desenvolvimento*. Tomamos o exemplo do direito do trabalho: aquilo que é originariamente uma recusa, que “tem primeiramente o conteúdo negativo da recusa do trabalhador à dinâmica cega de um capital em livre troca” (NEGRI, [1964] 1994, p. 116), ou seja, uma negação *do* próprio desenvolvimento, uma contradição, é transformada em uma positividade

no sistema, isto é, ela é integrada, mas, nessa integração, ela é transvalorada ou valorizada para o capital. Sendo assim, aqueles elementos que ameaçam o sistema “passam a ser assumidos como necessários para a criação de um mercado livre de força de trabalho e sua definição como adequada às necessidades de desenvolvimento” (NEGRI, [1964] 1994, p. 116). Ora, começamos aqui a identificar um pequeno *clinamen* no que remete a teoria operaísta de Tronti: a dialética, aqui, é *menos a lógica do confronto antagonista entre capital e trabalho*, entre as duas classes, do que *aquilo que o capital faz, em seu favor, com as lutas de classe*. A dialética é *menos a forma das lutas*, mas *a forma do capital*: “o que nos interessa aqui é a *forma* de articulação procedimental do movimento global: uma *forma* [...] que é [...], dialética, na medida em que resolve oposições como mediação prolongada em um movimento contínuo” (NEGRI, [1964] 1994, p. 120, *grifo nosso*) e, ainda, “o processo é *completamente dialético* no sentido de que envolve uma contradição. Em suma, ele é configurado historicamente — carregado de toda a determinação que a materialidade da produção social traz para o esquema de sua solução *formal*” (NEGRI, [1964] 1994, p. 117 – 118, *grifo nosso*). Assim como em Tronti, a dialética é a *síntese histórica* do protagonismo das lutas, por dentro e contra o mecanismo de desenvolvimento do capital, mas *contrariamente* ao esquema de Tronti, a ênfase de Negri está na *crítica da síntese*; é uma crítica, então, à dialética do capital *em favor* de uma afirmação imanente, imediata, do antagonismo das lutas — que, nesse ensaio, no entanto, ainda não constituem sua lógica própria, o que será fundamentado por Negri a partir da pesquisa junta aos movimentos dos anos 70, como uma lógica da separação, cisão e da autovalorização, o que veremos nos próximos capítulos. Aqui, a dialética do capital é o movimento próprio de *integrar e anular* o antagonismo, ou seja, torná-lo *apenas* contradição no sistema, o que o torna ainda uma mera função bem acolhida do desenvolvimento capitalista que, como vimos, não tem iniciativa própria, e é uma máquina estritamente reativa e gregária aos movimentos da classe. Negri, já supera assim, uma ambiguidade no pensamento de Tronti: o antagonismo agora é afirmado exclusivamente como ruptura, como cisão, portanto, é completamente *não-integração* — e nesse sentido, em uma crítica *a priori* da tese da Autonomia do Político, não faz sentido falar em um desenvolvimento operário do capitalismo, pois isso seria apenas perder o ponto de vista da classe afirmar o ponto de vista do capital, nesse sentido, seria não fazer ciência operária, como pensara e defendido o Tronti de *Operários e Capital*. No entanto, Negri ainda não desenvolverá todas as implicações políticas dessa tese nesse ensaio. O que ele desenvolve é o problema que isso implica na organização, tanto para o capital, quanto para a classe operária. Se, de fato, a dialética, sua negação da negação é o esclarecimento, o iluminismo do próprio

capital e uma espécie de *apoteose* capitalista da força do trabalho como *Aufhebung* do socialismo, na mesma medida, a dialética é um trabalho de Sísifo para a classe dos capitalistas, pois ela não pode deixar de insuflar (nunca resolvendo definitivamente), o antagonismo de classe em níveis mais extremos de conflito:

A conflitualidade inerente às relações isoladas de produção capitalista se expande e torna-se presa de todo movimento social — é contagiosa, capaz de perturbar toda síntese. [...] O Estado foi confiado a uma dialética que poderia resolver todas as contradições, mas por causa dessa dialética ele se encontra agora diante de uma contradição muito maior. A dialética do modelo deveria fornecer a possibilidade de reconstruir um horizonte pacificado, mas, ao invés disso, essa dialética levou a tais dores! Agora, a contradição coloca uma totalidade contra outra; toda a sociedade é reconfigurada como um local de tensões não resolvidas e insolúveis. A pacificação da conflitualidade concreta do modelo de trabalho abstrato é, no plano da realidade, um desejo, mas não um desejo que seja realmente alcançável — ou melhor, é uma espécie de trabalho de Sísifo, continuamente interrompido, sempre retomado, e agora mais do que nunca, uma síntese impossível (NEGRI, [1964] 1994, p.124).

Dito de outro modo, *é o capital que é dialético*, e suas instituições, e até mesmo o seu partido (de direita ou esquerda), *mas não a classe*, não o *seu antagonismo*. Ou ainda: a classe só é dialética como contradição, com síntese do antagonismo no mecanismo de desenvolvimento do capital, o que é um limite à potência de seu antagonismo. Como afirma Murphy, antecipando algumas das conclusões posteriores que Negri assumirá nos anos 70, “a contradição é dialética, hegeliana e, portanto, sujeita a síntese e acomodação, enquanto o antagonismo é não-dialético, diferencial e incapaz de ser acomodado dentro do capital” (MURPHY, 2012, p. 67). Duas conclusões se extraem daí: a primeira é que “as antinomias devem se tornar dialéticas, evitando confrontos decisivos e crises” (NEGRI, [1964] 1994, p. 125); a segunda, que depende dessa, é que, se o capital deve sintetizar o antagonismo o adequando à sua forma-desenvolvimento, então sua dialética não pode ser um sistema fechado, e o capital não é um sistema de feedback positivo, pois o antagonismo abre franjas e farpas na sua carapaça, sendo necessário o elemento da *coerção* para o capitalismo funcionar dialeticamente, o que define que o capitalismo moderno e sua dialética é um sistema de *violência* contra a classe, contra a própria expressão da autonomia da classe, dado que, quando um elemento de “incentivo” não funciona, é necessário a coerção para ajustar o antagonismo ao sistema, como “um elemento positivo do desenvolvimento” (NEGRI [1964], p. 125). Para Negri, a necessidade forçada da introdução da coerção e da violência é a intrusão, no sistema dialético capitalista, *de uma transcendência*: “o modelo, em suma, embora confiado a uma justificação imanente, entrou em colapso. Apenas a transcendência do poder pode servir para lhe dar sustentação real” (NEGRI, [1964] 1994, p. 133). Uma espécie de *deux ex machina*, “quase insultante para aqueles que projetam o modelo capitalista”, mas

“perfeitamente adequada ao modelo” (NEGRI, [1964] 1994, p.130), tenta recolocar o veículo da lei do valor nos seus trilhos. A mediação política que estrutura a reforma capitalista, necessita assim de um suplemento, “requer a recuperação da autoridade e da transcendência” (NEGRI [1964] 1994, p.133), que permite com que se opere a síntese que resolve a contradição *no* sistema, demonstrando a parcialidade do ponto de vista científico do capital: “a perspectiva científica é mais uma vez revertida e empurrada em direção a horizontes de mera facticidade, justamente quando parecia querer se situar felizmente na plenitude da síntese, na alegria de uma plena comunhão histórica” (NEGRI [1964] 1994, p. 133). Contra essa parcialidade *mistificada* que defende um ponto de vista que se toma por generalidade e universalidade científica — um ponto de vista sem perspectivismo, sem multiplicidade, Negri estabelece um quadro teórico que, como vimos, apenas a afirmação do ponto de vista de classe pode destrinchar, desmistificando, na contradição (como ponto de vista do capital sobre a classe em função de seu desenvolvimento), o elemento afirmativo do antagonismo:

Nesse plano, o antagonismo, cuja reconciliação era nosso ponto de partida, reaparece e torna qualquer mediação possível inútil. Todo o movimento da construção do modelo do Estado do trabalho, e a análise que é feita dentro dele da composição de seus motivos em unidade, agora pode ser visto em sua forma invertida: onde há unidade, podemos ver contradição, e onde há contradição, podemos ver antagonismo (NEGRI, [1964] 1994, p. 133, grifo nosso).

*A crítica operaísta possível*, mencionada por Negri no fim do ensaio, deve se colocar em um nível que não é o do “conteúdo da oposição, mas sim da forma do conflito que o fim da tentativa de mediação assumirá” (NEGRI, [1964] 1994, p. 134), ou seja, *destruir a dialética do capital*, passar da contradição *ao* antagonismo, organizar a revolução:

*A dialética está encerrada. Hegel está morto. O que resta de Hegel é a autoconsciência do mundo burguês. O mundo burguês é dialético e não pode deixar de ser dialético. Mas nós não somos. A crítica operaísta não é hoje a restauração da dialética, mas sim a descoberta do terreno e da forma do conflito* (NEGRI, [1964], p. 134–135, grifo nosso).

A morte de Hegel tem um sentido também biográfico aqui: para Negri, é romper qualquer comprometimento seu com qualquer resquício de ideologia burguesa, que ainda poderia se manifestar em algum de seus primeiros livros “acadêmicos” dos anos 50<sup>33</sup>, e a afirmação de seu compromisso com a imanência e a materialidade das lutas. Teoricamente, se Negri avança em sua leitura operaísta das lutas e já se distancia de alguns elementos conceituais da linha operaísta de Tronti, esbarramos ainda em um limite teórico, que se expressa como uma série

---

<sup>33</sup> A tese de Negri, publicada como livro em 1958, é sobre o problema do estado e do direito no jovem Hegel: (1958) *Stato e diritto nel giovane Hegel. Studio sulla genesi illuministica della filosofia giuridica e politica di Hegel*.

de problemas para as duas classes: se, pelo ponto de vista do capital, o elemento necessário ao complemento dialético é a autoridade e o comando como violência transcendente para manter a dialética da lei do valor funcionando, o que a classe operária precisa fazer para romper a dialética? O que significa a crise no sistema para o capital e para a classe operária? São reflexões que ficam em aberto e que Negri retomará, quando posteriormente, afirmar que a história do capital é feita por duas violências: a da lei do valor orgânica ao desenvolvimento, e da lei do valor irracional, inorgânica, como imposição da troca, quando as condições de troca não estiverem mais dadas, depois do limiar das lutas de 68, como veremos, principalmente, no capítulo 3. Era necessário, assim, entender como esse modelo formal dialético funcionava efetivamente, para além da estrutura jurídica, na esfera da economia política, expandindo a compreensão do plano do capital para dar conta da “crítica revolucionária da realidade, pela crítica de dentro das coisas e dos eventos, e pela luta revolucionária” (NEGRI [1964] 1994, p. 135), dado que, se o trabalho está dentro da constituição, a classe está, de certa forma, incluída antagonicamente ao Estado e ao plano do capital.

### 2.3.2. Entre Keynes, Schumpeter, o Estado-plano e a crise: da contradição ao antagonismo

Se, em *Labour on the Constitution*, o planejamento capitalista era definido nos termos de “assumir o trabalho como a base única da valorização social e reconstruir toda a ordenação jurídica, social e política à sua semelhança” (NEGRI, [1964] 1994, p.120), em *Keynes and the capitalist theory of the State* — um dos principais textos do operaísmo dos anos 60 —, publicado pela primeira vez em 68 no primeiro número da revista *Contropiano* — formada por Tronti, Cacciari e Asor Rosa, após o fim de *Classe Operaia* —, é uma continuidade, aprofundamento e maturação das teses operaístas de Negri, dando uma consistência histórica e iluminando vários pontos que analisamos anteriormente, seja em Panzieri, Tronti, ou mesmo no último tópico sobre Negri. Pelo aprofundamento histórico das teses tratadas, podemos afirmar que esse ensaio é, junto à *Operários e Capital*, um dos textos fundamentais do operaísmo nos anos 60. O movimento chave do texto é uma análise do *Estado-Plano* — que é como, daqui para frente, Negri denomina o planejamento capitalista pelo Estado social — *não apenas formalmente*, mas como ele se constitui pós-29, isto é, *a partir* de uma estrutura econômica e política *keynesiana*. Fundamental no ensaio, então, é entender como Keynes, no ponto de vista negriano, forneceu as ferramentas teóricas necessárias para a reforma

capitalista do Estado pós-guerra, em resposta à revolução de 17 menos do que em relação à crise de 29, obviamente, pelo *ponto de vista do capital* — o que significa que o Estado capitalista reconheceu e apreendeu a presença antagonista da classe operária como uma força contrária ao seu projeto e que deve ser enfrentada e contida. Para Negri, dois *acontecimentos* foram fundamentais para a constituição dos operários como classe e, sendo assim, para a descoberta capitalista da classe operária organizada como fator do desenvolvimento social. 1848, que “levou a uma nova consciência crítica — mais ou menos mistificada — do papel central agora assumido pela classe operária no sistema capitalista” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 22), e 1917, com a Revolução de Outubro. De certa forma, para usar um conceito importante ao operaísmo, 1917 é o *fechamento* de um *ciclo de lutas* que começa em 1848, e a *abertura de um novo ciclo*. Seu balanço é marcar a ferro e fogo, e de uma vez por todas, a presença da classe operária organizada como sujeito *contra-histórico e antagonista*. Até o final desse ciclo de lutas, a história era a narrativa pela qual a burguesia narrava seus saques, *não mais*. Para a classe operária, a Revolução bolchevique é fundamental para o desenvolvimento, a partir das lutas, da *composição de classe*, ao mesmo tempo que “o antagonismo da classe operária era agora estruturado na forma independente de um Estado [...] e se tornou um foco de identificação política interna para a classe operária internacionalmente, porque era uma possibilidade de classe presente, imediatamente real e objetiva” (NEGRI [1968a] 1994, p. 24), isso significava que, “em todos os níveis da organização capitalista, agora havia uma presença mais profunda, ameaçadora e contraditória da classe operária: uma classe que agora era autônoma e politicamente consistente” (NEGRI [1968a] 1994, p. 24). Sendo assim, é a partir de 17 que um “salto revolucionário” acontece no desenvolvimento da classe, pois ela conquista sua autonomia como “ponto de vista operário” (cf, NEGRI [1968a] 1994, p. 24). Negri, assim, está dando consistência histórica ao argumento do ponto de vista operário de Tronti: ele tem sua própria genealogia, e está embasada na história da transformação da própria composição da classe. A lição que esse ponto ruptural nos deixa é que, depois dele, *nada mais pode ser o mesmo*: as bússolas perdem seu norte de referência, e essa verdade é uma chaga ardente para os teóricos do Estado capitalista. Como afirma Negri, quando o socialismo, que tinha em Lenin sua âncora, “passou da utopia para a realidade”, os capitalistas precisaram lidar com a força cada vez mais insurgente e organizada da classe operária, “que alcançou identidade política e se tornou um protagonista histórico por mérito próprio”, por tanto, “O Estado agora teria que enfrentar o potencial subversivo de uma série de movimentos de classe, que em seu conteúdo material já carregavam conotações revolucionárias” (NEGRI, [1968b] 1994, p. 24). A tentativa de *solução dialética* do problema

da classe organizada, *por parte do capital*, se dá em duas frentes, a frente externa e a interna. A primeira, busca “externalizar o perigo, isolar a república soviética militar e diplomaticamente, transformar a revolução em uma questão estrangeira” (NEGRI, [1968b] 1994, p. 24), no entanto, por mais que tenha algum sucesso, essa solução ainda é, ao nível da mediação dialética do capital, *precária*, ao tratar como “externo” um problema de desenvolvimento capitalista que é, agora, completamente *interno*, completamente imanente. Portanto, o capital deve tentar *interferir na composição técnica e política da classe*: é essa sua *solução interna*. Ora, o que caracterizava a composição de classe bolchevique era a composição técnica e política entre “poderosos novos sindicatos de massa” organizados “em movimento de conselhos de fábrica desafiando o controle sobre a produção”, liderados aí, por uma “vanguarda operária” em aliança com a base das “massas operárias” (NEGRI, [1968b] 1994, p. 25). Era necessário, do ponto de vista capitalista, *destruir* essa aliança e enfraquecer o nexo que fortalecia a composição da classe russa que servia de modelo ao proletariado global, isto é, o capital precisava “cortar a vanguarda da fábrica e a fábrica da classe — erradicar esse partido de dentro da classe: esse era o objetivo da reorganização capitalista, a forma específica de contra-ataque contra 1917 no Ocidente” (NEGRI, [1968b] 1994, p. 25). É aí que entra o papel dos sistemas de organização do trabalho, *o taylorismo e o fordismo* que, são, na perspectiva de Negri, a tentativa do capital de decompor o papel da vanguarda *dentro* da fábrica, “por meio de uma massificação do processo produtivo e uma desqualificação da força de trabalho” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 25). Ecoando Panzieri, Negri afirma a necessidade de um contra-ataque tecnológico pelo capital, na forma de um “salto na composição orgânica de novos setores, organização em linha de montagem, produção em massa, organização científica do trabalho, subdivisão e fragmentação de empregos, e assim por diante” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 25). No entanto, o problema é *também político*, e corresponde não apenas à composição técnica, isto é, o “fantasma” da Revolução de Outubro não pode ser exorcizado e ele retorna e assombra o capital em 1929. Com a massificação e socialização da força de trabalho, a classe se amplia, e se amplia aí sua tentativa de recomposição política, em “um nível mais elevado” (cf, NEGRI, [1964] 1994, p. 90).

O pós-29 se configura como a passagem do Estado de Direito (e, com ele, o fim do *laissez-faire* e da sociedade civil) para o Estado Social e para a sociedade-fábrica (cf, NEGRI, [1968a] 1994, p. 27), e Negri retoma, aqui, ampliando o sentido histórico do processo, o argumento que desenvolveu em *Labour on The Constitution*. Esse novo Estado, social e socializado, não se caracteriza — essencialmente — pelo fascismo ou totalitarismo: para Negri, não devemos confundir “o recurso imediato e local a soluções fascistas e

corporativistas” (NEGRI [1968a] 1994, p. 27) que foram soluções nacionais, como medida de organização, com a *forma* movente do regime, que, como já vimos, é a de um Estado *do* trabalho, baseado no trabalho, porque é um Estado baseado na descoberta do antagonismo inerente da classe operária. Como afirma Negri, no *Estado-plano*, se busca realizar da maneira mais eficiente possível *a lei do valor*; daí seu caráter social, e sua *aufhebung* do socialismo:

Todos os fatores heterogêneos ao pleno funcionamento e controle direto da lei do valor devem ser eliminados. Em especial, o sistema — isto é, o novo sistema, o novo Estado — é fortalecido, tornando-se mais plenamente um produto da realização da lei do valor do trabalho. Aqui, de fato, podemos dizer que a equação "Estado social igual a Estado baseado no trabalho" começa a se aplicar (NEGRI, [1968a] 1994, p. 46).

Se anteriormente o capital buscava cercar os limites do antagonismo *por fora*, em um reconhecimento apenas parcial da classe operária e de sua força, agora ele é forçado a tentar organizar o antagonismo *por dentro*. É por essas razões que o Estado Social é o Estado do planejamento, um *Estado-Plano*. Para Negri, o plano aqui é um modelo de equilíbrio, ou seja, são uma série de condições sociais, técnicas, políticas e formais (ciência do capital), que fazem com que o antagonismo funcione *dentro* do sistema, no máximo como uma contradição, mas sem “libertar-se em uma ação destrutiva independente” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 28). Dito de outra forma, o *Estado-plano*, como forma-Estado do capitalista coletivo, é o *operador da dialética* que faz a mediação (bloqueio, síntese, despotencialização) do antagonismo, antagonismo que, aqui, é assumido pelo capital, definitivamente, como o motor do desenvolvimento capitalista e que, como vimos, para ser estabilizado, necessita de um suplemento de violência *transcendente* que é necessário ao sistema (cf, NEGRI [1968a] 1994, p. 28). Esse *modelo formal*, no entanto, necessita de uma *teoria concreta* para colocá-lo em prática e, na perspectiva de Negri, é o fruto de uma meditação consciente dos teóricos do capitalismo: para Negri, é o pensamento de Keynes que estabelece o constructo fundamental da ciência do capital para uma teoria do planejamento, a partir do reconhecimento do antagonismo como motor do processo. Nesse sentido, como afirma Tronti, “a figura de Keynes faz dar ao ponto de vista capitalista um formidável salto *subjetivo*, comparável talvez, pela importância histórica, àquele a que Lenin obrigou o ponto de vista operário” (TRONTI, [[1965] [1966], 1976, p. 269, *grifo do autor*). À sua maneira, *fiel à perspectiva do capital*, Keynes pensou a crise geral do sistema capitalista, desde a Revolução de Outubro, até os anos da Depressão e, segundo Negri, com seu diagnóstico “desiludido”, “indicou para a classe capitalista internacional a terapia a ser aplicada. Keynes foi talvez o teórico mais penetrante

da reconstrução capitalista, da nova forma do Estado capitalista que emergiu em reação ao impacto revolucionário da classe operária em 1917” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 29). Era necessário, para o capital, lidar imanentemente com *o problema da composição política de classe*, que se afirmava agora como uma força unitária e antagonista organizada. Na formulação de Negri, Keynes identificou no pós-guerra a primeira oportunidade de reconstrução social capitalista, desperdiçada pelo revanchismo burguês do Tratado de Versalhes: “com a revolução batendo às portas, os líderes das potências vitoriosas simplesmente estabeleceram um sistema punitivo incapaz de reconstruir a ordem europeia” (NEGRI, [1968a] 1996, p. 30) frente à ameaça soviética. Negri aponta como, para Keynes, já era visível, como *intuição*, que se devia “consolidar a economia da Europa Central como uma muralha contra a ameaça soviética do Leste e como um freio aos movimentos revolucionários internos” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 30). Na perspectiva de Negri, todo o pensamento de Keynes é o desdobramento dessa espécie de *intuição política*: como conter a ameaça de classe que vem *de baixo*? Que se tornará um sistema científico com a maturação de seu pensamento. Ora, vimos, em Tronti, que a ciência operária é *imediatamente* política, ou simplesmente, não é ciência operária, mas é mistificação operária, ideologia, etc. Em relação ao ponto de vista do capital, no entanto, *o político*, para ser científico, tem que ser *traduzido* em termos econômicos: é isso que explica que Keynes tenha que passar da intuição política à econômica. É uma defasagem de todo pensamento que toma como ponto de vista o capital, pois fazer política, para o capital, é conter ou reagir à política da classe que é destrutiva de seu próprio sistema econômico.

A passagem da intuição política para a ciência, em Keynes, visa para Negri, “transformar sua percepção da ruptura da classe operária com o sistema em uma verdadeira razão de ser do crescimento econômico capitalista” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 31). Obviamente, esse sentido *classista* aparece mistificado nos escritos de Keynes (como bom teórico burguês), por isso, Negri afirma que “devemos ir além do significado literal de seus escritos e desvendar o problema geral subjacente a eles” (NEGRI, [1968a], 1994, p. 31). Se, como vimos, a primeira resposta para a decomposição da classe nas fábricas é pela via do taylorismo e do fordismo, isso, no entanto, ainda não está sistematizado em uma nova teoria e prática do Estado: é preciso dar ao modo de regulação do trabalho fordista e taylorista *sua nova forma-Estado*, regulando, assim, os intervalos produtivos (sociedade-fábrica-Estado) cada vez mais essenciais na estabilização do que será chamado de sociedade-fábrica. Ou seja, o taylorismo e o fordismo — sistema disciplinares de trabalho —, não são sistemas adequados à qualquer resquício de *laissez-faire* por parte do Estado e exigem uma nova forma

Estado; é por isso que, para Keynes, a guerra acaba com qualquer pretensão do *laissez-faire* assim como com os pressupostos da lei de Say da oferta que cria sua própria demanda (cf, NEGRI [1968a] 1994, p. 25 e 35). Para Negri, era necessário que o capital interiorizasse a política na economia (cf, NEGRI [1968a] 1994, p. 33), dito de outra forma, “o mecanismo do mais-valor relativo não era suficiente” (NEGRI [1968a], 1994, p. 33), enquanto não fosse “capaz de recuperar a classe operária como uma entidade política” (NEGRI, [1968a], 1994 p. 33), *dentro* do processo. Na linguagem mistificada de Keynes, segundo Negri, não basta “expandir a oferta”, é preciso “atender a demanda”, isto é, reconhecer a “demanda” como um sujeito efetivo (cf, NEGRI [1968a], 1994, p. 33). E isso vai se traduzir em termos de *emprego*: “à medida que o problema da classe operária assumia gradualmente uma formulação científica nos escritos de Keynes, tendia a ser definido conforme a tradição mística profissional da ciência econômica: como um problema de emprego na tradição objetivista bruta da economia clássica” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 34). Se, como afirma Negri, a dialética do capital não pode destruir em definitivo seu antagonista, consciente disso, todo o pensamento de Keynes estará focado em estabilizar o sistema, isto é, fazer o sistema voltar ao equilíbrio de suas crises internas: “ele recorre a esquemas formais e se dedica à reconstrução das condições para uma economia equilibrada” (NEGRI [1968a] 1994, p. 35). Ora, o taylorismo-fordismo e sua disciplina na fábrica, tendem, a longo prazo, a fazerem o antagonismo disparar *em massa* em relação à sociedade-fábrica, nesse sentido, o Estado, assumindo de vez sua figura como capitalista coletivo, deve *intervir* — violentamente, se necessário — para manter o equilíbrio, dado que o *desequilíbrio como crise* é a produção da classe operária organizada e agora massificada. No entanto, Negri alerta que o mais importante é menos a intervenção do Estado, mas sobre *aquilo* que a intervenção *deve agir*: “a característica específica da nova forma-Estado que emergiu a partir de 1929 era, na verdade, o tipo de dinâmica de classe em operação *dentro* do quadro do intervencionismo estatal, no qual o intervencionismo se baseava” (NEGRI [1968a] 1994, p. 36 – 37). Contra a dogmática liberal moribunda, a intervenção aqui *não é arbitrária*, não diminui “o mercado”, mas é aquilo que permita, a cada rodada, que o ciclo de reprodução e acumulação do capital se inicie novamente. É nesse sentido que Keynes se torna um pensador revolucionário *para o capital* e acaba, paradoxalmente, por fornecer um modelo de Estado para toda esquerda após anos 60: vejamos, a transformação da base material produtiva, via inovação técnica do taylorismo-fordismo, “não foi acompanhada por uma mudança na relação entre oferta e demanda” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 37), ou seja, *a estratégia keynesiana precisa confrontar* a dogmática liberal que “mantinha virtuosamente noções de ‘prudência financeira’ que eram

apenas uma máscara grosseira para o conservadorismo arraigado” (NEGRI, [1968a] 1994, p.37), isto é, eram necessários aumentos na demanda e um confronto intercapitalista contra sua própria ideologia, portanto, o capitalismo nesse sentido, para se tornar socialista, deveria eliminar os resquícios ideológicos de sua era liberal. Como vai afirmar Cesar Altamira, esse aumento na demanda, necessário para e estabilização do sistema, ocorria pela via do aumento do salário: “aumentos salariais, que operavam como contrapartida proporcional dos incrementos da produtividade,” e que “procuravam integrar as lutas operárias, sob a forma do aumento do consumo, a uma perspectiva do desenvolvimento capitalista” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 173). Os capitalistas, *antes de* Keynes, ainda não aceitavam completamente que “a massificação da oferta deveria ser acompanhada por uma massificação equivalente da demanda — na verdade, eles se esforçaram para buscar e defender garantias políticas para a independência da oferta” (NEGRI, [1968a], 1994, p. 37), postulando assim, uma “autonomia política” da classe capitalista que não existia *de fato* e que, a médio prazo, se configuraria em um erro de estratégia por parte do capital. Para Negri, é esse o ponto de partida de *A Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda*, que Negri considera o *manifesto político* de Keynes (cf, NEGRI, [1968a] 1994, p. 37). É necessário, no entanto, uma série de condições para construir um novo modelo de equilíbrio, a primeira delas, é “remover o medo do futuro, o fixando como presente” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 39), nesse sentido, não havia, então, alternativas para o capital em sua reação e corrida contra o antagonismo operário: como afirma Murphy, “o projeto de Keynes [...] seria a construção de um novo modelo de equilíbrio que restaurasse a fé do capital no futuro, fixando o futuro no presente. *A única forma de isso ser realizado é por meio da intervenção direta do Estado na economia*” (MURPHY, 2012, p. 78 – 79), daí o horror de Keynes, segundo Negri, *à finança*: “os riscos de investimento devem ser eliminados ou reduzidos à convenção, e o Estado deve assumir a função de garantir essa convenção básica da economia. O Estado tem que defender o presente do futuro” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 40). Ora, o *Estado-plano* funciona com base em um mecanismo de equilíbrio, é por isso que o capital financeiro é visto com maus olhos por Keynes (a crise do Estado-Plano, como veremos nos próximos capítulos, vai modificar substancialmente essa premissa na recomposição orgânica do capital): “o novo modelo econômico tinha que eliminar qualquer vestígio e possibilidade de renda não consumida, não investida, toda superprodução de capital, ou seja, toda disfunção da circulação” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 41). Para isso, é necessário que o Estado mesmo, se torne Estado *produtivo*: “O próprio Estado precisa se tornar uma estrutura econômica e, em virtude de ser uma estrutura econômica, um *sujeito produtivo*. O Estado precisa se tornar o centro de imputação de toda a

atividade econômica” (NEGRI [1968a] 1994, p. 40, *grifo nosso*), o keynesianismo é, assim, um pensamento estadocêntrico: ele tem uma disposição interna à transcendência, e não por coincidência, Keynes (e não Marx) se torna o principal ideólogo do pensamento reformista e estadista de esquerda do século XXI, nas milhares formas de neo-keynesianismo requeentadas do (neo)*socialismo*. A situação apresentada por Negri é duplamente paradoxal: Keynes descobre o que Tronti descobriu, *mas antes*, isto é, que em condições favoráveis de equilíbrio para o capital, a força da classe operária é seu motor de desenvolvimento, mas Keynes descobre isso no momento mesmo em que essa *dialética está ameaçada* por um antagonismo que *vai além da contradição e da síntese*, e a descoberta de Keynes se dá na estratégia política de tentar salvar o capitalismo, isto é, a partir do ponto de vista científico do capital: “com Keynes, a ciência capitalista dá um salto notável para frente. Ela reconhece a classe operária como um momento *autônomo dentro do capital*. Com sua teoria da demanda efetiva, Keynes introduz na economia política a noção política de um equilíbrio de poder entre as classes em luta” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 42, *grifo nosso*), no entanto, como alerta Ryan, o keynesianismo só pode funcionar, “não porque a classe trabalhadora esteja sempre dentro do capitalismo, mas porque ela pode sempre estar fora. Ela sempre ameaça estar fora, para afirmar sua autonomia, e o projeto político do keynesianismo consiste em recuperar essa ameaça” (RYAN, 1991a, p. 193). Ainda mais importante, para Negri, é que, assim, Keynes descobre que o dinamismo do sistema não tende naturalmente ao equilíbrio — que é uma questão política, de força e repressão, em última instância — o que mostra, mais uma vez, a máxima trontiana, de que o capital é uma ciência *reativa* aos movimentos antagonistas da classe operária porque a classe se encontra, sim, *por dentro e contra*, como postula Tronti, mas também é capaz de se colocar em direção ao *fora*:

Ele é forçado a reconhecer que a classe operária é o motor impulsionador do desenvolvimento e, portanto, as noções estáticas de equilíbrio definidas por Keynes nunca podem ser alcançadas de fato em termos estáticos [...] como Keynes parece reconhecer, *o sistema funciona não porque a classe operária está sempre dentro do capital, mas porque ela também é capaz de se posicionar fora dele, porque existe a ameaça contínua de que ela realmente o faça*. O problema para a ciência e o objetivo da política devem ser conter e absorver essa ameaça, essa recusa, e absorvê-la em níveis cada vez mais novos. O capital deve garantir que os fatores dinâmicos de crescimento sejam controlados, de forma que o equilíbrio de poder permaneça o mesmo. O problema, *em outras palavras, nunca é resolvido, apenas adiado*. Observando de perto, pode-se ver que o dinamismo do capital nesse ponto resulta apenas de uma luta contínua, na qual o impulso da classe operária é aceito e novas armas são forjadas para impedir que a classe aja fora do capital e fazê-la agir dentro de um quadro cujos contornos são constantemente redesenhados (NEGRI, [1968a] 1994, p. 44, *grifo nosso*).

A ciência keynesiana é uma ciência paradoxal — poderia ser diferente? Se tomamos a questão fundamental do keynesianismo, que é o *salário*, por exemplo, observamos nela o mesmo sintoma: *a tendência* do sistema não é o equilíbrio, mas *a crise*, levantada pelo antagonismo operário: há um limite possível do aumento do salário (uma exigência operária que, na Itália, será pauta das lutas dos anos 60 e 70), que, no entanto, é necessário para que o aumento da demanda eleve a propensão do consumo. Manter o equilíbrio, sem conflatar em uma crise de acumulação, é um grande desafio para o capital, dado que o fator da classe, dialeticamente, não pode ser suprimido ou removido do processo, pois é o que possibilita o próprio desenvolvimento. A teoria da “demanda efetiva” keynesiana é o cálculo sempre possível de erro, do ajuste necessário para o *Estado-plano* da luta de classes: “podemos resumir o espírito da teoria da demanda efetiva: ela pressupõe a luta de classes e busca resolvê-la, diariamente, de maneiras favoráveis ao desenvolvimento capitalista” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 44). Podemos dizer que, aonde o operariado vê o antagonismo como ruptura, Keynes vê o equilíbrio de forças como resposta ao “problema”, isto é, uma dialética como solução de uma contradição. O Estado-Plano assim, deve “ditar uma revolução contínua de rendas e propensão ao consumo, que manterá a produção e o investimento globais e, assim, trará a única forma de equilíbrio político possível — que só será efetivo se estiver disposta a assumir todos os riscos e precariedades de um equilíbrio de poder que é e permanece em aberto” (NEGRI, [1968a] 1994, p. 44), ou seja, é uma “tentativa de controle consciente dos movimentos da classe, movimentos que devem ser aceitos como dados, como elementos necessários e válidos do processo” (NEGRI, [1968a], 1994, p. 44). Ora, a longa análise de Negri aqui sobre o Estado-plano não pode nos enganar: ele não é o sujeito do processo e mesmo da análise, melhor afirmando, apenas é o sujeito, no sentido de que é um sujeito histórico que deve ocorrer atrás do movimento *desde baixo* da classe, o sujeito contra-histórico *ao desenvolvimento do sistema*. A análise, nesse sentido, mesmo versando sobre a complexidades internas do processo capitalista, se mantém fiel à imanência de um perspectivismo das lutas, *que move todo o processo*, e que quer destruir o inimigo e o sistema como ciência operária da crise e da subversão.

Como vimos, a forma do desenvolvimento capitalista é *despótica*, e necessita de um suplemento de violência de organização para poder difundir a exploração por toda a sociedade, isto é, o Estado-plano é o Estado adequado para a sociedade-fábrica, “na maneira particular como articula a organização e repressão em toda a sociedade — reproduz diretamente a figura da fábrica” (NEGRI, [1968a], 1994, p. 43), e inversamente, é o Estado-plano que permite com que o fordismo e o taylorismo, como modelos de organização

disciplinares do trabalho, comecem a embarcar *também* a esfera da reprodução social, e 68 será já *definitivamente* uma crise nesse sistema, como veremos. Nesse sentido, o keynesianismo se complementa, em muitos sentidos, com o *New Deal* (cf, NEGRI, [1968a], 1994, p. 41). Se, como afirma Murphy, “o controle sobre a classe operária é realizado por meio da manipulação da demanda efetiva, que está ligada ao emprego e aos níveis salariais, e deve ser mantida em equilíbrio dinâmico com a oferta agregada para evitar colapsos econômicos”, ao mesmo tempo, “esse método exigia a expansão contínua do regime salarial fordista, que o *New Deal* realizou em escala nacional nos Estados Unidos” (MURPHY, 2012, p. 79). É assim que fordismo, taylorismo e keynesianismo formam o Estado-plano, que, em uma das suas facetas mais celebradas por capitalistas e socialistas, é reconhecido como o Estado de *Bem-Estar Social*, como argumenta Tronti:

Os *new dealers* preocupavam-se com a promoção do poder de compra como mola do desenvolvimento, apelidavam os projetos assistenciais de medidas de conservação da força-de-trabalho, falavam de trabalho aos desempregados, de mercado aos agricultores, de comércio internacional aos industriais e de finança nacional aos banqueiros. Eram conservadores ao empunharem a arma da indignação moral contra as injustiças que se juntavam às injustiças. [...] há aqui um salto político, uma passagem programática que aflora deliberadamente o cinismo, um esforço anti-ideológico, uma carga agressiva de gosto anti-humanitário, por trás do qual se entrevê e se reconhece a mão operária que dirige indiretamente os fios do discurso (TRONTI, [1970] 1976, p. 328).

Ora, uma das maiores contribuições de Negri é demonstrar que, assim, a esquerda marxista italiana, estava *muito mais próxima de Keynes do que de Marx*. Nesse sentido, o próprio Keynes tinha mais consciência sobre os limites de seu sistema do que os keynesianos de esquerda italianos. Keynes, no final da sua obra, depois de uma alusão utopista ao que Negri chama de “comunismo do capital”, cai na penumbra da *desesperança*: o medo, que ele pretendia extinguir, retorna no sistema, quando a ameaça constante da demanda supera a oferta, e produz a inflação: “em suma, ela se baseia na aparição definitiva e irreversível de todos os efeitos que a enorme pressão da classe operária deveria objetivamente produzir — dentro dessa relação modificada entre as classes — na nova estrutura do capital” (NEGRI, [1968a], 1994, p. 49). Definitivamente, Keynes reencontra, sempre no final do ciclo, o desequilíbrio como ódio de classe, como *partido da catástrofe*:

Ao fim de todo esse esforço científico destinado a afastar o medo, no entanto, o medo pelo futuro ainda persiste, o medo de uma catástrofe e do Partido da Catástrofe. [...] O comunismo do capital pode absorver todos os valores dentro de seu movimento e pode representar plenamente o objetivo social geral do desenvolvimento, mas nunca pode expropriar aquela particularidade da classe trabalhadora que é seu ódio à exploração, sua incontendibilidade em qualquer nível de equilíbrio dado — porque a classe operária também é um projeto de destruição do modo de produção capitalista (NEGRI, [1968a] 1994, p. 50).

Se as estruturas capitalistas tiveram que *refletir* o impacto da classe operária no seu próprio modelo de equilíbrio, em um desenvolvimento que é sempre precário, é também porque sua dialética é incapaz de superar a possibilidade da crise como intensificação do antagonismo, e ela pode aparecer, por exemplo, na demanda salarial, e veremos, no próximo capítulo, como essa é a base pela qual Negri explorará o terreno específico de antagonismo e recomposição da classe operária, *fora e contra* o plano. Quando a luta salarial se torna independente da produtividade, isto é, se torna uma *variável independente*, o salário se torna campo de lutas para a recomposição da classe (abrindo, aí, a perspectiva de um *salário social*, do ataque ao gasto público). Nesse ensaio, no entanto, a relação da dialética do capital, e do antagonismo como possibilidade de ruptura da dialética e a problemática da crise, nos dois lados da moeda do desenvolvimento, está ainda ausente: qual a perspectiva da crise, para a classe operária? E, por sua vez, como o plano do capital deve operar, sabendo que a crise ameaça constantemente o equilíbrio do sistema?

Desenvolver esses pontos é um dos objetivos de *Marx sul ciclo e la crisi*, texto que também saiu em 1968, na segunda edição da revista *Contropiano*. É nesse texto que a ruptura definitiva com Tronti, e também Cacciari e Asor Rosa (com os quais Negri formava a editoria de *Contropiano*, depois do fim de *Classe Operaia*), se torna definitiva e o artigo original termina com o anúncio do abandono de Negri da editoria, devido a “diferenças substantivas com as posições políticas do jornal”, e vale lembrar que os três mencionados estão muito próximos de assumir o entrismo no PCI e a defesa da tese da Autonomia do Político. O texto retoma muitos elementos do último ensaio, ao mesmo tempo que o amplia consideravelmente, principalmente, em relação ao *problema da crise*, em uma análise, não apenas de Keynes, mas também de Schumpeter e de Marx. Vimos como, para Negri, é o medo da revolução de 17 e a crise de 29 que faz com que o desenvolvimento social se torna o objetivo do capital, isto é, de que o ciclo de acumulação deve corresponder, necessariamente, à *forma-desenvolvimento*. Mas, por qual razão? “durante a grande crise, um momento crucial de reorientação do pensamento social burguês, quando o desenvolvimento passou a ser reconhecido como a alternativa à crise; [...] reconheceu-se que o desenvolvimento [...] tinha que ser, a nova forma do ciclo capitalista” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 25). A resposta à questão é efetivamente *operaísta*: são as lutas que *forçaram* o capital a tomar a via do desenvolvimento, — não por que as lutas querem o desenvolvimento do capital —, pois as lutas da classe operária almejavam a revolução, o fim da lei do valor, e isso se expressa, dentro do modo de produção capitalista, como crise. O desenvolvimento, então, é a resposta dialética capitalista, a forma que a mediação toma para responder à crise da lei do valor: “a

alternativa à crise passou a ser vista como desenvolvimento, entendido como um sistema dinâmico orientado para regular o processo econômico e como uma forma de resolver seu movimento de natureza dual” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 25), ou seja, é a maneira de integrar as lutas, imanentemente, ao seu modelo de acumulação na esteira da forma-desenvolvimento, como plano de mediação do antagonismo. *O plano do capital não é, assim, fruto de uma meditação cartesiana por parte do capital, mas está mais para o despertar kantiano do sono dogmático, que leva o capital à sua própria filosofia crítica.* O capitalismo, com a crise chegando nos portões da bastilha, se torna obrigado, pois, ele “não tem alternativa”, a não ser “decifrar os hieróglifos sociais” da linguagem das lutas (cf, NEGRI, [1968b,], 1988, p. 24). Em suma, *nada como uma boa crise para fazer um capitalista pensar.* Havíamos visto como o paradoxo de Keynes era de que, ao postular o *Estado-plano* como um modelo de equilíbrio, Keynes tinha que admitir o desequilíbrio como tendência puxada pelo antagonismo social. Dessa forma, para o ponto de vista do capital, “é tão impossível reprimir esses elementos dinâmicos quanto não controlá-los e regulá-los” (NEGRI [1968b] 1988, p. 25), ou seja, é um esquema de equilíbrio que, “supõe uma relação entre forças em luta” (NEGRI [1968b], 1988, p. 25), daí, a necessidade do plano e da intervenção como suplemento. A forma-Estado do capitalismo fordista/taylorista é o Estado-plano, mas, o Estado-plano keynesiano esgota o modelo teórico pelo qual a economia política capitalista constrói seu Estado? Para Negri, a insuficiência, como vimos, no modelo keynesiano, é *complementada* na teoria de outro economista capitalista, Schumpeter. Para Negri, Keynes e Schumpeter compartilham de um mesmo paradigma, de um mesma intuição tornada ciência no substrato do ponto de vista do capital:

[...] ambos compartilham a suposição *oculta* de que a relação entre os elementos do processo é de antagonismo. Ambos os modelos funcionam como se soubessem que a contradição atingiu um ponto de ruptura — mas a contradição precisa ser contida; ela não pode ser eliminada. Goste ou não, é a premissa do sistema, e possivelmente também sua força motriz (NEGRI, [1968b], 1988, p. 26, *grifo nosso*).

Vimos como, no último ensaio, Negri aponta a insuficiência no modelo de Keynes em pensar o elemento da crise, ou seja, a crise deve ser contida, mas ela é pensada como estranha, *transcendente* ao modelo de equilíbrio necessário ao desenvolvimento, por mais que o equilíbrio pressuponha a tendência ao desequilíbrio, e aí está o paradoxo keynesiano. Nesse ensaio, Negri introduz o pensamento de Schumpeter como capaz de dar conta desse problema keynesiano: se, por um lado, “é verdade que o modelo de Schumpeter de fato antecede as formulações iniciais de Keynes”, por outro lado, o interesse da economia política em Schumpeter se constituiu “apenas dentro (e como a conclusão crítica) do novo ‘sistema’,

dentro da nova realidade do keynesianismo, que ele passa de objeto de interesse histórico para funcionar como política/teoria e se torna efetivo” (NEGRI, [1968b] 1988, p. 27). Nesse sentido, onde *termina* a reflexão de Keynes, a de Schumpeter *começa*, onde Keynes encontra um *limite*, Schumpeter descobre a “força motivadora do [...] modelo schumpeteriano” (NEGRI, [1968], 1988, p. 27). Para Negri, a intuição fundamental de Schumpeter, para o ponto de vista do capital, é de que *a crise é imanente ao ciclo do desenvolvimento*: “a crise é de fato um elemento intrínseco do ciclo”. Se, em um modelo de capitalismo competitivo anterior ao capital social, a crise “é um elemento determinante e ativo da categoria de lucro”, para o esquema de Schumpeter, “a crise também deve ser intrínseca ao ciclo, quando este é definido em termos de desenvolvimento”, isto é, no capital social, no *Estado-plano* do capitalista coletivo. Para Negri, Schumpeter é um teórico perfeitamente adequado às pretensões do capitalismo fordista e taylorista do pós-guerra. Enquanto no modelo keynesiano, o desenvolvimento era a resposta capitalista à crise, em Schumpeter, não há mais essa oposição: o desenvolvimento *deve abarcar*, immanentemente, *a crise*: “[...] o modelo de desenvolvimento não é uma alternativa à crise como tal, mas uma nova forma do ciclo, inteiramente congruente com a crise e a tem como um de seus elementos” (NEGRI, [1968b] 1988, p. 27). Temos visto que o elemento “oculto” nas duas teses é o antagonismo da luta de classe, mas em Keynes, se oferecia o desenvolvimento como mediação dialética da tentativa de ruptura por parte da classe operária, *para evitar a crise*; a diferença, então, no modelo de Schumpeter, é que *a crise já é assumida como mecanismo imanente e inevitável* e, sendo assim, deve ser tornada *elemento produtivo e positivo do sistema*:

A crise é vista como uma possibilidade de reorganizar aqueles elementos livres e atuantes independentemente do sistema, que estão fora do alcance do controle pelo formalismo puro que caracteriza o modelo agregativo. A crise se torna um estímulo fundamental dentro do sistema e é produtiva de lucro (NEGRI, [1968b] 1988, p. 27).

É como se, em Keynes, ao se assumir as lutas contra o capital, não se assume que o sistema possa entrar em crises; Schumpeter, ao contrário, assume tanto as lutas *quanto a crise*, mas busca maneiras de torná-las elementos de restauração do desenvolvimento do capital e, além disso, estimula, a partir da sua tese do “empreendedorismo criativo”, segundo Negri, que os capitalistas usem da crise para reajustar a relação de forças *em favor* do capital. O modelo schumpeteriano é, nesse sentido, muito mais *perverso* que o keynesiano. Há uma espécie de astúcia maligna aqui, no sorriso de Schumpeter, que se contrapõe à depressão keynesiana. Mas o que significa, exatamente, o famoso “uso capitalista da crise”? Para Negri, em Schumpeter, isso significa, fundamentalmente, uma questão *de poder*, de reajuste nas relações

de poder entre as duas classes, que tem como resultado final da luta (da crise) o predomínio do capital sobre a esfera do lucro e *o reinício* do ciclo do desenvolvimento: “o desenvolvimento é luta; é uma reestruturação das relações de poder; e necessariamente deve passar por um momento de conflito direto — a crise — para terminar com a vitória do capital sobre suas forças opositoras” (NEGRI, [1968b] 1988, p. 28). Por exemplo, se assumimos um determinado ciclo de lutas, Negri aponta que, para Schumpeter, “a crise é o contexto no qual, e o meio pelo qual, essas relações de poder são reajustadas” (NEGRI, [1968b] 1988, p. 28) *em favor do desenvolvimento do capital*. Por isso, em Schumpeter, segundo Negri, só pode haver desenvolvimento *se há crise*, pois a crise é “o momento mais intenso e significativo de conflito entre as classes em luta, naquilo que, em sua opinião, é a necessidade da crise como um momento fundamental do processo capitalista e da dominação capitalista sobre o ciclo” (NEGRI [1968b] 1988, p. 28). A crise, na interpretação negriana de Schumpeter, faz vencer a estagnação econômica e tecnológica, e aqui, como em Tronti e no operaísmo, são as lutas que impõem ao desenvolvimento. Sendo assim, podemos afirmar que o empreendedor schumpeteriano é alguém que só tem a iniciativa porque antevê a crise dialética no sistema, antevê o dilúvio, como afirmava Marx, e se prepara para sua reordenação:

Assim, a teoria da inovação empreendedora, a noção de que o ritmo do ciclo econômico é definido pelo ritmo da inovação, a noção de lucro como uma forma do processo empreendedor em oposição a uma rotinização, um nivelamento do processo — tudo isso é emblemático de uma noção politicamente correta de desenvolvimento capitalista, ou seja, como um meio para a imposição da dominação de classe. Aqui, o capital revela que o elemento quantitativamente novo do desenvolvimento, o lucro como estímulo básico para a ação social, é (e pode ser) nada além de uma relação qualitativamente nova entre o capital e os elementos agregados da produção — e a crise é o projeto político pelo qual essa requalificação da relação será alcançada. Em um sentido totalmente schumpeteriano, então, a inovação é uma força saudável, provocando a crise e, assim, reativando o processo econômico, em oposição à ação de forças antagônicas inclinadas à destruição do lucro (NEGRI, [1968b], 1988, p. 28).

Schumpeter faz parecer que é o capitalista, o capital que produz a crise na forma do empreendedor, *mas esse não é o argumento de Negri*: a crise tem uma forma definida pelo antagonismo, é o antagonismo explodindo, é uma relação de forças que é desestabilizada entre as classes, em virtude da classe operária. Para Schumpeter, no entanto, é possível (e aí, é possível com a violência política), o capitalismo vencer a sua própria crise, e é aí que entra o papel do empreendedor capitalista, que é aquele *capaz de armar o reformismo do capital de novas estratégias*, recomeçando aí o processo de acumulação e exploração. Por trás da ideologia do empreendedor criativo, Negri insiste que Schumpeter descobre, por si, a figura do capitalista coletivo, pois *é criativo o empreendedor capitalista que colabora pela saúde*

*total do capital como sistema*. Nesse sentido, Schumpeter encontra, paradoxalmente, Marx: “ele avança em sua análise testando [...] hipóteses substancialmente marxistas, especialmente aquelas relacionadas à crise como um mecanismo, um momento fundamental, na resolução da contradição entre diferentes taxas de lucro e a composição de uma taxa média de lucro” (NEGRI [1968b], 1988, p. 28), mas, fundamentalmente, “é exatamente esse o significado do argumento de Marx: não é a mera competição, mas a associação dos capitalistas no desenvolvimento, na luta contra a classe operária, que recompõe o lucro em um nível social” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 28). Na interpretação de Negri de Schumpeter, *diferentemente de Keynes*, se a crise é necessária ao movimento de desenvolvimento do capital, é necessário então um *uso capitalista da crise*. Schumpeter, assim, defende um movimento *arriscado* para o capitalismo: onde há estagnação (ou seja, onde se boicota o desenvolvimento), há a necessidade de um “salto”. Se em Keynes o equilíbrio deveria vencer a estagnação, em Schumpeter é apenas *a crise que pode vencer a estagnação no sistema*; no caso, os dois estão assumindo perspectivas diferentes do capital sobre a luta de classes, mas ambos assumindo que ela é o motor do desenvolvimento capitalista. Para Negri, Keynes e Schumpeter são assim aliados no ponto de vista do capital: “unidos em sua compreensão da necessidade de usar a pressão massificada da classe operária, controlá-la e confiná-la dentro do cerceamento dos processos dinâmicos de desenvolvimento”, por isso mesmo, “ambos os métodos são particularmente instrutivos para nos ajudar a entender a prática capitalista recente” (NEGRI, [1968b] 1988, p. 29).

Dado esse panorama, se faz necessária a *crítica operaísta* das teses de Keynes e Schumpeter. A fonte é exclusivamente *marxiana*: em uma análise sistemática e *operaísta* do pensamento de Marx, Negri vai afirmar que as conclusões de Keynes e Schumpeter, de que tanto a forma de desenvolvimento é uma relação antagônica entre as classes e de que a crise é funcional para o desenvolvimento, estão já presentes em Marx (cf, NEGRI, [1968b], 1988 p. 34), com *uma diferença*, no entanto, que *é fundamental*: “encontramos o pleno desenvolvimento do *ponto de vista da classe operária*, [...] uma *perspectiva* para a revolução da classe operária. Porque se é assim que as coisas estão para o capital, então é verdade dizer que [...] a luta de classes que dela emana e a necessidade de controlá-la representam o limite absoluto da produção capitalista” (NEGRI, [1968], 1988, p. 34). Portanto, em Marx, temos a base de uma ciência reversa à ciência capitalista, uma ciência operária da crise e da subversão. Ora, nas páginas seguintes, sobre a *fenomenologia da crise* em Marx, Negri é exemplar sobre o método operaísta de ler sua obra:

Temos que entrar nas complexidades do raciocínio de Marx, sempre tendo em mente o que considero sua característica distintiva primordial — a capacidade de Marx de reconstruir o ponto de vista do capital, tomar isso como base de seu argumento, levar suas implicações à sua conclusão mais plena e mostrar como esse capitalismo que ele descreve em tanto detalhe é *contraposto pelo papel revolucionário da classe operária*. É aqui que encontramos a essência do marxismo revolucionário — no processo que leva da abstração determinada do ponto de vista capitalista, por meio de uma definição de desenvolvimento como tendência, até o fator determinante concreto da insurgência da classe operária contra o capital em seu estágio mais avançado (NEGRI, [1968b] 1988, p. 29, *grifo nosso*).

A leitura operaísta da crise em Marx, feita por Negri, toma como ponto principal a chamada *lei da tendência da queda da taxa de lucro*. Por mais que Marx apresente a lei em termos objetivos, isto é, que “a taxa média social de lucro tem uma tendência relativa a cair em proporção à concentração necessária e progressiva do capital” (NEGRI, [1968b] 1988, p. 32), aqui, como já vimos na crítica da economia política operaísta, os caracteres objetivos, que correspondem ao ponto de vista do capital, devem ser traduzidos pelo seu antagonismo subjetivo, como ponto de vista operário na base de um perspectivismo das lutas. Sendo assim, a queda da taxa de lucro é explicada nesses termos: “na medida em que — dentro e por causa da relação de classe antagonista — o capital como um todo é forçado a aumentar proporcionalmente mais do que o capital variável, no decorrer do desenvolvimento” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 32), daí seu caráter aparentemente exótico de uma lei que é *tendencial*: isto é, do qual a *objetividade depende de um elemento subjetivo*, expressado pela luta de classes. É por essa razão que a lei tendencial da queda da taxa de lucro “não sobrecarrega nenhuma implicação catastrofista” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 32) da parte de Marx. Ou seja, se a lei é tendencial, é porque a realização da tendência depende, exclusivamente, *da força do antagonismo, das lutas e da ação da classe*, de sua *aceleração*, que vai produzir a queda da taxa de lucro como boicote e destruição do desenvolvimento capitalista. É nesse sentido que Negri defenderá que, assim como em Schumpeter, em Marx, a crise é imanente ao desenvolvimento capitalista, e o capital, para sobreviver ao seu limite imanente — a classe operária —, deve fazer um uso subversivo da crise, em uma expansão da exploração via desenvolvimento do mais-valor relativo:

A forma essencial do desenvolvimento se torna um choque entre o fato da existência da classe operária dentro do capital e a necessidade contraditória do capitalismo de conter essa presença e reprimi-la. O modo essencial dessa confrontação será o desenvolvimento tecnológico, a concentração e expansão do capital [...] e, acima de tudo, a crise (NEGRI, [1968b] 1988, p. 33).

Mesmo o uso capitalista da crise, isto é, “o uso do conflito de classes como meio de avançar o desenvolvimento” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 37), que se torna efetivamente político, no

entanto, *não liberta* o capital de sua *própria dialética*, que acaba, invariavelmente, por reintroduzir o antagonismo que o sistema tentava combater, *em novos termos*. No caso do capitalismo no pós-guerra, a decomposição das vanguardas operárias, da figura do operário-profissional, produziu uma massificação da classe que, como vimos, no contexto italiano, produziu um novo ciclo de lutas que coloca, novamente, a dialética do capital em cheque: a dialética do capital, ou, o que dá no mesmo, o desenvolvimento capitalista, é sempre repressivo e reacionário em relação ao antagonismo, ao mesmo tempo que é *progressista em relação à contradição*, ou seja, ao antagonismo mediado, que alavanca o desenvolvimento (cf, NEGRI [1968b], 1988, p. 33). É por essas razões que, em várias ocasiões, Negri apresentará a dialética do capital como um sistema precário que, efetivamente, não pode nunca resolver o seu problema em definitivo. O máximo que o capital pode fazer é administrar e prolongar essa precariedade da relação: “as características do Estado capitalista reestruturado são projetadas com esse fim: garantir o desenvolvimento econômico na presença (na sociedade) de um poder da classe operária que atua como a força antagonista e contraditória dentro desse desenvolvimento” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 36). Como vimos, é a *violência política* que permite que a dialética do capital seja mantida, ainda mais em um capitalismo desenvolvido, em que o antagonismo se torna difuso e massificado e a lei do valor parece não funcionar objetivamente, mas apenas mistificadamente: “a violência política sempre foi o veículo do processo econômico do capital, mas aqui a noção ideal de capital como uma força mediadora social se torna pura abstração: agora é representada puramente como força repressiva” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 36). Devemos lembrar que quando Negri escreve essas páginas, estamos no início do ciclo de lutas de 68 na Itália, e a violência estatal e a perseguição política se intensificará muito dali para frente nos anos 70. Desta forma, as páginas seguintes não deixam de ser *proféticas*, pois à medida que o *Estado-Plano* entra em crise, mais a violência política e a repressão são necessárias para tentar manter a dialética e a lei do valor funcionando, — ou melhor dizendo, mais a faceta violenta da dialética se torna mais visível. A crítica operaísta às instituições, que começa em *Labour on the Constitution*, atinge seu ápice nesse texto, pois a maneira com que as instituições do Estado buscam traduzir a relação entre desenvolvimento e crise se dá pelos termos da *organização da violência* (cf, NEGRI, [1968b], 1988, p. 37). O Estado capitalista maduro, assim, integra repressivamente a classe, e articula a crise pelo uso decisivo da violência, em “*todos os níveis da sociedade*” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 37, *grifo nosso*), só assim a dialética pode recuperar “positivamente” o antagonismo operário que visa a destruição da lei do valor. É por essas razões que o socialismo real *à italiana* se torna cada

vez mais utópico, mesmo se pensado idealmente como um espaço voltado a gestão operária do trabalho, isto é, da utopia do autogerenciamento (como formulada, por exemplo, nos anos 50 por Panzieri, claro, em outro contexto) ou mesmo na forma de uma Autonomia do Político. Na realidade, o autogerenciamento operário do capital é uma máscara para autoexploração, mesmo na situação hipotética de que uma organização da classe operária consiga “renovar a membrana externa que mantém juntas e intimamente conecta o processo de trabalho e o processo de produção de mais-valor” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 38), isto ainda funciona no nível da dialética do capital, do desenvolvimento e contra a autonomia da classe, sendo assim, ainda opera no nível da *aufhebung* da crise. Como afirma Negri, “isso ainda significaria operar no nível da organização do trabalho; ainda significaria aplicar a lei do valor e a lei do salário — que, hoje, significa a lei do desenvolvimento. E é aqui que o capital leva a melhor” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 38). O capital, assim, pode renunciar de tudo, *menos do domínio e da exploração*. Em um *insight* profético sobre o futuro e um prelúdio ao *Estado-Crise* dos anos 70, Negri chega a afirmar que a tendência é que o desenvolvimento e o plano sejam sacrificados em favor da manutenção puramente *crísica* e violenta do capital:

Em última instância, [...] pode até estar disposto a se dissociar do desenvolvimento e mostrar-se apenas como crise. E tudo isso significa que a precariedade do desenvolvimento, que o capital sentiu de forma tão dramática no momento em que se apresentou como desenvolvimento, está correlacionada à maneira como ele se manifesta como violência, como o momento decisivo do poder político, chegando ao ponto de uma vontade destrutiva, pura e simples (NEGRI, [1968b] 1988, p. 38).

Se é verdade que, a todo momento, os operaístas refletem sobre a precariedade da relação capitalista e de seu poder, não é menos verdade que a classe e suas lutas também se encontram, não apenas pela perspectiva da contínua exploração, mas também pela perspectiva da organização do ataque, em uma *situação crítica*, pois correm o risco de funcionar *ainda* como função de desenvolvimento do capital. Qual é, então, o critério para que a classe atinja, assim, sua enésima potência, *não como função de desenvolvimento*, mas como limite final do capitalismo e do mecanismo de desenvolvimento? Para Negri, e para boa parte dos operaístas, nesse momento decisivo do final dos anos 60, a chave está na *recusa do trabalho* e de todo sistema que ele sustenta. Por tanto, é necessário atacar exatamente naquele ponto que o capital não pode aceitar: “a condição última de existência do capital é que o poder da classe operária não deve ser permitido *destruir o trabalho* e, com ele, a sociedade como uma série produtiva de funções, organizada de acordo com o sistema salarial, o lucro e a violência” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 38, *grifo nosso*). É nesse ponto que vai tomando forma decisiva a crítica negriana à dialética, e devemos deixar claro que, na perspectiva de Negri, a dialética é

o que *o capital faz* para perseverar em sua existência, isto é, em última instância, a dialética torna o antagonismo contra a relação capitalista de exploração *mediada*, o torna um mecanismo reajustado ao próprio desenvolvimento do capital. Por exemplo, nas condições do Estado-Plano analisadas aqui, é a dialética do capital que torna o desenvolvimento e a crise, a socialização e a violência, termos complementares, é a dialética do capital que torna esses termos praticamente indistintos (cf, NEGRI [1968b], 1988, p. 38), *é a dialética que sustenta o desenvolvimento da exploração, da acumulação, em suma, da persistência do modo de produção capitalista*. No entanto, como afirma Negri, sua continuidade está mais no desenvolvimento de formas de controle sobre as lutas do que em uma continuidade do seu plano e de sua organização, daí mesmo a necessidade de saber usar as crises para reformar o sistema, — modificando o plano quando necessário —, aonde o antagonismo se torna mais latente (cf, NEGRI, [1968b], 1988, p. 39). Isso, no entanto, depende da contingência do fator do controle sobre o antagonismo, ou seja, isso só funciona *enquanto* sua dialética estiver posta em movimento, enquanto ela funcionar. É nesse sentido que é necessário, pelo ponto de vista da classe operária, *acabar de uma vez com a dialética*, é necessária uma ruptura com a própria dialética *do capital*. *Se, em Tronti, a ruptura, a recusa, é uma ruptura dialética (passível de uma nova síntese), a ruptura, em Negri, é uma ruptura com a própria dialética do capital*. Para Negri, não se faz um antagonismo com uma contradição, — a contradição é o antagonismo tornado função-desenvolvimento do capital —, é preciso romper com o nível das sínteses e das mediações: se a dialética é mediada, o antagonismo é ruptura *imediate*<sup>34</sup>. Negri, portanto, apresenta sua crítica (e ruptura) ao Tronti operaísta (sem mencioná-lo) nesse debate sobre a dialética: em sua perspectiva, a posição de Tronti corre o risco de produzir uma espécie de paralelismo *infinito*, no qual classe operária e capital apenas estendem seu confronto em novos níveis, mantendo, no entanto, a relação entre eles, o que faz o capital e a exploração perseverarem. Nesse sentido, Negri aponta que “o antagonismo eterno da classe operária continua tão estéril quanto o antagonismo eterno de seu adversário de classe — e é muito mais dramático e doloroso” (NEGRI, [1968b], 1988, p. 40). Ora, a situação, na perspectiva de Negri, é complexa: por um lado, a massificação da classe operária, cada vez mais potente e autônoma, força, por sua vez, o capital a usar de uma violência política cada vez mais extrema e, para Negri, não é possível imaginar um cenário de uma transição harmoniosa para o fim do capitalismo. Quanto mais o antagonismo se intensifica, quanto mais um ciclo de lutas amadurece, mais o capital e o Estado tentarão conter com repressão violenta

---

<sup>34</sup> Agradecemos à Emerson Pirola pôr o cunho desse termo, que nasceu de uma de nossas conversas.

à expressão da autonomia da classe: esse é o sinal de que uma ruptura com *a própria dialética do capital está próxima*. Como explica Michael Hardt, esse senso de urgência nos textos, não apenas de Negri, mas de todos operaístas, é explícito pelo contexto político italiano: “em suas mentes, eles não estavam testemunhando uma versão italiana do ano de 1905 na Rússia, um ensaio geral de algum evento futuro; ao invés disso, esses eram os 'dias de abril', o prelúdio imediato para a revolução” (HARDT, 2005, p. 7). A saída organizacional, na perspectiva de Negri, não pode ser outra, é necessário organizar a ruptura com a dialética do capital, e estar preparado para sua tentativa violenta de tentar impedir a ruptura com sua dialética da lei do valor, que é como a quebra de sua espinha dorsal:

A experiência da classe operária com o desenvolvimento deve levá-la a formas que enfatizem, com urgência crescente, a quebra violenta do sistema repressivo do desenvolvimento capitalista. Essa é a única maneira de escapar da espiral de antagonismo eterno e estéril. E essa exigência da teoria se torna cada vez mais urgente à medida que o desenvolvimento capitalista avança: porque se é verdade que, na sociedade, o desenvolvimento está confrontado com uma pressão generalizada e contínua por parte da classe operária, então deve seguir que a realidade da crise por trás desse desenvolvimento vai se tornar cada vez mais evidente, e o poder capitalista geral vai ser reduzido — mais cedo do que tarde — ao momento decisivo da violência (NEGRI [1968b] 1988, p. 40).

Negri termina o ensaio colocando, efetivamente, o problema da passagem *da crítica da economia política para a teoria da organização*: “como articular uma ação em massa ao longo de linhas econômicas/políticas que minarão e perturbarão o desenvolvimento; e como desenvolver uma ação de *vanguarda de massa* ao longo de linhas políticas/revolucionárias capazes de intervir na crise” (NEGRI, [1968], 1988, p. 40, *grifo nosso*) ou seja, se passa do perspectivismo das lutas para o aceleracionismo das mesmas. Sua concepção leninista de uma *vanguarda de massa*, no entanto, será apenas desenvolvida nos anos 70, e teremos que ver em que nível essa solução é ou não ainda problemática. Mas são pontos que devemos analisar no próximo capítulo, pois já implicam em deslocar, pelo ponto de vista objetivo, a crítica do Estado-plano keynesiano ao surgimento do Estado-Crise dos anos 70 e, pelo ponto de vista subjetivo, implica em começar a estudar a transformação da composição de classe do operário-massa, para a composição do operário-social, o que já nos aproxima, em grande medida, das lutas de nosso próprio tempo.

### 3. O OPERAÍSMO EM MOVIMENTO: DO ESTADO-PLANO AO ESTADO-CRISE NA FILOSOFIA OPERAÍSTA DE NEGRI, HEGEMONIA E CRISE DO OPERÁRIO-MASSA

Neste capítulo, dando continuidade à análise do pensamento operaísta, nosso objetivo é investigar como o método operaísta na filosofia de Toni Negri é desenvolvido no final dos anos 60 até o início dos anos 70, analisando a passagem do que Negri denomina de Estado-Plano, como vimos, para o Estado-crise como a nova forma-Estado capitalista. Nesse sentido, é fundamental investigar a história de *Potere Operaio*, organização revolucionária da qual Negri é um dos fundadores e o principal articulador teórico e estrategista. Como veremos no tópico 3.1, *Potere Operaio* se consolida como uma força de organização e suporte ao 68 italiano e se mantém como base para uma série de lutas e greves que dão continuidade ao ciclo de lutas de 68, nas fábricas. É, nesse sentido, a confirmação prática e a maturação teórica da tese do operário-massa. No entanto, em 73, a organização decide se dissolver, em uma compreensão crítica de que as transformações no capital e na subjetividade minaram o vanguardismo do operário-massa. Nesse sentido, no subtópico 3.1.3, é importante analisarmos a crítica imanente que uma série de feministas marxistas, ex-militantes de *Potere Operaio*, articulam à organização e ao operaísmo dos anos 60, atualizando o método operaísta em suas próprias reflexões críticas, o que nos permite iluminar a própria decisão de dissolução do grupo, preparando, assim, a discussão do próximo capítulo, sobre a tese negriana do operário-social. No tópico 3.2, analisaremos a filosofia de Negri no período de sua participação e liderança em *Potere Operaio*. No tópico 3.2.1, analisaremos a crise do Estado-Plano, apresentada, por Negri, como crise da lei do valor; no tópico 3.2.2, o enfoque está no Estado-Crise e na forma-empresa, como a nova composição do capital depois da época do planejamento; no tópico 3.2.3, analisaremos a teoria da organização de Negri no período e sua hipótese de um partido da recusa do trabalho, baseado na vanguarda do operário-massa. Por fim, no tópico 3.3, analisaremos o que chamamos de *dispositivo-Lenin*, isto é, a leitura operaísta de Lenin que privilegia, em sua análise, a composição de classe da qual é derivada a solução organizacional, em cada período determinado. Em linhas gerais, o capítulo é, simultaneamente, a análise da hegemonia do operário-massa como sujeito revolucionário, e sua crise, que se manifestará na necessidade de atualização do método operaísta, desaguando no movimento da Autonomia, que analisaremos no próximo capítulo.

### 3.1. *Potere Operaio*: entre a hegemonia, a crise e a crítica, e o “fim” do *operário-massa*

No tópico 1.3 observamos que o término de *Classe Operaia* assinalou a divisão no pensamento operaísta entre dois grupos distintos. Por um lado, temos a ala composta por Tronti, Asor Rosa e Massimo Cacciari, denominada por Cristina Corradi como operaístas “de direita”. Este grupo, na realidade, se afasta das proposições operaístas ao abraçar a hipótese da Autonomia do Político e o entrismo no PCI. Por outro lado, o grupo liderado por Negri defende a radicalização das teses operaístas, a continuidade da *inchiesta operaia* e da intervenção nas fábricas, bem como a ruptura organizacional com o PCI. O grupo em torno de Negri, reunindo figuras como Franco Piperno, Oreste Scalzone e Sergio Bologna, formou *Potere Operaio* nacionalmente em 67, a partir de um conglomerado de grupos menores já em atividade antes do fim de *Classe Operaia*. O grupo político não apenas visa dar continuidade às teses operaístas que se consolidam em *Classe Operaia*, como deseja efetivar o salto organizacional à revolução comunista aludido pelas teses de Tronti em meados de 60. O grupo participa de uma série de pequenas, mas importantes lutas operárias entre 66 e 67, que, de certa forma, preparam o terreno para a explosão do 68 e do *Autunno Caldo* (Outono Quente) em 69, interpretada pelos operaístas como a maturação da figura e das lutas do *operário-massa*.

Em 67, o grupo do *Potere Operaio* ligado à região italiana do Vêneto, próxima ao círculo de militância de Negri, mobiliza “a primeira grande greve de massas, organizada [...] contra o sindicato, na central petroquímica de Porto Marghera” (NEGRI, 1979, p. 90). Às lutas na grande indústria petroquímica em Marghera se seguem lutas menores, com a participação de grupos vinculados à *Potere Operaio* junto aos operários fabricantes de calçado na Riviera de Brenta em Veneza, assim como uma série de intervenções em pequenas fábricas de Pádua e Bolonha, além do contanto permanente com os militantes de Milão que intervém sistematicamente nas grandes fábricas da Alfa Romeo e da Pirelli (cf. NEGRI, 1979, p. 91). Vimos no tópico 1.1 e 1.2 que inicialmente os sindicatos se mostravam dispostos a trabalhar com os novos teóricos e militantes da esquerda ligados ao que se tornaria o operaísmo. A situação, já em 66 e 67, é bastante diferente e se torna antagônica e mesmo belicosa entre as partes: Negri lembra que o confronto com os sindicatos e com o PCI a essa altura já era “muito duro” e, não raro, se tornava “físico”: “distribuir panfletos na Pirelli ou na Alfa Romeo, ou em frente a algumas fábricas altamente sindicalizadas em Marghera torna-se uma tragédia: é preciso ir armado e responder às provocações de maneira pesada” (NEGRI,

1979, p. 91). Nesse sentido, *Potere Operaio* rompe qualquer resquício de ambiguidade que podia restar em *Classe Operaia* em relação ao movimento operário oficial, considerado definitivamente um inimigo da classe e uma força reacionária do capital. Em relação ao PCI, *Potere Operaio* buscará se formalizar como uma alternativa, isto é, como um partido revolucionário, projeto que, no entanto, nunca se concretiza, apesar de Negri, como veremos, escrever sua estrutura teórica. Refletindo sobre a experiência da militância no período, Negri nos dá ferramentas filosóficas importantes para a discussão do *método operaísta* que estava sendo empregado e, constantemente, posto à prova e atualizado pelos *operaisti*: “insistindo mais na prática do que na teoria, a hipótese era de que a prática da organização tinha que vencer os limites da teoria” (NEGRI, 1979, p. 91), o que significa que, para os operaístas, os limites teóricos não se venciam com mais teoria. Era necessário que as tendências analisadas, se tornassem efetivamente concretas: isto é, pela prática da organização política, pela organização mesma da luta (que, como temos visto, supõe momentos de aceleração e de intensificação do antagonismo), tornando, posteriormente, a teoria e a tese, vislumbradas como tendência, adequadas à conjuntura em prol de um ponto de vista, desde baixo, operário. Nesse sentido, estamos de fato explicitando o que os operaístas e Negri, em particular, denominam de *método da tendência*. Ele está na base da orientação materialista da filosofia operaísta. Na definição de Negri, “a tendência é um esquema geral que tem como ponto de partida uma análise dos elementos que compõem uma determinada situação histórica. Com base nessa análise, ela define um método, uma orientação, uma direção para ação política em massa” (NEGRI, [1971] 2005, p. 26). Nesse sentido, nada mais pernicioso ao método operaísta do que confundir a tendência com alguma forma de lei necessária e inevitável que determina a realidade, negligenciando o elemento fundamental do método: o antagonismo, isto é, a luta que torna a intuição teórica verdadeira, concreta, pela prática da organização política: como afirma Negri, “a verdade precisa ser construída na luta, através da luta, por meio da transformação da prática” (NEGRI, [1971] 2005, p. 28). Nesse sentido, a própria definição do capital deve escapar de uma leitura totalitária e, nesse aspecto, o operaísmo, desde Tronti, pelo menos, se esforça para definir o capital menos como uma “coisa” do que como uma relação de classe aberta, em luta. Portanto, o método da tendência é uma armadura e uma espada contra dois elementos que se cristalizam no pensamento dogmático na economia política: o idealismo e o economicismo. Enquanto o economicismo “se baseia em uma visão determinista da tendência, postulando uma tradução imediata dessa tendência para a realidade (em outras palavras, negligenciando a especificidade [...] de qualquer realidade dada e as maneiras específicas pelas quais essa realidade deve ser dominada)” (NEGRI, 1971,

p. 26), o idealismo, na definição negriana, “dessubjetiva a articulação polar da tendência, individualizando contradições e antagonismos, isolando-os da série de operações práticas que decorrem de qualquer individualização determinada e organizada. Nesse caso, é evidente que o idealismo leva ao espontaneísmo” (NEGRI, [1971] 2005, p. 26). O pior espontaneísmo é aquele que lê o capital como um sistema automático, único sujeito voluntário do processo histórico, sem considerar a ação antagônica e contra-histórica da subjetividade da classe operária. Sem dúvida, a tendência oferece ao operaísmo determinadas previsões: e, observamos que uma série de intuições teóricas operaístas vão se concretizando com a efetivação e o desdobramentos dos ciclos de luta. É a capacidade da antecipação teórica que a leitura correta do quadro da tendência permite: “a tendência nos oferece uma previsão determinada, especificada por uma dialética material que desenvolve os fatores que a compõem” (NEGRI, [1971] 2005, p. 27). Esse poder de previsão, de antecipação, não pode ser neutro, ele deve servir ao fortalecimento do ponto de vista da classe operária: “a tendência é o processo prático/teórico pelo qual o ponto de vista dos trabalhadores se torna explícito em uma época histórica determinada” (NEGRI, [1971] 2005, p. 27), e, ainda, “a análise marxista determina a realidade com a qual se preocupa impondo um ponto de vista de classe desde o início; este é o seu esquema operativo, que toma o lado do trabalhador, e suas intenções são revolucionárias. É um ato de força em relação à realidade” (NEGRI, [1971] 2005, p. 28). Para isso, a tendência, como uma “aventura da razão”, deve assumir o maior risco teórico: sua verificação prática: “ao se deparar com as complexidades da realidade, uma aventura da razão que está preparada para aceitar riscos: na verdade, a verdade da tendência reside em sua verificação” (NEGRI, [1971] 2005, p. 27–28). Por fim, o método da tendência permite ler, no passado, os pontos de força do antagonismo — isto é, as marcas que a classe operária produziu no capital, e os limites que ela dinamitou, que ela suplantou: “a análise da tendência pode revelar no passado [...] aqueles antagonismos objetivos que hoje o ponto de vista de classe busca exaltar” (NEGRI, [1971] 2005, p. 29), ao mesmo tempo, esse conhecimento é sempre projetado na imediatez do presente, na destruição do atual estado de coisas, ou seja, da própria prática revolucionária: “podemos confirmar no passado os mecanismos cambiantes de controle e a recomposição da dialética do capital que hoje o ponto de vista de classe busca destruir” (NEGRI, [1971] 2005, p. 29). Nesse ínterim, o operaísmo constrói uma espécie de tela dinâmica da história das lutas de classe, no qual vão se destacando figuras subjetivas e comportamentos antagonistas mutáveis, dado que “as várias épocas da história da classe operária são marcadas pelo surgimento de antagonismos específicos em torno dos quais a luta se desenvolveu e em torno dos quais as organizações foram construídas em resposta a essas

explosões revolucionárias” (NEGRI, [1971] 2005, p. 29). Na análise da composição de classe, utilizando aí do método da tendência, o operaísmo não apenas rastreia a figura de um sujeito pronto, mas também visa dar corpo, dar forma, a esse antagonismo em potencial, a esse ponto de força de antagonismo. A ciência operária da crise e da subversão, é uma prática de subjetivação pelo antagonismo. O operaísmo é assim menos uma filosofia do sujeito do que a prática da formação de uma subjetividade para uma filosofia materialista, é menos uma máquina de produção externa, do que uma máquina de produzir o dentro<sup>35</sup>:

A tendência, portanto, é o horizonte de um sujeito que se produz dentro de um quadro determinado; ele se coloca em relação a esse quadro determinado e, acima de tudo, nesse processo, se transforma e, assim, altera o próprio quadro de referência. A luta da classe operária é o meio e o motivo para essa transformação, um processo que constitui tanto a objetividade contra a qual a luta é aplicada quanto a subjetividade da própria agência de classe (NEGRI, [1971] 2005, p. 30).

Mais uma vez, vemos o eixo do antagonismo na forma do sujeito estudado, a imanência em relação à organização da classe e o materialismo da análise, aqui, agora e desde baixo, formarem um feixe problemático e metodológico, ao qual podemos identificar e seguir: a teoria se torna adequada ao movimento real e o movimento real produz a teoria, e mesmo que o movimento real seja antecipado as linhas de formação do sujeito por meio das bases técnicas e políticas da composição de classe, é a luta que constitui o sujeito outrora teorizado, e o modelo teórico e mesmo a figura do sujeito é sempre posta a prova nesse processo de verificação prática: “afirmar a tendência é ascender do simples ao complexo, do concreto ao abstrato, para alcançar um horizonte teórico geral adequado no qual a simplicidade e a concretude dos elementos que foram nosso ponto de partida inicial podem então adquirir significado” (NEGRI, [1971] 2005, p. 27). Estamos falando assim, da construção do método da tendência, não como um modo para construir passivamente categorias, “mas sobretudo, um modo para ler o presente ao lume do futuro, para lançar projetos, para iluminar o futuro. Para arriscar e para lutar, com uma ciência preparada para isso” (NEGRI, [1979] 2016, p.104–105). É também por essas razões metodológicas que se explica a dificuldade e mesmo a demora de uma década na conceitualização definitiva da própria figura do *operário-massa*, ao mesmo tempo, em que se explica a quantidade de inúmeros conceitos novos que o operaísmo, em menos de uma década, introduz na história do marxismo: “qualquer fragmento teórico, por mais correto que seja, permanece redutor até ser completamente inserido no movimento”, sendo assim, “o importante é ver se os camaradas são capazes de reabsorver a

---

<sup>35</sup> Essa definição do operaísmo como uma “máquina de produção do dentro” é de Giuseppe Cocco, fruto de uma conversa na banca de qualificação da tese, ao qual agradecemos aqui.

riqueza e a novidade que o movimento consegue trazer e não tentar interpretá-las com categorias anteriores” (NEGRI, 1979, p. 101). Trata-se, por fim, para o operaísmo, e na linguagem marxiana e materialista de Negri, de construir novas e consistentes *abstrações determinadas*:

Trata-se sempre de construir uma abstração determinada, de captar a diferença, a especificidade do movimento como tal, e sobre este operaísmo — ou melhor dizendo, os grupos de intervenção que nele se formaram, se atinge um alcance bastante amplo de compreensão do fenômeno e, acima de tudo, — o que é extremamente importante — é com esta interpretação que se vence a batalha política (NEGRI, 1979, p. 91).

As abstrações determinadas, construídas pelo método da tendência, que constituem a metodologia do materialismo histórico (cf, NEGRI, [1979] 2016, p.46), são elas mesmo *tendências* que a teoria descobre como hipótese, na análise das forças que constituem e se opõem ao material da análise. A abstração determinada mostra que o concreto não é um dado, mas um resultado (cf, NEGRI, [1978]. 2016, p.102–103), ou seja, não temos a perspectiva ingênua, de, a partir do concreto, chegar em uma abstração que nos daria a imagem do real — mas, ao contrário, partimos de uma abstração, de sínteses, de operações materiais, para chegar ao concreto, ou seja, a uma determinação: “por um lado, a abstração que busca a sua realidade no concreto (abstração determinada), por outro, o concreto que busca na abstração a sua determinação (produção da tendência)” (NEGRI, [1979] 2016, p. 104). Sendo assim, o processo de abstração determinada é um processo coletivo e passível de ser ferramenta das lutas operárias (cf, NEGRI, [1978], 2016, p. 103). Se o tom profético dos textos operaístas é duramente criticado pelos opositores, assim como a constante remissão a trechos supostamente visionários de Marx, como no fragmento das máquinas nos *Grundrisse*, as profecias operaístas são apenas *realizáveis pela prática* da organização política. A prática não apenas informa a teoria, transcendentemente e suplementarmente, mas dá forma *imane*nte a ela, algo que Negri relembra com alegria: “vivemos ao longo desses anos, de 66 a 68 – 69, uma *exaltação coletiva*, que derivou do fato de vermos as teses fundamentais do nosso discurso começarem a concretizar-se *através* da nossa prática” (NEGRI, 1979, p. 91, *grifo nosso*). Nesse sentido, Matteo Pasquinelli (2014) está correto quando afirma que o método operaísta é constituído por um afinamento de uma lógica marxiana interna dupla: a *antecipação teórica* e a *aceleração política* posterior que, no entanto, não corresponde, como afirma o autor, na aceleração da “tendência do desenvolvimento capitalista”, mas, pelo contrário, em uma aceleração *do* antagonismo *contra* o capital, contra o desenvolvimento, por mais que imanente a ele, mas também projetando um fora, um fora imanente: dito de outra forma, a máquina operaísta buscar formar a subjetividade antagonista a partir da base material

existente, não supondo nenhum fora, nenhuma linha externa que possa dar coerência, no seio da composição orgânica do capital, a uma plataforma de organização política do confronto, do conflito possível e do antagonismo que separa e destrói a relação de exploração e constitui um novo mundo possível. Como bons engenheiros e mecânicos políticos, nunca encontraremos, nos textos operaístas, lamentos sobre uma suposta escassez do material subjetivo que deve produzir a luta política. Há sempre uma riqueza, um excesso, uma possibilidade de gambiarra política, uma tessitura, nas condições materiais e imanentes dadas, no qual a organização política deve se adequar e, se há alguma escassez, ela vem na forma da autocrítica, em não conseguir interagir com as linhas antagonistas existentes em cada período histórico. Nesse movimento, Negri alerta que, no “jogo” entre a antecipação teórica e a realidade prática do movimento, “à medida que a antecipação teórica funciona, ela é verificada, sublimada, superada e o movimento de organização torna-se absolutamente fundamental” (NEGRI, 1979, p. 100), mas fundamental exatamente nesse ponto de uma aceleração do antagonismo, de organização de uma subjetividade capaz de subverter a lógica do desenvolvimento capitalista, de destruir esse desenvolvimento, essa valorização e investir em sua própria valorização. É esse elemento aceleracionista no seio do pensamento operaísta que torna o marxismo uma ciência da crise, mas também da subversão.

Nesse movimento de antecipação teórica e aceleração política, o terreno do antagonismo vai se ampliando: quando Tronti analisava a sociedade-fábrica, em sua descrição fordista-futurista, já dava as ferramentas para antecipar teoricamente um movimento que logo começará a ficar visível e ser teorizado, não sem dificuldades internas e algumas crises, por *Potere Operaio*: a expansão do antagonismo para fora dos portões da fábrica e a entrada de novos sujeitos, ou de uma nova unidade necessária interna à classe no palco das lutas, portanto, a imersão no campo da reprodução social. Um indício dessa transformação, que exigirá mais uma atualização no método operaísta no pós-68 italiano, é o elemento da intensa e rápida circulação das lutas no período, de uma fábrica à outra, de uma cidade a um bairro, no qual as lutas circulam e se comunicam, e a produção da circulação da luta, da informação da luta, é essencial para a verificação do método: “tudo o que dissemos sobre a circulação [...] torna-se uma verdadeira circulação de lutas dentro da qual a organização deve começar e agir como elemento necessário e irreversível” (NEGRI, 1979, p. 100 – 101). Fica claro assim que, para Negri, o movimento de 67 e sua continuação é inseparável do trabalho de pesquisa e intervenção operaísta que já vinha sendo teorizado desde as *Quaderni Rossi*, e começado a ser posto em prática em *Classe Operaia*, o operaísmo, assim, ao contrário do que afirma Tronti,

não está começando a morrer nesses anos, mas vive e funciona, efetivamente, nessa etapa de circulação e articulação entre diversas lutas fabris:

O mais importante em 67 é a descoberta da articulação da luta. Na realidade, é uma descoberta que já fez parte da experiência de *Quaderni Rossi*. E, no entanto, dessa vez, foi organizado [...]. A articulação da luta significou a comunicação da luta de um departamento para outro: conseguimos manter, por exemplo, durante um longo período, uma série de lutas comunicadas de um departamento para outro, até determinar a própria paranoia do patrão: é o período glorioso das sabotagens, no qual já não era possível ver o fim de um confronto molecular, continuamente reorganizado e continuamente reaberto, que teve um impacto muito forte no nível da produção geral [...]: a articulação ainda se baseia em necessidades imediatas de desestruturação, de desestabilização do poder do patrão (NEGRI, 1979, p. 95).

Mesmo que, como o próprio Negri reconhece, esse plano de articulação e comunicação entre as lutas nas fábricas não seja um plano global de ação, mas ainda um plano local (cf, NEGRI, 1979, p. 95), temos aqui, contrapoder em ato e com potencialidades expansivas. É o que o filósofo Grégoire Chamayou (2020) denominou de “sociedade ingovernável” e, como ele demonstra em seu livro, esses anos de luta implacável que produzem a paranoia do patrão, forçarão uma reestruturação completa no sistema capitalista. Nessas lutas, é na forma bela e menor da sabotagem (e menos no controle socialista sobre a produção, como imaginou Panzieri) que a classe expressa sua autonomia, exatamente quando bloqueia o desenvolvimento capitalista, quando recusa o trabalho e se subjetiva, ganhando corpo e consistência prática *como classe*: são os anos em que a “estratégia da recusa” tematizada anteriormente pelo operaísmo, toma forma definitiva e socializada na Itália como recusa imediata do trabalho, demonstrando, mais uma vez, a capacidade que o operaísmo teve em antecipar e acompanhar as tendências teóricas, buscando acelerar seus desdobramentos políticos subversivos. Primeiramente, nas fábricas: a ocupação da FIAT em Mirafiori por milhares de jovens trabalhadores que, agindo com completa autonomia das decisões sindicais, a ocupam, erguem barricadas e impõem suas demandas por aumentos salariais significativos e redução da carga de trabalho. Ao mesmo tempo, as primeiras células armadas começaram a se formar *dentro* das fábricas. Organização de sabotagens contra máquinas, “educação” de capatazes e guardas, e cercania e tormento aos patrões, ou seja, o contra-poder operário, teorizado pelo operaísmo, em ação cada vez mais visível e organizada espontaneamente, também na conquista da redução da semana de trabalho para 40 horas; no direito a períodos de descanso e controle sobre o tempo de produção; na rejeição da ideologia da produção; e na crítica expansiva a metodologia da exploração fabril. A luta pelas melhorias salariais logo se enraíza e se fortalece como uma rejeição completa ao sistema assalariado: “essa rejeição, que entrou no pensamento social de um proletariado culturalmente avançado, continuamente mais

educado e dotado de uma expertise técnica e científica em constante aumento, logo evoluiu para as questões muito reais de poder e libertação” (BIFO, 2009, p. 151), em que a recusa ao trabalho se torna não apenas o slogan — estampando edições dos panfletos de *Potere Operaio* mas também escrita nas faixas nas manifestações como expressão do conteúdo político dos manifestos. Se o tema da recusa ao trabalho era ainda uma “utopia”, ela ganhava concretude na socialização dessas práticas, que, em menos de uma década, vão se estender para além do ambiente fabril. Nesse sentido, como afirma Kathi Weeks (2005), a recusa do trabalho é tanto uma demanda política quanto uma perspectiva para outra organização social e política. Como demanda, “ela nomeia uma variedade de práticas, desde pedidos por jornadas mais curtas até a preguiça, sendo a greve talvez o exemplo paradigmático”, mas, como perspectiva política e teórica, ela é ainda mais importante, pois estabelece

[...] um quadro intelectual dentro do qual são gerados tipos distintos de análises críticas do trabalho e especulações utópicas sobre as alternativas potenciais a uma sociedade organizada em torno dele. É uma prática, ou melhor, um conjunto de práticas, que dão origem a uma análise conceitual mais ampla e a uma postura política informada por ela (WEEKS, 2005, p. 110).

Nesse período, por exemplo, a demanda e a perspectiva ganham materialidade na forma da luta pelo aumento igual de salários para todos, independentemente da qualificação ou falta de qualificação, na abolição do trabalho por peça e das diferenças salariais equivalentes; na abolição de classificações de emprego em hierarquia e contra os interesses da produção capitalista imediata, como, por exemplo, na abolição da promoção por mérito e dos bônus de produção; assim como na rejeição da produção acelerada (cf, BIFO, 2009, p. 149). Temos visto, nesse sentido, como o operaísmo consegue unir muito bem os dois polos, os dando consistência via análise da composição de classe e do método da tendência. Principalmente, porque não é a mercadoria, o valor, o dinheiro, a alienação, a destruição dos valores, a desterritorialização e abstração capitalistas, o desenraizamento, o objeto central da crítica marxiana operaísta: mas sim o trabalho, é o trabalho que fundamenta a exploração capitalista, nesse sentido, não se luta nem pelo emprego, uma mistificação do problema real do capitalismo, que é a exploração pelo trabalho. Nesse sentido, a recusa do trabalho defendida pelos operaístas é indivisivelmente demanda política, aqui e agora, e uma perspectiva política de transformação geral da sociedade. Por fim, em uma crítica velada à Tronti, Negri afirma que “a continuidade da intervenção, da organização e do projeto, está garantido” (NEGRI, 1979, p. 89) com a formação e o trabalho conduzido por *Potere Operaio*. A linha de continuidade e a busca do desenvolvimento da pesquisa e do método operaísta é assim

comprovada. Como afirma Steve Wright: “as hipóteses dos anos de *Classe Operaia* estavam prontas para serem testadas no calor do conflito” (WRIGHT, 2017, p. 81), e foi exatamente o que aconteceu nesses anos de efervescência que antecederam o 68 italiano e que se entenderão para além dele.

A principal contribuição teórica de *Potere Operaio* é a maturação da tese e a conceitualização definitiva do *operário-massa*. Depois de anos de *inchiesta operaia* e *conricerca* nas fábricas, o que aparece nos textos clássicos dos primeiros textos operaístas como uma “figura de classe um tanto indistinta”, como uma espécie de “massa social”, começa a assumir “carne e osso” depois de uma conferência de 67 em Pádua, em que são definidos os contornos definitivos do conceito (cf. WRIGHT, 2017, p. 98). O operário-massa era massificado, ou seja, desempenhava uma forma de trabalho simples e estava localizado no cerne do processo imediato de produção, especificamente, na linha de montagem. Individualmente, era intercambiável por qualquer outro operário, no entanto, coletivamente, ele era uma força indispensável para a produção capitalista. Ao mesmo tempo, ele carecia dos vínculos orgânicos que haviam ligado os operários qualificados (*operário-profissional*) à produção: sendo assim, o *operário-massa* personificava a insubordinação do trabalho concreto ao abstrato — característica da sociedade capitalista moderna —, e essa subversão se concretizava principalmente pela forma da recusa ao trabalho, nas práticas de greves e sabotagens. Na perspectiva da recusa do trabalho, também era indispensável a questão do salário: vimos nos capítulos anteriores como a questão do salário era interpretada pelos operaístas em termos políticos: a luta salarial, quando intensificada, consegue, ao mesmo tempo, colocar em crise o equilíbrio capitalista e melhorar a vida dos operários. É por essa razão que a recusa do trabalho será o mote pelo qual *Potere Operaio* tentará reformular a concepção de partido, como veremos no tópico 3.2.3, pela perspectiva de Negri. A materialidade da recusa do trabalho se expressa também por produzir, entre 67 e 68, um efeito cumulativo que “provocou uma crise no equilíbrio econômico em que o desenvolvimento industrial, até então, dependia: ou seja, o equilíbrio entre salários baixos e exploração intensiva da força de trabalho, um equilíbrio mantido pelo alto desemprego e uma grande oferta de trabalho” (BIFO, 2009, p. 150). As teses operaístas de Tronti em *Operários e Capital* ganham expressão real e, como veremos nos tópicos 3.2.1 e 3.3.3, Negri interpreta essa crise no equilíbrio capitalista como a crise definitiva do Estado-Plano. Se os operaístas já tinham intuído, como vimos, que o trabalho migrante era essencial na transformação da figura do operário italiano, e, por consequência, na transformação interna na própria composição de classe, cada vez mais se acentua o elemento político e subversivo desse trabalhador

desenraizado nas tradições sindicais e no partido<sup>36</sup>. Como elucidada Bifo, em 67, “um elemento importante no cenário social [...] foi o início de uma campanha organizacional entre os operários migrantes do Sul” (BIFO, 2009, p. 150). Até então, pesava para esses jovens operários as acusações internas do movimento operário de lumpemproletariado: eram a base massiva usada pelo patronato capitalista para controlar as pressões sindicais nos grandes centros industriais de trabalho e, sendo assim, traziam problemas organizacionais para os “verdadeiros operários”. No entanto, entre 68 e 69, essa massa de jovens “especialmente em Turim, se tornaram a base na vanguarda da luta sindical (e a base também para a revolução política organizada)” (BIFO, 2009, p. 150). A transformação de “lumpemproletariado” em vanguarda operária elucidado por Bifo é mais uma das intuições operaístas do final dos anos 50 e início dos anos 60, que toma corpo e se torna prática concreta interna à nova composição de classe. Por fim, vale ressaltar os resultados que essas lutas produziram, a longo prazo, na máquina capitalista, de pleno contato com a tese do giro copernicano: uma crise produzida pelas lutas, que forçará o capital a sua longa reestruturação nos anos 70, cujos efeitos tateamos até hoje:

A crise sobre o controle político do ciclo de produção e, assim, a crise econômica de 1970 também têm suas raízes na força e continuidade dessa luta dos operários, e nos resultados consideráveis alcançados por ela (aumentos salariais generalizados que, apenas em 1969, aumentaram os custos trabalhistas em mais de 20%, com pressões salariais contínuas nos anos seguintes) (BIFO, 2009, p. 150).

Na sua atuação prática, *Potere Operaio* formava células políticas em todas as fábricas que desenvolviam um conflito capaz de potencializar e produzir antagonismo, tendo, nesses locais, a função de suporte e organização das lutas dos operários, assim como a panfletagem de seus textos que, nesse período, já era uma prática consolidada. Como afirma Negri, havia um esforço no trabalho político para estudar e informar os operários sobre a educação política, visando potencializar seus comportamentos subversivos, transformando-os em uma força política organizada de ataque, ou seja, transformando a contradição em antagonismo. Nesse sentido, se apostava menos em uma disciplina, do que em uma intensificação de tendências que já estavam em movimento. As células políticas se movimentavam por dentro e contra, por dentro e fora, do âmbito sindical: “se você pegasse um operário da comissão

---

<sup>36</sup> Infelizmente, a problemática da migração é pouco desenvolvida pelo operaísmo até meados dos anos 70. A migração é sempre vista pela ótica da necessidade da recomposição do capital, e é assim, por exemplo, que a migração dos jovens operários do sul até o norte é interpretada. Contra essa interpretação, e avançando o método operaísta, indicamos o livro de Moulrier-Boutang (1998) que busca interpretar esse problema por um viés positivo, ou seja, pensar a migração menos como uma forma de exploração, do que como um direito do trabalhador, avançando na questão dos sentidos políticos antagonistas dos fluxos migratórios e do controle da migração como essencial ao equilíbrio capitalista. Estudo esse, de Moulrier-Boutang, que terá grande impacto no que ficou conhecido como “pós-operaísmo” (termo que usamos aqui apenas para uma rápida identificação, mas que, como explicamos na tese, não defendemos o uso, preferindo apenas “operaísmo”).

interna sindical, que você pudesse retirar da comissão interna ou fazer com que atuasse na comissão interna a seu favor, tudo bem. O problema era construir as lutas com base num projeto de participação de massas, de gestão direta” (NEGRI, 1979, p. 94). Steve Wright (2017) articula como o trabalho persistente dos militantes ligados ao movimento do operariado nas fábricas, iniciado no final dos anos 50, é influente nesse aspecto. Esse esforço, no entanto, é inviabilizado e mistificado pela história oficial do capital que sustenta, ou seja, mistifica, que é o capital, a seu bel-prazer, que remodela sua própria composição orgânica. Esse raciocínio revelará toda sua fragilidade quando, no final dos anos 70, o capital inicia, aparentemente por mágica, sua reestruturação para sobreviver ao enigma da sua própria crise. Essa reorganização, no entanto, só pode ser compreendida como uma resposta à força desestabilizadora proveniente do acúmulo e da força dessas lutas operárias, que demonstram a força social de um contrapoder ativo de um sujeito de classe maduro e, naquele momento, ingovernável:

Organizando paralisações relâmpago que surgiram ao longo da linha da FIAT, os operários 'comuns' fizeram sua estreia italiana como 'protagonistas diretos da luta, buscando 'uma modificação profunda nas relações dentro da classe operária e a recusa da divisão de trabalho existente'. Essa ação estava destinada a sinalizar uma revolução nas relações industriais italianas, e o amadurecimento do operário-massa do operariado como um sujeito social (WRIGHT, 2017, p. 111, grifo nosso).

A maturidade de um sujeito ativo, social, de classe, e a maturidade teórica dos grupos como *Potere Operaio* na conceitualização do *operário-massa*, no entanto, trouxe uma série de novas questões para o grupo que, com a explosão do 68 italiano, trarão para a mesa uma série de novos fatores importantes em relação à composição da classe que, em nossa perspectiva, são essenciais para a demonstração de um método de análise que busca se adequar às transformações de baixo, de classe. Steve Wright (2017, p. 124), por exemplo, critica *Potere Operaio* por estar presa ainda em um modelo “fabril” de análise, por mais que sua proximidade com os operários migrante do sul e sua “crescente inquietação” tenham “ampliado as percepções de *Potere Operaio* sobre a vida da classe operária” e de certa maneira, colocado para eles o problema da proletarização da sociedade, ou seja, de uma necessidade de uma recomposição política da classe para além dos limites impostos pela relação salarial, o problema, no entanto, nunca foi formulado em termos precisos no período e “seu quadro ainda era o de uma sociedade polarizada entre o *lavoro operaio* e a burguesia” (WRIGHT, 2017, p. 125), o proletariado permanecia, assim, como uma massa inarticulada conceitualmente, “uma coleção de figuras sociais com conotações sociais indeterminadas — estudantes, trabalhadores de colarinho-branco, profissionais — e assim, mais uma vez, a

hegemonia dos trabalhadores industriais não era questionada” (WRIGHT, 2017, p. 125). Esse problema, como vimos, já aparecia na demora da conceitualização mais precisa do operário-massa, e agora parece se transferir para o proletariado, um sinal de que estamos no limiar de uma transformação que será fundamental para a continuidade e transformação do método operaísta de análise. No entanto, mesmo um crítico como Steve Wright deve conceder que, mesmo que o problema da proletarização não tenha sido antecipado nesses anos em que, como vimos, as lutas operárias na fábrica ainda expressavam um protagonismo inegável, esse tema será colocado e trabalhado pioneiramente por *Potere Operaio* logo no início dos anos 70 e, como veremos, será peça fundamental pela decisão de dissolução do grupo. Nosso diagnóstico é o seguinte: quando o *operário-massa* é definitivamente conceitualizado, ele está no limiar de sua hegemonia, ou seja, ele está se tornando politicamente um conceito apertado demais para uma série de novos sujeitos e novas lutas. Ao mesmo tempo, a categoria de operário-massa passa a se tornar um complicador quando, na forma da recusa do trabalho, há uma extensão do comportamento operário e fabril para toda sociedade, na passagem da sociedade à imagem da fábrica, para a fábrica, à imagem do social. No entanto, o que deve ser avaliado aqui é a eficácia do método e sua capacidade de colocar o problema em seus termos: nesse sentido, o método operaísta que sobrevive, se atualiza, e se prolonga em *Potere Operaio*, não apenas consegue explicar a transformação emergente, isto é, de uma composição política contra sua composição técnica que transforma e recompõe o capital e a própria classe (o problema da proletarização, se quisermos chamar assim), como vai permitir investigar os novos termos dessa transformação interna da classe, o que Negri vai interpretar como a passagem do *operário-massa* ao *operário-social*. É o começo dessa transformação que o método deve acompanhar e estudar, o que veremos, se torna uma obsessão teórica para Negri nesse período, e que o maio de 68 italiano traz consigo como problema.

Como afirma Michael Hardt, se 68 pegou os franceses e os europeus de sobressalto, a situação é menos anômala em relação à Itália, porque como temos visto ao longo da tese, há a constante renovação do ciclo de lutas desde o final dos anos 50 no país, produzindo a anomalia selvagem italiana, na forma de “um constante crescendo de revoltas ao longo de 1968 e 1969 na Itália, que, em várias combinações diferentes, fizeram as lutas persistirem pelos próximos dez anos” (HARDT, 2005, p. 7). Os operaístas, assim, transformados por esse encontro e choque com essas lutas, buscam “esclarecer e emprestar coerência teórica à direção das lutas em massa, a fim de promover seus objetivos e construir as novas normas emergentes de comportamento coletivo” (HARDT, 2005, p. 7). E aqui, a figura do intelectual é uma espécie de máquina adjacente ao corpo coletivo que luta, é um órgão desse corpo que

luta. Até 68, as lutas tinham um protagonista que, aos olhos dos interessados, não parecia dividir os holofotes, ou seja, eram os jovens operários, migrantes do sul, que, lentamente, o operariado conceitualizou na figura do seu *operário-massa*. Como afirma, Guidali, “a esquerda e os meios marxistas foram surpreendidos quando os estudantes se tornaram um novo sujeito político quando os protestos eclodiram em 1967, enquanto por anos se repetia que tudo girava em torno das fábricas” (GUIDALI, 2021, p. 12). Essa é a perspectiva, por exemplo, de Sergio Bologna, um dos operaiistas ligados à *Potere Operaio*, que afirma “nossa dificuldade em interpretar o mecanismo social subjacente, em compreender a relação entre o movimento nas universidades e a formação da classe operária” (BOLOGNA, 1981, p. 14). Para os operaiistas, tocados por esse movimento, torna-se uma questão urgente a investigação sobre as lutas estudantis: “Asor Rosa, por exemplo, astutamente observou que o novo movimento estudantil havia alcançado uma importância única na política italiana do pós-guerra, pois representava nada menos que o primeiro exemplo de uma luta em massa sem nenhum controle partidário” (WRIGHT, 2017, p. 84). Uma breve anatomia do 68 italiano, delineado por Bifo (cf, 2009, 149 – 150) e Steve Wright (2017, p.82 – 83), nos auxilia em entender os desafios teóricos impostos à *Potere Operaio* e a Negri, em especial. Segundo os autores, o *maio rastejante italiano*, protagonizado pelos estudantes, ultrapassou em larga medida os seus equivalentes europeus, muito pela autonomia conquistada do *Movimento Studentesco* (ME) em relação às organizações estudantis oficiais. Em escala, envolveu milhares de estudantes universitários e de ensino médio em toda a Itália urbana, paralisando rapidamente grande parte do sistema educacional. Politicamente, o novo movimento, animado, subversivo, também se esforçou em redefinir a própria noção de política, construindo novas formas de organização, como a “assembleia permanente”, que rapidamente suplantaram os corpos estudantis tradicionais. Essas lutas tiveram impacto definitivo nas políticas italianas do período, produzindo uma crise definitiva para a política de Centro-Esquerda (uma aliança entre democratas-cristãos e socialistas que, como já vimos, era duramente criticada pelo operariado). Como em toda Europa, o 68 italiano foi um movimento antiautoritário e trouxe problemas e tensões que a Centro-Esquerda, no governo, não podia controlar. De maneira geral, o movimento colocou a política da Democracia Cristã sob acusação, por ser parcialmente responsável pela ditadura da burguesia na sociedade italiana e pela dependência da Itália em relação à Igreja e aos elementos autoritários, disciplinares, que não eram um elemento presente apenas nas fábricas, mas se diluía por toda a sociedade. No início, a relação que o PCI mantinha com o movimento estudantil era ambígua: ao mesmo tempo que desaprovava o radicalismo deles, o PCI via uma oportunidade de quebrar a

hegemonia democrata-cristã e impulsionar um deslocamento do equilíbrio político para a esquerda. Mas o interesse do PCI no movimento estudantil diminui quando ele se aproxima dos operários — se organizando nas fábricas, nas escolas e no nível local ao promover greves políticas, ocupação de escolas e manifestações contra o governo e ocupação de casas vazias por proletários sem moradia. O movimento, por sua vez, assume desde o início uma posição de oposição ao PCI, que, “após décadas de lealdade stalinista, estava adquirindo as características de um partido social-democrata, condenando as demonstrações mais radicais da classe operária e dos estudantes em nome da união com as classes médias, a legalidade e o respeito à regra fundamental da ordem capitalista” (BIFO, 2009, p. 150). Quando o PCI chegou a decisão pelo Compromisso Histórico em 1973, em uma aliança com os Democratas Cristãos, que tinham mobilizado a “estratégia da tensão” como repressão ao movimento de classe, a ruptura estava definitivamente formada e definida como irreversível, pelos dois lados do confronto.

Sendo assim, o 68 italiano é, para *Potere Operaio*, uma oportunidade de uma releitura da composição de classe, que, em grande medida, foi perdida: se, até então, uma possível aliança entre a vanguarda operária e os outros integrantes do proletariado era aludida, contanto que fosse respeitado o vanguardismo operária em relação à organização política, o protagonismo estudantil em 68 colocou em xeque essa interpretação, dado que agora os estudantes emergiam como uma força política que tinha suas próprias pautas, por mais que, com o desenvolvimento do movimento e a explosão do Outono Quente em 69, a causa estudantil seja transformada efetivamente em uma luta proletária, o que, por sua vez, aprofundará a problematização dos sentidos da proletarização em curso da sociedade italiana. Afinal, não era uma intuição operaísta que a sociedade-fábrica fordista tensionava para uma socialização do antagonismo em todas suas dimensões? A sociedade-fábrica não era intuída exatamente como a diluição da hegemonia da fábrica no social? Com o seu desaparecimento como espaço fechado de luta? Qual o futuro do *operário-massa* quando suas lutas dinamitam o espaço da fábrica? O operaísmo, então, dado ao seu método que almeja estar acoplado às lutas — e um novo protagonismo nas lutas é sempre bem-vindo —, deve questionar, pela primeira vez, a hegemonia operária sobre o conflito no capitalismo desenvolvido como um passo necessário intuído pelo seu próprio método, anos antes e, nesse sentido, *Potere Operaio* vive uma crise interna. O caráter proletário das lutas estudantis se torna mais evidente à medida que o próprio movimento estudantil italiano buscava se aproximar da classe operária industrial, complexificando sua própria interpretação autônoma da sua “luta estudantil” como efetivamente uma luta de natureza proletária e inseparável das lutas operárias:

Muitos ativistas estudantis estavam cada vez mais conscientes dos limites de uma luta conduzida exclusivamente dentro da universidade. À medida que todo o edifício da sociedade italiana começou a parecer um obstáculo para a reforma do ensino superior, até mesmo os defensores mais sectários do *Poder Estudantil* começaram a observar com interesse uma classe operária que estava novamente se mobilizando para a ação (WRIGHT, 2017, p. 90).

Nessa aproximação, “vários membros proeminentes do *Movimento Studentesco* de Roma adotaram o credo operaísta”, incluído aí um forte movimento de “migração de quadros estudantis para a FIAT Mirafiori na primavera de 1969, momento em que muitas fábricas do norte estavam em tumulto” e a questão estudantil aparecia agora subsumida à questão do operário-massa (cf. WRIGHT, 2005, p. 83). Levando em conta esses elementos que o maio europeu trazia consigo, Negri vai afirmar, em uma entrevista no final dos anos 70, com uma certa distância dos acontecimentos, é verdade, que o período é de lenta reconversão, da temática estrita do *operário-massa* para um refinamento da categoria de trabalho abstrato — um primeiro sinal de que os elementos da proletarização estavam modificando a compreensão operaísta da natureza da classe, do trabalho e do caráter cada vez mais socializado e unitário da exploração. Nesse sentido, era necessário, de uma vez por todas, abandonar qualquer resquício de fabriquismo: “após a saída da facção entrista, a linha geral insistia em superar até os últimos aspectos do fabriquismo; o debate, portanto, mudou cada vez mais para o trabalho abstrato. O centro do debate, não era tanto o operário-massa como tal, mas a realidade do trabalho dos operários de nossa fase” (NEGRI, 1979, p. 97), não apenas na leitura do maio italiano, mas também na leitura do maio francês: “o tema do trabalho abstrato tornou-se fundamental: a expansão do tema e a qualificação da relação fábrica-sociedade tornaram-se extremamente flexíveis e permitiram potenciais interpretações que permitiram ler a natureza proletária do maio francês” (NEGRI, 1979, p. 97). A diferença entre o maio italiano e o maio francês, para Negri, se dá pela não-continuidade, no último, das lutas entre o setor operário e o novo proletariado. Enquanto na França “não houve a continuidade de organização revolucionária e teórica, portanto, o movimento imediatamente entrou em conflito com a capacidade de contra-ataque e de reestruturação capitalista que cortou o contato direto entre vários setores de classe” (NEGRI, 1979, p. 97), na Itália, vimos uma aproximação entre os estudantes e os operários que intensificaram e deram continuidade ao ciclo de lutas. Para Altamira, o 68 serve por acabar internamente com qualquer expectativa ou crença, em *Potere Operaio*, acerca de uma possível renovação do sindicalismo oficial, ou de algum papel que pudesse ser atribuído ao PCI na Itália. O maio francês, que, internamente, fortalecia e impulsionava a comprovação prática das teses políticas operaístas, também deixava outra lição importante: o enfraquecimento das lutas se dava tanto pela repressão quanto pela

problemática da organização de um movimento proletário, com camadas de estudantes e operários como protagonistas que não mais cabiam efetivamente em órgãos tradicionais do movimento operário, que, na ótica dos operaístas, eram responsáveis pelo recuo do movimento na França: “na perspectiva do operaísmo, o confronto aberto entre a autonomia real dos movimentos de classe e seu controle oportunista por parte das tradicionais organizações políticas e sindicais estava na raiz do fracasso do Maio francês” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 166). É nesse período, e buscando resolver o impasse da organização, que os operaístas experimentam com novas formas de organização dos conflitos: destaca-se o Comitê Unitário de Base (CUB) que agia nas fábricas e limitava-a produção por meio das práticas de *go and slow*, gradativamente, e sempre por meio de confrontos, o que fez com que a CUB logo tomasse para si o espaço anteriormente ocupado pela ação sindical. Em 69 se forma *La Classe*, o jornal de *Potere Operaio*, que trata de popularizar a tese do *operário-massa* e que, segundo Negri, tinha a função de informação interna do movimento (cf, NEGRI, 1979, p. 106). Se é o período, para os operaístas, de uma maturação da tese do *operário-massa*, isso significa, em outros termos, o problema de sua organização política: “a abertura de um novo ciclo de lutas, [...] protagonizado por um novo sujeito social, exigia, para os operaístas, a constituição de uma organização revolucionária em nível nacional, capaz de descobrir, generalizar e transformar o conteúdo político emergente das lutas operárias em violência revolucionária” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 168) Apesar da colocação do problema, e das intervenções constantes nas fábricas italianas, o partido revolucionário de *Potere Operaio* nunca tomou forma, apesar da tentativa de Negri de fornecer sua teoria<sup>37</sup>.

Ao mesmo tempo, na Itália, com a aproximação entre 68 e 69 entre estudantes e operários, a hegemonia do *operário-massa* começa a se transformar: em uma entrevista em 79, Negri afirma que, já no final dos anos 60, era visível que se “antecipa a tendência real, isto é, a tendência de passar do operário-massa ao operário-social” (NEGRI, 1979, p. 99). No entanto, essa passagem do *operário-massa* ao *operário-social* que, na perspectiva de Negri na sua entrevista no final dos anos 70, já aparece como uma tendência plenamente efetivada, foi motivo de um intenso debate interno em *Potere Operaio* no final dos anos 60 e no início dos 70, mais do que a entrevista de Negri sugere. Se o 68 na Itália teve como protagonistas os estudantes, ele se prolongou até o outono quente nas fábricas italianas em 69 (WRIGHT, 1979, p. 82), em que operários, com o auxílio dos estudantes, estenderam e ampliaram o conflito contra as estruturas de repressão e controle social capitalistas em níveis

---

<sup>37</sup> Como veremos no tópico 3.2.3.

impressionantes<sup>38</sup>. São nesses anos que Negri teorizará, cada vez mais, o confronto entre a classe e Estado como irreversível e irremediável. Essa análise está plenamente inscrita na situação material vivida pelo movimento: a resposta ao maio italiano e ao outono quente foi a intensificação da via repressiva paranoica pelos aparelhos do Estado: é a chamada “estratégia da tensão”, que desencadeará os “anos de chumbo”. Direcionada e apoiada pelo Partido Democrata Cristão, a estratégia da tensão consistia “na criação artificial de momentos de extrema tensão por meios como incidentes provocados por grupos fascistas ou por agentes frequentemente vinculados diretamente ao Serviço Secreto do governo” (BIFO, 2009, p. 150). O primeiro ato em grande escala resultante dessa estratégia foi o ataque ao Banco Agrícola de Milão, que matou 14 pessoas em 12 de dezembro de 1969, no auge da luta dos trabalhadores iniciada no Outono Quente. As bombas foram colocadas por um grupo de fascistas ligados ao serviço secreto do governo. O ato foi descoberto e denunciado por forças democráticas, por grupos da extrema-esquerda e por grupos militantes envolvidos com práticas de contra-inteligência e contra-informação (importantíssima no período, que vai se proliferar com as Rádios Livres no decorrer dos anos 70). No entanto, anarquistas foram acusados do atentado, e o movimento revolucionário foi alvo de um violento ataque da imprensa e dos tribunais. Nos anos seguintes, esses atos foram frequentemente repetidos: em cada instância, crimes fascistas foram usados como ocasião para acusar a esquerda extraparlamentar de violência e instituir medidas repressivas de contramedidas (cf, BIFO, 2009, p. 150). Estava aí plantada a semente que germinará no calvário de milhares de militantes no final dos anos 70. Teoricamente, para Negri, esse processo intensificou a identificação do alvo da classe trabalhadora: o Estado capitalista, assumindo cada vez mais a figura da intuição teórica operaísta do *capitalista coletivo*: “por um lado, o reconhecimento de que o Estado é o seu adversário, e a passagem definitiva de toda a temática operária para o nível político” (NEGRI, 1979, p. 104). A onda repressiva, no entanto, não enfraqueceu o movimento: ele cresceu em novos setores, entre os jovens e os estudantes, e o movimento ganhou continuidade através da

---

<sup>38</sup> Nesse período, o operaísmo tentava resolver também, além da relação dos operários com os estudantes, qual era o papel dos técnicos fabris, com seu trabalho mais “intelectual” nas lutas e sua relação com a classe. A tese trabalhada no período é que tanto os estudantes quanto os técnicos deveriam servir como uma espécie de “correia de transmissão” entre a classe operária e os patrões e as lideranças sindicais. Nesse sentido, havia ainda uma subordinação das lutas desses outros trabalhadores, proletários, à causa operária que ainda era interpretada como a vanguarda. Em meados dos anos 70, com a urgência das questões revolucionárias, o operaísmo vai acabar por dissolver as diferenças específicas entre os técnicos e os outros trabalhadores industriais, considerando tudo “trabalho simples”, alertando, no entanto, para a problemática política, de que os técnicos devem se confrontar com a disjuntiva de reforçar o comando do capital, agindo como agente interno no campo inimigo (cf, ALTAMIRA, [2006], 2008, p. 164). Estamos, nesse sentido, distantes da tese do “trabalho imaterial” e “cognitivo”, que permitirá, na ótica operaísta, reler essas transformações concretas no trabalho em um sentido proletário e mais unificado.

formação de organizações revolucionárias que surgiram por todo o país. Estas rapidamente adquiriram a capacidade de alta mobilização, reunindo os remanescentes do movimento estudantil de 1968 e um segmento dos trabalhadores reorganizados durante as lutas de 1969. Os grupos mais fortes, juntos de *Potere Operaio* — que era uma presença importante em Pádua, nas fábricas de Porto Marghera e na Universidade de Roma — foram *Lotta Continua* (particularmente entre os trabalhadores da Fiat), e *Avanguardia Operaia*, enraizado em Milão entre trabalhadores de grandes fábricas e entre estudantes (cf, BIFO, 2009, p. 150).

Finalmente, temos todos os elementos necessários para analisar a problemática da organização em relação à *Potere Operaio*. Como enfatiza Negri, “é tanto o problema da organização, como o problema da transição que é colocado” (NEGRI, 1979, p. 116). Para os operaiistas de *Potere Operaio*, o ciclo de lutas iniciado em 68 e que se amplia nas fábricas no início dos anos 70, é o sintoma da maturação, desde baixo, das lutas do *operário-massa* e a afirmação de seu contrapoder, como a indicação de uma transição revolucionária comunista na ordem do dia. Conceitualmente, vemos o operaiismo colocar o problema do partido, do partido revolucionário. Como salienta Steve Wright, um dos elementos mais característicos de *Potere Operaio* “era sua concepção de insurreição como uma necessidade premente e iminente”; na prática, isso significava para Negri e os líderes do grupo, que se “o partido da insurreição não fosse construído, a única consequência possível seria a derrota geral do movimento” (WRIGHT, 2017, p. 131). Essa necessidade, para os operaiistas, da construção de um partido revolucionário, se intensifica quando, em março de 1973, os operários da FIAT de Mirafiori, em Turim, desempenharem seu papel de vanguarda, em uma greve massiva que se tornou em ocupação armada da fábrica, adotada como tática por dezenas de outras empresas de engenharia na cidade, assim como nos subúrbios de Turim. É essa ação que fornece a base material para a reflexão final de *Potere Operaio* sobre a natureza da organização comunista possível, da classe operária em luta. É também o objeto de reflexão de Negri em seu panfleto de 1973, *The Worker's Party of Mirafiori*. No texto, Negri, dá uma definição muito interessante do conceito de partido, como *o desejo de reapropriação*, desde baixo, da classe, *de sua própria organização*. A consequência disso é que o exercício do partido seja, única e exclusivamente, *a prática e o exercício do contrapoder da classe*, contra seu inimigo, o capital, seu Estado e suas instituições (cf. NEGRI, 1973, n.p). Para Negri, no entanto, essa concepção não é apenas uma prescrição para o futuro, mas foi a própria constituição, em ato, do “partido operário de Mirafiori”:

Os operários puderam ver a realidade de um exercício direto de poder contra a

totalidade das condições repressivas postas em movimento pelos empregadores e pelos Sindicatos desde 1969 até os dias atuais. O "Partido Operário de Mirafiori" está se formando como uma capacidade de mostrar ao capitalista a impossibilidade de usar instrumentos de repressão e reestruturação (de demissões em massa a despedimentos; de provocações fascistas a todas as articulações de comando sobre a produção na fábrica). O "Partido de Mirafiori" é, portanto, uma atualidade do poder da classe operária — consequentemente, uma atualidade armada, uma resposta correspondente ao nível do equilíbrio de poder entre as duas classes em luta. Todas as contradições, todas as dificuldades e derrotas (começando em 3 de setembro de 1969, quando Agnelli usou pela primeira vez a arma das demissões em massa) são aqui superadas e resolvidas: confiando em seu próprio poder de massa, reapropriando todas as suas iniciativas individuais e de grupo, a classe operária se revela e age como o partido de Mirafiori. (NEGRI, 1973,, n.p).

Temos aqui, a reinterpretação das categorias operaístas desenvolvidas nos anos 60 à luz das lutas em Mirafiori: a constituição política da classe em luta, como contrapoder, como boicote ao desenvolvimento capitalista, a recusa ao trabalho organizada como greve, como piquete, como luta armada em resposta à pressão capitalista e sindical pela retomada da produção. O conceito de *vanguarda de massa* é desenvolvido a partir das experiências desse período, nesse sentido, “é a massa que se movimenta, como tal; é a plenitude do poder que se expressa; é a abundância da inventividade da classe operária que está realizando seu trabalho de destruição e ditadura” (NEGRI, 1973, n.p). Contra uma leitura espontaneísta do movimento, Negri afirma que o movimento age por conta própria, autonomamente, mas essa autonomia não dispensa a ação organizada de uma vanguarda, uma *vanguarda de massa*: “a continuidade da luta não foi espontânea, mas viu dentro dela a força motriz contínua da linha revolucionária. A espontaneidade desta vez foi interpretada e informada pela iniciativa consciente das vanguardas nas fábricas: aquela generalidade que explodiu na fase final da luta foi prevista e trabalhada pelas vanguardas das fábricas” (NEGRI, 1973, n.p). Como observado por Ryan, “nesse contexto, é necessário desmistificar o conceito neo-leninista internacionalista da representação delegacional. A ocupação de Mirafiori indicou uma alternativa — um partido onde os operários confiam em seu próprio poder em massa” (RYAN, 1991a, p. 201 – 202). Steve Wright, considera a interpretação de Negri “extravagante”, “triumfalista” e “longe da realidade”, no sentido de que “logo ficaria claro que a combatividade dos piquetes da FIAT era mais um gesto final de desafio aberto pelos protagonistas de 1969 do que o presságio de uma nova onda de militância nas grandes fábricas” (WRIGHT, 2017, p.137). Sua crítica se refere principalmente ao fato de que a luta em Mirafiori acabou sendo reprimida e controlada, e o Partido de Mirafiori, se é que existiu, foi desmantelado. Ora, para Negri, essa derrota tem uma causa identificada: a luta deveria ter se colocado *para além da fábrica*:

O problema deve ser colocado em termos gerais: ele se torna o problema da articulação da classe operária que unifica os momentos de vanguarda e os momentos

de massa que destroem a compartimentação social buscada pelo grande capital. É bom declará-lo claramente: os trabalhadores da FIAT não tinham força para se moverem para esse terreno — nem as vanguardas haviam saído anteriormente para realizar um trabalho eficaz nesse terreno (NEGRI, 1973c, n.p).

Como bem apontado por Ryan (1984b, p. 202), o problema organizativo nesse fragmento se dá na questão de passar da fábrica para a sociedade, evitando isolamento na fábrica e o bloqueio do processo necessário de unificação política com o proletariado, visto como necessário para a composição política madura da classe, no período, unindo aí as diferentes “funções de ataque” (as trabalhadoras domésticas, os desempregados, os estudantes, os marginalizados) contra as tentativas de desarticulação pelo capital. No entanto, para Negri, o problema ainda é colocado em termos da relação que a vanguarda deve ter com a massa. O *operário-massa* aqui, deve funcionar ainda como a vanguarda que unifica os “outros” elementos da classe, o *operário-massa*, nesse sentido, deveria sair da fábrica, mas deve assumir um papel de liderança nesse processo, e unificar a classe em todos os seus setores. Vimos que o reverso aconteceu em 68: os estudantes foram ao encontro das lutas fabris, e fortaleceram o movimento das lutas. O contrário, no entanto, deveria ser necessário, preservando, no entanto, a função vanguardista da classe operária sobre os “outros” elementos da classe, a camada social do proletariado que, aqui, não é devidamente analisada com o rigor necessário para ser possível articular em que nível se daria essa relação, de como articular a luta entre a fábrica e a sociedade, ou entre a fábrica e a fábrica social. Estamos em um momento fundamental da história do operaísmo: “que é a possibilidade de resolver o imediatismo do comportamento de contrapoder numa totalidade organizacional. A capacidade de desenvolver o processo revolucionário excluindo as mediações institucionais do processo revolucionário” (NEGRI, 1979, p. 116). O que conflagra mais a crise é que pós-Mirafiori há uma momentânea recuperação dos sindicatos ligados ao PCI em uma via reformista e, vale lembrar que, *Potere Operaio*, entre 72 e 73, está analisando a tendência no qual o sindicato é visto como um aparelho meramente repressivo; seu fortalecimento então, é visto como uma derrota para o movimento, apesar de que para Negri e para o operaísmo do momento, o sindicato é uma forma historicamente limitada de organização de classe, totalmente capturada na lógica capitalista da *forma-desenvolvimento* (cf, NEGRI, 1979, p. 132), o que torna, então, a tese de uma “passagem política” dentro da fábrica, menos sustentável do ponto de vista político-organizativo (cf, NEGRI, 1979, p. 119). Esse problema é vivido como impasse, tanto teórico quanto prático, para os membros de *Potere Operaio*, que “capta o problema da organização na sua forma mais extrema: tentar dar uma nova ordem e uma solução adequada a um programa organizacional complexo, ao novo nível da composição da classe e do

movimento: e tudo isto a partir de dentro” (NEGRI, 1979, p. 111). Para tanto, era preciso voltar à pesquisa e ao método: o debate interno precisava revisitar o significado político do *operário-massa* e sua hegemonia como sujeito principal das lutas (cf. WRIGHT, 2017, p. 129). Refletindo sobre esse período, Alisa Del Re, pensadora feminista e ex-militante de *Potere Operaio*, argumenta que, o grupo, mesmo com todos seus limites na análise, antecipou e colocou o problema dos novos sujeitos:

O período de *Potere Operaio* não foi tão homogêneo como as pessoas dizem; houve momentos de grande expansão e momentos de redução para áreas menores, especialmente aqui no Veneto, com a ideia [...] de abrir-se para o movimento, ou seja, para estudantes e sujeitos que diferiam daqueles da fábrica mais tradicional. Isso provavelmente era uma visão mais ampla do que aquela que tínhamos teorizado na noção de *operário-massa*, talvez já fosse um afastamento da forma-trabalhador (DEL RE, 2005, p. 49).

Sendo assim, gradualmente o grupo passou a abandonar a centralidade da categoria do *operário-massa*: agora que a articulação tradicional proposta pelo operaísmo entre composição técnica e política via assumindo uma forma “muito maior e mais pregnante” com a expansão da relação capital além da fábrica, o conceito se tornara cada vez menos útil. Negando, no entanto, que a metodologia operaísta tenha chegado em um “beco-sem saída”, Negri buscará, primariamente, reformular, pela análise da composição de classe, o conceito de *operário-massa* e, investigar, cada vez mais, os impactos do proletariado na fábrica social. De qualquer forma, estamos vivenciando o fim da hegemonia do *operário-massa* no operaísmo, e à medida que essa intuição conceitual se torna também uma base material e uma prática política concreta de um novo sujeito (ou novos sujeitos), temos a passagem ao movimento da Autonomia, que desenvolverá alguns impasses e produzirá outros em relação à organização política e o sujeito das lutas, como veremos, no próximo capítulo.

### 3.1.3. A crítica do feminismo autonomista à *Potere Operaio*: o método operaísta em expansão

Nesse momento, entre os elementos mais fundamentais para a dissolução do grupo<sup>39</sup>, está a crítica interna de filósofas e militantes como Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Alisa Del Re e Leopoldina Fortunati, entre outras, que criticam e saem de *Potere Operaio* em 71 para formar o coletivo *Lotta Femminista*, que organizará internacionalmente, com nomes

<sup>39</sup> A outra questão a ser desenvolvida seria a problemática e defesa da luta armada. Sobre esse tema, investigaremos, a partir de Negri, no tópico 3.2.3

como Selma James, o movimento *Wages for Housework* (WfH)<sup>40</sup>. A intuição para o movimento, segundo Federici, nasce internamente no contexto de *Potere Operaio*, no debate sobre o salário protagonizado pelos operários no *Outono Quente* e, por consequência, nas análises posteriores do operaísmo sobre o evento:

[...] com o operaísmo, que enfatizava a centralidade das lutas dos operários por autonomia na relação capital-trabalho, aprendemos a importância política do salário como um modo de organização da sociedade e, ao mesmo tempo, como uma alavanca que enfraquece as hierarquias estabelecidas dentro da classe operária. Na Itália, essa lição política se concretizou nas lutas operárias do *Autunno Caldo* [Outono quente] de 1969, quando os trabalhadores reivindicaram a igualdade de salários para todos, juntamente com aumentos inversamente proporcionais à produtividade, significando uma determinação em buscar não ganhos setoriais, mas o fim de divisões baseadas nas diferenças salariais (FEDERICI, [2012] 2019, p. 24).

Vimos no tópico 1.3, como era uma inovação teórica em *Classe Operaia*, superar a distinção leninista entre luta política e luta econômica, interpretando a luta salarial como uma luta efetivamente política, ou seja, antagonista, capaz de colocar o mecanismo de equilíbrio e desenvolvimento capitalista em crise. Em mais uma antecipação operaísta, que vê, em 69, os operários lutarem pelo fim da divisão do trabalho pelo mecanismo do salário, ou seja, tornando o salário, menos um mecanismo de mediação e captura da força de trabalho do que um dispositivo político de fortalecimento da classe, as feministas de *Potere Operaio* partindo desse diagnóstico, começarão investigar, a partir do problema operaísta do salário, o campo da reprodução social: “essa concepção do salário — que rejeitava a separação leninista entre as lutas econômica e política — tornou-se um meio para desenterrar as raízes materiais da divisão sexual e internacional do trabalho” (FEDERICI, [2012] 2019, p. 24). Para tanto, o método operaísta não é negado, mas é apropriado, retomado e expandido. Com *Lotta Femminista* e a campanha *WfH*, se buscou forçar o Estado “a reconhecer o trabalho doméstico como um trabalho — uma atividade que deve ser remunerada, pois contribui para a produção da força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção” (FEDERICI, [2012] 2019, p. 26). Como argumenta Federici (cf, [2012] 2019, p. 26), WfH não pode ser interpretada como um movimento apenas defensivo, porque ao expor as causas da opressão das mulheres, assim como a desvalorização de trabalho humano reprodutivo, tanto quanto a capacidade do capital de usar o salário para extrair o trabalho de uma grande parte da população de trabalhadores que parece estar fora da relação salarial, como escravos, colonizados, prisioneiros, donas de casa, estudantes, WfH *descobria* que o capitalismo precisa de trabalho reprodutivo não remunerado a fim de conter o custo da força

---

<sup>40</sup> Para uma história do movimento, indicamos: (TOUPIN, 2018).

de trabalho. Nesse sentido, Wfh era um movimento revolucionário e, em nossa perspectiva, aceleracionista (e nesse sentido, devidamente coerente com o operaísmo), “pois acreditávamos que uma campanha de sucesso, que drenasse a fonte desse trabalho não remunerado, quebraria o processo de acumulação de capital e confrontaria capital e Estado em um terreno comum à maioria das mulheres” (FEDERICI, [2012] 2019, p. 26 – 27). A tendência *aceleracionista* é nítida: a demanda salarial para o trabalho doméstico não implica em uma maior subserviência das mulheres ao sistema, isto é, “não significa dizer que, se formos pagas, seguiremos realizando esse trabalho. Significa exatamente o contrário”, isto é, uma intensificação do antagonismo que, ao forçar o capital “a reestruturar as relações sociais em termos mais favoráveis para nós e, conseqüentemente, mais favoráveis à unidade de classe”, as mulheres possuiriam mais autonomia para *recusar o trabalho*: “dizer que queremos salários pelo trabalho doméstico é o primeiro passo para recusá-lo, porque a demanda por um salário faz nosso trabalho visível” (FEDERICI, [1975] 2019, p. 47 – 48). Ao mesmo tempo, o salário permite recusar o processo de naturalização do papel social feminino do trabalho do cuidado e da reprodução: “o simples fato de querer salários para o trabalho doméstico já significa recusar esse trabalho como uma expressão de nossa natureza, e, portanto, recusar precisamente o papel feminino que o capital inventou para nós” (FEDERICI, [1975] 2019, p. 46 – 47). *Wfh*, ainda herda do operaísmo o seu sentido classista forte: a classe, pela luta, deve se unificar de baixo para cima, do mais baixo, isto é, do trabalho doméstico não remunerado, até as camadas assalariadas da classe: “o salário para o trabalho doméstico, então, não é uma demanda entre outras, mas uma perspectiva política que abre um novo campo de luta, começando pelas mulheres para depois atingir toda a classe trabalhadora” (FEDERICI, COX, [1975] 2019, p. 68). Fica claro como a partir dessa inversão, o feminismo autonomista não poderia mais caber no modelo de organização *operário-massa-vanguarda*, defendido pela linha majoritária de *Potere Operaio*, pois, em algum nível, ao defender o operário fabril, mesmo em sua versão atualizada e mais insurgente como uma vanguarda para toda classe, *Potere Operaio* não conseguia suplantar o problema da divisão interna da classe que, reconhecidamente pelos próprios membros do grupo, são divisões artificialmente projetadas pelo próprio capital e úteis apenas para o seu ponto de vista. Como coloca Federici e Nicole Cox: “por meio da relação salarial, o capital organiza mercados de trabalho diferentes (um mercado de trabalho para negros, jovens, mulheres e homens brancos), e opõe uma ‘classe operária’ a um proletariado ‘não trabalhador’, supostamente parasitário do trabalho da primeira” (FEDERICI, COX, [1975] 2019, p. 78).

Apesar do reconhecimento de Federici, e também Dalla Costa, de que “*Lotta Femminista* [...] sem dúvida é filha de *Potere Operaio*” (DALLA COSTA, 2002, n.p) , o enrijecimento de determinada linha do grupo em torno da noção de partido e a questão da organização (cf, DEL RE, 2005, p. 51) mas, principalmente, a incapacidade da ala masculina do grupo em internalizar a questão do trabalho reprodutivo *efetivamente* na análise da composição de classe — isto é, considerando as questões de gênero e da reprodução na análise operaísta — que, como vimos, já estava entrando em crise a partir de que a noção do *operário-massa* não conseguir abarcar o campo da luta para além da fábrica —, fizeram com que as feministas abandonassem o grupo, mas *não a análise e o método operaísta*, que, em sua perspectiva, deveria ser apropriado, ampliado e revisado:

[...] as mulheres estavam começando a se definir por meio de um processo de construção de sua própria identidade, e não mais pelos olhos e expectativas dos homens. [...] Encontramos isso no trabalho de reprodução, o trabalho doméstico não remunerado que foi atribuído às mulheres durante a divisão capitalista do trabalho [...] A urgência, no entanto, de fornecer uma análise útil para ação imediata (em perfeita tradição operaísta) nos fez focar quase exclusivamente na era capitalista. [...] Ampliamos o conceito de classe para que incluísse as mulheres, como produtoras e reprodutoras da força de trabalho. Estávamos mais interessadas nas mulheres proletárias da classe operária (DALLA COSTA, 2001, n.p).

Das inovações do grupo, diretamente ligadas ao método operaísta, está a conclusão de que, dentro da sociedade fordista — entrando no seu limiar do período — a produção social decorria de duas fontes: a fábrica e a casa. No entanto, era a segunda que era a condição do funcionamento da primeira (cf, FEDERICI [2012] 2019, p. 25), nesse sentido, o potencial de antagonismo das mulheres não poderia ser descartado ou submetido à figura do *operário-massa* que, por mais que captasse traços fundamentais da classe operária, já estava sendo ultrapassado por uma transformação interna à classe, mas uma transformação que *ainda* dependia do trabalho reprodutivo feito essencialmente pelas mulheres. Como salienta Del Re, se, “inicialmente, a análise segundo a qual o *operário-massa* era o centro da sociedade parecia futurista. Os eventos e as mudanças no modo de produção nos ultrapassaram rapidamente” (DEL RE, 2005, p. 54). Como reconhece Fortunati, *Potere Operaio* “foi muito avançada ao considerar as novas fábricas, o novo papel dos trabalhadores no sistema capitalista contemporâneo,” no entanto, “foi muito pobre ao considerar o trabalho doméstico, afetos, emoções, sexualidade, educação, família, relacionamentos interpessoais, sociabilidade e assim por diante” (FORTUNATI, 2013, n.p). Era necessário, então, reformular o método de análise: porque não começar por uma análise política da reprodução, que produz a própria força de trabalho que se subjetiva em antagonismo à própria condição como força

de trabalho, como o *operário-massa*? Isto é, pela análise da “mercadoria mais importante para o capitalismo” (DALLA COSTA, 2001, n.p). Nesse sentido, a recusa ao trabalho ganhava um sentido ainda mais potente quando pensado pelo prisma classista feminista, pois, como afirma Dalla Costa, as mulheres “tinham à disposição um fator-chave para alavancar o poder social: elas poderiam recusar-se a continuar produzindo” (DALLA COSTA, 2001, n.p). Se o próprio operaísmo, na aplicação de seu método da análise da tendência do antagonismo e no dinamismo da transformação da composição de classe por meio das lutas, estava chegando a maturação da tese de que a revolução não pode acontecer apenas dentro da fábrica, mas deve entender o seu antagonismo socialmente, na mesma medida em que o capital estende sua exploração, as feministas autonomistas recuperaram esse diagnóstico, e buscaram o aplicar, acelerando pela política do WfH, o tema da recusa do trabalho ao elemento da reprodução social: se o *operário-massa* deveria sair da fábrica e lutar na fábrica social, da mesma maneira, para as feministas marxistas, “o problema é, então, como trazer essa luta da cozinha e do quarto para as ruas” (FEDERICI, [1975] 2019, p. 46). A recuperação do tema da recusa do trabalho, pelas autonomistas marxistas, é evocado por Dalla Costa e Selma James, mas ampliada quando pensada pelo prisma da recusa do fluxo reprodutivo:

[...] essa tendência ao maior absenteísmo, ao menor respeito pelos horários, à maior mobilidade no emprego, é compartilhada por jovens trabalhadores e trabalhadoras. Mas onde o homem, por períodos cruciais de sua juventude, será único sustento de uma nova família, as mulheres, que de modo geral não são restritas dessa maneira e que sempre devem considerar o trabalho em casa, estão destinadas a se desvincular ainda mais da disciplina de trabalho, forçando a interrupção do fluxo produtivo e, portanto, custos mais altos para o capital (DALLA COSTA, JAMES, 1971, p. 3).

*Fazer o capital pagar*: eis uma das mais belas sínteses do lema da recusa ao trabalho. Menos do que um suplemento para as lutas fabris do *operário-massa*, o feminismo autonomista marxista considerava as mulheres as “figuras centrais no processo de ‘subversão social’, como chamávamos naquela época, uma luta que poderia terminar potencialmente na transformação radical da sociedade” (DALLA COSTA, 2001, n. p). Até agora, identificamos elementos que o feminismo autonomista retoma do operaísmo, expande e desenvolve no limiar de *Potere Operaio*. No entanto, uma das principais *antecipações* do feminismo autonomista marxista, que será retomado e retrabalhado pelo operaísmo posterior, é a problemática da socialização da exploração do mais-valor: como argumenta Steve Wright, Dalla Costa e Selma James, no livro *The Power Of Women and The Subversion Of Community*, demonstram que, “ao realizar o trabalho doméstico, as mulheres não apenas reduziam os custos do trabalho necessário, mas também produziam valor excedente”

(WRIGHT, 2017, p. 123), segundo as autoras, enquanto a inovação tecnológica pode reduzir o limite do trabalho necessário como resposta às lutas operárias, que podem usar ao seu favor essa inovação para usufruir de horas livres na passagem do mais-valor absoluto ao relativo, o mesmo não ocorre com o trabalho doméstico-reprodutivo, porque a mulher “deve procriar, criar e ser responsável pelas crianças isoladamente” e “uma alta mecanização das tarefas domésticas não libera nenhum tempo para a mulher. Ela está sempre de plantão, pois não existe máquina que faça e cuide das crianças” (DALLA COSTA, JAMES, 1971, p. 10). No fim das contas, “seu dia de trabalho é interminável não porque ela não tem máquinas, mas porque ela está isolada” (DALLA COSTA, JAMES, 1971, p. 11). O que se extrai dessa análise, totalmente coerente e adequado ao método operaísta, é a descoberta de que a lei do valor, baseada no equilíbrio e na “troca justa” mistificada entre trabalho e dinheiro, não cobre e nunca pode cobrir o valor produzido pelo trabalho doméstico. Ou seja, a relação produtividade e salário abalada pelas lutas fabris do *operário-massa*, no caso do trabalho doméstico, é ainda mais precária, porque *é uma não-relação*, é uma não-troca, mas um puro e simples comando, na forma de uma exploração ainda mais violenta sobre um trabalho que produz diretamente, mesmo *fora* da produção direta, mais-valor, dado que possibilita a organização da sociedade salarial. Nesse sentido, em relação ao trabalho doméstico, o capitalismo nunca foi progressista e desenvolvimentista, para as mulheres, o Estado-Plano sempre foi um Estado-Crise impondo a coerção (e, veremos como Negri articula esse conceito no tópico 3.2.2). Esse valor gerado pelo trabalho reprodutivo, “não é apenas uma diferença quantitativa, mas qualitativa, em relação a outros trabalhos, e decorre precisamente do tipo de mercadoria que esse trabalho destina-se a produzir” (DALLA COSTA, JAMES, 1971, p. 11), sendo assim, Dalla Costa é “a primeira entre as *operaístas* a apresentar um caso coerente para a alegação de que a extração de valor excedente poderia ocorrer fora da esfera que Marx havia designado como o processo direto de produção” (WRIGHT, 2017, p. 123, *grifo nosso*). Entre os operaístas, Negri será o primeiro a tentar considerar essas questões de modo mais sério por meio da sua tese do *operário-social* <sup>41</sup>. Em nossa perspectiva, a crítica do feminismo autonomista é um elemento que não pode ser desconsiderado na somatória de elementos conceituais e organizativos que levaram a decisão de dissolução de *Potere Operaio*, por mais que “*Potere Operaio* mostrou-se feliz em aceitar a demanda da *Lotta Femminista* pelo 'Salário para o Trabalho Doméstico' como um apoio adicional às suas

---

<sup>41</sup> Nos referimos aqui à produção de Negri dos anos 70. A partir de sua produção teórica em conjunto com Michael Hardt, esses temas serão constantemente aludidos, seja na forma do “trabalho imaterial”, seja na questão da “feminilização do trabalho”: ao mesmo tempo, são teses que não passam ilesas de críticas pelo pensamento feminista contemporâneo e pelo pensamento *queer*. (cf, PRECIADO, 2018).

próprias reivindicações por um salário social”, o caráter ainda era redutor: “a condição das mulheres era vista apenas como um apêndice à compreensão do grupo sobre a composição de classe, estimulando, no máximo, um interesse maior no problema da reprodução da força de trabalho sem abordar questões específicas de gênero ou sexualidade” (WRIGHT, 2017, p. 123). Negri, em reminiscência, admite que em relação à crítica do movimento feminista, *Potere Operaio* produzia apenas um “esforço de interpretação extremamente redutor face à qualidade e às perspectivas desse movimento” (NEGRI, 1979, p. 113). O pensamento das autoras — apesar de suas diferenças individuais — em sua crítica interna à *Potere Operaio*, pode ser interpretado como um desdobramento e expansão do método operaísta desenvolvido em *Potere Operaio*, já antecipando, em muitos níveis, o que o operaísmo posterior e o movimento da Autonomia, em especial, a conceitualização de Negri do operário-social, buscará reformular. Mesmo assim, feministas como Fortunati, defendem o legado de *Potere Operaio*:

Não gosto de falar sobre os limites de *Potere Operaio*; como feministas, nós os criticamos e contestamos várias vezes por sua falta de conscientização sobre a condição social e os papéis das mulheres. No entanto, acredito que os militantes desse movimento fizeram tudo o que era possível para aumentar o grupo de ativistas e atrair outras seções da classe, desde operários de fábrica até funcionários, de estudantes do ensino médio a professores de escolas de ensino médio e assim por diante. Eles também fizeram enormes avanços na expansão do discurso político fora da ortodoxia marxista. Eles transformaram o legado marxiano em algo dinâmico e útil para analisar e compreender a sociedade na segunda metade do século XX, ensinando a todos os ativistas de base, inclusive a mim, a habilidade de usar Marx sem deferência (FORTUNATI, 2013, n. p).

Por fim, não é nossa intenção aqui considerar que o pensamento das autoras é uma linha derivada do operaísmo, mas mostrar que o método da leitura da composição de classe, do trabalho e da subjetividade, é corretamente apropriado e expandido pelas autoras em uma via feminista. Como afirma Fortunati: “a *Lotta Femminista* trouxe a experiência do operaísmo para o movimento feminista” (FORTUNATI, 2013, n. p), lançando luz em alguns limites internos de *Potere Operaio* que estamos apontando aqui, e que os operaístas e Negri tentarão dar conta de sua própria maneira, às vezes se cruzando, às vezes se distanciando do pensamento feminista do período, no desenvolvimento da área da Autonomia.

Por fim, com a iminente dissolução do grupo, Negri vai intensificar sua posição de organização, mas abandonará, no processo, o conceito de operário-massa e buscará atualizar o método operaísta, intensificando a pesquisa sobre o problema da socialização das lutas, na constituição de uma nova figura de classe: o *operário-social*, tomando como ponto de partida, os problemas e os comportamentos não mais apenas da figura do operário, mas também de

amplios setores do proletariado: estudantes, mulheres, desempregados, terceirizados. Como elogia Bifo (2009, p. 152), *Potere Operaio* foi a primeira das organizações de esquerda italianas a tomar ciência dos cursos das transformações no capital e sua reestruturação no início dos anos 70, assim como seus sentidos na reconfiguração da classe e das lutas, e da necessidade de modificar radicalmente o sentido organizacional da política revolucionária. Indicação disto é que, em 73, *Potere Operaio* decide por se dissolver como grupo, difundindo-se pelos comitês, coletivos e estruturas de base que vão constituir a extensa rede ou “área” da Autonomia. Como afirma Negri, ao colocar, mas não conseguir resolver o problema da organização e decidir pela sua própria dissolução, é o momento do diagnóstico dignamente *operaísta* de que, dado um problema sem solução, “é a força do movimento de massas que deve resolver o problema” (NEGRI, 1979, p. 115, *grifo nosso*) ou mesmo, indicar sua direção. Nesse sentido, o deslocamento da pesquisa para a noção de autonomia social de classe, será uma forma de ampliar a pesquisa *operaísta*, abarcando aí um terreno de constante inovação política e iniciativa, e abrindo, novamente, o horizonte da luta armada como uma possibilidade que será vivida internamente pelo movimento de massas. Nas palavras de Negri, com o fim de *Potere Operaio*, “o debate passa da questão do leninismo para a questão da autonomia” (NEGRI, 1979, p. 122), ou seja, do problema da relação entre *espontaneismo e da organização (que marcou o final de Potere Operaio) para uma concepção de auto-organização* (cf, NEGRI, 1979, p. 123). Em nossa análise, *Potere Operaio* leva ao limite o neoleninismo e o problema organizacional, isto é, uma teoria da organização que funcione com base em uma relação entre vanguarda e massa. Dessa forma, é o limiar da pesquisa desenvolvida na primeira onda do *operaísmo*. Por mais que seu conceito de vanguarda de massa seja inovador, ele não permite ler a passagem do confronto da fábrica para a sociedade que se impõe como necessidade e mesmo como saldo das lutas do próprio *operário-massa*, que força a transformação e reestruturação capitalista em termos cada vez mais socializados. Apesar disso, ao desenvolver análises no nível do contrapoder, da necessidade de pensar a articulação das lutas dos operários até o nível social com os outros extratos de classe, além de estender o discurso sobre a autonomia dos operários e do proletariado, e por participar, mesmo que indiretamente, do debate feminista sobre o trabalho reprodutivo, *Potere Operaio* é um elemento essencial para formação da área da Autonomia (cf, NEGRI, 1979, p. 110) e, desta forma, se aproxima mais de colocar alguns dos problemas que a geração dos 70 vivenciará do que a sua solução. Geração que, no entanto, na forma do movimento da Autonomia, começará a esboçar um começo de resposta de massa a esses problemas

organizacionais, o que Negri traduzirá nos termos, não apenas da antivalorização capitalista, mas como veremos, da *autovalorização* proletária (cf. NEGRI, 1979, p. 117).

### 3.2. A filosofia operaísta de Negri no início dos anos 70: o partido da recusa do trabalho, a crise do Estado-Plano e a formação do Estado-Crise

Neste tópico, dividido em 3 subtópicos, analisamos os textos de Negri que compõem sua trajetória em *Potere Operaio*. Duas características chamam atenção nesses textos: a primeira é sua capacidade de antecipação de uma reestruturação do capitalismo que, no início dos anos 70, ainda eram tendências em aberto a serem disputadas. O segundo ponto, considerando esse último elemento, é o alto nível de aposta política que, se não for lido contextualizadamente — e, por essa razão, escolhemos apresentar esses textos no contexto histórico no qual eles buscavam atuar —, eles arriscam serem lidos, ainda mais décadas depois, como um simples apelo voluntarista. Por fim, a análise desses textos é fundamental para compreendermos a progressão conceitual da filosofia política de Negri e da sua tentativa de atualizar o método operaísta, preparando o terreno para sua tese do operário-social e sua participação no movimento da Autonomia, como veremos no próximo e último capítulo.

#### 3.2.1. A crise do Estado-Plano: o bloqueio da lei do valor e o dinheiro como campo de antagonismo

No tópico 2.3.2, no capítulo 2, analisamos a fundamentação teórica de Negri do *Estado-plano*, baseado em sua crítica de Keynes e Schumpeter, e sua hipótese da necessidade da classe operária em romper a dialética do equilíbrio e da mediação do capital que, em sua perspectiva, fundamenta a lei do valor, isto é, o mecanismo da exploração, socialista ou capitalista. Em mais detalhes, vimos neste capítulo, no tópico 3.1, como esse período, de 68 até o início dos anos 70, é um período de intensas lutas operárias e estudantis, seguidas de perto por Negri, que, no período, fazia parte da organização *Potere Operaio*. A análise negriana do Estado-Plano circula entre a militância de *Potere Operaio* politicamente, ou seja: dentro do grupo se debate e busca “planejar qual é a ação operária contra o Estado-plano” (NEGRI, 1979, p. 91). Nesse sentido, nos aprofundando nos textos de Negri no período, ainda como membro de *Potere Operaio*, buscando analisar a passagem *da crítica* ao Estado-Plano para *a crise* política do Estado-plano. Como veremos, essa transformação é interpretada por uma lógica operaísta: as lutas do final dos 60, e início dos anos 70, na figura do *operário-massa*, dinamitam o modelo de funcionamento do Estado-plano, obrigando o capital

a investir em processos de reestruturação e em uma tentativa de decompor politicamente a classe operária.

Publicado na revista de *Potere Operaio* em 71, *Crisi dello Stato Piano: Comunismo e organizzazione rivoluzionaria*, é um texto mobilizado para ser debatido na terceira conferência sobre organização política do grupo: o problema político que o ensaio coloca é o de como a classe operária deve agir, se organizar, e continuar o ataque ao capitalismo, que começa a entrar em reestruturação no início dos anos 70. Como salienta Negri, “se tentava, por meio de *Crisi dello Stato Piano* [...] intervir em *Potere Operaio*, identificando uma mediação entre a temática do contrapoder e a temática da autonomia, refundando teoricamente essa passagem” (NEGRI, 1979, p. 121). No ensaio, Negri desenvolve a tese de que a crise do Estado-Plano, assumida como um dado pelo ponto de vista da classe operária e das lutas, e mantido, como veremos, pela metodologia teórica operaísta, também se torna uma reflexão consciente pela própria ciência adversária do capital: o maior sintoma disso, o que também motiva uma reflexão no calor da hora do ensaio, é o fim do acordo de Bretton Woods, que assume a inconvertibilidade do dólar ao ouro como o novo regime da moeda. Tendo em Keynes e no economista norte-americano Harry Dexter White os principais polarizadores do debate interno à conferência, os acordos de Bretton Woods estabeleceram o que ficou conhecido como o “sistema financeiro internacional” no pós-guerra, baseado em uma lógica de estabilidade do desenvolvimento econômico. Com o auxílio de instituições como FMI e o Banco Mundial, os Estados-Nação deveriam obedecer a um sistema de taxas de câmbio fixa, onde as moedas nacionais eram vinculadas ao dólar americano, e o dólar, por sua vez, era vinculado ao ouro. Com isso, a estabilidade cambial visava promover e fortalecer o comércio internacional e a estabilidade econômica, incluindo políticas fiscais e monetárias que buscavam evitar flutuações excessivas nas taxas de câmbio e nas economias nacionais, buscando evitar as crises no sistema internacional do capital. Quando o sistema de Bretton Woods colapsa na década de 1970, a decisão unilateral dos Estados Unidos de abandonar a convertibilidade do dólar em ouro, por consequência, transforma o sistema de taxas de câmbio em um sistema flutuante, produzindo mudanças estruturais no mundo capitalista, como a tendência à hegemonia da finança e da desregulamentação sobre o chamado “capital produtivo” e o planejamento econômico. Na interpretação de Negri, esse diagnóstico é mais o efeito do que a causa: a decisão americana, pela inconvertibilidade, está enraizada na incapacidade sistêmica do capitalismo de sustentar o modelo econômico e político do pós-guerra, frente ao ataque operário que se intensifica a partir da década de 50: “o fato de o dólar não representar mais uma quantidade de ouro, mas representar apenas a si próprio, de o

déficit americano ser totalmente repassado a outras economias, significa precisamente a impossibilidade de conter a luta proletária” (NEGRI, 1979, p. 126). Nesse sentido, no ponto de vista negriano, a mistificação capitalista tenta mais uma vez anular a ação da classe, transformando sua própria reação na ação unilateral do pretensamente único sujeito possível e legítimo: o próprio capital. Na perspectiva de Negri, o fim de Bretton Woods corresponde à crise definitiva do Estado-plano, e a maneira que o capital encontra para responder à força da luta de classes nos países “desenvolvidos”.

Tendo esse cenário político e conjuntural descortinado, o leitor pode estranhar que o ensaio comece, em uma espécie de preâmbulo, por uma análise filosófica da natureza do dinheiro ou, mais precisamente, do caráter problemático, contraditório, e, veremos, *antagonista*, do dinheiro, como este é apresentado por Marx, não em *O Capital*, mas nos *Grundrisse*. Para Negri, nos *Grundrisse*, o dinheiro “aparece desde o início como o desenvolvimento de uma contradição irreprimível” (NEGRI, [1971] 2005, p. 2). Diferentemente de *O Capital*, que começa por uma análise da mercadoria, nos seus manuscritos, Marx começa pela própria análise do dinheiro, sem mediações, sem rodeios: “a discussão de Marx sobre o problema do dinheiro na primeira parte dos '*Grundrisse*' já mostra a ligação inextricável entre a crítica da categoria econômica ‘dinheiro’ e a proposição política revolucionária” (NEGRI, 1971, p. 2). O sentido dessa declaração torna-se mais evidente ao ser expressa de maneira ainda mais direta em *Marx Além de Marx*: nos *Grundrisse*, Marx vai “do dinheiro diretamente ao valor. O valor se apresenta ao leitor na forma do dinheiro. O valor é, portanto, a mesma merda que o dinheiro” (NEGRI, [1979] 2016, p. 64), portanto, “não nos encontramos *ante* o valor, nos encontramos *dentro* do valor: estamos dentro deste mundo feito de dinheiro. O dinheiro representa a forma das relações sociais — e as representa e sanciona ao organizá-los” (NEGRI, [1979] 2016, p. 64, *grifo do autor*). Podemos assumir, ainda sem demonstrar, que o final do tratado de Bretton Woods é, de certa forma, o final de “um mundo” feito de dinheiro, isto é, de uma imagem dominante e hegemônica do dinheiro. É o fim de uma forma de organização e de sua função social, o fim de uma imagem mas, certamente, o começo de outra. Continuando nossa investigação, devemos nos perguntar qual é a contradição que se expressa pelo dinheiro. Para Negri, apesar de Marx estar analisando uma tendência muito além de sua própria época, sua análise é ainda perfeitamente adequada para as transformações que o fim do tratado de Bretton Woods expõem. Em um mundo no qual o trabalho não é homogêneo, ou seja, no qual a força de trabalho ainda não atingiu graus elevados de abstração social, isto é, um mundo que ainda opera *apenas* pelo processo que Marx denomina de *subsunção formal do trabalho ao capital* — isto é, a “forma geral de todo

processo de produção capitalista” (MARX, [1863 – 1867] 2022, p. 88), no qual a força de trabalho é apropriada (subsumida), tornando-se meio do processo de valorização do capital e produção de mais-valor sem, no entanto, produzir “mudança real no processo de trabalho, no processo de produção real” (MARX, [1863 – 1867] 2022, p. 89) — nesse mundo, o dinheiro ainda funciona essencialmente pelo seu caráter de mediação “entre o custo da força de trabalho e o valor do trabalho social”; essa mediação, no entanto, serve para a validação do funcionamento da lei do valor, ao atuar “como indicador das mudanças no equilíbrio do poder capitalista sobre essa relação; validando formalmente o funcionamento da lei do valor em um mundo em que o trabalho ainda não é materialmente homogêneo” (NEGRI, [1971] 2005, p. 3). Vimos como a Itália, no pós-guerra, iniciou seu processo de industrialização massiva: nesse sentido, podemos afirmar que o país intensificou a subsunção formal do trabalho ao capital no sul semi-feudal, mas, ao mesmo tempo, usando das técnicas de produção em massa fordistas-tayloristas, produziu, no norte industrializado, aquilo que Marx denomina de *subsunção real do trabalho ao capital*, o modo de produção *especificamente capitalista desenvolvido*: “em cuja base e com o qual se desenvolvem ao mesmo tempo *as relações de produção* — correspondentes ao processo de produção capitalista — entre os diversos agentes de produção e, [...], entre capitalista e trabalhador assalariado” (MARX, [1863 – 1867] 2022, p. 92), que, por consequência, desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, um trabalho socializado, coletivizado, desenvolvido por meio da cooperação social, pela divisão do trabalho, pela aplicação da maquinaria e da tecnologia e aplicação da ciência na produção. É a hegemonia de um forma de trabalho em grande escala que produz, na forma de uma homogeneização do trabalho, um trabalho cada vez mais abstrato, desenraizado das qualidades inerentes que o tornavam uma espécie de artifício. Portanto, é um trabalho cada vez mais desterritorializado de qualquer vínculo ou relação extraeconômica (cf, MARX, [1863–1867] 2022, p. 93–94). Nesse sentido, vimos como o operáismo interpreta a passagem da subsunção formal à subsunção real à italiana: como a produção de uma figura do trabalho abstrato, uma figura massificada do trabalho — que se volta contra sua própria condição como trabalho abstrato —, o *operário-massa*. Para Negri, há então uma espécie de equivalência ou, mais precisamente, uma tensão, em uma relação antagonista e não de equilíbrio, como veremos, entre a forma que a subjetividade da classe assume em determinada configuração do capitalismo e sua forma-dinheiro correspondente: na esfera monetária, a subsunção real fordista que produz o *operária-massa* deve produzir, em conjunto, uma necessária transformação na função do dinheiro, que se torna menos mediativo (subsunção formal) do que produtivo (subsunção real), isto é, “do papel do dinheiro como

equivalente na troca, devemos passar para a definição das relações de produção” (NEGRI, 1971, p. 3), um dinheiro orientado, assim, à sociedade-fábrica do capitalismo hyper-fordista. Marx, assim, se liberta de sua própria época nos *Grundrisse*, e preconiza, em sua análise tendencial do dinheiro, um dinheiro produtivo que assume essa configuração no fordismo — um dinheiro não apenas dissolvente das relações sociais (o dinheiro da fórmula “tudo que é sólido se desmancha no ar” (cf, MARX, ENGELS, [1848] 2010), mas uma espécie de dinheiro reagente, que intensifica, lubrifica, e assim, produz as relações sociais: “ali onde existe o trabalho assalariado; [...] longe de dissolver a forma da sociedade, o dinheiro é muito mais uma condição de seu desenvolvimento e um motor do desenvolvimento de todas as forças produtivas, materiais e espirituais” (MARX, [1857–1858] 2011, p. 167). Como aponta Michael Hardt, “a tendência geral no desenvolvimento capitalista é libertar o dinheiro de suas funções de mediação, como a representação universal do valor de troca, e permitir que ele sirva como uma força direta de produção e comando” (HARDT, 2005, p. 11). Para Negri, esse processo produz uma contradição intrínseca apontada por Marx sobre a natureza do dinheiro, que se intensifica no período fordista da subsunção real: para assumir esse papel ativo como uma função essencialmente produtiva, é necessário que o dinheiro se emancipe, gradualmente, de suas outras funções como medida geral e mediação da troca no mercado, sendo assim, “seu papel produtivo agora deve ser fundamentado em uma totalidade de trabalho social homogêneo, compacto e existente” (NEGRI, [1971] 2005, p. 3), ou seja, deve estar calcado na própria forma em que o trabalho abstrato toma no desenvolvimento capitalista e, assim, à figura que ele produz, antagonisticamente, isto é, a figura homogênea e massificada do *operário-massa*:

O dinheiro não deve mais operar como função de mediação entre os custos de produção e o valor geral do trabalho social. Ele deve se tornar apenas e diretamente uma função geral da produção social, o meio de reprodução da relação de trabalho assalariado em uma dimensão estendida e global. O papel produtivo do dinheiro deixa sua marca no modo de produção capitalista na forma de uma vontade furiosa de se libertar de seu papel de mediação na troca, assumindo sua verdadeira capacidade de dominação sobre o trabalho assalariado fora e além das pequenas transações do mercado e dentro das dimensões de uma socialidade geral que o dinheiro, desde o início da história capitalista, sempre atendeu (NEGRI, 1971, p. 4).

Ao mesmo tempo em que o capital precisa que o dinheiro devesse produtivo na sociedade-fábrica e se autonomize das suas outras funções sociais de mediação e equilíbrio para acompanhar, aí, uma produtividade cada vez mais coletivizada e socializada, isso aprofunda cada vez mais sua própria contradição interna, dado que é da “natureza” do dinheiro também cumprir essas outras funções em sua relação de comando com a classe

assalariada. É uma contradição irresolvível para o próprio capital, no cerne do próprio dinheiro, nessa passagem da subsunção formal para a subsunção real, que se torna mais exposta quando a subsunção real é intensificada e se desenvolve. Nesse movimento, a insubordinação operária tomará protagonismo. Para Negri, essa contradição resolve o enigma da própria crise do keynesianismo e do Estado-Plano: vimos que o Estado-Plano funcionava em um modelo de equilíbrio onde o desenvolvimento era baseado na contenção da crise. Nesse modelo, o dinheiro tinha uma função essencial, de produtividade e mediação para um bom desenvolvimento: “um elemento impulsionador para uma maior socialização da produção, assumindo um papel produtivo e, ao mesmo tempo, atuando como equivalente geral, operando tanto como um instrumento para medir o trabalho quanto como uma ferramenta para controlar o desenvolvimento” (NEGRI, [1971] 2005, p. 6). Nesse sentido, é o dinheiro como mecanismo essencial para o bom funcionamento da lei do valor, da mediação entre trabalho e capital. O que o capital não contava e o que o método operaísta enfatiza é sobre a necessidade em levar a classe operária em conta, não apenas como uma função de desenvolvimento e contradição ao sistema, mas pelo seu potencial antagonista de ruptura: nesse sentido, o Estado-Plano keynesiano, que se formou, como vimos, pela consciência do capital em tentar conter as potências da Revolução de Outubro de 17, não contava com um ataque operário maduro ao salário no final dos anos 60. Dito de outra forma, o capital não esperava uma recomposição da classe agora desqualificada, mas massificada, em uma “unificação do trabalho abstrato na forma da prática coletiva que exigia um aumento do valor do trabalho necessário” (NEGRI, [1971] 2005, p. 21). A abstração do trabalho, uma tendência do capital que tomou forma via desqualificação e massificação social da classe operária, decompondo a figura coletiva da vanguarda operária-qualificada leninista, agora volta-se contra o capital, na forma de uma recomposição política do operário-massa, que ataca o capital e o planejamento no terreno do salário, ou seja, no próprio campo do dinheiro. Como resultado, o Estado-Plano, baseado no equilíbrio econômico, e em um “estado de proporção determinada, entrou em colapso diante da massificação das lutas e da extensão das demandas salariais” (NEGRI, [1971] 2005, p. 21). Ora, a “proporção determinada” ao qual se refere Negri nada mais é do que a relação de equilíbrio capitalista entre o trabalho necessário e o trabalho excedente. Como aponta Ryan (cf, 1991a, p. 193–194), no Estado-Plano, o dinheiro indica o poder do capital sobre a relação entre as classes e a base assalariada da produção, na forma mistificada da lei do valor. No entanto, “a pressão salarial crescente invade as operações aparentemente independentes (mistificadas, porque o valor é simplesmente uma expressão de força política) da lei do valor de troca”, sendo assim, “o mito da equivalência (e

da igualdade política) que esconde a extração de mais-valor não pode mais ser mantido”, e a rejeição dessa relação de proporcionalidade, ou seja, da mistificação da lei do valor de troca, produz, devido à demanda salarial — que não se contém mesmo com a queda da taxa de lucro — na linguagem da ciência do capital, a crise da inflação. A crise, que deveria ser contida de todas as maneiras pelo planejamento capitalista, no Estado-Plano, atinge o cerne do planejamento econômico pela via do desequilíbrio no campo do salário. E, conforme observamos, a abordagem operaísta do início dos anos 60, que advoga pela luta salarial como uma forma genuinamente política de desafiar o sistema capitalista, estava, portanto, correta e começando a dar resultados positivos. Como argumenta Negri (cf, [1971] 2005, p. 23), na forma da inflação, é todo sistema do Estado-Plano que entra em colapso, e a crise se torna diretamente uma crise de Estado, uma crise de poder de mando do Estado, “uma vez que o Estado Keynesiano tem o papel hegemônico de equilibrar e promover o desenvolvimento na sequência que vai da empresa, ao plano, ao Estado”; é, portanto, a crise definitiva do que o operaísmo vinha chamando, até agora, de sociedade-fábrica, a crise definitiva do fordismo-taylorismo como expressão imediata da subsunção real do trabalho ao capital:

A fábrica era subordinada ao Estado, que garantia as condições básicas para o funcionamento do sistema — e do próprio sistema fabril em primeiro lugar. Através da ação do Estado, o valor de troca era garantido em sua operação como lei geral que rege a reprodução das condições produtivas. Mas esse mecanismo falhou. A lei que o Estado tinha que garantir foi desarticulada, começando pela própria fábrica e estendendo-se a toda a sociedade (NEGRI, [1971] 2005, p. 23).

Com a crise do Estado-Plano, *é a própria lei do valor que cessa de funcionar*. Como afirma Michael Hardt (cf, 2005, p. 11), *Negri chama de lei do valor precisamente a relação que mantém coesa e proporcional a equivalência entre o trabalho produtivo e o capital*. Negri (cf, [1971] 2005, p. 23) argumenta que com as lutas massificadas do operário-massa o trabalho foi desconectado do valor do trabalho. A recusa ao trabalho, nesse sentido, é fundamental, pois ao se negar o trabalho, se nega o valor que o capitalista impunha a ele e a sua mistificação — dado que esse valor deve esconder o mais-valor produzido —, ao mesmo tempo, não se negava o salário, ou seja, se forçava que o capital pagasse para *além* da proporcionalidade (sempre uma mistificação da “justa medida” do valor do trabalho) que fundamentava uma relação de equilíbrio entre trabalho e capital, mediada pelo salário. É por essa razão que, em ressonância com Negri e o operaísmo, Kathi Weeks afirma que “a recusa do trabalho [...] é, ao mesmo tempo, negativa e positiva; ela abrange tanto a rejeição do regime de trabalho presente quanto o projeto de imaginar e construir alternativas” (WEEKS, 2005, p. 110). Contra o produtivismo marxista (cf, WEEKS, 2005, p. 111–112), a perspectiva da recusa do

trabalho é “uma recusa à ideologia do trabalho como chamado mais elevado e dever moral, uma recusa do trabalho como centro necessário da vida social e meio de acesso aos direitos e reivindicações de cidadania, e, por fim, uma recusa à necessidade e ao valor do comando capitalista sobre a produção” (WEEKS, 2005, p. 121). E é justamente essa questão do comando sobre o valor que persiste no que Negri, daqui para frente, chamará de *crise da lei do valor*: o Estado, na defensiva, até tenta restituir uma relação de proporcionalidade geral, mas sem o lastro com os movimentos da classe operária mesmo as práticas reformistas acabam apenas por acelerar o dissolvimento do mecanismo de funcionamento da lei do valor, nos termos da proporcionalidade mistificada operada nos moldes do Estado-Plano.

O que Negri está apontando aqui é uma ruptura histórica entre o trabalho e o capital: o significado dessa afirmação, em toda sua obra, é imenso, e devemos ir com calma, apontando o que isso significa, também, para a compreensão de Negri da autonomia da classe operária. Podemos começar afirmando que quando a lei do valor é bloqueada, não é apenas o próprio dinheiro que se transforma, mas é o próprio projeto socialista que se torna uma pura e simples impossibilidade:

A mistificação do socialismo também colapsa. O socialismo não é possível, pois qualquer relação que não seja meramente antagonista entre o trabalho e o valor de troca é impossível. [...] A utopia socialista só pode servir (como fez por um breve período após a crise de 1929) como uma cortina de fumaça ideológica para o controle capitalista sobre o antagonismo (NEGRI, [1971], p. 18).

Na perspectiva de Negri, há uma perfeita simetria entre o socialismo — e vimos como se articula esse socialismo no projeto do PCI — e o keynesianismo, que “se baseavam no controle e incentivo para o desenvolvimento dentro de certas proporções fixas. O controle, em outras palavras, era o outro lado da moeda da medida do trabalho social” (NEGRI, [1971], p.7). No entanto, quando essa proporção é atacada pela mistificação que, de fato, ela é e não pode não ser, é o fim do projeto que Negri chama de “reconstrução socialista” do dinheiro: havíamos visto como uma das críticas do operaísmo ao socialismo era que ele buscava a todo custo manter a lei do valor funcionando, ou seja, o valor-trabalho e a exploração não eram questionadas: em relação à moeda, isso significava que o dinheiro deveria se tornar uma medida e representação exatas do trabalho social, na busca socialista pela “justa medida”, pelo valor exato e correto a ser pago aos trabalhadores pela sua própria exploração: “os socialistas, em sua busca por uma medida perfeita do valor do trabalho, nunca contestaram a regra de proporcionalidade que a lei do valor impõe ao movimento social geral” (NEGRI, [1971] 2005, p. 7). O colapso do keynesianismo é, pelo ponto de vista do capital, o colapso

do projeto do Estado-Plano, mas pelo ponto de vista operário, é a constatação do colapso do projeto socialista: a correspondência dos dois, como vimos, se dava pela tentativa de fazer funcionar a lei do valor como uma proporcionalidade entre o trabalho e o capital. Portanto, “o socialismo se torna reacionário na medida em que só pode produzir as condições de sua própria existência” (NEGRI, [1971], p. 7). Como afirma Ryan, enquanto “o socialismo é [...] impossível porque nenhuma relação entre o trabalho e o valor de troca pode escapar de ser antagonista”, o comunismo se torna uma necessidade *imediata* da classe, na forma da “produção irrestrita que é subversiva dos limites impostos pelo valor de troca” (RYAN, 1991a, p. 195). Em um texto de 73, Negri sintetiza de maneira exemplar o processo que corresponde à crise do Estado-Plano:

É a crise daquela forma de Estado na qual o projeto capitalista havia vislumbrado — e começado a colocar em prática — a possibilidade de utilizar a massificação das forças produtivas sociais e a nova base produtiva social (nova em termos qualitativos) para fazer crescer a taxa de lucro por meio de uma redistribuição equilibrada da soma de lucro entre os vários participantes no desenho reformista, ou mais precisamente na ‘paz social cooperativa’. A ofensiva salarial dos trabalhadores despedaçou essa ilusão capitalista, estimulando novamente as tendências em direção ao desequilíbrio que estão implícitas nesta fase do desenvolvimento capitalista. [...] A história dos anos pós-Segunda Guerra Mundial mostrou ser um período de desenvolvimento impetuoso, caracterizado por altas e médias taxas de desenvolvimento, erguidas sobre a possibilidade de utilizar um mercado de mão de obra extremamente ampla e móvel. No entanto, essa fase passou rapidamente. À medida que o sistema foi reconstruído e o trabalho vivo foi abrangentemente reorganizado no mais alto nível de produtividade, a queda da taxa de lucro foi restabelecida. A estimulação despedaça o sonho reformista com sua acumulação de mecanismos de estagnação (ou seja, nivelamento da taxa de lucro) e pressões inflacionárias, pressões salariais, demandas de apropriação do lucro bruto feitas pela nova massa de proletários reunidos como um sujeito produtivo e potencialmente subversivo em igual medida (NEGRI, [1973] 2005, p. 67).

A crise do Estado-Plano é menos um agenciamento capitalista ou mesmo um complô para golpear as conquistas da classe operária do que um limite imposto pela própria força das lutas e uma expressão direta e efetiva de sua autonomia contra a disciplina do trabalho fabril, contra o projeto do pós-guerra de reconstrução e valorização do capital. O estatuto da lei do valor, no entanto, sempre foi o de uma mistificação: nunca houve uma proporcionalidade exata entre o trabalho e o capital, e a relação é sempre de exploração, porque é sempre uma balança desfavorável entre as partes. Nesse sentido, esclarecemos aqui uma espécie de dúvida e confusão que permeia sobre a leitura operária (política) da lei do valor: o funcionamento da lei do valor sempre foi uma mistificação, portanto, ela nunca funcionou, mas funcionava, efetivamente (e só pode ser assim), como uma mistificação da justa proporção entre a troca do trabalho e o capital. Quando a classe operária ataca o funcionamento da lei do valor, ela desfaz essa mistificação, ao tornar o equilíbrio entre as partes — fundada no desequilíbrio da

exploração — anulado. Sendo assim, ela torna a relação aberta, passível de uma reconfiguração: “a relação entre a classe operária e o dinheiro como horizonte de controle, recém-estabelecida pelo planejamento, e, portanto, o papel do dinheiro como equivalente geral de valores de troca, agora é reconhecida pelo ponto de vista operário pelo que realmente é: uma pura aparência, uma farsa” (NEGRI, [1971] 2005, p. 17). Aqui, a ciência operária que fundamenta o ponto de vista da classe desfaz a falsificação da mediação. No jogo de forças entre classe e capital, toda mediação é uma falsificação, uma mistificação, pois nunca houve proporcionalidade exata quando se trata, obviamente, para o capitalista, de uma exploração, de obter mais-valor; e pós-68, as lutas da classe operária via recusa do trabalho, na ótica negriana, demonstravam não haver equivalência entre aquilo que se produz e aquilo que se recebe de dinheiro. Por fim, uma leitura minuciosa dos textos de Negri no período, fundamenta a tese de que a lei do valor sempre foi uma mistificação, sempre foi assimétrica. O que ainda precisamos ver é o que acontece depois que a lei do valor para de funcionar ou é bloqueada, depois que a mistificação é atacada — mas devemos ir avançando gradualmente na análise.

Condizente ao método operaísta, que coloca o princípio da iniciativa na classe, e, simultaneamente, a resposta pelo capital, Negri afirma que “o capital é forçado a aceitar a situação decorrente da desconexão entre o trabalho e a lei geral do valor” (NEGRI, [1971] 2005, p. 23). A afirmação de Negri de que as lutas do operário-massa, guiadas pela recusa ao trabalho e pelo ataque ao salário, fazem a lei do valor parar de funcionar *nos termos do* Estado-Plano, que entra crise, significa, também, que há uma ruptura entre a relação dialética da classe e o capital, ruptura essa, como vimos, que era defendida teoricamente pelo operaísmo. Na interpretação de Negri, o ciclo de lutas que inicia em 68 e se estende ao início dos anos 70 transforma definitivamente a relação entre a classe e o capital: em termos formais, se passa do campo da contradição — que, como vimos, é sempre passível de ser reconfigurada como fator de desenvolvimento para o capitalismo em sua *Aufhebung* — para o campo do antagonismo aberto, do conflito iminente, uma força contra o outra:

O que temos agora não é mais uma crise de desproporção entre os vários elementos do ciclo, mas uma desproporção pura e simples entre a classe operária e o capital. Já não estamos diante de uma dialética que reconduz a diferença à unidade; agora temos diferença antagonista, uma unidade contra a outra (NEGRI, [1971] 2005, p. 7).

Toda tentativa do Estado-Plano de explicar a crise, seja ela na forma keynesiana ou schumpeteriana, entra em curto-circuito, pois todas elas partiam do pressuposto de que a

classe operária era uma *variável dependente* do capital. Se outrora qualquer “irracionalidade” no ciclo de desenvolvimento, nas crises de circulação, poderia ser mistificada e elencada às desproporções, contradições, entre os vários elementos e variáveis do ciclo, Negri, agora, afirma que “o movimento real de socialização do sujeito proletário nega essa unidade e opõe as condições de produção ao comando do capital” (NEGRI, [1971] 2005, p. 71): da contradição ao antagonismo — ou seja, do fator-recusa de ser apenas um mecanismo da mola do desenvolvimento e valorização do capital a classe operária se torna uma *variável independente* do capital<sup>42</sup>: “essa ruptura histórica aconteceu devido à recusa obstinada da classe operária em se tornar o sujeito desse desenvolvimento e à contínua emergência de um trabalho assalariado que deseja se afirmar como independente e age dessa maneira” (NEGRI, [1971] 2005, p. 7). Nesse sentido, a posição defendida por Michael Hardt (cf. 2005, p. 13), visando separar o Negri dos anos setenta do operaísmo dos anos 60, quando ele afirma que o operaísmo apenas aprende a classe operária de forma abstrata, como um sujeito da exploração, mas não como um sujeito do poder, está *completamente equivocada*: é justamente o método operaísta que permite Negri afirmar a classe como uma *variável independente* e abre a possibilidade de se pensar as lutas de classe duplamente: negativamente, como antivalorização do capital, e positivamente, na expressão direta de seu poder, como autovalorização — conceito que Negri desenvolverá alguns anos mais tarde. Obviamente, essa passagem no pensamento de Negri que demarca o fim do funcionamento objetivo e racional da lei do valor é deveras polêmica. Mas, em nossa perspectiva, o que menos deve ser disputado é a polêmica da afirmação, do que seu sentido e suas consequências práticas e teóricas. Seu alcance, o desdobramento de todo seu sentido e sua análise, deve ser feito gradual e minuciosamente. Se a crise do Estado-plano é a crise da medida da lei do valor, e uma crise de proporcionalidade entre capital e trabalho, assim como uma ruptura da dialética entre as partes que torna a classe operária, como sujeito de luta, uma variável independente, para Negri, isso tem desdobramentos significantes em relação às lutas salariais: quando não há mais qualquer mistificação de proporcionalidade, qualquer lei de equivalência ou mediação possível entre o trabalho e o capital, as lutas salariais se tornam, como vimos, não apenas lutas políticas, mas lutas pela apropriação direta da riqueza, o que, por sua vez, transforma o campo do dinheiro em um campo de antagonismo direto, de disputa entre a classe e o capital:

---

<sup>42</sup> Essa tese retoma novamente elementos do giro copernicano de Tronti, e soluciona a questão dialética entre as lutas e o desenvolvimento do capital, posta por críticos, incluído aí o próprio Negri. A questão a ser avaliada é em que sentido essa tese nos remete a uma leitura correta da composição de classe.

Nesse processo, a própria dialética da relação capitalista é quebrada; o dinheiro deixa de representar um momento na relação de classes. Agora ele passa a encarnar a divisão na relação, a vontade capitalista unilateral, irresolúvel e antagonista de dominação. Em outras palavras, o dinheiro passa a representar o resultado final de uma relação que, por meio de sua evolução histórica, inevitavelmente leva a esse cisma (NEGRI, [1971] 2005, p. 5-6).

Segundo Negri, não só esse é o trajeto da leitura da tendência do desenvolvimento histórico do dinheiro delineado por Marx nos *Grundrisse*, no qual o dinheiro não se torna produtivo sem se tornar campo imediatamente antagonista, do que essa tendência se efetivando no contexto histórico do final dos anos 60 na Itália: quando Negri afirma que o dinheiro se torna a “divisão na relação”, isto significa que o dinheiro não serve mais como mediação do antagonismo, ou seja, como ele funcionava no Estado-Plano: a classe agora força o campo do salário para além daquilo que o capital está disposto a pagar, e isso implica em uma vitória sobre o domínio do capital, que não consegue mais incluir o salário dentro do seu planejamento de desenvolvimento, no mecanismo de uma dialética que foi quebrada, rompida: ou seja, pelo ponto de vista do capital, as tentativas de integrar o antagonismo dentro do desenvolvimento na forma da contradição estão agora obsoletas, ao mesmo tempo, pelo ponto de vista da classe, sabemos que o dinheiro e o salário formam um campo de disputa no qual o antagonismo pode exercer sua pressão contra o capital.

Precisamos agora discutir qual é o impacto dessa vitória para a classe operária, e o sentido dessa derrota para o ponto de vista do capital e da sua tentativa de reestruturação e contra-ataque: em primeiro lugar, se quebra uma relação entre dinheiro e desenvolvimento. Ou seja, quando o capital é forçado a dar mais dinheiro para a classe, seja na forma do salário individual ou do salário social (na forma do gasto público, por exemplo, como ainda veremos), isso já não se enquadra mais no quadro de uma dialética de desenvolvimento do capital, portanto, quando a classe força o capital pela via do salário, isso não implica mais na própria valorização do capital, mas o coloca em crise. Em suma, é essa a crise do Estado-Plano, proporcionada pelas lutas operárias e o ataque ao salário. Vimos como, em Tronti, a abstração — na forma da alienação do trabalho, que desenraíza o trabalhador de qualquer ética do trabalho, o tornando menos subserviente ao valor de troca — era uma espécie de potência a ser disputada, ou mesmo uma força que o capital mobiliza, mas que acaba voltando contra seu próprio domínio. Temos aqui, em Negri, uma continuidade dessa análise: ora, quando o trabalho é ainda específico, qualificado, ou como diz Marx, quando ele é tal como uma arte, um ofício, isto é, não é totalmente trabalho abstrato, social, (e o que o torna trabalho abstrato é também a desterritorialização do trabalho via dinheiro tornado

equivalente geral), o dinheiro é a própria abstração, pois funciona como mediação entre o trabalho concreto e o capital: e o capital usou muito bem dessa ferramenta para sustentar a relação de exploração entre o capital e o trabalho, e, nesse sentido, “o dinheiro desempenha aqui um papel produtivo” (NEGRI, [1971] 2005, p. 16). No entanto, quando o trabalho se torna totalmente social — ao intensificar o processo da subsunção real —, ou seja, tão produtivo quanto *abstrato como o dinheiro*, “a função do dinheiro se torna antagonista; seu papel mediador, real ou produtivo é sobredeterminado em relação ao desenvolvimento das forças produtivas” (NEGRI, [1971] 2005, p. 16), isto é, nenhuma mediação pode funcionar mais entre o trabalho (abstrato) e o capital. Quando toda realidade material do concreto é a própria abstração, a relação entre capital e trabalho e a própria dimensão monetária se tornam efetivamente antagonistas, o que se expressa pela apropriação direta dos frutos da produção desterritorializada e abstrata. Fazendo menção ao operário-massa, “uma nova subjetividade, que está sendo construída de forma social e comunista” (NEGRI, [1971] 2005, p. 19), Negri aponta que no momento em que o trabalho se torna completamente abstrato, não só em relação ao seu conteúdo e qualidade, mas também em relação a sua divisão social, há a possibilidade de um fortalecimento e unificação da classe imprevistos pelo capital (cf, NEGRI, [1971] 2005, p. 18). A unificação da classe, como vimos, é um problema colocado por *Potere Operaio* em relação à organização política — nesse sentido, o operário-massa, a figura mais abstrata do trabalho, é considerada a vanguarda sobre toda a classe, também por sua massificação via abstração — esse diagnóstico, se modificará, como veremos, a partir do momento da conceitualização do operário-social que, no entanto, compartilha a característica com o operário-massa de ser uma figura abstrata, desterritorializada, da subjetividade da classe e, em certa medida, ainda mais desterritorializada, dado que sua subjetivização ocorre em uma esfera social para além do espaço fabril, o que os operaístas chamarão de fábrica social.

Essa transformação no dinheiro acompanha, assim, a própria transformação no trabalho, modificando sua relação com o próprio: dessa maneira, o dinheiro deixa de ter fundamentalmente a função de mediação com o trabalho, portanto, de se tornar dinheiro produtivo apenas para o capital, e evolui para ser dinheiro enquanto campo de lutas, conflitos e antagonismos. Torna-se uma expressão das relações de poder, onde sua apropriação direta equivale a uma vitória pela luta de classes. Para a classe operária, o slogan “mais dinheiro, menos trabalho” é o signo do ataque nesse campo, o que acaba por desmistificar a lei do valor, com consequência em ambos os protagonistas do confronto: Negri aponta que é o rompimento, para o capital, de qualquer compromisso ou vínculo com uma tentativa de

racionalizar o desenvolvimento. Isto é, se, por parte da classe, ter dinheiro significa expandir o bloqueio da valorização capitalista, pelo ponto de vista do capital, o dinheiro é rearticulado em uma total desconexão entre racionalidade e desenvolvimento, ou seja, a crise do Estado-Plano é a afirmação cada vez mais da desmedida, por parte do capital, da violência do Estado para comandar o dinheiro, desvinculado agora de qualquer projeto de desenvolvimento (que antes mediava e continha o antagonismo) que não sua própria valorização:

A ruptura da relação entre o dinheiro e o desenvolvimento é representada, no nível político, pela obsolescência da democracia burguesa como um regime de igualdade e liberdade [...]. A figura do despotismo do capital é cada vez mais abertamente glorificada com o colapso do papel do dinheiro em mediar a [...] produção. E o Estado glorifica de forma mais aberta o seu papel monstruoso como o órgão técnico de dominação, ao presidir a total desarticulação da racionalidade do desenvolvimento (NEGRI, [1971] 2005, p. 5).

Ora, fica nítido, assim, que não há uma linha escrita por Negri, no período, que posso facilitar a interpretação de que ele vê, no fim do funcionamento mistificado da lei do valor, uma espécie de *belle époque* para a classe operária. Há, sim, a defesa e o entusiasmo da vitória e da derrubada da mistificação da lei do valor, mas há, ao mesmo tempo, o diagnóstico de que lutas ainda mais intensas virão, e de que, com a máscara da mistificação quebrada, resta apenas a face violenta, ou, se preferimos, antiprogressista, do capital. Nesse sentido, para fins de melhor compreensão, é útil fazer uma distinção por nossa conta e risco: no Estado-Plano, a transcendência do planejamento, isto é, a tendência estado-cêntrica do keynesianismo em relação à composição de classe, era complementada por uma regência imanente da lei do valor ao desenvolvimento, ou seja, a lei do valor era imanente ao desenvolvimento, o dava uma “racionalidade”, na forma de uma contrapartida da exploração, como no desenvolvimento do sistema de *Welfare*, por exemplo. Nessa composição, a classe ainda funcionava como contradição (lutava contra a exploração e pelo desenvolvimento do capital). Quando a classe operária se recusa a ser ingrediente e engrenagem no motor de desenvolvimento capitalista — quando ela está suficiente madura para isso — e ataca a mistificação operada pela lei do valor em relação à exploração da força de trabalho, o desenvolvimento capitalista passa a se tornar imanente unicamente à sua própria preservação e, como veremos, autovalorização; por sua vez, bloqueada do funcionamento imanente ao desenvolvimento, a lei do valor passa a agir como puramente transcendente, ou seja, cada vez mais irracional em relação à força de trabalho, que não tem mais nenhuma equivalência com o capital e que não troca mais com ele, a não ser pela força do comando. Com o fim do Estado-plano, isto é, “o fim de qualquer relação orgânica entre a classe operária e o Estado

como representante do capital” (NEGRI, [1971] 2005, p. 21), a tendência que se torna concreta (cf, NEGRI, [1971] 2005, p. 4), é a do dinheiro se tornando um instrumento e mecanismo de poder, de antagonismo, como campo de disputa: nesse sentido, com a ruptura histórica da mistificação da lei do valor, a luta salarial ultrapassa seu limiar operativo (e qualquer função sua como mediação), e devém luta pela apropriação da riqueza social: “com o desaparecimento da mistificação do valor de troca, o antagonismo da tendência aponta para uma passagem da luta salarial para a luta pela apropriação” (NEGRI, [1971] 2005, p. 20). Certamente, isso não significa que o operário recuse a luta salarial, mas que, imanentemente à luta salarial, há um vetor operativo que transforma os termos da luta em uma apropriação direta, pois não há mais mediação, e há separação entre o capital e o trabalho: a luta pelo salário vira uma luta pelo poder, salário-poder, nesse sentido, o aumento salarial não pode mais funcionar por dentro do desenvolvimento capitalista, e o salário não funciona mais como elemento daquilo que chamamos, anteriormente, de forma-desenvolvimento do capital, mas é seu antípoda, seu nêmesis, pois a autovalorização da classe — termo que Negri só cunha posteriormente, — bloqueia e enfraquece o domínio capitalista. Nesse sentido, a crise do Estado-Plano:

É a crise total de todos os mecanismos de controle de uma dinâmica social dos salários, a impossibilidade de se colocar como comando de uma procura de salários cada vez mais crescente no plano social e na capacidade do sistema se reproduzir como tal [...]. É uma crise que se estabelece na desproporcionalidade que se determina entre o impulso contínuo que é desenvolvido pelo componente operário (que ainda puxa, para além dos limites de proporção do sistema) e por outro lado, a capacidade capitalista de controle (NEGRI, 1979, p. 124).

Como afirma Negri (cf, [1971] 2005, p. 46), em um pós-escrito adicionado em 74 em todas as edições posteriores de *Crisi dello stato-piano*, as lutas que fixaram quantidades determinadas de salário provocaram mudanças significativas na qualidade de vida do proletariado e, portanto, mudanças nas necessidades em massa e nas formas de comportamento. A acumulação de experiências de luta redefine, assim, o interesse dos trabalhadores pela prática da subversão. E *o salário se torna uma medida dessa desmedida*, ou seja, é menos um mecanismo de equilíbrio e mediação, do que um dispositivo de autovalorização da classe e antivalorização do capital, por isso mesmo, não há salário justo ou suficiente, e a iminência da crise, aqui, é afirmada, e a aceleração das lutas em direção a esse limiar é a aproximação mesma da destruição do capitalismo. No entanto, a tendência precisa de uma verificação prática, que só as lutas e sua organização podem determinar: e boa parte do ensaio de Negri é uma tentativa de reflexão sobre qual projeto de organização pode levar a esse resultado (cf.

NEGRI, [1971] 2005, p. 20–21), no entanto, a discussão neste ensaio de 71 ainda é muito programática e lacunar, e deixaremos sua análise aqui de lado, pois, em 73, o mesmo problema é retomado em termos mais completos, por mais que ainda problemáticos e insuficientes, como veremos no próximo tópico. Em comparação com a reflexão sobre o Estado-Plano feita entre 67–69, podemos afirmar que, se lá, a análise defendia a necessidade de uma passagem da contradição ao antagonismo, aqui, essa passagem é assumida como tendo sido feita, ou seja, como um balanço do último ciclo de lutas iniciado em 68. Se, quando o Estado-Plano funcionava, “a tendência promov[ia] um desenvolvimento que é inicialmente contraditório”, agora, com a crise do Estado-Plano, “ele se torna antagonista” — por fim, a partir da análise da tendência “o sujeito histórico proletário emerge com crescente clareza” (NEGRI, [1971] 2005, p. 21).

Sendo assim, com a lei do valor bloqueada em seu uso imanente, pelo rompimento da classe com a cadeia dialética pela qual ela, como uma correia, mantinha a classe presa, mas a sustentava, a lei do valor se torna uma pura arbitrariedade de poder de comando, uma pura dominação, uma pura força de exterioridade, ou seja, uma transcendência violenta e predatória da classe (que assume a forma, por exemplo, da violência cada vez menos mistificada do Estado, ou seja, uma violência que não precisa mais se justificar em nome da bandeira do “desenvolvimento”, ou mesmo um desenvolvimento cada vez mais se tornando um signo vazio e uma expressão puramente ideológica, que se tornará crescente a partir dos anos 70 nas práticas do governo do Estado):

A lei do valor, como a lei que governa a recomposição social do trabalho, agora exerce seu domínio inteiramente sobre esse terreno de arbitrariedade e acaso. Essa arbitrariedade e acaso não podem mais ser vistas como disfunções dialéticas na circulação do dinheiro, explicadas em termos de sua natureza duplamente contraditória. Ela só pode ser entendida como um antagonismo radical, uma função de pura dominação, como uma exterioridade poderosa e hostil que não pode mais ser reduzida a uma mera função de mediação. Não pode mais ser readaptada ao processo de desenvolvimento; não pode mais servir como substituto para o desenvolvimento social (NEGRI, [1971]2005, p. 4-5).

Ao negar o desenvolvimento do capital, a classe deve buscar o seu próprio desenvolvimento, portanto, autônomo. Para Negri, isso significa que chegamos no momento vislumbrado por Marx nos *Grundrisse*, e ele retoma aqui as passagens no texto sobre a análise do desenvolvimento do sujeito histórico, recuperando o Marx mais aceleracionista, em que Marx, no *Fragmento sobre as máquinas*, afirma que em certo período do desenvolvimento histórico a base da produção social é a máxima intensificação e desenvolvimento das forças produtivas, portanto, cada vez menos o “tempo de trabalho” funciona como medida da lei do valor, e cada vez menos o trabalho individual tem importância em relação à totalidade do

trabalho abstrato social, e o desenvolvimento depende menos do tempo de trabalho do que da incorporação da ciência e da tecnologia na produção. Nesse momento, o próprio capital se torna uma camisa de força para a produção, e sua abolição se torna um componente necessário para o desenvolvimento autônomo das forças produtivas (cf. NEGRI, [1971] 2005, p. 36–37), quando as forças produtivas sociais, em seu desenvolvimento, tem nas relações de produção capitalistas seu maior limite: “na forma do dinheiro, o capital, que criou as condições da produção social, revela-se como a barreira fundamental para qualquer desenvolvimento adicional das forças produtivas” (NEGRI, [1971] 2005, p. 5). Nessa perspectiva, com a quebra da relação dialética entre capital e trabalho, o desenvolvimento capitalista já não estabelece mais trocas com o trabalho na forma de quaisquer benefícios para o último, em vez da troca, imposição da troca, ou seja, coerção. No Estado-Plano, havia a obrigação de conceder tais benefícios para aprimorar o desenvolvimento das forças produtivas sociais, as quais, agora, são autônomas, embora ainda não sejam livres. Porque, como veremos, a violência capitalista age cada vez mais como um monstro parasitário e um vampiro da produtividade social, buscando forçar uma relação que não existe mais, apenas existe como poder de comando. Se, como havíamos visto na análise negriana do Estado-Plano, havia uma exigência para que a classe operária, para romper com o ciclo de desenvolvimento do capital, passasse do elemento de contradição ao antagonismo, Negri salienta, agora, que, depois de um intenso ciclo de lutas no final dos anos 60 e início dos 70, com o protagonismo do operário-massa e, contra a vontade do capital, essa passagem se efetivou, e é completamente visível como resultado, no novo reajuste do mecanismo monetário global. O término do acordo de Bretton Woods representa, nesse contexto, a perspectiva madura do capitalismo em relação à crise de seu modelo estatal anterior. Isso não implica o fim do dinheiro, mas sim o término de qualquer ligação do dinheiro com uma mediação que justificasse a lei do valor. Nesse sentido, é a ruptura do dinheiro com o processo de desenvolvimento, mas, como esse processo é antagonista, ele pode ser revertido para os fins da classe operária. Como afirma Michael Hardt, “a mudança na política monetária é apenas indicativa da crise maior da lei do valor, que desestabiliza o processo de produção e questiona a legitimidade estabelecida das relações de comando” (HARDT, 2005, p. 11). Nas palavras de Negri (cf. [1971] 2005, p. 7), o capital se torna uma *parábola*, uma entidade *indireta* que, para sugar o mais-valor, necessita de um suplemento de violência, sem contrapartidas, em relação ao trabalho-vivo. Se a classe se torna uma variável independente do plano de desenvolvimento do capital, por sua vez, o capital busca uma espécie de autonomia em alguns de seus mecanismos econômicos: “a taxa de lucro já não é apresentada

como uma variável dependente da composição orgânica. A relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo já não é determinada univocamente pelo ritmo da tecnologia, e o lucro se liberta de suas condições” (NEGRI, [1971] 2005, p. 7-8). Devemos, agora, analisar em quais termos funciona essa suposta autonomia do capital, e, em que sentido, ela prefigura a conceitualização da forma-Estado que se estrutura a partir da crise do Estado-Plano: o que Negri vai chamar precisamente de *Estado-Crise*.

### 3.2.2. Estado-crise e a forma-empresa: violência, comando e valor pela lei

Vimos no último tópico em que termos Negri apresenta a crise do Estado-Plano. Acabamos concluindo que sua investigação nos levava a apontar uma separação da classe e do capital nos termos da crise da lei do valor e do desenvolvimento. O que, no entanto, não supõe o final da lei do valor, mas seu funcionamento puramente transcendente, sem contrapartidas ao trabalho, e cada vez mais violento. Nesse sentido, para a lei do valor funcionar nesses novos termos, a forma-estado deve ser transformada. Nesse tópico, analisaremos essa transformação na forma-Estado, investigando a passagem do Estado-Plano, em crise, para o que Negri denomina de Estado-Crise ou mesmo Estado-Empresa. O estudo do Estado-Crise é essencial para o desenvolvimento do pensamento de Negri no período. Veremos que, nessas novas coordenadas, a figura do Estado será cada vez mais interpretada por Negri como o inimigo imediato e adversário direto da classe proletária. Em segundo lugar, o estudo do Estado-crise é fundamental por seu poder de previsão: antecipando uma série de características que vão se aprofundar nas décadas posteriores, como afirma Cristina Corradi, Negri prefigura o neoliberalismo: “a análise da transição para o Estado-Crise antecipa certas características do neoliberalismo. A manobra de reestruturação concentra-se na descentralização da produção e na quebra da figura do operário-massa” (CORRADI, 2011, n. p.). No entanto, quando Negri apresenta essas novas características, elas estão completamente em aberto, são tendências em disputa, e as devemos ler assim para melhor compreender a filosofia política de Negri no período. Por fim, a crítica do Estado-Crise antecipa também a espiral de violência estatal que eclode nos anos 70 e que leva Negri à prisão.

A dependência do capital de sua relação com a classe operária é visível mesmo quando ela se torna uma não-relação: por mais paradoxal que essa afirmação possa soar, a filosofia não é estranha aos paradoxos, e o movimento aberrante apresentado por Negri é caracterizado por uma separação, uma ruptura que resulta na autonomia de um dos termos e

na dependência do outro em relação à “antiga relação”. Devido a essa dependência, surge uma espécie de nova relação em seu lugar, que, entretanto, é considerada parasitária e violenta. Nesse sentido, saímos de uma relação dialética e entramos em uma lógica de separação e cisão que, por sua vez, é uma lógica antagonista. Como vimos no decorrer da tese, saímos de um modo de exploração que mistificava o antagonismo entre capital e trabalho, apresentando esse antagonismo como uma contradição que era útil, enquanto contradição, no ciclo de desenvolvimento do próprio capital. Podemos afirmar, na crista de Marx, que, nessa relação, as forças produtivas eram forças produtivas “do capital” — essa ruptura, como vimos, mina essa dialética do desenvolvimento. Depois do término, é necessário lidar com os efeitos nocivos do divórcio: ou seja, da não-relação sobre a classe, dado que a autonomia da classe não significa, do seu lado, a autonomia do capital: em primeiro lugar, porque a “autonomia” do capital segue sendo variável e dependente dos movimentos da classe, de sua exploração. Em segundo lugar, se o que muda são os termos dessa relação, no qual a lei do valor passa a operar, mesmo desmistificada, temos que entender qual é a natureza desse movimento, e como uma não-relação, transcendente, pode operar ainda mais violentamente do que sua contrapartida imanente. O primeiro movimento é mais fácil de explicar do que o segundo: a autonomia do capital é uma pseudo-autonomia, é uma dependência da classe porque não parte dele mesmo, mas sim da vitória da classe em quebrar a armadilha da antiga dialética do desenvolvimento capitalista: “a ‘liberdade do capital’ pode então ser vista apenas como a mistificação da derrota histórica que o capital sofreu na luta de classes. A ‘liberdade’ do capital aos olhos dos economistas implica o reconhecimento de que a independência da variável da força de trabalho é irreprimível” (NEGRI, [1971] 2005, p. 8). Nesse sentido, na esteira do giro copernicano, o capital continua e é essencialmente uma força dependente e reacionária em relação aos movimentos da classe operária, mesmo quando esses movimentos não produzem mais qualquer relação de equivalência na forma do desenvolvimento social. No entanto, isso não explica qual é a natureza dessa não-relação, ou seja, a natureza do confronto persistente entre o capital e trabalho no capitalismo pós-desenvolvimentista, isto é, quando capital e trabalho não tem sua relação mais mediada por uma dialética do desenvolvimento que foi aos ares com o Estado-Plano. Para responder a essa questão, devemos ensaiar uma interpretação mais livre — mas próxima — ao texto negriano: em nossa perspectiva, quando a dialética do desenvolvimento é rompida e a lei do valor passa a funcionar transcendentemente, é uma *dialética do poder desmistificado* que preenche o espaço da “não-relação” entre capital e trabalho. Essa dialética do poder é, mais precisamente, uma dialética parasitária do capital

sobre o trabalho-vivo, sobre os movimentos autônomos da classe proletária. É uma dialética do poder porque é um movimento imposto de cima, com uma violência extrema sobre as forças produtivas sociais que não oferece nenhum desenvolvimento, nenhuma contrapartida à classe que o poder vampiriza à força: “como o capital rompeu os vínculos orgânicos que o ligavam à luta de classes, a dialética positiva (do ponto de vista do capital) que o Estado conseguia impor a esse conflito social acabou” (NEGRI, [1971] 2005, p. 11). Nesse sentido, até podemos identificar essa dialética do poder como uma “dialética negativa”, contanto que essa definição se enquadre como o ponto de vista do próprio capital sobre sua crise: para o ponto de vista da classe, a destruição da “dialética positiva” do desenvolvimento capitalista é um passo necessário para sua própria autonomia, portanto, a classe operária deve se definir pela busca de sua própria autovalorização (conceito, aqui, que Negri ainda não desenvolve, mas que já nos auxilia para pensar o processo) e antivalorização capitalista, e não deve mais ser definida pelos termos do próprio desenvolvimento (ou não) do capital, mas sim pela destruição do capital, pura e simples. Nesse sentido, capital e trabalho constituem uma não-relação, pois, na perspectiva do trabalho vivo, não há mais nenhuma troca orgânica entre capital e trabalho: a socialização do trabalho torna as próprias forças produtivas autônomas em sua cooperação social, mas essa não-relação, quando transposta para o campo político, define uma dialética do poder que impõe a troca, buscando interromper um processo pelo qual uma valorização tem a potência de destruir à outra, que é fundada, portanto, em uma pura e simples exploração não mais mediada sobre o trabalho, que não pode nem ser contradita ou negada em uma dialética positiva ou negativa, apenas destruída, cada vez que a classe gradativamente aumenta sua potência e bloqueia o capital. De certa forma, o capital assume sua verdadeira natureza e realiza sua plena tendência como um movimento puramente parasitário, violento e agressivo que, no entanto, está disposto a matar qualquer hospedeiro individual, contanto que possa manter o hospedeiro coletivo cambaleante, e eis uma contradição irresolúvel para o capital: da mesma forma que o capital estava disposto a destruir os capitalistas individuais para manter o capital social funcionando, agora o capital está disposto a matar — sem mediações, sem racionalidade, sem justificativas pelo “desenvolvimento” (ou essas justificativas tornadas slogans vazios) — os membros individuais do corpo social do seu hospedeiro: a classe proletária. Para tanto, o capital precisa novamente enfraquecer a classe, enfraquecê-la para que a relação, a lei do valor, possa ser imposta novamente, como um puro comando. E devemos investigar em que sentido seu projeto atenta nesse nível em promover uma decomposição política de uma classe subversiva e insurgente, que atingiu níveis de antagonismos tão amplos que forçou o capital a se

desmascarar, assumindo cada vez mais sua faceta repressiva, reativa, autoimune, dependente do trabalho vivo, posição essa que o capital adoraria se libertar, mas que é sua própria utopia e prisão.

O capitalismo é uma máquina social de produção contínua de mistificações, nesse sentido, é toda uma ortodoxia econômica liberal que vai interpretar falsificadamente, na crise do Estado-Plano, a expressão de uma “vontade material” e “subjetiva” do capital (cf. NEGRI, [1971] 2005, p 8-9). Na perspectiva de Negri, é injusto apresentar a história da luta de classes com erros cometidos apenas pela classe operária: o capital também erra, sua tática e estratégia também produz falhas, enganos, decepções e, para Negri, isso fica ainda mais nítido quando o capital busca não apenas se apresentar mistificadamente, mas se colocar em uma posição de autonomia direta em relação à classe: “toda vez que o capital tenta [...] resolver as contradições inerentes ao seu processo por meio de sua própria autonomia e dentro de seus próprios limites”, ou seja, quando ele acaba “recuando do terreno real da luta de classes, considerando que isso está encerrado e concluído, [...] então em cada ponto a contradição é recomposta de forma mais profunda, apesar dos esforços ideológicos dos economistas para mascará-la” (NEGRI, [1971] 2005, p. 10). Na suposta história universal do capital, “a contradição desenvolve a tendência a ponto de mostrar sua natureza antagônica e insolúvel” (NEGRI, [1971] 2005, p. 10), e o capital, como sujeito da história nessa narrativa, se fragmenta frente à multiplicidade de outro tipo de poder em que sua “liberdade” é sempre confiscada. Portanto, toda reconstrução do capital é não-voluntária e marcada por um ponto de força de um antagonismo que o dobra à sua potência e, na perspectiva de Negri, esse movimento é ainda mais brutal quando a tendência à abstração torna os elementos mediados e contraditórios, em elementos de antagonismo puro e imediato: “as contradições que marcam o caminho da ciência capitalista [...] multiplicam-se à medida que o ponto de referência para sua ação se torna mais abstrato” (NEGRI, [1971] 2005, p. 10). No processo de crise do Estado-plano, o capital é despido da forte indumentária de seus próprios ideólogos: ou seja, quando é destruída a possibilidade do planejamento social, destruída a mistificação operada pela medida da lei do valor como equivalência, destruído o bom desenvolvimento e o bom governo capitalista, o Estado-Plano se vê nu, diante de uma classe operária unificada pela sua própria abstração, na forma de uma massificação social organizada. Mas a máquina gregária do capital é tão veloz quanto o for a velocidade do ataque da classe operária: nesse sentido, o capital produz seus próprios movimentos aceleratórios em direção à captura da classe para tentativa de sua decomposição. E a nova dialética se articula no momento em que a posterior foi destruída: quando a classe operária recusa o plano de desenvolvimento e o destrói, resta,

em sua frente, o Estado despido como figura do capitalista coletivo, isto é, toda sua estrutura institucional, burocrática, jurídica, política e policial. Ao destruir os mecanismos do plano de que o tornava uma peça no desenvolvimento do capital às custas de sua própria exploração, a classe operária não destrói o capital encarnado na figura do Estado e, assim, “a luta dos trabalhadores agora confronta diretamente o nível sobredeterminado de uma dialética social que se tornou precisamente o próprio Estado” (NEGRI, [1971] 2005, p. 11). É daqui que vem a tese negriana da identificação do Estado como o inimigo e o alvo do ataque da classe operária, pois, depois que o planejamento mistificado é destruído, todo maquinário burocrático que antes ainda formava uma relação de troca, ambivalente, com o trabalho, se torna agora um aparelho de captura, e uma máquina de sobrecodificação violenta da troca contra a classe operária: todo aparato se torna um mecanismo reativo e ofensivo para a exploração e para a violência — a máquina jurídica, a polícia, a administração, a tentativa de controle da moeda — tudo se reajusta como uma máquina de exploração, pura e simplesmente. Contra a apropriação proletária imediata da riqueza, temos a figura do Estado representando o capital. Nesse sentido, como afirma Wright (2005, p. 90), o partido operário só pode assumir a figura do anti-Estado contra a forma-Estado. Com o fim do desenvolvimento, a dialética capitalista rompida é reprogramada na forma do poder de comando, não para o desenvolvimento social, mas para a imposição direta, transcendente e violenta da lei do valor que, imposta à força, se torna *o valor da lei, o valor pela lei*. Portanto, o Estado-crise, “em vez de utilizar o conflito para promover o desenvolvimento, [...] se tornou produtor de crises” (NEGRI, [1971] 2005, p. 11). Como argumenta Michael Hardt, “por Estado-crise, Negri não quer dizer que o capital está à beira do colapso — não há nada de catastrófico nessa crise” (HARDT, 2005, p. 10). Como vimos, o que entrou em colapso foi a relação entre a lei do valor e o desenvolvimento como uma mediação orgânica entre classe operária e capital:

O novo elemento, característico do Estado-Crise, é que o Estado adota um novo grau de autonomia como o agente que regula o desenvolvimento, externo a qualquer relação direta entre capital e trabalho. A tendência dessas mudanças aponta para o desaparecimento de qualquer relação orgânica de mediação entre a classe operária e o estado como representante do capital coletivo (HARDT, 2005, p. 11).

Estamos na circunstância da definição negriana do Estado-Crise, em primeiro lugar, o Estado-Crise se chama assim, porque é, efetivamente, um Estado emergencial, um Estado de crise, de sítio ou mesmo de “exceção”, pois a reconfiguração de sua dialética nasce do rompimento da dialética positiva e orgânica que o planejamento mantinha com a classe e com

a força de trabalho (e, como vimos, foram décadas em que as instituições todas foram moldadas tendo esse vínculo orgânico em relação ao trabalho como fundamento, como a “nova constituição” italiana, como vimos no tópico 2.3.1 e 2.3.2). Como aponta Michael Hardt, no Estado-Crise:

O Estado capitalista abandona a estratégia de estabilidade (na produção, nos mercados, na política monetária, etc.) que anteriormente havia pavimentado o caminho para o desenvolvimento da indústria de massa. Essa reestruturação, então, não apenas coloca novos problemas para a produção em massa, mas também põe fim ao contrato social de planejamento, à tentativa do capital de interagir com a classe operária por meio de negociações coletivas institucionalizadas como um meio de controle e legitimação (HARDT, 2005, p. 10–11).

Se, no Estado-Plano, a crise era oposta e devia ser evitada pelo ciclo de equilíbrio no desenvolvimento (Keynes), ou deveria ser integrada como parte funcional do ciclo do desenvolvimento (Schumpeter), agora, no Estado de Crise do *Estado-Crise*, a função do capital é instigar conflito entre a classe e produzir a crise como o “novo normal”: “a crise, então, se torna a condição normal do desenvolvimento e governo capitalista na medida em que os processos bilaterais de organização econômica e jurídica que forneciam uma relação orgânica entre trabalho e capital são abandonados” (HARDT, 2005, p. 10–11), isto é, a crise deve forçar o recuo do ataque da classe operária e, assim, manter a lei do valor funcionando como pura expressão de comando externo e coercitivo da fábrica social. Enquanto no Estado-plano podíamos afirmar que as mercadorias eram produzidas pela via da troca pelo salário, no Estado-crise elas são produzidas pela via do comando (cf. NEGRI, 1974, p. 57). Ou seja: “toda relação entre valor e preço, entre produção e circulação, falha,” e o processo só é retomado via comando, “através da mistificação do valor no declínio do mais-valor, através da legitimação do próprio capital como valor enquanto todas as condições da mais-valor desmoronam, ou melhor, devem desmoronar” (NEGRI, [1973] 2005, p. 74). Sendo assim, enquanto no Estado-Plano, graças ao funcionamento mistificado da lei do valor, o capital ainda era uma relação de troca em relação ao trabalho, por mais que uma relação sempre assimétrica, desmistificada essa relação, o capital aprende a fórmula nietzscheana, “torna-te quem tu és”: e se torna exclusivamente uma relação de comando, de poder transcendente, parasitário e vampírico sobre o trabalho: “o comando como tal, o comando generalizado sobre o trabalho, torna-se não apenas o que sempre foi, o motivo geral qualificante do capital, mas o elemento necessário para sua existência, para sua própria sobrevivência” (NEGRI, [1971] 2005, p. 24). Nessa nova configuração, “o cisma entre trabalho e comando sobre o trabalho é completo, o Estado só pode assumir a forma de um Estado-Crise, no qual gerencia

sua própria liberdade de comando para a sobrevivência do capital” (NEGRI, [1971] 2005, p. 22). Se, pelo ponto de vista de classe, o trabalho social aumenta seu poder ao se estender socialmente, do ponto de vista do capital, esse comando e esse controle devem, igualmente, serem ainda menos permissivos com o antagonismo social. Como reforça Michael Hardt, “o surgimento desse estado *'neo-liberal'* não significa uma redução no intervencionismo econômico e social, mas, pelo contrário, um alargamento do poder social do trabalho e uma intensificação do controle do estado sobre a fábrica social” (HARDT, 2005, p. 11, *grifo nosso*). No entanto, poderia ser útil aqui distinguir entre dois tipos de crise: vimos como a leitura operaísta via, na crise capitalista, uma marca subjetiva, isto é, um efeito da luta de classes em colocar o mecanismo do capitalismo em desajuste, colocando em xeque o ciclo de desenvolvimento do capital, sua valorização, etc. Essa crise, que poderíamos chamar de crise política, crise *para o* capital, é seguida, quando contida, de uma recomposição e reestruturação capitalista — foi assim, na passagem do Estado-Plano para o Estado-Crise. Agora, temos Negri afirmando que o capitalismo deve produzir suas crises, efetivamente, para fortalecer seu comando e desestabilizar a própria luta da classe operária, como nessa passagem:

A crise e a reestruturação devem ser vistas como simultâneas, como uma tentativa, agora que as proporções de trabalho necessário para trabalho excedente [...] são alteradas, de restabelecer uma relação diferente, de propor novos níveis de composição orgânica que sejam favoráveis ao capital (NEGRI, [1971] 2005, p. 22).

Acreditamos que o texto de Negri não distingue claramente entre dois tipos de crises, pois a natureza do dispositivo-crise capitalista continua a ser uma resposta ao ataque da classe operária à lei do valor. Não há separação entre dois níveis porque sua leitura política operaísta nesse terreno da crise permanece a mesma, ela é e continua ofensiva e aceleracionista: mesmo quando o capital mobiliza instabilidade e crise, a classe não deve recuar em seu ataque, pois o recuo é exatamente a proposição estratégica do capital que visa conter o bloqueio da lei do valor, reativando a suspensão do seu mecanismo transcendentemente. Fabio Mengali (2012) compartilha dessa interpretação ao afirmar que “a crise é uma atitude desencadeada pela subjetivação da classe, que, por meio do conflito expresso contra o capital, transforma a composição técnica em política. Ela é um evento a ser criado, não há ser previsto deterministicamente” (MENGALI, 2012, p. 200). Sendo assim, mesmo a tentativa de ofensiva do capital, via crise, ainda é uma brecha política para o ataque da classe. No momento mais crítico, é necessário afirmar o perspectivismo operário, demonstrando, assim, que o Estado-Crise é uma forma precária de comando, “portanto, o conhecimento [...] não

pode se limitar ao estudo dos movimentos objetivos do capital, como a queda ou aumento de preços, a taxa de desemprego, a rentabilidade dos investimentos” (MENGALI, 2019, p. 200), ou seja, não podemos trocar o perspectivismo, e seu ponto de vista irreduzível, pela mistificação capitalista. Mais uma vez, o perspectivismo inspira a aceleração da crise via luta.

A definição negriana do Estado-Crise, logo no início dos anos 70, estaria incompleta sem uma investigação sobre sua forma complementar: o que Negri denomina de Estado-Empresa, ou mesmo, uma subserviência do Estado-Crise ao que ele também chama de forma-empresa. Nas páginas em que Negri analisa a forma-empresa no texto de 71, é impossível não ficarmos surpreendidos com a força de previsão da análise de tendências ainda em desenvolvimento embrionário e em disputa que, vale a pena ressaltar, se tornarão mais concretas e visíveis apenas nas décadas seguintes, e serão objeto de análise na obra posterior de Negri, principalmente em sua tese do Império como um novo regime de soberania na globalização. Na perspectiva de Negri, em 71, a crise do Estado-plano e a emergência do Estado-Crise estabelecem uma modificação radical na relação entre sociedade, fábrica e Estado. Como afirma Corradi,

Negri prevê que, com o desaparecimento do papel do Estado como promotor do desenvolvimento na invariância das relações de força entre as classes, ocorrerá uma inversão da sequência Estado, plano, empresa: o Estado torna-se subordinado ao comando da empresa, a relativa autonomia das instituições políticas desaparece, a soberania nacional é enfraquecida em benefício das empresas multinacionais ou órgãos administrativos separados (CORRADI, 2001, n. p).

Vimos como o operaísmo, desde Panzieri e Tronti, se esforçou em apresentar essa relação nos termos da sociedade-fábrica, com o Estado assumindo o protagonismo sobre o desenvolvimento como a forma do “capitalista coletivo”, e como Negri, por sua vez, retomava e desenvolvia essa análise pela crítica do Estado-Plano. Agora, temos uma transformação nos termos da relação, com a adição da “empresa multinacional” como novo elemento essencial na remontagem do capital nos anos 70, após o rompimento com a equivalência pela lei do valor:

Enquanto o Estado anteriormente cumpria um papel hegemônico, representando e garantindo a equivalência de todos os fatores no movimento de produção-reprodução, o colapso da norma de equivalência agora torna a função do estado subordinada à da empresa — na forma dominante que assume hoje, a empresa multinacional (NEGRI, [1971] 2005, p. 24).

Nesse sentido, a perda de hegemonia do Estado em detrimento da forma da corporação é sinônimo, como afirma Ryan, de que “o Estado-crise se apresenta hoje como a crise do Estado nacional em relação à corporação multinacional” (RYAN, 1991a, p. 195). Nesse

sentido, estamos vendo também a passagem da sociedade-fábrica para o que o operaísmo e seu legado denominaram de *fábrica social pós-fordista*. A crise do Estado Nacional é a própria crise da concepção de Estado-Nação (e vemos, aqui, como a tese do Estado-Crise, de certa maneira, antecipa a reflexão negriana sobre o Império): “no nível do mercado mundial, o Estado-Crise representa também uma crise dos Estados-nação em relação à empresa multinacional como forma de comando capitalista” (NEGRI, [1971] 2005, p. 24). Por essa razão, a forma-empresa é a tentativa forçada, do capital, de se adequar à socialização crescente da produção e do antagonismo social: “a uniformização do trabalho em trabalho genérico e abstrato exige, como seu corolário, a contínua existência da forma de valor do trabalho, do comando capitalista, do comando da fábrica estendido por toda a sociedade” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25). Ao mesmo tempo, o fim do Estado-Plano é o fim tendencial ou hegemônico da sociedade-fábrica fordista, e a tentativa do capital de instaurar um novo regime de comando e controle sobre o trabalho: “até então, o Estado era o organizador de todas as condições da produção social, mas a ofensiva dos trabalhadores perturbou tudo isso e forçou a consciência capitalista a se apoiar na única condição que permanece fundamental: o comando pela empresa sobre a extração de mais-trabalho” (NEGRI, [1971] 2005, p. 24). Como aponta Michael Hardt, retomando o esquematismo negriano, “assim como 1917 empurrou o capital para 1929 e o forçou a desenvolver o Estado-Plano nos anos trinta, da mesma forma as pressões de 1968 provocaram a mudança monetária de 1971 e o desenvolvimento do Estado-Crise nos anos setenta” (HARDT, 2005, p. 12). A empresa se torna a base do Estado, e o Estado-Crise do capitalismo é coordenado cada vez mais por uma rede multinacional de corporações que impõem a forma-empresa ao Estado: “a empresa — como fábrica — é o conceito-chave para o capital hoje, produzido pelos patrões como um conceito e categoria do capital para atender às suas necessidades na fase específica das relações de força de classe pelas quais estamos passando no presente” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25). Como afirma Ryan, “com declínio do keynesianismo como forma de política interna, a corporação multinacional assume o comando geral sobre o desenvolvimento. E isso é uma reação às ações do *operário-massa*” (RYAN, 1991a, p. 195, *grifo nosso*), que nos leva, como temos visto, “ao colapso do sistema de Bretton Woods e dos acordos entre estados sobre equivalência geral”, o que, por sua vez, “abre caminho para que a empresa multinacional assuma totalmente as funções de motivação e comando geral sobre o desenvolvimento” (NEGRI, [1971] 2005, p. 24).

A forma-empresa e o Estado-Crise parecem assustadores, mas nada mais são do que um contra-ataque às lutas do operário-massa. Esse contra-ataque ou forma de reação, também

vinculado à mobilização da crise pelos capitalistas, é a tentativa do capital de decompor a classe operária massificada, encarnada na figura do operário-massa: “o projeto capitalista de hoje não é apenas uma resposta ao impacto dos trabalhadores na estrutura do Estado-Plano. Ele também busca interpretar a forma ou figura em que esse impacto se desenvolve, que é o operário-massa” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25). O que é, efetivamente, a tentativa de decomposição e recomposição da classe, para os fins necessários ao novo ciclo produtivo do capital? Nas palavras de Negri, é o momento em que o capital, correndo atrás do antagonismo, “busca interpretar o fenômeno do operário-massa para recuperá-lo e remodelá-lo” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25). Nesse sentido, é salutar voltar ao método operaísta de análise das transformações da composição de classe: o operário-massa, pelo seu ponto de vista e pela organização de sua composição política, destrói ou suplanta os limites de sua própria composição técnica: a recusa ao trabalho era uma recusa à disciplina fabril, aos ritmos maçantes do trabalho na linha de montagem e a busca por uma maior autonomia de tempo livre, que, desvinculada do trabalho e do emprego, atacava a existência hierárquica dos padrões e da organização capitalista do espaço fabril e buscava decompor e implodir os limites que o capitalismo impunha sobre a classe, por meio da organização de sua composição técnica. A destruição do capitalismo está umbilicalmente ligada ao problema da recusa do trabalho, pois os operaístas descobriram que “é o trabalho — não a propriedade privada, o mercado, a fábrica ou a alienação de nossas capacidades criativas — que é compreendido como a base primária das relações capitalistas, a cola que mantém o sistema unido” (WEEKS, 2005, p. 120). Nesse sentido, se no movimento de recomposição política da classe operária, o capital não for destruído, o capital, que afinal, detém toda estrutura burocrática do Estado para si, vai se remontar, reorganizando à possibilidade de sua valorização e, a partir disso, reorganizando a exploração da classe e o trabalho *a partir* dessas coordenadas que surgem da própria luta e do próprio desejo da classe: aí, começa um duplo processo que, em realidade, é inseparável: reestruturação da composição orgânica do capital e tentativa de decomposição política da classe existente. Em relação às lutas do operário-massa, pelo ponto de vista do capital, “a fluidez de todos os momentos do ciclo produtivo e o aumento concomitante da produtividade tanto do trabalho individual como do coletivo são o lado positivo do projeto capitalista, uma reestruturação no verdadeiro sentido da palavra” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25), ou seja, o capital deve aproveitar a luta antidisciplinar do operário-massa e transformar essa expressão de autonomia na classe em uma nova forma de exploração e de produtividade. Nesse sentido, podemos afirmar que, pelo ponto de vista da classe operária, o desejo por mais autonomia é transformado, reconfigurado, traduzido, etc, pelo filtro ou captura do ponto de

vista do capital, na flexibilização produtiva que assume formas moleculares, flexíveis, dinâmicas, de exploração, que formam o chamado pós-fordismo, ou mesmo o termo deleuzeano e foucaultiano das sociedades de controle (cf. NEGRI, [1971] 2005, p. 26). Mesmo assim, isso não constitui um “comunismo do capital”, pois, no capitalismo, há sempre um polo que é meramente reacionário: “há o lado negativo e reacionário: a tentativa de decompor o operário-massa, inserindo novos mecanismos de divisão do trabalho agora inteiramente vinculados à participação no comando da empresa” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25). As lutas, nesse sentido, avançam para esse novo terreno da fábrica social, composta, nas palavras de Negri, pela “combinação da fluidez geral do trabalho em todo o ciclo produtivo e a seletividade nas funções de comando dentro desse mesmo ciclo” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25), enquanto o capitalismo usou da “massificação para minar a base profissional da organização dos trabalhadores” com o fordismo e o taylorismo, no pós-fordismo, o Estado-Crise e a forma-empresa usam da “participação seletiva no comando que é empregada contra a base massificada da organização dos trabalhadores” (NEGRI, [1971] 2005, p. 25). Portanto, quando a classe está unificada, a base da decomposição capitalista é sempre a mesma: a divisão do trabalho (cf. RYAN, 1984b, p. 195), buscando criar hierarquias internas, e dividir os interesses e desejos que possam manter coesa uma política de classe. O desafio para a ciência da classe operária é, simultaneamente, manter sua composição política quando os limites da sua composição técnica são implodidos, processo que é sempre sintoma de antivalorização do capitalismo, expressão de autonomia e, ao mesmo tempo, configuração de uma transformação interna na própria figura da classe, dado que se lutava também contra aquilo pelo qual ela era definida, portanto, se lutava contra sua própria composição técnica que limitava seu antagonismo como linha de subjetivação, como potência de libertação do trabalho vivo. Esse momento exige uma ofensiva que, conceitualmente, é a própria transição revolucionária, destruindo o Estado e evitando que o capital manipule o processo e forme uma dialética de reestruturação, contra-atacando e decompondo a organização política da classe.

Portanto, Negri avança sobre a posição política de que a luta salarial, sinônimo do Estado-plano, se torna efetivamente uma luta pela apropriação da riqueza: “a apropriação é uma característica definidora do comportamento de classe em oposição ao estado de desvalorização, ao comando das empresas” (NEGRI, [1971] 2005, p. 31). Nas palavras de Ryan, “o trabalho já é uma participação imediata no mundo da riqueza, e reconhecer isso é propor à organização proletária um conteúdo massivo necessário para seu programa: a apropriação direta da riqueza social produzida pelos produtores” (RYAN, 1991a, p. 195). Na

luta pela apropriação direta, que ocorre por uma transformação imanente à luta salarial que, como vimos, “foi a característica definidora do comportamento de classe em oposição ao Estado-Plano [...] baseado em proporções gerais determinadas entre o trabalho necessário e o trabalho excedente produzido” (NEGRI, [1971] 2005, p. 31), mas que não se reduz mais a ela — como investigaremos a partir do conceito de Negri de salário social — não se busca nenhuma “justa medida” entre valor pago e trabalho produzido: ao contrário, busca-se enfatizar a imensa disparidade, a crescente desproporção entre um trabalho socializado que se baseia exclusivamente em sua própria capacidade produtiva, e um capitalismo que se transforma em uma máquina totalmente parasitária dessa vitalidade. Em outras palavras, o inverso se revela: em vez da desmedida da justa medida, temos a desmedida da exploração absurda, violenta e injustificável da máquina parasitária capitalista. Nesse contexto crítico em que o capital se reconfigura à imagem da crise, a apropriação deve ser considerada o alicerce para a nova organização da classe:

A apropriação é o processo pelo qual uma nova figura do sujeito revolucionário histórico se revela; é o trabalho abstrato transformado tanto em generalidade quanto em individualidade; é o reconhecimento de que as formas de produção estão cada vez mais saindo de um estado de contradição com as forças sociais de produção para um estado de antagonismo. Assim, o programa (dentro dessa composição do capital e, portanto, da classe) deve necessariamente ser desenvolvido no terreno da apropriação generalizada, do gerenciamento em massa de um ataque à riqueza social como algo que deve ser considerado nosso (NEGRI, [1971] 2005, p. 32).

No entanto, não fica claro aqui se Negri está se referindo, como esse novo sujeito da apropriação direta, à figura, importante para o operaísmo, do operário-massa: o operário-massa é o sujeito que destrói o Estado-Plano, e nesse processo, em que a recusa ao trabalho se transforma da luta pelo salário à luta pela apropriação, sua composição interna, técnica e política, se seguimos o método operaísta, deve ser necessariamente modificada, e temos visto com o Estado-Crise quer moldar essa transformação à forma que lhe seja melhor explorável na fábrica social. Negri nos fornece mais ferramentas conceituais para tentar repensar a tentativa de recomposição e reestruturação capitalista. Vejamos, enquanto a apropriação “envolve a capacidade de compreender o comportamento dos trabalhadores como tendendo a estabelecer, em oposição ao funcionamento da lei do valor, uma relação direta com a riqueza social que é produzida” (NEGRI, [1971] 2005, p. 47), por outro lado, o desenvolvimento capitalista, ao atingir esse nível de luta de classes, destrói os parâmetros objetivos das trocas sociais, o que implica em uma situação na qual, por um lado, a apropriação opera sobre aquilo que o capital consegue ainda subsumir formalmente, ao

mesmo tempo em que, pela via da desvalorização, o capital, no processo de subsunção real, deve tentar operar, à sua maneira, uma *supressão formal do trabalho* que, por sua vez, só pode ser combatida, pelo que Negri define, aqui, como força-de-invenção do trabalho (na esteira da tese, posterior, da autovalorização):

A subsunção real do trabalho ao capital não mais envolve as forças sociais de produção no processo científico, mas as separa dele, nos termos mais extremos. O resultado é propor novamente a possibilidade de revelar todo o potencial criativo do trabalho como uma atividade social livre da classe trabalhadora e colocá-la contra a organização científica que o capital impõe à sociedade. A "força de invenção", na medida em que é o aprimoramento da força de trabalho, é o termo que damos à presença insubordinada da classe trabalhadora dentro da supressão formal capitalista do trabalho. Libertar essa 'força de invenção' é um momento e um aspecto da luta pela apropriação (NEGRI, [1971] 2005, p. 47).

Na luta pela apropriação, não se luta para reconstruir a lei do valor: que a lei do valor tenha sido bloqueada, é uma vitória da classe operária, mesmo quando, em defesa, o capitalismo assume, após esse movimento, uma tentativa de supressão formal do trabalho e uma desvalorização massiva do mesmo. Como aponta Michael Hardt, o saldo do ciclo de lutas do operário-massa forçou o capital a “abandonar seu projeto de estabilidade, a destruir sua forma de governo para se proteger. Em outras palavras, o capital teve que abandonar sua proposição de trabalho como a única fonte de valor, teve que 'desvalorizar' o trabalho para combater a organização efetiva da classe operária” (HARDT, 2005, p. 12). É apenas no texto de 73, *Partito operaio contro il lavoro*, que Negri desenvolve com mais consistência sua concepção de supressão real e formal do trabalho em um debate sobre como a organização política deve combater a desvalorização do próprio trabalho. A análise, em grande medida, parte do capítulo seis inédito do volume 1 de *O Capital* e dos *Grundrisse*, de Marx. No auge da intensificação da subsunção real, o capital acaba por se auto-mistificar, buscando desvalorizar o trabalho, que ainda representa a única fonte de valoração social necessária do qual ele, como parasita, necessita. Nas palavras de Negri, “o capital parece acreditar em sua própria mistificação. O processo deve ser desprovido do trabalho” (NEGRI, 1974, p. 59). É nesse momento que o ponto de vista capitalista lança mão da hipótese da *supressão formal do trabalho*: Negri se pergunta se “existe um momento de diferenciação qualitativa em que passamos do completo processo de subsunção real para uma fase em que a função valorizadora do trabalho é suprimida? Até que ponto essa nova figura do modo de produção caracteriza a crise atual?” (NEGRI [1973] 2005, p. 60). Na perspectiva de Negri, a chave para entender se essa passagem é possível ou se está sendo realizada está na problemática da desvalorização do trabalho (cf. NEGRI, 1973, p. 60). É difícil não se impressionar com o

pioneirismo do debate lançado por Negri aqui, que será retomado, com diferentes metodologias, pelo debate da vertente marxista da “crítica da lei do valor”, por exemplo. Como afirma Michael Hardt, “as intuições de Negri nesses primeiros anos de transformação foram amplamente confirmadas por economistas contemporâneos: hoje é comum interpretar o início dos anos 70 como o período em que as condições para a produção em massa foram destruídas e o capital começou a procurar uma nova base” (HARDT, 2005, p. 13). O interesse de Negri, no entanto, é político, sem margens catastrofistas ou escatológicas: o que significa, no ápice da recusa do trabalho, que o Estado-Crise do capitalismo maduro se interesse, em seu turno, por um processo de supressão do trabalho? Qual é o significado desse processo para as lutas? Não seria a supressão do trabalho, assim como a recusa ao próprio trabalho, um limite intransponível ao próprio capital? Como o capital poderia manejar o próprio fim do trabalho, sua única fonte de valorização? Como tendência aberta no período, muitas dessas respostas, no calor das lutas dos anos 70, passariam pelo filtro do próprio embate e jogo de forças entre a classe e o capital. No entanto, a soma de suas contradições coloca, para o capital, uma mistificação sobre si mesmo, expressa pelo desejo de sua própria autonomia que, no entanto, só pode tomar a forma da desvalorização do trabalho (isto é, a supressão formal do trabalho), mas não a eliminação do trabalho (que seria a supressão real do trabalho, trabalho do qual o capital invariavelmente depende para existir):

A antítese entre produção e valorização [...] é novamente a antítese entre [...] o processo de desvalorização do trabalho, por um lado, e a massificação da produção e a necessidade de realizá-la, por outro. É a antítese entre relações de dominação e condições de socialização (da massificação social do trabalho) que torna possível a desvalorização do trabalho (NEGRI, [1973] 2005, p. 65).

Por fim, ao tomar a via da desvalorização do trabalho, o capital projeta apenas sua própria “precariedade profunda” (NEGRI, [1973] 2005, p. 66), na forma de um plano de puro comando, transcendente, separado de qualquer equivalência com desenvolvimento e progresso, que “deve se conter em sua operação de isolar e desvalorizar o trabalho, sem destruir a massa de produtos, mas tentando controlar, por meio da redistribuição, a precariedade da qual ele sofre” (NEGRI, [1973] 2005, p. 66). O sonho do capital em libertar-se do trabalho é uma espécie de espelhamento impotente e uma resposta à força da recusa operária ao trabalho. A tentativa de supressão do trabalho pelo capital é uma supressão apenas *formal*, ela tende a desvalorizar o trabalho social existente, mas não consegue eliminá-lo porque não pode eliminá-lo, “a massificação não pode ser eliminada, pois o capital destruiria sua nova base social” (NEGRI, 1973, p. 66), assim como também não consegue mais nem criar novos trabalhos ou desenvolver o trabalho existente e as forças produtivas: “o

capital alcança suas próprias intenções como agente de desenvolvimento de maneira apenas formal, submetendo o social à fábrica, o que não altera o fundamento do modo de produção, mas apenas confirma sua própria crise” (NEGRI, [1973] 2005, p. 73) — isto é, as forças produtivas — que agora encontram no capital seu limite — se desenvolvem autonomamente, apesar do capitalismo e contra ele, na forma de uma variável independente e autônoma de desenvolvimento, de progresso, de autovalorização, enquanto o capital apenas pode tentar parasitar essas forças incansavelmente e violentamente. Esse é o sentido de “separação” entre capital e trabalho, que Negri defende: a supressão formal do trabalho implica que a supressão da lei do valor no comando do capital é apenas formal. Mas politicamente, como vimos, ela perdura, transcendentemente, na forma ainda mais mistificada e violenta da exploração: “ao reativar formalmente a lei do valor na subordinação da sociedade à fábrica, o capital continua a controlar e comandar todas as valências da unificação da exploração, mesmo ao afirmar sua separação” (NEGRI, [1973] 2005, p. 73). Enquanto, a classe operária, na forma de um sujeito cada vez mais socializado, aponta que a “solução” da crise é feita pela apropriação direta da riqueza e pela recusa ao trabalho, “a divergência entre a desvalorização do trabalho e a massificação das forças produtivas sociais torna-se o único caminho a ser seguido pelo capital neste momento” (NEGRI, [1973] 2005, p. 66). Nesse sentido, a apropriação antagoniza também com a redistribuição da riqueza, e a posição de Negri é radical: a crise do Estado-Plano impossibilita um projeto de desenvolvimento baseado na redistribuição social do mais-valor, quando “todo o sistema institucional voltado para regular o mercado de força de trabalho falha em sua função”, ou seja, se os “sindicatos continuarem a afirmar sua competência” e “os partidos reformistas continuarem a propor programas para a redistribuição da riqueza, então devemos concluir que estamos lidando com mistificadores sujos, com operadores obscuros que estão repropondo a lei do valor de maneiras mistificadas” (NEGRI, [1973] 2005, p. 76). O capital não tem escolha: enquanto na subsunção formal e real, a exploração estava “legitimada” e sua “razão” de existir estava vinculada a taxa de lucro crescente, e com isso, o desenvolvimento capitalista e a força progressiva do capital aumentavam as forças produtivas sociais, com o colapso histórico da barreira da lei do valor e com a tendência de supressão formal do trabalho, isto é, uma fase da subsunção pela qual o capital não assume uma forma de valorização, ou ainda, que assume “o fim do trabalho como função valorizadora no processo de produção” (NEGRI, [1973] 2005, p. 67), o regime capitalista busca uma nova forma específica, através do qual ele possa manejar e gerenciar a própria extinção iminente da lei do valor: “a gestão capitalista dessa crise deve passar pela busca de uma nova forma de legitimação, ancorando o poder do capital nas fontes do trabalho

vivo” (NEGRI, [1973] 2005, p. 72). Negri, após afirmar, pelo método da tendência, que se torna cada vez mais difícil para o capital se autovalorizar depois que ele já está completamente valorizado (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 61–62), se questiona: “como o capital se salva quando o trabalho é expulso? Quando, na estagnação, a taxa de lucro tende a se aproximar de zero, qual é a lei do lucro então?” (NEGRI, [1973] 2005, p. 70). A lei do lucro repete aqui o mecanismo da força de imposição do valor da lei: é a lei do comando: “na redução quantitativa da taxa de lucro e na expulsão do valor do processo, que a persistência do horizonte do lucro revela seu segredo: é apenas a persistência do poder do capital. É apenas a exacerbação de sua face irracional de comando”. Nesse movimento, pouco interessa ao capital “se o valor excedente é reduzido a zero” (NEGRI, [1973] 2005, p. 70), contanto que as condições para que o sistema opere violentamente permaneçam dadas e reproduzíveis ao absurdo da própria demência do processo. O Estado-Crise e a forma-empresa “é o capital total [...] como uma articulação infinita de si mesmo, [...] em um jogo de dominação que vê a composição e dissolução da massa global de trabalho apenas em referência à necessidade de sua persistência como comando”, administrado, portanto, por uma “lógica vazia da persistência de sua dominação” (NEGRI, [1973] 2005, p. 73). Para Negri, no entanto, o capital não pode atravessar esse limite da supressão formal e da via da desvalorização do trabalho: apenas a classe pode afirmar, e manter vivo, pela recusa ao trabalho, o sonho da *supressão real do trabalho*: a supressão real do trabalho é a supressão definitiva do capitalismo, é o limite imanente último do capital, portanto, não se luta apenas contra o comando capitalista do trabalho e contra o funcionamento da lei do valor, mas se luta contra o modo pelo qual o comando capitalista configura e modela, à sua própria valorização, o fim da lei do valor: é nesse sentido que “a relação entre classe e capital, no período da supressão formal do trabalho pelo capital, vê o desaparecimento gradual de qualquer possibilidade de luta que não seja uma revolta imediata contra o comando capitalista sobre a extinção do valor” (NEGRI, [1971] 2005, p. 47), extinção da lei do valor que, pelo ponto de vista da classe, é um momento necessário rumo à sua completa autonomia e para a destruição do capital, que, do seu próprio ponto de vista, assume a lei do valor, desmistificada, “apenas como comando, como arbitrariedade na disponibilidade de mais-valor por parte do capital total e seu Estado, no qual violência é a característica fundamental desse gerenciamento e no qual o Estado se apresenta como mera violência e arbitrariedade” (NEGRI, [1971] 2005, p. 47).

Em 71, o saldo desse embate, apresentado por Negri de modo formal e especulativo, estava longe de estar decidido. De fato, Negri e o operaísmo (como vimos pela experiência de

*Potere Operaio*) estão no limiar de uma reflexão de uma década: a hegemonia do operário-massa começa a se desfazer, em primeiro lugar, pela sua vitória contra o Estado-Plano, e esse momento é internamente interpretado por *Potere Operaio* e por Negri como o momento crítico de organizar a transição ao comunismo, ou seja, preparar a revolução e o ataque final ao sistema capitalista, nesses termos:

O *indivíduo social* da produção pode reconhecer o modo de produção atual como um colete de força que limita suas próprias possibilidades, e o comunismo como a única realidade adequada para sua própria emergência. Nesse ponto de vista, podemos considerar como quadros da organização revolucionária todos aqueles que alcançaram esse nível de consciência e que promovem, provocam e lideram ações de apropriação em massa com base nisso. A atividade voltada para a apropriação deve agora ser vista como o terreno normal, contínuo e imediato em que o programa opera; este é um horizonte pontilhado por ações táticas que provocam a recomposição de uma revolta geral e massificada (NEGRI, [1971] 2005, p. 32, *grifo nosso*).

Nessa hesitação em nomear o sujeito revolucionário, Negri já não estaria antevendo uma crise que leva a escolha pela autodissolução de *Potere Operaio*? O operário-massa deveria levar a luta pela apropriação da fábrica, à sociedade — como veremos no próximo tópico com mais detalhes — e, nesse movimento, unificar todo o proletariado. Se a apropriação é o primeiro problema fundamental da organização, “o segundo problema fundamental do programa revolucionário é o de uma avaliação correta da relação entre proletarização e a forma de dominação empresarial do capital sobre o modo de produção” (NEGRI, [1971] 2005, p. 32), ou seja, é a relação entre o ataque da vanguarda de massa e o proletariado. Em 73, essa esperança de que o operária-massa vai liderar o proletariado e a luta pela apropriação direta é abandonada pelos operaístas, que vão buscar o “indivíduo social da produção” no proletariado emergente na própria fábrica social, e não mais na expectativa de que o operário-massa migre da fábrica e atue como vanguarda no novo terreno produtivo. No entanto, aqui, a organização, baseada na apropriação direta é uma convicção que será mantida, e se, “pela segunda vez, ‘Lenin na Inglaterra’ é real para nós”, (NEGRI, [1971] 2005, p. 43), a problemática da organização será cada vez mais afirmada, menos como um comunismo porvir do que como um comportamento efetivamente comunista, aqui e agora, ou seja, “a atualidade do comunismo se apresenta talvez pela primeira vez não como uma questão de prefiguração, mas como uma prática material visível no desenvolvimento das lutas” (NEGRI, 1971, p. 47) que deve ser organizado na forma do ataque ao capital:

[...] o comunismo é atual; qualquer noção de passagens intermediárias no processo revolucionário agora se torna irrelevante; e que a luta de classes agora é direta e imediatamente direcionada contra o Estado. Mas temos que mostrar isso a partir do

movimento da tendência, porque esse método de abordagem tem importantes implicações para definir nosso modelo de organização e para o vínculo entre organização e programa (NEGRI, 1978, p. 16).

Essa luta, atravessada pela problemática da composição política, decomposição e recomposição capitalista, foi travada duramente nos anos 70. É mérito de Negri e da tradição operaísta que deságua no movimento da Autonomia colocar o problema enquanto as brasas das lutas estavam ainda acesas e o projeto revolucionário era uma possibilidade real, vivida pelo movimento como um luzeiro de um farol costeiro, e a crise do capitalismo e o Estado-Crise não tinham seus contornos ainda bem definidos, o que nos demonstra o operaísmo em movimento nos anos 70. No próximo tópico, veremos ainda como a problemática da organização é articulada no limiar da experiência de *Potere Operaio* e da reflexão negriana do operário-massa.

### 3.2.3. A hipótese negriana do partido da recusa do trabalho: a problemática da organização no limiar do operário-massa.

Neste tópico, investigaremos como Negri, entre 71 e 73, desenvolve o problema da organização política, analisando sua tese sobre o partido revolucionário a partir de seu conceito de vanguarda de massa, baseado ainda nas lutas do operário-massa, mas não mais contra o Estado-Plano, mas sim contra a recomposição capitalista na forma emergente do Estado-Crise. Como temos visto, 73 é o limiar da reflexão negriana sobre a importante figura operaísta do operário-massa, portanto, seguindo a progressão histórico-conceitual que temos utilizado em toda tese, é importante analisar de que maneira o projeto é articulado nesse período de crise e transformação, e de que maneira ele será retomado ou não, quando Negri passar a investigar com mais detalhes a problemática da proletarianização (na passagem da sociedade-fábrica para a fábrica social), que dará base à sua tese do operário-social. Além disso, ilustraremos como o método operaísta é empregado na tentativa (considerada necessária para os militantes-teóricos operaístas) de passagem da crítica da economia política para a prática da organização política, do perspectivismo operário ao aceleracionismo da luta de classe. Por fim, a discussão nos permite também avaliar como o leninismo é retomado por Negri nesse momento, preparando o terreno para a discussão do tópico 3.3, que visa esclarecer, em definitivo, a relação do operaísmo com o pensamento de Lenin.

Em (1971) *Crisi dello Stato Piano: Comunismo e organizzazione rivoluzionaria*, uma

primeira tentativa de articular uma proposta de um partido revolucionário adequado à composição de classe que tem o operário-massa como figura hegemônica é esboçada, por mais que insatisfatoriamente. Dizemos insatisfatoriamente, pois na formulação hipotética do partido operário nesse ensaio, uma cláusula operaísta que, como vimos, é orientada pela imanência da organização aos movimentos de luta da classe, é rompida. Em nossa perspectiva, uma espécie de transcendência é alocada no pensamento de Negri, quando ele defende uma separação entre a vanguarda e as massas, e uma centralização forte da primeira sobre a última. Essa transcendência, no entanto, não é estabelecida simplesmente pela afirmação de uma relação do tipo vanguarda-massa (e, como veremos ainda nesse tópico, o mesmo tipo de relação é defendida em 73, mas de uma maneira que parece corrigir o problema que apontaremos aqui), esse não é o problema, mas o modo pelo qual essa relação é definida: ela aparece na forma de uma “mediação” que é encorajada por Negri, entre o “polo da vanguarda” e o “polo das massas” (cf. NEGRI, [1971] 2005, p. 34). Essa ambiguidade fica bem exposta no comentário de Murphy:

A classe operária industrial não é mais coextensiva com a estrutura do partido, e ela não se impõe mais como um modelo estrito de identidade de classe de cima para baixo, como o modelo bolchevique fazia. Em vez disso, a organização da classe operária deve surgir de forma imanente e espontânea das interações entre as muitas instâncias de subjetividade trabalhadora que se tornaram diretamente produtivas sob as condições de subsunção real, mesmo que essa imanência e essa espontaneidade sejam eventualmente ultrapassadas pela transcendência estratégica da classe operária industrial (MURPHY, 2012, p. 87).

Ora, o argumento de Negri está ancorado na defesa de uma passagem da apropriação em massa que, como vimos no tópico anterior, é um comportamento da classe que expressa de imediato sua necessidade e sua força política, para o momento decisivo da insurreição armada e da destruição definitiva da relação de exploração do capital, no panorama do Estado-Crise e da forma-empresa. Nesse cenário, Negri defende que o “programa” revolucionário é a constante mediação entre o polo de vanguarda e o polo de massa, isto é, “consiste na mediação dessa polaridade, no encorajamento de atos de apropriação em massa que possam ser canalizados positivamente para momentos de insurreição” (NEGRI, [1971] 2005, p. 34). O problema não está efetivamente nesse diagnóstico ou na defesa mesmo de algum nível de mediação, mas na maneira em como Negri define os termos e a própria mediação. De certa maneira, antevendo o problema do terrorismo, Negri afirma que “a ação apenas pelas vanguardas é vazia” (NEGRI, [1971] 2005, p. 34), o que, em uso do método operaísta, é correto: uma vanguarda, agindo sozinha, imputa a si uma posição de poder sobre os

movimentos da classe, que não é distante da velha figura do partido que o operaísmo visa dinamitar, ou seja, a forma-partido que sacrifica o próprio desejo e as necessidades imediatas da classe. Outro problema que ocorre daí é o do terrorismo: quando uma suposta vanguarda, militarizada, e agindo em nome de toda classe, pode pôr em risco todo o movimento da classe, quando, por exemplo, o capital usa da justificativa da repressão ao terrorismo para reprimir todo o movimento da classe. No entanto, Negri propõe uma analogia dessa relação entre a vanguarda e a massa, que, em nossa perspectiva, está equivocada, quando afirma, na sequência, que: “a ação apenas pelo organismo de massa é cega” (NEGRI, 1971, p. 34). Essa afirmação de Negri é problemática em muitos níveis: pois ela, talvez inconscientemente ou por um deslize de formalização, acaba por mistificar os próprios resultados da copesquisa operaísta e da *inchiesta operaia* que foi feita, como vimos, desde a década de 60, e que afirma, como resultado, que a espontaneidade das ações de massa, expressa, na forma de comportamentos, necessidades e desejos subversivos, a própria forma *imediata* (isto é, sem necessidade de nenhuma mediação) da autonomia da classe (e, como veremos, do comunismo como programa mínimo) no capitalismo desenvolvido. Vimos como as organizações *Classe Operaia* e *Potere Operaio*, do qual Negri era um dos principais articuladores, colocavam em xeque essa própria tentativa de distinção: eram, ao mesmo tempo, mecanismos de organização de massa pelos quais as vanguardas atuavam. Nesse sentido, ao considerar a ação da massa como “cega”, se corre o risco de introjetar pela porta dos fundos uma transcendência expulsa pela porta da frente. Além disso, não fica claro, no ensaio de 71, a quem se refere a vanguarda e a quem se refere o organismo de massa. Aproveitamos essa lacuna para, mais uma vez, apresentar elementos da profícua relação entre história, conceito e metodologia no pensamento de Negri e do operaísmo. Há um acontecimento que separa, aqui, essa primeira intervenção teórica de Negri sobre a organização, da interpretação posterior de 73 no ensaio *Partito operaio contro il lavoro* que, como veremos nesse tópico, ampliará e desenvolverá em maior profundidade essa questão do papel da vanguarda e da massa. É a ocupação da fábrica de Mirafiori em 73, em Turim, que Negri chamará de “o partido de Mirafiori”. Nessa ocupação autônoma e espontânea, o papel da vanguarda não pode ser distinguido da ação da massa: foram os próprios operários, contra a organização sindical, a polícia, e contra qualquer um que se opusesse, que se armaram e ocuparam a fábrica, uma medida que foi então adotada como tática por dezenas de outras empresas de engenharia na cidade e nos subúrbios de Turim. Aqui, é a própria ação “vanguardista” dos operários da FIAT, e não um organismo externo, que forneceu ao movimento o material vivo para reflexão sobre a natureza da organização e da expressão de um comunismo efetivado na própria na

luta e nunca em um porvir inalcançável. Portanto, vimos como o movimento alimenta a produção teórica, isto é, como a imanência do movimento corrige a trajetória do pensamento, e produz, com ele, uma máquina de guerra de intervenção prática e teórica. A lição de Mirafiori será aprendida por Negri, e quando o mesmo problema for retomado em 73, no mesmo ano da ocupação, a hipótese do partido revolucionário negriano já terá um modelo vivo pelo qual ele deve corresponder, o dando coerência também teórica. Em nossa perspectiva, Negri sofre, aqui, em 71, da própria tentativa de dar uma resposta organizacional rápida às transformações no capitalismo que estavam ainda em um estágio inicial (que ele teve o mérito de identificar) — o ensaio oscila, assim, entre a crise do Estado-Plano e identificação da hegemonia do novo modelo organizacional do Estado-Crise, portanto, o desenvolvimento teórico, que precisa, às vezes, de uma maturação maior, não estava à altura da velocidade dos prazos e das necessidades do movimento e da resposta que o próprio movimento poderia dar a essa nova configuração do palco da luta, resposta do movimento expressa em Mirafiori. Outra oscilação é em relação à tradição leninista do pensamento político: Negri, no ensaio, hesita entre a defesa da retomada de “muitos dos elementos que definiam a estrutura do partido revolucionário leninista” (NEGRI, [1971] 2005, p. 35), e a perspectiva distinta de que, “nosso leninismo é algo novo, [...] na medida em que busca verificar uma nova análise de um novo projeto, baseado em nossa atual composição de classe” (NEGRI, [1971] 2005, p. 35). Como veremos, no tópico 3.3, a leitura operaísta distingue o leninismo ideológico da capacidade de propor uma teoria da organização adequada a uma determinada composição de classe, o que chamamos aqui de *dispositivo-Lenin*, que define o leninismo operaísta, e que pode ser bastante alheia a solução organizacional que o próprio Lenin encontrou em seu tempo. Por fim, o principal avanço em termos de organização no ensaio de 71 é a afirmação de que, com a crise do Estado-plano, “a articulação da organização é colocada não dentro das contradições do desenvolvimento, mas dentro do antagonismo entre o proletariado constituído como uma classe unificada e a vitalidade desesperada da lei do valor contra ela”, o que, por sua vez, implica em uma luta, “não pelo trabalho, não pelo salário, mas contra o trabalho: isso constitui a articulação positiva da nova organização revolucionária” (NEGRI, [1971] 2005, p. 35).

Esse diagnóstico será a base retomada e aprofundada, no ensaio de 1973, *Partito operaio contro il lavoro*. O ensaio, na realidade, é um documento preparado e apresentado na terceira e última conferência sobre a problemática da organização articulada por *Potere Operaio*. Neste texto, não apenas Negri discute o problema de “passar do movimento autônomo do operário-massa para uma organização de um partido operário” (RYAN, 1984b,

p. 196)”, como avalia, não apenas se o “salto insurrecional” é possível, mas se ele é possível transformando *Potere Operaio* no partido teorizado no ensaio (cf. HARDT, 2005, p. 22). Se, por um lado, como vimos no tópico 3.1, a dissolução de *Potere Operaio* e o desenvolvimento posterior da área da autonomia implica em uma resposta negativa a essa questão, por outro lado, o ensaio desenvolve em grande medida a problemática da organização política e avança em muitos aspectos sobre a discussão feita em 71, por mais que, como veremos, o ensaio não deixe de constituir suas próprias aporias. Vale ainda ressaltar que, nesse sentido, esse texto é o último texto negriano que tem no operário-massa a principal figura da subjetividade do antagonismo, marcando uma espécie de limiar do pensamento negriano nos anos 70, antecedendo, assim, sua conceitualização do operário-social e, portanto, marcando o limiar da primeira fase do pensamento operaísta.

Dando continuidade ao programa postulado em *Crisi dello Stato Piano*, se deve partir de um “programa comunista de apropriação e luta armada”, oferecendo, assim, uma resposta organizacional à “demanda em massa por contra-ataque”, organizando a partir da autonomia e espontaneidade do comportamento subversivo do operário-massa (como visto na ocasião de Mirafiori), um partido revolucionário, “traçando a linha que vai da autonomia operária à organização política do proletariado” (NEGRI, 1971, p. 51). Ora, como vimos no tópico 3.1, o diagnóstico interno em *Potere Operaio* era de que a autonomia operária correspondente às lutas fabris do operário-massa deveria servir como vanguarda, numa espécie de trampolim de unificação com as camadas emergentes do proletariado na fábrica social. As lutas devem passar da fábrica para a sociedade, evitando, assim, serem isoladas e, conseqüentemente, minguarem no ambiente da fábrica — esse diagnóstico tem como base também o saldo positivo e negativo da experiência de Mirafiori. É este problema que está sendo lançado e analisado no ensaio. Nesse sentido, é necessário tornar à recusa ao trabalho, a expressão da autonomia e espontaneidade do operário-massa, em um “programa comunista mínimo” de ação revolucionária: “o Partido operário contra o trabalho — este é o slogan que devemos dar sentido” (NEGRI, [1973] 2005, p. 51). Pode parecer aqui que, em termos de uma teoria da organização, a lógica defendida por Negri aqui é a da passagem do espontâneo ao organizado. No entanto, há elementos dissonantes contra essa leitura de uma dialética simples de transição: o fato de que o “programa mínimo”, ou seja, um programa menor, parte da própria análise da composição de classe, isto é, da soma dos comportamentos subversivos da classe, indica que não é uma questão de dar forma, dar organização, ou mesmo disciplina, ao informe, ao que não possui organização. Não há, no movimento espontâneo, da recusa ao trabalho, por exemplo, falta de organização. E décadas de luta na Itália, sem a orientação de

um partido externo e mesmo contra ele, implicam a defesa desse ponto de vista. Nos parece, em contrapartida, que é uma questão de exponenciação, intensificação, ou mesmo capacidade de aceleração dos elementos contidos no próprio comportamento operário. Como passar da fábrica à sociedade, atacando todo o capital e evitando, assim, que a luta recue? Nesse sentido, a organização do partido revolucionário deve servir como um suporte para a intensificação da luta da classe, não lhe dando forma externa, mas buscando abrir espaço para a difícil passagem da fábrica à sociedade. Veremos como. Retomando uma década de reflexões operaístas sobre um partido imanente à composição de classe, aquilo que Alquati chamava de “partido invisível”, o partido contra o trabalho, um partido da recusa do trabalho, parte, como afirma Negri, de uma “teoria ofensiva” (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 51), e tem como pressuposto uma análise marxiana da crise. Aqui, Negri opõe duas maneiras de pensar o partido: a primeira, que deriva das leituras “catastrofistas mecanicistas” do pensamento marxiano, é uma forma de partido que é externa à classe, no sentido de que sua estruturação é independente da composição de classe, isto é, da “classe trabalhadora, não em termos genéricos, mas especificamente — ou seja, a classe trabalhadora em um determinado nível de organização produtiva e em um certo grau de dominação subjetiva sobre as condições gerais da reprodução social do capital” (NEGRI, [1973] 2005, p. 52–53). Dessa externalidade, deriva uma ideia de partido que se distancia do projeto revolucionário e assume cada vez mais a via reformista, espelhando a ação do Estado, visando não acelerar, intensificar, e desenvolver o processo revolucionário, mas, na via negativa, conter e evitar a crise econômica e política, sustentando e prolongando, assim, sua existência como “partido”, isto é, desenvolvendo mecanismos totalmente separados ao elemento da subjetividade da classe, de seu comportamento, necessidade e desejo e buscando fortalecer as instâncias burocráticas e institucionais que constituem o corpo do Estado. Nesse sentido, o partido acaba por assumir o ponto de vista estatal, subsumido pelo ponto de vista do desenvolvimento do capital. Nesse sentido, o partido se torna um elemento adjacente ao próprio corpo administrativo do Estado, um de seus órgãos públicos. Hipoteticamente, poderíamos pensar aqui em uma política partidária que oferece mais empregos para “salvar a economia” — não preocupado, no entanto, com a qualidade do emprego, com o nível salarial, com as condições de vida da classe, etc — daí sua relação com o “mecanismo da catástrofe”, pois a crise é interpretada sempre negativamente, enquanto, para o ponto de vista da classe, a recusa ao trabalho — por exemplo, na forma de mais tempo livre — é a expressão mais imediata de sua autonomia, poder, necessidade e desejo. Outro exemplo, fora do esquema parlamentar, seria a deriva terrorista e a militarização de um pequeno grupo armado que assume uma posição externa aos

organismos de massa. Essa posição transcendente do partido, como aponta Negri, alterna “entre o objetivismo mais rígido da análise”, como no PCI, por exemplo, “e um subjetivismo extremo das conclusões práticas” como será o caso da atividade de grupos de esquerda paramilitares, como as Brigadas Vermelhas: nos dois casos, ou seja, no grande partido e no pequeno partido, não se oferece, corretamente, “uma passagem teórica através da realidade das formas de comportamento da classe trabalhadora. O vínculo entre premissa e dedução só pode ser retórico, indeterminado e impraticável no trabalho organizacional em massa” (NEGRI, [1973] 2005, p. 51). Nessas duas alternâncias que, de certa maneira, espelham a própria forma-Estado, a violência, o comando e a força pela imposição, costumam ser o meio da ação do partido: “quando uma prática é imposta à força, o resultado será inevitavelmente terrorista” (NEGRI, [1973] 2005, p. 52). Entre o pequeno partido e o grande partido, e contra eles, está o partido revolucionário. Na leitura operaísta de Marx feita por Negri, o catastrofismo marxiano só pode ser derivado de uma leitura correta do comportamento subversivo da classe operária, nesse sentido, faltam nessas análises dos quais se extraí noções transcendentais de partido uma análise materialista, imanente e antagonista, que derive a crise da própria composição de classe e das lutas, ativando um perspectivismo operário radical. Portanto, a teoria da crise deve ser um “um sinal premonitório de uma teoria de composição de classe” (NEGRI, 1974, p. 53). Como afirma Ryan (cf. 1991a, p. 196), a definição negriana de crise no ensaio não é como uma “quebra mecanicista”, mas sim algo que só pode ser compreendido em termos das relações de força entre as classes e sua composição política interna. Em outras palavras, “a crise é causada pela composição desenvolvida da classe operária” (RYAN, 1991a, p. 196), e se manifesta sempre quando a classe *deixa de valorizar para o capital*. Como temos visto em toda tese, isto nada mais é do que a aplicação da leitura da crise característica do operaísmo, que afirma que, por trás dos elementos econômicos, há o caráter subjetivo e político da ação da classe. Na leitura negriana, recorrendo também aos chamados textos históricos de Marx e privilegiando os aspectos mais operaístas do próprio Marx, não apenas Marx deriva sua teoria da crise da teoria da composição de classe, como deriva também a teoria do partido (isto é, a forma da organização da luta revolucionária) da mesma análise:

[...] não era tão difícil encontrar em Marx a relação entre a teoria da crise e a teoria da composição política da classe trabalhadora. [...] Os escritos históricos de Marx são casos de aplicação privilegiada da relação entre a teoria da crise e a teoria da composição de classe. É a realização da luta, a incessante modificação interna na relação entre as classes, a continuidade do processo de recomposição do proletariado que determina o ritmo e as formas da crise. Além disso, nesse ponto, a análise da crise retorna à análise da composição da classe trabalhadora como a única

explicação da própria crise. Em segundo lugar, essa explicação analítica se torna uma prescrição de formas de comportamento e uma indicação e definição de tarefas (NEGRI, 1974, p. 53).

É assim que, se constitui um partido imanente à classe, quando, *imediatamente*, o “ponto de vista da análise torna-se o ponto de vista do partido” (NEGRI, 1973, p. 53). Deriva-se, daí, para a teoria da organização, que o programa, o plano ou o projeto revolucionário, já está inscrito na própria composição da classe, isto é, ele não pode ser dado de antemão, ele não pode dar forma à classe, mas ele deve ser o fruto de um longo processo de intervenção teórica e prática militante e, nesse sentido, é informado pelo próprio movimento subjetivo, pelo próprio comportamento antagonista, desde baixo, da classe *em luta*: a resposta à organização e a própria solução organizativa devem ser decalcadas do próprio comportamento subjetivo da classe — é por essa razão que uma simples passagem do espontâneo ao organizado não faz sentido. O partido é, assim, menos um aparelho do Estado do que uma máquina de guerra da classe contra o capital<sup>43</sup>. Podemos afirmar, portanto, que todo o desenvolvimento operaísta nos anos 60, a crítica ao plano, a inversão entre tática e estratégia, a copesquisa, a *inchiesta operaia*, e o desenvolvimento do método da tendência e da análise da composição de classe, são mobilizados como um ponto de inflexão sobre a temática da organização e do “novo” conceito de partido. O perspectivismo operário deve acelerar a luta de classe. Podemos aqui arriscar até uma fórmula dialética: a passagem da luta (prática espontânea da luta de massa) para a análise da luta (teoria), para, por fim, intensificar e acelerar a luta (partido). Se esses três elementos formam uma dialética, essa dialética não é uma dialética simples do não organizado ao organizado, mas do fortalecimento da consistência que permite a intensificação da luta. Na verdade, é apenas uma aparência dialética, porque há interposição em todos os níveis. Nesse sentido, a lógica segue o formato “de baixo pra cima”, e o protagonista é sempre o sujeito da luta, a classe trabalhadora em luta. O operaísmo, nesse sentido, é inseparável de um objetivo leninista: passar da teoria da composição da classe (que se chega a partir da crítica da economia política), à teoria da organização (cf. NEGRI, [1973] 2005, p.55). Se é necessário ler Marx com as lentes apontadas para nosso tempo, o mesmo é verdadeiro em relação a Lenin: como veremos com mais detalhes no tópico 3.3, a tarefa de definir um programa e uma proposição organizacional, derivada, da análise da composição da classe (o dispositivo-Lenin), foi, na perspectiva de Negri, o que o pensamento de Lenin deixou de mais importante, por mais que, naquela configuração, o papel da vanguarda política vinha “de cima pra baixo” e que, na perspectiva de Negri, isso fosse completamente funcional

---

<sup>43</sup> Sobre o conceito de “máquina de guerra”: (cf. DELEUZE & GUATTARI, 1980).

e necessário na composição de classe bolchevique (cf. NEGRI, 1973, p. 54). Como afirma Ryan (cf. 1991a, p. 202), Negri alerta que, apesar de que o conceito leninista de partido se baseia na análise correta da composição de classe russa do início do século XX, a base objetiva para a operação desse partido foi completamente alterada: a transformação, tanto na composição de classe, quanto na “formação social”, traz uma série de mudanças na organização do partido: os temas leninistas da aliança e da dominação “de cima” da classe operária sobre os outros setores da classe, perdem o sentido, dado que, agora, temos um proletariado difuso, que deve ser unificado internamente, desde baixo (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 82). No leninismo, o partido desempenha seu papel de intérprete e representante da classe, com base em uma composição política da classe operária na qual essa classe é uma minoria, obrigada a realizar a reunificação estratégica do proletariado de cima para baixo. O partido comanda esse processo na base de uma composição técnica da classe operária que deve impor o trabalho de forma socialista à totalidade social, lidando e transformando, nesse processo, a composição do capital, permitindo à classe operária russa transformar o desenvolvimento capitalista em uma gestão socialista do poder (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 89). A problemática leninista de uma transição ao socialismo e, assim, a conquista de uma organização do trabalho superior, mais desenvolvida, também é superada: *o socialismo já aconteceu*. Nos anos 70, a recusa ao trabalho, como comportamento da classe, está calcada não no socialismo, mas no comunismo imanente, imediato, “não se resume a uma tecnologia de poder de Estado, mas baseia-se nas necessidades reais já reveladas pelo proletariado, e constituem a base para a formação de uma nova sociedade” (NEGRI, 1979, p. 152), no qual se defende “o uso da riqueza acumulada, que é imediatamente, fora e contra toda lógica do processo de trabalho, o que o poder dos trabalhadores exige explicitamente. E é, *a fortiori*, a causa da crise capitalista em curso” (NEGRI, [1973] 2005, p. 82). Como afirma Murphy, isso também significa que a classe não deve mais tomar o Estado, mas *destruí-lo*: “mesmo que a classe trabalhadora conquistasse o Estado-Crise, tudo o que isso significaria é que a classe se exploraria, realizando paradoxalmente as promessas da Constituição Italiana, porque a lei do valor e a lei do salário estão incorporadas ao Estado-Crise como os meios de desenvolvimento que ele existe para impor” (MURPHY, 2012, p. 81). Ora, como explica Ryan, o comunismo imanente do programa mínimo é uma prefiguração do comunismo porvir no seio do capitalismo avançado: “a contradição entre a produtividade em massa do trabalho e os limites que o capital deve impor a fim de garantir a realização do valor” e a “massificação das forças produtivas, já é o comunismo que Marx descreve, apenas sem a apropriação direta pelos operários de seu produto” (RYAN, 1991a, p. 197). Nesse sentido,

enquanto pelo ponto de vista do capital, a superprodução pode ser um sintoma de uma crise, pelo ponto de vista da classe operária, ela não é nada mais do que o sintoma do “excesso que garante um indivíduo social completamente desenvolvido e o fim da necessidade de trabalho assalariado” (RYAN, 1991a, p. 197). Nesse sentido, a defesa de uma insurreição leninista — como a transição ao socialismo, como um melhor modo de regular o trabalho assalariado — também colapsa, sendo substituída, na perspectiva de Negri, pelo postulado, como vimos, da apropriação direta da riqueza, que já inclui, como seu componente, o conceito de insurreição (cf. NEGRI, 1973, p. 82–83). Como comenta Ryan sobre Negri, “hoje, o nível altamente desenvolvido das forças produtivas significa que é possível avançar diretamente para o comunismo, pulando uma fase intermediária ‘socialista’ e extinguindo a lei do valor de uma vez por todas” (RYAN, 1991a, p. 204). Nesse sentido, se “Negri elogia [...] Lenin, [...] ele argumenta também que a composição atual da classe operária requer um novo conceito de organização. As organizações reformistas (por exemplo, o PCI) bloquearam a continuidade da organização dentro da classe” (RYAN, 1991a, p. 196). Tendo as bases da lógica desse novo partido revolucionário, devemos investigar, agora com mais detalhes, seu conteúdo programático e sua estrutura organizacional, ou seja, a maneira como Negri retoma a questão da relação entre vanguarda e a massa nessas novas condições.

Já vimos como a recusa ao trabalho é a recusa, também, da supressão apenas formal do trabalho (e da desvalorização do mesmo) no Estado-Crise e na forma-empresa que o comanda. O conteúdo positivo da recusa do trabalho é manifesto assim pela afirmação da *supressão real* do trabalho como o conteúdo essencial do programa do partido. Se, anteriormente, alertamos que o programa do partido deve ser decalcado do próprio comportamento da classe e não se sobrepor a ele, isso nos leva a analisar a materialidade da recusa do trabalho, na imanência mesma do comportamento antagonista e subversivo da classe operária no período em que Negri propõe sua hipótese de partido. Ao longo da tese, defendemos que a recusa do trabalho é oriunda, no final dos anos 50, do comportamento do trabalhador migrante que formará o cerne da concepção operáista do operário-massa nas fábricas italianas. Nesse sentido, a história da recusa do trabalho atinge sua maturidade como ponto nodal para o estabelecimento do programa revolucionário do partido no início dos anos 70. Como coloca Negri, a história da recusa do trabalho, como o comportamento subversivo da classe, é um processo gradual que atinge um “excedente de recusa em valorizar o capital” (NEGRI, [1973] 2005, p. 75). O *excedente de recusa*, isto é, a conversão de uma prática antagonista e subversiva no ambiente da fábrica à base material de comportamento de todo o proletariado na fábrica social, é a condição de possibilidade daquilo que Negri chamará,

posteriormente, de autovalorização proletária. Aqui, no entanto, ainda estamos lidando com a problemática dessa passagem da fábrica à sociedade. Se, nos anos 60, a recusa do trabalho aparecia especialmente no formato da greve, nos anos 70, ela se multiplica em uma série de novos comportamentos que expressam seu conteúdo positivo e afirmativo, latente e diretamente:

Estamos falando sobre a fuga em massa da força de trabalho produtiva do trabalho fabril em direção aos setores terciários ou de serviços. Estamos falando da recusa espontânea em aceitar as regras de treinamento para o trabalho abstrato e o aprendizado do trabalho imediato. Tudo isso é manifestado no nível da espontaneidade, como uma característica implicitamente subjetiva, como uma tendência geral para a recusa dos trabalhadores em relação ao trabalho, para a desmistificação de sua supressão formal e como uma vontade incipiente e consciência da necessidade de sua supressão real (NEGRI, [1973] 2005, p. 75).

Em uma bela passagem, Negri afirma que a recusa do trabalho alimenta também a potência da imaginação e o sonho dos jovens trabalhadores que “não imaginam mais o trabalho como disciplina, mas sim como satisfação. Os trabalhadores imaginam sua vida não como trabalho, mas como a ausência dele, sua atividade como exercício livre e criativo” (NEGRI, [1973] 2005, p. 75). Como colocado por Murphy, nesse momento “os trabalhadores querem mais e recusam-se a aceitar as medidas de austeridade que estão sendo impostas a eles” (MURPHY, 2012, p. 82). Contra um ponto de vista que defende qualquer moral do trabalho, contra “o esforço absurdo, diariamente concedido gratuitamente ao patrão, se erigiu uma enorme quantidade de trabalho morto que estamos nos preparando para apropriar” (NEGRI, [1973] 2005, p.77) , a recusa do trabalho fornece a base material do programa do partido, que Negri denomina de *comunismo como programa mínimo*:

Trazemos nossa razão para odiar os patrões e nossa inflexibilidade na luta não do desespero, mas sim do desejo, da satisfação, da riqueza. Unidade de classe, destruição do trabalho assalariado, a luta política pela apropriação, em outras palavras, o comunismo como programa mínimo, são as necessidades políticas — e a tendência que está se realizando — que emergem da composição de classe na qual nos situamos (NEGRI. [1973] 2005, p. 77).

Nesse momento, com base no comunismo como expressão imediata do comportamento da classe e da sua subversão, para definir a relação entre a vanguarda e a massa, Negri retoma um debate que será ainda muito importante posteriormente para os herdeiros do operáismo, sobre a questão do trabalho produtivo e improdutivo. Por mais que Negri defenda a posição marxiana que define o trabalhador produtivo como aquele que produz mais-valor diretamente (ou seja, o operário, distinguido, por exemplo, de um soldado ou policial que também recebe salário, posição essa que, mais uma vez, demonstra o caráter diretamente político do pensamento de Marx, ao permitir que ele não apenas defina o sujeito da exploração, mas o

principal antagonista ao processo de produção), Negri salienta que essa distinção só é efetiva em um determinado grau de avanço da subsunção do trabalho ao capital (cf. NEGRI, 1973, p. 78). Na perspectiva de Negri, baseada na pesquisa operaísta do período, com o avanço do processo da subsunção real e o desenvolvimento das forças produtivas, a massificação e a socialização do trabalho tornam o conceito do trabalhador assalariado e o conceito de trabalhador produtivo homogêneos. Nesse processo de abstração e generalização, o trabalho abstrato não se torna abstrato sem se tornar potência de subversão e antagonismo, como vimos anteriormente em relação ao dinheiro e à disputa pelo salário. Nesse sentido, como afirma Ryan, “o capital conquistou a sociedade, operando uma subsunção real do trabalho, mas ao fazer isso, desenvolveu um indivíduo social capaz de comunismo. Agora é possível ler o comunismo na classe” (RYAN, 1991a, p. 202), o que, por sua vez, transforma a abstração capitalista em um sujeito das lutas: “as lutas das trabalhadoras e trabalhadores têm transformado a generalidade do trabalho abstrato em um sujeito cujas formas autônomas de comportamento se apresentam como irreduzíveis” (NEGRI, [1973] 2005, p. 74). Isso coloca consequências para a composição política da classe. Se, anteriormente, as divisões na classe eram produzidas por meio do funcionamento mistificado da lei do valor — ou seja, a maior ou menor exploração derivava de sua proximidade ao centro da produção direta fabril — agora, essas divisões continuam acontecendo, não mais pelo nível ou grau de exploração, mas são frutos de um comando arbitrário, uma estratégia capitalista para manter a classe segmentarizada para melhor decompô-la politicamente. No entanto, é uma pena que, aqui, Negri ainda não se envolva diretamente com o debate feminista que emerge de dentro de *Potere Operaio*, que antecipa em muitos aspectos a discussão sobre a transformação do trabalho no pós-fordismo, e que já estava colocando esse problema de uma maneira ainda mais efetiva, afirmando não só a exploração via trabalho doméstico, mas também a natureza diretamente produtiva de uma forma de trabalho que não era (e ainda não é) remunerada. Nesse sentido, por mais que aqui a problemática da reprodução seja aludida, ela ainda é entendida como um substrato da problemática da socialização e da circulação, e o problema do produtivo e do improdutivo, assim como a natureza dessas subjetividades, ainda é colocado em termos muito abstratos e deficitários, e ainda dependentes da questão do salário. Afirmar a homogeneidade entre o trabalhador assalariado e o trabalhador produtivo é importante, mas deixa ainda de fora da equação uma série de subjetividades e lutas que problematizam a hegemonia e o papel de vanguarda que é afirmada em seguir: pois, na perspectiva de Negri, quando a lei do valor é bloqueada, a exploração capitalista e seu poder de mando se voltam ainda com mais força e violência contra o operário-massa que, saindo da

fábrica, deve liderar o processo de recomposição de todo proletariado. Como aponta Michael Hardt, esse ponto será essencial para a definição do operário fabril como vanguarda, ou seja, detendo certa hegemonia sobre os outros setores da classe: “a distinção é feita, em um plano teórico, principalmente com base no trabalho produtivo: os operários-massa nas grandes fábricas são incumbidos da tarefa política de serem a vanguarda porque constituem o cerne da produção capitalista” (HARDT, 2005, p. 23). Aqui, a vanguarda de massa está claramente identificada: são os operários das fábricas, como em Mirafiori, e não há uma separação clara entre a vanguarda e a massa. O problema, no entanto, aparece na identificação e posicionamento estratégico das outras camadas do proletariado que, dado o seu suposto papel de subalternidade na produção, devem “aceitar a liderança dos trabalhadores que se desloca das grandes fábricas para a sociedade” (NEGRI, [1973] 2005, p. 85). Ora, o próprio deslocamento aqui é o problema: nada garante, como o próprio diagnóstico interno de *Potere Operaio* nos mostra, que o operário-massa se deslocará da fábrica à sociedade (claro, há os novos trabalhadores que recusam o trabalho fabril, mas eles, em sua recusa, já constituem a nova camada do proletariado que, aqui, é reduzida a uma função de suporte da vanguarda de massa e apenas forçadamente podem ser identificados na figura do operário-massa), portanto, o próprio partido deve operar a possibilidade dessa passagem. Esses problemas não são resolvidos, e vimos no tópico 3.1 como esse debate acaba por intensificar a própria dissolução de *Potere Operaio* em direção à área da autonomia — que, sem dúvida, terá avanços consideráveis nesse aspecto.

Na defesa, aqui, de que o operário-massa é ainda a vanguarda operária que deve liderar o partido parecem pesar dois pontos: o primeiro, é a longa tradição de lutas fabris e greves que deram corpo à recusa ao trabalho nos anos 60: “a vanguarda [...] é novamente a classe operária das grandes fábricas, que é o sujeito privilegiado da exploração e ao mesmo tempo o agente efetivo da desvalorização do trabalho e do lucro” (NEGRI, [1973] 2005, p. 79 – 80). Como sintetiza Ryan (1991a, p. 197), a posição de Negri é justificada se pensada pelo prisma do bloqueio da taxa da queda de lucro que a recusa ao trabalho impõe: quando o capital tenta combatê-la aumentando a massa de produtos, o capital acaba por evidenciar a contradição entre produção e valorização, já que nem todo o valor da massa de produtos pode ser realizado, e uma massa excessiva leva a uma crise de superprodução. Como afirma Ryan, “o mecanismo resolutivo do processo capitalista é assim rompido pela presença necessária na produção de um sujeito operário unificado, resultado da massificação das forças produtivas sociais em resposta à queda da taxa de lucro” (RYAN, 1991a, p. 196). Se o maior obstáculo para o capital é a classe operária, é no sentido de que “a crise contemporânea é uma

combinação da queda da taxa de lucro e dos ataques em massa realizados por um sujeito que o próprio capital foi obrigado a construir para garantir a valorização” (RYAN, 1991a, p. 196), e “no início dos anos 70, os trabalhadores mais ativos na ‘área de autonomia’ eram os trabalhadores químicos, de máquinas e automóveis” (RYAN, 1991a, p. 197). Enquanto essa hegemonia em relação ao operário-massa não é contestada, se justifica a posição de Negri de que “em torno dessa vanguarda que todo o proletariado se reúne em uma identidade de interesses que clama por um intérprete, em uma unidade de objetivos que clama por direção e com um fardo de violência anticapitalista que clama por um detonador” (NEGRI, [1973] 2005, p.79 – 80). Outro elemento importante para a concepção de Negri da hegemonia produtiva e de organização do operário-massa sobre os outras camadas do proletariado, é a leitura de que as lutas salariais do operário-massa decompõem o Estado-Plano, e transformaram a luta salarial por uma luta direta pelo poder — o que amplia e possibilita que todo o proletariado também lute contra a lei do valor e o trabalho —, pois “seus parâmetros não estão mais baseados na lei do valor, mas no ritmo e nas formas de sua extinção” (NEGRI, [1973] 2005, p. 86). Por mais que esses dois pontos de análises estejam corretos e possam ser usados para justificar a posição de Negri, sabemos que o contra-ataque capitalista será efetivamente forte na forma da decomposição do operário-massa e, nesse sentido, a proposta de um partido da recusa do trabalho, ancorado na sua figura, é, de certa forma, uma hipótese tardia, que se configura em um momento no qual o operário-massa estava se transformando, pela sua própria luta, é verdade, quanto, em menor nível, pela reação capitalista iminente. Como aponta Murphy, “é difícil avaliar qual efeito esse modelo de partido teria tido na prática, pois nunca se consolidou completamente. O momento mais próximo que o movimento chegou de realizá-lo, na visão de Negri, foi durante as ocupações da fábrica FIAT Mirafiori, perto de Turim, em março de 1973” (MURPHY, 2012, p. 88). No entanto, Negri, aqui, desenvolve vários aspectos interessantes, que não devemos deixar de analisar em seus detalhes, e que serão retomados quando o movimento migrar para a autonomia, tendo como base, na concepção negriana, um novo sujeito, o operário-social.

Retomando a análise, podemos defender que o partido da recusa do trabalho não institui, por decreto, que o operário-massa deva se tornar a vanguarda: na ótica negriana, o operário-massa já é vanguarda, porque, como vimos, a recusa do trabalho na fábrica bloqueia a valorização capitalista: “porque pode atacar as últimas mistificações do valor do trabalho na fábrica, onde o chefe tenta reproduzir a mitologia do trabalho vivo como valorização do capital” (NEGRI, [1973] 2005, p. 80), e, assim, na mesma medida, “liberta” o trabalho vivo, ou seja, constitui, na antivalorização do capital, a possibilidade de uma valorização distinta,

da própria classe: “o trabalho que produz mais-valor, não é apenas anulado em sua qualidade de exploração em benefício do chefe. O trabalho produtivo também pode ser libertado. Ele pode aparecer e emergir como criatividade e liberdade”, nesse sentido, o comunismo como programa mínimo é o resultado imediato do próprio comportamento da classe e, assim, “a fantasia infinita do trabalho produtivo libertado é revelada nas lutas, desde a sabotagem até a greve em massa, da luta de rua à luta armada. Aqui, os trabalhadores das grandes fábricas recompõem sua tarefa política de vanguarda na tarefa teórica de libertação” (NEGRI, [1973] 2005, p. 80). No ensaio, Negri parece, no entanto, oscilar entre duas funções do partido: uma de mediação, e outra de intensificação. A primeira, que seria mais tradicional, aparece no partido como uma espécie de correia de transmissão de diversos componentes das lutas que são sintetizadas pela palavra de ordem da recusa do trabalho: “o conceito do partido da vanguarda de massa é o da mediação entre a luta pelo salário e a luta revolucionária pelo poder. Não existem mais distinções ou rupturas. A gestão desse processo é o partido” (NEGRI, [1973] 2005, p. 87). Por mais que “uma linha ininterrupta percorre a luta pelo salário, a recusa do trabalho, a questão da apropriação e a luta pelo poder” (NEGRI, [1973], p. 7), nessa definição, corre-se o risco de introjetar uma diferença entre a luta econômica e a política — algo questionado desde Tronti —, e, nesse sentido, o partido assume uma configuração leninista mais tradicional que, no entanto, contradiz a própria definição da *vanguarda de massa*, e não temos certeza de qual a necessidade do partido nesse processo. No entanto, isso começa a se transformar quando entra em questão a problemática da violência e da luta armada: se, como temos visto, o Estado-Crise funciona como uma empresa “em termos de divisão e comando”, Negri salienta que este elemento “coloca na agenda, do ponto de vista dos trabalhadores, a questão de administrar um poder de comando, uma capacidade de violência igual e oposta à dos patrões” (NEGRI, [1973] 2005, p. 81). Uma capacidade *igual e oposta*. Ora, sem ter ainda à mão o conceito de autovalorização da classe trabalhadora, desenvolvido alguns anos depois, essa afirmação dificilmente pode ser explicada. Mas é exatamente de uma expressão de autovalorização, como expressão de seu poder constituinte, ou seja, de sua autonomia, que a violência igual e oposta ao poder capitalista dos patrões é defendida e que podemos entender o partido por seu efeito exponencial, de intensificação da luta (superando, assim, o caráter de mediação que já se expressa diretamente pela ação da vanguarda de massa, quando o operário-massa torna a luta pelo salário uma luta política, salário-poder). Igual em força, ou seja, em potência, oposta como contrapoder e antivalorização do capital (e potência de autovalorização). Ora, a relação entre capital e trabalho é antagonista e aberta, e o antagonismo, aqui, assume a forma da

relação entre a luta pelo salário e a luta pela apropriação, ou seja, manter os níveis gerais de autonomia e ofensiva em massa contra a riqueza capitalista, e desenvolver a luta contra a tentativa capitalista de corrigir o curso da taxa de lucro. Se esse esquema forma “a questão central do programa do ‘partido’, ou melhor, do programa organizacional da classe trabalhadora” (NEGRI, [1973] 2005, p. 81), seria ingênuo pensarmos que esse processo não envolve, de ambos os lados, uma *violência iminente*: do lado do capital, é a persistência de sua violência para manter os grilhões justos, fazendo funcionar o que, efetivamente, já não funciona mais: a lei do valor imposta unicamente pela força do valor da lei, transcendentemente. Do lado da classe trabalhadora, é a violência da sua libertação, que a conquista de autonomia coloca como um passo necessário como resposta à violência capitalista que não aceita a destruição das algemas. Ora, o que Negri quer dizer é que nesse nível do antagonismo, manter a relação antagonista aberta é apenas útil para o comando dos patrões e para a sobrevivência do capitalismo: é necessário, assim, que o antagonismo da classe trabalhadora feche, ou seja, conclua a relação e elimine o comando capitalista. Esse fechamento, no entanto, pela perspectiva da autovalorização da classe trabalhadora, é a plena produção do “dentro”, ou seja, é a condição de possibilidade do desenvolvimento pleno das forças produtivas sociais, como comunismo imanente: “a libertação não é algo que devemos esperar do comunismo. A libertação pode crescer, desenvolver-se e ocorrer dentro do processo das lutas, dentro das instâncias de poder dos trabalhadores, como a forma e resultado de sua existência” (NEGRI, [1973] 2005, p. 112). E aí fica claro que a posição do partido não é a mediação entre a luta salarial e a luta pela apropriação como uma passagem de uma à outra, mas a mediação, se é que possamos usar esse termo, na forma da *intensificação*, ou seja, também como luta armada, como organização, pela vanguarda de massa, da derrubada do comando dos patrões. Nesse sentido, o comunismo como programa mínimo e a problemática da organização são também a colocação do problema da transição. Não do socialismo ao comunismo nos termos de Lenin, mas na transição do comunismo como expressão direta do comportamento dos trabalhadores como antivalorização do capital, na recusa ao trabalho, na luta salarial e na apropriação da riqueza, para o momento em que essa autonomia crie todas as condições de eliminar o poder parasitário do comando capitalista. E aqui entra a questão da luta armada como função do partido. Não como um fetiche, mas como um passo necessário no problema da organização, ainda mais em um país que vivia e viveria efeitos perniciosos de uma guerra civil não declarada. Nos termos colocados por Negri, a luta armada é o “complemento dialético” em massa da luta pelo interesse imediato do proletariado, ou seja, é um elemento de mediação, não como eliminação do antagonismo, mas

como intensificação do mesmo: isto é, intensificação do imediato, aceleração das lutas: “como expressão da necessidade política da classe trabalhadora, correspondente à demanda dos trabalhadores” (NEGRI, [1973] 2005, p. 87). Vale ressaltar aqui, em defesa contra uma acusação de voluntarismo, que a Itália vive, na década de 1970, um período de intenso conflito, e no qual a luta armada é uma concepção viva no próprio movimento. Teoricamente, na perspectiva de Negri, é em um momento da luta de classes em que não se pode extrair mais nada do capital para o proveito da classe trabalhadora, é o momento que qualquer tese de esquerda de uma “Autonomia do Político” é sintoma de uma tentativa de manter aberta uma relação que deve ser fechada, isto é, manter aberta as veias pela qual o vampirismo da máquina sanguessuga capitalista exerce suas presas:

Somente a luta armada é poderosa no plano das relações de força entre as duas classes. Somente a resposta, o contra-ataque, a ofensiva armada representa a distinção do trabalhador em contraste com a transfiguração capitalista da consciência do desastre da taxa de lucro em uma regra de comando (NEGRI, [1973] 2005, p. 87).

Não custa reafirmar também que estamos em um momento histórico em que o discurso em defesa da luta armada fazia parte da tradição marxista e, como afirma Michael Hardt, fazia parte do contexto italiano: “a violência política já não era mais uma questão em discussão; na Itália, essa violência era tão generalizada que se tornara o estado normal das trocas políticas, de ambos os lados do conflito. [...] A violência, então, era um elemento dado da cena política” (HARDT, 2005, p. 25). Sendo assim, por mais que para leitores contemporâneos isso possa parecer exótico e estranho (até para leitores das obras posteriores de Negri), não há nada de exógeno nesse discurso. Em segundo lugar, a luta armada aqui é defendida como um momento chave da organização política, como um momento necessário da destruição da relação entre classe trabalhadora e classe capitalista: se “o uso da violência não é uma qualidade que escape ou possa escapar à ação dos organismos do poder dos trabalhadores”, mas é um momento essencial, “quando o poder dos trabalhadores se afirma em termos de apropriação”, então “a consideração do uso da violência faz parte necessariamente das questões envolvidas no programa” (NEGRI, [1973] 2005, p. 92).

Ora, internamente ao grupo *Potere Operaio*, se intensifica um debate em torno da questão da luta armada como expressão de antagonismo e contrapoder operário. Como argumenta Steve Wright, lembrando a futura repressão aos ex-membros do grupo no final dos anos 70 nas mãos do Estado italiano, os temas da “insurreição, militarização do movimento e do partido armado — são expressões inseparáveis da ideologia de *Potere Operaio* — e continuariam a assombrar os operaístas muito tempo após o fim do grupo”

(WRIGHT, 2017, p. 130). Para Negri, a luta armada, como temos visto, deveria estar ancorada na composição de classe, ou seja, não significava a militarização do movimento em nome de uma vanguarda externa, mas, pelo contrário, deveria ser medida pelo grau de enraizamento da luta armada na própria composição de classe, isto é, na soma dos comportamentos e necessidades dos operários e de suas lutas. Nesse sentido, a luta armada e a violência devem ser imanentes e expressões do próprio comportamento, de baixo, da classe e de sua massa: a vanguarda armada é uma vanguarda de massa e é essa é sua condição necessária. Em Mirafiori, foram os próprios operários que se armaram contra a repressão da polícia e do sindicato. Sendo assim, a luta armada e a violência se justificam para os operaístas nesse momento, como uma tática ofensiva e defensiva da própria expressão do contrapoder da classe, e devemos salientar que o movimento está sendo atacado pela intensificação da estratégia da tensão e sofrendo uma violência repressiva do Estado. A luta armada, nesse aspecto, se justificaria, por exemplo, para defender a continuidade de uma greve contra a violência policial mobilizada pelos patrões. A posição de Negri, no entanto, não era hegemônica, nem mesmo dentro de *Potere Operaio*, e sem querer criar um espantalho das Brigadas Vermelhas, enquanto Negri afirma que devemos voltar ao método da análise da composição de classe, direcionando a pesquisa para o proletariado e saindo do ambiente fabril no momento que a passagem das lutas da fábrica a sociedade não acontece — ou pelo menos, não acontece por meio da vanguarda operária — grupos como as Brigadas Vermelhas, que saíram formadas de dentro de *Potere Operaio*, defenderão o uso da luta armada em um sentido completamente diferente: as vanguardas armadas, em atos isolados, devem reavivar o movimento e aqui, claramente, a vanguarda armada não emerge diretamente do próprio comportamento da massa, mas é um ato externo a ela. Se arriscava, assim, em criar um voluntarismo cego, e produzir atos de violência transcendentais ao desejo e às necessidades da unidade da classe. Por fim, em vez do fortalecimento do movimento, corre-se o risco de o ameaçar, como foi o caso do sequestro e o assassinato de Aldo Moro, que será usado pelas forças dominantes para intensificar a repressão e criminalizar todo o movimento da Autonomia. Há, assim, diferente da concepção hegemônica posterior do pensamento social-democrata, que será a base da leitura da ação do Estado na criminalização de Negri e do movimento da Autonomia, uma diferença clara entre a luta armada, ou seja, uma forma possível da luta de classes, do uso das armas que faz uma prática do terrorismo. Ou ainda, há uma diferença essencial entre essa forma possível de luta, do uso hegemônico e anticlassista das armas feito pelo Estado, na forma da polícia, do exército, etc. Como aponta corretamente Michael Hardt, era uma preocupação também dos teóricos do movimento evitar uma

propagação “sem sentido” dessa violência generalizada: “Negri e muitos outros intelectuais associados aos movimentos dos trabalhadores viam seus papéis como filtros moderadores que poderiam proteger contra a violência aleatória e os excessos sem sentido” (HARDT, 2005, p. 25). Por outro lado, como afirma Ryan, quando a máscara da mistificação da lei do valor cai, o terrorismo se torna também uma prática do próprio Estado, portanto, quando “o ‘Estado de direito’ da tradição liberal e o ‘Estado do trabalho’ da tradição reformista são impelidos a transformar o desastre da queda da taxa de lucro em permanência do comando capitalista, somente a luta armada pode revisar a estrutura de poder” (RYAN, 1991a, p. 198). Luta armada, também contra o terrorismo do Estado. De fato, a crítica ao terrorismo feita por Negri não tem nada a ver com uma crítica abstrata à violência, que pode ser manipulada para bloquear o antagonismo da luta de classes, mas está enraizada no método operaísta da análise da composição de classe, na tentativa de construir uma ciência operária e proletária da crise e da subversão. Como alerta Michael Hardt, não há nenhuma mistificação ou fetiche do uso da violência defendida por parte de Negri e de parte de *Potere Operaio*: “no contexto da guerra civil, Negri não encontra condenação para a violência das massas. O uso da violência, no entanto, nunca deve ser fetichizado; ele sempre deve ser subordinado ao avanço do movimento” (HARDT, 2005, p. 26). Para entendermos, em definitivo, a crítica negriana ao terrorismo, é necessário ainda avançarmos na análise da função do partido. Negri defende que, no partido da recusa do trabalho da vanguarda de massa, é necessário distinguir dois níveis de ação do sujeito: o primeiro se dá pela luta pelo salário e pela luta pela apropriação, a luta efetivamente de massa, e o segundo é a luta “ofensiva”, ou seja, do partido como luta armada, como “agressão contra o comando do outro” (NEGRI, [1973], p. 88). Entre esses dois níveis, Negri defende não haver uma separação, como existe, por exemplo, entre o sindicato e a organização parlamentar do partido, mas há uma distinção ou uma dialética, entre o organismo de massa e a vanguarda do partido, algo que, temos visto, é uma espécie de dialética de intensificação, ou mesmo de qualificação do movimento. Como afirma Mengali, “a vanguarda, como entendida por Negri, é apenas o partido no qual os militantes se organizam não para legitimar um poder centralizado sobre eles, mas para espalhar o máximo possível de focos de autogestão e autogoverno operário” (MENGALI, 2019, p. 199). Além disso, retomando o argumento de Tronti dos anos 60, temos aqui, novamente, a inversão operaísta entre tática e estratégia: “apenas os organismos de poder dos trabalhadores representam o nível de estratégia e programa, enquanto a organização partidária, pelo contrário, é o sujeito das táticas” (NEGRI, [1973] 2005, p. 88). A vanguarda de massa opera a tática da luta armada como organização partidária, enquanto a estratégia e o programa

mínimo do comunismo são dados pela própria expressão *imediata* e direta do contrapoder proletário na forma, como vimos, do absenteísmo, da sabotagem, da apropriação direta, individual ou em grupo. Portanto, não é o partido e sua disciplina que poderão delinear a estratégia da classe, mas ela é traçada e contida na própria classe, de antemão: “a generalização política dessas formas de comportamento não ocorre por meio de sermões, mas sim está inteiramente contida nas necessidades políticas da classe trabalhadora” (NEGRI, [1973] 2005, p. 92). Nesse aspecto, ambos são ofensivos, mas é a estratégia do movimento de massa que determina a ação da vanguarda armada, que serve como defesa do processo de bloqueio da valorização do capital, sendo complementar a ele. Nesse sentido, por mais que Negri afirme, em um primeiro momento, uma mediação entre luta econômica e luta política como função do partido, vimos como esse elemento é inútil como definição, pois já é dado pela própria ação do operário-massa, e que isso não poderia ser configurado como a função essencial do processo. Sendo assim, por mais que Michael Hardt tenha razão quando afirma que Negri recai nesse momento em um dualismo leninista do econômico e do político em uma “passagem do sujeito plural das lutas econômicas para o sujeito unificado da luta política” (HARDT, 2005, p. 24), o ponto principal da função do partido não está aí, dado que a luta salarial já é uma luta política — não pela ação do partido, mas pela ação das massas, pelo bloqueio histórico da lei do valor pelo operário-massa —, portanto, a recusa ao trabalho também pode ser expressa na forma do salário *contra o trabalho*. É importante frisar que, nesse movimento, não é a vanguarda que unifica a classe e a torna política, ela apenas permite, hipoteticamente, pela luta armada, que a antivalorização do capitalismo pela força proletária não seja bloqueada pela violência capitalista. Em nossa perspectiva, é aqui que Negri afirma a função essencial do partido, não na mediação, mas na intensificação da luta, ou seja, criando espaços ou abrindo espaço para que a antivalorização do capital se efetive em uma progressão constante, na passagem da fábrica à sociedade, em um aceleracionismo das lutas.

Voltando à questão do terrorismo, ele é criticado não pelo uso da violência, mas por um uso da violência que é tornado transcendente à estratégia da classe, invertendo, assim, a tática e a estratégia e a função da vanguarda e da massa, traindo, enfim, “a continuidade entre as formas espontâneas e políticas de comportamento que não é mais apenas uma exigência lógica da teoria, mas uma experiência da prática do movimento” (NEGRI, [1973] 2005, p. 92). Como afirma Michael Hardt, “os abusos ocorrem quando um movimento militar armado é desvinculado dos movimentos reais das massas e da composição política real da classe trabalhadora” (HARDT, 2005, p. 25), e, nesse sentido, Negri estava criticando o que ele

chama de “subjetivistas”, ou seja, “aqueles que propõem ação direta contra o Estado e o capital conduzida por uma vanguarda armada que está externa à classe trabalhadora, mas age em prol da classe” (HARDT, 2005, p. 25). Como analisa Hardt, “isso era obviamente uma facção muito forte no movimento e que não poderia ser ignorada e tinha raízes em grande parte na herança da tradição antifascista italiana dos combatentes *partisans*” (HARDT, 2005, p. 26). Era um consenso, no movimento marginal de esquerda italiano extraparlamentar, que o confronto final entre a classe e o capital estava próximo, sendo assim, parte da tentativa de Negri e de *Potere Operaio* é pensar no modelo mais adequado à tentativa de revolução. Como analisa Michael Hardt, para alguns grupos e alas do movimento, “uma vez que o Estado adotou uma forma fascista relativamente autônoma do capital, argumentam esses militantes, o movimento dos trabalhadores precisa combatê-lo de maneira antifascista tradicional com brigadas armadas relativamente autônomas da classe” (HARDT, 2005, p. 25). Na ótica de Negri, essa perspectiva é duplamente errônea: em primeiro lugar porque, diferentemente do fascismo, o Estado capitalista não estava disposto a destruir a classe e a arriscar destruir a si próprio em sua deriva suicidária — por mais que a destruição individual fosse um fato inegável — mas sua tentativa era bloquear o ataque da classe e recuperar sua valorização. Como aponta Michael Hardt, os subjetivistas “propõem uma leitura reducionista do fascismo estatal que leva à prática minoritária da violência fora do contexto das massas” (HARDT, 2005, p. 26), nesse sentido, “dada a natureza do adversário da classe trabalhadora, a direção política e o uso da violência devem surgir organicamente a partir da subjetividade massiva da classe” (HARDT, 2005, p. 26). É, como temos visto em toda tese, a problemática da imanência da organização ao movimento, da necessidade de, em uma análise materialista baseada na leitura da composição de classe e da tendência, intensificar e não bloquear o antagonismo emergente, respeitando o perspectivismo operário e fortalecendo sua subversão política. Os terroristas de esquerda que surgem do movimento, enfim, são aqueles que, na determinada composição de classe, “confundem e dissipam a função de poder, o caráter de massa da vanguarda ou a especificidade da classe trabalhadora de sua necessidade política” (NEGRI, [1973] 2005, p. 91). No terrorismo, “o que precisamos combater é a vontade programática que se recusa a encarnar os momentos de poder de classe e é incapaz de compreender uma relação orgânica entre a subjetividade do poder dos trabalhadores e o subjetivismo do uso da violência” (NEGRI, [1973] 2005, p. 91). Por essa via, o terrorismo de esquerda, uma ameaça por dentro do movimento, é a perda do comunismo imanente, do comunismo como programa mínimo, pois, por mais que tenha como objetivo a luta e a libertação, é inadequado como movimento revolucionário ao estar separado da instância do

poder das massas dos operários e proletários. O terrorismo não pode significar a libertação e é, pelo contrário, a afirmação desesperada, transcendente, de um modelo de revolução alheio à própria estratégia da classe, que só pode ser traçada pelo comportamento operário e proletário. Como afirma Negri, o terrorismo é “uma ideologia de derrota e resistência, a imagem desesperada de último recurso, que sempre se enraíza no exemplarismo terrorista” (NEGRI, [1973] 2005, p. 91). O terrorismo de esquerda, assim, em vez da máquina de guerra do partido, ativa a deriva suicidária da máquina de guerra fascista que os “subjetivistas” afirmavam combater: se o capitalismo propõe a regulação da extinção da lei do valor como puro comando, o terrorismo propõe o fascismo em seu lugar, mesmo como resposta, na base, como vimos, “do esquecimento do conteúdo de massa da ação da vanguarda e a retirada em relação ao programa”, que “são assim idênticos à perda da caracterização da classe trabalhadora da ação ofensiva” (NEGRI, [1973] 2005, p. 91). Por fim, o terrorismo de esquerda tenta, desesperadamente, dotar a ação da luta armada de um papel de estratégia que se assemelha a transcendência do comando capitalista sobre a produção social, invertendo aquilo que as lutas de classe subverteram e produziram na nova configuração política da composição de classe.

Temos, agora, todos elementos suficientes para a definição da função do partido da recusa do trabalho. Através da luta armada, a função do partido consegue “revelar” a unidade da classe e, assim, é prefigurada por ela (cf. NEGRI, [1976] 2014, p.82–83). No entanto, não é o partido que unifica a classe: ele age em defesa da classe, em defesa do processo de antivalorização do capital: “o momento em que a classe trabalhadora se apresenta não tanto como uma variável independente, mas como um bloqueio determinado, a tarefa do partido é cada vez mais romper a imagem mistificada que o poder dos patrões impõe à classe” (NEGRI, [1973] 2005, p. 89). Portanto, ele age em defesa de uma unidade que, no entanto, se dá “de dentro pra baixo, não de fora pra cima”: o partido é assim, menos didático do que *matético*, ou seja, o partido aprende com a classe menos do que ensina, em uma inversão de perspectiva radical. A luta armada, nesse movimento, “é a capacidade de opor a carga do comando irracional dos patrões com igual intensidade, mas em sentido contrário” (NEGRI, [1973] 2005, p. 89). O partido, então, é um complemento da autonomia e do poder da classe, necessário para permitir a “continuidade política das formas de comportamento de classe” (NEGRI, [1973] 2005, p. 93), uma condição necessária, mas não suficiente. Menos ainda, o partido é um representante da classe, ou mesmo a autoconsciência da classe. Como bem argumenta Ryan, no momento em que:

[...] a atividade autônoma da classe é baseada em necessidades materiais, o conteúdo comunista de seu programa político já está expresso em absenteísmo, sabotagem e apropriação direta. O partido cessa sua função de representação; ele não é mais a consciência da classe. As vanguardas de massa, já na imediatidade de suas ações, contêm a totalidade das consequências revolucionárias que delas derivam; essas ações se tornam organismos do poder dos operários que já expressam o programa do comunismo. O partido, portanto, é apenas o órgão executivo do poder dos operários (*potere operaio*). É o oposto especular do processo de valorização capitalista; seu alvo de ataque é a lei do valor como dominação sobre o trabalho; assim, busca empoderar a autonomia dos trabalhadores como o poder comunista do não-trabalho (RYAN, 1991a, p. 199).

O partido, assim, é o agente de antivalorização capitalista e condição da autovalorização proletária. O adversário e inimigo defendido pelo programa é o próprio Estado que coordena o capital global, ou seja, o Estado-Crise e a forma-empresa capitalista. Nesse movimento, o partido da recusa do trabalho aparece também na curiosa definição negriana da empresa proletária do não-trabalho, uma empresa que gerencia a própria autonomia proletária:

O partido é a função de destruir os mecanismos capitalistas de comando, a capacidade de intervir de forma ofensiva onde quer que os organismos do poder dos trabalhadores encontrem o limite do comando capitalista. O partido é uma força que derruba, para todo o proletariado, a relação de dominação onde quer que o capital ainda possa exercê-la. Se toda a sociedade funciona por meio do momento central da valorização capitalista e por meio de sua mistificação na regra da dominação, o partido é o derrubamento especular e oposto dessa função capitalista. É o auge da função de antivalorização e destruição. Assim como o capital, por meio do gerenciamento do colapso histórico da lei do valor, impõe sua dominação sobre a força de trabalho unificada, o partido, por meio de seu gerenciamento da ofensiva voltada para a destruição da lei do valor e sua mistificação capitalista, reabre a força da autonomia dos trabalhadores em um nível mais elevado para se tornar o poder comunista do não-trabalho. Contra o poder da empresa capitalista, a classe redescobre no partido um poder de empresa, mas sem perdê-lo como instrumento de sua autonomia. O partido é a empresa do não-trabalho, e isso também constitui a especificidade dialética de seu uso da violência (NEGRI, [1973] 2005, p. 93–94).

Podemos assim, afirmar, pelo desenvolvimento do pensamento operaísta, e pelo desenvolvimento do pensamento de Negri, que a história da luta de classes é também a história da transformação dos órgãos por quais ela exerce sua autonomia. Em um primeiro momento, a classe se organiza como uma insurreição contra o valor, passa por uma alternativa (socialista) ao valor, para, por fim, operar com base na destruição do valor (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 98–99). Se essa última passagem não foi resolvida na hipótese negriana do partido esboçada aqui, ela ainda é útil como exercício, no calor da hora, para pensar a necessidade, não de reformar, mas de transformar os sentidos latentes do “outro” movimento dos trabalhadores. Michael Hardt é menos simpático com a tese negriana dos anos 70 e critica a tentativa que ele considera paradoxal, da parte de Negri, de tentar superar a problemática da organização através da noção de vanguarda de massa e mesmo da noção de partido. Na perspectiva do autor, enquanto o caráter de massa do conceito “tenta superar

qualquer possível lacuna ou destruir qualquer externalidade entre a elite política e as massas de operários”, pelo caráter de vanguarda, “essa organização interna ainda está unificada e centrada em torno de uma vanguarda, que de certa forma é distinta das massas” (HARDT, 2005, p. 23). Nesse sentido, o projeto negriano, de “propor que o partido seja tanto interno quanto externo à classe” (HARDT, 2005, p. 23), estaria, de antemão, fadado ao fracasso. Em nossa perspectiva, é menos uma sutileza lógica do que uma problemática de análise da composição de classe que conta aqui: o problema é saber se, de fato, o operário-massa ainda era uma vanguarda capaz de unificar a luta, da fábrica à sociedade. A autocrítica de *Potere Operaio*, alguns meses depois da circulação da proposta de Negri, nos dá uma resposta mais consistente em direção ao método correto da leitura do problema: a análise da composição de classe. Nesse movimento, mesmo após a autocrítica e acompanhando o desenvolvimento e transformação da composição de classe, a ideia negriana é de que, para existir, o próprio partido deve se tornar cada vez mais um aparelho interno, e menos externo, à classe: é essa, nas condições maduras do capitalismo, sua condição de possibilidade. Por fim, se o partido da vanguarda do operário-massa, o partido da recusa do trabalho, é aquele que tinha como objetivo a supressão real do trabalho, varrendo assim o comando capitalista (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 88), por mais que não tenha efetivado seu programa e objetivo, o desenvolvimento das lutas na Itália nos anos 70 intensificará o processo de recusa do trabalho e de apropriação direta da riqueza, assim como a luta armada. Nesse sentido, o diagnóstico de Negri não deixa de estar parcialmente correto, quando afirma que “a riqueza de experiências coletivas deve ser trazida de volta para a batalha pela organização dentro da classe trabalhadora, em preparação para um novo ciclo de lutas unificadas do proletariado contra o Estado, sob a liderança e promoção dos trabalhadores das grandes fábricas” (NEGRI, [1973] 2005, p. 113). Por fim, o que entra em crise é menos o programa do que os atores, que, cada vez mais, serão o proletariado metropolitano, sem, no entanto, ter a liderança operária das fábricas como vanguarda. No próximo e último capítulo, devemos analisar a hipótese do operário-social como a figura subjetiva capaz de explicar os sucessos e os fracassos dessa questão, dentro da perspectiva do movimento da Autonomia no desenrolar dos anos 70.

### 3.3. Desdobramentos da metodologia operaísta 1: o dispositivo-Lenin.

Nesse tópico, propomos uma análise da leitura negriana e operaísta do pensamento de Lenin, buscando demonstrar que, para os operaístas e para Negri, as lições que devem ser

extraídas do pensamento de Lenin não correspondem à sua ideologia política, ou seja, à soma das teses e soluções de Lenin sobre os problemas organizacionais que formam uma espécie de matriz ou modelo organizacional que, de tempos em tempos, poderia ser revisitada e repetida pela esquerda para nos dar respostas sobre nossos problemas de organização atuais. Ao contrário, a validade e vitalidade do pensamento de Lenin está em ser um dispositivo epistemológico de análise da composição de classe, e que é por meio dele que se coloca corretamente a passagem da crítica da economia política para o problema da organização, ou seja, é o dispositivo epistemológico que constitui e possibilita a *fábrica da estratégia*, e que, por sua vez, com a transformação da composição de classe, pode ser mobilizado inclusive para uma crítica de qualquer ideologia leninista ou neoleninismo, em virtude da construção de um ciência operária e proletária da crise da subversão. Para a história majoritária do pensamento de esquerda, infelizmente, em relação à Lenin, a ideologia política parece ter sido privilegiada em detrimento do dispositivo-epistemológico, o que constitui, em nossa perspectiva, um postulado dogmático que auxilia a constituir um pensamento de esquerda imobilizado frente aos desafios da organização política.

A base de nosso estudo, nesse tópico, é o espetacular livro de Negri, *La fabbrica della strategia: 33 lezioni su Lenin*. O livro se origina de uma série de transcrições de aulas e intervenções de Negri no início dos anos 70 no instituto de Ciências Políticas de Pádua, antes do Instituto ser fechado pela perseguição do Estado italiano<sup>44</sup>, que foram preparadas e editadas por Negri e lançadas em 1976 no formato de livro, já no desenvolvimento do movimento da autonomia. Como relembra Negri, no prefácio da edição inglesa do livro, “foi somente [...] no Instituto de Ciência Política da Universidade de Pádua, que eu presidia na época (como um verdadeiro ‘*cattivo maestro*’), que essas lições se tornaram trinta e três sessões” (NEGRI, [1976], 2014, p. xxi). Dado a ordem de exposição histórica e cronológica que temos mobilizado na tese, apesar do livro ser de 76, ou seja, quando Negri já tinha formulado a tese do operário-social, faz sentido ele fechar esse capítulo que ainda gira em

---

<sup>44</sup> Como relembra, Negri, “O Instituto foi derrubado por uma blitz repressiva idealizada por um juiz chamado Calogero e inspirado pelas estruturas ocultas do Estado, do Partido Democrata-Cristão e do PCI. A blitz consistiu em definir o Instituto como o centro teórico das Brigadas Vermelhas. O heróico juiz que concebeu esse teorema fez uma excelente carreira judicial para si mesmo; os infames informantes e provocadores que fabricaram provas e jogaram os professores do Instituto na prisão ainda hoje são deputados na esquerda reformista (e na autoeleita esquerda revolucionária) ou, obviamente, na direita política. Os professores de Pádua que apoiaram a operação, tipicamente ineptos em seu trabalho, tiveram carreiras acadêmicas destacadas, embora não façam nenhuma referência agora em seus currículos (quão pusilânimes!) ao seu trabalho no ‘Caso 7 de abril’. Mas eles poderiam fazê-lo: a classe política não mudou muito, seu anticomunismo proliferou e hoje nem mesmo é necessário um Presidente da República (o muito honrado Pertini) para legitimar a infâmia ao aprovar, em apenas dois dias, em 9 de abril de 1979, as prisões preventivas de 7 de abril” (NEGRI, 2014, xxii).

torno da teorização de Negri do operário-massa no contexto de *Potere Operaio*, não só porque as aulas pertencem ao período de atividade do grupo, mas também por que, entre 73 e 76, Negri está abandonando a tese da vanguarda de massa e a hipótese da hegemonia do operário-massa, e, em nossa perspectiva, está mobilizando o *dispositivo-Lenin* para uma atualização da leitura da composição de classe em transformação.

Negri identifica três linhas leninistas distintas presentes na Itália nos anos 70. A linha operaísta-autonomista que, de certa forma, pode ser derivada do ensaio de Tronti, *Lenin na Inglaterra* (cf. NEGRI, [1976] 2014, p. xix), a linha ortodoxa togliattiana, que predominava na leitura do PCI e era separada do movimento autônomo, e a linha do marxismo-leninismo presente em grupos extraparlamentares como as Brigadas Vermelhas (cf. NEGRI, [1976], 2014, p. xvi-xvii). Esse último tinha certa influência no movimento da Autonomia e, como vimos no último tópico, a crítica de Negri ao terrorismo subjetivista de esquerda se aplica aos erros relacionados a uma leitura incorreta da composição de classe, derivando daí uma teoria da organização transcendente, que faz um uso da violência separado da força do movimento de massa e, possivelmente, contra seus interesses imediatos. Nesse sentido, as diferentes formas de leninismo estavam presentes, tanto nos aliados como nos inimigos, além de ser uma linguagem comum aos militantes marxistas, tornando necessário uma espécie de filtragem para evitar que o pensamento de Lenin fosse mobilizado apenas por derivas ideológicas, e não por aquilo que ele tem de mais potente e mais válido para o pensamento revolucionário. *La fabbrica della strategia* não apenas apresenta gradativamente o pensamento de Lenin em todas suas fases, o introduzindo para novos militantes, como cumpre a função de apresentar, talvez de forma mais clara do que em qualquer outro lugar, o dispositivo epistemológico operaísta derivado do pensamento de Lenin. Nesse sentido, o livro propõe um embate entre os leninistas ou, como preferimos aqui, entre o dispositivo-Lenin mobilizado pelos operaístas, e o leninismo como ideologia. Ora, essa distinção, que ainda precisamos fazer, é o critério de avaliação correta da passagem da crítica da economia política para uma teoria da organização, um problema efetivamente leninista, que, no entanto, não pode ser colocado ou mesmo resolvido em todos os períodos determinados historicamente, apelando para a construção política, ou seja, para a solução organizacional que Lenin desenvolveu na Rússia no início do século XX. O pensamento leninista, argumenta Negri, é uma máquina potente para a construção da classe, mas o é pelo seu dispositivo-metodológico de leitura da composição de classe, primeiro e anterior à solução organizacional apresentada por Lenin e derivado da primeira. Portanto, Negri afirma que está correto elogiar o leninismo como “um dispositivo epistemológico e como um meio de organizar a continuidade de um

processo revolucionário” (NEGRI [1976] 2014, p. xix). No entanto, como é “feito, produzido e reconfigurado por meio de lutas, vitórias e derrotas, [...] e principalmente através das mutações ontológicas de seu sujeito protagonista” (NEGRI, [1976], 2014, p. xix), a solução organizacional vai variar, e pode variar consideravelmente em cada período histórico, não podendo se tornar uma fórmula pronta, por mais que algumas soluções de Lenin possam ser adaptáveis em outras situações. O leninismo como dispositivo-metodológico é “uma matriz produtiva de novas formas organizacionais, uma origem cada vez mais forte para o desenvolvimento do poder revolucionário” (NEGRI, [1976], 2014, p. xx), ao não transformar o modelo político que Lenin encontrou para a “sua” composição de classe em uma chave que abre todas as portas, em um esquema aplicável em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as figuras subjetivas que encarnam e dão corpo à classe operária, o que, na perspectiva de Negri, trai a própria perspicácia de Lenin, sua leitura tática e estratégica (cf. NEGRI, [1973] 2005, p. 55), arriscando tornar o dispositivo-metodológico de construção da classe em um termidor vermelho de anulação de sua potência e crescimento. A mais importante lição que o dispositivo epistemológico da máquina leninista nos ensina, segundo Negri, é que “a mudança revolucionária de um sujeito para outro ao longo do processo histórico é verdadeira” (NEGRI, [1976], 2014, p. xxiii). Aqueles que encontram essa verdade, abandonam qualquer resquício de um paleo-leninismo como expressão ideológica, descobrindo que o leninismo não é “a máquina feroz da reapropriação da riqueza pelos pobres e da ditadura política de uma elite intelectual sobre toda a sociedade e o mero instrumento militar de uma vanguarda subversiva contra o *ancien régime*” (NEGRI, 1975 [2014], p. xiii), mas, é, na realidade, graças à sua “ductilidade revolucionária”, um dispositivo que pode ser reconfigurado, também *intensivamente*: “adaptando-se singularmente e colocando-se a serviço de diferentes composições da classe trabalhadora e proletária nos diversos países oprimidos pelo capitalismo” (NEGRI, 1975 [2014], p. xiii). O que precisa ficar claro é que essa adaptação não significa uma repetição do modelo organizacional bolchevique, mas é a adaptabilidade do próprio método de leitura da composição de classe, isto é, a metodologia que Lenin adaptou à situação russa pode ser remobilizada em qualquer lugar em que existe a classe e que exista subversão, diferentemente, no entanto, da sua resposta política organizacional, que corresponde a uma situação historicamente determinada, às quais as condições de sua reprodutibilidade se transformaram profundamente. O problema é muito bem colocado por Roggero, quando o autor examina o fracasso da tradição leninista em adequar Lenin aos novos tempos e às novas lutas:

[...] a importante tentativa de levar o método de Lenin além de Lenin não é acompanhada por um plano adequado de reinvenção organizacional. Muitas vezes, acabou-se repetindo algo que não poderia ser repetido, ou seja, as soluções específicas dadas por Lenin. E, diante de seu fracasso inevitável, houve uma repressão dos problemas ainda relevantes que Lenin havia colocado em relação à mutabilidade entre composição de classe e formas de organização revolucionária (ROGGERO, 2020, n.p).

Em nossa perspectiva, levar Lenin para além de Lenin é fabricar, a partir da leitura correta da composição de classe, formas de organização adequadas e correspondentes à própria composição de classe. Vimos como em Lenin, as vanguardas são externas e, que, na situação enfrentada por Negri, essa premissa estava infundada, e repetir o modelo era cometer uma transcendência em relação à composição de classe do operário-massa, arriscando uma deriva terrorista. Analisamos também como Negri considera que a leitura da composição de classe de Lenin estava correta, assim como sua solução organizacional (a passagem da crítica da economia política para a teoria da organização) era efetiva no seu período histórico. Entre as virtudes de Lenin está a capacidade de entender os elementos bastante contraditórios que demarcam a situação russa: dividida em um polo em constante industrialização e um polo semi-feudal e pré-capitalista surge uma classe trabalhadora, limitada, mas que é capaz de “assumir e configurar, em si mesma e em virtude de sua relação contraditória com o desenvolvimento global da sociedade [...] um conceito de organização como uma interpretação geral das necessidades da sociedade como um todo” (NEGRI, 1976 [2014, p. 41). A vanguarda operária é justificada pela sua posição nessa formação social: como afirma Negri, só ela pode “interpretar a necessidade de uma mudança para um nível mais elevado de organização do trabalho e uma reconfiguração mais avançada das relações sociais: enquanto luta contra a exploração, a classe trabalhadora se coloca como intérprete desse desenvolvimento” (NEGRI, 1976 [2014, p. 41). Nesse momento, o antagonismo assume necessariamente a forma da contradição, pois a luta contra a exploração assume também a forma de uma luta pelo desenvolvimento, é “uma luta para construir as condições de libertação da exploração e, simultaneamente, uma luta contra a exploração, contra o trabalho, para construir uma sociedade comunista” (NEGRI, 1976 [2014, p. 41). Ryan, nesse sentido, defende que “a composição da classe determinou a necessidade de direção externa. E a condição subdesenvolvida da Rússia determinou que a luta contra a exploração deveria ser uma luta pelo desenvolvimento econômico” (RYAN, 1991a, p. 203). Nas palavras de Negri, “essa contradição histórica da revolução, comum a todos os países subdesenvolvidos, encontra sua expressão mais extrema na Rússia de Lenin” (NEGRI, 1976 [2014, p. 41). Como vimos no tópico anterior, isso levava à teoria da transição etapista e gradual de Lenin, do

socialismo ao comunismo, o qual, acrescentamos aqui, se identifica com o desaparecimento do Estado (cf. LENIN, [1917] 2020, p. 83–100). Para Negri, nessas condições, o partido só pode funcionar como uma consciência externa da classe, a partir da liderança de uma vanguarda como um projeto e uma liderança externas que, no entanto, “é completamente baseada nos trabalhadores”, ou seja, Lenin se baseia na composição de classe do período, investigando “o grau determinado de unidade dos interesses dos operários e das relações entre operários e proletariado” (NEGRI, [1976] 2014, p. 80). Essas relações, como temos visto, não são imutáveis, determinando novas “relações de poder executadas ou suportadas pela classe operária em relação a outras classes sociais” (NEGRI, [1976] 2014, p. 80). No caso específico de Lenin, se registrava e se buscava subverter uma situação em que “o capital explora para seu próprio desenvolvimento, o desenvolvimento da exploração, o que deve ser assumido na teoria do partido como a força motriz da revolução” (NEGRI, 1976 [2014, p. 41). Para Negri, ao descrever e organizar corretamente a classe operária, nas condições russas do início do século xx, Lenin forneceu um dispositivo metodológico de alta precisão como ferramenta para a revolução da classe trabalhadora. Em vez de uma sociologia descritiva que apenas poderia revelar “a posição da classe na organização do trabalho e a figura proeminente dessa integração”, a análise *operaísta* de Lenin “apreende a tradução das relações sociais existentes em movimentos de luta do proletariado, em consciência subjetiva, níveis de organização e comportamentos” (NEGRI, [1976] 2014, p. 80). Se Marx é operaísta, Lenin também o é (ou, pelo menos, certos cortes metodológicos ockhanianos deles), ao desenvolver um estudo completo do caso russo da composição de classe, levando em conta, para seu projeto político de organização, a composição técnica, social e política da classe operária e política de seu tempo. Ora, a composição de classe pela qual lidou Lenin tinha, como vanguarda, o que os operaístas denominam de *operário-profissional* ou mesmo operário-qualificado. Na descrição de Ryan, “a posição isolada e minoritária dessa vanguarda (sua composição de classe política) determinou a necessidade de uma organização externa ao proletariado” (RYAN, 1991a, p. 202), ou seja, se parte da composição de classe, de sua análise, para, apenas depois, propor o modelo de organização mais eficaz e correspondente. No partido-fábrica de Lenin, “a difusão da luta espontânea na Rússia [...] tornou necessária um partido central para unificar as diversas lutas e acumulá-las em uma força mais poderosa e destrutiva” (RYAN, 1991a, p. 202). Se o partido em Lenin é, como afirma Negri, a *fábrica da estratégia*, é porque “ele tem a capacidade de agir como um multiplicador na espontaneidade revolucionária dos operários, transformando esse material primário de insubordinação em uma acumulação revolucionária e transformando-o em uma capacidade geral de ataque contra o adversário” (RYAN, 1991a, p.

202), e, é exatamente no espaço da fábrica que, “os operários aprendem a disciplina e a organização necessárias para o partido” (RYAN, 1991a, p. 203). Tendo como base esse modelo de operário — decomposto, como vimos, a partir de 29, o que produz o operário-massa —, a teoria da organização só poderia ter como ponto de referência para a recomposição política de todo proletariado “um processo essencialmente enquadrado na estrutura organizacional do trabalho; que via o papel produtivo dessa classe operária como primordial” (NEGRI, [1971] 2005, p. 12), dado que é esse novo sujeito que luta contra a nova exploração, de dentro do processo, sendo capaz, assim, de melhor direcionar à luta dos estratos externos à exploração direta capitalista, como os camponeses, por exemplo. Mesmo a ideologia do trabalho, duramente criticada pelo operaísmo na etapa das lutas do operário-massa — e além —, estava justificada, na perspectiva de Negri, pela estratégia da aceleração da unificação dos estratos da classe. Se a forma do antagonismo se dava entre “o controle dos operários sobre o processo de trabalho e a propriedade capitalista dos meios de produção” (NEGRI, [1971] 2005, p. 29), e, por isso mesmo, é uma forma contraditória, pois se luta contra a exploração e pelo desenvolvimento do capitalismo, nas lutas do operário-massa, no entanto, “o antagonismo específico [...] é aquele entre a constituição geral da classe trabalhadora em uma individualidade política e a forma fabril de dominação capitalista, entre o comando pela empresa e uma vontade comunista por parte das massas” (NEGRI, [1971] 2005, p. 29). Essa passagem é apenas um exemplo que ilustra a transformação da classe, das lutas e do capital. Negri defende, portanto, que o dispositivo leninista do pensamento permite estudar cada composição e, através dela, fornecer uma teoria da organização adequada. Não é tanto que o leninismo possa ser revivido, mas que o método que ele usou para descobrir e avaliar o conteúdo da composição de classe pode ser utilizado novamente, mas exigirá, em cada caso, soluções distintas das de Lenin, que, no entanto, permanece uma referência fundamental, ao elaborar um método no qual é possível passar da crítica à política. Quando Negri critica o Estado-Plano, já estamos em um modelo de capitalismo e uma composição de classe diferente, em que lutar pelo desenvolvimento do capital não traz mais nenhum benefício à autonomia da classe, que agora está massificada e tem na figura do operário-profissional não mais uma vanguarda, mas uma forma decomposta e marginal, um resquício do que foi, outrora, sua composição política. Na ótica de Negri e do operaísmo isso é uma verdade prática, confirmada pela recusa ao trabalho, pela ruptura com o capital e pelo bloqueio da lei do valor, o que significa, em outras palavras, que o antagonismo não assume (ou não pode mais assumir) a forma da contradição, mas sim da ruptura, da antivalorização do capital e da autovalorização da classe trabalhadora. O que é essencial no

processo, e que determina a passagem da crítica da economia política à organização revolucionária, é o dispositivo epistemológico da leitura da composição de classe, da composição técnica, política, e também a leitura e análise da composição do capital, daí deriva o “o conceito de partido” que, “para ser funcional em termos de ciência da classe trabalhadora, deve sempre se referir ao conceito de composição de classe” (NEGRI, [1976] 2014, p. 80). A teoria da organização é, por fim, derivada dessa primeira análise, e deve corresponder às necessidades da classe no período. Nesse sentido, a teoria da organização não pode nem ser uma fórmula pronta, separada das condições imanentes e materiais da composição de classe como no leninismo ideológico, como também não pode arriscar ser uma inovação formal sem o lastro subjetivo necessário, ou seja, também não pode ser uma meta-teoria da organização, repetindo um formalismo que não nos faz sair do lugar. Em ambos os casos, para a esquerda, sempre é uma tragédia quando se quer derivar, de uma tese e de um modelo de organização política, uma composição de classe que a corresponderia, dado que ela é inexistente, e a subjetividade material dada deve servir como um atrator da sua própria política, e não o contrário. Lenin, com seu dispositivo epistemológico, segundo Negri, nos ensinou exatamente isto. E aqui, não estamos falando de que devemos passar da epistemologia à política, ou mesmo da economia à política, pois esse dispositivo epistemológico já é efetivamente político, no sentido de que ele possibilita a organização da política subversiva e revolucionária — que já existe antes dele, mesmo que de forma espontânea — e, sem ele, a teoria da organização é vazia e transcendente.

Negri argumenta, ainda, que Lenin descreveu e organizou a classe, adequadamente, para o ápice do período da subsunção formal do trabalho ao capital (cf. NEGRI, [1976], 2014, p. 43). Ora, quando lemos (1898) *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lenin, temos uma longa descrição e análise dos efeitos da subsunção formal na Rússia, do qual o modelo de organização deve ser derivado, não para a manutenção do sistema, mas para sua gradual extinção. Gradual, pois, como afirma Ryan, a subsunção formal do trabalho “impôs a necessidade de um desenvolvimento adicional antes que uma composição de classe pudesse ser alcançada, capaz de comunismo” (RYAN, 1991a, p. 202). Para tanto, Lenin demonstra a necessidade de uma unificação da classe, que está dividida em uma série de diferentes estratos, diferentes formas de trabalho, diferentes formas de subsistência, obtenção de renda e formas de luta, na forma das primeiras revoltas dos camponeses e mesmo de um proletariado não industrial. Em um panorama assim, o capitalismo está engatinhando, ou seja, continua na maturação de seu processo de subsunção formal, “na medida em que o capital subordina, sob sua própria organização, diferentes, anteriores e antigas formas de produção, não porque o

capital domina a produção e a reprodução em todo o mecanismo de acumulação” (NEGRI, [1976] 2014, p. 81–82), ou seja, na subsunção formal, o capital apenas organiza externamente o trabalho, estando separado das condições que ele não estabeleceu, mas avança no momento em que ele conquista essas condições para futuramente constituir seu próprio desenvolvimento. Não precisamos, aqui, repetir todas as diferenças entre o partido leninista e o partido da recusa do trabalho, algo que elencamos no último tópico, mas reforçar que, na ótica de Negri, o operaísmo nada mais está fazendo do que dar continuidade, atualizando o dispositivo epistemológico e o método leninista de avaliação da composição de classe e da organização da mesma, no período e nas condições totalmente diferentes, da subsunção real do trabalho. Vimos como, na leitura operaísta, são as lutas que determinam, intensificam, aceleram a transformação da subsunção formal para real, e, para Negri, Lenin conseguiu registrar o primeiro momento dessa passagem: “na primeira introdução de máquinas em massa e na assunção do operário-profissional como figura fundamental para a organização capitalista do trabalho” (NEGRI, [1976] 2014, p. 82). Negri e os operaístas até meados dos anos 70, dando seguimento ao dispositivo de pensamento leninista, estão registrando dois momentos posteriores dessa luta; o da subsunção real, isto é, que ocorre em resposta às lutas do operário-profissional, “durante o que descrevemos [...] como a grande crise de 1929, com a introdução da dessocialização sistemática, a construção da linha de montagem e a imposição mais radical do trabalho abstrato” (NEGRI, [1973] 2015, p. 83), ou seja, o período da hegemonia do operário-massa, que “transforma a abstração do trabalho em uma mobilidade geral, intersetorial e territorial, no qual o planejamento transformou a natureza do capital em que o controle já não é centralizado, mas sim estendido além da fábrica para toda a sociedade” (RYAN, 1991a, p. 202) e, por fim, o momento da supressão formal do trabalho, na “fase da produção automatizada e a mudança da forma de comando sobre a produção, a expansão e hierarquização dessas relações de comando e organização sobre toda a sociedade” (NEGRI, [1973] 2005, p. 83), isto é, a passagem da sociedade fábrica para a fábrica social e o começo da hegemonia de um proletariado flexível, um trabalhador socializado, que Negri denominará em sua primeira formulação de operário-social e posteriormente, de Multidão. Sendo assim, retomar o legado de Lenin, pelo menos na perspectiva do operaísmo, é retomar essa capacidade de ler, na composição de classe, o projeto revolucionário adequado ao presente das lutas.

As maiores contribuições de Lenin para a teoria revolucionária são a necessidade de construir organizações em termos da composição política da classe, a localização do potencial revolucionário em um sujeito de classe capaz de transformar a realidade e a noção de que o melhor método de revolução é o da tendência como uma

antecipação teórico-prática baseada em uma análise da formação social existente. A composição de classe determina a organização, embora uma composição de classe subdesenvolvida possa significar que a relação deve ser invertida, como foi o caso na Rússia (RYAN, 1991a, p. 204).

Nesse sentido, o operaísmo é um leninismo, mas um leninismo contra qualquer ideologia leninista da organização separada do dispositivo de leitura dinâmica da composição de classe. Se, como afirma Michael Hardt, “a afirmação de Negri da teoria leninista de organização serve paradoxalmente para destacar as maneiras pelas quais a forma historicamente específica da organização leninista já não é adequada às manifestações contemporâneas da subjetividade dos operários e ao atual modo de produção” (HARDT, 2005, p. 19), esse movimento está embasado no próprio uso do dispositivo de leitura da composição de classe que Lenin empregou e que podemos ainda ativar. Sendo assim, Negri pode afirmar que “o verdadeiro leninismo é a interpretação dinâmica da nova composição de classe dada” (NEGRI, 1970, p. 130), quanto à “organização adequada a esta composição de classe” (NEGRI, 1979, p. 131). Por fim, como afirma Hardt, “o que devemos adotar de Lenin é um projeto de leitura da composição real e presente da classe trabalhadora e de interpretação de sua subjetividade, e de suas necessidades de expressão organizada” (HARDT, 2005, p. 21). Nesse sentido, como coloca Negri, “somos leninistas na medida em que, a partir de nossa situação determinada contemporânea, afirmamos um ponto de vista de classe voltado para a subversão” (NEGRI, [1976], 2014, p. 45) e, como relembra Negri, antecipando elementos que estudaremos no próximo capítulo, era isso que o operaísmo estava buscando fazer nos anos 70:

Nos primeiros anos da década de 1970, estávamos experimentando a transição da hegemonia do operário-massa e da hegemonia organizacional do intelectual externo para novas formas organizacionais do operário-social e da força de trabalho que eram internas à produção intelectual: esse processo de mutação da subjetividade política claramente não pararia ali, e sabíamos disso. Na verdade, já sentíamos o surgimento de novas figuras organizacionais na práxis e na teoria revolucionária. Para nós, Lenin servia como um ensaio metodológico para a análise da transformação da luta de classes; ele era o *shibboleth* de uma contínua refundação revolucionária por meio da transformação dos sujeitos (NEGRI, 2014, p. xx).

Se *Lenin na Inglaterra* se traduz perfeitamente como *operaístas na Itália*, nada impede que, tomando em mãos novamente o dispositivo-Lenin, a análise da história das lutas e de sua organização política se faça novamente, em diferentes situações e configurações.

#### 4. O OPERÁRIO-SOCIAL: AUTOVALORIZAÇÃO, APROPRIAÇÃO, SUBVERSÃO

Neste último capítulo, nosso objetivo é apresentar e debater as contribuições da filosofia de Negri ao movimento social da Autonomia, contextualizando suas teses do operário-social, da luta pelo gasto público e da autovalorização, em relação a essa conjuntura. A tese negriana do operário-social é a tentativa mais acabada de atualizar o método operaísta da análise da tendência e transformação da composição de classe no pós-fordismo emergente na Itália nos anos 70. Veremos que o desafio para Negri é como dar conta de um conceito de classe que abarque a multiplicidade dos sujeitos sociais, considerando a riqueza e complexidade política inegáveis do movimento, tanto em termos de sujeitos protagonistas das lutas como em relação às táticas e estratégias adotadas, avaliando, assim, se a tradição do operaísmo estava suficientemente armada para dar conta dessa configuração.

Essa situação também é inseparável do ápice da guerra civil italiana em 77, entre o movimento social e o Estado que, tem como contorno definitivo, a repressão policial e jurídica do julgamento 7 de Abril em 79, que aprisionou Negri e outros militantes em uma aberração jurídica, não muito distante do contexto de análise negriana da transformação das instituições sociais subservientes à lógica violenta do comando capitalista. Devemos, então, investigar os sentidos do 7 de Abril a contrapelo, ou seja, investigar de que maneira a filosofia de Negri contribui para o movimento. Portanto, é, para nós, uma oportunidade de avaliar e pôr a prova a coerência das teses desenvolvidas por Negri até o período, sobre o papel repressivo e violento do Estado no capitalismo desenvolvido, quando a lei do valor funciona apenas pela força do comando, assim como avaliar o possível extremismo e radicalidade das teses de Negri, retomando elementos da problemática da organização política. No tópico 4.1, sobrevoamos o contexto social e político do movimento da Autonomia para melhor apresentar a filosofia de Negri no período, no tópico 4.2, subdividido em 4 tópicos, analisamos o desenvolvimento da filosofia de Negri do período: a tese do operário-social, a temática do salário social como luta pelo gasto público, a crítica de Negri à constituição material do Estado-Crise, e a tese negriana da autovalorização, dando consistência assim, ao perspectivismo e aceleracionismo negriano setentista. Por fim, no tópico 4.3, discutimos a leitura negriana e operaísta de Marx nos *Grundrisse*, uma leitura que

definimos como política, buscando mobilizar o perspectivismo e o aceleracionismo das lutas como ciência operário da crise e da subversão.

#### 4.1. *Autonomia Operaia*: entre a aceleração das lutas e a repressão ao movimento de 77

Neste tópico, seguindo o método de exposição histórica do pensamento operaísta de Negri, buscamos contextualizar sua filosofia em relação ao movimento social da Autonomia. Apresentaremos, em linhas gerais, o contexto político em que a *Autonomia Operaia*, do qual Negri era um dos participantes, atuava, para melhor apresentar o desenvolvimento de seu pensamento no período. Alertamos de antemão que a investigação sobre a “área da Autonomia” — uma verdadeira constelação de grupos militantes e plurais em sua abordagem —, aqui é restrita, e não poderia não o ser: seria impossível dar uma contextualização que não apenas parcial de um movimento tão plural e de difícil conceitualização em nossa tese. Nesse sentido, nos limitamos a enfatizar a relação do pensamento de Negri com o movimento, e assim, buscar mostrar como o método operaísta é empregado, visando acompanhar as transformações sociais produzidas no período. Esse sobrevôo sobre o movimento da Autonomia é essencial também porque a história do pensamento operaísta é inseparável da defesa do confronto com o Estado que, explodindo em 77, intensificará a onda de repressão dos anos 70 e aprisionará Negri e outros militantes de esquerda, marcando o fim da sequência histórica de ciclos de lutas na Itália que, como vimos, se inicia no final dos anos 50. Como Negri foi um dos principais alvos do processo repressivo do 7 de Abril, é também uma oportunidade de fazer justiça com sua memória política. Não por compaixão, mas pela alegria da riqueza e excesso de um pensamento, em relação ao qual o Estado e o poder constituído só pôde responder na forma da prisão e da ameaça da morte.

Com o final de grupos como *Potere Operaio* e, posteriormente, *Lotta Continua*, a soma dos militantes e teóricos de esquerda extraparlamentar que mantiveram sua posição em oposição à esquerda reformista, formaram o que ficou conhecido como a *Autonomia Operaia* ou apenas *Autonomia*. Foi aqui que a maioria dos membros do pensamento operaísta, como Oreste Scalzone, Sergio Bologna e Franco Piperno, se alocou com o final de *Potere Operaio*, e será aqui que o método da análise de composição de classe por Negri será continuamente desenvolvido até o final dos anos 70, até sua prisão. Sendo mais fácil, na realidade, de definir o período de sua atividade, entre 74 e 79, do que sua fundação, *Autonomia Operaia* é melhor

definida como um grupo de reunião dos remanescentes das lutas estudantis e operárias da década de 60 e início dos anos 70 dentro da “área da Autonomia”, área que continha uma pluralidade de grupos e militantes distintos em toda Itália, divididos por cidades, cada uma com sua célula da “Autonomia”. Como afirma Sylvère Lotringer, quando, em 79, viaja até a Itália para conhecer e escrever sobre o movimento, já em estado de refluxo, “uma definição precisa da *Autonomia Operaia* [...] é um verdadeiro quebra-cabeça italiano. Tudo o que se pode dizer é que é uma organização [...] cujos membros se identificam de alguma forma com o projeto autonomista” (LOTRINGER, 2009, p. ix). Comparando o movimento com o operáismo, Timothy Murphy nos fornece uma descrição mais completa do quebra-cabeça da Autonomia:

[...] ao contrário do movimento operáista inicial, centrado em revistas como *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*, e ao contrário de organizações como *Potere Operaio*, centradas nas fábricas e escolas do Veneto, a *Autonomia* não tinha um centro, seja geográfica ou conceitualmente. Alguns críticos a descreviam como um arquipélago — um conjunto disperso de pequenos grupos que compartilhavam apenas algumas características gerais. Mas uma descrição mais afirmativa poderia chamá-la de ‘movimento de movimentos’, assim como as lutas pela globalização hoje em dia. O termo mais comum utilizado na época era simplesmente ‘área’ de forma neutra. De qualquer forma que se descreva, a *Autonomia* carecia da estrutura estável de organizações políticas mais tradicionais, e, juntamente com a estrutura, também carecia de pontos de origem e fim claros (MURPHY, 2012, p. 87).

No entanto, como colocam Lotringer e Marazzi (cf. 2009, p. 13), o quebra-cabeça não pode nos confundir com relação aos objetivos do movimento: os autores argumentam que, pelo menos desde 73, a *Autonomia* foi uma busca de uma classe política recém-composta, (o proletariado difuso ou o operário-social), capaz de agir por fora do sistema de representação oficial da classe operária que, na forma da política do Compromisso Histórico, assumiu a via reformista de aliança do PCI com os Democratas Cristãos: “se o capital atacou a luta dos trabalhadores com demissões em massa, inflação, desemprego crônico, etc., era então necessário determinar um novo terreno político onde as mais diversas camadas sociais pudessem unir suas lutas e recompor uma frente contra o capital” (LOTRINGER, MARAZZI, 2009, p. 13). Esse processo, que, na realidade, não se restringe à Itália, é explicado por Michael Hardt (cf. 2023, p. 110): desde 73, as elites econômicas e políticas dos países capitalistas, temerosas pela insurgência dos trabalhadores, colocaram em movimento processos que, como os operáistas denominavam, visavam à decomposição da organização política da classe operária, pela via da redução do papel da mão de obra industrial e da fabricação de mercadorias, como no caso da “automação e transferência de fábricas para países subordinados que, eventualmente, juntos serviram para reorientar as economias

domésticas para a produção de bens imateriais, serviços e finanças” (HARDT, 2023, p. 110). Michael Hardt defende que a “anomalia italiana” está menos na efetivação desse processo, uma tendência global no capitalismo dos anos 70, do que na capacidade de intervenção teórica e prática militante do movimento italiano, “já que muitos da esquerda radical italiana foram capazes de teorizar mais rapidamente e de forma mais clara do que outros a natureza e as consequências políticas desse processo” (HARDT, 2023, p. 110). Nesse sentido, o método operaísta permitiu entender tanto que “a luta revolucionária não poderia mais se concentrar nos trabalhadores industriais e em seus interesses e necessidade”, quanto reconhecer que “isso não significava o fim da luta de classes, mas sim a entrada em uma nova fase dela” (HARDT, 2023, p. 110). Portanto, as peças do quebra-cabeça do movimento da Autonomia não são mais do que coordenadas que direcionam o conteúdo expressamente político dessa conjuntura tanto problemática quanto rica em possibilidades revolucionárias.

O historiador do operaísmo Steve Wright, por exemplo, insiste em uma definição tripla da *Autonomia*: como grupo político, movimento e ideologia. Como grupo político, era formado por uma camada múltipla de atores: estudantes, operários, desempregados, mulheres, teóricos, trabalhadores terceirizados e mesmo drogados e vagabundos, entre outras “transversalidades” (cf. TARI, 2019, p. 245): “essas camadas eram constituídas em torno de eixos diferentes, mas muitas vezes interpenetrantes: posição de classe, ideologia, experiência compartilhada, lealdade pessoal e de grupo” (WRIGHT, 2005, p. 75). Por grupo político, entendemos aqui protagonistas de lutas, e mesmo de novas lutas: das tradicionais greves e sabotagens nas fábricas, o desenrolar dos anos 70 na Itália também trouxe, além da passagem dessas práticas para a metrópole, as ocupações de residências e prédios, as práticas de autorredução (no qual o movimento define o quanto pagar por um serviço ou mercadoria), além da apropriação direta e luta armada. Nesse sentido, afirmando a importância do legado da Autonomia, Larissa Drigo aponta que “a autonomia colocou em prática técnicas e estratégias que até hoje são determinantes nas ações de esquerda [...] algumas delas [...] constituem ainda, em muitos países, o que pode ser considerado o que há de mais avançado em matéria de luta” (DRIGO, 2022, p. 152). Tomando o fenômeno da autorredução como exemplo paradigmático, os pesquisadores Eddy Cherki e Michel Wieviorka, afirmam que as lutas não ocorrem mais apenas no campo da produção direta, mas também no campo do consumo, ou seja, no campo da reprodução social: as formas convencionais de luta, como a sabotagem na produção, a redução da produtividade e o absenteísmo, e mesmo o sequestro de lideranças fabris, reaparecem transmutadas na metrópole: “formas de ação direta reaparecem no campo das lutas urbanas, centradas essencialmente no problema da moradia. Os sem-teto

ocupam casas vazias. Inquilinos de habitações públicas reduzem aluguéis ou resistem a despejos. Essas lutas são ilegais, massivas e frequentemente violentas” (CHERKI, WIEVIORKA, 2009, p. 73). Como defende Franco Piperno (cf. 2009, p. 221), a *ilegalidade de massa* se torna não um limite para as lutas, mas sua própria condição de existência e possibilidade, a própria base social do qual parte o movimento social, o próprio modo de ação pela qual ele pode se reproduzir e se alastrar. Nesse terreno difuso “não estamos mais na fábrica, na área de produção em si, mas sim na interseção entre a fábrica e o bairro ou cidade. Isso prenuncia o desenvolvimento de lutas populares no nível do consumo” (CHERKI, WIEVIORKA, 2009, p. 73). Nesse sentido, consoante com a defesa negriana da apropriação direta contra a simples distribuição da riqueza e, com isso, tendo no Estado um inimigo direto e declarado, “a autorredução contém as sementes de uma séria crítica a um serviço público (ou a um Estado) supostamente neutro, técnico, a serviço de todos, sem conotações políticas ou ideológicas” (CHERKI, WIEVIORKA, 2009, p. 76). É assim, efetivamente, um ataque contra o Estado e uma das afirmações propositivas do lema da recusa do trabalho. Veremos como a apropriação da riqueza, na forma de apropriação de bens-de-consumo, de armas para a defesa pessoal, ou mesmo de moradia, é um fenômeno que torna a recusa do trabalho também positiva, algo que chamamos na tese a partir do pensamento de Negri de reapropriação maquínica. Portanto, essas práticas de socialização das lutas não podem ser separadas, no contexto do pensamento operaísta, de uma transformação da hegemonia da categoria do *operário-massa*. Se antes era aludida como tendência a necessidade da passagem da luta da sociedade-fábrica a fábrica social, nos anos seguintes à dissolução de *Potere Operaio* esses elementos se tornam comportamento padrão de um novo sujeito (ou novos sujeitos das lutas), que vai ser teorizado por Negri como uma expressão classista e unificada do proletariado difuso, como um *operário-social*. Para Altamira (cf. 2006, p. 189), é a própria formação de *Autonomia Operária* que se confunde com o desenvolvimento dessa nova figura do *operário-social*: em nossa perspectiva, embora correto, é mais interessante pensar que é o pensamento de Negri, no entanto, que persegue o movimento e procura nele as soluções teóricas adequadas, na contínua análise da composição de classe. Negri, por exemplo, ao relembrar as atividades em torno da revista *Rosso*, fundada após o fim de *Potere Operaio*, não mais focada no *operário-massa*, mas nos “novos comportamentos, na insubordinação social, e nas condições dos proletários, dos jovens, das mulheres” (NEGRI, 1979, p. 134), atenta como ela foi a primeira revista política italiana a tratar de temas como cidadania, direitos sexuais, homossexualidade e lutas diversas, como confrontos entre torcedores de futebol contra a polícia (cf. NEGRI, 1979, p. 139). Ou seja, temas que poderiam ser considerados um

escândalo para um jornal político, mesmo para um jornal operaísta nos anos 60, eram agora considerados completamente adequados a uma nova realidade de uma nova composição de classe. Desta maneira, depois do 68 estudantil e do Outono operário, a socialização das lutas ampliou o escopo e as margens da figura do sujeito antagonista e, como temos visto na tese, o método operaísta — não estando preso em uma figura de subjetividade determinada —, é capaz, a contrapelo da paralisia das categorias, de ler corretamente a transformação interna dessa subjetividade de classe. Por mais que a herança operaísta — principalmente pelo leninismo organizacional criticado pelo próprio Negri — possa ser criticada por alguns setores da constelação da Autonomia (cf. TARI, 2019), é inegável que ela é indissociável e fundamental para o crescimento do movimento que, por sua vez, enriquece a ciência operária da crise e da subversão, tornando também uma ciência proletária. Sobre o movimento, ele é uma multiplicidade, uma pluralidade, não há uma “autonomia”, mas várias — também geograficamente, em cada cidade italiana, — nesse sentido, se o corpo político é orgânico ao Estado, ao partido oficial, às instituições, “a autonomia é o corpo sem órgãos da política, antihierárquica, antidialética, antirrepresentativa” (LOTRINGER, MARAZZI, 2009, p. 8), portanto, a crítica à dialética feita por Negri reaparece agora como um comportamento padrão do próprio movimento social. Seguindo na composição do movimento, Steve Wright (cf. 2005, p. 75) aponta haver, dentro da “área da autonomia”, uma subdivisão entre autonomia organizada — as alas “organizadas” — e da autonomia difusa — as alas mais “espontaneístas”. Dentro dessas divisões, temos, pelo menos cinco níveis distintos mais ou menos identificáveis que se cruzam entre si e interagem: há a rede de militantes locais que havia inspirado a fundação inicial do movimento; há uma aliança delicada de “microfações” baseadas regionalmente, lutando por hegemonia dentro da mais ampla “área da Autonomia” e além dela; há uma “galáxia difusa” de coletivos locais independentes, frequentemente cortejados pelos autonomistas “organizados”; há também uma ala “criativa” preocupada com a política de comunicação subversiva — como nas rádios livres<sup>45</sup> — e, por último, existe uma miríade de pequenos grupos clandestinos que haviam surgido da Autonomia organizada ou da Autonomia difusa, formadas para proteger os membros em manifestações da polícia e dos fascistas. Por fim, por ideologia, Steve Wright quer definir os elementos teóricos que definem o movimento. O fundamental é o operaísmo, identificável também pelas “crenças

---

<sup>45</sup> Sobre a importância das rádios livres, produzindo contrainformação contra a cobertura da grande mídia e cobrindo as manifestações populares, Lotringer, sobre a rádio *Onda Rosa*: “A rádio se especializa em contrainformação, fornecendo críticas diárias dos jornais *L'Unita* e da imprensa burguesa. Mas a força de uma rádio livre está em outro lugar, transmitindo instantaneamente ocupações de prédios, greves espontâneas e incidentes repressivos, convocando imediatamente manifestações populares” (LOTRINGER, 2009, p. viii).

compartilhadas dentro do movimento”, como a recusa do trabalho, a defesa e extensão das necessidades da classe trabalhadora contra a lógica do mercado; a interpretação do capital como uma relação social aberta de poder; e, finalmente, como consequência desta última, uma noção da forma estatal do capital, em desacordo com a mentalidade do marxismo ortodoxo (cf. WRIGHT, 2005, p. 75). Essa classificação, no entanto, não é a única possível. Por exemplo, Larissa Drigo defende três linhas no interior da *Autonomia* (cf. 2022, p. 150), a primeira, organiza-se através da revista *Rosso* e na figura de Negri, “*Rosso* é sensível à importância do tema do proletariado jovem, do chamado operário social e da crítica política” (DRIGO, 2022, p. 151), a segunda linha, que forma *Senza Tregua*, é a mais “operaísta” da *Autonomia*, enquanto a terceira linha recusa o leninismo, e se influencia mais por Foucault, Deleuze e Guattari, se organizando ao redor da revista *A/traverso*, no qual Bifo é um nome importante. Não nos interessa aqui dar uma definição final, apenas ilustrar o quanto o movimento é amplo e plural e de difícil conceitualização, algo rechaçado, por exemplo, pelo poder constituído na sua tentativa de definir todo o movimento como “terrorista” para melhor criminalizá-lo.

O auge do movimento é em 77, ao mesmo tempo que também é seu declínio<sup>46</sup>. A perspectiva de Negri sobre o 77 é claramente motivada por uma preocupação operaísta, um operaísmo que, agora, sai da fábrica e atravessa a metrópole: “depois de 77 não há ninguém que possa falar seriamente de composição de classe sem considerar o proletariado difuso e o novo mundo de necessidades como um elemento fundamental na luta de classes” (NEGRI, 1979, p. 148). Na perspectiva de Negri, o proletariado difuso, que se unifica como operário-social, é o novo sujeito de uma série de lutas que, em 77, tornam a Itália um campo de guerra civil. Sobre o ápice do movimento, podemos citar dos acontecimentos que são fundamentais e que aceleram a guerra entre o movimento e o Estado: o primeiro é o levante em resposta ao assassinato do estudante Francesco Lorusso, membro da *Lotta Continua*, em Bolonha, em março de 77, pelas forças policiais dos *Carabinieri*, que desencadeou uma onda de manifestações de protesto em toda a Itália<sup>47</sup>. Esses protestos foram intensos, resultando na

---

<sup>46</sup> Para uma genealogia da autonomia remetendo ao operaísmo e às lutas fabris, passando por todas as lutas que desencadearam no 77 e distinguindo as diferentes linhas dos grupos em detalhe, indicamos o texto de Bifo (2009, p. 148–170).

<sup>47</sup> Essa morte, apesar de ser um estopim, não é um caso isolado nos “anos de chumbo” italianos, como analisa Michael Hardt recordando Piazza Fontana: “Pode-se dizer, em retrospecto, que o massacre da Piazza Fontana, a violência e impunidade da polícia e do estado em colaboração com grupos fascistas, prepararam o terreno para a repressão crescente e cada vez mais violenta na década seguinte. A violência por parte da polícia e das equipes de segurança das fábricas contra manifestações e grevistas tornou-se mais intensa. Houve incidentes repetidos de disparos de armas de fogo pela polícia contra manifestantes nas ruas, em várias ocasiões matando-os. Esquadrões fascistas não apenas realizaram pequenos ataques contra manifestações de esquerda e centros sociais, mas também executaram ações terroristas que resultaram intencionalmente em mortes em massa,

ocupação de várias universidades italianas, especialmente em Bolonha e Roma. A resposta das instituições do Estado veio na forma da repressão, com o uso massivo da polícia e da tática jurídica da lei *reale*<sup>48</sup>. É contra essa reação que intelectuais franceses escrevem um manifesto contra a repressão, tendo como signatários, entre eles, Sartre, Deleuze, Foucault, Guattari e Barthes. O segundo acontecimento marca a ruptura definitiva entre o PCI e a Autonomia. Em 17 de fevereiro de 1977, após a expulsão de Luciano Lama<sup>49</sup>, secretário da CGIL, um sindicato próximo do PCI, da Universidade de Roma, o confronto proporcionou à polícia a oportunidade de invadir a universidade e expulsar à força os estudantes que a ocupavam. A resposta do PCI foi rápida, com uma declaração contundente do secretário do partido, Enrico Berlinguer, o promotor do Compromisso Histórico, que não exitou em comparar os estudantes à fascistas. Uma facção mais radical dos autonomistas assumiu a intensificação do nível do conflito, optando pela luta armada durante as manifestações contra as forças policiais — é o período em que a pistola *Walther P38* é carinhosamente apelidada pelos autonomistas como “camarada P38”<sup>50</sup>. A morte da estudante, Giorgiana Masi, em 12 de maio de 1977, nas mãos de policiais infiltrados e autorizados a usar armas de fogo, marcou a intensificação de uma espiral de violência de ambos os lados. É nesse movimento que grupos paramilitares, como as Brigadas Vermelhas, começam a cometer atentados isolados. Para explicar o movimento de aceleração das lutas, Massimo Modonesi (2010) explica que 77 produziu uma espécie de feedback positivo, no qual a mobilização social crescente “se alimentava das múltiplas facetas de um movimento complexo e articulado que se baseava nas experiências acumuladas e se difundia no território e no tecido social” (MODONESI, 2010, p. 69). Se, como afirmam Marazzi e Lotringer, eram as “diferenças políticas, a variedade interna do movimento autônomo, que permitiram seu crescimento” (LOTRINGER, MARAZZI,

---

incluindo o bombardeio de uma manifestação antifascista em Brescia em 1974 (8 mortos, 102 feridos); o bombardeio do trem *Italicus Express* em 1974 (12 mortos, 48 feridos); e o bombardeio da estação de trem de Bolonha em 1980 (85 mortos, mais de 200 feridos). Havia até relatos credíveis do perigo de um golpe de estado de extrema-direita na Itália em meados da década de 1970, o que parecia ainda mais plausível após o golpe de setembro de 1973 no Chile. Permanece incerto quão próximos esses temores de um golpe estavam da realidade, mas certamente era razoável na época questionar, no mínimo, se o passado fascista não muito distante da Itália realmente tinha passado” (HARDT, 2023, p. 239).

<sup>48</sup>Sobre a lei *reale*: “Trata-se de um conjunto de leis, supostamente contra o terrorismo, que restringe severamente a liberdade pessoal, concedendo à polícia o direito de atirar em indivíduos sem quaisquer consequências legais. No referendo de 1978, os Democratas Cristãos (PCD) e o Partido Comunista Italiano (PCI) uniram forças para apoiar a *Legge Reale*. Essa coalizão foi uma tentativa descarada de silenciar os novos movimentos sociais emergentes” (LOTRINGER, MARAZZI, 2009, p. 173).

<sup>49</sup> Conferir o texto anônimo, com o título irônico, “Lama Sabachthani”, sobre os eventos em uma chave de leitura em defesa e imanente ao movimento, em (LOTRINGER, MARAZZI, 2009, p.100-101).

<sup>50</sup> Conferir o texto anônimo que circulou entre o movimento da autonomia, “Let 's do Justice to our Comrade P.38”, presente em (LOTRINGER, MARAZZI, 2009, p. 120 – 121), que defende o uso da arma como uma forma de manter as práticas de ilegalidade de massa.

2007, p.10), o Estado, ao anular essas diferenças, só podia reproduzir aquilo que afirma querer combater: o próprio terrorismo: “O Estado não atinge seu alvo declarado (eliminar as Brigadas Vermelhas). Ela elimina, em vez disso, o que se recusa a reconhecer: o surgimento de novas formas de conflito ligadas a um novo estrato social” (LOTRINGER, MARAZZI, 2007, p. 10). Para Lotringer e Marazzi, o Estado produz assim um “delírio lógico” ao projetar “o mosaico da Autonomia na tela rígida das Brigadas Vermelhas. E assim o jogo continua” (LOTRINGER, MARAZZI, 2009, p. 20). Sobre as Brigadas Vermelhas, para os autores, ela não é “violenta” o suficiente, pois reproduz em menor escala o próprio poder do Estado. Aqui, voltamos a uma lição operaísta: é justa a violência proletária que produz (contra-)subjetividade, contrapoder, autovalorização, que destrói o poder do Estado, não que o reproduz e mesmo que o fortalece. Na realidade, o Estado-Crise do capitalismo setentista sabia que seu verdadeiro inimigo não eram as Brigadas Vermelhas, mas sim o novo proletariado que emerge no movimento, na sua prática de ilegalidade de massa. A *Autonomia*, nesse sentido, formava uma espécie de ecologia política, no qual os elementos quantitativos e qualitativos do movimento, se politizaram (e se polinizavam) em conjunto:

[...] com a extensão espacial e a ampliação de órgãos de difusão e influência cultural, a consigna da autonomia se expressou plenamente, não apenas como autonomia do movimento em relação a partidos e sindicatos, mas como a manifestação da autonomia dos sujeitos organizados, sua capacidade de criar espaços liberados, autônomos em relação às regras do sistema. Iniciativas de autogestão floresceram: jornais, rádios, revistas, ocupações, manifestações, etc. A experiência das lutas desencadeou um processo de politização conflitual que deixou saldos importantes na conformação de subjetividades políticas (MODONESI, 2010, p. 69 – 70).

De fato, essa ecologia política, como temos visto, é fruto de um longo trabalho político de militância e intervenção teórica que floresceu e maturou na Itália. Se na ótica operaísta, as condições para a revolução estavam mais uma vez dadas, o resultado do ciclo de lutas é de uma derrota gradual do movimento, com o recuo e a dissipação das forças políticas. A história que se segue contém elementos de uma verdade indisputável: a radicalização do movimento teve como resposta uma repressão massiva que aumentaram os confrontos, os atentados fascistas, as prisões e as mortes. Para autores como Modonesi, “a estratégia da tensão alcançou seu objetivo” quando a violência se tornou a ordem do dia: “o Estado usou todo o seu poder legal e ilegal, o PCI apoiou a linha dura e acabou apoiando os governos democrata-cristãos e, finalmente, o movimento se desarticulou, vítima da repressão e de suas próprias contradições” (MODONESI, 2010, p. 69 – 70). Nesse período, “o ciclo de lutas que se iniciou em 1977 terminou mal. Recuo, dependência, prisão, exílio e suicídio não eram

incomuns” (WRIGHT, 2005, p. 97)<sup>51</sup>. Quando, em 1978, as Brigadas Vermelhas, em sua deriva terrorista — e usamos aqui o conceito que definimos no último capítulo — sequestram e executam Aldo Moro, o ciclo político está virtualmente encerrado. Sobre o grupo das Brigadas Vermelhas, devemos apenas acrescentar que, pelas lentes operaístas, ele representa uma das cristalizações possíveis, em um movimento revolucionário, de uma forma de ortodoxia de esquerda: seu enfoque no antagonismo está desacoplado do materialismo de uma análise correta da composição de classe, assim como de uma imanência aos comportamentos, necessidades, e desejos do movimento do qual ele, de fato, surgiu. A deriva terrorista de esquerda, em sua transcendência, é um efeito desse erro do método, e reproduz, mesmo que involuntariamente, a ciência do capital. Portanto, por mais que tenha objetivos justos, acaba por repetir, em figura invertida, a lógica terrorista do Estado: “basicamente, os terroristas e o Estado aderem ao mesmo código simbólico; ambos se comunicam através do assassinato” (LOTRINGER, 2009, p. vi). O antagonismo sem o materialismo da análise, e sem a imanência em relação ao movimento, perde assim o perspectivismo proletário e confunde ainda a aceleração das lutas com uma militarização cega do movimento. Aqui, a lição que fica é que toda aceleração das lutas é incompleta ou vazia sem um perspectivismo, desde baixo, que corresponde aos movimentos e às necessidades da classe. Mesmo com as melhores das intenções, como aponta Lotringer, “as Brigadas Vermelhas se tornaram uma elite de soldados profissionais. Suas atividades atestam um alto grau de sofisticação técnica. Mas o que se pode esperar de revolucionários que perderam a iniciativa na batalha da imaginação social?” (LOTRINGER, 2009, p. viii). A militarização, em vez de acelerar, acabou por sufocar o movimento quando este buscava, mesmo na forma da luta armada, ou seja, da apropriação maquínica, eliminar a violência terrorista do Estado em virtude de sua própria autonomia, da expressão de sua própria autovalorização. A ação das Brigadas, isoladas, acabaram por aumentar a violência estatal, e transcendente, contra o próprio movimento, bloqueando, portanto, a autovalorização da classe. Nas palavras de Lotringer, “mesmo um ramo ‘extremista’ do Movimento como a *Autonomia Operaia* não pode endossar de maneira simples a atividade clandestina das Brigadas Vermelhas, cujo modelo organizacional ‘vertical’ e estilo militar tornam difícil evitar a ossificação e o isolamento burocrático” (LOTRINGER, 2009, p. ix). Além disso, quando o movimento, em sua qualidade, se

---

<sup>51</sup> Segundo Michael Hardt, “Quarenta mil ativistas foram acusados de crimes, quinze mil foram presos, quatro mil foram condenados e sentenciados a penas longas e curtas, e milhares de outros fugiram para o exílio. Embora o número de mortos, torturados e presos na Itália não tenha atingido os níveis de alguns outros países, como Argentina, Chile ou Turquia — cada história repressiva do país contém horrores únicos — a repressão na Itália pôs fim ao longo período de atividade e experimentação revolucionária que culminou nos anos setenta” (HARDT, 2023, p. 241).

enfraquece, os grupos armados, ou mesmo o suicídio, acabam se tornando uma linha de fuga para os membros do movimento que não encontram mais as condições de reprodução de sua autovalorização como uma possibilidade: é o caso, por exemplo, do relato de membros da *Autonomia* que viveram anos sem trabalhar, sem pagar contas e em comunidade, e que, de um dia para o outro, tem o seu modo de vida, isto é, sua ocupação e seu grupo político desarticulado pela polícia, tem seus companheiros presos, etc. Como ilustra Lotringer, as práticas de ilegalidade de massa são múltiplas e nunca se reduziram à luta armada: a pequena “guerrilha doméstica”, já substituíra, em grande medida, a “velha guerrilha” na Itália: “na maior parte da Itália prospera a pequena ilegalidade: falsificação de diplomas e identidades, bilhetes de trem e ordens de pagamento falsos, dispositivos para evitar contas de serviços públicos... Para muitos, a ‘sabotagem doméstica’ se tornou o único meio de sobrevivência” (LOTRINGER, 2009, p.xv). É por isso que parte da *Autonomia Organizada* também se preocupava em definir um plano geral de organização que pudesse não apenas resistir, mas aumentar os níveis do antagonismo, sabendo que só assim a reprodução da ilegalidade de massa podia se reproduzir e, assim, reproduzir a própria classe, a própria autovalorização. Como argumenta Steve Wright, “o fracasso da Autonomia em representar uma força política geral abriu um vazio programático que os grupos armados em suas margens e além estavam mais do que dispostos a explorar” (WRIGHT, 2005, p. 100). Somado a isso, o julgamento de Sete de abril de 79 conclui, definitivamente, o movimento<sup>52</sup>. Essa história, com todos seus capítulos, está contada em muitos lugares<sup>53</sup>. Sobre o 7 de Abril, basta dizer que é uma aberração jurídica<sup>54</sup> e que levou à prisão e ao exílio muitos inocentes. Bifo sintetiza:

---

<sup>52</sup> Uma observação interessante sobre a ponto de vista do Estado, sobre a autonomia e as Brigadas, é feita por Sylvère Lotringer, quando este comenta o julgamento de Negri: “o promotor descreveu com precisão a Autonomia como ‘um verdadeiro mosaico feito de diferentes fragmentos, uma galeria de imagens sobrepostas, de círculos e coletivos, sem qualquer organização central’. É tentador juntar os fragmentos irreconciliáveis do quebra-cabeça autônomo com declarações peremptórias de tal forma que, de círculo em círculo e de imagem em imagem, o contorno emerge — trêmulo, perturbador, formidável — de uma organização central sombria que, de forma assustadora, se assemelha à das Brigadas Vermelhas” (LOTRINGER, 2007, p. xi), ou seja, para o ponto de vista do capital, a multiplicidade do movimento só pode ser interpretada como terrorismo na justificação irracional de sua própria ação terrorista, ponto de vista que é compartilhado pela opinião pública no período, como aponta Lotringer: “dentro da opinião pública ABSOLUTAMENTE QUALQUER UM PODERIA SER UM TERRORISTA” (LOTRINGER, 2007, p. x).

<sup>53</sup> Nada melhor do que indicar a perspectiva dos próprios prisioneiros sobre o absurdo de um processo jurídico que, mais do que atacar a integridade física, psicológica e política dos indivíduos, buscou destruir e falsificar todo um movimento. Indicamos, assim, o “memorial da prisão” — documento escrito em maio de 79, na “ala especial g8” da prisão de Rebibia, escrito por Mario Dalmaviva, Luciano Ferrari Bravo, Toni Negri, Oreste Scalzone, Emilio Vesce and Lauso Zagato. Em: (LOTRINGER, MARAZZI, 2007, 196–200).

<sup>54</sup> Deleuze escreve sobre o absurdo jurídico do processo de Negri: “Se Negri não estava diretamente envolvido no sequestro de Moro, então, em qualquer caso, ele o inspirou, ou ‘pensou’ e isso é equivalente a tê-lo realizado. Se Negri, em seus textos e declarações, se opôs claramente às Brigadas Vermelhas, isso foi apenas uma ‘cobertura’ inteligente, provando ainda mais conclusivamente que ele estava secretamente em acordo com eles e era o líder oculto deles. E assim por diante. Elementos contraditórios nas acusações não se anulam mutuamente. Pelo contrário, neste caso, eles se tornam cumulativos” (DELEUZE, 2008, p. 183), e “os procedimentos de

Em 7 de abril, vinte e dois militantes e intelectuais de Pádua, Roma, Milão e Turim foram presos. O que eles têm em comum é a participação, até 1973, no grupo *Potere Operaio*, que então se dissolveu e se tornou um elemento no movimento da Autonomia. Eles foram presos sob a acusação de liderar as Brigadas Vermelhas, a organização terrorista mais forte na Itália. Em particular, são acusados de dirigir o sequestro e execução de Aldo Moro, chefe do partido democrata-cristão governante. Não há fundamentos e nenhuma prova para essas acusações. Praticamente todos na Itália que leram um jornal sabem disso. Não apenas é falso que os militantes da Autonomia e os intelectuais presos em 7 de abril dirigiram as Brigadas Vermelhas, mas, na verdade, as linhas políticas e teóricas das Brigadas Vermelhas divergem drasticamente daqueles indivíduos presos. Essencialmente, o que está claro em toda essa operação é que a acusação, e assim sua agência patrocinadora, o governo, decidiu fazer esse grupo de intelectuais pagar pelos últimos 10 anos de luta revolucionária em massa na Itália (BIFO, 2007, p. 148).

Para nós que temos investigado o pensamento negriano do período, nada mais é do que a efetivação do mecanismo jurídico como um dispositivo-crise da forma-Estado (Estado-Crise) do capitalismo desenvolvido, para eliminar o antagonismo social. Mais interessante, no entanto, é investigar quais lições a aceleração e a repressão do movimento trouxeram para o pensamento operaísta e para a filosofia de Negri, dado que é um período de um impasse interno que não foi resolvido, e que, de fato, permanece, para todo operaísmo posterior como um problema em aberto, que pode ser colocado da seguinte maneira: qual é a forma da organização efetiva da revolução, de uma “nova” classe proletária que suplantou as organizações tradicionais do movimento operário? O diagnóstico da maioria dos teóricos relacionados ao operaísmo, sobre a derrota do movimento da autonomia, está relacionado a essa questão de que os grupos não conseguiram dar uma forma coerente de organização à riqueza do movimento das massas. Por exemplo, Sergio Bologna, ex-membro de *Potere Operaio*, afirma que “1977 foi um ano em que a riqueza e complexidade dos problemas eram tão grandes que a forma política capaz de conter e organizar todos eles adequadamente não pôde ser encontrada” (BOLOGNA, 1995, n.p.). Para o autor, a aposta deveria ter sido no trabalho contínuo na esfera social, mantendo os espaços alternativos e liberados, em vez da aposta na “síndrome comunista”, isto é, em manter o projeto do confronto contra o Estado aberto, perdendo espaço, assim, para grupos militares que ofereciam alternativas mais rápidas. Como ilustra criticamente Steve Wright:

A ironia dos discursos da *Autonomia organizzata* sobre a forma-partido é que, tendo desenvolvido uma compreensão da relação capitalista que sugeria que a abolição desta pressupunha algo diferente do assalto ao Palácio de Inverno, a maioria de seus componentes ainda assim buscava mobilizar o *ceto politico* do movimento na busca de um confronto geral. O fato de eles não terem conseguido fazer isso não diminui a tragédia de seu curso (WRIGHT, 2005, p. 102).

---

detenção de Negri e dos outros acusados neste caso foram baseados em um princípio de inclusão, a adição de elementos contraditórios” (DELEUZE, 2008, p. 183).

Um diagnóstico semelhante é feito por Bifo Berardi e seu círculo ativo em Bolonha, que mobilizou a Rádio Alice e a revista *A/traverso*. Para o autor, ao repropor a problemática da organização nos termos de uma forma-partido, o movimento deixou de apostar naquilo que ele trazia de imanente. Para Negri, no entanto, o problema do partido, se bem colocado, ou seja, superando completamente a relação entre vanguarda e massa, poderia ter mantido o movimento vivo, além disso, o confronto entre o movimento e o Estado, em sua perspectiva, era inevitável. Nesse aspecto, Sergio Bolonha, entre outros, parecem criticar o *aceleracionismo* de Negri. Como apontado por Steve Wright, “um problema da perspectiva política de Negri, então e agora, foi confundir a intensificação do conflito com o processo mais amplo de recomposição de classe” (WRIGHT, 2005, p. 98–99). Temos visto, no entanto, que o aceleracionismo é inerente ao método operaísta, e é inseparável de um perspectivismo operário. Nesse sentido, Bifo e Bolonha estão corretos quando afirmam que era necessário manter em aberto a intervenção social do movimento, isto é, manter em aberto os espaços de autovalorização. No entanto, os autores parecem deixar passar despercebido que a existência desses espaços é, em si, produtora de conflito e antagonismo, e que esses espaços são ameaçados pelo capital e pelo Estado, na medida mesma em que crescem e se desenvolvem: o conflito é inevitável, e é inevitável não apenas na forma da luta armada e, quem sabe, pode até mesmo abrir mão dela — mas tudo depende da análise da composição de classe. Em nossa perspectiva, a aceleração das lutas é um processo que pode envolver o conflito aberto — e, provavelmente, envolverá, como todo ciclo de lutas nos ensina — mas não necessariamente assume essa forma. Devemos avaliar, nos próximos tópicos, como essa problemática aparece no pensamento de Negri no período.

Por fim, mais uma vez, a história do operaísmo italiano se volta para o problema da organização. Steve Wright critica, assim, que, “nessas circunstâncias alteradas, o debate autonomista sobre o partido assumiria conotações que eram tanto novas quanto de certa forma estranhamente antigas” (WRIGHT, 2005, p. 78–79). Veremos como essas questões são desenvolvidas por Negri nos próximos tópicos. Por fim, como sintetiza, em balanço, Moulier-Boutang, sobre os dilemas organizacionais dos grupo e do movimento autonomista:

*A Autonomia Operaia* encontrava-se cada vez mais encurralada em um dilema. De um lado, havia um leninismo militante, representado pelas *Brigadas Vermelhas*, cuja força inicial entre os trabalhadores mascarava uma ortodoxia comunista rígida, revelando, em última instância, uma semelhança profunda (exceto pela anomalia italiana) com todos os pequenos grupos surgidos a partir de maio de 1968 que mergulharam no terrorismo na Europa. Por outro lado, havia uma violência difusa, [...] que era anti-autoritária e anti-leninista, e que a repressão estatal transformou em grupos terroristas, sendo o mais famoso deles a *Prima Linea*. A tentativa de definir

uma saída organizacional para a violência em massa que não fosse na forma de terrorismo resultou em um fracasso, cujo desfecho foi a operação de 7 de abril que apresentou a *Autonomia operaia* como o núcleo organizacional, ou o rosto legal do terrorismo (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 31).

Para Giuseppe Cocco, o movimento da Autonomia, ao não encerrar em si o destino revolucionário das lutas, mas, em certo sentido, instaurar uma nova época das lutas na consolidação do proletariado difuso, um trabalhador socializado como sujeito hegemônico do processo produtivo social, traz a oportunidade e a necessidade de dar seguimento a pesquisa militante e revolucionária. Por essa razão, por mais que não tenha sido o momento da revolução final contra o capital e seu Estado, é o momento em que Negri fundou as bases de um “novo operaísmo” onde as lutas e os objetivos “já estavam em funcionamento por fora da relação salarial”, novo operaísmo no qual “Negri ia além de Negri ao desdobrar a autonomia operária em termos de autovalorização diante de um capital que não mais organizava a cooperação social produtiva, [...] mas apenas a comandava desde fora, de maneira cada vez mais parasitária” (COCCO, 2016, p. x). Nesse sentido, no restante da tese, devemos investigar as bases negrianas desse novo operaísmo — base, também, de sua filosofia futura — baseado não mais no operário fabril, mas no proletariado difuso e no ataque à riqueza social, que Negri desenvolve em conjunto com a emergência e desaparecimento do movimento da *Autonomia* e dá formas definidas a uma ciência operária e proletária da crise e da subversão.

#### 4.2. A filosofia operaísta de Negri na emergência do operário-social: as possibilidades de composição política do proletariado difuso, o ataque à riqueza social e a autovalorização

Neste tópico, analisaremos os últimos elementos da filosofia negriana do período operaísta-autonomista dos anos 70. Investigaremos sua tese do operário-social, a temática da luta pelo gasto público como salário social, a crítica da constituição material do Estado-Crise pelo ponto de vista da autovalorização, e o estabelecimento da lógica da cisão como lógica “anti-dialética” do antagonismo. Veremos que o método desenvolvido representa a ultrapassagem definitiva da primeira onda do movimento operaísta — como o abandono do operário da fábrica como o sujeito hegemônico do antagonismo — e fundamentação de um “novo operaísmo”, a partir da análise de uma classe recém recomposta, novo operaísmo que atualiza a ciência operária e proletária da crise e da subversão. No tópico 4.2.1, analisamos a fundamentação da tese negriana do operário-social, no tópico 4.2.2, investigamos a passagem ao salário social, na forma da luta apelo gasto público, no tópico 4.2.3, analisamos a tese da

autovalorização proletária contra a constituição material do Estado-Crise e, no tópico 4.2.4, analisamos a autovalorização como uma lógica da cisão anti-dialética do antagonismo. Por fim, no tópico 4.3, analisamos mais um desdobramento da metodologia operaísta, dessa vez, à leitura negriana política de Marx via *Grundrisse*, que formaliza a ciência proletária da crise e da subversão, o perspectivismo e o aceleracionismo das lutas.

#### 4.2.1. O operário-social: a composição maquínica do proletariado difuso e a crítica ao Compromisso Histórico

Neste tópico, analisaremos a fundamentação da tese negriana do operário-social a partir de sua teorização sobre a nova recomposição técnica e política do proletariado difuso, assim como a relação entre essa nova composição e a articulação da composição do capital e do Estado, ou seja, as maneiras pela qual o antagonismo e a organização política são remanejados na passagem defendida por Negri da hegemonia produtiva e antagonista do operário-massa ao operário-social. Essa discussão é fundamental, dando continuidade ao método de exposição histórico e conceitual que temos mobilizado na tese, aprofundando a filosofia de Negri nos anos 70, e concluído assim a reflexão negriana que vai do operaísmo dos anos 60 ao autonomismo-operaísta do final dos anos 70. Como veremos, é a maturação do perspectivismo e aceleracionismo negrianos, e a formulação consistente da ciência proletária da crise e da subversão.

Em 1975, Negri publica *Proletari e Stato: per una discussione su autonomia operaia e compromesso storico*. Como na maioria dos textos que temos analisado na tese, o panfleto é, ao mesmo tempo, uma intervenção política em uma conjuntura problemática, uma revisão de mais ou menos uma década de teses anteriores operaístas à luz das transformações mais recentes, tanto subjetivas, por efeito das lutas, quanto estruturais, em relação ao novo regime do capital e, por fim, uma oportunidade de reavaliação e definição de um novo programa político, capaz de ampliar e acelerar as lutas e o confronto contra o capital e o Estado. Se, o maior legado para o pensamento negriano do texto e para o pensamento político, como veremos em detalhes, é a tese do *operário-social*, os leitores contemporâneos podem estranhar que o alvo de crítica do texto, como aponta corretamente Ryan (cf. 1991a, p. 204), é a política do Compromisso Histórico e a Autonomia do Político, aqui, criticada não tanto como uma tese de um Tronti afastado das lutas, como vimos no tópico 2.2.3, mas como uma consequência e fundamentação da política do Compromisso Histórico do PCI — ou seja, algo

fortemente aterrado no contexto italiano da época. É para evitar esse efeito de estranhamento e deslocamento que temos nos esforçado nessa tese, como uma questão de método, em apresentar a filosofia negriana juntamente com o contexto político, histórico e conjuntural ao qual elas respondem, um contexto político de 60 atrás, que o leitor não é obrigado a saber de antemão. Sobre o Compromisso Histórico, ele é, de certa forma, a progressão da “via italiana do socialismo”, defendida por Togliatti nos anos 50 e duramente criticada pelo operaísmo, o que discutimos no primeiro e segundo capítulos. O Compromisso Histórico foi proposto por Enrico Berlinguer, dirigente e líder do PCI na década de 70, e buscava uma aliança entre o Partido Comunista e a Democracia Cristã, buscando implementar reformas de “longo prazo” na Itália, na forma da divisão de poder entre os dois partidos. Para os defensores da Autonomia do Político, o compromisso histórico era a política que permitiria que o poder operário fosse disputado por dentro *do* Estado. Nas palavras de Negri, a Autonomia do Político “hipotetiza as condições para uma alternativa política dos operários dentro da liderança do Movimento Oficial dos Trabalhadores” (NEGRI, [1975] 2005, p. 121). Acabamos de ver, no tópico 4.1, como essas estratégias eram estranhas, e se tornaram conflituosas com o movimento social da Autonomia, emergente nos anos 70, o que produziu uma guerra civil entre os governantes — dos partidos de direita e de esquerda — e a massa social. Esse contexto histórico é fundamental quando apresentarmos a profunda discussão teórica que Negri desenvolve aqui, e direciona como crítica aos proponentes e defensores do Compromisso Histórico e da Autonomia do Político, entre eles, aqueles que os condenaram, futuramente, à prisão <sup>55</sup>.

Dado esse preâmbulo, é oportuno apresentar, a partir do posfácio escrito em 1976 ao texto, as conclusões que Negri aponta, para melhor desenvolvê-las e debatê-las no decorrer do tópico. No posfácio, Negri nos entrega um elemento que permite ler a continuidade do método operaísta que foi empregada na análise atual: “este panfleto [...] descreve os *efeitos* da luta do operário-massa” (NEGRI, [1975] 2005, p. 119, *grifo nosso*), ou seja, na medida em que é defendida uma passagem do operário-massa ao operário-social, não como reação ou derrota da classe — como costumeiramente é apresentada a proletarização dos anos 70 — mas como uma transformação qualitativa do sujeito (cf. NEGRI, [1975] 2005, p. 119 – 120), que não foi produzida unicamente pela reestruturação capitalista dos anos 70, mas pelo efeito

---

<sup>55</sup> Vale ressaltar, aqui, que Calogero, o principal promotor do “caso 7 de Abril”, era membro do PCI: “não é coincidência que Calogero, o promotor nos recentes eventos, seja membro do PCI. O Partido Comunista se apresentou voluntariamente como o principal defensor da lei e da ordem para ganhar respeitabilidade” (LOTRINGER, MARAZZI., 2009, p. 173).

das próprias lutas contra o capital e a reestruturação, ao quais o capitalismo teve que obedecer e reagir, abrindo uma nova série de processos que devem ser disputados, e pelo quais as tendências, no período, ainda não estavam realizadas, mas abertas ao antagonismo e ao conflito. A transformação do operário-massa ao operário-social, produz uma socialização da recusa do trabalho, nesse sentido, a máquina de guerra da recusa do trabalho do operário-massa, assume, agora, a forma de uma guerrilha urbana proletária (*proletarian guerrilha warfare*) contra o trabalho e seu tutor, o Estado — e aqui, estamos ainda em 76, um ano antes da explosão da intensificação da ilegalidade de massa que dá o tom do movimento da Autonomia de 77, o que já indica o método da tendência implicado: acompanhamento e antecipação teórica. Comentando sobre como a “premissa” da tese do operário-social corresponde à história interna do movimento do pensamento operaísta, a historiadora do marxismo italiano, Cristina Corradi, afirma que ela parte de uma reconstrução operaísta da “história de *Classe Operaia* [...] como uma sucessão de figuras hegemônicas: a cada manobra de reestruturação capitalista, induzida pelas lutas dos operários, corresponde [...] uma nova composição técnica da força de trabalho que determina uma nova composição política” (CORRADI, 2011, n.p). Negri, nesse sentido, usando termos caros ao operaísmo e à análise da composição de classe, pensa a transformação qualitativa do sujeito como uma recomposição social, argumento explicitado por Corradi, por mais que, para a autora, a análise negriana no processo seja “enfraquecida”: “na tentativa de interpretar a manobra de reestruturação como um processo dinâmico destinado a promover a recomposição de classe e dar origem a um novo sujeito já unificado e compacto, capaz de estender à toda a sociedade o poder antagônico do operário-massa” (CORRADI, 2011, n. p). É necessário aqui disputar essa interpretação de Corradi: um ponto afirmado por mais de um autor e criticado constantemente na filosofia de Negri, segundo o qual, a passagem de uma composição à outra, aqui, no caso, do operário-massa ao operário-social, nos daria, com a socialização, uma recomposição política pronta. Temos visto, desde Tronti, como o operaísmo afirma que a consistência de uma composição política da classe se dá apenas pela luta. É a luta o critério imanente de passagem de uma composição técnica, organizada pelo capital, para uma composição política contra ele. Em nossa perspectiva, pelo menos em 76, no posfácio do texto de 75, Negri está consciente das dificuldades dessa recomposição. Se, por um lado, há uma “convicção de que a crise do operário-massa traz consigo uma ampliação da existência consciente e da revolta proletária”, uma afirmação embasada materialmente na investigação do movimento da Autonomia, como vimos, em que o proletariado difuso foi o protagonista, Negri deixa claro a preocupação exposta na forma da problemática da organização,

salientando que “o projeto de organização deve ser colocado em movimento em relação a essa nova dimensão da proletarização” (NEGRI, 1975 [1976], p. 122), ou seja, é necessário um projeto revolucionário, e claro, como veremos, isso deve ser delineado a partir da imanência, materialidade e antagonismo existente no proletariado em recomposição. O que Negri assume como uma etapa concluída na luta de classes e que não é algo que deva mais ser disputado entre o pensamento marxista e revolucionário, é a crise mesma do *operário-massa*: uma crise que, no entanto, é um sintoma e efeito de uma vitória do operário-massa sobre sua própria composição técnica, ou seja, de uma passagem efetiva da composição técnica à composição política que a recusa e mesmo a destrói. Aqui, para um perspectivismo como metodologia, é necessário se questionar se foram os operaístas e Negri que “abandonaram a fábrica” ou se foram os próprios operários que a abandonaram, pela afirmação da recusa do trabalho e da disciplina fabril. Levando em conta o método operaísta, a resposta deve ser dada pelos pontos de força de subjetivação do antagonismo. Não é uma questão do sujeito individual, mas da classe, que se subjetiva como classe pela luta, afirmando o seu antagonismo. Além disso, o operário-social é operário-social, mesmo se ele trabalha na fábrica. A questão é que, na ótica negriana, a fábrica não contém mais o foco do antagonismo. No capítulo anterior, estudamos essa crise/transformação nos termos da destruição do Estado-Plano e do bloqueio da lei do valor, e na formação do Estado-Crise. Esse debate é retomado em *Proletari e Stato*, e ampliado no contexto não mais de uma saída do operário-massa da fábrica, liderando como vanguarda a revolução, mas nos efeitos da sua luta, ou seja, na recomposição técnica do proletariado difuso e das novas relações antagonistas que ele possibilita em uma tendencial recomposição política ofensiva.

Vejam, o Estado capitalista, ao não conseguir estabilizar a queda da taxa de lucro, ou seja, não conseguir manejar quantitativamente sua própria crise (a crise do Estado-Plano), deve operar agora uma reestruturação em níveis qualitativos, isto é, “diante do crescimento e da qualidade das lutas dos operários e proletários, sua atividade de reestruturação é qualitativa” (NEGRI, [1975] 2005, p. 123). O argumento recuperado de Negri segue assim: dado que as lutas operárias se estenderam socialmente (passagem do quantitativo ao qualitativo), e, agora, o proletariado difuso, na forma de um operário-social, é um novo protagonista das lutas, o capital, por sua vez, só pode buscar espelhar esse movimento, na tentativa de melhor capturá-lo e reorganizá-lo, isto é, de um modo eficaz à sua valorização — buscando tornar, por exemplo, a recusa da disciplina do trabalho fabril em um comando pela flexibilização — ou seja, buscando dar uma ordem e uma forma de comando à crise da composição técnica produzida pela recusa do trabalho fabril que tornou o espaço da fábrica

um espaço de antivalorização capitalista. O capital deve correr atrás da aceleração da linha de fuga operário-proletária, seja na forma do “aumento na exploração do trabalho, redução do salário, depreciação do capital fixo, expansão do comércio exterior e a tentativa de tornar o trabalho mais flexível” que, no entanto, na perspectiva de Negri, “não foram capazes de aumentar a taxa de lucro, dado a força do antagonismo emergente” (NEGRI, [1975] 2005, p. 124). Para Negri, o aumento da taxa de lucro só pode acontecer quando o trabalho, novamente, se tornar dócil, ou quando o capital produzir meios eficazes de exploração em um regime difuso socialmente. Aqui, em 75, estamos ainda no primeiro quadro, portanto, o Estado-Crise capitalista é considerado impotente “diante da revolta da força do trabalho vivo e da reprodução contínua e cíclica da luta” (NEGRI, [1975] 2005, p. 124), pois não consegue eliminar a luta e, assim, ela continua bloqueando o lucro e a valorização capitalista. A tentativa da imposição transcendente da lei do valor, como valor da lei, apenas intensifica o confronto na fábrica e na metrópole. O resultado desse conflito é que o capital está ameaçado por uma recomposição política ainda mais intensa que a do operário-massa, pois não mais concentrada em um espaço fechado como a fábrica, que também está fechada, pelo ponto de vista do capital, para sua própria valorização. O resultado da luta contra o operário-massa faz emergir o operário-social violentamente no campo da reprodução social, não pronto, mas ofensivamente perigoso. Pelo ponto de vista do operário-massa, a fábrica desvalorizada é uma vitória, que, no entanto, não elimina o capital do campo da reprodução social, campo do proletariado. O operário-massa se torna operário-social quando ele encontra, na fábrica social, a continuação da sua luta com o proletariado difuso. O proletariado difuso se torna, assim, unificado e confirma sua composição como operário-social. Por sua vez, o capital está tentando resolver seu problema de valorização nas duas pontas: bloqueio da fábrica e tentativa de recuperação no campo da reprodução social, ao mesmo tempo que, encontrando resistência nesse campo, também enfrenta a crise aí. Essa impotência do capital, para Negri, significa que ele deve “pensar” não sobre a composição política, mas sobre a própria composição técnica do proletariado. O capital, assim, “não é impotente em sua capacidade de pensar sobre a composição orgânica do capital, e assim sobre a composição técnica da classe” (NEGRI, 1975, p. 124). Aqui, é o momento de fazermos uma pausa. Em 76, Sergio Bologna, uma figura central da revista autonomista *Primo Maggio*, ex-líder, junto de Negri, de *Potere Operaio* e colega de trabalho de Negri na Universidade de Pádua, escreve uma resenha crítica de *Proletari e Stato*. Dentre as críticas de Bologna ao ensaio de Negri, além da acusação do abandono da fábrica, está o seu apontamento de que Negri deixa escapar que na crise atual, mesmo não “estando em posição de desencadear contratendências eficazes para restaurar a

taxa de lucro” (BOLOGNA, [1976] 2005, p. 39), o capital está promovendo uma série de operações de reestruturação que impactam o corpo da classe operária, como o desemprego em massa, modificando a composição política de classe. Ora, nos parece aqui que a crítica de Bologna, nesse aspecto, perde o seu alvo: quando Negri afirma, de modo críptico, é verdade, que o capital, na transformação de sua composição orgânica, está visando “pesar” sobre a composição de classe operária, é exatamente o aspecto trazido por Bologna que Negri está analisando. Isso fica claro através da problemática apresentada por Negri do trabalho vivo e de sua socialização. Enquanto o Estado-Plano era baseado na mistificação da “justa proporção” da lei do valor, e assim, pressupunha um pleno desenvolvimento do trabalho vivo no processo de produção, o Estado-Crise se vê obrigado a tentar diminuir a proporção do trabalho vivo quando este se torna antagonista e bloqueia a lei do valor — via automação, por exemplo. Nesse sentido, Negri está atento a esses processos, mas afirma que há também uma contra-tendência em andamento: a *reapropriação* do proletariado dos efeitos dessa tentativa de reestruturação: nesse movimento, os resultados são contraditórios para o capital, pois, para Negri, não há um recuo quantitativo no emprego do trabalho vivo, pois, mesmo na recusa ao trabalho fabril, por exemplo, há um processo que, denominaremos aqui de *maquinização*, uma forma de apropriação técnica antagonista do maquinário pela classe, nessa forma de apropriação, o “trabalho morto” do capital fixo é apropriado, recarregado pelo “trabalho vivo” e se torna um dispositivo de autovalorização ou em defesa da autovalorização da classe. Negri nos fornece dois exemplos interessantes em uma entrevista em 79: o primeiro é quando, em uma determinada ocasião na linha de montagem, os operários decidem parar a produção para estudar os compartimentos da fábrica, transformando o “trabalho morto” da máquina em conhecimento operário, em vias de uma reapropriação do capital fixo para uma posterior sabotagem (cf. NEGRI, 1979, p. 142). Outro exemplo é quando os operários se aproveitam da automação da linha de montagem (do trabalho morto) para promover “maconhaços” dentro da fábrica, trazendo novos desejos e novas necessidades subjetivas para dentro do ambiente do trabalho e contra ele (cf. NEGRI, 1979, p. 141). Por fim, poderíamos ainda afirmar sobre a luta armada pelas guerrilhas urbanas proletárias na guerra-civil italiana, em que o capital fixo e o trabalho morto são maquinizados pelo operário-social e se tornam autovalorização ou defesa dela, como nos elogios ao “camarada” P.38. Sendo assim, a tentativa de diminuir o trabalho morto acaba sendo *maquinizada*, recuperada antagonisticamente, pela classe operária e proletária. Soma-se a isso o efeito contraditório da socialização crescente do capital em que é impossível diminuir o trabalho vivo sem socializar a produção e, assim, socializar o próprio trabalho vivo no processo: “ao capital que persiste na acumulação corresponde uma

socialização cada vez mais completa do trabalho vivo e o reconhecimento de sua força produtiva exclusiva que, doravante, se apresenta como uma força socializada, em uma forma socializada” (NEGRI, [1975] 2005, p. 124 – 125). Aqui, resta ao capital buscar diminuir o valor do trabalho vivo — na forma da diminuição dos salários, por exemplo — ou seja, o capital busca uma diminuição qualitativa na proporção do trabalho vivo social. No entanto, as lutas nos anos 70 apontavam que, mais uma vez, esse processo simplesmente não era aceito sem lutas, sem conflitualidade aberta, com o “ressurgimento de lutas e rupturas de contradição onde quer que e sempre que o processo de socialização é estendido” (NEGRI, 1975, p. 125). Se esse argumento será recuperado em diversos momentos da obra posterior de Negri, aqui, ele é “novo” e formalizado pela primeira vez: a socialização das lutas, assim, intensifica a oposição entre trabalho vivo e trabalho morto, mas o que sustenta o argumento é menos uma dialética mecanicista do que o plano de fundo do movimento da Autonomia, sua recomposição *maquinica* do processo. Se o capital fixo, ou seja, o trabalho morto não é maquinizado pelo trabalho vivo, ou seja, apropriado politicamente e antagonisticamente pelo proletariado — como na forma da tecnologia das rádios livres, por exemplo — ele pode ainda ser destruído. Ao tentar reduzir o valor do trabalho vivo, o proletariado recusa essa desvalorização, e o trabalho vivo socializado se torna uma forma social de antagonismo. Por fim, a crítica de Bologna parece negar o caráter aberto de disputa da tendência, que o movimento da Autonomia vinha enfrentando e que Negri, aqui, defende. Além disso, como veremos mais adiante, a diminuição do valor do trabalho-vivo é ambivalente, pois ao recusar sua desvalorização, o trabalho vivo começa a se *autovalorizar*, mesmo que seu valor, para o capital, diminua (isto é, se autovaloriza como negação do trabalho-morto, se desvalorizando como troca, como trabalho-morto), ao mesmo tempo que o capital precisa desvalorizar o valor do trabalho vivo para tentar elevar a taxa de lucro. Como sintetiza Negri:

[...] a reestruturação capitalista hoje é prisioneira da contradição fundamental, que assumiu proporções gigantescas em toda sua área de determinação. Por outro lado, na medida em que a reestruturação não consegue restaurar as ‘dimensões corretas’ da taxa de lucro em uma nova configuração de forças produtivas, como resultado da oposição dos trabalhadores que se materializa ao longo de uma frente de luta permanente, na mesma medida o capital é constrangido de todas as formas a impulsionar essa socialização para frente; isso significa aumentar o capital constante, supervisionar a circulação, promover o processo de socialização e, assim, mais uma vez se expor ainda mais à luta dos trabalhadores (NEGRI, [1975] 2005, p. 125).

Como vimos no capítulo anterior, esse diagnóstico é válido para o Estado-Crise do capital, que, sem vínculos orgânicos com a classe operária que mantinha a taxa de lucro e a lei do valor imanente ao desenvolvimento, deve funcionar agora a partir de uma lógica

transcendente do comando (cf. NEGRI, 1975, p. 127). Nesse sentido, a ciência do capital e a ciência operária parecem assumir cada vez mais sentidos opostos e se distanciarem, inclusive no uso conjunto das suas categorias. Se antes, o que valorizava o capital, valorizava, contraditoriamente, o trabalho vivo e a classe (a luta contra exploração também era uma luta pelo desenvolvimento que se confundia com o desenvolvimento do capital), agora os dois caminhos estão cada vez mais separados, antagônicos. No entanto, a composição maquínica do operário-social, também porque não é orgânica ao desenvolvimento capitalista, consegue tornar as categorias de desvalorização da classe pelo capitalista em dispositivos para sua própria valorização. Foi assim com o salário, com o dinheiro, é assim com o capital fixo e o trabalho morto, que podem ser maquinizados, reapropriados em defesa da autovalorização da classe. Portanto, parece cristalino para nós que o perspectivismo operário e o aceleracionismo das lutas são uma expressão direta da força da autonomia da classe, uma autonomia que também transforma as categorias do capital: categorias da ciência do capital que, em um determinado momento histórico da luta de classes eram corretamente criticadas pelo seu sentido de exploração, mas que passam também a serem apropriadas em um sentido totalmente inverso e antagonista ao desenvolvimento e exploração capitalista. Em relação, agora, ao proletariado difuso, Negri salienta que a força do comando “pouco ou nada acrescenta ao lado do lucro” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126), produzindo a situação de precariedade para o capital, na qual, “cada aumento, cada ampliação social do poder do capital constante provoca uma intensificação da unidade potencialmente revolucionária do trabalho vivo”, sendo assim, “em vez de aumentar o lucro, a reestruturação consolida a crise na presença de uma massificação crescente do trabalho abstrato, trabalho vivo socialmente difundido, predisposto à luta” (NEGRI, 1975, p. 125 – 126). O diagnóstico é tendencial, dinâmico e otimista, mas está baseado na leitura das transformações de classe na Itália no período, diagnóstico que busca acompanhar o efeito das lutas que estavam compondo o movimento da Autonomia, como vimos no tópico anterior. Portanto, Negri tem bases materiais para afirmar que a socialização das lutas é, ao mesmo tempo, a socialização da classe: “diante das modificações impostas e provocadas — ou no processo de serem realizadas — pela reestruturação, o corpo da classe operária se expande e se articula no corpo da classe social, no proletariado” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126), portanto, nasce a tese negriana do operário-social<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> A tese negriana do operário-social é causa de uma série de disputas internas dentro do contexto do movimento da Autonomia, e mesmo dentro do próprio operaísmo. Para Sergio Bologna, por exemplo, a busca de Negri por um “novo sujeito da libertação”, depois do abandono e da “derrota” das lutas fabris, é uma maneira abstrata, mas ineficaz, de lidar com os problemas organizacionais que o próprio operaísmo se viu enredado nos anos 70.

Vimos que, em razão do ponto de vista da classe operária, baseada em um perspectivismo das lutas, o operário-social é o fruto da vitória do operário-massa contra sua própria composição técnica. Pelo ponto de vista uniforme do capital, ele é a contradição que emerge após a reestruturação capitalista: “essa expansão e articulação não são desarmadas. A negatividade da resposta capitalista à luta do operário-massa se vê subvertida na síntese da socialização do trabalho vivo como luta crescente e insubordinação” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126). Metodologicamente, o novo operaísmo emerge: “uma hipótese avassaladora começa a tomar forma: a categoria da ‘classe operária’ entra em crise, mas como proletariado, ela continua a produzir alternativas que lhe são próprias no tecido social como um todo” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126). Para o operaísmo — que toma o seu nome dos tempos das lutas do operário-massa — é o momento em que a classe operária se torna classe trabalhadora, classe proletária. Temos aqui uma inversão radical na história do pensamento marxista: se, antes dos anos 70, o proletariado era o nome genérico para referir-se a uma camada da classe que ainda não havia entrado em um devir-operário, isto é, não havia se qualificado como operário para o processo de produção, portanto, se tornado o centro do processo social capitalista, tanto do processo de exploração quanto do antagonismo ao sistema, temos, agora, uma inversão nesses termos: o operário massificado que, como vimos, era o sinônimo do trabalho abstrato, se torna genérico, enquanto o proletário é que se torna o operário, mas um operário-social, não mais como uma figura de homogeneidade, mas uma figura de multiplicidade produtiva e antagonismo difuso como resultado da abstração social capitalista. Nas palavras de Negri, “o proletário costumava se tornar o operário, mas agora o processo é invertido: o operário se torna o trabalhador terciário, o trabalhador socializado, o trabalhador proletário” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126). Apesar de Negri nomear essa nova figura subjetiva de operário-social, ele afirma que a figura do operário “está superada”: “porque aqui, para esse novo proletariado, não é mais a exclusão da extorsão do trabalho capitalista que é específica, mas, ao contrário, a inclusão na totalidade do processo social

---

Segundo Sergio Bologna, “explicações em termos de mudanças estruturais na composição de classe não são convincentes: falar sobre trabalhadores em domicílio, terceirização, fim da emigração, novos tipos de desemprego, etc., muitas vezes se resume a pouco mais do que álibis [...] eles implicam uma busca por um sujeito social diferente — construir e, em certas ocasiões, inventar outra figura social à qual pode ser imputado o processo de libertação da exploração” (BOLOGNA, [1976] 2005, p. 40). Em nossa perspectiva, o que deveria ser realmente disputado aqui é a própria análise da composição de classe e seu sentido político quando ela visa a absorver elementos da classe negligenciados pelo movimento oficial de esquerda, que Bologna também critica. Nesse sentido, por mais que a crítica de Bologna tenha algum nível de coerência — principalmente se for lida à luz da derrota do movimento da Autonomia —, a conceitualização de Negri do operário-social parece ter, ao menos, antecipado uma série de tendências que serão a base da transformação do trabalho e da subjetividade no capitalismo dos anos 80 em diante. Além disso, a ênfase de Negri nos processos antagonistas não está separada da análise do movimento da Autonomia, conflagrando, no período, tendências em aberto e em disputa.

produtivo e nas reviravoltas de suas condições que é fundamental” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126). Ora, é necessário um parêntese: obviamente, Negri não quer dizer que operário fabril não existe mais — ele ainda existe, apesar de que muitos operários, nesse período, recusavam cada vez mais o trabalho fabril — o argumento de Negri é que, com a socialização das lutas, há uma transformação hegemônica no antagonismo e na maneira como ele recompõe a classe, nesse sentido, como já mencionamos, o operário fabril também se torna operário-social. Do ponto de vista negriano, antes da destruição do Estado-Plano pelo operário-massa era o salário que unificava a classe operária, era o operário que produzia valor e era explorado por isso. Como vimos, esse cenário começou a mudar com a intensificação das lutas massificadas do operário-massa. Vimos como o salário se tornava salário-poder na crise do Estado-Plano e, nesse movimento, somado a socialização das forças produtivas, o salário se torna um elemento antagonista, de disputa, mas não mais o único elemento de unificação possível da classe. Agora, a classe está unificada pelo próprio antagonismo socializado, não mais pelo salário, pois, nesse processo, como veremos principalmente no próximo tópico, o salário se transforma e se torna também salário-social e ataque proletário, por exemplo, via gasto público como expressão direta da apropriação da riqueza. Ou seja, aqueles que não recebem salário, como, por exemplo, as mulheres donas de casa, recusam o trabalho tanto quanto o operário-massa, e produzem autovalorização e bloqueio do valor capitalista no campo da circulação, no campo da reprodução social. Esse é o novo critério que está sendo lançado aqui. Devemos voltar, paulatinamente, a esses pontos, que serão melhor elaborados por Negri em outros momentos. A ênfase, aqui, está na tese negriana de que a socialização da produção social amplia o campo de possibilidade do antagonismo, ou seja, é a concretização da passagem da fábrica à sociedade. Em resumo de uma década e meia de pensamento operaísta, Negri coloca:

Vimos o operário-massa (a primeira concretização massiva da abstração capitalista do trabalho) gerar a crise. Agora vemos a reestruturação, longe de superar a crise, desdobrando e prolongando sua sombra sobre toda a sociedade, não em sua superfície, mas em seu cerne, até às profundezas da composição de classe, onde ela tenta defender o comando capitalista da atividade do operário-massa e busca, ao mesmo tempo, destruir a composição deste último e, de forma geral, mistificar socialmente a origem e o papel do trabalho vivo. Com resultados bastante contraditórios: porque nessa etapa da luta de classes, a devastação capitalista do operário-massa resulta apenas na disseminação das condições de reprodução (mas aqui, a reprodução capitalista é também a reprodução das condições de luta) para todo o trabalho vivo difundido pela sociedade (NEGRI, [1975] 2005, p. 126).

Nesse quadro apresentado por Negri a partir da metodologia de análise operaísta, vemos como o motor móvel do argumento é a transformação no sujeito que encarna, atualiza, o

antagonismo. A subjetivação, em Negri, é uma subjetivação do antagonismo, do conflito, mobilizada pela luta — *não há subjetivação que não passa pela luta* — mobilizando um perspectivismo radical baseado no ponto de vista das lutas. Nesse sentido, Modonesi está correto quando afirma que, para Negri, o antagonismo é “a característica distintiva da subjetivação conflitual, ou seja, a matriz de configuração dos aspectos subjetivos forjados no calor da luta e por meio da experiência de insubordinação, no cruzamento entre espontaneidade e consciência” (MODONESI, 2010, p. 83). É essa subjetivação pelo antagonismo, que permite que Negri trace uma linha de desenvolvimento histórico do sujeito hegemônico das lutas, que vai do proletariado — classe operária — trabalhador proletário (cf. NEGRI, [1975] 2005, p. 126)<sup>57</sup> e, nesse sentido, vemos como o operaísmo, com o desenvolvimento das lutas, não poderia estar preso a uma figura de subjetividade, por mais que tome emprestado seu nome da grande figura operária do operário-massa — e mais uma vez, se escancara o erro de Tronti, que abandonou o operário-massa antes mesmo de ele ter completado o seu ciclo de lutas pós-68.

Vimos no capítulo anterior, no tópico 3.2.1, como por meio das lutas do operário-massa, o dinheiro tinha se tornado um campo de antagonismo direto entre trabalho e capital. Via salário, a classe passou a bloquear o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o dinheiro perdia, como essencial, o seu caráter de mediação, de troca, e se tornava, hegemonicamente, dinheiro-poder e daí a inferência do caráter político da luta salarial. Também vimos no tópico 3.2.2 como o Estado-Crise buscava rearticular a lei do valor transcendentemente, via comando e violência — separado, assim, de qualquer projeto de desenvolvimento conjunto das forças produtivas do trabalho, forçando uma relação de troca onde as condições para a troca não estavam mais dadas. Em *Proletari e Stato*, Negri retoma essa discussão sobre o dinheiro e a reestruturação capitalista nos termos do resultado do conflito entre operário-massa e o Estado-Crise e da emergência do operário-social. Pensando na nova composição orgânica do capital no Estado-crise, Negri avança em uma distinção entre a moeda e o dinheiro como capital. Na perspectiva de Negri, o capital reage ao ataque operário via salário e a destruição da mistificação da lei do valor, buscando, mais uma vez, alterar o funcionamento interno do dinheiro — dando continuidade, aqui, à reestruturação que começou com o fim do acordo de Bretton Woods. O argumento de Negri defende que o

---

<sup>57</sup> Essa sequência é complementada na obra posterior de Negri: proletariado — classe operária — trabalhador proletário — multidão — classe multitudinária, o que nos permite ler a continuidade de elementos do método operaísta, desenvolvido nos anos 60 e 70, em todo pensamento negriano, como ele mesmo admite em mais de uma ocasião.

capital procura novamente instaurar uma força de mediação, não mais em relação ao trabalho — como era o caso do dinheiro/moeda (unificadas nesse momento) no Estado-Plano —, mas em relação a sua própria crise e sua capacidade de reestruturação internas, portanto, em relação à sua própria composição orgânica. Nesse sentido, o capital avança no seu projeto de “autonomia” — como vimos, uma mistificação interna ao capitalismo nesse momento de crise — e assume a separação com a classe operária com seu projeto de desenvolvimento como um dado irreversível. Nesse processo, o dinheiro, como capital, deve se emancipar da moeda, afinal, a moeda se tornou campo de antagonismo e ataque operário via salário. Sendo assim, o dinheiro se alforria da moeda como capital, “na medida em que se emancipa do sistema financeiro para enfrentar diretamente os níveis materiais da composição orgânica do capital e da composição política da classe, para confrontar tanto a produção quanto o salário” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126). Apenas assim o capital pode “recuperar uma força de mediação entre crise e reestruturação, apresentando-se nessa figura como uma ‘lei social’ que funciona na definição de comando, ou seja, como neutralidade e projeto em relação à composição orgânica e como terrorismo em relação à parte política do proletariado” (NEGRI, [1975] 2005, p. 126). Por terrorismo, aqui, Negri se refere à violência da imposição da lei do comando capitalista. Ou seja, o capital, cada vez mais parasitário da produção social, não possui mais uma relação orgânica com a classe, ou seja, uma relação na qual a classe se desenvolve, contraditoriamente, em meio do desenvolvimento capitalista. Em relação à classe proletária, o capital só pode “pesar”, agir com violência, em uma imposição forçada da lei do valor. No argumento de Negri, o dinheiro deve separar-se da moeda para ser redefinido como capital, “como a função determinada da relação crise-reestruturação, como uma alavanca que se move dentro da composição orgânica do capital, entre suas diferentes partes, como uma regra seletiva, de fato rigidamente seletiva, adaptada ao comando como terrorismo sobre a nova composição de classe” (NEGRI, [1975] 2005, p. 127). O capital, assim, pode buscar avançar no desenvolvimento dessa não-relação com o proletariado que, como vimos no tópico 3.2.2, só pode ser de natureza violenta. Nesse sentido, o capital, no Estado-Crise, se torna cada vez mais uma entidade aberrante, dado que, “a mediação pode se submeter à duplicação de sua própria imagem e ser apresentada tanto como a pura imagem da mediação, sem objeto, quanto como puro comando, como violência” (NEGRI, [1975] 2005, p. 127). Portanto, o capital reage ao fim da queda da taxa de lucro, a partir da “possibilidade de se transformar em uma função totalmente subjetiva — ‘desenvolvimento zero’, crise na taxa de lucro e, portanto, ‘dinheiro-comando’” (NEGRI, [1975] 2005, p. 127). Apesar da dificuldade de acompanhar o argumento de Negri aqui, pelo nível de abstração e dificuldade de clareza, nos

parece que ele deseja afirmar a existência de dois dinheiros: o dinheiro como moeda, dinheiro-poder, pelo qual a classe disputa, com o capital, sua própria valorização, e esse dinheiro-comando, articulado pelo capital à sua própria imagem, para responder ao ataque das lutas e, assim, reconquistar o comando sobre o processo, não mais o dinheiro-moeda, mas um dinheiro-comando, “não as quantidades monetárias, mas as dimensões materiais do processo produtivo: reconhecendo-as, pesando-as fortemente, comandando-as após o terreno monetário do controle capitalista ter sido absorvido na estagnação” (NEGRI, [1975] 2005, p. 128), buscando superar, assim, o próprio processo antagonista do conflito monetário aberto pelas lutas do operário-massa. Se esse movimento visa enfraquecer o poder do salário, símbolo do operário-massa, veremos no tópico 4.2.2, como o proletariado, o operário-social, contra-ataca o capital via salário-social. De fato, o caráter de mediação da moeda sempre foi um critério parcial que mistificou o antagonismo de classe. Negri, em uma passagem aceleracionista, argumenta, inclusive, que foram as lutas que levaram o capital à moeda, e não o contrário:

[...] o fato de que o capital tolera a moeda com dificuldade é um ponto antigo. Pelo contrário, o padrão produtivo é constrangido à moeda pela luta de classes, não por qualquer predisposição inata: na verdade, o mais-valor absoluto e a acumulação primitiva desprezam a moeda, mesmo quando estão sujeitas ao seu horizonte incerto. [...] na moeda há algo fictício e fortuito, algo subjetivo e manobrável, que os sentimentos retos do capital detestam (NEGRI, [1975] 2005, p. 128).

Se o capital, agora, visa se dissociar da moeda, é também como uma reação à força da luta de classes. Negri parece estar antecipando, aqui, a financeirização do capitalismo como alternativa à crise operada pelas lutas de classe. Já tínhamos visto indícios disso, quando o Estado-Crise era determinado também como Estado-Empresa. Essa trilha de investigação é reforçada quando Negri afirma que “a partir da fase financeira do desenvolvimento, o capital retorna à grande empresa, ao autofinanciamento, à subordinação do salário (como categoria social) à sua própria capacidade de comandar produtivamente (e diretamente) todos os segmentos de sua composição orgânica” (NEGRI, [1975] 2005, p. 128). Para Negri, nesse movimento de reestruturação interna, o capital se torna “bergsoniano” como o filósofo francês, pois “requer a mobilidade mais completa de todos os elementos da composição orgânica e enfatiza e exacerba sua complementaridade dinâmica” (NEGRI, [1975] 2005, p. 131), e também, ao buscar “impor níveis cada vez mais elevados de fluidez — até o ponto de configurar o capital constante como uma ‘forma’ (organização de fluidez, seu cálculo e controle)”, tão “fluida” como o conteúdo da classe proletária que ele deve tentar organizar, “em relação direta à força e ao poder global do proletariado” (NEGRI, [1975] 2005, p. 132). Para Negri, isso explica que, com o fim de *Bretton Woods*, o capital deva “passar do ouro para

o petróleo, para a energia, para um equivalente material e dinâmico” (NEGRI, [1975] 2005, p. 129)<sup>58</sup>. Nesse processo, a automação também aparece como suporte científico e operacional dessa nova fase da subsunção real: “a primeira era do capitalismo viveu do alcatrão e do ferro, e a maturidade de seu desenvolvimento no carbono e no aço; hoje, o petróleo e a automação constituem o tipo ideal da forma capitalista e seu projeto de reforma” (NEGRI, [1975] 2005, p. 131). Nesse processo de reconstrução capitalista, mesmo que a taxa de lucro não suba, o capital não demonstra sinais de impotência, mas oportunidade de exercer um poder ainda mais violento e ainda mais estranho ao desenvolvimento autônomo da classe trabalhadora, e pelo ponto de vista do capital, a inteligência capitalista se aperfeiçoa, mesmo com a queda da taxa de lucro (cf. NEGRI, [1975] 2005, p. 129 – 130). Da mesma forma que a passagem do trabalho vivo, da fábrica à sociedade, é qualitativa, o capital busca produzir, internamente à sua própria composição orgânica — separada, alheia ao desenvolvimento da classe — a passagem de um domínio quantitativo da moeda (dinheiro-salário-poder) para o qualitativo (dinheiro-capital-comando). Essa passagem implica em uma nova materialização (ou mesmo imaterialização se seguirmos a tendência da finança) do dinheiro (cf. NEGRI, [1975] 2005, p. 133). Enquanto o campo de relação quantitativa foi apreendido e dominado pelas lutas do operário-massa produzindo a destruição do Estado-Plano, o segundo permanece um desafio aberto para a classe proletária. No campo qualitativo, o capital busca produzir um “capital constante que é inatacável pelo operário-massa. Aceita o desafio no plano social com o objetivo de antecipar a densidade do projeto dos trabalhadores e organizar sua previsão em uma repressão” (NEGRI, [1975] 2005, p. 130). Incapaz de conter a recusa do trabalho do operário-massa, o capital é forçado a apostar suas fichas, unicamente, na sua decomposição política, ao mesmo tempo que ele “vai tão longe a ponto de empurrar a tensão que exerce até um máximo de socialização da luta, para trazer essa luta de volta à organização social da produção” (NEGRI, [1975] 2005, p. 130). As lutas de classe, ao preencherem a moeda de um antagonismo vivo (como correu no Estado-Plano), tornando a conquista de quantidades de dinheiro um sinônimo de antivalorização do capital (e autovalorização da classe operária), maquinizando, portanto, a moeda, fizeram com que o capital, buscase, em defesa de seu ponto de vista universalizante, desvalorizar a própria moeda. O dinheiro deve novamente se

---

<sup>58</sup> Negri, aqui, antecipa dois problemas fundamentais para as lutas de classe futura: o problema biopolítico da migração e o problema ecológico da luta contra fontes de energia não-renováveis: “a homogeneidade do comando é inscrita com base no controle das fontes de energia e na mobilidade internacional da força de trabalho, ou seja, com base no poder de resposta e contragolpe da luta dos trabalhadores metropolitanos e do proletariado do Terceiro Mundo” (NEGRI, [1975] 2005, p. 134).

tornar um poder unilateral do capital, uma qualidade sua, e não mais um poder passível de disputa com a subversão da classe trabalhadora. O dinheiro deve se tornar, novamente e apenas, comando sobre a classe, e não algo que possa ser disputado com ela e contra o próprio capital: “o jogo se desenrola por completo entre a desvalorização monetária e a exaltação do dinheiro como uma função material, organizada e repressiva” (NEGRI, [1975] 2005, p. 131). No entanto, veremos como esse desejo do capital será combatido pelo operário-social na forma do salário-social.

Esse processo, relativo à composição orgânica do capital, é complementado por uma tentativa de recomposição técnica do proletariado. Os elementos que Negri salienta são aqueles que formam a série de elementos que transformaram o regime fordista/taylorista de trabalho no regime pós-fordista: “socialização, terciarização e flexibilidade (descentralização, etc.) do trabalho industrial [...] são os três objetivos fundamentais que se somam e se articulam com os objetivos permanentes de controle e redução de custos trabalhistas na reestruturação em curso” (NEGRI, [1975] 2005, p. 142–143). O que devemos lembrar, aqui, e que já apontamos em outras ocasiões, é que esse projeto de recomposição é a tradução do capital da recusa da disciplina do trabalho fabril. O capital não inventa nada nesse processo, ele apenas segue a tendência das lutas, buscando a comandar de cima. Esse comando busca novamente introjetar na produção social formas renovadas de mistificação. Antecipando em algumas décadas, elementos importantes para a famosa reinterpretação de Deleuze do argumento foucaultiano do fim da sociedade disciplinar, (cf. DELEUZE, [1990b] 1992), Negri defende implicitamente uma passagem, de um domínio hegemônico fabril do trabalho — que era organizado disciplinarmente — para um regime de comando e controle mais flexível, não por um desejo intrínseco do capital, mas pela sua reação às lutas operárias e a tentativa de decompor o operário-massa politicamente, assim como buscar interferir externamente na unificação do proletariado difuso (evitando que ele se torne “operário-social”): “o objetivo político da reestruturação consiste em mistificar socialmente as fontes da mais-valor, em ocultar a origem do ataque dos trabalhadores. A unificação produtiva do social e a *fluides do controle* tendem a tornar a luta dos trabalhadores da fábrica incomunicável e a luta dos operários-sociais sem liderança” (NEGRI, [1975] 2005, p. 143, *grifo nosso*). Aqui, podemos lançar a mão de mais uma máxima que apreendemos do método operaísta: toda reforma capitalista, sendo uma reação a um ciclo de lutas, ou seja, uma resposta a uma maturação de uma composição política de uma determinada figura de composição de classe, visa sempre destruir, ou seja, decompor uma certa unidade política desta determinada composição de classe que a atacou. Quando as lutas arrastam o conflito e a

produtividade em formas cada vez mais socializadas, as categorias marxianas de análise vão lentamente se transformando: vimos como no início dos anos 70 o operariado já trabalhava com uma transformação na categoria do trabalho produtivo, e como a crítica feminista dinamitava a perspectiva de que apenas o trabalho fabril, assalariado, era um trabalho produtivo, isto é, que produzia mais-valor, e como o capital, para sustentar o ciclo de exploração, mistificava o trabalho reprodutivo das mulheres não o pagando salário. Nessa transição que dá origem ao pós-fordismo, essa mistificação permanece. Negri alerta que é o caso do trabalhador técnico terceirizado que, se antes poderia ser considerado improdutivo, isto se transforma com a socialização das forças produtivas e com o novo regime flexível do trabalho, em que o capital, cada vez mais parasitário, deve investir na intensificação da exploração do mais-valor relativo para sobreviver. Como afirma Negri, o trabalhador terceirizado é hoje produtivo, mas o capital tenta mistificar essa qualidade, para assim melhor separar sua comunicação transversal com os outros trabalhadores na fábrica social (cf. NEGRI, [1975] 2005, p. 143). Como afirma Ryan (cf. 1991a, p. 205), com a socialização, terceirização e flexibilização, o capital pós-fordista visa separar os estratos da classe, visando destruir toda concentração da classe trabalhadora para impedir sua recomposição política. Ele deseja separar, por exemplo, os trabalhadores dos desempregados, os trabalhadores produtivos dos “improdutivos” — uma categoria cada vez mais mistificada, ou seja, funcional apenas para o comando capitalista. Negri resume o processo:

Na crise, começamos a ver os efeitos desse projeto político gravados em letras de fogo no corpo do trabalhador: a separação dos trabalhadores empregados dos desempregados, dos que estão em grandes fábricas dos que estão em pequenas fábricas, seguida por uma proletarização selvagem das camadas sociais de trabalho — até então consideradas improdutivas, mas agora reintegradas ao trabalho produtivo, terceirizadas, mas separadas em sua classificação e função —, seguida por uma descentralização territorial da produção massificada e a infiltração do sistema nervoso da produção capitalista direta em todos os compartimentos da sociedade, juntamente com a destruição de toda concentração de trabalhadores e intervenção reformista que visa tornar essa passagem destrutiva fluida (NEGRI, [1975] 2005, p. 143–144).

No entanto, Negri alerta que esse projeto de reconstrução capitalista, baseado principalmente na transformação de sua composição orgânica e na transformação da composição técnica da classe possui uma falha e um elemento de especulação e aposta alta: o proletariado, a classe social recomposta tecnicamente, é pensada apenas de forma negativa, como um “resto” da destruição do operário-massa (cf. (NEGRI, [1975] 2005, p. 131). Ou seja, o capital não espera uma recomposição política do proletariado difuso em operário-social e luta contra isso, contra qualquer tentativa dessa recomposição, ele só tem então um projeto: terrorismo, violência. É

o preço a se pagar pela derrota no final dos anos 70, que separou a classe trabalhadora de seu projeto de desenvolvimento. Na perspectiva de Negri, no entanto, “essa reestruturação tende a gerar *um enorme aumento na intensidade da composição política da classe*” (NEGRI, [1975] 2005, p. 144, *grifo do autor*). Aqui, em defesa de Negri, o argumento parece estar se referindo a uma composição política ainda tendencial, ou seja, ele não supõe uma passagem direta da relação entre a composição técnica para a composição política — o que saltaria à problemática da organização política. Mesmo assim, na ótica Negri, o proletariado difuso já emerge como a possibilidade de unificação de um novo sujeito, na forma de um operário-social: “falamos do surgimento de um operário-social, um novo proletariado que reabsorve em si o poder [potência] da luta do operário-massa e amplia enormemente suas dimensões e impacto social” (NEGRI, [1975] 2005, p. 144). Ora, quais são as razões que permitem que Negri defenda um aumento intensivo, ou mesmo tendencial, da composição política da classe, na forma de um novo sujeito, o operário-social? Negri (cf. [1975] 2005, p. 145), elenca uma série de processos nessa direção nos quais “o processo de autonomia proletária explode”: O “fundo de demissão” (uma espécie de seguro-desemprego na Itália), que, segundo Negri, ensina ao trabalhador sua identidade de interesse com o desempregado, e mesmo a descentralização que comunica ao trabalhador da grande fábrica seus interesses com o trabalhador da pequena fábrica. A terceirização, por exemplo, mostra ao terceirizado que sua condição está diretamente proletarizada do ponto de vista do seu lugar no processo produtivo e no sistema salarial. Por fim,

A exclusão de vastas camadas da produção, a marginalização da educação, etc., revelam a presença de uma única lei de exploração sobre todo o processo de planejamento da sociedade capitalista, baseada na inclusão e/ou exclusão da produção; a divisão por sexo, idade e raça mostra às mulheres, aos jovens e a todas as minorias a visão míope e enganadora do projeto capitalista para a divisão e organização da sociedade, e incentiva a rebelião de quem pode encontrar uma base material na unidade da exploração proletária (NEGRI, [1975] 2005, p. 145).

A tendência, portanto, implica na passagem da fábrica para a sociedade, em um aumento não apenas quantitativo, mas qualitativo, das lutas, que são capazes de unificar a classe proletária neste novo terreno. Nesse sentido, o movimento da Autonomia parece dar o embasamento necessário para a tese de Negri, pois, como vimos, foi a explosão, na Itália, de uma série de novas lutas e de novos protagonistas proletários. O argumento de Negri está apontando para a existência de uma rede de interesses comuns à classe, formando um potencial unitário de luta que deve ser organizado. Para Negri, reabsorvendo a luta do operário-massa em si, o operário-social deve lutar contra o Estado capitalista que visa comandar externamente, parasitariamente, a produção. A aceleração da luta visa destruir o Estado capitalista, cada vez

mais um agente externo à produção, puramente parasitário do trabalho vivo, na forma de um comando transcendente que extraí o mais-valor e visa separar a classe. A recusa do trabalho, na fábrica, assumiu a forma de um confronto contra a disciplina do patrão, que era imanente ao ciclo produtivo da fábrica; a recusa do trabalho na fábrica social, por sua vez, assume o confronto não apenas contra os patrões, mas também contra uma figura transcendente e parasitária do capitalista, que se apresenta, à meia-noite do vampiro, no final do ciclo produtivo. Essa figura se confunde com o Estado que, pela reestruturação, deseja “mistificar as fontes do mais-valor, e desorganizar os polos de classe e destruir a capacidade unitária de luta da classe trabalhadora” (NEGRI, [1975] 2005, p. 145). Contra esse movimento, “a luta proletária tende [...] a se tornar inteiramente política: uma luta contra o Estado como a forma política de comando para a produção” (NEGRI, [1975] 2005, p. 145). Portanto, o que se transforma no argumento é menos o “salto” da composição técnica para a política, do que uma transformação mais subterrânea: enquanto o operário-massa lutava contra sua própria composição técnica e a aceleração da luta estava contida nesse aspecto na forma da recusa do trabalho, para o operário-social, a aceleração da luta se confunde com a reapropriação técnica e maquinica de elementos inscritos na própria composição técnica, ou seja, uma maquinização operária para fins emancipatórios. O operário-social é uma classe maquinica, tanto em sua “capacidade criativa” quanto na forma de uma “reapropriação produtiva do trabalhador” (ALTAMIRA, [2006] 2008, p. 86). A passagem do operário-massa ao operário-social é uma reabsorção e transformação maquinica do antagonismo do primeiro, também por que é o fim da relação orgânica entre capital e trabalho, e, nesse sentido, a luta do operário social “dá um passe à frente” (NEGRI, [1975] 2005, p. 146). Vejamos, se a luta do operário-massa, contra o Estado-Plano, se dava nos termos salariais, a luta do operário social, contra o Estado-Crise, se dá em termos de um valor de uso do salário, ou seja, se passa “da luta pelo salário como entidade controlável da exploração à luta contra o comando sobre a produção, da luta dentro do sistema à luta pelo poder”(NEGRI, [1975] 2005, p. 146). Se o operário-massa deveria assumir o antagonismo para além da contradição, dentro do sistema, no operário-social, o antagonismo “nasce da demanda pela libertação” que “não surge apenas da consciência da monstruosidade do trabalho assalariado, mas diretamente da recusa ao trabalho, não da necessidade de produção, mas da urgência da invenção” (NEGRI, [1975] 2005, p. 146). Para Negri, estamos vivendo a época antecipada por Marx, nos *Grundrisse*, de maior contradição entre as relações de produção e as forças produtivas sociais<sup>59</sup>, na forma do

---

<sup>59</sup> Sobre a importância dos *Grundrisse* e do Fragmento das Máquinas nesse período do desenvolvimento do pensamento de Negri, Corradi explica: “A difusão da cooperação produtiva e o surgimento do operário-social

antagonismo entre “o Estado (como centro global de inscrição de comando para a produção) e as forças proletárias da produção social” (NEGRI, [1975], p. 149). Um sinal claro disso é a recuperação (e transformação) de Negri da categoria do trabalho vivo, que, antagonicamente, não é mais produtivo, mas inventivo: “um projeto da hegemonia [...] que pertence ao trabalho vivo, ou seja, sua criatividade, e a hegemonia desta sobre todo valor de uso e contra o valor de troca” (NEGRI, [1975] 2005, p. 152). Ora, como explica Ryan, a passagem do operário-massa ao operário-social traz consigo um novo horizonte de necessidades, e aí, se recoloca novamente o problema do valor de uso e do valor de troca, dado que “o aumento das necessidades sob o domínio do valor de troca apenas aumenta o poder do capital (aumentando a demanda)” (RYAN, 1991a, p. 206). Para romper com essa circularidade, Negri resgata, na figura do trabalho vivo, “um valor de uso que não é um reflexo do valor de troca”, ou seja, “a única fonte de riqueza independente do capital” (RYAN, 1991a, p. 206). Nessa rearticulação das categorias de Marx por Negri, em que a ciência operária da crise e da subversão constrói suas próprias categorias contra as categorias da ciência capitalista, o trabalho vivo é o oposto do valor de troca, “é, em vez disso, o puro valor do trabalho, o trabalho como atividade, como força criativa pura da produção e invenção” (NEGRI, [1975] 2005, p. 151). Como a própria forma de subjetivação do operário-social, o trabalho vivo ataca o valor de troca e, “com base nesta polaridade libertada, define-se a possibilidade de um sistema de lutas em oposição ao sistema de necessidades” (NEGRI, [1975] 2005, p. 152), ou seja, é a passagem, para Negri, não mais de um sistema que deseja refundar a relação social a partir de um novo agenciamento entre o valor de uso e o valor de troca, promovendo um sistema de necessidades mediado pelo trabalho (socialismo), para um sistema em que o trabalho vivo, como potência criativa, liberta o valor de uso de qualquer valor de troca, explodindo o sistema de necessidades e a mediação pelo trabalho, em um sistema de luta por liberação que se confunde com a apropriação geral da riqueza pelo proletariado: “o sistema de necessidades é substituído pelo sistema de lutas: um sistema alternativo de lutas que o sujeito proletário, enquanto trabalho social vivo, sabe ser uma reapropriação antagonista das forças produtivas” (NEGRI, [1975] 2005, p. 152). Aqui, temos as bases do que em *Domínio e Sabotagem e Marx Além de Marx*, Negri definirá como uma lógica antagonista da cisão e da separação, em oposição à lógica dialética de recomposição do capital, como veremos. Devemos notar, no

---

aludem, segundo Negri, a tendência à queda histórica da barreira do valor, antecipada por Marx no *Fragmento sobre Máquinas*. No texto do *Grundrisse*, Marx minaria a lei clássica do valor e desdobraria ao máximo a crítica da economia política: a socialização integral do trabalho provoca a crise das relações de troca porque o trabalho individual não existe mais e o dinheiro, que não pode medir a força social do trabalho combinado, torna-se uma função da reprodução da relação salário-trabalho” (CORRADI, 2011, n.p)

entanto, que, ao privilegiar o trabalho vivo, não há aqui nenhum recuo em relação à palavra de ordem do operáismo da recusa do trabalho. O trabalho vivo, como criatividade, é a capacidade de *reapropriação da potência do trabalho contra o trabalho, ao mesmo tempo, “significa a recusa do trabalho e o desenvolvimento do próprio valor criativo do trabalho”* (NEGRI, [1975] 2005, p. 151, *grifo nosso*), não o trabalho como emprego, mas o trabalho como atividade, potência, ou seja, não-trabalho. Como aponta Ryan, “isso implica a possibilidade de que o trabalho possa se valorizar contra o capital, passando da necessidade para a luta”, ou seja, autovalorização e, além disso, a constatação de que “a realização do gozo contém a possibilidade da revolução” (RYAN, 1991a, p. 206). É por isso que preferimos chamar a composição de classe do operário-social de uma composição maquínica de classe, não mais uma composição orgânica de classe. Em primeiro lugar, porque é uma composição de classe difusa, múltipla, plural, em segundo lugar, porque já nasce sem os vínculos orgânicos com o capital — que foram destruídos pelo operário-massa — e, em terceiro, é uma composição maquínica porque a recusa do trabalho é tanto destrutiva quanto afirmativa, tanto negativa quanto positiva. Por exemplo, na composição maquínica do operário-social, a arte da sabotagem é análoga à arte da reapropriação técnica, ou seja, a aceleração da luta é igual à intensificação da libertação das forças produtivas imanentes à sua própria composição técnica: “nesse nível da luta e da composição induzida pelas lutas, a ‘*autonomia operária*’ — isto é, a recusa ao trabalho, a vontade de reaquisição, etc. — é uma categoria das forças produtivas” (NEGRI, [1975] 2005, p. 158). Diferentemente do comportamento mais ludista do operário-massa, aqui, a reapropriação do aparato técnico se torna uma estratégia mais adequada que, no entanto, não deve descartar a destruição, o boicote e a sabotagem de um aparato técnico que não possa ser reapropriado ou que seja inútil para os fins mais imediatos da classe proletária. Negri faz uma alusão a essa transformação na composição de classe como a única via possível para uma transição comunista:

O próprio conceito de composição de classe deve ser modificado daqui para frente para se tornar uma categoria fundamental — a única categoria fundamental — da transição comunista. [...] a composição de classe neste ponto se torna o sujeito da subsequente reapropriação das forças produtivas pela classe. [...] aqui, o antagonismo radical fundamenta uma dialética construtiva. Após a dissolução repressiva que o capital impôs continuamente à composição de classe, segue-se uma fase em que os processos de recomposição são definidos apenas como processos de antagonismo de classe, e em que a classe proletária se transforma no sujeito revolucionário completo e independente. Aqui, a composição tende para a organização, a reapropriação se torna programa e o sistema de necessidades é um sistema de lutas de transição (NEGRI, [1975] 2005, p. 153).

O fundamental, aqui, é entender que “a manipulação do capital pelo trabalho por meio da

recusa do trabalho leva a uma lei fundamental da transição para o comunismo” e, contra o desenvolvimentismo infinito do capital, o caráter aceleracionista do operáismo negriano é exposto, pois “isso se torna possível quando a classe trabalhadora subordina o capital às suas ações, produzindo crises em vez de desenvolvimento econômico” (RYAN, 1984b, p. 206). Está colocado assim, novamente, o problema da organização. Aqui, e não pela última vez, Negri retoma a problemática do partido<sup>60</sup>. Negri se afasta de alguns elementos presentes na definição do partido que vimos no tópico 3.2.3, enquanto mantém algumas de suas premissas, principalmente em relação ao que formava o comunismo como programa mínimo, na forma da contínua defesa da apropriação da riqueza social: “após 68–69, a vontade de reapropriação tornou-se um componente necessário do comportamento das massas, algo que não pode ser eliminado. Tornou-se uma estrutura objetiva da subjetividade proletária” (NEGRI, [1975] 2005, p. 158). Como vimos, as práticas de apropriação direta ganham força no movimento da Autonomia por meio das práticas de ilegalidade de massa. Há, no entanto, um receio de denominar a organização revolucionária de partido, o que já indica também a proximidade de Negri com o movimento autonomista, do qual a ala difusa era bastante contrária a qualquer abordagem que possa se parecer com uma organização política mais tradicional. Como sugere Murphy, “o proletariado italiano precisa inventar uma nova forma de partido, capaz de responder às novas táticas do capital, especialmente aos seus esforços para dividir e conquistar” (MURPHY, 2012, p. 90), para tanto, o novo partido deve ser inclusivo e suplantar hierarquias: “abrangendo a nova composição de classe, que se estende muito além dos redutos tradicionais do trabalho assalariado [...]. Intervir nessa situação é a função do partido,

---

<sup>60</sup> A hipótese negriana da formulação de um partido neste momento é duramente criticada por Sergio Bologna. Em sua perspectiva, era necessário resolver, antes, o problema das demissões em massa que afetavam o “operário-massa”, e a fragmentação interna na composição política dentro das fábricas: “o melhor que a esquerda revolucionária conseguiu fazer foi dizer que a destruição do operário da fábrica como força de trabalho era algo bom, e que isso facilitaria a seleção e recrutamento da vanguarda. [...] Na verdade, o que aconteceu foi o oposto do que ele afirma, o oposto de uma maior unidade. O fato é que foi criada uma divisão mais profunda, não entre a fábrica e a sociedade, mas dentro da própria fábrica – entre a esquerda da classe trabalhadora e a direita da classe trabalhadora. Em resumo, houve uma operação de estender a hegemonia reformista sobre as fábricas, e ela foi brutal, sem restrições, determinada a eliminar a esquerda da classe trabalhadora e expulsá-la das fábricas. O PCI conseguiu o que queria, mesmo à custa dos sindicatos. [...] enquanto a *autonomia operária* for incapaz de fornecer alternativas completas com formas de luta e slogans, para as centenas de fábricas que estão fechando e para as dezenas de militantes revolucionários que se encontram nessas situações — ou enquanto ela não afirmar abertamente que o terreno da crise de produção é um terreno perdido, a ser abandonado ao inimigo, presumivelmente se refugiando sabe-se lá onde... nos festivais de Re Nudo, no terrorismo, nas marchas das mulheres, na confecção de bolsas hippies ou seja lá o que for... em outras palavras, enquanto lhe faltar a coragem de fazer uma avaliação realista da composição política da fábrica após dois anos de crise, toda conversa sobre programas, programas para a maioria, programas em massa, etc., será inútil — tão inútil quanto esse discurso de Negri. E, para trazê-lo de volta à vida, não é particularmente útil dizer que o novo partido não tem mais seu motor na frente (a vanguarda), mas na parte de trás — como um Volkswagen” (BOLOGNA, [1976] 2005, p. 43-45).

que deve *acelerar* a consolidação da nova classe totalmente socializada” (MURPHY, 2012, p. 91, *grifo nosso*). Nas palavras de Negri, o “partido” é, desta maneira, “algo além de uma vanguarda em marcha: é a força-motriz da transformação de um sistema de lutas em massa, é o organismo da reapropriação política em massa do poder, contra o trabalho assalariado, como uma invenção do comunismo” (NEGRI, [1975] 2005, p. 153). Como aponta Giuseppe Cocco, a “relevância do comunismo”, aqui, é, em seu entendimento, “como o fim da escassez, o horizonte do consumo de bens e serviços sem valor de mão-de-obra, e a reapropriação da riqueza social” (COCCO, 2016, p. x). Sobre a estruturação do partido, os termos são ainda colocados de maneira muito vaga, mas a ênfase na necessária relação de imanência entre a classe e o partido é mantida: “a continuidade, os interesses, as alternativas não resolvidas constituem a aposta proletária. Mas o problema é resolvê-los aos poucos, *de dentro para fora*. Isso é mais uma vez uma característica do ‘partido’, se é isso que queremos chamar de organização revolucionária” (NEGRI, [1975] 2005, p. 155, *grifo nosso*). Essa relação entre a materialidade da composição de classe e a imanência da organização revolucionária é retomada por Negri, em mais detalhes, quando ele desenvolve a necessidade da luta armada no processo de transição ao comunismo: em primeiro lugar, porque o partido é ofensivo, ou seja, “o partido pode sustentar a complexidade das funções imediatas que a articulação de massa define entre apropriação e luta pelo poder somente na medida em que articula funções ofensivas anticapitalistas adequada” (NEGRI, [1975] 2005, p. 156). Isto é, aqui, a luta armada aparece como uma função de defesa da apropriação direta pela classe operária. Inclusive, não há mais a defesa de uma vanguarda armada separada do movimento, “o papel da vanguarda é essencial e fundamental, e ele pode ser bem articulado com o movimento de massa a todo momento” (NEGRI, [1975] 2005, p. 157), mas há a defesa de que o próprio movimento se arme e aí, sim, atue como vanguarda, portanto: “o processo tende à unidade, o nível de massa tende a se armar e não deixa mais suas armas em mãos de qualquer um” (NEGRI, [1975] 2005, p. 156). Nesse momento, próximo ao Marx e Engels de *A Ideologia Alemã*, e de sua potente afirmação de que “o comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual” (MARX, ENGELS, 2007, [1845–1846], p. 38), Negri afirma que “o comunismo é a construção de uma sociedade de trabalhadores armados que extingue o poder do Estado ao destruí-lo” (NEGRI, [1975] 2005, p. 156).

Tomando essa definição de um comunismo imanente deixada por Negri, podemos retomar, momentaneamente, questões estruturais e de método, para verificar mais uma vez a

relação conceitual entre o antagonismo intensificado, o materialismo na análise da composição de classe e a imanência da organização no pensamento negriano do período. Poucas passagens ilustram melhor essa relação quanto às seguintes, em que Negri não hesita em definir os critérios para uma ciência ou epistemologia do operário-social, fundada, é claro, em bases operaístas. Contra a tentativa de adequação do movimento de massa à ideologia e sua mediação que, na nova ciência operaísta, “não se aplica porque não há espaço objetivo para ela,” e no qual uma “totalidade” organizacional só “é pressuposta e medida de acordo com o ritmo do conjunto de necessidades e desejos coletivos” (NEGRI, [1975] 2005, p. 160), Negri, assim, contra a ideologia de esquerda, propõe a inversão: subir, desde baixo, pelo fio da teia, em vez de bordá-lo, seguindo a “tendência em direção à recomposição de formas homogêneas de comportamento”, só assim “o antagonismo não é confiado à representação, a totalidade do projeto não passa por mediações ou delegações, e o comunismo não é entregue ao futuro” (NEGRI, [1975] 2005, p. 160). Portanto, não se pode quebrar os critérios materialistas e imanentistas da leitura da composição de classe e de sua organização, motivados por um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas, que visam intensificar o antagonismo a partir do próprio comportamento da classe. Retomando o legado da *inchiesta operaia* e da copesquisa militante, ativando, assim, uma máquina de produção do “dentro”, o único “fora” que o operaísmo pode desenvolver é um fora imanente, produzido na apropriação da riqueza pelo proletariado, formando “um conhecimento diretamente prático e coletivo, ligado à construção material de uma alternativa coletiva ao modo de produção capitalista — tal é o terreno do conhecimento dos trabalhadores: um terreno selvagem de reapropriação, invenção e destruição do adversário” (NEGRI, [1975] 2005, p. 160). Contra a transcendência, mesmo na forma da mediação, a ciência da crise e da subversão do operário-social, “se insinua material e corporalmente na realidade, diferenciando-a de dentro para fora, negando qualquer dignidade à mediação teórica abstrata e externa, reduzindo assim a mediação a uma mera tendência e, em última análise, negando-a” (NEGRI, [1975] 2005, p. 160). Uma nova ciência, que define os critérios de um “novo” materialismo: “que enaltece a continuidade entre teoria e prática, e subordina e reduz cada passagem ao seu movimento interno: tal é a ‘filosofia do conhecimento’ dos operários-sociais” (NEGRI, [1975] 2005, p. 160). Essa filosofia, no entanto, nada mais é do que um plano de conhecimento adequado ao próprio movimento da classe, uma leitura teórica da “utilidade particular do trabalho quando se opõe ao valor de troca e é compreendido em sua criatividade e insubordinação — [...] como poder de invenção libertado do capital e completamente subordinado ao indivíduo humano coletivo do comunismo” (NEGRI, [1975] 2005, p. 160). Definido esse plano

metodológico operaísta-comunista, Negri pode decalcar os elementos para uma teoria imanente e aceleracionista da transição, no qual atua a ofensiva do partido da classe do operário-social. No entanto, nada mais distante aqui, por transição, do que o conceito nos moldes propostos pelo socialismo: “nada está mais distante da dialética (sic) do operário-social do que a concepção de uma passagem linear e orgânica para o comunismo”, ou seja, a transição é a destruição de qualquer tentativa de implementar uma lógica dialética “da mediação externa e superestrutural”, ao mesmo tempo, que postula “a afirmação do papel que o proletariado desempenha na destruição deste horizonte mediador” (NEGRI, [1975] 2005, p. 161). Como vimos desde a crise do Estado-Plano, essa dialética é a própria *Aufhebung* do socialismo pelo capital. Em relação a uma mediação interna ao partido do operário-social aludido aqui, Negri afirma que sua única função seria a de medir o nível de “articulação entre os termos de destruição e os termos de reapropriação que o avanço do trabalhador socializado define” (NEGRI, [1975] 2005, p. 161). Fazendo uma releitura do giro copernicano, atualizado agora na figura do operário-social, Negri afirma que a transição só é possível quando “a classe trabalhadora, em vez de ser movida pelo capital, se move por si mesma e subordina o capital às suas próprias formas de comportamento” (NEGRI, [1975] 2005, p. 162). Como vimos, esse movimento já era efetivo na maturação das lutas do operário-massa, que abriram uma rachadura no invólucro capitalista, portanto, é esse o primeiro postulado de uma teoria da transição comunista para o operário-social. O segundo elemento da teoria da transição, que Negri decalca das próprias lutas, faz alusão a uma ditadura do proletariado contra o trabalho, ou seja, é a soma/balanço de duas décadas de recusa do trabalho: “a ofensiva contra o trabalho, contra o tempo de escravidão sob o comando do chefe, a ofensiva contra o salário”, além disso, Negri fala pela primeira vez da necessidade de se lutar, para além do salário individual, em um salário social, capaz, assim, de recompor as lutas como uma “manifestação da unidade recomposta do trabalho social produtivo contra a extração social de lucro e a garantia estatal da reprodução capitalista” (NEGRI, [1975] 2005, p. 163). Sobre o salário social, o investigaremos em mais detalhes no próximo tópico. Sobre o segundo elemento, resta afirmar que Negri defende a “ditadura do proletariado” como uma forma de impor o salário social, dado que os antigos mecanismos pela qual a classe trabalhadora lutava pelo reajuste salarial, ou seja, o sindicato e o partido, estão ultrapassados. Como afirma Negri, “os trabalhadores sabem que esses objetivos não podem ser alcançados em negociações contratuais de sindicatos ou partidos, mas apenas na forma de decretos, ou melhor, na conquista e destruição do estado dos patrões como o

primeiro ato da ditadura” (NEGRI, [1975] 2005, p. 163). Nesse sentido, a recusa ao trabalho forma um programa próprio na forma de uma “ditadura proletária contra o Estado”:

A drástica redução do tempo de trabalho, salários sociais iguais para todos, o fim da divisão do trabalho e da obrigação ao trabalho produtivo, e a libertação do poder de invenção são os objetivos dos trabalhadores e proletários que estão crescendo na contínua luta cotidiana, que estão se transformando necessariamente em um programa político de ditadura proletária contra o Estado (NEGRI, [1975] 2005, p. 163).

Esse elemento da “ditadura” do proletariado — que, em seus objetivos e seu “decreto”, nos soa muito mais como uma liberação — nos leva ao terceiro elemento da transição: a necessidade da luta armada e de uma força de vanguarda capaz de aprofundar “violenta e continuamente a crise e enfraquecer a violência dos patrões em igual medida” (NEGRI, [1975] 2005, p. 164). Para Negri, nesse nível do confronto, só há duas vias: ou a solução catastrófica do capital, que “não significa apenas guerra, mas também fome, empobrecimento e exploração bestial de amplas regiões do globo e desastre por meio da organização da mais desenfreada mobilidade da força de trabalho” (NEGRI, [1975] 2005, p. 166), ou a via revolucionária, “por meio da destruição definitiva do domínio do lucro, buscando destruir o domínio da divisão internacional do trabalho” (NEGRI, [1975] 2005, p. 166). Por fim, o último critério da transição é o de um internacionalismo, ou seja, “a fundação de uma teoria das condições internacionais da passagem revolucionária e a articulação de uma série de passagens táticas em referência a ela” (NEGRI, [1975] 2005, p. 167). Para Negri, a Itália nos anos 70 é o ponto de força para a luta de classe mundial, a *differenza italiana* está em sua posição “no centro de dois movimentos concomitantes de luta: lutas em desenvolvimento e lutas em subdesenvolvimento” (NEGRI, [1975] 2005, p. 168). Em passagens indiscutivelmente aceleracionistas (que lidas com as lentes de hoje, geram um certo desconforto e desconfiança), Negri defende que o desenvolvimento das forças produtivas na Itália serve como exemplo para as lutas dos países em desenvolvimento do “Terceiro-Mundo”: “no nível das forças produtivas que a classe trabalhadora representa, ela constitui um ponto fundamental de atração para a revolução dos países subdesenvolvidos” (NEGRI, [1975] 2005, p. 168), além disso, é um espelho para as lutas dos “países avançados”, “devido à sua insistência na apropriação e na recusa do trabalho” (NEGRI, [1975] 2005, p. 168). Para Negri, algo como um internacionalismo comunista seria possível se ancorado no projeto de revolução das forças produtivas na Itália, dado que “o potencial produtivo de uma classe trabalhadora libertada, capaz de autogerenciar a supressão de sua própria exploração, pode fornecer enormes oportunidades ao proletariado ascendente nos

países subdesenvolvidos” (NEGRI, [1975] 2005, p. 168). Da mesma forma, a recusa do trabalho mobilizada diretamente contra o Estado desenvolvido do capital é “capaz de reunir em torno de si a solidariedade ativa da classe trabalhadora avançada e reconstruir um mecanismo dos trabalhadores para a defesa internacional da revolução” (NEGRI, [1975] 2005, p. 168). Obviamente, essas passagens não podem ser lidas descontextualizadas do contexto em que foram escritas e da situação em que elas visavam intervir. Além disso, elas têm certa validade por nos demonstrar, também, no pensamento negriano, um pensamento preocupado com a progressão do conflito e, assim, com um aceleracionismo das lutas, por mais que no processo as lutas do “terceiro-mundo” sejam mencionadas em uma posição deveras abstrata, isto é, nada mais do que como um complemento de uma revolução em curso na Itália ao qual elas deveriam se espelhar.

Mais interessante do que os elementos para a transição e, talvez, dando um passo atrás para, posteriormente, dar dois passos à frente, é a defesa de Negri de uma investigação em massa (*inchiesta operaia*) sobre o sentido da autonomia dos operários e proletários nesse novo contexto da fábrica social (cf. NEGRI, [1975] 2005, p. 169). Ou seja, é necessário pesquisar os elementos da composição técnica e política do operário-social, para melhor “determinar a densidade política da nova composição social das forças produtivas” (NEGRI, [1975] 2005, p.170). Entre as questões mencionadas por Negri que passam por essa nova *inchiesta*, estão aquelas relacionadas, por exemplo, ao proletariado jovem e à educação, ao proletariado feminino e ao trabalho doméstico, e ao trabalho desempregado e os mecanismos de marginalização do trabalho, visando a problemática da natureza inerente das desarticulações do processo unitário de proletarização e sua necessidade, do ponto de vista do capital, para a acumulação. Negri salienta, no entanto, que o fundamental desse processo é que da “marginalização proletária emergem novas necessidades que são irredutíveis às demandas do trabalho assalariado” (NEGRI, [1975] 2005, p. 170). Ora, nesse sentido, estamos passando da problemática do salário para a problemática do salário social, de uma subjetivação do conflito salarial para uma subjetivação pós-salarial. O importante é frisar, aqui, que a marginalização é interpretada positivamente: “a análise deve compreender essa potência da marginalização como o limite extremo — e a força radical — da recusa do trabalho” (NEGRI, [1975] 2005, p. 170). Vimos como, nesse processo, a socialização do trabalho social o torna não apenas produtivo, mas criativo. Enquanto ele é produtivo, pelo ponto de vista do capital, ele está sujeito à “organização social do trabalho, e as articulações sociais do comando, com o conhecimento social, a ciência aplicada, etc.” (NEGRI, [1975]

2005, p. 170), mas, pelo ponto de vista da classe, ele se torna criativo pela sua maquinização e reapropriação desses elementos:

Do ponto de vista político, o problema é o de radicalmente subverter a organização capitalista do trabalho social vivo em seu potencial de luta, não se entregando a esquemas formais ou funções de continuidade, mas insistindo no conteúdo da exploração em todas as formas do processo e, ao mesmo tempo, desmistificando a imagem capitalista de sua divisão e separação (NEGRI, [1975] 2005, p. 170).

A mutação interna à recusa do trabalho pelo proletariado difuso, com o processo de reapropriação maquínica, implica, agora, que a luta não é apenas contra o mais-valor, mas também contra o trabalho necessário, libertando, aí, as forças criativas do trabalho vivo, ou seja, sua força-de-invenção. Quando nos perguntam, cinicamente, como uma sociedade sem trabalho se organizaria, só podemos responder que é a criatividade do trabalho vivo que pode responder. Primeiro, é necessário terminar de uma vez com o trabalho e a exploração capitalista. A passagem do operário-massa para o operário-social implica em uma reformulação metodológica: “voltar aos conceitos iniciais e retomar, com base na definição de formas de comportamento, a investigação sobre o nível social da autonomia proletária” (NEGRI, [1975] 2005, p. 171). Em nossa perspectiva, Negri não passa do operaísmo para a autonomia sem levar consigo o método da tendência e da análise da composição de classe. Nesse sentido, o operaísmo permanece vivo na forma da “batalha pela construção de uma nova base para a ciência dos trabalhadores, definida pela insurgência do operário-social como a unificação material das determinações sociais da exploração e como a potencialidade de uma nova necessidade revolucionária fundamental: a liberação do trabalho, assim como a liberação do labor” (NEGRI, [1975] 2005, p. 172–173). Menos do que uma ruptura radical, há a transformação interna no método, aludida pelo próprio método, ou seja, a transformação na figura hegemônica do antagonismo, e, no caso do operário-social, um nome que corresponde há uma série de novos sujeitos das lutas, como vimos a partir do movimento da Autonomia. A continuidade, por exemplo, permanece mesmo nos objetivos do partido: ofensiva contra o salário, apropriação direta e recusa ao trabalho.

Por fim, o ensaio prepara uma crítica ferrenha ao Compromisso Histórico e a Autonomia do Político. Para nós, esses elementos são interessantes, ao servirem de exemplo de como o método operaísta de análise é usado para uma crítica da ortodoxia de esquerda de sua época. Bifo, no trecho abaixo, sintetiza os efeitos do Compromisso Histórico:

Foi em 1973 que o PCI, orientado pelas lições da experiência chilena, elaborou sua chamada política de Compromisso Histórico. A política era baseada na hipótese de que a Itália não pode ser governada exceto por um acordo político institucionalizado entre comunistas e democratas cristãos. Essa ‘mudança de rumo’ política já estava

implícita em cada ponto ao longo do caminho italiano para o socialismo e representava menos uma ruptura radical com a tradição do PCI de Togliatti do que um desenvolvimento lógico dela. No entanto, as consequências dessa ‘mudança de rumo’ foram o exacerbamento adicional da ruptura entre o Movimento Oficial dos Trabalhadores (PCI e União) e os novos grupos nas fábricas e grandes cidades, que estavam se organizando ao nível de baixo, consolidando-se e trabalhando juntos para a realização social e política da Autonomia (BIFO, 2009, p. 152).

Tendo esse panorama em mente, Negri critica o Compromisso Histórico por ele ser puramente ideológico: “a reestruturação [...] se apresenta como uma proposição e prática de poder que contradiz a forma política à qual o Compromisso Histórico alude” e, ainda, “nem no nível produtivo, nem no nível estatal, nem na tendência geral do projeto capitalista está presente a possibilidade de compromisso, muito menos em termos reformistas” (NEGRI, [1975] 2005, p. 146). Ora, por mais que os representantes do Compromisso Histórico a apresentassem “como a primeira iniciativa prática tomada pelos eurocomunistas para afirmar sua autonomia em relação a Moscou e demonstrar seu compromisso com a democracia parlamentar pluralista”, na prática, “era uma clara indicação de sua capitulação e colaboração com a tecnocracia capitalista, uma vez que exigia que o PCI controlasse elementos dissidentes à sua esquerda, especificamente os operaístas e autonomistas” (MURPHY, 2012, p. 88). Para Negri e para o movimento da Autonomia, é impossível um compromisso pelo desenvolvimento nos termos renovados do sacrifício togliattiano, quando a classe operária e proletária afirmam a recusa ao trabalho, enquanto os proponentes do Compromisso, como afirma Ryan, “assumem uma ideologia do trabalho — do emprego e do trabalho produtivo” (RYAN, 1991a, p. 205.) Nesse sentido, “o socialismo do Movimento Operário Oficial se revela como uma mera e simples ideologia em relação ao impacto material da reestruturação capitalista provocada pela consciência de crise do Estado-Plano” (NEGRI, [1975] 2005, p. 146). Na perspectiva de Negri, é uma tentativa desesperada de reconstruir o Estado-Plano que as lutas do operário-massa destruíram, ao propor “o modelo da co-participação dos trabalhadores na exploração dos trabalhadores e a apologia ao trabalho como uma proposta de socialismo — o mesmo modelo que foi derrotado pelas lutas dos trabalhadores em todos os países do capitalismo avançado nos últimos quarenta anos” (NEGRI, [1975] 2005, p. 136), ou seja, como afirma Giuseppe Cocco, nesse sentido, “a teoria da insubordinação social de Negri [...] lê a estratégia do compromisso histórico como uma tentativa de restauração autoritária da lei do valor” (COCCO, 2016, p. x). Enquanto “o capital marcha imperiosamente em direção ao comando e à desarticulação dos movimentos da classe, o Compromisso Histórico pretende legitimar tudo isso por meio da participação dos trabalhadores” (NEGRI, [1975] 2005, p. 147). Como afirma Ryan, mesmo que fosse bem-sucedido em reconstruir um novo

Estado-Plano, o Compromisso Histórico “se resumiria simplesmente à participação dos trabalhadores na exploração dos trabalhadores” (RYAN, 1991a, p. 205). Negri argumenta que isso também é impossível, pois as condições estruturais se transformaram: como vimos, desde Panzieri, o Estado Moderno se transformou, e se tornou orgânico ao desenvolvimento capitalista, ou seja, se tornou a figura principal do capitalista coletivo: “o capital se identifica com o Estado: do ponto de vista do capital, o Estado conduz a luta de classes diretamente. A classe trabalhadora, portanto, reconhece no Estado o seu adversário direto, seu inimigo essencial” (NEGRI, [1975] 2005, p. 140), portanto, “o Estado é orgânico — não é um acessório nem um receptáculo vazio — ao desenvolvimento capitalista e suas desarticulações determinadas” (NEGRI, [1975] 2005, p. 135–136). Além disso, essa relação entre capital e Estado não se dá em níveis nacionais, mas globais, sustentando o mercado mundial. O Compromisso Histórico também “se baseia em uma mistificação da neutralidade do Estado como um mecanismo que pode ser tomado” (RYAN, 1991a, p. 205.) Para Ryan (cf. 1901a, p. 207), nesse aspecto, a *Autonomia* só poderia definir suas tarefas contra o Compromisso Histórico. E Negri está buscando fazer jus ao movimento quando, por exemplo, enfatiza que a desarticulação marginal do trabalho produz novas necessidades que não são redutíveis àquelas do trabalho assalariado, como o salário social, os gastos públicos com serviços, etc., além disso, contra a imagem capitalista de separação e divisão da classe entre produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, Negri insiste que todos são explorados. Nesse sentido, em termos políticos, o movimento social da Autonomia só poderia agir contra as instituições de comando capitalista, buscando mostrar como todas as tentativas de soluções estatais para a crise de legitimação se resumem a um aumento da exploração. Nesse cenário, em que a produção social visa, cada vez mais, dinamitar um comando transcendente e puramente parasitário de sua própria produtividade, o antagonismo se traduz efetivamente em uma luta contra o Estado. Para Michael Hardt, Negri, em um uso claro do dispositivo-Lenin, está complementando, para o regime do capitalismo contemporâneo, a análise de Lenin em *O Estado e a Revolução*, que reconhece que o Estado deve ser destruído não apenas como um poder transcendente, mas também em suas bases materiais. Portanto, Negri complementa a análise de Lenin sobre a destruição do Estado com uma leitura do argumento de Marx para a destruição da lei do valor nos *Grundrisse*, de modo que a destruição do Estado é própria destruição do trabalho, ou seja, da relação de trabalho capitalista (cf. HARDT, 2005, p. 32). Nesse sentido, não há mais a possibilidade de uma revolução de cima para baixo que não seja mobilizada *contra* os interesses da classe proletária: “todas as revoluções de cima para baixo dentro do Estado (como o compromisso) devem ser necessariamente dirigidas contra o outro

polo, ou seja, a classe operária” (RYAN, 1984b, p. 205.) Por fim, a tese da Autonomia do Político, como vimos no tópico 2.2.3, é transcendente, mesmo ao propor a luta *pele* Estado, e não contra ele, e acabar justificando o Compromisso Histórico e, indiretamente, a repressão ao movimento da Autonomia. Como bem sintetizado por Murphy, o espaço de uma “Autonomia do Político”, ou seja, de um governo representacional, capaz de mediar confrontos em razão da classe operária, não existe mais, dado que o Estado agora está subsumido à lógica do comando capitalista:

[..] a afirmação de que os representantes do PCI da classe trabalhadora requerem autonomia tática para promover os interesses da classe desmorona [...] porque sua lógica de separação e representação se tornou impossível. O Estado não mais se opõe — e se coloca acima — da sociedade civil, mas a absorve completamente. A subordinação do Estado às corporações privadas o demonstra. Não pode haver mais mediação ou delegação a representantes políticos, porque não há mais um espaço de delegação — apenas um confronto direto e não mediado entre o Estado e a classe trabalhadora insurgente (MURPHY, 2012, p. 88).

Além disso, Negri deixa claro que a partir do método operaísta de análise, o socialismo de Estado se torna impossível, dado que está ancorado na figura de subjetividade do operário-profissional, decomposta no surgimento do operário-massa: o projeto socialista, assim, “remete ao operário-profissional e à sua lógica produtiva, cujas dimensões o Compromisso Histórico adota [...] e reforça. No entanto, esse tipo de trabalhador não existe mais, nem existe essa possibilidade de construção de programa” (NEGRI, [1975] 2005, p. 136). Aqui, a transcendência ressurge, não como um falso problema, mas como uma ameaça à imanência constituída pela classe: nesse sentido, Sergio Bologna tem razão ao afirmar que tanto o Compromisso Histórico e o PCI, como a Autonomia do Político, existem mesmo mistificadamente, e constituem ameaças reais à qualquer projeto de hegemonia de classe, buscando demonstrar que a Autonomia do Político era menos uma precondição do Compromisso Histórico do que uma consequência pretendida pelo mesmo (cf. BOLOGNA, [1976] 2005, p. 41–42). Na visão de Negri, a mistificação do Compromisso Histórico constitui um constrangimento ao proletariado ao reforçar o projeto de reestruturação do capital pelo Estado-Crise, que visa “tornar a luta dos operários incomunicável e a luta dos operários-sociais sem liderança” (NEGRI, [1975] 2005, p. 138), processo que, como vimos, já estava em andamento no período. Negri salienta como a ideologia do trabalho produtivo pode ser útil ao capital, ao visar “quebrar a potencial unidade do operário social, isolando a fábrica da sociedade e colocando este contra aquela em termos de emprego, ao mesmo tempo, exigindo da sociedade níveis de produtividade análogos aos definidos na fábrica” (NEGRI,

[1975] 2005, p. 138). Ou seja, tudo que o Compromisso Histórico tem a oferecer é a divisão da classe em defesa de uma ideologia do trabalho. Em contrapartida, o que a persistência e a força do método operaísta tem a oferecer, ao menos, é a destruição dessa mistificação e ideologia:

A investigação dos trabalhadores é uma batalha política desde o início: é uma batalha política tanto do lado da teoria quanto do lado da prática. Do lado da teoria, a investigação dos trabalhadores é uma batalha contra todas as mistificações, atrasos, ilusões e artimanhas das imagens ideológicas persistentes de uma realidade que foi destruída (ou está em processo de destruição) através da violência da reestruturação (NEGRI, [1975] 2005, p. 172).

No próximo tópico, dando continuidade à análise do operário-social, devemos investigar as medidas pela qual o operário-social ataca a apropriação da riqueza via salário-social.

#### 4.2.2. A temática do salário-social: a luta proletária pelo gasto público

Neste tópico, analisaremos a temática negriana do salário-social na forma da defesa do gasto público. O argumento de Negri pelo salário-social define uma das formas possíveis da apropriação de riqueza pelo proletariado contra o Estado-Crise do capitalismo. A crítica negriana aos setores do pensamento econômico conservador e ao fiscalismo de Estado do Compromisso Histórico que propõem medidas de austeridade fiscal para lidar com as crises econômicas se mostra atual no contexto contemporâneo de um apelo, muitas vezes à esquerda, de um rígido controle fiscal. Como veremos na perspectiva de Negri, qualquer redução nos gastos públicos, ou seja, do salário-social proletário, tornou-se praticamente inviável do ponto de vista de uma ciência proletária, sendo um campo de conflito irreversível com a forma-Estado, em um antagonismo no qual se medem os graus de sua autonomia.

Vimos no tópico anterior, como, em *Proletari e Stato*, na passagem do operário-massa ao operário-social, Negri defendia uma transformação análoga do salário ao salário-social como um efeito da socialização do antagonismo na fábrica difusa. Em resumo, a análise da tendência indicava que, da mesma forma que as lutas salariais e fabris do operário-massa destruíram o Estado-Plano, na recomposição da classe e do capital nos anos 70, as lutas por um salário-social como uma das formas de apropriação direta da riqueza pelo proletariado determinarão a forma mais desenvolvida do antagonismo entre capital e classe trabalhadora. Como Negri coloca em *Proletari e Stato*, o salário-social é a abertura de um novo terreno para a luta de classes, o terreno da apropriação direta da riqueza pelo proletariado: “as táticas

devem nos permitir expandir as dimensões da luta sobre o salário social [...]. A luta salarial, de fato, tende a se transformar em uma luta pela apropriação, uma luta de classes que engloba em si todos os motivos da luta pela libertação” (NEGRI, [1975] 2005, p. 155). Vimos, no tópico 4.1, como o movimento da Autonomia, pelas práticas de ilegalidade de massa, desenvolveram formas de luta por apropriação direta. Na perspectiva de Negri, na recomposição da classe e do capital nos anos 70, a luta salarial já se torna, efetivamente, uma luta por apropriação, dado que o salário, como vimos, tanto no tópico 3.2.1, quanto no 3.2.2, tinha se tornado menos um campo de mediação do que um campo de conflito entre as lutas operárias e o Estado capitalista. No último tópico, vimos como o capital buscava reagir a esse conflito por meio de uma transformação interna em sua composição orgânica, se desvinculando da moeda-salário na forma de um dinheiro-comando, por meio de diferentes medidas, como a desvalorização salarial e mesmo a inconvertibilidade do dólar. Para Negri, não só a socialização do trabalho acaba por intensificar o antagonismo do trabalho vivo na fábrica social, como na recusa do trabalho, quanto, ao visar enfraquecer a luta salarial ou mesmo dividir a classe em relação ao salário, o capital acaba por produzir mais uma contradição interna e acelerar a resposta proletária por um salário social:

[...] as tentativas de dividir o proletariado em relação ao salário induzem a uma demanda cada vez maior por um salário social para mulheres e estudantes, além do salário social exigido pelos homens adultos desempregados. Paradoxalmente (mas não tanto a ponto de excluir essas formas de comportamento de uma nova composição), a extensão social do trabalho produtivo é reconhecida e afirmada pela classe com base na prática da recusa do trabalho (NEGRI, [1975] 2005, p. 162).

Sendo assim, se a luta salarial, na forma do salário-social, “é cada vez mais avaliada em relação aos conteúdos de poder e libertação que dela decorrem”, ou seja, é uma luta pela apropriação da riqueza produzida pelo proletariado e extorquida pelo capital, Negri adverte que a apropriação possui múltiplas formas — da apropriação direta dos supermercados ou mesmo na forma das autorreduções<sup>61</sup> — portanto, em relação ao salário-social, “não se trata necessariamente de uma luta por apropriação no sentido estrito do termo, mas sim da percepção de que o salário é a possibilidade imediata de acessar novas possibilidades humanas — somente então essa luta salarial se torna credível” (NEGRI, [1975] 2005, p. 155). Nessa afirmação de Negri, no entanto, a definição de salário-social parece apontar para duas

---

<sup>61</sup> Para Negri, a autorredução é o limiar da luta do operário-massa, promovendo a passagem ao operário-social: “as formas de luta pela ‘autorredução’ na Itália [...] são principalmente uma expansão da luta salarial dos trabalhadores. [...] A autorredução é a última, a mais alta forma da luta do operário-massa e a primeira figura na qual a reapropriação social da riqueza é determinada com base no novo sujeito proletário da luta de classes — a negação e sublimação do operário-massa” (NEGRI, [1975] 1994, p. 210).

definições: na primeira, o salário-social é uma demanda em aberto da camada produtiva do proletariado não-assalariado — seria como uma demanda por uma renda básica ou por um salário doméstico, por exemplo. Na outra definição possível, o salário-social parece ser uma tendência já em realização e pleno funcionamento na fábrica social, na forma de diferentes formas de luta que já estão acontecendo no período, como nas apropriações, reduções, etc., no qual, por mais que não por uma forma “constitucionalizada” de um “salário”, o proletariado, pela força de seu antagonismo, retoma a riqueza de forma imediata, mesmo que pelas práticas de ilegalidade de massa. Aqui, o “salário-social” pode ser caracterizado como uma ampla gama de processos que autovalorizam a classe trabalhadora. A insistência de Negri por uma luta pela apropriação da qual o salário-social é uma das formas imanentes, em *Proletari e Stato*, não desenvolve os elementos que constituem o salário-social propriamente dito, deixando em aberto muitas dessas questões.

No entanto, no mesmo ano de publicação do texto referido, Negri lança mais um ensaio, *Lo Stato e la spesa pubblica*. O texto propõe uma crítica às políticas do Compromisso Histórico, mas, dessa vez, o argumento é direcionado como uma intervenção contra as soluções que o Compromisso ofereceu para conter a crise fiscal e política italiana do período. Historicamente, os anos 70 são considerados anos de reação e “ofensiva neoliberal”, muito pela transformação interna no Estado que, ao se tornar um agente de legitimação e acumulação capitalista, desenvolve técnicas que reduzem os gastos públicos e os poderes fiscais do próprio Estado, hipoteticamente, minando e enfraquecendo seu poder, fortalecendo assim a influência de multinacionais e grandes corporações na administração da “sociedade civil”, na esteira da tese negriana da forma-empresa, apesar de que, para Negri, não há enfraquecimento aqui do Estado, apenas a afirmação de sua subsunção ao capital. Nesse sentido, a “crise fiscal” do Estado certamente não se limita geograficamente à Itália, nem historicamente aos anos 1970, sendo um problema da organização do Estado contemporâneo. Se a situação não é italiana, mas global, “é porque não é tanto a dívida que deve ser combatida, mas sim a nova composição política da classe trabalhadora, que força tanto os gastos públicos quanto a dívida a crescerem” (NEGRI, 1975b, p. 194). Sendo assim, Negri propõe que não é coincidência que a crise fiscal italiana tenha origens nos anos 60 e que se intensifiquem nos anos 70 (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 193), preparando, portanto, o argumento de que a crise fiscal está efetivamente ligada ao movimento “da luta dos trabalhadores pelo salário direto à luta dos trabalhadores pelo salário social” (NEGRI, [1975] 1994, p. 199). Sobre os sentidos políticos da crise fiscal italiana no período, Negri resume:

[...] bloqueio nos gastos, novos níveis de austeridade e provocação, uma ruptura definitiva das sequências de desenvolvimento que foram mal concebidas na última década pelos teóricos do planejamento e, o mais importante, uma política ativa de deslocamento da força de trabalho social e a criação, em consonância com as novas dimensões e qualidades do mercado de trabalho, de uma espécie de ‘exército de reserva industrial’ na forma de marginalização e/ou abandono de estratos sociais inteiros (NEGRI, [1975] 1994, p. 193 – 194).

Este cenário não é muito diferente do descrito por Negri quando, no último tópico, vimos a construção de seu argumento sobre a tentativa do capitalismo e do Estado de recomposição forçada da composição técnica do proletariado social como medida para impedir sua recomposição política: “em resumo, é uma estratégia para dividir internamente a unidade da força de trabalho produtiva, que é potencialmente revolucionária e, com suas demandas de reconhecimento, completamente desestabilizadora do estado atual da política” (NEGRI, [1975] 1994, p. 193 – 194). Por meio de uma crítica à redução dos gastos públicos, ou seja, de uma diminuição do *Welfare State*, no contexto italiano de crises fiscais, políticas e legais, Negri forneceu um meio de definir as linhas de conflito entre as forças sociais e o Estado-Crise capitalista, e um modo, como veremos, de definir, antagonisticamente, um novo conceito de salário adequado ao operário-social.

Negri começa o ensaio com uma definição antagonista do gasto público, ou seja, o conceituando como um terreno de luta e conflito entre a classe trabalhadora e o capital: “a problemática dos gastos públicos indica tanto uma forma da subsunção real capitalista do trabalho quanto o tecido sobre o qual o antagonismo pode ser determinado subjetivamente” (NEGRI, [1975] 1994, p. 208). Nesse sentido, Murphy nos explica como a partir dessa definição, Negri já opera uma espécie de filtro de discussão com a teoria marxista tradicional e com a economia dogmática. Segundo o autor,

Os gastos públicos, que a economia convencional e a teoria marxista tradicional tratam como improdutivos porque não constituem um investimento direto na produção de commodities, são um aspecto da noção expandida de trabalho produtivo que Negri começou a delinear em "Workers Party against Work". Eles crescem à medida que a socialização da classe trabalhadora aumenta, e, na verdade, a socialização tanto se baseia como impulsiona os gastos públicos. Como a socialização visando aumentar a produtividade é o objetivo da intervenção estatal nas economias planejadas, sejam elas keynesianas ou soviéticas, os gastos públicos constituem o sustento vital do Estado-crise em seu esforço para espalhar a lógica da fábrica por toda a sociedade (MURPHY, 2012, p. 87).

A partir deste quadro definido é em defesa de um ponto de vista de uma ciência operária e proletária que Negri pode afirmar que o gasto público é a nova forma do salário, um salário social que, portanto, não pode ser reduzido, mas apenas aumentado: “os gastos públicos devem ser considerados como os gastos salariais da fábrica-Estado” (NEGRI, [1975] 1994, p. 180), ora, nessa “análise marxiana e operária do salário” (NEGRI, [1975] 1994, p. 195),

Negri coloca os objetivos da discussão: em primeiro lugar, mostrar que “a ciência e a prática do capital são obrigadas a operações repressivas mais severas para negar o sujeito que o salário social revela”, ou seja, fazendo jus ao método operaísta, é necessário encontrar, nos elementos da economia política, os vetores de antagonismo que permitem definir uma subjetividade que movimenta o processo. Em segundo lugar, “identificar um terreno de luta em que, com base no salário social, todas as práticas do poder hostil tendem a se unir do ponto de vista massivo do proletariado e determinar um terreno adicional para a expressão do ódio dos trabalhadores” (NEGRI, [1975] 1994, p. 195 – 196). Dentro deste plano crítico, os gastos públicos são pensados menos como um investimento social pelo Estado (por mais que sejam produtivos), ou seja, não como uma forma de mediação possível entre a classe e o capital — como era no Estado-Plano — mas sim como um sintoma e desdobramento do ataque operário ao salário, com resultados ainda em disputa. Portanto, o *Welfare* é um efeito do desenvolvimento do antagonismo e um resultado da luta de classes: “os gastos públicos se tornam um elemento de contradição porque o poder dos trabalhadores perturba sua relação com o sistema de regras do Estado [...] e o sufoca na irracionalidade da pressão proletária e na luta dos trabalhadores” (NEGRI, [1975] 1994, p. 181). Desnudado pelas lutas, o Estado capitalista tem cada vez menos compromisso em ser um agente de desenvolvimento social, do que uma necessidade de ser um agente de regulação e comando do trabalho e de acumulação de capital. Quando a mistificação do equilíbrio fiscal e do corte do investimento social (ou seja, a diminuição do salário-social), se tornam as bases da economia política vigente, a crítica da economia política, na forma da ciência da crise e da subversão da classe trabalhadora, deve sobrepor-se, “violando” as regras e medidas da “justa” economia política: “a crítica da economia política viola as regras da economia política (como a crítica comunista deve fazer), assim, a luta em torno dos gastos públicos deve ser vista como um terreno fundamental de conflito” (NEGRI, [1975] 1994, p. 180).

Tendo este cenário como pano de fundo, podemos prosseguir no argumento de definição negriana da luta pelo gasto público como uma forma de expressão imediata e como tendência em efetivação do salário social. Como é a não-correspondência entre o trabalho e a remuneração que fundamenta a relação de exploração capitalista (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 197) e, ao mesmo tempo, o que dá consistência, pelo ponto de vista operário, à recusa do trabalho, o salário como mediação é, pelo ponto de vista do capital, a tentativa de mistificação da exploração capitalista que ocorre na fábrica (e vimos como as lutas do operário-massa rompem essa mistificação, transformando a luta salarial em uma luta política, na afirmação simultânea da recusa do trabalho e de mais-salário). Por sua vez, com o desenvolvimento e

socialização das lutas, Negri observa uma transformação e ampliação desse conflito, na forma da luta pelo gasto público, como a soma do mais-valor social extorquido pelo capital e que, pelo ponto de vista capitalista, deve ser acumulado. Sendo assim, pelo ponto de vista do capital, o gasto público é a apropriação capitalista do mais-valor social (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 191). Portanto, pelo ponto de vista do capital, “os gastos públicos são a forma pública e estatal na qual a relação de exploração estatal da sociedade de trabalhadores produtivos é mistificada” (NEGRI, [1975] 1994, p. 181). Ou seja, com a socialização produtiva, “o problema salarial e o problema do *Welfare* (isto é, as despesas reprodutivas) tendem a unificar-se. [...] isto quer dizer que o salário [...] tende a se tornar cada vez mais um momento que deve ser qualificado como renda, como forma mistificada da função social da reprodução da sociedade” (NEGRI, 1979, p. 158). Portanto, a luta pelo gasto público revela, pelo ponto de vista da classe trabalhadora e pela reapropriação desse mais-valor social, que “os gastos públicos são um salário social e as análises e práticas desestabilizadoras da classe trabalhadora devem ser desenvolvidas com base nesse fato” (NEGRI, [1975] 1994, p. 181). Em suma,

O salário é a categoria na qual o capital agarra e mistifica, de forma fundamental, o complexo de aspectos políticos, sociais, históricos e humanos do proletariado. Hoje, o capital foi constringido a mobilizar o salário, ou grande parte dele, na forma de gastos públicos. Aqui, principalmente, as contradições podem explodir novamente — o salário social contra o Estado (NEGRI, [1975] 1994, p. 209).

Para o ponto de vista da classe trabalhadora, é necessário destruir uma mistificação que possui uma dupla camada: a primeira, é a defesa do gasto público como improdutivo, como uma política estatal que serve como “brinde” dos “anos gloriosos” do capitalismo aos trabalhadores, ou seja, que só é possível como um resultado de um ciclo eficaz de acumulação e desenvolvimento do capital que, pela boa vontade capitalista, pode retornar de forma benéfica os frutos da produtividade à classe trabalhadora, na forma do gasto público, ou seja, no desenvolvimento social, tecnológico, etc. Nessa mistificação, o gasto público é apresentado como sendo externo à própria composição orgânica do capital e não como um mais-valor social expropriado da própria classe trabalhadora, ou ainda, a ênfase é jogada em um déficit produtivo, em uma desvalorização interna do trabalho etc., que não geraria riqueza suficiente para ser distribuída igualmente. Sendo assim, o gasto público em determinada composição do capital, em determinado ciclo de acumulação, pode ser apresentado como uma política econômica puramente inflacionária, produtora de crises, etc., ameaçando a estabilidade do sistema. Para Negri, essa é uma pura mistificação na composição

contemporânea do capital — um sistema que, como vimos, não vive de estabilidade, mas de crises —, e do Estado, no sentido de que o gasto público, como mais-valor extorquido socialmente pelo Estado capitalista, faz parte imanente do seu ciclo de reprodução parasitário:

[...] o crescimento, e até mesmo a enorme expansão, dos gastos públicos não entra em conflito com o desenvolvimento do capital, mas sim é orgânico e necessário à figura produtiva contemporânea do capital. Além disso, os gastos públicos hoje constituem o pré-requisito essencial de cada momento de acumulação. Portanto, não faz sentido falar de gastos públicos que sejam inflacionários em si mesmos (NEGRI, [1975] 1994, p. 186).

Como vimos, o gasto público é um efeito da luta de classes e em uma forma de capitalismo parasitário da produtividade social, como no Estado-Crise, o gasto público é uma imensa soma social de mais-valor acumulado e que deve ser reapropriada, maquinada, desde baixo, pelo proletariado. Portanto, é necessário destruir uma segunda camada da mistificação capitalista, acoplada à primeira, que são as políticas de equilíbrio fiscal. Por meio dessas políticas, o capital acumula e manobra, à sua vontade, a qualidade e quantidade de mais-valor social que ele absorve parasitariamente. Se a crise do Estado-Plano é estrutural, ou seja, a reconfiguração do desenvolvimento perpendicular da classe e do capital é irreversível e o desenvolvimento e, com isso, o gasto público, não se fundamentam mais nos termos keynesianos, isto não significa, pelo ponto de vista da classe trabalhadora, que o gasto público deva ser eliminado no processo de recomposição junto com o planejamento capitalista, e que não deva se defender formas de *Welfare*. É claro que os fiscalistas — à direita e à esquerda — vão querer reduzir o *Welfare*, no entanto, a crise do Estado-Plano como um dos modelos de gestão de um Estado de “bem-estar social” não significa, para os operaístas, que o gasto público deva acabar: apenas que o controle do Estado sobre o gasto público se esgotou e será necessariamente reconfigurado como efeito das lutas<sup>62</sup>. Portanto, é necessário exigir que o capital e seu Estado, em sua reconfiguração e recomposição, pague pelo mais-valor social que ele extrai do trabalho produtivo da classe operária e proletária, para vias subversivas, é claro, para vias de autonomia a autovalorização na recomposição maquinada do operário-social, portanto: recusa do trabalho, mais dinheiro, mais investimento social, mais lazer, mais prazer, menos trabalho. Nesse sentido, a renda obtida pelo gasto público é reapropriada e usada em termos de autovalorização, e não em termos de valorização do capital (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 158). O gasto público é, assim, pela ótica de Negri, tomando pelo problema do duplo poder: da potência de autovalorização, contra o poder de valorização do capital. Por essas

---

<sup>62</sup> Na obra tardia de Negri, isso se reconfigura como uma passagem do *Welfare* para o *Commonfare*.

razões, não há quantidade suficiente de *Welfare*, o *Welfare* é irreversível: e foi nesses termos que aconteceu a ruptura da classe operária com o Estado-plano. Ou ainda, o que era um limite intransponível para o capital é um limiar de libertação para a classe operária. É, também por essa via, necessário defender o gasto público como um salário-social, como uma demanda futura e como uma prática imanente, dado que, na forma de um salário-social, a interpretação sobre o que é o gasto público, qual é sua função, etc., se modifica substancialmente da dogmática econômica que, em uma crise e influenciando a opinião pública, por exemplo, pode defender o corte dos gastos públicos como uma medida econômica justa, visando o equilíbrio econômico e o controle da crise:

[...] os gastos públicos como mais-valia social extorquida pelo capitalista coletivo. [...] assim como a expropriação econômica do trabalhador pode ser transformada em uma demanda política do cidadão [...] também, na medida em que são cidadãos, podem colocar as mãos no que lhes foi negado como produtores! (NEGRI, [1975] 1994, p. 187–188).

Negri, fazendo menção à Rosa Luxemburgo, afirma que se a luta pelo salário é também a luta contra o caráter de mercadoria da força de trabalho, a luta pelo salário social, nas condições impostas tanto pelas lutas dos trabalhadores, contra na tentativa de comandar o processo pelo capital na forma do gasto público é também uma luta direta contra o Estado (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 182). Ora, é uma luta contra o Estado no sentido de que se luta contra o comando do Estado sobre o mais-valor social que ele se apropria, ou seja, é uma forma de luta imediata contra o comando capitalista sobre o trabalho vivo, afirmando a apropriação da riqueza como um comportamento imanente da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, o comando do Estado sobre a despesa pública permite que ele interfira hierarquicamente no registro da reprodução social, o novo “centro” da fábrica social, no qual o Estado procura “reproduzir em si os critérios de hierarquização, de funcionalização global dos sujeitos no processo de reprodução do capital, como reprodução das classes segundo esquemas hierárquicos” (NEGRI, 1979, p. 157). Negri, retomando elementos da composição do Estado-Plano, afirma ainda que “se a lei do valor não funcionar corretamente e os mecanismos inflacionários forem acionados, isso ocorre não devido à relação orgânica estabelecida entre os gastos públicos e a composição do capital” (NEGRI, [1975] 1994, p. 186), ou seja, nessa disputa política, o gasto público não deve corresponder ao funcionamento orgânico de uma lei dialética do desenvolvimento capitalista, ele não deve prestar contas a essa dialética de desenvolvimento do capital, afinal, nos termos atualizados do conflito e do nível de antagonismo, o gasto público está ligado “à ruptura dessa relação orgânica imposta pelas lutas dos trabalhadores, pelo antagonismo que se abre nesse ponto entre a composição

orgânica do capital e a composição política da classe trabalhadora (que nesse nível de unificação da força de trabalho é, de qualquer forma, produtiva)” (NEGRI, [1975] 1994, p. 186). Nessa inversão perspectivista da ciência operária, retomando o conceito de crise operaísta no contexto do operário-social, “o capital é essencialmente uma categoria de relação entre forças de classe em luta, e a queda da taxa e a acumulação da massa de lucro significam, em termos de classe, a queda da cota de valorização do capital em relação a uma massificação implacável das lutas proletárias” (NEGRI, [1975] 1994, p. 190). Sendo assim, Negri pode reafirmar tanto que inflação é fruto do antagonismo (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 187) quanto que o aumento do gasto público, ao promover o desequilíbrio da lei do valor — que como vimos, só pode funcionar transcendentemente, ou seja, pelo controle coercitivo do Estado-Crise, (cf. NEGRI, [1975] 1994, p. 201) — é uma crise bem-vinda. O próprio capital, ao seu modo, assumindo a crise do Estado-Plano como irreversível — e aí, mais um sentido da crítica ao Compromisso Histórico — busca “destruir toda ilusão de planejamento em termos da realização da lei do valor” dado que ele só se realiza transcendentemente, coercitivamente, como vimos, e busca “agir nas linhas internas em direção à devastação do potencial unitário do proletariado como uma força produtiva e revolucionária” (NEGRI, [1975] 1994, p. 203). Com a tentativa de desvalorização do trabalho pelo capital, o salário-social dá continuidade à luta pela transformação do salário em uma variável-independente: “é importante trazer de volta o componente salarial ao papel de variável independente, e isso é possível na prática do proletariado no terreno social” (NEGRI, [1975] 1994, p. 192), portanto, a luta pelo salário social, via gasto público, atualiza a fórmula da recusa do trabalho pelo slogan do *salário social contra o Estado*:

O salário social contra o Estado [...] é, portanto [...] a identificação prática de um terreno de luta, com base nas determinações das contradições insolúveis do reformismo e do poder, e na certeza teórica de que toda luta de classe aberta e consciente é hoje, imediatamente e necessariamente uma luta pelo comunismo. No terreno dos gastos públicos, a antiga tática da luta pelo salário relativo abre a proposta que leva à estratégia do comunismo. Todo espaço massivo construído pela luta hoje não pode deixar de ser uma brecha da qual emerge a massa de desejos contidos e reprimidos pelo modo de produção social para a acumulação capitalista (NEGRI, [1975] 1994, p. 208–209).

Desta maneira, pela problemática do salário-social, Negri dá continuidade à pesquisa sobre as possibilidades de recomposição política do proletariado — e mais uma vez, vimos que não há “salto” da composição técnica à composição política — mas colocação do problema da organização política e de alternativas viáveis, pois inscritas em elementos do comportamento do proletariado à sua tentativa de recomposição política. Por fim, o argumento negriano da

defesa da luta pelo gasto público contra o Estado, por mais que em um contexto diferente, pode servir para destruir os elementos cristalizados na dogmática econômica fiscalista — de direita e esquerda —, destruindo mistificações como os “tetos de gastos” que atacam o proletariado global. Estamos chegando no final da tese, e no ápice do confronto entre o movimento social italiano da Autonomia e o Estado, na intensificação da perseguição jurídica que o movimento social da Autonomia iria sofrer. Nesse sentido, no próximo tópico, aprofundaremos a crítica negriana ao regime jurídico-político do Estado-Crise pelo ponto de vista da autovalorização irredutível proletária.

#### 4.2.3. A crítica da constituição material do Estado-Crise: a recusa do trabalho como autovalorização proletária contra o comando coercitivo do Estado

Neste tópico, apresentaremos a crítica negriana da constituição material do Estado-Crise, aprofundando, assim, sua compreensão da recomposição capitalista como uma tentativa violenta de repressão às lutas de classe nos anos 70, que não se restringe apenas a elementos econômicos, mas também políticos, administrativos e jurídicos. Nesse argumento, Negri retoma aspectos de sua crítica à constituição italiana de 48, como vimos no tópico 2.3.1, mas a atualiza nos termos de um Estado capitalista transformado, em virtude do novo ciclo de lutas protagonizado por um proletariado recomposto socialmente. Por fim, a investigação se justifica pela introdução negriana de um conceito de valorização alternativa ao sistema capitalista, uma de suas principais contribuições ao pensamento operaísta dos anos 70, assim como pela sua antecipação teórica, tanto da intensificação da guerra-civil italiana a partir do uso do aparato repressivo jurídico mobilizado pelo Estado contra o movimento da Autonomia, que o leva à prisão em 79, como de elementos que continuam a definição do Estado-Crise.

Em 1977, Negri publica *From Extremism to 'What Is To Be Done?' — Toward a Critique of the Material Constitution: Workers' Self-Valorization and the Party Hypothesis*. Como colocado por Murphy, o ensaio é uma espécie de reescrita de *Labour on the Constitution* pela perspectiva dos anos 70 e antecipando a repressão que se intensificaria no horizonte do movimento da Autonomia (cf. MURPHY, 2012, p. 91 – 92). Portanto, é interessante para nossa própria metodologia adotada, pois *Labour on the Constitution* é o primeiro texto operaísta escrito por Negri (escrito em 64, mas só publicado em 77), e foi o

primeiro texto de Negri que analisamos na íntegra na tese, nesse sentido, a análise dos dois textos, um dos 60 e outro dos 70, serve como uma espécie de indício das transformações no pensamento negriano e do método operaísta entre os dois períodos. Negri trabalha no texto com uma distinção entre a “constituição formal” e a “constituição material”. Segundo o autor, uma crítica efetivamente materialista da constituição não pode se limitar apenas ao texto escrito do documento constitucional, mas deve se estender para incluir as relações sociais e econômicas que moldam a estrutura política de uma sociedade. Enquanto a constituição formal se refere ao texto escrito, literal, de uma constituição, que estabelece as estruturas políticas e legais formais de um Estado, a constituição material vai além e aborda as relações de poder e as estruturas sociais e econômicas subjacentes à constituição formal. Isso inclui as relações de classe, as hierarquias econômicas e as dinâmicas de poder que operam na sociedade. Se a constituição material é frequentemente obscurecida pela constituição formal, é fundamental, para a crítica materialista (e operaísta) da constituição, revisitar os elementos ocultos e entender como o poder é exercido, distribuído, gerido e administrado em uma determinada sociedade. Como vimos no tópico 2.3.1, Negri construía uma crítica operaísta à constituição formal italiana de 48. Aqui, Negri afirma que o objetivo é “demonstrar que o evento político da Constituição de 1948 chegou ao fim” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 180). Como vimos, a Constituição de 48 era baseada sobre o valor do trabalho, como sintetiza Negri: “a Constituição é suposta a prefigurar um modelo de sociedade democrática socialista [...] e estabelecer critérios prescritivos [...] para a transformação social” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 181). Vimos que isto só ocorria na forma de uma *Aufhebung* do conceito de trabalho produtivo socialista no aparelho jurídico Estatal para vias de mediação da contradição entre o trabalho e o capital, tornando a relação uma função do desenvolvimento capitalista no Estado-Plano. Temos acompanhado como, a partir do ciclo de lutas do operário-massa, o conceito de trabalho produtivo socialista (e o próprio projeto de desenvolvimento socialista) foi subsumido e dissolvido, assim como o modelo keynesiano do Estado-Plano. Por mais que, nos anos 70, a constituição formal do Estado italiano não tenha sido alterada, o mesmo não pode ser dito de sua *constituição material*: para Negri, por mais que a política do Compromisso Histórico e da Autonomia do Político busquem ideologicamente promover uma espécie de restauração material, ou seja, reproduzir as condições políticas, econômicas e sociais que davam fundamento político à Constituição Formal de 48 do Estado, esse projeto é impossível porque está separado da composição de classe que destruiu aquelas condições<sup>63</sup>,

---

<sup>63</sup> Estamos falando das condições de funcionamento do Estado-Plano que temos visto em profundidade na tese, sendo assim, não precisamos repetir o argumento novamente.

nesse sentido, a restauração do projeto só pode tomar a forma da via de reestruturação capitalista: “o que estamos enfrentando não é uma restauração; a situação avançou em ambos os lados da luta de classes” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 181). Na irreversibilidade da seta do tempo das lutas, Negri afirma que, “em vez de lutar contra uma restauração, precisamos operar *dentro* — e, para quem desejar, *contra* — uma reestruturação capitalista, e dentro de uma nova e aumentada possibilidade de luta dos trabalhadores” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 181, *grifo nosso*). É nesse cenário que “a nova constituição material está tomando forma em torno da tentativa capitalista de encerrar sua crise” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 182).

Sobre a “crise”, temos visto durante todo esse capítulo os diferentes sentidos da reestruturação capitalista dos anos 70. Na perspectiva de Negri, a constituição material é uma tendência em desenvolvimento, portanto, aberta ao antagonismo e à disputa. A diferença fundamental é que a Constituição de 1948 trabalhava com uma composição de classe que deveria funcionar como contradição interna ao sistema, mas não como antagonismo: “a Constituição do trabalho de 1948 registrou um certo conjunto de relações para controlá-las: ela considerava um estado de conflito difuso nas relações de produção que, no entanto, não era destinado a se transformar em antagonismo” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 182). Como vimos no tópico 2.3.1 e 2.3.2, como contradição, como trabalho produtivo, como variável dependente da composição orgânica do capital, a classe operária funcionava como o motor do desenvolvimento no planejamento capitalista. No argumento negriano, como esse cenário não existe mais e “a lei do valor está em crise” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 182), uma nova constituição material capitalista adaptada ao antagonismo socializado emerge:

Hoje, as dimensões e a qualidade do conflito são imediatamente antagonistas: toda a esfera da reprodução está envolvida nesse antagonismo. Assim, a nova constituição material deve ser testada contra a realidade desse antagonismo e mais especificamente, contra as novas dimensões e qualidade da luta dos trabalhadores, a nova composição do proletariado e da classe trabalhadora (NEGRI, [1977b], 2005, p. 182).

Se a Constituição de 1948 é uma Constituição do trabalho, não devemos nos iludir: da mesma maneira que o Estado-Crise quer operar uma supressão apenas formal do trabalho, sua constituição material não pode ser uma Constituição pós-trabalho, mas sim *pós-troca*: ora, vimos como no Estado-Crise a lei do valor só podia funcionar transcendentemente, via comando e violência, buscando impor a troca na situação em que suas condições imanentes são impossíveis (a recusa do trabalho, a autonomia da classe operária), ou seja, em que a classe operária rompeu com o ciclo de desenvolvimento capitalista e afirma cada vez mais sua autonomia produtiva (o que não significa a autonomia política, pois o capital permanece

como uma máquina exógena e parasitária da produção social que é autônoma). Em grande medida, este quadro é o que define, para Negri, o Estado capitalista pós-keynesiano como um Estado-Crise, “de crise”, emergencial, etc., que deve tentar dar conta desse problema, e que só funciona na medida em que *não o resolve*, mas o prolonga, o que não fecha, mas estende o ciclo de lutas e as possibilidades revolucionárias. Ora, se “a Constituição de 1948 atesta uma organização social (e sua regulamentação) que é fundamentada em conflito, troca e no funcionamento da lei do valor (e secundariamente em compromisso)”, quando “essas condições estão em processo de mudança; a Constituição também deve ser alterada materialmente” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 183). Negri, portanto, defende que a “dimensão social” e a “qualidade emancipada da força de trabalho” impossibilitam a troca, ainda mais quando a disputa salarial se torna disputa por poder<sup>64</sup>, sendo assim, para o ponto de vista do capital, “a troca é inadequada para a possibilidade de o capital colocar em movimento o poder coletivo do trabalho socialmente cooperativo: daí a obsolescência total e radical da troca. O capital deve superar essa barreira interna” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 182). Dito de outra forma, o capital deve subsumir a própria impossibilidade das condições da troca. Ou seja, o Estado-Crise capitalista deve resolver o problema e não mais prolongar sua crise. Isso nos coloca novamente o problema entre o Estado e a classe. Já tínhamos visto como Negri criticava na Autonomia do Político a suposição de um nível de neutralidade do Estado a ser disputado. A concepção de Autonomia do Político, para além da teorização de Tronti, ou seja, na forma do uso que o PCI o fez para promover o Compromisso Histórico, ao supor novamente a distinção entre o econômico e o político, defendia que a esfera do partido, isto é, a “política”, tinha seu próprio ciclo de lutas externo às lutas sociais. A autonomia da classe deveria ser concedida ao seu partido e a disputa política deveria ser interna a ele. Para Negri, esse postulado remete a uma concepção de Estado Moderno que não existe mais: ou seja, a “sociedade civil” nos termos burgueses-modernos. Se a subsunção real do capital torna o Estado seu agente de acumulação, como figura do capitalista coletivo, então não há mais a

---

<sup>64</sup> Alguém poderia afirmar criticamente que, se não há mais relação de troca entre capital e trabalho, já não há mais justificativa para o salário. No entanto, assim apenas se reproduz o ponto de vista do capital sobre a crise: as lutas dos anos 60–70, ao contrário, afirmavam tanto a recusa do trabalho, quanto uma apropriação da riqueza pela forma do salário, visando acelerar a crise capitalista e o fim do seu domínio. Nesse sentido, o que deve ser disputado, pelo ponto de vista de classe, é menos uma reafirmação de um horizonte de troca como mediação — propondo a recuperação de uma dialética de cooperação entre trabalho e salário, e produzindo aí os cenários de um “salário justo” ou mesmo uma hegemonia do trabalho produtivo fabril e do “pleno emprego”, do que os sentidos em que o fim da troca, no contexto de um trabalho precarizado, por exemplo, pode ser reapropriado em um sentido antagonista, na forma, por exemplo, de uma renda universal que remunerere uma produtividade social explorada pelo capitalismo, sem contrapartidas na forma de dinheiro ou renda, permitindo retomar aí, na forma de um tempo livre remunerado, os sentidos antagonistas da recusa do trabalho, adaptados a uma diferente composição de classe.

possibilidade de uma sociedade civil: “a sociedade civil é o mundo do direito burguês, liberdade e igualdade”, mundo que é desterritorializado pelo subsunção real do capital, no qual “o Estado social subsume a sociedade civil e elimina suas características distintivas, enquanto, empurrado a esse limite, ele coloca a relação entre Estado e classe trabalhadora fora de qualquer outra mediação”, ou seja, a luta da classe trabalhadora se dá contra o capital e o Estado como o agente, a figura do capital: “a classe trabalhadora não faz mais parte da sociedade civil e não enfrenta o Estado através dela” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 214). Como analisa Ryan, “a teoria do PCI sobre a sociedade civil não consegue compreender essa relação; ela não percebe que a sociedade civil não pode funcionar fora da reprodução do capital” (RYAN, 1991a, p. 207). Se não há mais troca entre o trabalho e o Estado capitalista, mas imposição da troca pelo comando, ou seja, coerção, então não há sociedade civil, apenas a aparência mistificada dela, portanto, só pode haver, entre os dois níveis, conflito, em uma relação de pura desigualdade e desmedida: “a sociedade civil — a parte burguesa da sociedade que é propriamente ‘sociedade civil’ em termos clássicos — está dentro do Estado, enquanto o ‘outro movimento dos trabalhadores’ constrói irredutivelmente sua própria sociabilidade dentro de si mesmo” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 214). São dois corpos sociais distintos, duas máquinas sociais desiguais e antagônicas, uma que luta pelo seu próprio valor e a outra, subserviente, que luta, mesmo que involuntariamente, pela valorização do capital. A imposição da troca como comando, como coerção, é também o fim da condição de possibilidade de um direito moderno fundamentando na igualdade: a separação da classe do plano de desenvolvimento do capital, a construção de sua autonomia e libertação, de uma desmedida entre o trabalho e o capital, só pode ser traduzida pelo ponto de vista da ciência capitalista na forma da desigualdade: “o Estado fundado na crise da lei de valor assume o domínio da desigualdade como o conteúdo explícito de sua vontade política” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 2008). A nova constituição material do Estado capitalista impõe a troca, ou seja, impõe a coerção na forma da “troca”, porque não se pode “impor” a troca de modo igualitário, apenas desigualmente, ou seja, impõe a “troca” como uma função de desigualdade: “esse controle deve destruir a antiga forma de troca, equivalência e igualdade e a antiga forma de ‘direito’ ou ‘lei’, porque qualquer presunção de superar a crise ou pelo menos controlá-la hoje só pode ser fundamentada na afirmação aberta da desigualdade” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 215). É nesse sentido o fim do fundamento da constituição formal

do trabalho e a emergência de uma constituição material que, segundo Negri, antecipa uma nova constituição formal porvir<sup>65</sup>:

[...] a nova constituição material que está se formando antecipa consideravelmente a nova constituição formal. Esse grupo precisa compreender essa nova composição de classe em suas dimensões gerais e operar dentro dela para prever e controlá-la. O que está em jogo agora é uma nova legitimidade global do desenvolvimento (NEGRI, [1977] 2005, p. 221).

Em resumo, a constituição formal, fundada na hipótese de mediar a sociedade civil e seus conflitos, se torna obsoleta, à medida que enfrenta a socialização do antagonismo na forma de um trabalho que se nega a trocar com o capital, mas que luta com ele contra a sua própria condição como valor de troca. Vimos como o Estado-Crise é um Estado-Empresa, nesse sentido, também os termos materiais do constitucionalismo se modificam para acompanhar essa transformação: “as decisões não são deixadas para o professor do Tribunal Constitucional [...]. Em vez disso, estarão nas mãos do economista financeiro, do político corporativo, do especialista em multinacionais, dos agentes da mídia de massa, etc” (NEGRI, [1977], 2005, p. 222). De certa maneira, Negri antecipa aqui não apenas os efeitos do julgamento do Estado, mas também do julgamento público pelas “mídias de massa” que forçaram a imagem de terrorista sobre Negri e os militantes autônomos, assim como as novas formas jurídicas de punição de massa, os julgamentos especiais e midiáticos que configuram toda uma nova prática jurídica do Estado: “a nova constituição material é, assim, antes de mais nada, a desarticulação de classe e a violência preestabelecida para essa função. No novo grupo constituinte, as comissões de ‘Assuntos Internos’ e ‘Justiça’ são marginalmente as mais importantes” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 221). Como comenta Ryan, “isso significava que qualquer pessoa que se opusesse ao desenvolvimento econômico era criminalizada. As novas reformas constitucionais equivalem à exploração com legitimação política” (RYAN, 1991a, p. 207). Por fim, devemos ser claros aqui: estamos falando de uma tentativa, por parte do capital, de impor uma ditadura da lei do valor, na tentativa forçada de imposição coercitiva da troca — ou seja, não há mais troca. Por mais que de forma socializada, e como veremos, mais flexível, é uma “reproposição imperativa de comando” que “só pode ser traçada diretamente nas regras de produção e reprodução, ou seja, na imposição da regra de reprodução capitalista que é a regra da desigualdade” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 215). Podemos constatar aqui como na perspectiva negriana e mesmo operaísta, o capital é uma máquina gregária, reacionária e reativa: ele não escolhe o fim da troca, mas pode apenas reagir a ela em uma tentativa de reestruturação da lei do valor impondo a forma vazia da coerção com a aparência mistificada

---

<sup>65</sup> Um argumento semelhante será usado por Negri e Hardt em *Império* (2000).

da troca, ou seja, como puro poder. Nesse movimento reativo, “a modificação da constituição material segue o ritmo da força desestabilizadora da luta de classes e do poder de autovalorização do proletariado: seu objetivo é destruí-los, a fim de devolver ao capital o poder exclusivo de comando sobre a valorização e desvalorização do trabalho” (NEGRI, [1977] 2005, p. 185). Temos, aqui, duas teses ainda a desenvolver: a primeira, é o modo pelo qual a reestruturação capitalista deve operar, preparando, aí, o terreno da crítica da ciência proletária; a segunda é sobre a qualidade daquilo que ela visa destruir e que a ciência do proletariado deve libertar e reforçar: a autovalorização proletária. Sobre a autovalorização, iremos melhor desenvolvê-la no próximo tópico do capítulo, mas, em resumo, ela é uma espécie de progressão conceitual da afirmação de Negri da ruptura entre a classe operária e o proletariado e a dialética do desenvolvimento do capital. Já havíamos aludido em algumas passagens seu funcionamento, então o conceito não deve parecer, a essa altura, estranho. Para colocar em termos de analogia, havíamos visto que quando a recusa do trabalho bloqueia o funcionamento da lei do valor, ela opera aí uma antivalorização do capital. Negri, aqui, acrescenta um polo desse processo, mas em seu caráter afirmativo: quando o capital é antivalorizado, a classe se autovaloriza, ou seja, desenvolve sua autonomia e constringe a valorização capitalista. Como afirma Murphy, pela autovalorização, “a classe trabalhadora se realiza, se valoriza, no terreno da reprodução — o terreno de suas próprias necessidades e desejos imediatos, e não os do capital” (MURPHY, 2012, p. 93). Da mesma forma, a valorização capitalista, isto é, o desenvolvimento do capital, é a desvalorização da força de trabalho e a desvalorização da classe (cf. NEGRI, [1977b] 2005, p. 198) e, por sua vez, como autovalorização da classe, “a recusa do trabalho é a recusa da relação” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 218). É nesse sentido, também, que falávamos que o movimento da Autonomia construa espaços de autovalorização da classe, espaços de autonomia. Voltaremos a esse ponto no próximo tópico, buscando aprofundar a dialética da separação que a autovalorização implica.

Para Negri, a nova composição material busca se construir pela via da co-gestão produtiva e da administração para conter a autovalorização. Ora, “quando há apenas oposição e exterioridade no nível da sociedade”, ou seja, antagonismo entre a classe e o Estado, “a lei do valor é imposta imperativamente no estilo de ‘coadministração’” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 215). Portanto, Negri está se referindo, aqui, tanto a modelos mais flexíveis e descentralizados de organização do trabalho — a empresarização da fábrica que também é sua diluição em fábricas menores de administração — quanto, em uma crítica ao

Compromisso Histórico, às propostas social-democratas de co-gestão produtiva do Estado. Como elabora Ryan, são:

[...] novas formas constitucionais, aquelas que funcionam como fábrica-empresa-comando, são requeridas hoje, porque somente uma afirmação aberta da desigualdade pode superar a crise; uma vez que o Estado subsumiu a sociedade civil (eliminando a lei, a liberdade e a igualdade), e a classe trabalhadora não faz mais parte da sociedade civil (RYAN, 1991a, p. 213).

Pela via da co-gestão produtiva, o capital vai propor modelos administrativos, por exemplo, em que os trabalhadores “têm voz”, ou seja, podem “participar” nas decisões relacionadas à produção e ao funcionamento da empresa (a forma-empresa é um polo do Estado-Crise e se dilui também na sociedade). É o cinismo capitalista produzindo mais uma mistificação na forma das entediadas participações em reuniões de planejamento, na tomada de decisões sobre horários de trabalho, métodos de produção, sobre modelos de investimentos, entre outros aspectos que gerenciam e administram o processo produtivo, no qual o trabalhador deve participar “ativamente” sobre os modos pelo qual sua própria exploração deve ser “administrada”. Sobre a questão da cogestão do Estado, na forma da cooperação entre partidos de esquerda e direita, como afirma Ryan, ela assume a forma da “solução social-democrata”: “a necessidade de um novo conceito de legitimação levou à co-determinação corporativa entre as classes, a solução social-democrata que viu a constituição e a administração se tornarem funções diretas do comando do capital” (RYAN, 1991a, p. 207–208). Não precisamos nos aprofundar, afinal já debatemos a crítica ao Compromisso Histórico e a Autonomia do Político em Negri, assim como, nas origens do operaísmo, a crítica à social-democracia togliattiana que precede o Compromisso. Em resumo, Negri quer combater a ideologia italiana “com seus conceitos de hegemonia, guerra de posição, compromisso histórico, democratismo, autonomia do político, a longa marcha pelas instituições e a neutralidade do Estado” (RYAN, 1991a, p. 208). Basta frisar, como alerta Negri, que ambos os processos administrativos são coercitivos: “neste ponto, a administração é a regra da desigualdade. Sua habilidade centrípeta e totalizante é exaltada ao extremo. Não deixando margem para negociação, é arrogante e avassaladora. A nova constituição material emerge para legitimar essa evolução da mercadoria” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 215) p. 215). O comando, portanto, não pode desmistificar a si mesmo: na medida em que “por necessidade, [...] a administração é forçada a assumir, na forma despótica própria a ela, a nova identidade dos sujeitos coletivos de produção”, a mistificação deve ser efetivada pela “co-gestão autoritária do Estado do capital” que “deve organizar explicitamente os

parceiros sociais, ao mesmo tempo que mistifica naturalmente o potencial para o antagonismo” (NEGRI [1977b] 2005, p. 210). Esse processo, assim, não pode nos enganar: “o comando como um todo tende a uma sobredeterminação geral do processo de co-gestão. À medida que a co-gestão se intensifica, o comando também aumenta” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 187). Ou seja, na co-gestão com os patrões, na coerção da troca, na lógica da desigualdade que ela fundamenta, não há autovalorização possível, mas seu bloqueio, para o ponto de vista, é claro, da classe proletária e operária. Nesse movimento, Negri propõe uma crítica geral da administração, público-privada. Em primeiro lugar, “a administração só pode se basear no comando e somente as transformações do comando garantem suas novas funções, especialmente depois de ter sido radicalmente corroída, perturbada e marcada pelo movimento de classe” (NEGRI, [1977], 2005, p. 213). Ainda é menos na figura do empreendedor que na figura do administrador que o capitalismo do Estado-Crise se espelha: “a administração se torna necessária e passa a substituir os ‘capitalistas heroicos’, os ‘heróis da acumulação’, sua ‘astúcia competitiva’ e luta fratricida”, nesse movimento, o trabalho administrativo — dos homens do estado e das empresas — é considerado produtivo, apesar de ser “a vida do que está morto” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 211), numa espécie de servidão voluntária. Negri, no entanto, dá uma definição interessante de comando como a tentativa capitalista de, no processo de trabalho, evitar ou diminuir “a dialética da repressão e do conflito de forma abrangente”.

Comando não significa nem totalitarismo — as dimensões do poder dos trabalhadores e do proletariado não permitiriam isso — nem destruição pelo impacto qualitativo das necessidades organizadas dos trabalhadores e proletários — a reprodução do sistema exige esse confronto. Comando é, portanto, aqui e agora, a reposição do princípio de troca, em qualquer caso e a qualquer momento (NEGRI, [1977b] 2005, p. 214).

Em suma, é a tentativa capitalista de impor uma lógica de comando eficiente, mas coercitiva, sobre uma produção socializada que já não aceita mais as hierarquias e disciplinas dos moldes fabris: “a vontade capitalista de inovação constitucional [...] deve seguir, reverter e corroborar coercitivamente (ou voluntariamente) a nova estrutura do conflito de classes, que testemunha a confrontação social entre capital e proletariado, tanto em dimensões gerais quanto particulares” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 214). Como já fizemos alusão, essa lógica de comando sob a fábrica social é uma lógica do controle, ou seja, deve ser mais flexível que a lógica “fordista” do Estado-Plano, para melhor acompanhar (e visar controlar) a socialização produtiva. Portanto, é uma lógica oposta à da disciplina fabril. Aqui, Negri antecipa elementos que constituirão sua definição de pós-fordismo, muito analisado na sua obra

posterior, apesar de que nesse momento, o tom seja mais sombrio (e sóbrio), principalmente na ênfase da violência do processo, violência que é também física, no momento em que os proletários recusam essa nova gestão: “a constituição material deve ser renovada reconhecendo que não há troca entre o poder capitalista e o poder da classe trabalhadora, que a troca só pode ser posta como comando, que a longa sombra que a autovalorização da classe lança sobre os processos de reprodução capitalista deve ser eliminada” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 215). E aqui, nada mais contra-intuitivo que imaginar o movimento armado da Autonomia, co-gerindo sua própria exploração em uma empresa de administração. Desta forma, a crise do capital também se apresenta em sua ambiguidade: buscar estabelecer uma nova lógica de comando que seja produtiva e que diminua os confrontos — como era, por exemplo, no espaço da fábrica — enquanto responde à recusa ao trabalho que está se socializando com violência repressiva, seja pela polícia, seja pelo aparelho jurídico e, é claro, devemos considerar aqui que, para o capital, a violência nunca foi um problema, mas sim a autovalorização proletária em sua espiral de aceleração.

Nesse sentido, todo movimento de reestruturação do capital, ou melhor, seus resultados, correspondem a uma tendência. Negri insiste que, contra a lógica do comando coercitivo, contra a lógica administrativa sobre a produção socializada autônoma, os movimentos de autovalorização dos trabalhadores intervêm na máquina administrativa e contra ela. Como exemplo, Negri retoma o argumento da luta pelo salário-social na forma do gasto público. Segundo o autor, “a quantidade e qualidade das relações gerais de salário social”, isto é, “os custos, os serviços e, em resumo, todas as dimensões terciárias da reprodução e ‘circulação de pequena escala’ diretamente subsumidas pela reprodução geral, não expressam ‘hegemonicamente’ as necessidades dos trabalhadores dentro e contra a administração?” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 214 – 215). Como vimos no tópico anterior, o gasto público era a forma atualizada no qual o antagonismo do operário-social busca retomar o domínio sobre o conflito salarial. Aqui, para sustentar o argumento do antagonismo socializado contra o comando capitalista, Negri recorre a uma longa análise do volume 2 de *O Capital*, buscando definir, pela análise marxiana, as condições formais da passagem do antagonismo, da produção ao campo da circulação, buscando demonstrar que, no capitalismo socializado, o campo da circulação é o campo produtivo e, por isso, antagonista, de reprodução social: “buscar as condições formais do antagonismo na reprodução significa identificar as articulações determinadas do processo de mais-valor (de exploração) dentro do quadro completo da reprodução” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 190). Nesse sentido, em uma crítica velada a Mario Tronti, Negri afirma que, no capitalismo socializado, a reprodução

social não pode se reduzir ao campo da circulação das mercadorias, mas é uma forma de circulação de conflito, de antagonismo (cf. NEGRI, [1977b] 2005, p. 190), ou seja, é o processo de reprodução social, de reprodução da própria classe trabalhadora, que subsume a circulação como produção de mercadorias: “o processo de reprodução [...] apresenta condições para o antagonismo, para uma manifestação da independência da classe trabalhadora. A circulação é reduzida à produção, mas isso significa que ela também é contaminada pelos antagonismos da produção” (RYAN, 1984b, p. 212). Por fim, e como temos visto na tese, a socialização transforma as categorias marxianas, portanto, quando o capital subsume a circulação e quando, pela autovalorização, a reprodução da classe subsume a circulação da mercadoria e o consumo como valor de troca, temos “em vez do reino de equilíbrios encantados”, um campo aberto da luta de classes, “exatamente como o terreno da produção” (NEGRI, [1977] 2005, p. 197). Como analisa Murphy, no campo da reprodução a classe trabalhadora consegue criar seus próprios circuitos de autovalorização:

O capital funcionava anteriormente ao fazer com que os membros da classe trabalhadora participassem do próprio processo de valorização do capital como consumidores, o momento no ciclo que realizava o valor como lucro. No entanto, com o advento de um nível cada vez mais rígido de trabalho necessário, o consumo proletário não atua mais para valorizar o capital, mas sim cria seus próprios circuitos de valorização (MURPHY, 2012, p. 93).

Como a iniciativa do processo está em primeiro plano, na recusa do trabalho, na rigidez do trabalho necessário que permitiu a socialização do trabalho vivo na reprodução social, sua produtividade no campo da reprodução só pode “seguir os passos de uma nova forma de insubordinação dos trabalhadores” (RYAN, 1991a, p. 207–208). Negri afirma, portanto, que não é necessário lutar contra a reestruturação, apenas é necessário, adotando o ponto de vista contrário, ou seja, o ponto de vista da classe trabalhadora, seguir a reestruturação da constituição material, “a fim de perceber a eficácia de uma ruptura revolucionária” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 198). Nessa passagem, tão perspectivista quanto aceleracionista, está exposta a confiança de Negri na incapacidade do capital de resolver sua crise, ou seja, de conter os processos de autovalorização, por mais que uma nova constituição material, que prepara uma constituição formal porvir, esteja em andamento: “se a constituição do Estado capitalista muda materialmente, isso se deve ao fato de que o Estado, diante dessa luta iminente, deve [...] sempre assumir um processo correspondente de constituição do sujeito proletário insubordinado” (NEGRI, [1977] 2005, p. 198). Para Negri, o capital só conseguirá, pela lei do comando, conter a autovalorização se ela recuar, na medida em que o capital é forçado a acompanhar o seu movimento, enquanto a intensificação do conflito não o resolve,

mas o prolonga, o que possibilita a transição revolucionária e a destruição da relação capitalista. É útil, aqui, revisitar grande parte da construção teórica negriana e operaísta que temos investigado na tese, esclarecendo, assim, o pressuposto tanto de um perspectivismo quanto de um aceleracionismo das lutas de classe.

Vimos como o desenvolvimento capitalista depende da desvalorização da força de trabalho e como a luta dos trabalhadores rompe os mecanismos de mediação do desenvolvimento capitalista e, assim, bloqueia o próprio processo de desvalorização de sua força de trabalho. Como afirma Negri, para o ponto de vista capitalista, “o que deveria estar unido é dividido no aqui e agora” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 198). Nesse movimento, a mediação da lei do valor deve sofrer uma metamorfose e funcionar como uma lei do comando que força a troca via coerção, acompanhando a socialização do antagonismo no campo da reprodução social. Aqui, devemos sair do ponto de vista capitalista sobre sua crise (ou sair do ponto de vista econômico-estrutural, o que muitas vezes é o mesmo) e devemos seguir o mesmo processo, afirmando, no entanto, um ponto de vista contrário e antropofágico em seu lugar, que assume o mesmo processo, não o nega, mas o transforma imanentemente. Nesse caso, é um perspectivismo da classe operária sobre a transformação da lei do valor: “o fato de que a lei do valor deve se transformar em comando mostra que o esgotamento capitalista da força de trabalho já se depara com um limite e um obstáculo para a intensificação ulterior da exploração e da desvalorização como um todo” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 198). Nessa revolução copernicana ou mesmo uma reversão do platonismo<sup>66</sup>, descobrimos o processo oposto pelo ponto de vista da classe operária — o “outro” sujeito do processo —, descobrimos, portanto, “a valorização do proletariado e da classe trabalhadora contra o capital e suas formas de valorização” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 198). No movimento da autovalorização “o trabalho dos trabalhadores começa a tomar forma como trabalho liberado, como recusa do trabalho”, ou seja, “a libertação do trabalho começa a tomar forma quando, em um certo nível de desenvolvimento capitalista, a mediação capitalista das relações produtivas e reprodutivas entra sistematicamente em crise: a mediação, ou seja, a relação

---

<sup>66</sup> Nos referimos aqui ao projeto deleuzeano de “reversão do platonismo” (DELEUZE, 1969). Para Deleuze, a história da metafísica, ou mesmo o que ele denomina de “imagem dogmática do pensamento”, é a história da vitória do pensamento da transcendência sobre a imanência, do idealismo platônico sobre o(s) materialismo(s). Sua obra, portanto, pode ser lida como a tentativa de libertar o pensamento da imanência da transcendência, permitindo, assim, as condições de possibilidade de novamente “fazer” materialismo(s). Em nossa perspectiva, o marxismo também é afetado por formas de idealismo, portanto, constitui sua própria metafísica transcendente do capital (e da classe operária, por consequência). Acreditamos, nesse sentido, que o operaísmo italiano é, no marxismo, uma das linhas de fuga possíveis do pensamento imanentista. Sendo assim, o operaísmo propõe sua própria “reversão do platonismo” na forma do perspectivismo e aceleracionismo operários que constituem a ciência da crise e da subversão operaístas.

capital, não pode pôr fim a ela” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 199). Aqui, à transformação do ponto de vista que não nega, mas transforma imanentemente o econômico em político (da crise econômica ao vetor subjetivo político da crise), soma-se um aceleracionismo das lutas, descobertas aqui, prometicamente, pelo ponto de vista da classe, como o único sujeito possível, ou seja, o único sujeito que pode levar a luta até aí, já que o capital não pode lutar até esse nível, e sim conter esse antagonismo, portanto: “o antagonismo é a pedra angular da libertação do trabalho: para esse fim, qualquer meio que não seja a intensificação do antagonismo é impensável” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 199). A filosofia operaísta negriana é um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas, na medida em que descobre que esse é o ponto de vista da classe trabalhadora e as bases de sua ciência, em sua relação de antagonismo com o capital, uma descoberta metodológica que permite avançarmos na discussão. Por fim, Negri descobre, relendo a composição de classe de sua época e relendo politicamente o *Fragmento das Máquinas* dos *Grundrisse* de Marx, “a positividade radical e ontológica da recusa do trabalho” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 200). E aqui, não estamos mais no terreno da recusa do trabalho nos moldes do operário-massa, mas, como vimos, estamos na recusa do trabalho nos moldes da reapropriação maquínica da composição técnica. Forma-se aí, pela potência do trabalho vivo liberado, ou seja, por sua força de invenção, um antagonismo-maquínico pelo operário-social:

A recusa do trabalho é uma categoria rica e construtiva. O nível máximo de negação é também o nível máximo de síntese. O processo de autovalorização dos trabalhadores e a transformação do funcionamento da lei do valor desempenham um papel crucial em revelar a mudança qualitativa nos modos produtivos (o proletariado) em relação às relações produtivas. Como Marx lembra (*Grundrisse* 548, mas especialmente o "*Fragmento sobre Máquinas*", 69-712), o trabalho [...] entra na produção, é colocado contra a produção, ao mesmo tempo, em que assume características irredutivelmente coletivas e científicas: o trabalho dos trabalhadores, ou seja, a recusa do trabalho, é uma força de invenção contra as relações produtivas. A invenção está indissociavelmente ligada à capacidade de valorizar o corpo da classe trabalhadora e seus processos reprodutivos, assim como atacar e destruir seu adversário (NEGRI, [1977b] 2005, p. 198-199).

Nesse movimento, a recusa do trabalho é tanto positiva quanto negativa: enquanto reapropriação maquínica positiva, ela nega o trabalho necessário e é autovalorização da classe, ou seja, destruição da valorização capitalista: “o que a classe trabalhadora recusa ao capital é desenvolvido como autovalorização, como auto-libertação. Ela enriquece sua própria composição, ou seja, o valor do trabalho necessário, sua capacidade de luta, sua força de resistência e poder de invenção” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 198), mesmo que essa autovalorização não seja apenas satisfação, “mas sim uma luta e uma tensão em direção à

satisfação” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 200). Como afirma Ryan, há aqui “uma prefiguração da descrição de Marx do comunismo como desfrute, não disciplina, como a ausência de trabalho na atividade livre e criativa” (RYAN, 1991a, p. 197). No entanto, a crise continua aberta. Para a classe operária, é a possibilidade da revolução que se abre nessa direção. Para o capital, é a constatação de que, não apenas a contradição permanece, como a repressão é necessária e as tentativas de tornar o processo menos antagonista e mediado só intensificam o conflito e o retorno do antagonismo: “a contradição paradoxal da crise do capital consiste em ser determinada por lutas precisamente quando essas lutas impulsionam o capital a suportar a autovalorização de classe” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 200). Como vimos, a tendência já indicava que o capital deveria assumir uma forma parasitária: “a mediação capitalista não pode ser nada além de comando e o roubo da qualidade da valorização dos trabalhadores — e sua reversão contra a classe trabalhadora na forma antagônica que define todo o processo” (NEGRI, [1977b], 2005, p. 205), mas isso não é tudo: o capital na forma de um comando que “não é um crescimento fúngico, mas sim um enxerto, um transplante que passou pela fase de rejeição” também deve se tornar, se tudo falhar nesse processo, cancerígeno:

[...] quando confrontado com a qualidade da subjetividade de classe, o capital perde a oportunidade de usar as armas neutras e quantitativas de contenção (democracia e salários): dada a situação, a ação de contenção deve se tornar repressiva, deve impor uma ruptura, um bloqueio ou uma inversão da qualidade valorizadora do comportamento dos trabalhadores (NEGRI, [1977b] 2005, p. 202).

O ensaio sustenta esse impasse, ao não apontar para uma resolução capitalista, deixando em aberto as possibilidades revolucionárias para a classe trabalhadora: “a recusa dos trabalhadores e o comando capitalista, a irracionalidade deste último e a busca por uma valorização autônoma do primeiro, estão entrelaçados de maneira absolutamente antagônica em todo o domínio da reprodução social da classe trabalhadora” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 185). Nesse cenário onde a classe expande a autovalorização e o capital é constrangido e busca a reprimir, a aceleração das lutas tende a um confronto inevitável e irreversível contra o Estado: “o que dissemos até agora nos leva à questão do Estado e do partido: o Estado como o partido do capital e o partido como o Estado da classe trabalhadora, ou melhor, o anti-Estado do poder dos trabalhadores” (NEGRI, [1977], 2005, p. 215) e, ainda, “o trabalho do partido é, portanto, o oposto exato do que constitui a modificação da constituição material em nome do capital. O partido é o anti-Estado, de ponta a ponta” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 219). O tom se torna mais sério e mais sombrio. Ao continuar bloqueando a possibilidade de síntese capitalista, o antagonismo não-dialético se precipita no confronto — e ao lermos essas páginas, somos levados a uma espécie de silêncio que precede o clímax. Da “hipótese do

partido” retirada do título, no entanto, não se avança muito em comparação como as teorizações anteriores de Negri sobre o mesmo problema: temos apenas uma defesa de sua necessidade do partido para evitar o prolongamento desnecessário do confronto e resolvê-lo em favor da classe trabalhadora, pois “a desintegração do sistema não é automática, por outro lado, esses processos de autovalorização desempenham um papel duplo ao estar *dentro e fora do capital*” (NEGRI, [1977b] 2005, p. 219, *grifo nosso*). Como argumenta Murphy, o conflito apenas difuso não elimina o Estado, apesar de o enfraquecer:

[...] embora esteja construindo sua própria sociabilidade independentemente do Estado, o movimento radical dos trabalhadores não pode depender apenas dessa condição difusa. Em vez disso, deve gerar um foco de poder igual e oposto ao da administração estatal, se quiser resistir à imposição violenta da desigualdade. Esse é o foco do partido. (MURPHY, 2012, p. 93)

Mesmo assim, Negri defende os critérios imanentes do partido: ele deve ser um órgão adequado à plena expressão da autovalorização, adequado à composição de classe, nos termos de que o partido não é concebido como uma estrutura hierárquica centralizada, mas uma expressão do potencial coletivo da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, que deve mirar um ataque final, e, portanto, centralizado, ao Estado (cf. NEGRI, [1977b], 2005, p. 207). Negri está ciente das dificuldades da construção do partido como uma máquina de guerra contra o Estado, o que, para ele, só evidencia a urgência da problemática da organização. Sabemos que o ano de 77 é a explosão do movimento social da Autonomia e da guinada mais fortemente repressiva do Estado e de seus aparelhos jurídicos e policiais, nesse sentido, o diagnóstico de Negri não está muito distante do cenário italiano. O confronto com o Estado ocorreu como o previsto, mas não a constituição do partido nos termos defendidos por Negri: no máximo, uma sombra pálida da sua alusão, na forma de vanguardas externas armadas, como vimos. No próximo e último tópico da tese, analisaremos os elementos finais e maduros da filosofia política operaísta-autonomista dos anos 70 de Negri que, com sua prisão e o fim do movimento da Autonomia, também são sintomas de sua crise e, porque não, a crise de todo um movimento — sabendo que a crise não deve ser negada, mas é um elemento necessário para a maturação das lutas e provocada por ela.

#### 4.2.4. Autovalorização como uma lógica diferencial e anti-dialética da separação, por um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas: a maturação e a crise do pensamento político negriano dos anos 70

Neste tópico, dando continuidade à progressão histórica e conceitual do pensamento negriano dos anos 70, analisaremos as teses de *Dominio e Sabotaggio*, no limiar entre a maturidade de seu pensamento político no período e, com sua prisão e a repressão do movimento social da Autonomia, sua crise, encerrando tanto duas décadas de ciclo de lutas na Itália, quanto a fase do pensamento operaísta em que ele estava diretamente enraizado em um movimento social de massas<sup>67</sup>. Em nosso ponto de vista, as teses do livro são o desenvolvimento lógico de duas décadas de operaísmo e a partir da proposição do conceito de autonomia como autovalorização proletária, no esquema de uma lógica anti-dialética da cisão, Negri dá forma, em toda sua consistência, a um perspectivismo radical e uma defesa de uma aceleração do antagonismo político. Por fim, é a oportunidade, para nós, à luz da filosofia negriana, de fazer um balanço sobre essas duas décadas de pensamento operaísta-autonomista, apontando suas principais contribuições para o desenvolvimento de um pensamento político radical.

Em 1977, Negri publica *Dominio e Sabotaggio*, no qual retoma, aprofunda e dá um toque final a uma série de teses que ele vinha trabalhando em duas décadas de operaísmo-autonomia. Dá o “toque final” entre aspas, pois, em 79, Negri é preso e o movimento social da Autonomia é derrotado, uma derrota militar, policial e jurídica, mais do que política. Preso e posteriormente exilado na França, sua atividade organizacional no contexto da Itália é bloqueada, e será o período de uma “virada ontológica” no seu pensamento, em que, menos do que uma reflexão sobre a derrota dos anos 70, Negri buscará,

---

<sup>67</sup> Não queremos dizer aqui que o operaísmo acabou. O que chamam de pós-operaísmo, como já mencionamos antes, em sua melhor formulação, ainda é operaísmo, seja na forma da análise da composição de classe, das possibilidades de antagonismo, ou mesmo na análise das transformações da subjetividade e do trabalho. O que queremos afirmar é que com o fim do movimento da Autonomia, com a prisão de muitos de seus teóricos e com o posterior exílio de muitos, houve um refluxo do operaísmo como um movimento *também* de massas. Essa recomposição entre o operaísmo e um grande movimento de massas, ou seja, um ciclo de lutas, talvez tenha apenas se recomposto, com o ciclo de lutas de alterglobalização — zapatistas, Gênova, Seattle — e na virada do milênio, e com o ciclo de lutas iniciado na Primavera Árabe, na forma de um ciclo global de lutas. No entanto, a autonomia da forma dessas lutas coloca em questão a participação efetiva e a importância dos teóricos para a prática da sua organização política, que parece cada vez mais diminuída, talvez, como um sintoma positivo da autonomia das lutas. Apesar disso, os herdeiros do operaísmo forneceram um quadro teórico pelo qual esses movimentos podiam se expressar sem as amarras, por exemplo, da ortodoxia marxista, da qual os operaístas, como temos visto na tese, são os menos ressentidos em criativamente se livrar.

em Espinoza, e mesmo na filosofia francesa, novas ferramentas para repensar a composição de classe e a subjetividade antagonista, no contexto de buscar vencer os “anos de inverno” dos anos 80. Desta maneira, *Dominio e Sabotaggio*, por mais que não encerre o pensamento operaísta de Negri, encerra sua reflexão em conjunto com, pelo menos, duas décadas de ciclo de lutas e intensa atividade militante na Itália, sendo definitivamente um marco em sua obra, e não só pelas “polêmicas” citações descontextualizadas retiradas do livro pelos juízes para acusar Negri de inúmeros crimes. Em nossa perspectiva, esse marco histórico é também conceitual: como veremos, em uma situação aparentemente paradoxal, ao mesmo tempo, o texto marca o desenvolvimento conceitual de duas décadas de operáismo-autonomia, mas, com a prisão de Negri, é também a crise desta forma de pensamento no período. Desta forma, buscamos apresentar que lições podemos tirar dessa aparente aporia.

Como vimos no último tópico, em *Toward a Critique of the Material Constitution*, a argumentação de Negri o leva a terminar o ensaio apontando o confronto entre a classe trabalhadora e o Estado. *Dominio e Sabotaggio* começa a partir daí. Desenvolvendo a leitura operaísta da crise, Negri avança sobre a necessidade da classe operária não apenas forçar a crise, mas dominá-la: “a crise capitalista deve ter uma direção que seja imposta e dominada pelo poder proletário”, no sentido de que a desestabilização do regime, uma marca das lutas no sistema capitalista como temos visto em toda tese, não pode estar separada de um projeto de desestruturação do sistema: “a desestabilização do regime não pode ser vista como distinta do projeto de desestruturação do sistema”. Desestabilizar, desestruturar, para, por fim, *destruir*: nesse sentido, “a insurreição não pode ser separada do projeto de extinguir o Estado” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 232). Ora, para o ponto de vista homogeneizador do capital, é necessário traduzir, ou seja, transformar a desestruturação da crise, com toda multiplicidade de mundos possíveis que é afirmada pela recusa, em uma nova reestruturação, ou seja, reconstruir uma opaca dialética de desenvolvimento interno ao capital, aonde aquilo que era negado positivamente era exatamente essa dialética e essa reconstrução. Para o capital, “a solução da crise consiste em uma reestruturação do sistema que combata e reintegre os componentes antagonistas do proletariado dentro do projeto de estabilização política” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 232). Nesse sentido, o capital não pode escapar da tentativa de, internamente à forma-Estado subsumida ao capital, produzir uma dialética análoga, por mais que diferente em conteúdo, da dialética do Estado-Plano, que transformava o antagonismo em contradição, impedindo rupturas no sistema. Nesse sentido, o que denominamos de forma-desenvolvimento do capital (que não precisa assumir o formato desenvolvimentista), deve sempre procurar produzir uma dialética própria, orgânica e continuísta, e o ponto de

vista do capital não forma um perspectivismo, pois ele fala em nome de uma história universal, sem explosão de rupturas, em que o sujeito, ou seja, “O Capital”, deve aparecer realizado sempre no final do processo como o nome da história, apenas após subsumir ou negar a ruptura, a diferença e a multiplicidade da subjetividade antagonista da classe operária que atravessa o seio do processo, na forma homogênea e opaca da contradição. Como afirmam Giuseppe Cocco e Bruno Cava (cf. 2018), o ponto de vista do capital só pode constituir uma “antropofagia baixa” (em oposição a antropofagia alta do corpo proletário), em uma digestão do Outro que não suporta a radicalidade da expressão dessa subjetividade, ou seja, seu antagonismo, ao mesmo tempo, rechaçando aquilo que ele não consegue “digerir” repressivamente. Vimos como, no início dos anos 70, a dialética do desenvolvimento do Estado-Plano foi rompida e como se articulou o Estado-Crise. No entanto, aqui Negri retoma sua preocupação em definir a reestruturação capitalista como um processo dialético, como a tentativa de restaurar uma dialética, mesmo que modificada, do capitalismo. Negri, assim, parece estar evidentemente preocupado com a direção do ciclo de lutas italiano, ou seja, preocupado que a explosão do antagonismo do movimento da Autonomia seja capturada ou absorvida em uma nova dialética do desenvolvimento, mesmo que interna apenas ao próprio capital. Parece ser esse o caso quando Negri afirma que “o Estado-Crise não deixou de ser um Estado-Plano [...]. Todos os elementos de desestabilização que a luta dos operários e proletários trouxe à ação contra o Estado foram, um por um, adotados pelo capital e transformados em armas de reestruturação” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 233). Ora, voltamos aqui a um problema que Negri já havia antecipado no Tronti de *Operários e Capital*, o qual, mesmo após o giro copernicano, a classe operária permanecia como o motor de desenvolvimento do capitalismo. Dito de outra forma, o perspectivismo, sem a aceleração política e a ruptura definitiva da relação com o capital, arrisca ter o seu perspectivismo revertido, novamente, na opacidade do ponto de vista capitalista. É necessário romper a dialética do desenvolvimento do capital. Para a filosofia negriana do final dos anos 60 e início dos anos 70, a partir das práticas de recusa ao trabalho, esse problema havia sido “superado”, dado que, na forma da passagem da contradição ao antagonismo, o operário-massa rompia o ciclo de desenvolvimento do Estado-Plano, quebrando sua dialética e bloqueando a lei do valor. No entanto, como vimos, a passagem do operário-massa ao operário-social configurou a emergência de um novo ciclo de lutas, contra a forma-Estado atualizada do capitalismo do Estado-Crise. Durante esses anos a definição negriana do novo conflito oscilou entre a ruptura da classe operária com a lei do valor e seu desenvolvimento autônomo produtivo, com a tentativa capitalista de restauração transcendente da lei do valor pelo Estado-Crise. Vimos,

no último tópico, como essa crise, a partir da continuidade da autovalorização proletária e da repressão violenta capitalista que intensificava esse processo, não era resolvida por nenhum dos lados do conflito entre a classe do operário-social e o Estado capitalista. Portanto, para Negri, enquanto essa constatação afirmava a possibilidade da revolução, já havia uma preocupação em relação ao prolongamento indefinido do conflito. Agora, essa preocupação toma a forma de uma convicção de que a reestruturação capitalista está em movimento e precisa ser desestruturada, destruída, não apenas desestabilizada. Negri dá o exemplo da inflação que, “longe de ser um momento de desestabilização, foi transformada em seu oposto — em uma arma decisiva de reestruturação”, nesse processo, por mais que “o capital foi obrigado a tomar medidas planejadas que incluíam a manutenção de níveis (elevados) de valorização do trabalho e, assim, a desvalorização malsucedida (global) da força de trabalho. Não obstante, a ‘catástrofe’ foi evitada!” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 233). Aqui, Negri não afirma que a espontaneidade do processo parte do capital, mas apenas reforça que a reestruturação capitalista, mesmo que corra atrás das linhas de subjetivação do antagonismo, o coloca em risco. É necessário acabar com essa corrida. Mesmo com a crise do Estado-Plano, mesmo com o funcionamento precário em termos de autonomia política do Estado-Crise, “o trabalho contínuo de fortalecimento da forma-Estado — ou seja, da imposição da lei do valor (embora de forma continuamente modificada) como uma medida e uma síntese de estabilização e reestruturação — nunca vacilou” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 233). Se a corrida for indefinida, o antagonismo corre o risco de perder força, ser bloqueado, se dissipar e, novamente, funcionar como a contradição de uma dialética do capital renovada, e voltaríamos, assim, por mais que em condições totalmente diferentes, ao horizonte problemático de *Operários e Capital*. As lutas do operário-massa bloquearam a lei do valor e a deixaram em crise, mas ela se recompôs na forma da coerção pelo Estado capitalista: “quando falamos de uma crise da lei do valor, devemos ser cuidadosos: a crise dessa lei não significa de forma alguma que a lei não esteja operando; pelo contrário, sua forma é modificada, transformando-a de uma lei de economia política em uma forma de comando estatal” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 233) e, por meio dessa coerção ao valor de troca, “a força não substitui o valor, mas fornece um substituto para a sua forma” sendo assim, “a lei do valor pode ser reintroduzida à força, apesar da crise dessa lei, e suas operações podem ser impostas de forma modificada” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 238). O próximo passo, acompanhando a socialização do conflito no campo da reprodução social é a destruição do Estado e da sua fundamentação transcendente do trabalho via comando que ele sustenta, ou seja, a destruição da “transformação política do comando-empresa na forma-Estado, que

assume a liderança para novamente determinar a relação funcional do valor, a lei da exploração” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 234). Na perspectiva de Negri, era necessário que o movimento da Autonomia investisse na “hipótese revolucionária” de destruição do modo de produção capitalista, evitando o prolongamento indefinido do confronto que possibilita a reestruturação capitalista. A hipótese revolucionária, no entanto, passa pela intensificação de elementos do comportamento subversivo inscritos na própria composição de classe, retomando o sentido do comunismo imanente como programa mínimo. O caminho está dado pela subversão diária, cotidiana, tatuada no comportamento da classe, “mas é toda a relação, tanto em seus aspectos políticos quanto em suas bases estruturais, que deve ser subvertida” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 234). Negri propõe, assim, uma crítica imanente a dois setores do movimento da Autonomia: o setor do “voluntarismo subjetivo”, que pode ser bem representado pelas Brigadas Vermelhas, por exemplo, e o setor do “espontaneísmo coletivo”, que, em nossa perspectiva, parece representar uma crítica velada aos setores da Autonomia mais “espontaneístas”, como aqueles mobilizados em torno de Franco Berardi Bifo e a revista *a/traverso*. Enquanto um propõe um confronto com o Estado de forma suicidária e terrorista, ou seja, isolado do próprio comportamento das massas, o segundo peca em abrir mão de qualquer perspectiva de organização no sentido de um confronto direto com o Estado, o que coloca em risco os espaços de autovalorização que esse setor do movimento conseguiu construir. Como afirma Negri, “não é possível simplesmente eliminar a complexidade da relação imposta pela forma estatal da organização da exploração; não podemos escapar — seja por meio de voluntarismo subjetivo ou por meio de espontaneísmo coletivo — das dificuldades, dos problemas, das determinações que surgem dessa forma” (NEGRI, [1977a] 2004, p. 234). Aqui, novamente a problemática da organização da hipótese revolucionária é calcada na análise da composição de classe, na forma do problema da autovalorização, “tanto objetiva quanto subjetivamente, não temos escolha senão lutar para restabelecer a complexidade da hipótese revolucionária a partir do ponto de vista da independência da autovalorização proletária” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 236), ou seja, na formulação de uma “dialética (sic)” do proletariado que aponta, como alternativa, um “caminho construtivo”, que:

[...] está sendo encontrado e desenvolvido por meio das articulações da massa em movimento, na dialética que o proletariado continuamente coloca em movimento, a dialética entre sua atividade de consolidação estrutural (o fortalecimento desse contrapoder de massa que, como tal, tende a desorientar e desequilibrar a atividade de reestruturação do capital) e sua ação de ataque político desestabilizador (que quebra os nexos de poder do inimigo, que intensifica e esvazia seu caráter espetacular e exaure sua força (NEGRI, [1977a] 2005, p. 234).

Antes de analisarmos essa questão é o momento de brevemente apontar alguns aspectos que salientam a defesa que temos construído na tese, de que na passagem dos anos 60 para os anos 70 Negri não abandona mas desenvolve o método de análise operaísta. Nessa passagem, no ápice do desenvolvimento do movimento da Autonomia, em um ciclo de lutas muito mais avançado do que aquele do final dos anos 50, Negri retoma e desenvolve a intuição de Panzieri de que a classe só desenvolve sua autonomia na forma de um contrapoder à valorização do capital, como vimos em todo tópico 2.1, assim como retoma elementos do Tronti operaísta, quando este afirma que o ponto de vista da classe operária, quando se fortalece, enfraquece o adversário e visa sua destruição, como vimos no tópico 2.2. Negri leva adiante aquilo que Panzieri não pôde ver também porque morreu cedo, antes dos ciclos de luta de 68, e aquilo que Tronti abandonou. A ruptura do conteúdo não pode nos iludir sobre uma linha existente de continuidade do método, por mais que essa continuidade seja diferencial e implique numa transformação necessária, adaptada às transformações nas lutas e na composição de classe como a própria “verdade” do método. Dito de outra forma, para o método operaísta, a ruptura é ainda mais essencial que qualquer continuidade e tudo depende do fator subjetivo da tendência que as lutas impõem, portanto, nos interessamos mais pelas rupturas. Dito isto, Negri retoma sua hipótese revolucionária com base no conceito de autovalorização: “o conceito de ‘autovalorização proletária’ é o oposto do conceito de ‘forma-estado’ — é a forma que o poder assume dentro de uma perspectiva desenvolvida dos trabalhadores” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 235). Vimos no último tópico que qualquer recuo na autovalorização, pelo ponto de vista da classe, era impensável, ao mesmo tempo que também era improvável, nesses termos, uma diminuição da repressão Estatal com o avanço do processo que, paradoxalmente, para o ponto de vista capitalista, acaba por intensificar a necessidade de autovalorização para a classe trabalhadora. Negri, assim, vai insistir que o processo de autovalorização, em sua intensificação, deva ser compreendido dentro de uma lógica contrária à da dialética capitalista, uma lógica da cisão que, ao mesmo tempo que concretiza o contrapoder proletário, desarticula o poder dialético capitalista de recomposição e comando sobre a crise: “a autovalorização proletária é imediatamente a desestruturação do poder inimigo; é o processo pelo qual a luta dos trabalhadores hoje investe diretamente o sistema de exploração e seu regime político” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 235). Portanto, quando a cisão, a separação, “não é mais uma tendência, mas uma realidade”, Negri defende que as forças produtivas sociais não têm mais nenhuma relação orgânica com o desenvolvimento capitalista. Para um aceleracionismo de esquerda não mistificar a

intensificação das forças produtivas com o desenvolvimento capitalista, é necessário, portanto, o vetor subjetivo da análise da composição de classe, que “apenas a composição do proletariado revela” e, assim, “representa e pode ser o desenvolvimento das forças de produção e da força produtiva em geral” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 265). Temos assim, uma progressão conceitual visível na obra negriana analisada na tese: da recusa ao trabalho como antivalorização capitalista, passamos para a autovalorização como valorização autônoma, alternativa, para a maturidade da tese da autovalorização, que inclui esses elementos anteriores, mas afirma, além disso, uma lógica da cisão/separação que é simultaneamente desestruturação e destruição da relação parasitária capitalista. A autonomia é um processo construtivo, mas a total independência da classe precisa construir uma separação da relação de exploração capitalista, a destruindo em definitivo. Nas palavras de Negri, a separação:

É um “caminho descendente”, uma separação forçada que serve para esclarecer o completo sentido de insignificância de um mundo capitalista no qual me vejo constituído em uma forma não independente, na forma de exploração. Assim, recuso-me a aceitar a dialética recomposicional do capital; afirmo de maneira sectária minha própria separação, minha própria independência, a diferença da minha constituição (NEGRI, [1977] 2005b, p. 236).

Em uma crítica ao Lukács de *História e Consciência de Classe*, não se trata de uma “história da consciência de classe [...] como uma recomposição predestinada e abrangente” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 237), ou seja, em um sentido mais hegeliano de sentido da história, afinal, estamos falando aqui de materialismo, da autovalorização da classe na base de um materialismo radical, um “momento de enraizamento intensivo da separação” que é imanente à classe e não à transcendência da “História” — e como vimos, a classe trabalhadora é anti-histórica —, na forma de um antagonismo que é “desestruturação da totalidade inimiga, levada ao ponto da exclusividade no autoreconhecimento da independência coletiva da classe”, que não pode excluir, aí, a própria separação com o movimento operário oficial que, por contingências históricas, se tornou um tabelião, um funcionário público a assinar o ponto de vista da história universal do capital. Podemos, assim, falar em uma contra-história da luta de classes, no qual Negri afirma podermos identificar, contra o movimento oficial, um outro movimento dos trabalhadores (cf. NEGRI, [1977a] 2005b, p. 237). Vimos que o método operaísta afirmava a ruptura e a descontinuidade como verdade do método a partir do critério da tendência das lutas — e que, nesse sentido, Negri só poderia avançar no método operaísta acompanhando as transformações da composição de classe. Dentro desse cenário, Negri afirma algo que já havíamos intuído e antecipado: que a própria (contra)-história do movimento revolucionário dos trabalhadores é autônoma e não pode se confundir com a

história de sua institucionalização, afirmando assim, uma lógica da separação, da ruptura, ou seja, da descontinuidade diferencial com qualquer tentativa de colaboração com o capital: “a continuidade da história do movimento revolucionário dos trabalhadores é a história da descontinuidade desse movimento, a história dos rompimentos radicais que o caracterizaram” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 237). Em uma analogia (um tanto infeliz), Negri afirma que “o movimento revolucionário dos trabalhadores renasce continuamente de uma mãe virgem” enquanto “as meretrizes da continuidade ainda estão vivas e ativas nos institutos de história do Movimento Trabalhista Oficial” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 237). Ryan explica a natureza da descontinuidade do movimento revolucionário dos trabalhadores, “ele está continuamente se recriando ao destruir suas antigas formas organizacionais, ao se definir como diferente da totalidade do desenvolvimento capitalista, o movimento opera uma sabotagem desestruturante disso” (RYAN, 1991a, p. 214). Ou seja, o outro movimento dos trabalhadores, sinônimo, por exemplo, do movimento da Autonomia, é também um movimento de ruptura com o movimento oficial. Seus caminhos são opostos, por exemplo, em relação à recusa do trabalho: enquanto um ponto de vista defende a destruição da lei valor, “os sindicatos e os partidos reformistas apenas constituem uma redistribuição da lei do valor” (RYAN, 1984b, p. 197). Não se trata, portanto, de um fetiche iconoclasta, mas do destaque da “diferença radical e irreduzível do movimento revolucionário” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 237). Negri, tomando como exemplo a obra do operaísta alemão Karl-Heinz Roth e da historiadora feminista alemã Gisela Bock, que “contam a história formidável de como a classe trabalhadora em luta continuamente destruiu suas próprias organizações tradicionais”, nos alerta para uma outra história do movimento dos trabalhadores, subterrânea, que a história oficial ou reprimiu, ou esqueceu, nos fornecendo, portanto, “uma perspectiva que também pode nos dar um vislumbre de outras experiências revolucionárias do proletariado — experiências que se provaram vitoriosas e, portanto, foram traídas” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 237). Aqui, na afirmação de uma lógica da ruptura e da cisão, já há uma aproximação de Negri com temáticas similares ao estruturalismo francês — que se intensificará com o exílio de Negri na França. Como aponta Ryan, “Negri formula seu argumento em termos da temática da descontinuidade que tem encontrado seu caminho na Itália vindo da França nos anos 70” (RYAN, 1991a, p. 214). Nesse sentido, a lógica da separação só pode ser contrária a dialética ortodoxa, “que fornece uma base para o pensamento dos partidos comunistas e opera em termos de homologia, totalidade e resolução”, enquanto, antagonisticamente como método, “a filosofia da descontinuidade enfatiza a alteridade não homóloga ou heterogeneidade, a natureza fraturada e incompleta da ‘totalidade’ e a impossibilidade de resolução completa”

(RYAN, 1991a, p. 214)<sup>68</sup>. Por fim, Ryan tem razão quando afirma que, “de muitas maneiras, é o equivalente filosófico da Autonomia e, na França, está associado aos nomes de Deleuze, Derrida, Foucault e Lyotard” (RYAN, 1991a, p. 214). Portanto, a história das lutas não é a história da colaboração, mas a história da sabotagem ao desenvolvimento desimpedido do capitalismo, em uma relação de estranheza, rejeição e, por fim, diferença contra essa forma transcendente de “totalidade”, ou seja, um ponto de vista que é contrário e plural ao ponto de vista universalizante e homogeneizante do capital: “minha relação com a totalidade do desenvolvimento capitalista, com a totalidade do desenvolvimento histórico, é garantida pela força de desestruturação que o movimento determina, pelo sabotagem global da história do capital que o movimento efetua” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 238). Como já havíamos defendido, a lógica dialética capitalista é uma lógica continuísta de reestruturação e bloqueio da separação: “há apenas uma maneira de poder ler a história do capital — como a história de uma continuidade de operações de reorganização que o capital e seu Estado iniciaram para contrapor uma ruptura contínua, uma provocação permanente em direção à separação que o movimento real do proletariado provoca” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 238), em contrapartida, a contra-história escrita pela prática de lutas de classe é descontinuísta. Contra o progressismo do ponto de vista totalizante, de cima e universal do capital, a classe afirma sua ruptura, separação e força de invenção, desde baixo:

[...] a separação da autovalorização proletária se apresenta como descontinuidade, como um conjunto de saltos e invenções. O método de transformação social que deriva da separação autovalorizante do proletariado não tem nada em comum com a capacidade progressiva de homologia do racionalismo iluminista e do historicismo (NEGRI, [1977a] 2005, p. 241).

Negri lê o movimento social da Autonomia como realizando essa descontinuidade autovalorizante na forma da explosão de uma subjetividade da classe trabalhadora que vem, constantemente, reafirmando, pela prática da autovalorização, uma “continuidade de destruição, de abolição, de superação” na forma da “continuidade da sabotagem histórica que a classe realiza” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 238). Portanto, a sabotagem é a própria autovalorização da classe que pode assumir, por exemplo, a forma da sabotagem fabril, mas não se reduz a ela — da mesma forma que a recusa do trabalho, como sabotagem, não se

---

<sup>68</sup> Cristina Corradi também aponta essa aproximação: “em sintonia com o pós-estruturalismo, que celebra o pensamento de Nietzsche como a aurora da contracultura, a crítica do logocentrismo, a negação de todos os códigos, o operaísmo de esquerda enfatiza a diferença contra a dialética, considerada sinônimo de lógica de dominação, a integração forçada das diferenças, o primado do Estado sobre a pluralidade irreduzível da sociedade” (CORRADI, 2011, n.p).

reduz às greves do operário-massa. Negri quer demonstrar, assim, que a persistência da relação do capital é a permanência de uma relação “vazia” de significado. Em si mesma, a lógica do Estado-Crise capitalista já é “desestruturada”, pois pela imposição da lei do valor como comando coercitivo, “todos os elementos [...] estão interligados apenas em sua mútua incomunicabilidade, apenas na forma de uma relação forçada” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 239). Portanto, e não pela última vez, Negri critica a tradição socialista por ter pensando a autovalorização em termos de uma dialética em relação à totalidade, como reciprocidade ou correspondência, mas não como cisão com a relação capitalista, criticando a tradição “social-anarquista” por não escapar de uma dialética entre centralização e descentralização, não atingindo assim, uma perspectiva de autovalorização como separação (cf. NEGRI, [1977a], 2005b, p. 240). É necessário intervir na lógica capitalista já desestruturada do Estado-crise, mas que ainda recompõe o capital, portanto, é necessário desestruturar a lógica desestruturada do Estado-Crise. A filosofia política que Negri desenvolve aqui é *desestruturalista*, no sentido de que “a autovalorização de classe não tem nada a ver com a estruturação do capital, mas tem muito a ver com a desestruturação do mesmo”, ao mesmo tempo, é um aceleracionismo e um perspectivismo das lutas contra o capital, um perspectivismo porque o desenvolvimento do capitalismo não tem sido “nada mais do que o reverso, uma reação, uma corrida contra a autovalorização proletária” e um aceleracionismo contra essa “operação de autoproteção, recuperação, ajuste em relação aos efeitos da autovalorização, que são efeitos de sabotagem da máquina capitalista” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 241). A lógica do antagonista de autovalorização é uma lógica anti-dialética de separação, no sentido de que visa romper com a dialética de recuperação do capital, a desestruturando, “mas separação, neste caso, significa a ruptura da relação de capital” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 239). Por fim, a autovalorização é um processo que visa uma dupla constituição: autovalorização produtiva, como vimos no tópico anterior e, ao mesmo tempo, deve ser autovalorização como função-desestruturação do capital. Os efeitos dessa desestruturação, no entanto, não diminuem o confronto: “quanto mais sabotamos o Estado e quanto mais damos expressão à interligação entre autovalorização e desestruturação, mais as regras que regem o desenvolvimento do sistema estatal do capital se tornam ferozes, monstruosas e irracionais” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 242). Como ciência da crise e da subversão, o operáismo negriano aponta tanto que “essa monstruosidade do poder é o efeito do nossa sabotagem; é o resultado negativo de nossas ações”, quanto que “a reestruturação é o conteúdo vazio, mas consciente, da forma-Estado — vazia, porque não tem nenhuma racionalidade além daquela acreditada pelo sabotagem dos trabalhadores; eficaz, porque a

forma da reestruturação é comando” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 242). Se aquilo que, por uma via, a autovalorização desestrutura, o capital, por sua vez, busca reestruturar, o conflito é iminente, imediato e tende a uma intensificação ainda mais violenta. Nesse cenário de um *thriller*, enquanto “o trabalhador se apresenta como um ‘operário-social’, mesmo (e especialmente) se ainda for um ‘trabalhador de fábrica’” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 244), no desenvolvimento de seus processos de autovalorização produtiva e desestruturação capitalista, a ciência correspondente ao ponto de vista capitalista corre atrás e “permanece vigilante, como um policial, sobre tudo” (NEGRI, [1977] 2005b, p. 244). Portanto, “se a luta social da classe trabalhadora levou a mente capitalista ao ponto de indiferença formal, então o comando capitalista tenta especificar e materializar essa possibilidade” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 246). Sendo assim, paira sobre a autovalorização a sombra parasitária do capital na forma de uma indiferença que dá uma consistência, por mais que vazia, ao comando, uma pura forma do comando, dado que, agora, o capitalismo não tem mais vínculos orgânicos com a classe trabalhadora e impõe a troca coercitivamente, quando consegue (cf. NEGRI, [1977a] 2005b, p. 253). Se “a reimposição da lei do valor dentro da reestruturação é violência”, é justamente porque ela se “baseia logicamente em critérios de indiferença” e “o comando estabelece os detalhes dessa indiferença” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 246) na troca coercitiva.

Ora, as lutas de classe demonstraram ao capital que eles não precisam mais compartilhar do desenvolvimento. Para um desenvolvimento conjunto, por mais que desigual, como existia no Estado-Plano, era necessária uma sincronia entre o antagonismo e a forma-desenvolvimento (como contradição) que não pode mais ocorrer, dado que a autovalorização impede uma relação sincrônica com a máquina do Estado, com o partido do capital. Como afirma Negri, “os mecanismos da reprodução de capital e os mecanismos da reprodução da classe trabalhadora não estão mais operando de maneira sincronizada” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 248). A revolução assim só pode ser assíncrona aos mecanismos do Estado e do capital, e é por isso que um aceleracionismo das lutas, do antagonismo, *não pode* ser um aceleracionismo *do capital*: as posições “aceleracionistas” do capital buscam, na realidade, acelerar o processo de sincronização entre subjetividade e capital, subsumindo a primeira no segundo, buscando a dissolução da primeira no segundo e construindo, a partir daí, um único sistema homogêneo e automático, com um único “sujeito” para melhor intensificar o próprio desenvolvimento<sup>69</sup>. Um aceleracionismo das lutas, ao contrário, busca acelerar a dessincronia, o descompasso, o ruído, entre capital e o sujeito antagonista das lutas.

---

<sup>69</sup> É assim com a filosofia de Nick Land (cf. FORTES, PIROLA, 2021).

Se o operáismo é um aceleracionismo, é também porque ele é uma filosofia *noise*, amante do ruído proveniente não apenas do maquinário e do martelar das fábricas, mas também do som do confronto dos trabalhadores em suas lutas.

Neste quadro, Negri ironicamente fala que o único sentido possível de se falar em uma “Autonomia do Político” é admitindo que o poder do capital não se legitima mais na lei do valor e de sua dialética orgânica com a classe trabalhadora, mas na lei do comando e sua hierarquia contra ela (cf. NEGRI, [1977a] 2005b, p. 248). Nesse sentido, é possível, ainda, definir o Estado-Crise como um Estado-Renda, que sobrevive de uma “renda política”, ou seja, de uma espécie de mais-comando sobre a classe trabalhadora, no qual “o único valor absoluto em relação ao qual todos os outros valores hierárquicos devem se medir é o poder político” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 248). Mesmo assim, o Estado-Renda, como Autonomia do Político, nada mais faz do que constituir uma mistificação, ao expressar-se como uma necessidade histórica ligada ao desenvolvimento da lei do valor. Na perspectiva de Negri, “estamos vendo apenas a expressão do limite extremo da mistificação, da imposição forçada de uma lei sobre um mundo proletário que, de outra forma, seria impossível dominar” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 252). Ou seja, é muito mais a expressão do limite histórico de desenvolvimento da lei do valor proporcionada pelas lutas do que mais um momento de sua progressão orgânica. O que não significa, no entanto, que ela não produza, como mistificação, os efeitos sobre aquilo que ela mistifica (afinal, estamos em um mundo de imanência): “a indiferença do comando, portanto, é especificada em uma espécie de prática política de renda, cujas bases absolutas residem na autoridade política e cujas diferenciais estão dentro do sistema hierárquico” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 253). Uma dos efeitos dessa mistificação se dá nos salários: havíamos visto como a passagem do operário-massa ao operário-social transformava a luta salarial em uma luta pelo salário-social na forma do gasto público. Aqui, Negri reforça essa passagem, alertando que a luta salarial individual, ou seja, “a experiência das lutas salariais conduzidas pelo ‘outro’ movimento dos trabalhadores em outras épocas históricas”, (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 253) está defasada e foi subsumida pela reestruturação capitalista. Nesse sentido, por mais que Negri não use esses termos, ele retoma sua discussão sobre o dinheiro-comando capitalista e a tentativa do capital de tomar o controle monetário e salarial, tornando o salário uma via de mediação e não mais de antagonismo (como foi na passagem do Estado-Plano ao Estado-Crise). Isso fica claro quando Negri afirma que “o salário não é mais [...] uma variável independente” como tinha sido nos tempos gloriosos da luta do operário-massa. Ao afirmar que o salário “está completamente subordinado à dinâmica inteira do poder, ao quadro inteiro da autonomia política do Estado” e

que “o salário é reduzido à hierarquia de comando, em um processo que é o contraponto, o reverso da repressão da unidade proletária no nível social” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 249), Negri aqui parece querer romper com qualquer resquício de fabriquismo que possa ainda permanecer na análise operaísta do movimento da Autonomia (inclusive, esse ponto serve como mais um exemplo, para demonstrar como o método operaísta é diferencial, e a verdade do método supõe a ruptura e a transformação). Quando este afirma que “o centro da luta dos trabalhadores e proletários consiste no reconhecimento do valor geral do salário como um custo de reprodução da unidade do proletariado, de sua autovalorização” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 249), Negri quer dizer que a luta pelo salário não pode se tornar uma “renda política”: “alguns grupos de trabalhadores, algumas camadas da classe trabalhadora, permanecem ligados à dimensão do salário, aos seus termos mistificados. Em outras palavras, eles vivem dessa renda política” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 251). Ou seja, o salário individual, se separado do gasto público, ou seja, do salário-social, pode tornar-se um mecanismo de reajuste e divisão interna da classe. O projeto, então, é inclusivo: como afirma Ryan, ele está preocupado em devolver “a unidade do trabalho produtivo contra a tentativa do capital de dividir os trabalhadores de outros setores proletários” (RYAN, 1991a, p. 215). Nesse sentido, o aumento do salário individual, isolado, corresponde ainda a uma parte do mais-valor social apropriado pelo capitalismo que não retorna ao proletariado, mas apenas ao operário fabril: “na medida em que estão vivendo dessa renda política (até mesmo alguns que trabalham nas grandes fábricas), eles estão roubando e expropriando mais-valor proletário — estão participando do roubo da força de trabalho social com os mesmos termos que seus patrões” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 251). Por mais que a afirmação seja forte, não há nada de muito exógeno nessa crítica de Negri, afinal, desde *Potere Operaio*, era apontado a necessidade da luta salarial passar da fábrica à sociedade para evitar, justamente, que a luta salarial isolasse o operário-massa do proletariado que estava sendo recomposto. Portanto, essa crítica, como afirma Ryan, faz parte do contexto em que “Negri defende uma ligação entre as lutas salariais e a luta pelos gastos públicos como parte de um programa projetado para interromper a simultaneidade de produção e reprodução” (RYAN, 1991a, p. 215). Além disso, Negri aqui está menos se referindo ao operário-fabril do que fazendo uma crítica ao movimento sindical e sua “aristocracia operária” (cf. NEGRI, [1977a] 2005b, p. 251), que, no contexto do movimento da Autonomia, se portava em defesa do Compromisso Histórico e do PCI como uma defensora dos valores dos “verdadeiros operários”, os únicos “trabalhadores produtivos”, em detrimento das necessidades do que era considerado “lumpemproletariado”, ou seja, a camada do proletariado difuso que forma o operário-social. Nesse sentido, é

necessário a crítica “da posição privilegiada da fábrica e do salário”, que “deve ser estendida para incluir a maioria dos proletários” (RYAN, 1984b, p. 215). Desfazendo qualquer chance de uma polêmica barata, Negri explica-se:

[...] não estou dizendo que o trabalhador de Mirafiori não é um trabalhador explorado [...] Estou dizendo que o "Partido de Mirafiori" deve hoje viver a política da maioria proletária, e que qualquer posição que se restrinja puramente à luta necessária na fábrica, e que não esteja conectada à maioria proletária, está fadada a perder. A luta na fábrica deve viver dentro da maioria proletária. O lugar privilegiado do salário na continuidade das lutas proletárias deve ser estendido hoje à luta pelos gastos públicos. Somente essa luta pode possibilitar o pleno autorreconhecimento do proletariado; pode estabelecer as bases da autovalorização; pode atacar diretamente a teoria e a prática da renda política (NEGRI, [1977a] 2005, p. 250).

O *Partido de Mirafiori* deve avançar na fábrica-social. Como vimos no tópico 4.2.2, o terreno do gasto público é, pelo ponto de vista da classe trabalhadora, a oportunidade de uma unificação e recomposição política. O campo do gasto público é, aqui, retomado nos termos do ponto de força “da reprodução global autovalorizadora do proletariado. Esse terreno precisa ser reconstruído, junto com os trabalhadores nas fábricas; essa luta deve reunificar o terreno proletário” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 253) e ainda, como “o terreno em que a sede da luta dos trabalhadores estava efetivamente e ofensivamente reformulando a questão do salário, adaptando-a às instâncias fundamentais do projeto de autovalorização” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 250), por fim, o gasto público, a disputa pelo gasto público como um salário social não pode ser vinculada a um programa de reestruturação, mas corresponde ao pleno campo de antagonismo da classe trabalhadora: “o problema dos gastos públicos assumirá, nos próximos anos, a mesma importância que o salário, estritamente definido, teve no passado” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 250)<sup>70</sup>. Nesse sentido, uma crítica de Negri ao eurocomunismo do PCI nos permite compreender a relação crítica entre autovalorização e reestruturação capitalista. Para Negri, “o reformismo nega fundamentalmente esse sentido da relação; em vez disso, afirma que a autovalorização é consistente com a estruturação, não com a desestruturação. A autovalorização<sup>71</sup>, para o reformismo, é unívoca: há apenas valorização

<sup>70</sup> Essa proposta de um salário-social nunca mais abandonará o pensamento negriano, como, por exemplo, na proposta de uma renda básica do comum, na trilogia do Império.

<sup>71</sup> Na realidade, os “eurocomunistas” não usam o conceito, mas sim o de hegemonia, como afirma Negri, em passagem que mostra a continuidade do eurocomunismo do PCI com o togliattismo: “o eurocomunismo não usa o termo ‘autovalorização’, mas sim o termo ‘hegemonia’. Esse termo permite que os processos de socialização da classe trabalhadora sejam interpretados como tendendo à dissolução da classe na sociedade [...] o eurocomunismo desloca o debate do terreno da luta de classes sobre reprodução, sobre trabalho produtivo, ou seja, o terreno da composição de classe, para a ‘sociedade’ entendida genericamente, e a política como o complexo de instituições. [...] Portanto, não estamos lidando com um antagonismo, de acordo com o eurocomunismo, mas sim com uma dialética orgânica e funcional entre as classes, cujos termos de solução são

capitalista” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 253). Numa espécie de eco expandido do togliattismo, o eurocomunismo pensa a partir do ponto de vista do capital, ou seja, pensa os processos de autovalorização mistificadamente, dentro (não contra, nem fora) da forma-desenvolvimento do capital. O eurocomunismo, assim, busca reconstruir a dialética capitalista, se oferecendo como mediação, como o “partido da síntese entre autovalorização proletária e valorização capitalista” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 253). O ponto de vista da classe trabalhadora, sua ciência da crise e da subversão, o outro movimento dos trabalhadores, materialista, imanente e antagonista, nos mostra um contexto completamente contrário: a autovalorização vai desestruturando o capital por dentro (rompendo a liga metálica que sustenta a correia da exploração), por mais que o reformismo seja produzido como um sub-efeito dessa potência da classe. Na reestruturação, o ponto de vista proletário “vê apenas um efeito de sua própria força, um aumento de suas próprias possibilidades ofensivas, uma extensão de seu próprio poder para desestruturar abrangentemente o capital. Portanto, não há mediação política possível nesse nível, seja em termos institucionais ou em termos de reestruturação econômica” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 256), sendo assim, se é verdade que “a luta dos trabalhadores impõe uma reorganização da sociedade, uma reestruturação capitalista”, ao mesmo tempo, “essa reestruturação deve ser adaptada a uma série de necessidades impostas pelas próprias lutas” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 256). É o momento, assim, em que o perspectivismo proletário deve virar do avesso o ponto de vista capitalista: a sociedade capitalista moderna não é moldada à sua própria imagem, mas à imagem distorcida da própria classe trabalhadora: o capitalismo é a imagem distorcida do comunismo, e não o contrário. Não é de acordo com o capital que os ritmos do desenvolvimento da sociedade se concretizam e nem mesmo as suas dessincronias. É de acordo com o ritmo das lutas dos trabalhadores, da sua socialização, que “a sociedade capitalista foi permanentemente reestruturada: infraestruturas, serviços, educação, políticas habitacionais, políticas de bem-estar, etc. se multiplicam e determinam um contexto cada vez mais amplo para os processos de autovalorização” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 256). Aqui, como temos visto na tese, o perspectivismo implica em um aceleracionismo que “reabre a luta dentro desse tecido reestruturado; e através da subsequente extensão e generalização da luta, ela desestrutura o comando capitalista também nesse nível, nesse grau de extensão” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 256). Por fim, as formas de intensificação do conflito assumem sentidos que tornam a mediação impossível para o ponto de vista da classe trabalhadora: por um lado, na forma do

---

fornecidos pela relação de força e por sua compatibilidade com o interesse geral. E o interesse geral é o desenvolvimento do capital” (NEGRI [1977a] 2005, p. 254).

gasto público como apropriação direta, a classe trabalhadora se emancipa das instituições, “um fato de poder, desestruturação do inimigo” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 258), como resposta, o capitalismo aplica o desinvestimento, mas a situação é contraditória, como aponta Negri: “seja a defesa e manutenção do emprego, seja os gastos públicos — aconteça o que acontecer, a taxa de lucro está diminuindo” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 258). A conclusão de Negri é que a subsunção capitalista do trabalho vivo atinge um limite intransponível: vimos como a subsunção real era contraposta pela reapropriação maquínica que absorvia e transmutava o trabalho morto ou o destruía, nesse sentido, “a síntese entre trabalho morto e trabalho vivo, em vez de determinar novo valor, produz uma possibilidade de destruição que é inevitável, geral e iminente” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 265). Na síntese dos dois pontos de vista, Negri afirma que, “por um lado, o desenvolvimento do capital constante torna-se um desenvolvimento destrutivo; por outro, as forças produtivas devem se libertar radicalmente da relação capitalista” isto é, pelo ponto de vista do capital, “temos o sistema capitalista, presa de sua própria desestruturação: isso significa um poder indiferente, absolutamente separado do valor, e assim a possibilidade (ou melhor, a necessidade) de destruição” e, pelo ponto de vista da classe trabalhadora, “temos as condições pelas quais o trabalho vivo pode se libertar de forma coletiva” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 265). Nestas condições, Negri afirma que o Estado-Crise pode ainda, se necessário, assumir a forma de um Estado-Nuclear, ou seja, usar da “nuclearização do desenvolvimento econômico” como uma via de chantagem de classe, “como a base sobre a qual pode legitimar o poder de um comando mais destrutivo” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 264). Nessa hipótese, o Estado-Nuclear credenciaria a Autonomia do Político, “a partir do capital fixo, ele obtém uma base a partir da qual profere uma ameaça de chantagem de destruição. O terror atômico passa do nível das relações internacionais para o da organização interna dos estados individuais; ele se insinua nos mecanismos de administração e na gestão do consentimento” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 266). Nesse cenário, “ao contrário do que ouvimos dos teóricos credenciados do Eurocomunismo, o mais alto nível da ‘autonomia do político’ é completamente estruturado pelos movimentos terroristas do trabalho morto” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 266). Para confrontar esse quadro, em uma das passagens mais lúcidas e sombrias que Negri já escreveu, ele pontua a necessidade “humana” em defesa do ponto de vista da classe trabalhadora de apertar o passo revolucionário, impedindo que o capital mobilize sua “locomotiva contra nós”:

Em sua ansiedade para acompanhar o processo do avanço dos trabalhadores contra as dimensões gerais da exploração, a economia política burguesa tira até mesmo a aparência de coerência de sua lógica, e força a si mesma a desempenhar o papel de

um instrumento técnico contra a emergência do poder de desestruturação da classe; se espalhando sobre a descontinuidade indefinida do movimento de autovalorização. A reestruturação do Estado torna-se cada vez mais uma sucessão indiscriminada de atos de controle, um aparato técnico preciso que perde todas as medidas, todos os pontos de referência internos coerentes. A feliz consciência teórica do trabalhador alegra-se com isso. Mas, sendo pessoas responsáveis, devemos reconhecer o enorme peso de sofrimento, desumanidade e barbarismo que tudo isso traz consigo. Essa manifestação do vazio interno da reestruturação capitalista, essa autodestruição sucessiva dos momentos de controle capitalista e essa dissolução da teoria em uma técnica de poder aproximam os prazos da luta revolucionária. Mas, ao mesmo tempo, torna a luta diária dolorosa e a existência contínua do capital cruel. E ainda assim é a ação dos trabalhadores que causa esses efeitos — na medida em que a tensão de desestruturação dessas lutas tem um efeito direto sobre a própria racionalidade da reestruturação capitalista e elimina essa racionalidade, mesmo em seu aspecto formal, nos deixando com um todo que é desestruturado, técnico e repressivo (NEGRI, [1977a], 2005, p. 245–246).

Nesse sentido, se poderia pensar em um “recoo estratégico”, mas o diagnóstico negriano aqui é o da necessidade de intensificação e aceleração da autovalorização, promovendo a separação e a desestruturação capitalista. O ponto de vista da classe chegou até aqui, até o ponto de determinar que o ponto de vista capitalista está reduzido a um comando vazio, a uma “vontade indeterminada de exploração” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 262). Pela sabotagem do sistema, o método de transformação social revela a “democracia e a liberdade no crescimento coletivo da autovalorização proletária” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 261), se nesse processo anti-dialético, de “riqueza antes da pobreza, desejo antes da necessidade [...] em que uma positividade comanda o negativo e o impõe” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 258), Negri pontua que é necessário para o método de transformação social impor alguns critérios de medida, como forma de avaliar, assim, os andamentos do processo revolucionário em curso. Em relação à desestruturação capitalista, Negri afirma que há a medida negativa: ou seja, “a queda na taxa de valor e o fracasso do capital em controlar o desenvolvimento” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 262). No entanto, isso corresponde mais ao ponto de vista do capital sobre sua crise do que ao ponto de vista da classe trabalhadora sobre sua autovalorização. É necessário, assim, uma medida alternativa e positiva, que, em relação à desestruturação capitalista, compreende os graus de libertação que a autovalorização proletária produz, uma medida da desmedida. Em uma clara alusão ao movimento da Autonomia, Negri afirma que a medida positiva, corresponde “aos espaços que foram conquistados e recuperados do valor de troca nos processos de reprodução proletária” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 262). Além disso, com um saldo de duas décadas de ciclo de lutas na Itália, é possível medir a autovalorização como recusa ao trabalho, ou seja, o quanto de liberação, de comunismo, se conseguiu efetuar com as lutas. Negativamente, na forma da recusa do trabalho, “o progresso do processo de autovalorização é medido, negativamente, pela redução progressiva do tempo de trabalho

individual e geral, ou seja, a quantidade de vida proletária que é vendida ao capital” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 272), positivamente, a recusa do trabalho como expressão da autovalorização se mede “pela multiplicação do trabalho socialmente útil dedicado à livre reprodução da sociedade proletária” (NEGRI, [1977a] 2005b, p. 272). Na contramão da ortodoxia de esquerda, Negri aqui nos deixa uma lição importante: medir a autovalorização, a autonomia da classe, não por seu comprometimento com o trabalho, por sua colaboração com o desenvolvimento capitalista, com a coparticipação em seu projeto de exploração, mas pela recusa ao trabalho, pela sabotagem do sistema, e pelo seu ódio produtivo contra a exploração: “o ódio ao trabalho e o ódio à exploração são o conteúdo produtivo do poder de invenção, que é o prolongamento da recusa ao trabalho. Compreender a recusa ao trabalho como medida do método de transformação social para nós significa um tremendo avanço” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 272). Em esboço de programa que parece coerente, inclusive, com a composição de classe precarizada contemporânea, a autovalorização como projeto “significa focar na redução generalizada das horas de trabalho e vinculá-la simultaneamente a um processo de imaginação revolucionária, teórica e prática, científica e empírica, política e administrativa, subordinada à continuidade da luta de classes sobre esse conteúdo” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 272). Nesse sentido, “significa ser capaz de começar a apresentar parâmetros materiais para medir o progresso dos trabalhadores em termos de comunismo” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 272). Em todo caso, a medida aqui é a medida da transição revolucionária *em andamento*, portanto, imanente, é a medida pela libertação por dentro do sistema (cf. NEGRI, [1977a] 2005, p. 262). Para Negri, qualquer outro tipo de medida é uma mistificação: “dada a contínua crise da lei do valor [...] o comando não é uma medida, mas simplesmente eficácia, um ato de força” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 272). Ativando mais uma vez o perspectivismo operaísta, Negri afirma que “a força produtiva do trabalho social não é tanto organizada pelo capital quanto sofrida por ele, revertida contra ele como destruição”, nesse sentido, “medir a produtividade do trabalho em termos da recusa ao trabalho permite uma desmistificação completa do comando do capital sobre a produtividade” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 273). Nesse sentido, em mais uma proposição aceleracionista, em relação, agora, à medida, ou seja, à desmedida do antagonismo, Negri afirma que se “nega a possibilidade de uma produtividade do trabalho que ainda seja exploração e introduz uma medida que, ao mesmo tempo, desequilibra o sistema — uma medida da crescente intensidade revolucionária do processo de autovalorização” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 273). Por fim, em uma crítica dupla, Negri propõe que, diferentemente dos economistas e dos teóricos da escola do valor, a medida

seja considerada como um grau de libertação e não, em uma reprodução mistificada do ponto de vista do capital, como uma função de exploração que não pode nunca ser quebrada:

[...] devemos considerar a medida não como uma função de exploração (como tem sido até agora e como os economistas — até mesmo os da escola do valor — que continuam pensando: fiéis a si mesmos!), mas sim como uma medida de liberdade. Uma medida adaptada ao trabalho vivo, e não aos resultados da exploração e à morte do trabalho consolidada no capital. Uma medida da quantidade de revolução produzida, da qualidade de nossa vida e de nossa libertação. E essa medida fornecerá a base para nossa formação e transformação contínuas do método de transformação social (NEGRI, [1977] 2005b, p. 273).

Medir o *quantum* de libertação, não de exploração. Podemos perceber que no limiar do pensamento negriano dos anos 70, as teses são mais reforçadas e intensificadas do que necessariamente transformadas. O programa político e organizacional é compreendido como um “método para a destruição do trabalho”, no qual se busca uma medida positiva para o não-trabalho, “uma medida para nossa libertação daquela escravidão repugnante da qual os chefes sempre lucraram e que o movimento socialista oficial sempre nos impôs como algum tipo de título de nobreza” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 263). Nesse sentido, é necessário não confundir o comunismo imanente almejado aqui, ou seja, o fim do trabalho, com uma forma do desenvolvimento tecnológico “neutro”, como, por exemplo, via automação. Contra a automação das máquinas como domínio do capital fixo, é necessário uma reapropriação maquínica do capital fixo, também num sentido em que as tecnologias de controle possam ser destruídas e eliminadas quando não for possível um domínio autovalorizante sobre elas. Nesse sentido, há dois pontos de vista em disputa sobre a automação, e nos anos 70, a tendência indicava que a automação era uma instauração do capital fixo como lei do comando, por meio dos novos sistemas de controle que ela fornecia ao trabalho, com o “toyotismo” e o *just in time*, por exemplo, sobre o qual “o capital se colocou em uma posição em que podia organizar o poder de trabalho social, colocando em prática seu projeto de comando por meio de sua capacidade de articular, hierarquizar e eliminar ou obstruir a possibilidade de recomposição da classe como base para uma organização revolucionária” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 272). Além disso, a automação indicava novas maneiras de expropriar o mais-valor social por meio dela, “o Estado capitalista se coloca em posição de operar os mecanismos do que chamamos de ‘renda política diferencial’ como meio de comando sobre todo o campo social do trabalho” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 264). A posição aqui não é ludista, mas aponta que a definição do processo é a medida do não-trabalho, ou seja, do antagonismo, que uma automação, reapropriada pela classe operária, produz. É

necessário alvejar e lubrificar as máquinas de antagonismo contra o comando do capital ou, simplesmente, destruí-las. Nesse sentido, a recusa do trabalho nada tem a ver com utopias tecnológicas e ideológicas, portanto, o aceleracionismo negriano se mostra enraizado na aceleração das lutas sociais e com a transformação política subjetivada imanentemente, materialmente na composição de classe, e nada tem haver com uma aceleração tecnológica e econômica dos cibercapitalismos que apelam à transcendência da entidade “mercado”, “tecnologia” ou mesmo o “Estado” como guião do processo de intensificação do capital e suas máquinas. Nas palavras cristalinas de Negri contra os aceleracionistas do capital, “a utopia tecnológica é a negação da concretude da recusa ao trabalho e a tentativa de atribuir as exigências que surgem dessa concretude ao desenvolvimento tecnológico, à expansão do capital fixo e a uma intensidade crescente da composição orgânica do capital” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 271–272). O que mede a possibilidade imanente da reapropriação maquinica é a passagem, no processo de reapropriação, da força de trabalho para a força-invenção: “a reapropriação da força produtiva transforma a composição de classe de um resultado passivo em uma força motriz, de um efeito em uma causa. Esta passagem é qualificada em termos materiais: da força de trabalho para a força de invenção” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 267). Na reapropriação das máquinas, por exemplo, a força de invenção deve “nutrir o processo de autovalorização proletária” de antagonismo (cf. NEGRI, [1977a] 2005, p. 268), nesse processo, “a invenção-poder, como a transfiguração do trabalho-vivo [...], deve se aplicar à destruição do capital constante” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 271), ou seja, Negri, aqui, nos dá a possibilidade de pensar que, pela reapropriação maquinica, pela força de invenção, o capital fixo, o trabalho morto, é transmutado em trabalho vivo, em autovalorização proletária. Temos assim, nesse momento, uma genealogia da problemática “pós”-operaísta do *General Intellect*. Como pontua Corradi, “o tema da força-invenção está ligado à emergência do conhecimento como principal força produtiva: na transição do Welfare para o Warfare (estado político de renda política ou estado nuclear) toda a força produtiva do trabalho se torna força-invenção que se divorcia do capital” (CORRADI, 2011, n.p). Sendo assim, quando o que chamamos de recomposição maquinica é efetiva, a força invenção “funda a movimentação da independência sobre a base da energia intelectual abstrata como uma força produtiva específica” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 268), ou seja, ela aumenta as conexões sinápticas do cérebro social proletário, ela qualifica o “*General Intellect*” da classe trabalhadora e isso retorna como autovalorização para classe:

A materialidade da força de invenção proletária refere-se às necessidades que eles

satisfazem, aos desejos que articulam, à determinação do processo de reprodução; sua especificidade inovadora refere-se à solução da multiplicidade de projetos — ao projeto geral socialmente relevante de invenção (que é central para o proletariado) que ele coloca em movimento (NEGRI, [1977a] 2005, p. 268).

Por fim, a base para o programa revolucionário adequado, na perspectiva negriana, está toda baseada na recusa do trabalho: se “a recusa ao trabalho é, de fato, a fundação mais específica e materialmente determinada da força produtiva reapropriada para servir ao processo de autovalorização dos trabalhadores” e, por essa razão, ela foi grande slogan de duas décadas de ciclo de lutas na Itália, seja das lutas do operário-massa, sejam na sua socialização pelo operário-social, “nossa tarefa é a reintegração teórica da recusa ao trabalho no programa, nas táticas, na estratégia dos comunistas” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 269). Na forma da recusa do trabalho, ou seja, na sabotagem particular e global do sistema capitalista, nas greves, na ação direta, na apropriação e mesmo na migração da força-de-trabalho, ou ainda, como aponta Ryan, “no movimento da fábrica para o setor terciário ou de serviços, na recusa espontânea do regime de treinamento para o trabalho abstrato” (RYAN, 1991a, p. 197), o operário encontrou o vetor fundamental da crítica materialista ao capital: não é a mercadoria, o valor, nem mesmo a moeda e o dinheiro ou a alienação o foco do problema, e a chave do comando da exploração capitalista, mas sim o trabalho. Vencer e destruir o capitalismo é destruir o trabalho. Na forma da recusa do trabalho, o ponto de vista da classe trabalhadora assume toda sua parcialidade — como já defendia o melhor Tronti — e, portanto, toda sua multiplicidade como recusa da totalidade homogênea capitalista: “a recusa ao trabalho não nega o nexo da sociedade capitalista, um aspecto do processo de produção ou reprodução do capital. Pelo contrário, em toda sua radicalidade, ela nega a totalidade da sociedade capitalista” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 270). Sendo assim, o ponto de vista da classe é o ponto de vista da recusa do trabalho, que mostra que “a taxa de lucro em queda, a crise da lei do valor e a rearticulação da lei do valor dentro da indiferença do comando são efeitos diretos (embora não contínuos nem homólogos) da recusa ao trabalho” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 270). No entanto, parar aí é ficar no horizonte da antivalorização capitalista. O ponto de vista da classe trabalhadora precisa ser encontrado também “no lado oposto da dialética do capital, onde a sabotagem é revelada como valorização de classe e a recusa ao trabalho se torna a chave para a leitura da autovalorização” (NEGRI, [1977] 2005b, p. 270), nesse sentido, a recusa do trabalho é tanto conteúdo do processo de valorização quanto é a medida do processo (cf. NEGRI, [1977a] 2005, p. 270–272). Por fim, “o objetivo, a finalidade do processo de autovalorização, é a completa libertação do trabalho vivo dentro da produção e reprodução; é a utilização total da

riqueza em prol da liberdade coletiva” (NEGRI, [1977a], 2005, p. 270). Negri apresenta, assim, aquilo que é sua última formalização de uma hipótese de partido. Certamente, é a posição mais imanentista de Negri em comparação às suas outras concepções de partido, que, se já seguiam nessa tendência, ainda funcionam com alguma separação entre a vanguarda e a massa, como vimos. Aqui, o partido não autovaloriza, apenas defende a autovalorização da classe: “O partido é uma função da força proletária, concebida como garantidora do processo de autovalorização. O partido é o exército que defende as fronteiras da independência proletária. E naturalmente ele não deve, não pode se envolver na gestão interna da autovalorização” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 276). Temos, portanto, o desenvolvimento máximo da tendência operaísta da inversão entre tática e estratégica, porque, “a política de autovalorização detém o comando sobre o partido. A força orientadora consiste nas massas organizadas no processo de autovalorização, no processo constitutivo e constitucional de autovalorização proletária” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 277).. Nessa definição, Negri deixa para trás toda concepção de partido mais tradicional e o desenvolvimento da sua obra posterior indicará mesmo o abandono do conceito de “partido”, por mais que não o abandono da problemática da organização. Como afirma Wright, “o significado do partido estava menos relacionado à estrutura do que à função. Este não era um partido que afirmava representar a classe: em vez disso, seu propósito era gerenciar a desarticulação da dominação capitalista” (WRIGHT, 2005, p. 91). Desta forma, é a maturidade sobre a questão da organização do autonomismo marxista negriano. Ryan desenvolve uma interpretação desta forma de “partido” negriano nessa linha: “somente uma rede difusa de poderes pode organizar a democracia revolucionária. A independência da classe deve ser construída por meio da autonomia dos movimentos revolucionários individuais. A unidade será o produto de momentos de poder que são pluralistas” (RYAN, 1991a, p. 215). Sobre esse último conceito negriano do partido, não temos muito o que desenvolver. Como função puramente defensiva da autovalorização, ele não tem mais nem a hegemonia sobre a luta armada e a violência. Nas passagens seguintes, que Negri define um uso imanente da violência (passagens que serão usadas contra Negri pelo Estado, para acusá-lo de ser um terrorista e líder do movimento da Autonomia), a violência está legitimada como ponto de contrapoder da autovalorização: “por um lado, é a contraparte estatal da indiferença e da rigidez do comando. Por outro lado, é uma projeção ardente do processo de autovalorização dos trabalhadores” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 281). Com argumenta Negri, tendo como plano de fundo o contexto do Movimento da Autonomia:

[...] não podemos imaginar nada mais completamente determinado e carregado de conteúdo do que a violência dos trabalhadores. O materialismo histórico define a necessidade de violência na história: nós, por nossa parte, a carregamos com uma qualidade cotidiana decorrente da luta de classes. Consideramos a violência como uma função legitimada pela escalada da relação de força dentro da crise e pela riqueza dos conteúdos da autovalorização proletária (NEGRI, [1977a] 2005, p. 281).

Ora, Negri quer afirmar aqui que, contra a violência nos moldes dos partidos das experiências socialistas, ou mesmo contra a hipocrisia burguesa e reformista sobre a violência — ambas que acabam por justificar o monopólio do partido do capital sobre a violência, — é necessário a defesa de um uso imanente, antagonista, e, portanto, proletário da violência, na forma de uma “síntese de forma e conteúdo” (NEGRI, [1977] 2005b, p. 282). Nessa estranha definição de violência, Negri quer dizer que a violência é processo duplo não-excludente: “primeiro, como uma expressão do contrapoder proletário, como uma manifestação do processo de autovalorização; então, direcionada para fora, como uma força de desconstrução e desestabilização” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 282). Nesse sentido, a violência proletária é definida como produtiva, como trabalho vivo, como autovalorização, na medida em que é “força produtiva e uma força anti-institucional” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 282). De fato, existe um ódio mais potente que qualquer forma de amor pela servidão e mais forte que qualquer amor pela exploração. Não há homologia possível, portanto, entre a violência legitimada, constituída do capital, e a violência proletária legitimamente constituinte do proletariado. A primeira, na verdade, perdeu toda ou qualquer legitimidade como critério “racional” com a crise da lei do valor. No Estado-Plano, por exemplo, a violência tinha o caráter mediador do desenvolvimento capitalista, agora, com a destruição dessa mistificação, “a violência já não é mediada, já não é legitimada racionalmente: as ordens desestruturadas continuam como pura violência” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 283). Sendo assim, não há homologia possível, “porque a racionalidade que a rege é outra, proletária, absolutamente diferente”, se em quantidade ela é mais intensa, ela também é qualitativamente diferente, porque “visa à destruição do sistema e do regime do capital; baseia-se na autovalorização de classe; não é igual em intensidade à violência capitalista — é mais forte, mais eficaz do que a violência capitalista” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 283). A violência, nesse sentido, não pode ser separada da autovalorização, “agindo para a desconstrução de seu inimigo, a autovalorização se desenvolve na ausência de qualquer homologia, por menor que seja, com seu adversário e na descoberta da racionalidade do desenvolvimento do trabalho vivo em contraposição à inércia do capital na revelação da riqueza das possibilidades e qualidades da vida coletiva” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 283). Se ela não pode ser separada da

autovalorização, ela também não pode ser um ato externo e vanguardista de brigadas armadas, e deve ser imanente à própria composição de classe, na crítica ao terrorismo que já vimos na tese que é complementada aqui. A qualidade da violência também se apresenta na forma da recomposição maquínica do proletariado, não na forma do “terror contra o terror”, mas, sim, “de opor terror a uma operação de sabotagem e a reapropriação de conhecimento e poder sobre todo o circuito de reprodução social, de tal maneira que o recurso do capital ao terror se torne uma perspectiva suicida” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 283). Por fim, estamos falando de um cenário em que a ilegalidade de massa proletária, em sua autovalorização, respondia como podia às repressão e violência capitalista. Em um contexto de guerra-civil, Negri nos dá critérios para uma crítica materialista e imanente da violência, sem perder aí, o mais essencial, ou seja, o ponto de vista da classe operária no processo. Como interpreta Ryan, apenas forçando a barra podemos acusar Negri aqui de totalitarismo, dado que é explícita a defesa “da democracia e liberdade como componentes necessários da autovalorização, cujo objetivo é o uso total da riqueza a serviço da liberdade coletiva” (RYAN, 1991a, p. 215), além disso, quem exclui a violência mesmo quando a prática é a burguesia e os capitalistas, portanto, “a única maneira de superar a violência da história é reconhecer sua realidade” (RYAN, 1991a, p. 215). Dito isto, o projeto é claro, e aqui, não deixa ambiguidade nenhuma: “a imaginação agora usa um bom par de botas; o desejo carrega a violência; a invenção é acompanhada pela organização [...] como uma luta pela extinção do Estado e pela substituição total do modo de produção capitalista pela autovalorização proletária e seu processo coletivo” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 260). Portanto, não é possível ser perspectivista e aceleracionista sem defender um uso proletário da violência contra o capital e o Estado.

Estamos caminhando para o final da tese e para o fim de nossa análise da reflexão negriana dos anos 70 que, no final da década, em 79, será interrompida momentaneamente por sua prisão. Quando Negri escreve essas próximas passagens, o cerco já estava se fechando: já corria contra ele um processo na justiça, que o fez viajar à França, a convite de Althusser, para dar o seminário que ficou conhecido como *Marx Além de Marx*, que só foi publicado em 79. Quando Negri afirma que “a autovalorização é sabotagem”, ele complementa em tom irônico, desafiador e confiante que, “essa sentença, provavelmente seria passível de processo por algum promotor estatal nesta República da Itália, com sua Constituição ‘fundamentada no trabalho, mas o problema mais interessante é a reversibilidade da sentença, a completa inter-tradutibilidade entre autovalorização e desestruturação”

(NEGRI, [1977a] 2005, p. 258). Essa confiança se expressa de maneira mais entusiasta naquele que deve ser o parágrafo mais injustiçado e amaldiçoado de toda história da filosofia:

Nada revela mais completamente a imensa positividade histórica da autovalorização dos trabalhadores do que a sabotagem, essa atividade contínua do atirador, do sabotador, do ausente, do desviante, do criminoso, em que me encontro vivendo. Sinto imediatamente o calor da comunidade dos trabalhadores e proletários toda vez que coloco a máscara de esqui (NEGRI, [1977], 2005b, p. 259).

A prisão de Negri deixa em aberto os sentidos da disputa entre a autovalorização proletária e a repressão capitalista, na medida que a transição revolucionária, com o encerramento do Movimento da Autonomia e de duas décadas de intenso ciclo de lutas na Itália, não se efetuiu: pelo menos, não no sentido da destruição da relação capitalista e da destruição do trabalho e do mecanismo de exploração, apesar de que, em nossa perspectiva, se confirmou a tendência cada vez mais parasitária — e extrativa — da reconfiguração capitalista. A recomposição de classe e reestruturação do capital seguirão firmes e protagonizarão outros tantos ciclos de luta, o que, nos anos 80 em diante, será fruto da reflexão negriana, usando ainda das ferramentas apropriadas por Negri do movimento e do método operaísta. Apenas como exemplo e sem querer ser exaustivo, o próprio texto negriano já parecia nos indicar o caminho de sua pesquisa futura e a atualização do método: com a efetuação da lógica da separação, se produz o cenário de que “a força produtiva, o todo da força produtiva, está doravante nas mãos, nas mentes do trabalho vivo” (NEGRI [1977], 2005b, p. 267), antecipando aí, a problemática do Intelecto Geral, do trabalho imaterial, e da conceitualização do capitalismo cognitivo. Ao mesmo tempo, a problemática da autovalorização é também uma antecipação da formulação negriana do “comum” como um modo de produção alternativo ao capitalismo, dado que a autovalorização, como força produtiva, como sujeito, é “uma força produtiva social, uma força que emerge qualitativamente do campo dentro do qual foi dinamicamente formada e recomposta. O resultado é uma tendência original e nova, uma força comum e coletiva” (NEGRI, [1977a] 2005, p. 267). Ainda, é nítido que o operário-social é um protótipo e contém a maioria dos elementos da formulação da Multidão, que pode ser lida, tanto como a próxima fase da passagem da composição de classe, quando sua maturação. Como ponto de ruptura, no entanto, a falta de ênfase na recusa do trabalho e na sabotagem nas obras posteriores parece ter sido subsumida à problemática da reapropriação maquínica, o que, de certa forma, pode nublar alguns aspectos centrais para a formulação do projeto de recomposição política de classe. Por fim, que os leitores avaliem os níveis de continuidade ou ruptura, contanto que extraiam nossa lição de que o método

operaísta compreende a ruptura pelas lutas e a transformação da classe como uma verdade do método. No próximo e último tópico, analisaremos mais um desdobramento da metodologia operaísta: a polêmica leitura negriana de Marx, que definiremos como uma leitura política, e a definição do marxismo como ciência da crise e da subversão proletária.

#### 4.3. Desdobramentos da metodologia operaísta 2: lendo Marx politicamente pelos *Grundrisse* ou, o marxismo como ciência operária da crise e da subversão

Neste último tópico da tese, investigaremos a leitura negriana e operaísta de Marx. Semelhante ao que o operaísmo faz com Lenin, como vimos no tópico 3.3, há uma inversão radical de perspectiva aqui em relação à tradição marxista. Como veremos, para o operaísmo e para Negri, o fundamental é ler Marx politicamente, ou seja, encontrar na pluralidade da obra marxiana, os pontos de força de subjetividade, de antagonismo de classe que, em uma determinada situação política, são capazes de inverter o ponto de vista do capital, predominantemente econômico e subvertê-lo politicamente. A subversão é, assim, epistemológica e política. Nela, o operaísmo negriano descobre em Marx um perspectivismo radical, baseado no ponto de vista operário. O perspectivismo favorece, assim, uma leitura aceleracionista complementar, que é visível, por exemplo, na leitura negriana da crise em Marx, no qual, contra o ponto de vista do capital, o ponto de vista operário defende a intensificação, a aceleração, e por fim, a produção da crise. O marxismo definido assim é uma ciência política e operária da crise e da subversão. Se Negri encontra essa via pela leitura dos *Grundrisse* e é isso que explica, na ótica negriana, a superioridade dos *Grundrisse* sobre *O Capital*, no entanto, como uma metodologia, o perspectivismo e o aceleracionismo podem ser encontrados em toda obra marxiana, possibilitando leituras análogas em toda obra de Marx. No entanto, contra a exegética marxista, se justifica que a leitura negriana e operaísta de Marx seja parcial, marxiana, como os operaístas preferiam, na defesa de um ponto de vista irreduzível de classe.

Em 77, a convite de Althusser, Negri viaja à França e ministra na *École Normale Supérieure* o seminário que, em 79, se torna o livro *Marx oltre Marx: Quaderno di lavoro sui Grundrisse*, lançado quando Negri já estava na prisão<sup>72</sup>. O livro é uma longa análise dos

<sup>72</sup> Os editores da edição inglesa de *Marx Além de Marx* explicam o contexto também político (e elogiável), tanto do convite de Althusser, quanto da necessidade de Negri ir à França: “manifestações e comícios na universidade em Pádua causaram desordem e muita destruição, incluindo materiais abrigados no Instituto de Ciências Políticas. Quando os protestos se espalharam para outras áreas da cidade, Negri foi acusado de incitar a desordem e acusado de ser o instigador da violência até mesmo em escala nacional. Foi precisamente nesse

*Grundrisse*, os manuscritos que Marx escreveu entre 1857–1858, publicados apenas em 1939, analisado por Negri, à luz, no entanto, das transformações do capitalismo nos anos 70 e, dessa maneira, é também uma reflexão negriana sobre sua própria filosofia, militância e metodologia usada no período. Negri insiste desde o início que é necessário ler o livro como uma obra à parte de *O Capital*: “Os *Grundrisse* não são apenas um texto utilizável para estudar-se a gênese do *Capital*” (NEGRI, [1979] 2016, p. 39), além disso, a conclusão que Negri aponta, em uma inversão radical de perspectiva, é que “*O Capital* parece ser quase uma propedêutica aos *Grundrisse*. *O Capital* explica minuciosamente, mediante os conceitos que retomam a história do capital, a conclusão dela, o que os *Grundrisse* assumem como objeto de crítica” (NEGRI, [1979] 2016, p. 67), nesse caso, é o *Capital*, em suas *diferenças* com os *Grundrisse*, que devem ser considerados *uma parte* do *Grundrisse*, “uma parte viciada, todavia, pela apresentação de categorias que, com frequência, limitam e transformam a sua eficácia geral” (NEGRI, [1979] 2016, p. 39). A eficácia aqui, é subversiva e revolucionária, contra o “deslumbramento do método” e o “bloqueio da pesquisa”, pela via da “objetivação das categorias do *Capital* que bloqueia a ação da subjetividade revolucionária” (NEGRI, [1979] 2016, p. 39) que, não por acaso, fez muitos que se apaixonam pela leitura de *O Capital*, acabarem encontrando o seu verdadeiro amor na lógica de Hegel. Como explica Moulier-Boutang, ao “recapitular a relação entre o operaísmo e o fetichizado *Grundrisse*” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 3), o seminário de Negri não deixa de ser uma resposta ao seminário de Althusser, quatorze anos antes, *Lire le Capital*, dado que, aqui, “Negri enfatizou a liberdade de tom no texto, suas brilhantes percepções metodológicas sobre ciência, o desenvolvimento do capitalismo e comunismo, mas acima de tudo, sobre a constituição de uma subjetividade revolucionária que em *O Capital*, tende a recuar atrás do objetivismo do tratado científico” (MOULIER-BOUTANG, 1989, p. 3). Tendo em vista esse cenário, para o nosso interesse imediato, o livro é exemplar em explicitar a leitura negriana e operaísta de Marx, baseado em um perspectivismo e um aceleracionismo radicais que, faz com que Negri ponha em confrontos, muitas vezes, *O Grundrisse* contra *O Capital*, como veremos, em virtude de uma metodologia que ele vai construindo e explicitando na análise do manuscrito marxiano, em defesa de um ponto de vista das lutas que é mais imediato no primeiro, em

---

momento que Negri, diante de intensa pressão política e acusações criminais, fugiu para Paris e para a *École Normale*. Embora nos últimos meses de 1977 ele tenha sido inocentado dessas acusações e, até o final do ano, tenha retornado para lecionar em Pádua, Negri passou boa parte de 1978–79 vivendo e ensinando na França. ‘Marx Beyond Marx’ mostra todos os sinais desse período tumultuado, mas os meses subsequentes reservariam muito, muito mais. Ao voltar de Paris para Milão em abril de 1979, Negri foi preso sob acusações não especificadas no contexto da investigação sobre a morte de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas, outro dos novos grupos formados na Itália nos anos 1970, mas com o qual Negri não tinha associação visível” (NEGRI, [1979], 1984, editor’s preface, p. ix).

relação ao segundo.

Logo no primeiro capítulo, Negri já nos dá as ferramentas necessárias para essa interpretação: os *Grundrisse* “é a primeira grande síntese política da obra de Marx” (NEGRI, [1979] 2016, p. 30) e, ainda, “os *Grundrisse* são um texto político, a conjunção da apreciação das possibilidades revolucionárias oferecidas pela ‘crise iminente’ e da vontade teórica de uma síntese adequada para a ação comunista da classe operária diante da crise” (NEGRI, [1979] 2016, p.39), fornecendo assim, os elementos necessários para fundamentar um pensamento político de Marx, que possa ser mobilizado, no contexto das lutas de classe dos anos 70, como ciência operária. Da mesma forma que Marx escreve o *Grundrisse* em meio a crise de 1857 do capitalismo, Homero Santiago e Rafael Versolato, comentando sobre *Marx oltre Marx*, fazem um paralelo entre o Marx de 1857 e Negri nos anos 70, os dois buscando dar um sentido classista (e, nesse sentido, operaísta) à crise que atravessava o capital em cada período respectivo (cf. SANTIAGO, VERSOLATO, 2017, p. 184). Para os autores, “o texto dava a mencionada possibilidade de analogia, para Negri, crucial, entre a sua época e a de Marx” (SANTIAGO, VERSOLATO, 2017, p. 189)<sup>73</sup>. Como vimos, Negri propõe sua análise em um momento de crise e transformação dos anos 70, no contexto crítico para o movimento da Autonomia. Desta forma, em alguns momentos do texto, quando Negri, em hipótese, está falando de Marx, parece haver uma sobreposição de identidades entre o *cattivo maestro* e o filósofo *mouro*. Como analisa Harry Cleaver, é nesse momento que “muitos que lerão Negri sobre Marx podem objetar que sua interpretação do *Grundrisse* é, por vezes, também um pretexto para expor sua própria análise da luta de classes” (CLEAVER, 1991, p. xx). Em defesa de Negri, estamos falando aqui de uma espécie de pedagogia do conceito, e de uma relação com a filosofia e com o pensamento que é produtiva e não apenas reflexiva, e que foi brilhantemente expressa por Deleuze quando, respondendo a um crítico sobre sua metodologia em relação à leitura de autores clássicos da filosofia, ele a formula “como uma espécie de enrabada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção” (DELEUZE, [1990] 1992, p. 14).<sup>74</sup> Ora, queremos afirmar aqui que Negri não está apenas reproduzindo os

<sup>73</sup> Sobre o contexto de escrita e publicação da “obra” marxiana: “nos idos de 1857–1858, acompanhando com grande atenção a crise mundial, Marx se põe a trabalhar freneticamente na redação do que deveria ser a sua crítica da economia política definitiva. Após o frenesi inicial, todavia, não chega a concluí-la; sequer chega a acabar um texto no sentido exato da palavra, pois o que nos restou foi apenas um conjunto de cadernos e outras anotações (minuciosamente apresentadas por Negri na abertura de seu estudo) que ganhou o prelo somente ao início da década de 1940 sob as inevitáveis dificuldades de um continente já em guerra e que por bom tempo continuou sendo uma obra rara” (SANTIAGO, VERSOLATO, 2017, p. 187).

<sup>74</sup> Na íntegra, Deleuze afirma ver “a história da filosofia como uma espécie de enrabada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção. Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e, no entanto, seria monstruoso. Que fosse seu era muito importante, porque o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia dizer. Mas que o filho fosse monstruoso também representava uma

*Grundrisse*, mas fazendo com que sua análise intervenha no campo problemático atual e, nesse sentido, as categorias se desenvolvem e se modificam. Portanto, se Negri “enraba” Marx, pouco importa: como afirma um corretíssimo Harry Cleaver, “não devemos ter medo de escolher entre as ideias de Marx. Isso é o que os marxistas sempre fizeram, quer sejam honestos a respeito ou não” (CLEAVER, 1991, p. xx), além disso, o movimento negriano, em nosso ponto de vista, está ainda mais justificado por estar preocupado em descobrir ou reativar, em Marx, um perspectivismo operário e um aceleracionismo das lutas radicais. Se, para os operaístas, Marx sempre escreveu a partir de um ponto de vista operário (cf. SANTIAGO, VERSOLATO, 2017, p. 185), mesmo que ele nem sempre tivesse escrito, a análise pode se concentrar nos pontos em que essa verdade é indiscutível e que fortalece a análise e defesa desse ponto de vista. Como coloca Harry Cleaver (1984, p. xx), por trás do objetivismo marxista estão uma série de pressupostos subjetivos que definem as escolhas e os critérios teóricos, “os marxistas tradicionais sempre se concentraram nos elementos objetivos de Marx porque isso se encaixava em suas inclinações políticas” ou ainda, respondia melhor às suas próprias visões de mundo, por exemplo, a teoria crítica frankfurtiana, “que parece ter ignorado a teoria de Marx sobre a classe trabalhadora como sujeito, devido a um pessimismo profundamente enraizado adquirido em um período de crise”, portanto, não é diferente com Negri e os operaístas, que querem escrever *com* Marx a *partir* de um ponto de vista operário e em prol da luta de classes e que, nesse sentido, só pode ser um ponto de vista parcial — e como vimos, o operaísmo se esforça em fazer com que essa parcialidade, esse ponto de vista específico, seja científico, enraizado no método da tendência e na análise da composição de classe, como ciência operária da crise e da subversão. Por fim, Harry Cleaver, em uma inversão de perspectiva e, em ressonância com o pensamento negriano e operaísta, afirma que é politicamente necessário — se quisermos ativar o pensamento de Marx em prol das lutas — passar do ponto de vista da dominação, ou seja, do ponto de vista do capital, para o ponto de vista da libertação, ou seja, o ponto de vista operário:

Para aqueles de nós que compartilham o compromisso de Negri com a renovação constante da prática revolucionária, podemos nos concentrar nos elementos de Marx que informam a análise de nossas próprias lutas. Várias gerações de marxistas nos deram o hábito de perceber os mecanismos da dominação. O que precisamos agora é usar Marx para nos ajudar a descobrir os mecanismos da libertação. Podemos deixar para os marxologistas o debate sobre se Negri está certo sobre o que Marx realmente quis dizer. Podemos ler Negri por Negri e julgar a perspicácia de seus comentários por seus próprios méritos. Quando, no final do capítulo 5, Negri questiona a correção de sua interpretação, somos tentados a dizer que isso não importa. Se Marx

---

necessidade, porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, deslizos, quebras, emissões secretas que me deram muito prazer” (DELEUZE, [1990] 1992, p.14-15).

não quis dizer o que Negri diz que ele quis, tanto pior para Marx. Parece-me que este é o único espírito que pode nos levar pelo caminho de Marx de tal maneira que possamos de fato ir “além de Marx” (CLEAVER, 1991, p. xx).

Por fim, mesmo nas passagens em que uma interpretação negriana é claramente mais livre e adaptada ao contexto da análise da tendência no capitalismo contemporâneo, não há, em nosso ponto de vista, nenhum empobrecimento teórico, ao contrário, a totalidade da leitura negriana é sistemática, dando aos manuscritos uma consistência teórica e coerência interna indiscutíveis — quem já leu os *Grundrisse* antes de ler *Marx Além de Marx* e depois, leu os *Grundrisse* novamente, sabe bem disso. Como coloca Harry Cleaver: “não é necessário folhear ‘Marx Além de Marx’ em busca dos trechos ‘políticos’. Cada linha é um momento político. Há uma empolgação política aqui que leva o leitor adiante, através dos trechos mais difíceis, em direção a análises cada vez mais concretas da luta de classes” (CLEAVER, 1991, p. xxi). Essa coerência interna que Negri metodologicamente extrai e apresenta em sua análise dos *Grundrisse* pode ser resumida como a seguinte: Negri vai demonstrando, inclusive na escolha bem fundamentada da exposição dos capítulos, como Marx observou que o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista é inseparável do desenvolvimento da classe trabalhadora como um sujeito antagonista e, portanto, tendencialmente em vias de se separar do próprio desenvolvimento capitalista, por fim, é um sujeito que desenvolve o poder de lançar o sistema em crise e destruí-lo. Negri aponta, portanto, como nos *Grundrisse*, Marx traça o desenvolvimento simultâneo não apenas do capital, mas também do sujeito do antagonismo social, a própria classe operária. Ao mesmo tempo que, pelo ponto de vista do capital, Marx acompanha o capital desde a subsunção-formal da produção através do papel do dinheiro, passando pela dominação direta tanto da produção quanto da circulação, até o nível do mercado mundial e da crise, ou seja, o predomínio da subsunção real do trabalho, ele também traz à luz o crescimento da classe trabalhadora, desde o poder de trabalho vivo dominado, passando por sua etapa de liberação como proletariado industrial, até seu desenvolvimento completo como classe revolucionária no nível da reprodução social, na afirmação da possibilidade de uma cisão ou ruptura definitivas. Como afirma Negri, “assistimos ao longo dos *Grundrisse* a um *movimento progressivo da teoria*, cada vez mais coerente, orientado à identificação do momento fundamental determinado pelo *antagonismo entre operário coletivo e capital coletivo*, que aparece na forma da crise” (NEGRI, [1979] 2016, p. 35). Como elabora Kathi Weeks, Negri quer apresentar Marx “como um teórico da crise. Em vez de equilíbrio, antagonismo e separação; em vez de oposição e síntese, agência subjetiva contra tendências objetivas” (WEEKS, 2005, p. 118 – 119), no entanto, Negri não

faz isso por iconoclastia, apesar de esse ser um efeito em relação à tradição marxista: a questão primordial e basilar de método, baseado em um perspectivismo e um aceleracionismo radicais, está na defesa e construção de ciência operária da crise e da subversão do capital. Nessa passagem, que pode ser lida à luz de nossa interpretação, Negri indica o direcionamento final da tendência que será decomposta em sua análise:

[...] a crise iminente não fundamenta somente previsão histórica, como também se traduz numa síntese prático-política. A catástrofe iminente não é catástrofe capitalista senão na medida em que for *possibilidade do partido*, estabelecimento do partido. A descrição da crise iminente, imediatamente polêmica, se dá contra o “verdadeiro socialismo” e, ao mesmo tempo, contra todas as mistificações e distorções do comunismo (NEGRI, [1979] 2016, p. 31).

Nesse sentido, ao encontrar o ponto de força da subjetividade antagonista que produz a crise, temos o ponto de vista do capital deslocado de sua centralidade, “a análise aponta para a subjetividade revolucionária implicada na crise. [...] Para o capital, são catástrofes: o partido, a subjetividade comunista desdobrada, mais vontade e organização revolucionária” (NEGRI, [1979] 2016, p. 31). O perspectivismo, aqui, é radical, ele transforma a catástrofe, para o ponto de vista do capital que quer nos arrastar na sua lama, em possibilidade revolucionária, na medida em que “a crise volta a ativar a subjetividade, ao manifestá-la radicalmente transformada em sua capacidade revolucionária, no grau determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas” (NEGRI, [1979] 2016, p. 31). Nesse sentido, Cocco tem razão quando aponta que “Marx além de Marx é um livro sobre a crise da lei do valor, sobre a crise da medida”, dado que “a lei do valor é a arquitrave do objetivismo marxista e da ortodoxia construída dentro dessa igreja” (COCCO, [2015] 2016, p. 335). A crise do capital, como vimos ao longo de toda tese, é também a crise da lei do valor. Negri argumenta que uma das vantagens dos *Grundrisse* em relação ao *Capital* — uma vantagem efetivamente política — é que nele não há teoria do valor, ou, mais precisamente, a teoria do valor já aparece imediatamente, sem mediações, sem passar pela análise da mercadoria, como teoria do mais-valor. No ponto de vista de Negri, “a ausência de capítulo sobre a mercadoria e a apresentação do discurso sobre o valor, imediatamente a partir do ponto de vista do dinheiro, produzem efeitos úteis”, úteis, é claro, para um perspectivismo operário que se visa ativar, construir, maquinar e se apropriar da leitura de Marx. Ora, é muito mais imediato o sentido político do debate sobre o mais-valor e o dinheiro como exploração para um operário do que o debate quase metafísico sobre o valor e a forma-mercadoria. Não é aqui por um ponto de vista intelectual, mas em vista da defesa de um ponto de vista de classe, de imediatez da luta, que Negri afirma que “a passagem da forma-dinheiro à forma-mercadoria, dos *Grundrisse* ao

*Capital*, adiciona apenas abstração e confusão” (NEGRI, [1979] 2016, p. 89). É nesse sentido que, positivamente, “a diferença entre os *Grundrisse* e as obras posteriores de Marx está no fato que, nos *Grundrisse*, a lei do valor se apresenta não como uma mediação, mas *imediatamente* como lei da exploração” (NEGRI, [1979] 2016, p. 65 – 66). Portanto, contra uma tendência a se discutir o valor metafisicamente, a teoria do valor está subordinada à teoria muito mais materialista e imediata do dinheiro, ou seja, “à forma com que a organização capitalista da relação social se apresenta, no cotidiano da troca social” (NEGRI, [1979] 2016, p. 64). Na forma do dinheiro, a lei do valor nos *Grundrisse* já se apresenta em crise, de maneira antagonista, e em uma dimensão socializada (cf. NEGRI, [1979] 2016, p. 67), ou seja, já se apresenta nas três condições necessárias para sua reapropriação maquínica como conhecimento subversivo pela classe trabalhadora, e para sua subsequente subversão também política. Portanto, é menos por iconoclastia do que por consequências práticas que se afirma que “não há nada [...] que a teoria do valor nos possa dar que a teoria do dinheiro já não ofereça de modo muito mais potente e definido” (NEGRI, [1979], 2016, p. 90). Como teoria do mais-valor, isto é, como teoria da exploração pelo dinheiro e além, como uma teoria diretamente política, seu desenvolvimento nos manuscritos expressa progressivamente a passagem do mais-valor na produção, à crise da lei do valor no nível da reprodução social e circulação do capital, a partir do funcionamento cada vez mais antagonista da luta de classes (cf. NEGRI, [1979] 2016, p. 35), portanto, “a linha vai, [...] do poder de mando ao mais-valor: é a lógica de classe que define esse modo de exploração” (NEGRI, [1979] 2016, p.124), ou seja, não há categorias que são puramente lógicas e formais que não sejam preenchidas, desde o início, pelas duas subjetividades em luta. É necessário, de uma vez por todas, acabar com a febre das categorias, afirmando também seu caráter subjetivo, introduzido o ponto de vista do antagonismo na análise. Dessa forma, evita-se cair em uma mistificação do marxismo por meio de metafísica marxista-hegeliana do valor, e se apresenta uma teoria materialista, antagonista e imanente, não da lei do valor, *mas da crise da lei do valor*: “poderíamos, portanto, descartar a teoria do valor sem problemas, a fim de nos situarmos no campo da revolução” (NEGRI, [1979] 2016, p. 65). Ou seja, para Negri e os operaístas, em defesa de um ponto de vista que permite uma ciência operária, não há na realidade teoria da lei do valor *possível*, pois, a sua teoria, é a teoria de sua *extinção*, a teoria de sua crise e de sua impossibilidade de funcionamento. Portanto, daqui se deriva a crítica negriana-marxiana do socialismo, também em sua análise dos *Grundrisse*. Como aponta Cleaver, o socialismo, “embora [...] seja entendido como a redistribuição planejada de renda e propriedade, retém a imposição planejada do trabalho e não consegue escapar da dinâmica da

extorsão capitalista de trabalho excedente e da subordinação das necessidades à acumulação” (CLEAVER, 1991, p. xxvi), ou seja, o socialismo quer reformular os termos da teoria do valor, quando o ponto de vista operário fundamentalmente mira em sua destruição. Portanto, “fazer com que tudo isso funcione segundo a lei do valor — como se de algum modo fosse possível — nada mudaria. Porque não há valor sem exploração” (NEGRI, [1979] 2016, p.157 – 158, *grifo do autor*). Nesse momento final da tese já percebemos que Negri nunca critica o socialismo sem afirmar uma forma de comunismo imediato e imanente no lugar. É dessa maneira que nem “o comunismo não pode ser a correção das desarmonias do capital” (NEGRI, [1979] 2016, p. 114), quanto não pode ser uma progressão necessária do desenvolvimento das forças produtivas que dispense o capital no fim do processo. É só o antagonismo e a ruptura imediata, que podem afirmar o “salto” revolucionário como cisão (cf. NEGRI, [1979] 2016, p. 142). Desta forma, “o comunismo não é [...] um produto do desenvolvimento capitalista: é a sua inversão radical [...], não é nem a teleologia do sistema capitalista nem a sua catástrofe. É um sujeito novo que se forma, que transforma a realidade e destrói o capital” (NEGRI, [1979] 2016, p. 285). Portanto, o comunismo é uma práxis constituinte e imanente (cf. NEGRI, [1979] 2016, p. 281), isto é, “o comunismo é [...] a destruição da lei do valor em suas versões capitalistas ou socialistas. O comunismo é a destruição da exploração e a libertação do trabalho vivo. Do *não-trabalho*. Isto e nada mais” (NEGRI, [1979] 2016, p.157 – 158, *grifo do autor*).

Nos *Grundrisse*, esse movimento se alcança em vários pontos. Primeiro, pela crítica do mais-valor ao “converter a teoria do valor em teoria do mais-valor — e reconhecer que a forma histórica do valor é o mais-valor”, Marx, nos *Grundrisse*, permite “alcançar o ponto de apoio para uma teoria antagonista do capital, uma teoria da exploração social, e assim tensionar a teoria *para alcançar a subjetividade da composição de classe em luta*” (NEGRI, [1979] 2016, p. 40, *grifo do autor*). Da mesma forma, a questão do salário, apresentada por Negri em sua leitura dos *Grundrisse* como “um conceito de salário que transmite a sua qualidade antagonista ao próprio conceito de classe operária — a qual, nos *Grundrisse*, sempre aparece como conceito de crise e de catástrofe capitalista, além de alusão potente ao comunismo” (NEGRI, [1979] 2016, p. 38), enquanto em *O Capital*, “ou é uma dimensão do capital, ou exerce a função de motor do processo capitalista de produção/reprodução” (NEGRI, [1979] 2016, p. 37). E aqui, é óbvio que o salário é as duas coisas: a história da luta de classe nos mostrou isso, mas se tomamos o ponto de vista da classe operária no processo, é importante entender que a segunda definição é passível de destruição pela primeira. Por fim, é a mesma lógica apresentada por Negri em relação ao trabalho: nos *Grundrisse*, “não se acha

[...] conceito algum de trabalho que não seja o de trabalho assalariado, trabalho socialmente necessário para a reprodução do capital”, o trabalho é imediatamente trabalho abstrato, ou seja, já aparece como trabalho assalariado e socializado, a partir das condições capitalistas de produção, portanto, contra a tradição socialista, “não encontramos [...] nenhum conceito de trabalho que merece ser restaurado, liberado, sublimado; mas, sim, unicamente, um conceito e uma realidade do trabalho que devem ser suprimidos” (NEGRI, [1979] 2016, p. 43). Nesse sentido, a teoria de Marx se aproxima da recusa ao trabalho pela afirmação do não-trabalho. Apesar de Negri não afirmar isso em absoluto e, como veremos, isso não significar nosso ponto de vista, sua interpretação nos permite dizer que, enquanto em *O Capital*, o capital é o sujeito da análise mas também o sujeito do processo — mesmo que aparece como um sujeito a ser criticado —, nos *Grundrisse*, a constituição é dupla, mas a ênfase no antagonismo permite a subversão de um ponto de vista pelo outro, dado que o antagonismo é a “regra fundamental de *todas* as categorias” (NEGRI, [1979] 2016, p. 108) e ainda, “as categorias remetem repetidamente à subjetividade do antagonismo e somente podem ser lidas sob essa luz e funcionar desse modo” (NEGRI, [1979] 2016, p. 82). Sobre a especificidade do conceito de antagonismo ou a leitura negriana do conceito em Marx, Modonesi afirma que apesar de não ser um conceito de uso comum no “discurso político”, na obra de Marx e no seu legado teórico é um termo frequente, usado muitas vezes como sinônimo de conflito, luta e contradição. Ao mesmo tempo, Modonesi sustenta que é nas reflexões de Negri (e no operáismo) nos anos 60, que o termo passa a ser objeto de um desenvolvimento teórico mais desenvolvido, “no centro de uma perspectiva de análise marxista dos processos subjetivos correspondentes à prática e à experiência da insubordinação, das formas e dinâmicas de subjetivação política derivadas de situações de conflito e luta” (MODONESI, 2010, p. 54). Nesse sentido, o autor defende que o uso do conceito de antagonismo na obra de Marx é um “antecedente que justifica e enquadra o posterior esforço de Negri em destacar suas implicações subjetivas” (MODONESI, 2010, p. 54). Para Modonesi, em Marx o conceito tem dois usos, um particular e um geral, sendo que o aspecto geral se aplica a diversas situações no qual ele é equivalente ao de contradição. Qualitativamente mais interessante, o uso particular se refere especificamente ao confronto entre capital e trabalho em uma forma subjetivada, desta forma, o antagonismo é o conceito operador que expressa a luta de classes, por exemplo, no Manifesto Comunista (cf. MODONESI, 2010, p. 54), em contraste com a conotação mais “estrutural” — isto é, como momento e forma da contradição — no qual ele é usado em *O Capital*. Em suma, “além de um uso amplo como simples sinônimo de conflito ou contradição, o conceito de antagonismo em Marx adquire densidade na oscilação entre

uma definição estrutural (conflito capital/trabalho) mais sistemática e uma acepção subjetiva (luta de classes) mais incerta” (MODONESI, 2010, p. 58). E é sem dúvida nesse sentido que Negri, na experiência teórica dos anos 60 e 70, retomará e aprofundará o sentido original. No entanto, o que era “incerteza” em Marx, se torna “estrutural” como subjetividade, na contínua análise das transformações da composição de classe e na transformação do sujeito e das formas das lutas, porque, como temos visto, é a subjetividade e o antagonismo que determina a estrutura. É essa uma das principais razões teóricas pela escolha dos *Grundrisse* em detrimento de *O Capital* como a tábua sagrada operaísta. Como argumenta Modonesi, “a ideia de personificação do trabalho vivo em oposição ao capital volta a abrir a possibilidade de uma acepção de antagonismo como contraposição entre sujeitos e como o domínio de constituição das subjetividades em luta a partir de um conflito objetivo” (MODONESI, 2010, p. 57). Em *O Capital*, no entanto, “essa vertente permanece em segundo plano devido às principais e prioritárias abordagens de *O Capital*, que se traduzem em uma análise do funcionamento do capitalismo” (MODONESI, 2010, p. 57). Em suma

A culminação em *O Capital* da maturação do pensamento de Marx sela a definição mais acabada do antagonismo como sinônimo de conflito e contradição, mais do que de luta. No entanto, considerando o caráter inacabado desta obra e do programa de pesquisa de Marx, especialmente no que se refere aos estudos sobre a formação das classes que ele não pôde realizar, e o uso do conceito desde o Manifesto, é evidente a existência de uma pendente teórica que leva a uma definição subjetiva do antagonismo, a qual, embora não seja sistemática e precisa, não deixa de ser a contraparte inseparável da definição estrutural do ser social no contexto da contradição capital/trabalho. Possivelmente por ser um conceito que adquire especificidade na obra de Marx, o antagonismo permaneceu — com exceção da obra de Antonio Negri, — relativamente congelado no uso tendencialmente estrutural de *O Capital*, mesmo que a acepção subjetiva do Manifesto continue oferecendo a possibilidade de uma variação semântica e de outro alcance analítico (MODONESI, 2010, p. 59).

Por fim, mesmo que *O Capital* contenha uma abordagem em relação à subjetivação do trabalho, essa abordagem decorre da “análise estrutural” que continua sendo o fio condutor fundamental desta obra. Negri e o operaísmo, portanto, buscam “descongelar” essa linha de análise subjetiva que, para Modonesi, é complementar à própria pesquisa inacabada de Marx. No entanto, e por mais que Modonessi se esforce em apresentar a linha “subjetiva” em continuidade com a linha “estrutural”, sabemos que, na prática da própria teoria, elas correspondem a perspectivas que são também antagonistas e não podem ser subsumidas harmonicamente. É por isso que Negri insiste que, nos *Grundrisse*, a teoria se direciona a uma ruptura, a uma separação e cisão entre classe e capital que é desestruturante, em oposição a uma síntese elevada, orgânica e estrutural: “se [...] capta a riqueza do processo do capital na circulação para então negá-lo — não em função de um sucessivo desenvolvimento, mas do

ponto de vista da destruição e da *apropriação comunista*” (NEGRI, [1979] 2016, p. 82), o ponto de vista do capital se dissolve na antropofagia do ponto de vista da classe operária que o transmuta, dado que “[...] não se trata, [...] da possibilidade dialética da crise; mas, sim, da violência antagonista da inversão” (NEGRI, [1979] 2016, p. 82). Negri argumenta que os *Grundrisse* só poderia ser uma obra inacabada porque é nele que Marx expressa um pensamento da ruptura, da cisão, da descontinuidade, contra o todo fechado, orgânico, do capital e suas leis dialéticas do desenvolvimento. Em contrapartida, nos *Grundrisse* “a ciência se apresenta [...] como um *inacabamento paradoxal* que deriva, necessariamente, uma compreensão determinada pela subjetividade” (NEGRI, [1979] 2016, p.42) e “os *Grundrisse* representam o cerne do desenvolvimento teórico de Marx, porque representam o momento em que o sistema em formação não se encerra, ao contrário, abre-se à totalidade da prática” (NEGRI, [1979] 2016, p. 57). Por fim, para Negri, em *O Capital*, a dialética, como metodologia de análise, se confunde com a lógica do próprio capital. Moulier-Boutang afirma que Negri “aponta como nos *Grundrisse* o flerte com a terminologia hegeliana está em seu ápice, enquanto a ruptura com ele é mais decisiva que em outros lugares, desde que percebamos que não é tanto a dialética como instrumento que Marx retira de Hegel, mas sim seu conceito de trabalho abstrato” (MOULIER-BOUTANG, 1988, p. 3). Nesse sentido, Kathi Weeks ressalta que ao restaurar em Marx a primazia metodológica e política da subjetividade, no qual os trabalhadores não devem ser considerados vítimas do capital, mas principalmente seus antagonistas, “isso envolve a rejeição do determinismo, da teleologia e [...] uma recusa na lógica recuperativa da Dialética” (WEEKS, 2005, p. 118–119). Nos *Grundrisse*, a dialética existe, mas em cada passagem das categorias ela é ameaçada pela lógica da ruptura e cisão que ameaçam a síntese: “em função do ritmo do antagonismo [...] o dinamismo unitário do processo do mais-valor não anula em nenhum caso a cisão entre os sujeitos (entre trabalho assalariado e capital); mas, sim, tensiona continuamente a mediação entre eles [...] até a contradição e a superação” (NEGRI, [1979] 2016, p. 41). Mais uma vez, o ponto de vista do capital é apresentado para ser negado, rompido, superado: “a crise e a luta de classes se articulam tão profundamente [...] dentro da dialética antagonista como catástrofe, enquanto a outra o faz como comunismo: isto é, um polo real e físico de uma vontade implacável e necessária, visando à destruição do adversário” (NEGRI, [1979] 2016, p. 41). Nesse momento, Negri descobre em Marx uma verdade compartilhada com o operaísmo, com Panzieri e mesmo com Tronti, de que o verdadeiro limite do capital é a classe operária na forma da ruptura, da cisão, que se expressa subjetivamente nas lutas: “o verdadeiro obstáculo à produção capitalista é a relação de força que constitui o conceito de capital, é a cisão que

constitui o desenvolvimento” (NEGRI, [1979] 2016, p. 212).

Por fim, o que se está criticando é a leitura que a tradição marxista operou e o que ela justificou a partir de *O Capital*: “O Capital é [...] o texto que serviu para reduzir a crítica à teoria econômica, neutralizar a subjetividade na objetividade, e o proletariado subversivo, na reestruturação de sua repressão e dominação” (NEGRI, [1979] 2016, p. 58). Os operaístas se autorreferiam como marxianos e não como marxistas para se distanciarem dessa conotação. Se como analisa Modonesi, “Negri encontra nos *Grundrisse* as bases da subjetividade antagonista que ele promove, na medida em que, neles, o trabalho já não aparece como simples polo contraditório, mas como classe revolucionária” (MODONESI, 2010, p. 80), e esse é um elemento de interpretação teórica e de método, que pode, sem dúvida, ser disputado, inclusive pela própria tradição operaísta<sup>75</sup>, mas há também a questão historiográfica: quando Negri critica certas passagens de *O Capital*, ele está também criticando o PCI, a ortodoxia soviética, enfim, o marxismo determinista e objetivista que fundou sua imagem à luz de uma interpretação viciada de Marx e de seu livro. Como apontam Santiago e Versolato, em defesa de Negri,

Era a única maneira de — em meio à crise, à guerra fria, etc. — reafirmar o comunismo. Não como esperança num futuro longínquo cuja senha de entrada seja o deixar-se capturar pelo objetivismo partidário, mas como enfrentamento presente contra a ordem das coisas; contra a exploração e a autovalorização do capital, o comunismo como autovalorização operária e descoberta de uma subjetividade revolucionária em ação (SANTIAGO, VERSOLATO, 2017, p. 182).

Se Negri encontrou essa fundamentação em Marx nos *Grundrisse* e não em *O Capital* ou por uma crítica deste, bem, para nós, não importa. Em última instância, se está mobilizando um Marx contra a ortodoxia marxista e, o operaísmo é uma máquina de guerra contra essa ortodoxia. Portanto, “com o título Marx além de Marx, Negri não pretende retocar ou corrigir pretensos erros da teoria marxiana nem superá-la como se fosse algo obsoleto”, não é uma questão hermenêutica por mais que haja, sim, como vimos, uma pedagogia do conceito, mas “trata-se, sim, de ir além do Marx institucionalizado pelas escolas, oficializado pelos partidos, petrificado pelos intelectuais” (SANTIAGO, VERSOLATO, 2018, p. 194). Como afirmam os editores da tradução inglesa de *Marx oltre Marx*, “lemos esse texto obscuro e difícil, e depois de todo o processo, percebemos que o que está ‘além’ ainda é, ou finalmente é, apenas Marx” (NEGRI, [1979], 1984, editor’s preface, p. ix). Não nos surpreende, portanto, que o Marx dos

---

<sup>75</sup> Harry Cleaver, por exemplo, inspirado pela metodologia negriana-operaísta exposta em *Marx Além de Marx*, busca fazer algo semelhante ao que o Negri fez, lendo o próprio *O Capital*, em seu *Reading Capital Politically* [1979] (2000).

*Grundrisse* seja o Marx operaísta a partir do ponto de vista da revolução desde baixo contra a ortodoxia: “os *Grundrisse* constituem a crítica da ‘revolução desde cima’ capitalista. Constituem, [...], a confiança na “revolução desde baixo” (NEGRI, [1979] 2016, p. 58). Por fim, nessa bases, é possível definir o sistema marxiano como ciência operária da crise e da subversão:

[...] o marxismo bem poderia denominar-se *ciência da crise e da subversão*. Toda tentativa de considerar a crise uma doença a ser aliviada e curada não significaria somente uma traição do movimento revolucionário [...]. Toda tentativa de reduzir a subjetividade à exploração elide a própria definição da subjetividade que, em Marx, se apresenta como subversão e transição (NEGRI, [1979] 2016, p. 44).

A lição que extraímos de *Marx Além de Marx* é de um Marx político, um Marx operaísta, que produz ciência do ponto de vista operário. Para tanto, a relação social do capital não pode ser tratada do ponto de vista da síntese, da recuperação, do equilíbrio ou mesmo da medida, mas sim pela afirmação da ruptura, da cisão e da desmedida, na forma da beleza da violência operária e proletária. Aprendemos então, via Negri, com ele, e com Marx, que, em última instância, o capital é uma máquina gregária e reacionária que apenas se reestrutura para atender a necessidade de empurrar, sempre para frente e o mais longe possível, o limite da sua contradição: o antagonismo que se forma e se acumula, tanto na relação de produção quanto na de reprodução. Se a expansão capitalista é uma espécie de corrida para capturar as lutas em que “todo ‘limite’ regulador que o capital se impõe a si próprio nessa corrida histórica constitui a base para que surjam novos obstáculos”, ela também é “uma fuga desse antagonismo que o capital sempre se ressentem em sua determinação como capital” (NEGRI, [1979] 2016, p. 217–218).

## CONCLUSÃO

As dificuldades do marxismo em adaptar sua crítica da economia política às transformações iminentes do capitalismo e de mobilizar intervenções programáticas e políticas em relação de ressonância às novas subjetividades que habitam esse panorama ambivalente da relação entre capital e trabalho, capital e subjetividade, não paralisa, no entanto, todo o pensamento de esquerda que, por meio das lutas feministas, indígenas, queer, raciais e ecológicas, prolongam um pensamento das lutas e desenvolvem novas categorias adequadas às transformações da composição de classe e, portanto, da luta de classes do nosso tempo. É mais interessante e frutífero seguir as veias das novas lutas até encontrar as novas subjetividades que se subjetivam pela força de seu próprio antagonismo contra o comando capitalista e sua ampliação de formas de exploração: econômicas, ecológicas, psíquicas, raciais. Nesse sentido, investigamos um método marxiano que colocava exatamente esse postulado, essencial para o pensamento de esquerda e marxista contemporâneo, de seguir, identificar, construir e intensificar uma ciência possível do antagonismo: o operaísmo italiano, a partir, principalmente, de como ele foi formulado pela filosofia de Antonio Negri, nos anos 60 aos final dos 70.

Em primeiro lugar, nossa tese, ao apresentar o contexto histórico e conceitual do operaísmo italiano e analisar suas transformações internas por meio do pensamento negriano, demonstrou que ele é um perspectivismo radical, baseado no ponto de vistas da classe operária e proletária, invertendo e criticando, assim, o ponto de vista da economia política que, voluntariamente ou não, reproduz o ponto de vista capitalista, nublando a ação da classe, seus desejos, interesses e necessidades mais imediatas. Ao mesmo tempo, por meio da análise da composição de classe, o operaísmo mostrava que a categoria de classe é uma categoria política que deve incluir e ser modificada pelas formas de luta que emergem em cada período histórico, em cada ciclo de lutas, portanto, é uma categoria mutável e dinâmica. Em segundo lugar, afirmamos que esse perspectivismo é complementado por uma forma muito particular de aceleracionismo, um aceleracionismo das lutas, das lutas de classe, contra o capital, que se expressa principalmente pela afirmação de uma lógica da ruptura com a relação capitalista. Portanto, a partir do perspectivismo e do aceleracionismo, a classe se desenvolve como ruptura e não como desenvolvimento ao capital, mesmo quando ela se desenvolve como autovalorização interna que se mede pelo nível de ruptura e sabotagem ao sistema capitalista e pelas formas de atualização da recusa ao trabalho, que, como vimos, era o motor que movia

as lutas nos anos 60 – 70. Os dois elementos, em conjunto, dão forma a uma ciência operária e proletária marxianas, que Negri denomina de ciência da crise e subversão. Em terceiro lugar, o pensamento de Negri, na passagem dos anos 60 para os anos 70, nos indicava não uma ruptura com o método, mas uma continuidade diferencial ou ruptural do método operaísta, nesse sentido, não apenas Negri daria forma ao operaísmo possível dos anos 70, em ressonância ao movimento social da Autonomia, como nos demonstrava que o método operaísta, baseado na análise da composição de classe é dinâmico, prolongando indefinidamente a vida da possibilidade de fazer operaísmo — mesmo sem operários —, contanto que ainda existam lutas de classe e que se siga as linhas de conflito e a subjetividade. Por fim, nosso objetivo era demonstrar que há no marxismo a possibilidade viva e adequada para uma análise das transformações de classe, da subjetividade e das lutas, basta descer “de cima” dos andares da ortodoxia e procurar a realidade mais terrena, “de baixo”, das lutas, amparados de um método adequado de análise e prática política, que descrystalize as próprias categorias de análise tornando-as funcionais para os movimentos sociais.

Vimos como a genealogia desse perspectivismo e aceleracionismo operaísta derivada de Marx, podia ser encontrada tanto no pensamento de Raniero Panzieri, como no pensamento de Mario Tronti, assim como nos desenvolvimentos da copesquisa operaísta e da *inchiesta operaia* em *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*. Identificamos, em Panzieri, quatro elementos fundamentais para a posterior história do operaísmo e para o próprio desenvolvimento do pensamento negriano do período: sua defesa de uma autonomia operária, que, por mais que rudimentar, é um marco de rompimento com a ortodoxia togliattiana do período; sua crítica da técnica, que desarticulava a tese socialista do desenvolvimento neutro capitalista, ao mesmo tempo em que abria a perspectiva de uma apropriação técnica alternativa, ou seja, um uso operário e comunista das máquinas; a tese de que o desenvolvimento moderno capitalista é inseparável de um planejamento social no qual o Estado assume a figura classista do capitalista e intervêm em toda sociedade, o que chamamos, na tese, de forma-desenvolvimento do capital; e, por fim, apresentamos sua tese de que o desenvolvimento da classe operária e do proletariado se dá não por integração a essa forma-desenvolvimento capitalista, mas por sua ruptura com ela. Demonstramos, portanto, que, em Panzieri, temos as bases da intuição teórica que formulará o operaísmo maduro que vai se constituir ao lado das lutas da recusa ao trabalho na Itália dos anos 60 e 70, e, desta forma, separada do movimento social operário e da forma de marxismo institucionalizada defendido por essas instituições. Com Mario Tronti, fomos além de Panzieri, que permaneceu

à sombra do PSI italiano, e vimos, a partir da análise de sua seminal obra, *Operários e Capital*, o nascimento do operaísmo propriamente dito. Vimos como Tronti lê o planejamento capitalista e o Estado como a figura coletiva do capitalismo a partir de Panzieri, na forma de uma intensificação da subsunção real em termos completamente antagonistas e adequados à composição de classe que, nos anos 70, atinge a maturidade de seu ciclo de lutas na forma da recusa do trabalho, da greve e da sabotagem. Ao mesmo tempo, analisamos como o giro copernicano de Tronti com sua afirmação de que são as lutas de classe que determinam o desenvolvimento do capital, é a formulação de um perspectivismo operário radical que será constitutivo da metodologia de ciência do operaísmo. Ao defender que a relação de classe é uma relação aberta, de conflito, antagonista, Tronti extrai da abordagem marxiana dois pontos de vista: o ponto de vista econômico do capital, um ponto de vista geral e abstrato, e o ponto de vista da crítica da economia política, que afirma o ponto de vista irreduzível da classe operária e sua subjetividade, portanto, um ponto de vista parcial. Mostramos como Tronti propunha toda uma crítica e revisão do materialismo-dialético, pois, com seu determinismo e objetivismo, acabava por privilegiar o ponto de vista do capital, mistificando assim, a classe operária como sujeito antagonista do processo de desenvolvimento, na mesma medida em que a classe operária não pode ser pensada teleologicamente e, portanto, é o sujeito contra-histórico do desenvolvimento porque luta por dentro e contra o desenvolvimento do capital e seu ponto de vista hegemônico e universal. Nesse movimento, estabelecemos que o comunismo trontiano não possui nenhuma imagem de futuro, mas é apenas a afirmação da destruição do presente estado de coisas, fazendo a passagem do perspectivismo como crítica operária da economia política, à teoria da organização, na forma de um aceleracionismo político das lutas. A partir desse esquema, vimos como o niilismo de Tronti era consequência de uma interpretação positiva da recusa operária, como ódio interno à sua própria condição como capital variável, na esteira da interpretação afirmativa da alienação em Tronti, contra os críticos da alienação que acabam por essencializar e moralizar o trabalho, em uma perspectiva humanista fraca, que correspondia à lógica dos padrões de imposição do trabalho. Em oposição a essa glorificação disfarçada pelo trabalho e, portanto, pela exploração, Tronti via como uma contradição interna capitalista que a abstração do trabalho acabava por produzir um operário massificado, sem vínculos orgânicos com o próprio trabalho, portanto, mais próximo de uma atitude de ruptura com o trabalho, desta forma, quanto mais alienado, melhor, porque no desenraizamento do trabalho produzido pela abstração, a ciência operária descobria uma possibilidade política de recusar o trabalho e, portanto, recusar todo o sistema capitalista de exploração. Por fim, analisamos o limite e as ambiguidades do pensamento

trontiano: em primeiro lugar, ao oscilar entre uma ruptura antagonista do confronto, e uma dialética de desenvolvimento do capital que poderia ser subvertida nas mãos operárias, Tronti acabava por não compreender a capacidade reconstrutiva do capital no processo, tornando a possibilidade do antagonismo, prolongado ao infinito, de ser inútil, portanto, confundia o confronto entre o antagonismo e a dialética do capital como um conflito dialético entre a classe e o capital. Em segundo lugar, criticamos a posição entrista de Tronti ao PCI e sua tese da Autonomia do Político, como um abandono da análise da composição de classe e das lutas. Por fim, com seus méritos e desvios, vimos como Panzieri e Tronti são fundamentais na construção do método operaísta de pensamento, e, portanto, da filosofia negriana.

Em nossa análise de Negri, começamos pela sua crítica operaísta da instituição jurídica, mais precisamente, sua análise sobre a constituição formal italiana de 48, uma constituição que ficou conhecida na Itália como uma “constituição do trabalho”. Vimos, portanto, como Negri interpretava a constituição como um efeito da *Aufhebung* do socialismo pelo capital, nesse movimento aparentemente paradoxal, a constituição burguesa admitia o conceito de trabalho produtivo socialista internamente ao seu próprio funcionamento. Para Negri, isso significava, além de uma crítica ao togliattismo e da via italiana ao socialismo, que o capitalismo em sua reconstrução no pós-guerra não podia mais funcionar sem buscar controlar, por dentro, o antagonismo da classe operária, além disso, isso confirmava a tese trontiana do giro copernicano e a ampliava, no sentido de que mostrava que o capital social deve responder em todos os níveis institucionais ao antagonismo operário. Além disso, significava que, para Negri, o socialismo havia se tornado produtivo para o capital e sua dialética da reconstrução, sendo um exemplo claro de que as lutas da classe operária acabam por suplantam suas próprias formas de organização, no caso, o próprio socialismo como uma etapa de desenvolvimento ao comunismo, socialismo que, pelo ponto de vista da classe operária, era substituído em razão de um comunismo imediato. Por fim, essa análise nos dava um indício de que a análise operaísta nunca ficou presa no modelo da fábrica e que aqui, ela pode ser aplicada a outros registros sociais, já atingindo assim, por mais que formalmente, o campo da reprodução social da sociedade-fábrica. Por fim, era a descoberta de Negri que o capital funciona dialeticamente, transformando os antagonismos em contradições que desenvolvem o sistema, nesse sentido, Negri esboçava uma resposta a problemática trontiana do confronto dialético com o capital, que corria o risco de sempre ser recuperado como contradição movente da forma-desenvolvimento, e já afirmava a necessidade de romper e destruir a dialética do capital no processo revolucionário. Vimos, portanto, que essa análise antecipava a magistral reflexão negriana sobre o Estado-Plano keynesiano. Retomando a

temática do capital planejado de Tronti e Panzieri, mas avançando em sua constituição histórica e filosófica, Negri analisa como a reconstrução do capitalismo no pós-guerra é a tentativa dialética do capital de responder à ameaça da Revolução de Outubro de 17, nesse sentido, o capital buscava decompor a composição política de classe bolchevique e, para isso, respondeu com uma massificação da produção que reconstruiu a composição técnica da classe por meio não só das técnicas de fordismo-taylorismo, mas por meio da necessidade do planejamento social da produção via Estado. Mostramos como os principais teóricos da reconstrução capitalista, na perspectiva negriana, foram Keynes e Schumpeter, e vimos como Negri demonstra que o Estado-Plano está baseado em um modelo de equilíbrio. Vimos como Negri demonstra que, apesar dos sentidos diferentes de crise, enquanto em Keynes a crise é externa e deve ser repelida e, em Schumpeter, ela é imanente ao sistema que deve tornar a crise um impulso ao desenvolvimento, o ponto de vista do capital sobre a crise é, em ambos casos, uma mistificação, porque visa ocultar que a crise só pode ser produzida, em última instância, pelo antagonismo da classe operária. Entre evitar a crise e passar pela crise, Negri afirmava, em uma visível aplicação da ciência operária da crise e da subversão, ou seja, de um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas, que, não só essa concepção de crise está em Marx, como está principalmente, sua inversão pelo ponto de vista da classe operária, em dois sentidos: a crise em última instância é um resultado do antagonismo que bloqueia o desenvolvimento capitalista e, em segunda instância, a crise deve ser acelerada, produzindo a crise no equilíbrio capitalista, intensificando assim, a possibilidade de transição revolucionária. Demonstramos como esse viés aceleracionista faz parte da leitura salarial de Negri, que defende a pressão salarial como forma de colocar o capitalismo em desequilíbrio, retomando, assim, a superação trontiana da distinção entre luta econômica e luta política. Por fim, terminamos a análise do operaísmo sessentista de Negri desenvolvendo sua temática da necessária passagem da lógica da contradição, ou seja, de uma lógica que pode ser recuperada pela forma-desenvolvimento do capital, para uma lógica do antagonismo, embasada materialmente na composição de classe do operário-massa, na sua luta salarial, e na sua recusa ao trabalho, que explodirá no final dos anos 60. Portanto, acompanhamos como a busca pelo pensamento operaísta de subverter a teoria hegemônica do período, que informava os partidos oficiais do movimento operário, desenvolvia um método de pensamento dinâmico que buscava tirar o pensamento de esquerda-marxista dos seus impasses.

Seguindo a exposição histórico-conceitual do pensamento de Negri e do operaísmo, avaliamos as contribuições do grupo revolucionário *Potere Operaio*, e sua capacidade de colocar em prática o método da tendência, pela qual, se chegou na definição madura do

operário-massa como o protagonista das lutas dos anos 60. Pelo método da tendência, o operáismo buscava uma síntese entre teoria e prática, que pudesse dar mais consistência às categorias necessárias à ciência do ponto de vista operário. Portanto, vimos como o operáismo é continuado e, ao mesmo tempo, começa, na passagem aos anos 70, por uma transformação interna, fortalecendo nossa hipótese de que há uma continuidade diferencial do método. Avaliamos, nesse sentido, a crítica de ex-ativistas de *Potere Operaio* ao grupo, Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Alisa Del Re e Leopoldina Fortunati, que saem do grupo para formar o coletivo feminista *Lotta Femminista* que mobilizou a campanha internacional *Wages for Housework*, ao lado de nomes como Selma James e Nicole Cox. Buscamos demonstrar que a crítica imanente das filólogas e pesquisadoras não anulava sua apropriação do método operaísta e a expansão de suas categorias, como na defesa da luta salarial para o trabalho doméstico e reprodutivo, visando intensificar a crise capitalista da lei do valor. Além disso, vimos como o feminismo-autonomista das autoras antecipava temas caros ao operáismo setentista e posterior, principalmente, a tese de que o trabalho reprodutivo é produtivo de mais-valor, e sustenta, desde baixo, a sociedade-fábrica capitalista. Portanto, defendemos que a categoria do operário-massa, que foi perfeitamente identificada e conceitualizada no período, estava vivendo seu período de crise. Para Negri e os operaístas, o maio de 68 e as novas lutas sociais eram a identificação de uma transformação interna na composição de classe e a necessidade de uma reunificação do operário-massa com o proletariado emergente. Demonstramos como a crise do operário-massa, pelo ponto de vista da classe operária, deve ser interpretada positivamente: como ampliação, socialização da luta, e como destruição da barreira histórica da lei do valor. Nos termos do capital, isso significa a crise do Estado-Plano keynesiano e, portanto, uma necessária recomposição de sua composição orgânica. Por via do ataque operário ao salário no capitalismo planejado e da recusa ao trabalho, a classe operária rompeu a balança do equilíbrio da exploração, colocando em crise a tentativa mistificada do capital de criar uma relação estável e mediada, pelo salário, entre o trabalho e o capital. Vimos como Negri interpreta esse movimento como uma transformação interna do salário, não mais como mediação, mas agora como afirmação de poder e apropriação da riqueza, levando ao limite a luta salarial como uma luta diretamente política. Ao mesmo tempo, Negri estabelecia que a lei do valor, desmistificada, se torna pura coerção, buscando impor uma troca nas condições onde a troca, entre capital e trabalho, é impossível, dado, tanto a produtividade social do trabalho, quanto seu antagonismo que destrói a medida capitalista. Portanto, demonstramos como a crise da lei do valor, na perspectiva de Negri, é menos o seu fim do que sua transformação interna: de uma lei do

valor que, mistificadamente, era imanente ao desenvolvimento conjunto das forças produtivas sociais, e, portanto, da classe operária, para uma lei do valor que, desmistificada, consiste na sua imposição forçada, transcendente, sem vínculos orgânicos com a classe operária. Nesse sentido, a crise do Estado-Plano transformava a forma-Estado capitalista em um Estado-Crise. Investigamos a consistência interna do Estado-Crise, sua tendência dupla de ser tanto um sistema mais flexível de comando do trabalho quanto violento na sua tentativa forçada de impor a lei do valor e o regime de troca. Nesse momento, investigamos a problemática da organização, ainda no contexto interno à *Potere Operaio*, e a hipótese negriana de transformar a organização em um partido revolucionário. Vimos como o partido da recusa do trabalho de Negri explorava uma série de questões de organização que confirmavam a tentativa de aplicação da passagem do perspectivismo ao aceleracionismo das lutas: a luta armada como mediação intensiva, ou seja, intensificação e defesa dos circuitos de antivalorização da classe contra o capital; a crítica ao terrorismo voluntarista por sua incapacidade de fazer a leitura correta da composição de classe minando a autonomia do movimento das massas; e a justificação da violência operária e proletária como um elemento irreversível da luta de classes e do processo de transição revolucionária, baseado, aqui, num comunismo como programa mínimo na forma da recusa do trabalho e da intensificação da luta salarial como uma forma de luta pela apropriação direta da riqueza. Vimos como a proposta do partido se organizava através do conceito de vanguarda de massa, no ponto de vista que o operário-massa deveria sair da fábrica e unificar todo o proletariado. No entanto, analisamos como essa leitura não abarcava corretamente a passagem da fábrica ao social, e de que essa passagem indicava menos o vanguardismo do operário-massa do que sua transformação interna, algo que foi interpretado corretamente como autocrítica por *Potere Operaio*, e que encaminhou sua escolha por uma dissolução interna do grupo em direção à Área da Autonomia.

Vimos também como o movimento social da Autonomia colocou em cena novos sujeitos das lutas sociais, um proletariado difuso e pouco homogêneo que, no entanto, se orientava pela recusa do trabalho em formas ampliadas àquelas herdadas dos operários fabris. Para os teóricos ligados ao movimento que vieram do terreno do operaísmo, era a oportunidade de testar e atualizar o método da composição de classe, ao mesmo tempo, dando continuidade ao projeto de organização política e intensificação das lutas. Para Negri, a imersão no movimento da Autonomia possibilitou sua leitura da passagem do operário-massa ao operário-social. Abordamos o operário-social, ou seja, a socialização do antagonismo, na passagem da fábrica à sociedade, e o debate sobre a metodologia operaísta em cinco

elementos: a primeiro, é o que denominamos de apropriação e composição maquínica, que definimos como a capacidade do proletariado, expandindo as formas de recusa do trabalho, em produzir apropriações antagonistas que recompõem politicamente a classe e a autovalorizam, sendo assim, era uma maneira de perceber como a prática da luta de classe subverte o ponto de vista do capital também cientificamente, modificando suas próprias categorias e construindo as categorias subversivas de uma nova ciência operária e proletária. O segundo ponto era a análise negriana da transformação da luta salarial na forma da luta pelo gasto público como afirmação e demanda por um salário-social proletário: vimos como o argumento negriano, anti-fiscalista, afirmava que, pelo ponto de vista proletário, o gasto público é a forma de reapropriação do mais-valor excedente extraído socialmente pelo capital e uma forma de luta direta contra o comando do Estado sobre as hierarquias artificialmente impostas no proletariado, visando sua separação política e contra sua recomposição política. O terceiro ponto era uma crítica da constituição material do Estado-Crise, interpretada por Negri como o fim da constituição formal italiana do trabalho, o que demonstrava a reflexão capitalista sobre o próprio limite histórico que a lei do valor tinha encontrado, e a tentativa capitalista de reformulação, tendo em vista, sua tentativa de bloquear a autovalorização proletária. O quarto elemento era compreender o operário-social por suas práticas de autovalorização como desestruturantes da reestruturação capitalista, nesse sentido, vimos como Negri defendia que a autovalorização, como lógica do antagonismo, só poderia ser uma lógica da ruptura ou da cisão, contra a dialética da reestruturação capitalista. Isso nos levava ao quinto e último elemento, que era a questão desenvolvida em todo quarto capítulo, da relação entre a organização política, a autonomia e a repressão e violência estatal, no qual, com o fim do movimento da Autonomia e a prisão de Negri, ficou em aberta, apesar de identificarmos que a posição política negriana, no período, não abria mão de um perspectivismo operário, na forma da necessidade de defesa dos circuitos de autovalorização, e de um aceleracionismo político, considerando que a autovalorização proletária senão avançasse em sua desestruturação do Estado seria ameaçada, como foi.

Por fim, avaliamos durante a tese dois desdobramentos da metodologia operaísta a partir da leitura de Negri: no primeiro, que chamamos de dispositivo-Lenin, identificamos que o essencial do legado de Lenin é seu dispositivo epistemológico de análise da composição de classe, do qual deriva as soluções organizacionais adequadas à própria composição analisada, e que com a transformação da classe e das lutas tendem a ser completamente diferentes das soluções organizacionais que Lenin encontrou. E, por último, analisamos a leitura de Marx feita por Negri a partir dos *Grundrisse*, uma leitura política que

visa reconstruir, a partir da obra marxiana, uma ciência operária e proletária da crise e da subversão, reafirmando assim, nossa tese de um perspectivismo e um aceleracionismo das lutas.

Um limite óbvio de nosso trabalho é o seu próprio recorte histórico que, por mais que justificado, não avalia, por consequência, as transformações posteriores do método operaísta, nesse sentido, defendemos que o método é dinâmico e capaz de ler as transformações de classe, mas não pesquisamos às futuras transformações no método, por mais que fazemos a sugestão que a filosofia de Negri o dá continuidade, e acreditamos que uma série de outros pesquisadores o fazem. Portanto, seria interessante uma pesquisa que desse sequência às transformações históricas do pensamento operaísta, dando forma, assim, a nossa hipótese de que o “pós-operaísmo”, é, na realidade, apenas a tentativa de atualização, interna e não externa, ao operaísmo. Outro limite e possibilidade de pesquisa aberta é avaliar, à luz do método operaísta, as próprias transformações dos anos 80 à frente do pensamento negriano, buscando identificar em que sentido há continuidade, mesmo que diferencial, e em que sentido há rupturas ou mesmo confrontamentos com o operaísmo possível de cada período. Um terceiro e último limite que apontamos é algo que já mencionamos na introdução: a dificuldade de encontrar material original italiano do período, comentaristas, autores secundários, mesmo textos e livros de Negri da época, seja na forma de livros, seja na forma online, o que em algum sentido, impediu o aprofundamento de alguns temas que, para um autor ou leitor italiano, talvez estejam apresentados aqui superficialmente. No entanto, é um risco que assumimos sem arrependimentos, no sentido de que um limite bibliográfico e regional pode ter sido superado, atravessado como um limiar, talvez, pela própria atividade mais intensa e, portanto, mais “livre” do pensamento, na própria necessidade de tentativa de preencher as possíveis lacunas criativamente.

Por fim, acreditamos que essa tese se insere humildemente no contexto de uma reavaliação e defesa de um pensamento marxiano negligenciado pela tradição, portanto, ele serve como uma introdução ao operaísmo, ao Negri operaísta e ao operaísmo de Negri. Que essa filosofia operaísta e que nossa tese, em menor medida, sirva como uma caixa de ferramentas para outros espíritos curiosos, erráticos e dissidentes. Como última reflexão, seria impossível não mencionar que enquanto escrevamos essa tese, tanto Negri quanto Tronti faleceram, portanto, nesse momento em que a contingência absoluta da morte abre novamente o terreno da disputa, da homenagem e da discussão sobre essas filosofias, seus autores e seus locais (ou não) na estante empoeirada da tradição, que essa tese sirva para exaltar nesses

pensamentos aquilo que eles têm de potência viva e subversiva e que, portanto, ainda vive em nós e nas lutas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALQUATI, Romano. *Sulla FIAT e Altri Scritti*. Milano: Feltrinelli, 1975.

ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Tradução: Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2006] 2008.

AVENESSIAN, Armen e Mackay, Robin. #ACCELERATE#: the accelerationist reader: United Kingdom: Urbanomic, 2014.

BALESTRINI, Nanni. *Queremos todo*. Cidade de Mexico: Cultura, 2016.

BALIBAR, Étienne. A Point Of Heresy In Western Marxism: Althusser's and Tronti's Antithetic Readings Of *Capital* In The Early 1960s. Em: *The Concept in Crisis: Reading Capital Today*. Nick Nesbitt, Editor. Durham and London: Duke University Press, 2017.

BIFO, Franco Berardi. Anatomy of Autonomy. Em: LOTRINGER, Sylvere e MARAZZI, Christian (orgs). *Autonomia: post-political politics*. New York: Semiotex(t). 2009, p. 148-170

BIFO, Franco Berardi. "Reading it was a political and philosophical shock": Bifo on Tronti's Workers and Capital. Em: Verso Books, 2019. Disponível em :><https://www.versobooks.com/en-gb/blogs/news/4416-reading-it-was-a-political-and-philosophical-shock-bifo-on-tronti-s-workers-and-capital><. Acesso em 12 Sete, 2023.

BOLOGNA, Sergio. Negri's Proletarian and State: a critique. Em: *The Philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Edited by: Timothy S. Murphy and Abdul-Karim Mustapha. London: Pluto Press, [1976] 2005, p. 38-47.

CANT, Callum. *Delivery Fight! A Luta Contra Os Patrões Sem Rosto*. Tradução: Alexandre Boide. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2021 [2020].

CAVA, Bruno. A copesquisa no operáismo autonomista. Em: *Rede Universidade Nômade*, 2012. Disponível em :><https://uninomade.net/a-copesquisa-no-operaismo-autonomista/><. Acesso em 11 Mai, 2023;

CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe. *New Neoliberalism and the Other: Biopower, Anthropophagy and Living Money*. Lanham, Boulder, New York, London: Lexington Books, 2018a.

CAVALLERI, Matteo, FILIPPINI, Michele, MASCAT, Jamila M.H. Introduzione. Em: TRONTI, Mario. *Il Demone Della Politica: antologia di scritti 1958 – 2015*. A cura di Matteo Cavalleri, Michele Filippini e Jamila M.H. Mascat. Bologna:Società Editrice Il Mulino, 2017.

CERUTTI, Andrea. Zarathustra a Mirafiori. Em: *La rivoluzioni in esilio: scritti su Mario Tronti*. A cura di Andrea Cerutti, Giulia Dettori. Roma: Quodilibet: 2021.

CHAMAYOU, Grégoire. *A Sociedade Ingovernável: Uma Genealogia do Liberalismo Autoritário*. Tradução de: Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

CHERKI, Eddy e WIEVIORKA, Michel. Autoreduction Movements In Turim. Em: LOTRINGER, Sylvere e MARAZZI, Christian (orgs). *Autonomia: post-political politics*. New York: Semiotex(t). 2009, p. 72-78.

CLEAVER, Harry. Introduction part I. Em: NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx: Lessons On The Grundrisse*. Translated by: Harry Cleaver, Michael Ryan and Maurizio Viano. Brooklyn, UK: Autonomedia, Pluto Press, 1991.

CLEAVER, Harry. *Reading Capital Politically*. Leeds: Antitheses, [1979] 2000.

COCCO, Giuseppe. Negri além de Negri em: NEGRI, Antonio. *Marx além de Marx: ciência da crise da subversão*. Trad.: Bruno Cava. São Paulo: Autonomia literária, 2016.

CORRADI, Cristina. Panzieri, Tronti, Negri: le diverse eredità dell'operaismo italiano. Em: *Consecutio Rerum: Rivista Critica Della Postmodernità*. 06 de Maio, 2011. Disponível em >. <http://www.consecutio.org/2011/05/panzieri-tronti-negri-le-diverse-eredita-dell%E2%80%99operaismo-italiano/> <. Acesso em 02, Mai, 2023.

DA COSTA, Pinto. A leitura política de O Capital apresentada por Raniero Panzieri nos Quaderni Rossi (1961 – 1964). Em: Anais do Encontro internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-rio: História e parcerias. Universidade Federal Fluminense, 2018.

DALLA COSTA, Mariarosa. The Door to the Flower and the Vegetable Garden. Em: >. <https://viewpointmag.com/2017/06/20/the-door-to-the-flower-and-the-vegetable-garden-2002> <. Acesso em 20, Fev, 2024, 2002.

DALLA COSTA, Mariarosa e JAMES, Selma. *Women and the Subversion of the Community*. London: Falling Wall Press, 1971.

DELEUZE, Gilles. Carta a um crítico severo. Em: *Conversações: 1972-1990*, [1990] 1992, São Paulo: Editora 34, p. 11-22

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle. Em: *Conversações: 1972-1990*, [1990b] 1992, São Paulo: Editora 34, p. 219-226.

DELEUZE, Gilles. *Logique du Sens*. Paris: Les Editions De Minuit, 1969.

DELEUZE, Gilles. Open Letter To Negri's Judges. Em: LOTRINGER, Sylvere e MARAZZI, Christian (orgs). *Autonomia: post-political politics*. New York: Semiotex(t). 2009, p. 182-184.

DELEUZE, Gilles e Guattari, Félix. *Mille Plateaux: Capitalisme et Schizophrénie*. Paris: Les Editions di Minuit, 1980.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução de: Luiz B.L.Orlandi. São Paulo: editora 34, 2010 [1972].

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Les Éditions De Minuit, 1991.

DEL RE, Alisa. Feminism and Autonomy: Itinerary of Struggle. Em: *The Philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Edited by: Timothy S. Murphy and Abdul-Karim Mustapha. London: Pluto Press, 2005, p. 48-72.

DRIGO, Larissa. Nós Queremos Tudo! Em: BERARDI, Bifo, BERTETTO, Paolo, GUATTARI, Félix. *Desejo e Revolução*. Org: Vladimir Moreira Lima. São Paulo: Soninfluência, 2022.

FEDERICI, Silvia e COX, Nicole. Contraplanejamentos da Cozinha. Em: *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Editora: [1975] 2019, p. 62-86.

FEDERICI, Silvia. Introdução. Em: *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Editora: [2012] 2019, p. 20-37.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Editora: 2019.

FORTES, Fortes. PIROLA, Émerson. É o capital um acelerador? Aceleração como fuga e antagonismo das forças produtivas. Em: *DasQuestões*. volume 12. As velocidades infinitas do capital. Editado por: J-P Caron, Gabriel Tupinambá e Hilan Bensusan; S. I.], v. 12, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/34931>>. Acesso em: 21 març. 2023, p.22-60.

FORTES, Felipe e PIROLA, Émerson. O fora imanente e o dinheiro: por um aceleracionismo biopolítico a partir do sul. *Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro, n 65, p.225 – 255, dez/ 2022b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/56243/30711>. Acesso em: 11 mar. 2023.

FORTUNATI, Leopoldina. Learning to Struggle: My Story Between Workerism and Feminism. Em: ><https://viewpointmag.com/2013/09/15/learning-to-struggle-my-story-between-workerism-and-feminism/> <. Acesso em 20, Fev, 2024, 2013.

FUMAGALLI, A. ¿Operaísmo, post-operaísmo? Mejor neo-operaísmo. Em: *Neo-operaísmo*. REIS, M. (comp). Traducción: Mauro Reis, Buenos Aires: Caja Negra. 2020, p. 27 – 34.

GUIDALI, Fábio. Intellectuals at the factory gates: Early Italian *Operaismo* from Raniero Panzieri to Mario Tronti, *Labor History*, 2021.

HARDT, Michael. In to the factory: Negri's Lenin and the subjective caesura (1968-1973). Em: *The Philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Edited by: Timothy S. Murphy and Abdul-Karim Mustapha. London: Pluto Press, 2005, p. 7-37.

HARDT, Michael. *The Subversive Seventies*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Assembly: A organização multitudinária do comum*. Tradução de: Lucas Carpinelli e Jefferson Viel. São Paulo: Editora Politeia, 2018 [2017]

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2000.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Empire: Twenty Years On. *New Left Review*. Nov/dez, 2019. Disponível em <https://newleftreview.org/issues/ii120/articles/empire-twenty-years-on>. Acesso em 30 mar. 2023.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Labour of Dionysus: A Critique Of The State-Form*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multitude: War and Democracy In The Age of Empire*. New York: Penguin Press, 2004.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. *The State and Revolution*. Paris: Foreign language press, [1917] 2020.

LOTRINGER, Sylvere. In The Shadow of the Red Brigades. Em: LOTRINGER, Sylvere e MARAZZI, Christian (orgs). *Autonomia: post-political politics*. New York: Semiotex(t). 2009, p. v-xvi.

LOTRINGER, Sylvere e MARAZZI, Christian (orgs). *Autonomia: post-political politics*. New York: Semiotex(t). 2009

MADARASZ, Norman. *Foucault, O Quinto limiar: Estruturalismo e ontologia queer*. Porto Alegre: Editora Fundar Fênix, 2022.

MADARASZ, Norman. *O Realismo Estruturalista: do intrínseco, do imanente, do inato*. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

MANCINI, Sandro. Introduzione. Em: PANZIERI, Raniero. *Lotte Operaie Nello Sviluppo Capitalistico*. A cura di Sandro Mancini. Torino: Einaudi, [1971] 1976.

MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito): Manuscritos de 1863-1867, O capital*, Livro I. Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo. [1867] 2017, 2.ed.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857–1858. Esboços da Crítica da Economia Política*. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, [1857–1858] 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkins. São Paulo: Boitempo, [1848] 2010.

MANDARINI, Matteo. A Betrayal Retrieved: Mario Tronti's critique of the political. Em: *Viewpoint Magazine*, 2020.

MANDARINI, Matteo. Antagonism, contradiction, time: conflict and organization in Antonio Negri. *The Editorial Board of the Sociological Review*. Garsington Road, Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 192 – 214.

MENGALI, Fabio. Per um pensiero incarnato: soggettività e conflitto nell'operaismo italiano. Em: *La Filosofia Italiana: Tradizioni, Confronti, Interpretazioni*. A cura di Sophia Catalano e Fabrizio Meroi. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2012.

MURPHY, Timothy. *Antonio Negri: Modernity and Multitude*. Cambridge: Polity Press, 2012.

MODONESI, Massimo. *Subalternidad, Antagonismo, Autonomía: marxismo y subjetivación política*. Buenos Aires :Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2010.

MOULIER-BOUTANG, Yann. Introduction. Translated by Phillipa Hurd. Em: NEGRI, Antonio. *The Politics Of Subversion: A Manifesto For The Twenty-First Century*. Translated By: James Newell. Cambridge: Polity Press, 1989.

MOULIER-BOUTANG, Yann. Prefácio À Edição Francesa. Em: TRONTI, M. *Operários e Capital*. Porto: afrontamento [1974] 1976.

NEGRI, Antonio. Ambiguità de Panzieri? Em: *Aut aut*. 149/150. settembre-dicembre 1975. p.141-155.

NEGRI, Antonio. Crisis of the Planner State: Communism and Revolutionary Organization. Em: *Books For Burning: Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*. London: Verso, [1971] 2005, p. 1-50

NEGRI, Antonio. *Dall'operaio massa all'operaio sociale: intervista sull'operaismo*. A cura di Paolo Pozzi e Roberta Tommasini. Milano: Multhipla edizioni, 1979.

NEGRI, Antonio. Dominion and Sabotage: On the Marxist Method of Social Transformation. Em: *Books For Burning: Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*. London: Verso,

[1977a] 2005, p. 231-290.

NEGRI, Antonio. *Factory Of Strategy: 33 Lesons On Lenin*. Translated by: Arianna Bove. New York: Columbia University Press, 2014[1976]

NEGRI, Antonio. *Kairòs, Alma Venus, Multitudo: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Tradução: Orlando dos Reis e Marcelo Lino. Rio de Janeiro: DP&A, editora, 2003 [2001].

NEGRI, Antonio. *Marx além de Marx: ciência da crise da subversão*. Trad.: Bruno Cava. São Paulo: Autonomia literária, 2016.

NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx: Lessons On The Grundrisse*. Translated by: Harry Cleaver, Michael Ryan and Maurizio Viano. Brooklyn, UK: Autonomedia, Pluto Press, 1991 [1978].

NEGRI, Antonio. *Marx In Movement: operaismo in context*. Translated by Ed Emery. Cambridge: Polity Press, 2022.

NEGRI, Antonio. *Pipeline: Letters From Prison*. Translated by Ed Emery. Bridge Street, Cambridge: Polity Press, 2014[1983].

NEGRI, Antonio. Post-operaismo? No, Just operaismo! Em: NEGRI, A. *Marx in Movement: operaismo in context*. Translated by: Ed Emery, Cambridge: Polity press, 2022, p. 166 – 176

NEGRI, Antonio. Preface to English Translation. Em: NEGRI, Antonio. *Factory Of Strategy: 33 Lesons On Lenin*. Translated by: Arianna Bove. New York: Columbia University Press, 2014[1976], p.xi-xxiii

NEGRI, Antonio, Proletarians and State: Towards a Discussion of Workers Autonomy and The Historic Compromise. Em: *Books For Burning: Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*. London: Verso, [1975] 2005, p. 1-50

NEGRI, Antonio. The Worker's Party Of Mirafiori. Em: *Negri in English*. 1973, disponível em

> <https://antonionegriinenglish.wordpress.com/2010/08/03/the-workers-party-of-mirafiori/>>.

Acesso em 29. Mar. 2023.

NEGRI, Antonio. Operai e capitale Fifty Years On: What Has Happened in the Working Class since Marx? Antonio Negri and Mario Tronti. Em: *Marx In Movement: operaismo in context*. Translated by Ed Emery. Cambridge: Polity Press, [2016] 2022.

NEGRI, Antonio. On Tronti's Autonomy of the Political. Em: *Marx In Movement: operaismo in context*. Translated by Ed Emery. Cambridge: Polity Press, [2019] 2022.

NEGRI, Antonio. Keynes and the capitalist theory of the state. Em: NEGRI, Antonio, HARDT, Michael. *Labour of Dyonisus: a critique of State-form*. Minnesota: University of Minnesota press, [1968a] 1994, p. 23-52.

NEGRI, Antonio. Labour on the constitution. Em: NEGRI, Antonio, HARTD, Michael. *Labour of Dionysus: a critique of State-form*. Minnesota: University of Minnesota press, [1964] 1994, p. 53 – 138.

NEGRI, Antonio. Marx on cycle and crisis. Em: NEGRI, Antonio. *Revolution Retrieved: Writings on Marx, Keynes, Capitalist Crisis and New Social Subjects (1967-83)*, London: Red Notes, [1968b] 1988, p. 24-45.

NEGRI, Antonio. The State and Public Spending. Em: HARTD, Michael e NEGRI, Antonio. *Labor of Dionysus: A Critique Of The State-Form*. Minneapolis: University of Minnesota Press, [1975] 1994, p. 179-212.

NEGRI, Antonio. Towards a Critique of the Material Constitution. Em: *Books For Burning: Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*. London: Verso, [1977b] 2005, p. 180 - 230.

NEGRI, Antonio. Workers Party Against Work. Em: *Books For Burning: Between Civil War and Democracy in 1970s Italy*. London: Verso, [1973] 2005, p. 51–117

NUNES, Rodrigo. ‘Forward How? Forward Where?’ I: (Post-)Operaismo Beyond the Immaterial Labour Thesis. Em: *Ephemera: theory & politics in organization*. 2007, p. 178 – 202.

NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito?. Em: *Negri no Trópico 23º 26’ 14”*. Org: Homero Santiago, Jean Tible e Vera Telles. São Paulo: Autonomia literária, Editora da Cidade e n-1 edições, 2017.

PANZIERI, Raniero, LIBERTINI, Lucio. Sette tesi sulla questione del controllo operaio . Em: *Raniero Panzieri: Scritti 1956-1960*. Milano: Lampugnani Nigri Editore [1958] 1973.

PANZIERI, Raniero. *Raniero Panzieri: Scritti 1956-1960*. Milano: Lampugnani Nigri Editore, 1973

PANZIERI, Raniero. *Lotte Operaie Nello Sviluppo Capitalistico*. A cura di Sandra Mancini. Torino: Einaudi, 1976.

PANZIERI, Raniero. Lotte operaie nello sviluppo capitalistico. Em: *Lotte Operaie Nello Sviluppo Capitalistico*. A cura di Sandra Mancini. Torino: Einaudi, [1961] 1976.

PANZIERI, Raniero. Plusvalore e pianificazione. Appunti di lettura del Capitale. Em: *Lotte Operaie Nello Sviluppo Capitalistico*. A cura di Sandra Mancini. Torino: Einaudi, [1964] 1976.

PANZIERI, Raniero. Sobre o uso capitalista das máquinas no neocapitalismo. Tradução de Zaira Rodrigues Vieira. Em: *Crítica Marxista*, n.42, p.129 – 144, [1961] 2016.

PASQUINELLI, Matteo. To Anticipate and Accelerate: Italian Operaismo and Reading

Marx's Notion Of The Organic Composition of Capital. *Rethinking Marxism*, 26:2, p. 178-192.

PIPERNO, Franco. From Terrorism To Guerrilla Warfare. Em: LOTRINGER, Sylvere e MARAZZI, Christian (orgs). *Autonomia: post-political politics*. New York: Semiotex(t). 2009, p. 220- 226.

PIROLA, Émerson. Antonio Negri, Multidão e Classe Social — pensar com Marx depois do humanismo. Em: *XVII Semana Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS: volume 2*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PRECIADO, Paul. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução: Maria Paula Gurguel Ribeiro e Verônica Daminelli Fernandes. São Paulo: n-1 edições, 2018.

REIS, Mauro (compilação). *Neo-operaismo*. Tradução: Mauro Reis. Buenos Aires: Caja Negra, 2020.

ROGGERO, Gigi. “A Science Of Destruction”: An interview With Gigi Roggero on The Actuality of the Operaismo. By David Gallo Lassare. *Viewpoint Magazine*, April 30, 2020. Disponível em <https://viewpointmag.com/2020/04/30/a-science-of-destruction-an-interview-with-gigi-roggero-on-the-actuality-of-operaismo/>. Acesso em 17 de Abr de 2023.

ROGGERO, Gigi. Italian Operaismo. *e-flux journal*, mar/2023. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/134/524999/italian-operaismo/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ROGGERO, Gigi. Pensare com il martello. Em: *La rivoluzioni in esilio: scritti su Mario Tronti*. A cura di Andrea Cerutti, Giulia Dettori. Roma: Quodlibet: 2021.

ROTH, Karl Heinz e Ebbinghaus, Angelika. *El “otro” movimiento obrero y la represión capitalista en Alemania (1880-1973)*. Traducción: Imanol Miramón Monasterio. Madrid: Traficante de sueños. [1974] 2011.

RYAN, Michael. Epilogue. Em: NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx: Lessons On The Grundrisse*. Translated by: Harry Cleaver, Michael Ryan and Maurizio Viano. Brooklyn, UK: Autonomedia, Pluto Press, 1991a, p. 191-221.

RYAN, Michael. Translator Introduction. Part II. Em: NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx: Lessons On The Grundrisse*. Translated by: Harry Cleaver, Michael Ryan and Maurizio Viano. Brooklyn, UK: Autonomedia, Pluto Press, 1991b, p. xxviii-xxx

SANTIAGO, Homero e VERSOLATO, Rafael. Um Marx Alegre. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 1(30), 2017, p.181-197.

SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex. #Accelerate: manifesto for an accelerationist politics.

Em: #Accelerate#: the accelerationism reader. Armen Avenessian e Robin Mackay (Orgs.).UK: Urbanomic, 2014.

TARÌ, Marcello. *Um Piano Nas Barricadas: Por Uma História Da Autonomia*, Itália 1970. São Paulo: Glac e N-1 Edições, 2019.

TOSCANO, Alberto. Chronicles of Insurrection: Tronti, Negri and the Subject of Antagonism. Em: *Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy*, vol. 5, no. 1, 2009.

TOUPAN, Louise. *Wages For Housework: A history of an International Feminist Movement, 1972-1977*. Translated by Kathe Roth. Columbia: Ubc Press and Pluto Press, 2018.

TRONTI, Mario. *Operários e Capital*. Tradução de Carlos Aboim de Brito e Manuel Villaverde Cabral. Porto: Afrontamento, [1966] 1976.

TRONTI, Mario. Dear Conrades. Em: NEGRI, Antonio. *Marx In Movement: operaismo* in context. Translated by Ed Emery. Cambridge: Polity Press, [2019] 2022.

TRONTI, Mario. *Sull'autonomia del politico*. Milano: Feltrinelli, 1977.

WEEKS, Kathi. The Refusal of Work as Demand and Perspective. Em: *The Philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Edited by: Timothy S. Murphy and Abdul-Karim Mustapha. London: Pluto Press, 2005, p. 109-135.

WRIGHT, Steve. A Party of Autonomy? Em: *The Philosophy of Antonio Negri: resistance in practice*. Edited by: Timothy S. Murphy and Abdul-Karim Mustapha. London: Pluto Press, 2005, p. 73-106.

WRIGHT, Steve. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. London: Pluto press, [2002] 2017.